"Para além da ausência de regras que permitam, pela via individual, o acesso do cidadão à actividade política, não existem regras idóneas de financiamento dos partidos nem de transparência para os políticos. Um pouco à semelhança dos "pilares morais" do regime, a Maçonaria e a Opus Dei, tudo se decide às escondidas, como se o direito dos cidadãos à informação completa e rigorosa de como são financiadas as suas instituições e dos rendimentos dos seus governantes e dos seus magistrados se tratasse de algo suspeito, de algo subversivo."

Rui Mateus

ISBN 972-20-1316-5

AMINHOS
A MEMÓRIA
9

CONTOS PROIBIDOS

RUI MATEUS

RUI MATEUS

CONTOS PROIBIDOS

MEMÓRIAS DE UM PS DESCONHECIDO

Rui Mateus nasce na Covilhã em 1944. Estuda nos Estados Unidos e em 1964, para não cumprir o serviço militar, exila-se em Inglaterra, onde casa. Em 1970 adere à Acção Socialista Portuguesa, integrando a sua direcção e sendo responsável por várias actividades contra o regime de Marcello Caetano. Em 1971, vai viver para a Suécia, onde continua a exercer actividade política contra o regime vigente em Portugal, colabora com o Partido Social Democrata Sueco e se licencia, em 1975, em Ciências Sociais e Políticas na Universidade de Lund. Em Abril de 1973, em Bad Munstereifel (Alemanha), é um dos congressista fundadores do Partido Socialista. A partir de Março de 1975, é convidado para o Departamento Internacional do Partido Socialista e em Outubro de 1976 é eleito para a Comissão Nacional e para o Secretariado Nacional, assumindo a responsabilidade pelas Relações Internacionais, cargo que exerce ininterruptamente até Junho de 1986. É co-fundador das fundações José Fontana, Azedo Gneco e de Relações Internacionais, assim como do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e da Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica. Desde 1975, participa nas actividades da Internacional Socialista, integrando várias comissões internacionais ou co-organizando diversos congressos e conferências. É eleito deputado em 1979, 1980, 1983 e 1985. No quadro da Assembleia da República, é eleito presidente da Comissão de Integração Europeia e co-presidente da Comissão "Assembleia da República/Parlamento Europeu" que reúne com todos os parlamentos e governos dos países da Comunidade Europeia. Entre 1985 e 1988, é nomeado presidente do Conselho Directivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). Em 1986, em substituição de Mário Soares, então eleito Presidente da República, é nomeado Presidente da Fundação de Relações Internacionais e, em 1987, é escolhido como um dos oito sócios fundadores da Eumaudio, Sociedade de empreendimentos Audiovisuais.

Nesta mesma colecção:

1 · **MEMÓRIAS DE HUMBERTO DELGADO**
Organização de Iva Delgado e António de Figueiredo

2 · **DESCOLONIZAÇÃO DE TIMOR, MISSÃO IMPOSSÍVEL?**
Mário Lemos Pires

3 · **TIMOR LESTE: AMANHÃ EM DÍLI**
José Ramos-Horta

4 · **A TIRANIA PORTUGUESA**
Humberto Delgado
Organização de Iva Delgado e Carlos Pacheco

5 · **DEZ ANOS EM WASHINGTON**
João Hall Themido

6 · **SALAZAR, O FIM E A MORTE**
Eduardo Coelho e António Macieira Coelho

7 · **PÁGINAS DO MEU DIÁRIO**
1 de Janeiro a 10 de Outubro 1995
Manuel José Homem de Mello

8 · **DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA: O REGRESSO DAS CARAVELAS**
João Paulo Guerra

9 · **CONTOS PROIBIDOS- MEMÓRIAS DE UM PS DESCONHECIDO**
Rui Mateus

CONTOS PROIBIDOS

MEMÓRIAS DE UM PS DESCONHECIDO

O AUTOR

RUI Fernando Pereira MATEUS, nasceu na cidade da Covilhã a 16 de Abril de 1944, filho de Álvaro da Silva Mateus, comerciante e industrial de lanifícios, e de Conceição de Jesus Pereira.

Estudou no liceu e no Colégio Moderno da Covilhã até 1961, tendo, nesse ano, obtido uma bolsa do American Field Service para viver nos Estados Unidos da América e estudar na Thomas Jefferson High School de Cedar Rapids, em Iowa. Viveu naquele país nos anos de 1961-62 e 1963, tendo, em Julho de 1962, o privilégio de conhecer na Casa Branca o presidente John Kennedy.

Em 1964, decidiu não cumprir o serviço militar, abandonando Portugal para viver em Londres, onde trabalhou em restaurantes, como tradutor-intérprete, como colaborador externo da BBC e da empresa de seu pai, que então exportava para aquele país grande parte da sua produção.

Nesta cidade conheceu, em 1968, Gunilla Margareta Nord, de nacionalidade sueca, com quem casou, no Registo Civil de Kensington, no dia 22 de Dezembro de 1969.

Também ali conheceu o jornalista e historiador António Figueiredo que o apresentou a Manuel Tito de Morais e Mário Soares, aderindo, formalmente, à Acção Socialista Portuguesa, em Janeiro de 1970. Fez parte da direcção da ASP e constituiu naquela cidade, o primeiro grupo organizado daquele movimento no exílio, responsável por várias actividades contra o regime de Marcello Caetano.

Em Junho de 1971, foi viver para a Suécia, onde organizou igualmente um novo grupo da Acção Socialista e estabeleceu contacto com o Partido Social-Democrata Sueco, com o qual passou a colaborar.

Durante a sua estadia na Suécia, estudou na Universidade de Lund, concluindo a sua licenciatura em Ciências Sociais e Políticas, em Março de 1975.

Em Abril de 1973, foi um dos congressistas fundadores do Partido Socialista, em Bad Munstereifel, na então RFA.

A partir de Março de 1975, foi convidado para o Departamento Internacional do Partido Socialista, então sob direcção política de Manuel Tito de Morais. A partir de Outubro de 1976, foi eleito para a Comissão Nacional e para o Secretariado Nacional do PS, assumindo a responsabilidade pelas Relações Internacionais, cargo que ocupou, ininterruptamente, até Junho de 1986. No âmbito das actividades do PS, foi co-fundador das fundações José Fontana, Azedo Gneco e da FRI (Fundação de Relações Internacionais), assim como da CEIG (Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica) e do IED (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento).

Em 1975, foi co-responsável pelo lançamento do «Comité de Solidariedade com o PS e com a Democracia em Portugal», que reuniu pela primeira vez em Estocolmo sob presidência do primeiro-ministro Olof Palme e, em Janeiro de 1976, organizou a conferência do Porto, «Europa Connosco». Em Agosto de 1976, integrou a delegação do PS a Luanda, que negociou com o presidente Agostinho Neto e com o actual presidente, José Eduardo dos Santos, a normalização das relações diplomáticas com Portugal. Promoveu igualmente, em 1976, a primeira reunião conjunta do Partido Socialista Operário Espanhol e do Partido Socialista Popular, que teve lugar em Lisboa com a presença de Felipe González e Tierno Galván. Dois anos depois, teve lugar a fusão daqueles dois partidos espanhóis.

Participou activamente, desde 1975, nas actividades da Internacional Socialista, pertencendo às suas principais comissões e representando o PS nas missões à América Latina (1978), à Nicarágua (1980) e ao Médio Oriente (1982/3). Organizou igualmente a conferência do Estoril para analisar os «Processos de Democratização na Península Ibérica e América Latina» (1978), a reunião daquela organização que teve lugar em Lisboa em 1979, o XVI Congresso, realizado em Albufeira em 1983 e lançou, num momento particularmente crítico das relações entre a Europa e os EUA, em 1985, a «reunião dos Partidos Socialistas europeus da NATO», com a finalidade de encontrar possíveis consensos e evitar que as profundas divisões dos socialistas europeus sobre a questão do desarmamento na Europa pudessem ser aproveitados pela União Soviética.

Desenvolveu intensa actividade enquanto observador da União dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia (hoje Partido Socialista Europeu), a que o PS viria a ser admitido, como membro de pleno direito, em 1980, seis anos antes da adesão de Portugal à CEE. Foi efeito por unanimidade vice-presidente desta organização, em 1983, e reeleito em 1985.

Em 1977, fez parte da delegação oficial portuguesa às capitais da CEE e à Santa Sé para pedir, formalmente, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

Em 1979, foi eleito deputado pelo distrito de Leiria e, em 1980, pelo distrito de Lisboa, sendo reeleito em 1983 e 1985. Em 1983, foi eleito presidente da Comissão de Integração Europeia da Assembleia da República e co-presidente da comissão «Assembleia da República/Parlamento Europeu». Esta comissão reuniu com todos os parlamentos e com todos os governos dos países da Comunidade Europeia, desde 1983 até à adesão oficial de Portugal em 1985. Fez parte da delegação oficial portuguesa à assinatura do Tratado de Adesão de Portugal e da Espanha, celebrado em Lisboa e Madrid, no dia 12 de Junho de 1985. No quadro da Assembleia da República, representou ainda o Grupo Parlamentar do PS nas reuniões da Assembleia Parlamentar dos Países da NATO.

Em 1985, foi designado primeiro presidente do Conselho Directivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), cargo que ocupou até 1988. Em 1987, passou a fazer parte do grupo português da «Comissão Trilateral», uma influente organização não-governamental composta por trezentas personalidades da Europa, EUA e do Japão, co-presidida pelo banqueiro David Rockefeller, dos EUA, pelo conde Otto Lambsdorff, da Alemanha e pelo presidente da empresa multinacional Sony, Yshio Akita, do Japão.

Em 1986, após a eleição de Mário Soares foi designado, em sua substituição, presidente da Fundação de Relações Internacionais e escolhido, em 1987, como um dos oito sócios fundadores da Emaudio, Sociedade de Empreendimentos Audio Visuais, assim como presidente do seu Conselho de Administração. Esta empresa, criada a partir da Fundação de Relações Internacionais e da CEIG, Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica, tinha como objectivo preencher o vazio da área socialista na comunicação social.

RUI MATEUS

CONTOS PROIBIDOS

MEMÓRIAS DE UM PS DESCONHECIDO

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE
LISBOA
1996

ÍNDICE

«à Gunilla, inimiga da
hipocrisia e companheira
de uma vida»

Há anos atrás, conheci em Washington um jovem economista de reconhecido talento que fazia parte da equipa do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Naquela época, o chamado fenómeno dos *yuppies* atravessava a sua fase dourada e David Stockman, com trinta e quatro anos de idade, era já apontado como um dos jovens políticos mais promissores do seu país. Com apenas vinte e oito anos, tinha sido pela primeira vez eleito congressista pelo estado de Michigan. O presidente nomeara-o director de «Management and Budget», o equivalente a ministro do Planeamento. Tinha o futuro à sua frente. Quatro anos depois, desiludido com a hipocrisia e o tráfico de influências que caracterizavam a vida política, a todos surpreenderia abandonando-a para escrever *O Triunfo da Política*[1]. É um livro surpreendente, que revela a falta de transparência da vida político-partidária e acusa o parasitismo daqueles que passam a vida a apregoar que estão na política por patriotismo e com sacrifício pessoal, pois poderiam estar muito melhor se se tivessem dedicado a actividades do sector privado — mesmo quando se sabe que, antes de entrarem na política, não tinham obra nem dinheiro.

Num país em que as autoridades, os *media* e o público exercem um controlo rigoroso sobre o rendimento e financiamento dos políticos e sobre as suas actividades políticas e privadas, como é o caso dos Estados Unidos, que se regem por códigos de transparência acima de qualquer suspeita, David Stockman revelou a subtileza de meios que, mesmo assim, permitem o compadrio e o tráfico de influências no dia a dia da política americana.

Em Portugal, neste pequeno país periférico, diminuído pela indigência e obscurecido pela opacidade, ensaia-se um sistema político-partidário moldado pelo Partido

[1] David Stockman, *The Triumph of Politics*, Harper & Row, Nova Iorque, 1985.

Socialista, onde só duas décadas após o restabelecimento da democracia se começa a discutir o tráfico de influências, a transparência e, enfim, o cidadão. Discussão envolvida em tanta hipocrisia e por métodos tão falaciosos que poderemos considerar que o nosso país, neste capítulo, se encontra num espaço cultural de transição entre o fascismo e um «estado de juízes», que não vislumbra um regime de verdadeiro controlo e legitimação democrática das instituições.

O «triunfo da política» e dos seus principais protagonistas, exactamente pelo modo como foi construído o regime após o 25 de Abril, começa a revelar perigosos sintomas de erosão da credibilidade das instituições, evidenciados pela crescente descrença popular. A democracia portuguesa, no actual contexto ocidental, embora irreversível na sua aparência formal, resvala perigosamente para «um corpo de funcionários sem legitimação democrática directa ou indirecta, como é, entre nós, o corpo de magistrados», que é dominado «por certas correntes que professam uma concepção militante, radical e fundamentalista da magistratura, a qual, geralmente aliada ao protagonismo político de alguns, tem subjacente uma cultura de intervenção, quando não de contra-poder e confronto com os órgãos de soberania político-representativos»[1]. À semelhança do que acontece em Itália, berço do pensamento e acção fascistas que assolariam a Europa nos anos 30, também hoje é legítimo perguntar se o «governo dos juízes» que tem vindo a devastar aquele país, não estará a ser aproveitado para fins políticos também em Portugal, onde o protagonismo de alguns juízes, recentemente convertidos à democracia, tem feito impunemente os seus progressos perante uma cada vez mais amedrontada «classe política».

Não me tendo ocorrido escrever um livro antes, daria oportunidade, em 1990, a um semanário lisboeta que prometia desvendar mistérios através de um respeitável jornalismo de investigação, de se ocupar da difícil e ingrata tarefa de «investigar» o estado da Nação em matéria de compadrio e tráfico de influências. Lamentavelmente, o resultado não passaria de uma pusilâmine caça às bruxas e da reprodução de reles «fugas» de indisfarçável apologia fascista, bem inseridas numa estratégia, que, a vencer, conduzirá, inevitavelmente, ao «estado dos juízes».

Tratou-se do chamado «fax de Macau» e da cegueira com que o processo, a todos os níveis, seria conduzido. Numa total inversão de papéis e segundo uma ética dificilmente digerível, a própria «jornalista de investigação» se revelaria «jornalista-testemunha» empenhada, através da mentira e do perjúrio, em cruxificar as suas «fontes», ajudando a cruzada da magistratura.

Hoje, para repor a verdade, decidi-me a escrever o livro. É um livro de memórias em redor do Partido Socialista, duma perspectiva das suas relações internacionais, que

[1] Mário Belo Morgado, revista *Renovar* de Outubro de 1995.

eu dirigiria durante mais de uma década. Não é, contudo, nem poderia ser, a história do Partido Socialista mas, essencialmente, uma contribuição para uma melhor compreensão de como foi forjado aquele que seria a espinha dorsal do regime democrático português actual.

O PS acabaria por ser, acidentalmente, aquele que mais responsabilidades teria na construção das actuais estruturas económicas, sociais e políticas do País. Opôs-se à opressão salazarista e sairia desiludido da chamada «primavera marcelista». Acabaria por resistir à aventura comunista e, depois, à tentação militarista, acabando por «impor» o seu modelo de sociedade, a partir de 1976. Nesse percurso e nos momentos decisivos, teria sempre o apoio internacional dos Estados Unidos e da Europa. Daí que a perspectiva internacional, em redor da qual têm girado o país e os principais partidos políticos, seja uma peça essencial para a análise dos actuais fenómenos da nossa sociedade. Sem esses apoios, que para o PS estariam como o oxigénio está para a vida, provavelmente o regime democrático teria sucumbido. Do mesmo modo que, em 1945, a sua ausência viabilizaria a continuação de Salazar. Mas, por outro lado, se sem eles tudo estaria em jogo, também a relação de dependência criada e a institucionalização do tráfico de influências iriam provocar algumas distorções e vícios que o País hoje sente.

Tentar explicar esses fenómenos de um passado recente, para compreender o presente, é um dos objectivos deste livro. Mas, como não poderia deixar de ser, escrever sobre o PS durante este período sem falar dos seus principais protagonistas tornaria impossível alcançar essa meta. Entre eles destacam-se duas personalidades distintas e a relação de «amor e ódio» que, em grande parte, determinaria o actual PS: Mário Soares e Francisco Salgado Zenha. O primeiro deixaria marcas profundas que continuarão a caracterizar o PS por muito tempo. De Salgado Zenha este partido herdaria a «consciência moral» que ainda lhe resta. Mário Soares seria eleito Presidente da República e Salgado Zenha abandonaria o partido, incompatibilizado com o seu «velho» amigo. Durante algum tempo, o PS iria ser um barco à deriva. Recuperaria eleitoralmente, contudo, com o seu actual líder, António Guterres. Mas, curiosamente, essa recuperação só aconteceria quando este fiel discípulo de Zenha se converteu ao «soarismo». Por isso mesmo, esta interessante simbiose das personalidades daqueles dois principais personagens será agora examinada à lupa no novo PS, para ver se ele segue o caminho da «consciência moral» do seu velho protector, ou o caminho do «absolutismo monárquico» e das facilidades do seu favorito ex-inimigo.

Para já, é evidente que o actual secretário-geral do PS, já em 1976 responsável com Edmundo Pedro, Soares Louro e Santos Ferreira[1] pela campanha eleitoral do PS, conhece

[1] Santos Ferreira sucederia Menano do Amaral, em 1986, no lugar de tesoureiro do PS e seria depois convidado por Carlos Melancia para presidente da Companhia do Aeroporto de Macau.

bem as dependências internacionais do seu partido e até, à semelhança do seu antecessor, «trata-se por tu com pelo menos seis primeiros-ministros europeus»[1]. Vamos ver para crer, como diz o ditado, mas, pelos primeiros indícios, temo que, do mesmo modo que Soares meteria o socialismo na gaveta, Guterres venha a meter a «consciência moral» do PS no congelador. O que é um mau sinal para a democracia. Que não terá futuro se o passado não estiver esclarecido e o futuro continuar a depender de bodes expiatórios.

O meu livro, assim o espero, ajudará a compreender como o triunfo de alguns se faria à custa do sacrifício de outros. O «estado dos juízes» está «atento» ao passado dos actuais políticos e não hesitará, no momento oportuno, em colaborar para a sua decomposição.

Eu entrei para a política quase por acaso. Aderi nos anos 60 à minúscula Acção Socialista Portuguesa por acreditar que, pela via do socialismo democrático e através de um sistema pluripartidário, Portugal viria a ser um país igual ou melhor que aquele onde vivia exilado — a Suécia — e que era então considerado, acertadamente, a sociedade mais justa e mais evoluída do planeta. Não o socialismo utópico, igualitário, de partido único que transforma os cidadãos em funcionários do estado. O socialismo onde os partidos se combatem no campo das ideias e onde os interesses e bem-estar dos cidadãos estão sempre em primeiro lugar. Onde os partidos políticos são a espinha dorsal do sistema e os instrumentos para a sua modificação democrática e não o instrumento de promoção pessoal dos seus dirigentes. Mas, infelizmente, e daí a outra razão de ser ser deste meu livro, Portugal parece estar a perder essa importante batalha da democracia. Isso atestam o crescente branqueamento da História e falta de transparência das instituições.

A Europa, berço da amálgama de culturas e conflitos que deram origem ao que é hoje vulgarmente apelidado de «civilização ocidental», nunca produziu um modelo perfeito de democracia que garanta aos seus cidadãos a igualdade de acesso à educação, ao trabalho, à saúde e à justiça. Entretanto, alguns países, sobretudo a norte, conseguiram ao longo dos anos conquistas importantes naquelas áreas, com base numa considerável evolução do conceito de respeito pelos direitos humanos, dos direitos dos animais e da natureza. A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, o lançamento dos alicerces da União Europeia não viabilizariam, contudo, o acesso dos países do Sul ao fenómeno de desenvolvimento dos seus vizinhos mais a norte e, até meados dos anos 70, a Europa viveu

[1] Esta declaração de António Guterres, em 1995, é «copiada» de uma declaração idêntica de Mário Soares, de 1979, quando dizia que era «amigo pessoal do Schmidt, do Willy Brandt, do Callaghan, do Olof Palme...» etc., para afirmar que «posso pegar em qualquer momento no telefone e falar com eles». Mário Soares, *O Futuro Será o Socialismo Democrático*, p. 134, Publicações Europa-América.

num clima de completa desunião. Entre democracias mais ou menos formais no Norte e Centro, ditaduras medíocres e subservientes de «inspiração cristã» na Península Ibérica, uma ditadura militar com reminiscências pan-arábicas na Grécia e uma imensidão de regimes comunistas totalitários e despóticos, proclamados pela via revolucionária em nome da classe operária, a Leste.

O início da luta dos Movimentos de Libertação contra o colonialismo português na Guiné, em Moçambique e em Angola, empurrados pela miopia e desinteresse ocidental para os braços da União Soviética, dariam lugar ao chamado «Movimento dos Capitães» que a 25 de Abril derrubaria, para surpresa de todos, dentro e fora de Portugal, a ditadura iniciada com o Estado Novo, em 1933, por António de Oliveira Salazar. Este levantamento pacífico e sem objectivos políticos claros, provocado quer por razões de natureza sindical, quer pela derrota psicológica dos militares portugueses nas guerras coloniais, viria a influenciar a evolução política mundial deste fim de século.

Durante mais de uma década, até à entrada de Portugal como membro de pleno direito na Comunidade Europeia, em 1986, o nosso pequeno e subdesenvolvido país, até então quase «esquecido» do seu contexto europeu, mobilizaria de forma inédita todas as atenções mundiais com a sua «Revolução dos Cravos» e teria reflexos profundos na Europa e no Mundo. A «nossa» revolução seria quase instantaneamente «adoptada» por praticamente todas as forças democráticas internacionais, tendo-se democratas cristãos, liberais, socialistas e até comunistas em todas as suas imagináveis versões, em determinados momentos e por diferentes motivos, considerado próximos do nosso 25 de Abril. Para o Partido Socialista, que protagonizaria de certo modo os aspectos positivos da Revolução e que imprimiria a sua marca ao sistema político constitucional vigente, esta seria também a sua década dourada.

Em Abril de 1974, a social-democracia europeia entra na sua fase de apogeu. Partidos filiados na Internacional Socialista, a que o PS português também pertence, estão então no governo na Alemanha Federal, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Grã-Bretanha, Holanda, Israel, Luxemburgo, Noruega e Suécia. Na Escandinávia, os movimentos sociais-democratas de inspiração sindical começam a desprender-se do «conservadorismo» em que a sua dependência «operária» os lançara e a ansiar por um maior protagonismo internacional. Na Grã-Bretanha, a onda de revolução social da segunda metade dos anos 60 contra o chamado *establishment* reabre as portas ao Partido Trabalhista liderado por Harold Wilson, que se mostra impotente para travar a vaga que transformaria aquele partido, tradicionalmente moderado, num dos mais radicais da Internacional Socialista. Na Alemanha, a democracia «controlada» do pós-guerra deu lugar a um «novo» Partido Social-Democrata com forte liderança de Willy Brandt e Helmut Schmidt os quais, apesar das *nuances* entre si, tinham o objectivo comum de transformar novamente a Alemanha num país unificado e no motor da Europa. Na

Áustria, com Bruno Kreisky, na Holanda, com Joop den Uyl, na Bélgica e até na Itália, graças à ameaça do P.C. de Enrico Berlinguer, emergem igualmente partidos sociais-democratas dispostos a dar nova cara ao socialismo. Socialismo até então caracterizado essencialmente pelo seu eurocentrismo. Nos Estados Unidos também sopram ventos de mudança e, quando o 25 de Abril acontece em Portugal, já a administração republicana de Richard Nixon está ferida de morte com o caso «Watergate». Quando James Carter e Walter Mondale lançam a sua plataforma eleitoral de cooperação internacional e de defesa dos Direitos Humanos, em 1976, Willy Brandt prepara-se para ser eleito presidente da Internacional Socialista, com base num programa de actividades não muito diferente dos valores proclamados pelos democratas americanos e com a firme intenção de pôr fim ao eurocentrismo, dando início a uma nova fase de cooperação internacional entre socialistas democráticos, que alcançasse todos os continentes.

A Revolução Portuguesa tornara-se um marco essencial para a compreensão dos grandes acontecimentos políticos mundiais da segunda metade do século XX, se bem que os políticos portugueses, que pouco tinham feito para que o 25 de Abril acontecesse, também não a soubessem promover, nem conseguissem dela tirar os «louros» que, por direito próprio, Portugal merecia. A transformação pacífica de Portugal num país livre e democrático foi um acontecimento não só inédito como exemplar, que viria a contribuir de forma absolutamente decisiva para a falência de inúmeros regimes totalitários em África, na América Latina e no próprio Leste Europeu e para um desanuviamento da tensão nas relações internacionais.

A descolonização total do Continente Africano e os processos de democratização na Península Ibérica e na América Latina seriam o primeiro resultado da Revolução de Abril. O fim do *apartheid* e das ditaduras comunistas no Leste Europeu, pela via do diálogo e do pluripartidarismo, seriam também consequência da vitória das forças democráticas, primeiro em Portugal, depois, como reflexo dessa vitória, encontrariam força suficiente no seio da Internacional Socialista e no seio da NATO para rejeitar soluções de submissão unilateral nos chamados diálogos Leste Oeste e Norte Sul. Na base da força moral das forças democráticas, perante os graves conflitos entre o Leste e o Oeste e na escolha da via para a libertação dos Povos, nos anos 80, estaria sempre presente o exemplo português a que André Malraux chamaria a primeira vitória dos mencheviques sobre os bolcheviques. Bastaria referir, a este propósito, a situação de ruptura a que quase se chegou no seio da NATO por causa do regime sandinista na Nicarágua, sobre as propostas conducentes a um processo de desarmamento unilateral na Europa Ocidental e sobre um eventual apoio europeu a formas de luta armada a conduzir por países da Linha da Frente na África Austral, como forma de pôr fim ao regime do *apartheid* na África do Sul. Seria o exemplo da moderação da vitória dos

mencheviques em Portugal que, na maior parte dos casos, mesmo quando a revolução portuguesa já parecia esquecida, cimentaria as decisões de bom senso que acabariam por prevalecer e moderaria os ímpetos revanchistas dos republicanos norte-americanos e os ataques de pacifismo serôdio de alguns socialistas europeus.

Portugal esteve no epicentro de uma grande ameaça à paz tendo a solidariedade internacional, que nos faltou durante tantos anos, finalmente funcionado. Entre as várias opções que se colocariam aos «capitães de Abril» e as várias receitas preconizadas para Portugal prevaleceria o bom senso. Mas os partidos políticos e seus principais dirigentes rapidamente desperdiçariam este enorme património, em lutas intestinas e com vaidades provincianas. Hoje, visto de fora para dentro, Portugal regressou ao seu estatuto de país insignificante e receptor. Não foram conseguidos os grandes objectivos da Revolução de Abril e o País encontra-se entre a Europa e a mediocridade. Parece que o povo português não consegue libertar-se do fatalismo da I República. Este meu livro de memórias, assim o espero, é também uma contribuição contra esse fatalismo.

O chamado caso do «fax de Macau» ou caso «Emaudio» dar-me-ia o último argumento de peso para escrever este livro. A propósito de um conflito, em nada diferente dos conflitos que devassam o interior dos partidos políticos portugueses e que se prendem com situações de poder; a propósito de um financiamento político relativamente «insignificante» e em nada, a não ser no montante, diferente dos que têm sido feitos ao longo dos últimos vinte anos a partidos políticos e organizações afins, confundiu-se a árvore com a floresta e iniciou-se a investigação à corrupção em Portugal de tal forma que, ao contrário do que tem acontecido noutros países europeus, se inviabilizaria o conhecimento da verdade e, como tal, o combate à corrupção. Em vez de se optar por um esclarecimento idóneo e completo, a que os Portugueses têm direito, sobre o estado da Nação em matéria de tráfico de influências e de corrupção, cortando o mal pela raiz ou, caso se verificasse que a verdade poderia ser fatal, a Assembleia da República em acto público entendesse fazer um acto de contrição para bem da democracia, criando moratórias e regras novas, o Ministério Público parece ter assumido a responsabilidade de definir o interesse nacional. Produzindo uma acusação sem provas numa total inversão de valores e, mesmo admitindo a convicção do investigador em relação a um crime que não existiu, ignorando a máxima de Séneca: «quem, podendo, não manda que o delito se não faça, manda que se faça»[1].

Não há Democracia sem a participação dos cidadãos na vida do seu país. Escolheu-se definir, em Portugal, que o enfâse dessa participação se faça através de partidos políticos. Mas faltam ainda definir regras estritas sobre a democracia interna nos

[1] Tese muito cara a António de Almeida Santos in *O Corpo de Delito*, p. 172, Publicações Europa-América.

partidos que os impossibilite de se transformarem, como tem vindo a acontecer em Portugal, em aparelhos burocráticos fechados que impedem essa mesma participação. E para além da ausência de regras que permitam, pela via individual, o acesso do cidadão à actividade política, não existem regras idóneas de financiamento dos partidos nem de transparência para os políticos. Um pouco à semelhança dos «pilares morais» do regime, a Maçonaria e a Opus Dei, tudo se decide às escondidas, como se o direito dos cidadãos à informação completa e rigorosa de como são financiadas as suas instituições e dos rendimentos dos seus governantes e dos seus magistrados fosse algo suspeito, algo subversivo.

Liberdade, Justiça e Transparência são sinónimos de Democracia. E sem esses ingredientes essenciais o regime português não passará de uma democracia com pés de barro. Acontecerá então, para mal de todos nós, a conversão do já em si negativo «triunfo da política» no temível «estado dos juízes»!

Capítulo I

Os anos da inocência
(1944-1974)

Tinha vinte e três anos quando, em 1967, tive o meu primeiro contacto com a Acção Socialista Portuguesa, constituída na Suíça, três anos antes, por Francisco Ramos da Costa, Manuel Tito de Morais e Mário Soares. A minha actividade política até então não passara de uma espécie de aprendizajem juvenil, no final dos anos 50, com grupos de oposicionistas locais, sobretudo comunistas e republicanos da cidade da Covilhã, onde nasci em 1944 e vivi até aos 17 anos. Era esporadicamente convidado, um pouco como «mascote», de tertúlias anti-salazaristas de um grupo de homens que tinham, pelo menos, o dobro da minha idade e, como único elo entre si, o gosto de boas «jantaradas» e o ódio ao regime. Contudo, não sei bem a origem exacta dos meus sentimentos anti-salazaristas, até porque no seio da minha família pouco se falava de política. O meu pai era um católico devoto e, na juventude, tinha pertencido à Legião Portuguesa. Não por razões ideológicas — conforme viria a apurar anos mais tarde — mas porque tal fazia parte das regras do seu círculo de amigos que, naquele tempo, constituíam a classe média dominante daquele que chegou a ser um dos mais importantes centros industriais do País. Imperava a força do dinheiro e das grandes fortunas rapidamente acumuladas durante a guerra.

Enquanto fui crescendo, num ambiente imensamente feliz e despreocupado, nunca vi os meus pais participarem em qualquer tipo de actividades políticas. Eram um perfeito modelo da reduzida classe média que o regime salazarista produzira. A minha mãe, hoje com 82 anos, vivia mais preocupada com a educação dos seus quatro filhos e com o bem-estar da família embora, ao contrário do que acontecia com meu pai, não fosse muito dada às práticas da Igreja. Depois de ter sido comerciante, durante os primeiros anos da minha infância, o meu pai associar-se-ia a uma empresa de tecelagem que, em virtude da adesão de Portugal à EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), viria a conhecer um período de grande prosperidade, exportando a quase tota-

lidade da sua produção. À semelhança do que acontece em muitas famílias, eu idolatrava o meu irmão mais velho, mas a nossa relação seria interrompida quando, a partir dos doze anos, ele foi estudar para Lisboa. Naquele tempo só era possível estudar no liceu local até ao segundo ano. A minha irmã tinha menos cinco anos do que eu e o meu irmão mais novo menos dez. Eu desejava ardentemente seguir as pisadas do meu irmão mais velho e estudar em Lisboa, mas logo que iniciei o primeiro ciclo passou a ser possível estudar no liceu da Covilhã até ao quinto ano. Ainda pensei que teria uma oportunidade quando, no início do terceiro ano, me envolvi numa pequena briga com o filho de um deputado da União Nacional. Numa situação de evidente injustiça só eu seria punido com quinze dias de suspensão, tendo o meu pai decidido tirar-me do liceu. A minha esperança de ir para o Colégio Portugal, na Parede, onde estava internado o meu irmão não seria entretanto concretizada. Tinha aberto um colégio particular na cidade, o Colégio Moderno, onde eu então passaria a estudar. Acontece que o seu director e meu professor de Português, era ferozmente anti-salazarista e o ambiente no seio do colégio para a época agradavelmente progressista.

Quando Humberto Delgado visitou a Covilhã em campanha eleitoral, tinha eu apenas catorze anos. A sua caravana eleitoral foi desviada pela polícia para evitar a sua entrada na cidade pelo local onde o aguardava a maior multidão que eu jamais vira concentrada. Na cidade sentia-se uma grande tensão mas também grande entusiasmo e esperança e, sem entender muito bem o que estava em jogo, vivi intensamente aquela curta campanha distribuindo panfletos e manifestos de porta em porta. Não me recordo dos discursos, mas creio que foi então que se iniciou a minha paixão pela política.

Três anos depois, seguindo as pisadas de meu irmão mais velho, obtive uma bolsa do American Field Service para estudar e viver com uma família norte-americana na pequena cidade de Cedar Rapids, no *midwest* dos Estados Unidos. Com esta família, com o seu filho Jon, da minha idade, e a filha Toni, dois anos mais nova, e com os meus professores e colegas da Thomas Jefferson High School aprenderia o á-bê-cê da democracia e a felicidade de viver numa sociedade livre e descomplexada. As gentes com quem ali convivi e com quem, em muitos casos, trinta e cinco anos depois, ainda mantenho estreitas relações, tinham uma prática de vida na sua comunidade e convicções baseadas na liberdade, na igualdade de oportunidades e na defesa intransigente dos direitos humanos que, sem o afirmarem, tem mais que ver com o socialismo democrático descomplexado em que acredito, do que as expressões panfletárias de muitos dos nossos socialistas «oficiais». Vivi, pela TV, a fascinante experiência do presidente John Kennedy, que viria a conhecer no Verão de 1962 nos jardins da Casa Branca em recepção por ele oferecida aos bolseiros finalistas do American Field Service. Seriam, aliás, John Kennedy, Olof Palme e Leopold Senghor as principais referências políticas da minha juventude. Embora em condições tão diferentes e condicionados por reali-

dades tão distintas desenvolveram, cada um à sua maneira, experiências de progresso, justiça social e cultura que permanecem a esperança do socialismo democrático neste fim de século. Tive a invulgar honra de conhecer os três, se bem que em épocas e de maneiras diferentes. O meu contacto com Kennedy, no meio de estudantes ávidos de o conhecer, foi meramente circunstancial, mas para mim a sua carismática liderança representava a juventude, o humor e o informalismo que tanto iria marcar o estilo dos novos dirigentes sociais-democratas europeus dos anos 70. Com a sua «Aliança para o Progresso» parecia querer quebrar com o estilo pesado da diplomacia dos anos 40, criando esperanças renovadas nos povos do Terceiro Mundo que lutavam pela sua autodeterminação. Também não disfarçava a sua simpatia pela social-democracia europeia e parecia «disposto a repensar argumentos e posições tradicionais para pôr fim ao avanço comunista [tendo] muitos dos patriotas liberais que se sentiram intensamente atraídos pela mensagem de Kennedy pertencido à Central Intelligence Agency»[1].

Apesar do impacto da cultura americana na minha formação e das insistências da minha «família» americana, só não fiquei então nos Estados Unidos por me recusar a fazer serviço militar, que me obrigaria a um «estágio» na Guerra do Vietname. Após o meu regresso a Portugal em finais de 1963, senti que a obsessão com as guerras coloniais tinha mergulhado o nosso país num clima de indescritível isolacionismo e histeria. Senti enorme dificuldade em falar com as pessoas da minha geração, para quem falar das minhas experiências na América era o mesmo que falar de ficção científica. Anos mais tarde, viria a notar a curiosa coincidência de Humberto Delgado, cuja campanha eleitoral tanto marcara as minhas opções políticas, também ter compreendido pela primeira vez o significado da democracia durante a sua estadia nos Estados Unidos.

Após a inspecção militar consegui autorização para uma viagem a Inglaterra de onde decidi não regressar a Portugal.

Tinha então vinte anos e aquele país vivia um excitante período de euforia libertária e de criatividade. O governo trabalhista de Harold Wilson, de que James Callaghan era então ministro do Interior, fechava os olhos aos que se recusavam a participar na Guerra do Vietname e, no caso português, nas guerras coloniais. Embora normalmente não oficializasse a concessão de asilo político aos refractários e desertores norte-americanos e portugueses que iam chegando à Grã-Bretanha, permitia o prolongamento dos seus vistos de estadia, mesmo com passaportes caducados, até que ao fim de quatro anos pudessem ser considerados residentes naquele país.

No seio dos portugueses, onde proliferavam minúsculos grupos de extrema-esquerda, a única actividade democrática de relevo organizava-se então, sem exigên-

---

[1] The Agency — *The Rise & Decline of the CIA*, John Ranelagh, p. 352, Cambridge Publishing Limited, 1987.

cias de rigidez político-partidária, à volta do jornalista e escritor António Figueiredo, antigo companheiro de Humberto Delgado e mais conhecido pelas suas crónicas na BBC. Pessoa muito respeitada por ingleses e portugueses em geral, foi graças à amizade que estabeleci com ele e aos seus contactos com o Labour Party que foi possível criar, em Londres, o primeiro núcleo organizado da Acção Socialista Portuguesa no estrangeiro. Mas, apesar da sua desinteressada colaboração e de se considerar socialista, António Figueiredo nunca aderiria à Acção Socialista e só entraria para o Partido Socialista após o 25 de Abril. O primeiro núcleo de Londres da Acção Socialista foi lançado no início de 1970 por mim, com Alberto Lagoa, Carlos Alves, Pedro Ferreira de Almeida, Eduardo Silva e, mais tarde, Aurea Rego, José Neves e Seruca Salgado. Em Roma estavam Tito de Morais e Gil Martins, em França Mário Soares, Ramos da Costa, Coimbra Martins, Liberto Cruz e, mais tarde, Jorge Campinos e, na Bélgica, Bernardino Gomes. O Fernando Loureiro vivia na Suíça e na Alemanha estavam o Carlos Novo, o Desidério Lucas do Ó, o Carlos Queixinhas e o Gomes Pereira. Em 1971 fui viver para a Suécia onde lançaria um novo núcleo com metalúrgicos da construção naval dos estaleiros da Kockums, entre os quais Mário Nobre, Armindo Carrilho e o José de Matos. Estes e mais ou menos meia centena de pessoas residentes em Portugal constituíam então a totalidade do movimento socialista português embora, anos mais tarde, num sintomático gesto da grande maleabilidade histórica que tem caracterizado o Partido Socialista, a lista de fundadores fosse refeita para não ferir susceptibilidades, passando a integrar cento e onze nomes. Foi-me então atribuído o número quarenta e três, embora à data da minha adesão não existisssem na ASP, que precedeu o Partido Socialista, mais de vinte elementos.

A corajosa campanha de Humberto Delgado, no final dos anos 50, criara uma grande esperança no seio da maioria dos portugueses. Era a primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que simultaneamente Salazar, o Partido Comunista e a generalidade dos portugueses verificavam ser possível substituir a ditadura por um regime pluralista, semelhante ao dos outros países da Europa Ocidental. A humilhante expulsão de Portugal de Goa, Damão e Diu em 1961 e o início das lutas armadas de libertação na Guiné, em Angola e Moçambique, em simultâneo com a ignorante teimosia de Salazar em não querer compreender os «ventos de mudança» da descolonização, conduziriam inevitavelmente ao êxodo de dezenas de milhares de jovens portugueses para uma oposição activa à ditadura, longe do alcance da PIDE, e ao crescente isolamento internacional do País. Por outro lado, a crescente contestação maoista ao comunismo soviético viria a pôr fim ao «monopólio» que o PC detinha sobre a oposição portuguesa. Existiam, finalmente, condições para o aparecimento de um partido socialista em Portugal, apesar do clima político, então dominado pela histeria do «terrorismo no Ultramar», não parecer favorável à criação de estruturas organizadas.

O nascimento da Acção Socialista, em 1964, representa assim um acto de grande intuição política, que só a dedicação militante de Manuel Tito de Morais, a generosidade e os contactos internacionais de Francisco Ramos da Costa e o conhecido optimismo de Mário Soares possibilitariam. Os ataques de que foi alvo do PC, dos inúmeros grupos de extrema-esquerda e do próprio governo, indicavam a importância que tal passo representara. Era o tempo do idealismo, da generosidade desinteressada e da solidariedade. Nenhum de nós acreditava, contudo, que a queda do regime estivesse para breve nem ninguém, então, aderia à Acção Socialista para fazer carreira política. Faziam-no porque imperavam, muito para além da esperança, as convicções, o sentimento de luta pela justiça social e pelo progresso de Portugal. Ou, como me escrevia Mário Soares de Paris em 13 de Janeiro de 1971, num momento de invulgar pessimismo: «infelizmente à desagregação do ambiente situacionista não tem correspondido um reforço do trabalho da Oposição. Após o entusiasmo eleitoral, a Oposição, tanto CEUD como CDE, entrou numa espécie de hibernação. As pessoas têm medo e não querem fazer nada, pelo menos no plano propriamente político».

Quando Albert Carthy, secretário-geral da Internacional Socialista, visitou Portugal em 1966, estabeleceria os primeiros contactos com democratas portugueses e recomendaria ao *bureau* daquela organização a necessidade de contactos regulares com as forças democráticas de Portugal, da Espanha e da Grécia. A Internacional Socialista era então um «pequeno clube político» dominado pelo Partido Trabalhista Britânico. Limitava as suas actividades à coordenação de posições dos partidos do norte e centro da Europa[1] e vivia psicologicamente balizado entre o drama da República de Weimar e o pavor da guerra-fria. O seu prestígio estava em vias de extinção por desempenhar, no pós-guerra, um papel exclusivamente eurocentrista e ter resignado a sua vocação internacionalista a um comprometedor *low-profile*.

Foi durante este período que Ramos da Costa iniciou uma série de contactos internacionais, com o apoio de Manuel Tito de Morais que, a partir de Roma, onde se exilara, contava com o patrocínio do pequeno mas sempre solidário Partido Socialista de Pietro Nenni e Francesco De Martino. Em 1969, o secretário das relações internacionais do Partido Socialista Austríaco, Hans Janitschek, fora eleito secretário-geral da Internacional Socialista. A sua eleição fazia parte de um esforço concertado para dinamizar a organização entre Olof Palme, que nesse mesmo ano ascenderia à liderança do Partido Social-Democrata e primeiro-ministro da Suécia e dois dirigentes que os suecos tinham acolhido e protegido durante a guerra: o líder do SPD, Willy Brandt, que na altura era vice-chanceler e ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha e Bruno Kreisky, líder do Partido Socialista Austríaco e então

[1] O Partido Trabalhista de Israel era também um importante partido da Internacional Socialista.

candidato a primeiro-ministro do seu país. Falavam em comum a língua sueca e acreditavam militantemente no «modelo» político escandinavo.

A eleição de Hans Janitschek, apoiada por estes dirigentes que constituíam a chamada «Trindade Socialista»[1], viria a representar uma verdadeira revolução, durante os seis anos em que ele permaneceu à frente das iniciativas da IS. Grande parte do novo ímpeto da organização seria dedicado ao contacto e apoio promovido por Hans Janitschek a grupos periféricos como a Acção Socialista, o PASOK da Grécia e outros movimentos afins do Terceiro Mundo, como foi o caso da União Progressista Senegalesa de Leopold Sedar Senghor, que viria dar lugar ao Partido Socialista do Senegal. Esta política de abertura e de solidariedade internacional, que caracterizou o mandato do jovem secretário-geral austríaco, seria contudo rodeada de controvérsia. Alguns dirigentes não concordariam com a abertura «ao sul», outros acusá-lo-iam de excesso de protagonismo e, quando, em 1976, Brandt foi nomeado presidente da Internacional Socialista, no Congresso de Genebra, Janitschek seria afastado para um lugar de segundo plano[2].

Foi exactamente Hans Janitschek, no próprio ano em que tomaria posse dos destinos daquela organização, quem chefiou a missão da Internacional Socialista para observar as eleições legislativas de 1969 o que lhe valeu, assim como aos seus companheiros[3] a detenção pela PIDE e a expulsão do País, que Marcello Caetano justificaria como «ingerência na política interna de Portugal». Janitschek conhecera Mário Soares no 11.º Congresso da IS em Eastbourne, em que fora eleito secretário-geral, e lembra que este usou da palavra «durante seis minutos» e era então um «ilustre desconhecido» das lides internacionais, referido na lista de participantes como «senhor Soares, proeminente socialista português»[4]. Foi ainda graças aos esforços de Janitschek que a Acção Socialista veio a integrar a Internacional Socialista em 1972. Não sem alguma contestação interna na minúscula ASP e, sobretudo, na própria Internacional Socialista.

Foi também nesta ocasião que conheci Mário Soares, no pequeno hotel em St. John's Wood onde aquela organização habitualmente hospedava os seus convidados de menor relevo. Também nesta altura eu demonstraria vontade de aderir à ASP, em virtude dos contactos que vinha mantendo com Manuel Tito de Morais e com o *Portugal Socialista*. A formalização da minha adesão só teria, contudo, lugar em Janeiro

---

[1] Hans Janitschek, *Mário Soares — Portrait of a Hero*, p. 26, Widenfeld & Nicolson, Londres, 1985.

[2] Hans Janitschek seria convidado por Kurt Waldheim para consultor da ONU, em Nova Iorque, lugar que ainda detém.

[3] Pierre Schori da Suécia, Brendan Halligan da Irlanda, Tom McNally da Grã-Bretanha, Vera Mathias da IS e dois italianos, do PSI e do PSDI.

[4] Hans Janitschek, *ob. cit.*, p. 31.

de 1970, quando Manuel Tito de Morais me escreveu dizendo que a conversa que com eles tivera fora o «suficiente para mostrar a nossa afinidade ideológica, até e sobretudo, nas críticas e dúvidas que [eu apresentara] sobre a ASP». Confesso não me recordar das dúvidas então abordadas, mas se tivermos em conta a predominância dos grupos de extrema-esquerda entre os jovens que, como eu, se tinham exilado em Londres, então essas dúvidas incidiam certamente sobre questões como se a ASP se propunha mesmo lutar pelo «verdadeiro» socialismo democrático ou se, à semelhança do que depreciativamente denominávamos «social-democracia», a ASP não passaria de uma mera organização «neo-marcelista»[1]. Esta era a linguagem utilizada pelos grupos políticos da emigração, em que predominavam jovens da extrema-esquerda que se viram forçados a abandonar uma confortável classe média no nosso país para «lavar pratos» por essa Europa fora.

Segundo Manuel Tito de Morais, todas as respostas que eu procurava estavam contidas no livro que era forçoso ler e divulgar, de Vitorino Magalhães Godinho, *O Socialismo e o Futuro da Península*. Vitorino Magalhães Godinho era considerado, em 1970, «o nosso teórico»[2] mas, curiosamente, acabaria por cair praticamente no «esquecimento». Não será alheio a isto, mais do que o seu radicalismo, a sua oposição a Mário Soares, que ele considerava «não ter uma ideia consistente»[3]. Mas contribuiu para a confusa definição ideológica da Acção Socialista, cujo oportuno lançamento não assenta em bases muito sólidas, nem define com rigor as suas origens. Reclama-se herdeira de Marx e da Primeira Internacional, do minúsculo e elitista Partido Socialista criado em 1875 por Antero de Quental e José Fontana e até do Movimento Republicano que dominaria de forma anárquica a cena política portuguesa até ao aparecimento da ditadura em 1926.

O fundador da ASP e primeiro líder do movimento, Mário Soares, reconhece para ele próprio a influência do socialismo humanista e cooperativista de António Sérgio e até o pensamento estalinista do seu antigo professor, Álvaro Cunhal. A verdade é que, contrariamente ao que acontecia pelo resto da Europa, e até na vizinha Espanha com o Partido Socialista Operário fundado por Pablo Iglésias, em Portugal, a Acção Socialista, primeiro, e o Partido Socialista, a partir de 1973, para além dos textos de Mário Soares que iriam sendo «oficializados», nada têm que ver com os grandes movimentos socialistas da classe operária do fim do século dezanove.

---

[1] Corriam rumores entre os exilados de que Mário Soares só não aceitara o convite do director de campanha de Marcello Caetano, Guilherme de Mello e Castro, para integrar as listas da ANP, em 1969, porque pretendia a garantia de um lugar no governo.

[2] Carta de Manuel Tito de Morais de 24/1/1970.

[3] Entrevista de Vitorino Magalhães Godinho, *Semanário* de 20/10/84.

A precursora do Partido Socialista não tinha qualquer passado histórico. Nascera na década de 60 um pouco como quem regista uma patente por iniciativa de um grupo de conspiradores e de «operacionais», na sua maioria ligados à Maçonaria, e de alguns teóricos influenciados pelo PCP, como foi o caso de Salgado Zenha e do próprio Vitorino Magalhães Godinho. A evolução teórica do movimento, mais de três décadas após a sua constituição, é assim essencialmente caracterizada mais por razões empíricas de conveniência dos seus operacionais do que pelas teses dos seus «ideólogos» ou pelos princípios doutrinários que emanam do socialismo democrático. Esta caracterização, que viria a ficar célebre quando o líder da oposição, Francisco Sá Carneiro, acusou o então primeiro-ministro Mário Soares de «meter o socialismo na gaveta» com a finalidade de se manter no poder através de uma coligação com o partido democrata-cristão, CDS, verifica-se frequentemente na prática seguida desde 1964. Seria mesmo motivo de algum desdém por parte dos sociais-democratas norte-europeus que consideravam verdadeiramente ridícula a constante necessidade de demarcação dos socialistas portugueses em relação à social-democracia, a cuja família queriam pertencer embora afirmassem ser socialistas democratas e não sociais-democratas. Era um maneirismo influenciado por François Mitterrand, que a Internacional Socialista considerava uma expressão de retórica e pura hipocrisia, com o objectivo de parecerem mais progessistas aos olhos do mundo. Era aliás um sintoma típico do Sul da Europa, que um proeminente político norte-americano, anos mais tarde, comentaria com ironia, em termos semelhantes aos de Sá Carneiro[1].

Mas não obstante a «subtil» distinção e a demarcação progressista dos seus principais dirigentes, a verdade é que a adesão dos socialistas portugueses à Internacional Socialista representa o ponto mais alto do movimento no período que antecedeu o 25 de Abril de 1974. Na história do PS, a sua filiação internacional sobressai destacadamente da manifesta «probreza» do seu passado. O PS, «sobrevivente apagado dos anos 30, que não resistiu, como organização autónoma, à repressão e clandestinidade, que no final da Segunda Grande Guerra era constituído apenas por um pequeno grupo de abencerragens, sem qualquer influência real no País»[2].

Em «1964, com Ramos da Costa e Tito de Morais no exílio, e os grupos de Lisboa, do Porto e de Coimbra — animados por homens como José Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, Raul Rego, Salgado Zenha, José Ribeiro dos Santos, Catanho de

[1] George Schultz, secretário de Estado dos E.U.A. durante a presidência de Ronald Reagan, afirma que no seu primeiro encontro com González este lhe terá dito ter aprendido com o presidente francês, François Mitterrand, a «não implementar o programa socialista e a utilizar a política de mercado». *George Schultz, Turmoil & Triumph*, p. 151, Mac Millan Publishing Co., Nova Iorque, 1993.

[2] *Cem Anos de Esperança*, Edições Portugal Socialista, Lisboa, 1979.

Menezes, António Macedo, Mário e Carlos Cal Brandão, Álvaro Monteiro, Costa e Melo, Fernando Vale, António Arnaut, António Campos e mais uma escassa centena de esforçados militantes, espalhados pelo País — formou-se a Acção Socialista Portuguesa. Iniciaram-se então os primeiros contactos internacionais. Em 1969, na falsa primavera caetanista, a ASP dinamizou uma campanha eleitoral semilegal e completamente frustrante, a CEUD. Era apenas um embrião. Porém, em 1972, no Congresso de Viena, a ASP é admitida como partido membro na Internacional Socialista»[1]. De 1964 a 1972, e mesmo até 1974, só dois acontecimentos de relevo, ambos influenciados do exterior, teriam lugar na história do movimento: A entrada na Internacional Socialista em 1972 e a fundação do Partido Socialista em Bad Munstereifel, na República Federal da Alemanha, em 1973, sob os auspícios da Fundação Friedrich Ebert. Pelo meio só a «frustrante» dinamização da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática em 1969. No entanto, esta filiação, quer pela ausência de suporte popular de movimentos de cariz socialista quer pela sua evidente falta de credenciais ideológicas, seria vital para a sobrevivência do Partido Socialista. À sua volta iriam desenrolar-se as principais e quase únicas actividades do movimento socialista português. Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa seriam os elementos «chave» para o lançamento internacional quer da ASP quer do PS e foi por seu intermédio que Mário Soares veio a estabelecer as suas primeiras relações internacionais pelo menos na área da esquerda[2]. Apesar dessa realidade, subsistia um complexo de inferioridade dos dirigentes socialistas em relação ao PC, que os levava a fazer declarações mais para agradar à esquerda festiva pequeno-burguesa e sem qualquer «noção dos acontecimentos históricos em que participavam»[3].

Em Janeiro de 1970, Manuel Tito de Morais esclarecia-me de que «a ASP não é filiada na Internacional Socialista, havendo sérias reticências da parte de alguns companheiros nossos — e com razão — a filiarmo-nos numa organização que toma atitudes um pouco estranhas na política internacional. Contudo, apesar de não sermos filiados eles estão sempre dispostos a ajudar-nos e alguma coisa têm já feito para desmascaração do marcelismo, influindo até junto dos governos ocidentais. Evidentemente que isto que lhe digo é inteiramente confidencial e serve só para o informar da nossa posição...». Mas para muitos outros «Até 1969, a ASP "tinha uma carga social-democrata" que não agradava a muitos sectores da esquerda [que] para ingressarem na

---

[1] *Cem Anos de Esperança*, Edições Portugal Socialista, Lisboa, 1979.

[2] Mário Soares, *Le Portugal Bailloné*, p. 206, Calmann-Levy, Paris, 1972.

[3] Tony Benn (*The End of an Era — Diaries 1980-1990*, p. 108, Arrow Books, Londres, 1994) diria, após um encontro com Mário Soares em Lisboa, tê-lo achado, ao contrário do que esperara, «um pobre vaidoso sem uma verdadeira noção dos acontecimentos históricos em que participava».

organização de Mário Soares colocaram condições. Defendiam o marxismo como "inspiração teórica predominante" contra qualquer tentação social-democrata»[1].

Em 1970 a Internacional Socialista examina as suas ligações à Acção Socialista Portuguesa, por pressão de alguns partidos com responsabilidades governamentais, entre os quais se conta o SPD, alarmados com a desproporção entre o discurso dos seus dirigentes e o exíguo apoio popular demonstrado pela CEUD[2]. Por outro lado, Marcello Caetano, convencido das suas boas relações com a administração do Presidente Nixon, tenta convencer os outros parceiros europeus da NATO de que o seu regime irá evoluir progressivamente para uma democracia política. O relatório, de 8 de Março de 1971, da viagem que o então deputado à Assembleia Nacional, Manuel José Homem de Mello, efectuara à R.F.A. a convite do governo alemão, enviado a Marcello Caetano, evidencia isso mesmo. Segundo este antigo «caetanista», no encontro organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão com o director das relações internacionais do Partido Social-Democrata alemão, Hans Eberhard Dingels, este «revelou imediatamente estar a par da situação portuguesa, referindo acreditar na honestidade de processos e no desejo de evoluir manifestado pelo presidente Marcello Caetano». Ainda segundo Homem de Mello, Dingels aconselhara Mário Soares a «moderar os ímpetos», «afirmando-se partidário e admirador convicto da experiência política portuguesa em curso que, se viesse a falhar, só poderia ter como consequência a tragédia fascista ou a ditadura comunista»[3].

Tudo indica que Caetano seria convencido pelos seus «conselheiros» de que os argumentos usados por Salazar em 1945 surtiriam efeito vinte e cinco anos depois entre os sociais-democratas do centro e norte da Europa, conhecidos como eram pelas suas fortes tradições anti-comunistas. Mas, acontece que apesar de ter encontrado alguma receptividade, como revela Homem de Mello, a oposição à política colonial desenvolvida por fortíssimos *lobbies* norte-americanos e a posição dos governos sociais-democratas da Escandinávia, a juntar aos já mais do que evidentes avanços militares e diplomáticos dos movimentos de libertação em Moçambique e na Guiné, contribuiriam para impedir que a história se repetisse.

Nesse ano, após reunião realizada em Paris, no mês de Maio, para eleger a sua comissão directiva,[4] a ASP decidiria fazer uma consulta aos seus parcos militantes

---

[1] António Reis ao *Diário de Notícias* de 16/04/1993.

[2] Conversa com o então secretário-geral da Internacional Socialista, Hans Janitschek, em Lisboa, no dia 5.10.93.

[3] José Freire Antunes, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2.º vol., pp. 334 a 340, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985.

[4] Seriam eleitos para a C.D. da ASP, Tito de Morais (organização), Mário Soares (relações internacionais), Ramos da Costa (tesouraria), Gil Martins (imprensa) e Fernando Loureiro e Rui Mateus (juventude).

sobre a clarificação «exigida» pela IS. Manuel Tito de Morais, então o principal responsável pela organização, admite mesmo existir «um problema com a Internacional Socialista». Existiam então «relações com a IS de pura camaradagem [sem] nenhum compromisso nem nenhuma ligação orgânica». Mas, «somos solicitados para esclarecer a nossa posição [não obstante as] muitas incógnitas no campo ideológico»[1]. Para Manuel Tito de Morais a «nossa adesão [implicaria] transformar a ASP em Partido», apesar de ele ter, então, as maiores «dúvidas de que sejamos capazes de o fazer, considerando um partido a sério, que não seja uma mistificação»[1].

O então responsável pelas relações internacionais tinha uma posição semelhante, se bem que muito menos sincera, que a de Manuel Tito de Morais. Era claramente influenciada pelos mitos anti-social-democratas do PCP e da esquerda francesa de então, camuflando as caraterísticas do «burguês respeitável» e do *enfant gaté*[2] que era, não lhe satisfazendo «nenhum dos modelos socialistas [então] em aplicação no mundo»,[3] uma vez que acusava as «experiências para-socialistas dos sociais-democratas que, sozinhos ou através de coligações, conquistaram o poder em vários países da Europa Ocidental... de falta de consequência e de vigor doutrinário que os conduziu quase sempre à situação de leais gestores do capitalismo»[3]. Para ele, o modelo de verdadeiro socialismo democrático, que se propunha aplicar em Portugal, deveria ser muito diferente daquele conduzido pela família social-democrata, a que pediria adesão um mês depois, e passava por uma sociedade «na qual os meios de produção [seriam] colectivizados ao serviço de todos, ao mesmo tempo que os poderes de decisão [seriam] democraticamente controlados pela base»[4].

Vivíamos numa época em que os primeiros fundadores do movimento socialista contemporâneo português, com relevo para Mário Soares, defendiam um papel subalterno em relação ao Partido Comunista. O que em grande parte só não acontecia por razões que, penso, se prendiam mais com a arrogância e miopia de Álvaro Cunhal e com a sua, já então, gerontocrática direcção política, do que com a oposição lúcida dos percursores do PS.

Nas três décadas que separam a ditadura militar de 1926 da candidatura do general Humberto Delgado, em 1958, a oposição portuguesa seria exclusivamente dominada pelos comunistas, sobretudo após a reorganização do Partido Comunista Português liderada por Álvaro Cunhal, em 1941. O total afundamento dos socialistas portugueses após a implantação da República, e a ausência de outras alternativas demo-

---

[1] Circular confidencial da ASP de 28/09/1971.

[2] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, p. 9, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1976.

[3] *Le Portugal Bailloné*, p. 287.

[4] *Idem*, p. 288.

cráticas credíveis, impediriam que a vitória dos Aliados na Segunda Grande Guerra jogasse a favor da implantação de um regime democrático em Portugal. Os grupos de oposição ao regime salazarista encontravam-se totalmente dispersos e destituídos de objectivos. As suas poucas iniciativas não encontrariam o menor eco junto dos portugueses e todos os contactos com forças democráticas internacionais permaneceriam interrompidos. As organizações de oposição à ditadura, como Movimento de Unidade Nacional Anti Fascista (MUNAF) criado em 1943 e, depois, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), eram impulsionados pelo Partido Comunista e não resistiriam à tentação de apressarem a queda da ditadura por métodos violentos ao mesmo tempo que, utilizando o nome de alguns democratas, aspiravam a uma vida legal que proclamava a mudança pela via eleitoral. Assim, o ex-ministro da 1.ª República e prestigiado grão-mestre da maçonaria, general Norton de Matos, enquanto presidente do MUNAF encabeçaria em Agosto de 1945 o falhado golpe de estado constituído por oficiais fiéis ao Partido Comunista e reapareceria, em 1949, como candidato às eleições presidenciais sob a bandeira da «Oposição Democrática Unificada». O MUD, entretanto, tinha sido dissolvido no ano anterior, em 1948, após várias tentativas falhadas de golpes de estado e revoltas militares. O longo período de isolamento internacional dos socialistas e a impotência dos grupos da chamada oposição democrática para se autonomizarem em relação aos comunistas impediria os aliados de descortinarem no nosso país a existência de forças democráticas alternativas e o próprio MUD juvenil seria «acusado alguns anos mais tarde de ser a emanação pura e simples do Partido Comunista»[1].

A situação de marginalidade e de profundas contradições em que vivia a chamada oposição democrática seria exemplarmente tipificada por um dos seus dirigentes que garante poder «afirmar, com conhecimento de causa, que [aquele movimento juvenil] não o foi, apesar de um número dos seus dirigentes estar ligado ao Partido Comunista. É verdade que [o PC] foi um dos seus motores essenciais, mas não foi o único... De facto, a maior parte dos aderentes não tinha posição ideológica definida e situava-se numa perspectiva unitária antifascista»[1]! É óbvio que, no limiar da «guerra fria», entre o brilhante golpe estratégico de Salazar posicionando-se, aos olhos dos aliados vencedores, a Grã-Bretanha e os EUA, como um «bastião da luta contra o comunismo» e as afirmações do «pequeno grupo de abencerragens, sem qualquer influência real no País»[2] de que a oposição a Salazar era constituída na sua maior parte por aderentes que «não tinham posição ideológica definida e se situavam numa perspectiva unitária antifascista», era mais convincente a posição do matreiro ditador.

---

[1] *Le Portugal Bailloné*, p. 58.
[2] Mário Soares no prefácio do livro *Cem Anos de Esperança.*

Na realidade, a incapacidade dos socialistas e dos democratas portugueses para se organizarem e manterem relações com os seus congéneres europeus, após o desalento em que caíram com as divisões da 1.ª República, permitiram a quase «exclusiva» implantação do Partido Comunista e inviabilizaram o estabelecimento de um regime democrático em Portugal, em 1945. E, não obstante a grande desilusão da chamada «oposição democrática» portuguesa perante a opção dos vencedores da Guerra, nem a vitória de Clement Attlee[1] e dos trabalhistas britânicos, em 1945, valeu aos socialistas portugueses. É que, se os havia, ninguém no resto da Europa sabia onde estavam. Mesmo assim, em 1973, a consciência do seu passado de relações subalternas em relação aos comunistas e a evidência dos maus resultados a que esse relacionamento conduzira Portugal anteriormente não seriam motivos suficientes para demover a direcção do ainda jovem movimento socialista de um acordo com o Partido Comunista. Mário Soares, desiludido com as promessas da «primavera marcelista» e com o resultado da CEUD nas eleições de 1969, iniciaria uma longa viagem à volta do Mundo, acabando por se exilar em França, em 1970, após garantida a sua sobrevivência económica enquanto «consultor» do grupo económico de Manuel Bullosa[2]. Neste país acabaria por ser profundamente influenciado pela plataforma unitária que Mitterrand viria a estabelecer com Marchais, passando então a ser o principal defensor de um acordo entre os socialistas portugueses e o Partido Comunista, segundo o modelo francês e a que chamaria «contrato político». E, sem grandes consultas ao seu pequeno grupo político, este contrato transformar-se-ia num «pacto de governo», após reunião «clandestina» dos dois partidos que teve lugar em Paris, em Setembro desse ano. Do qual, por sua vez, só não resultou um programa de acção comum, porque o PC desconfiava das expectativas que os fundadores da ASP tinham manifestado em relação à chamada «primavera marcelista» e estava convencido de que os socialistas não tinham o menor peso no que eles consideravam ser o «conjunto do movimento democrático» português.

De facto, o único trunfo dos socialistas era o terem sido admitidos, um ano antes, na Internacional Socialista. Organização que a União Soviética pretendia penetrar, apesar das «críticas» às suas características «social-democratas»! Mas o PCP, embora seguindo as superiores directivas do PCUS[3] em matéria de política externa, estava des-

---

[1] Clement Attlee foi líder do Partido Trabalhista e primeiro-ministro da Grã-Bretanha de 1945 a 1955. A emergência dos trabalhistas após a Segunda Grande Guerra chegou a convencer muitos anti-salazaristas de que esse simples facto seria o suficiente para a queda do ditador português.

[2] Manuel Bullosa foi um dos principais empresários portugueses de antes do 25 de Abril. Era dono do Crédito Predial Português, Sacor e Banco Franco-Português, de Paris.

[3] Partido Comunista da União Soviética.

fasado da realidade nacional e preferiria desenvolver a sua relação de domínio sobre o MDP/CDE, em detrimento do potencial e das «virtualidades» da aliança desejada por Soares. Mas, para o líder socialista, sob fogo cruzado da propaganda do regime e da extrema-esquerda, o acordo com o PC seria uma credencial preciosa que dissiparia algumas dúvidas no seio da Internacional Socialista. Dúvidas semelhantes às que existiam em relação a François Mitterrand. O acordo de Soares com o PC jamais seria, contudo, um acordo honroso para os socialistas, dada a evidente subalternidade em que se colocavam. Tão-pouco vinha ao encontro da orientação seguida pela esmagadora maioria dos partidos «irmãos» da Europa. Mas, apesar disso, Soares desenvolveria todos os esforços para o dar a conhecer junto dos parceiros da IS, pedindo-me mesmo que o traduzisse para sueco, o divulgasse e o mostrasse ao Partido Social-Democrata Sueco[1].

Como analisarei mais à frente, o sonho unitário da maioria do PS só terminaria em 1975, após a célebre declaração de Salgado Zenha contra a unicidade sindical. Mário Soares demoraria, contudo, bastante mais tempo a assumir esse divórcio.

A transformação do pequeno grupo que constituía a Acção Socialista no Partido Socialista era, acima de tudo, mais do que uma necessidade sentida, uma exigência da Internacional Socialista. Demonstrava o empenhamento e generosidade do secretário-geral Hans Janitschek e o crescente sentimento da social-democracia europeia de que era necessário a todo o custo romper com a sua tradicional filosofia «eurocentrista». Apesar disso, as relações internacionais iniciadas por Ramos da Costa e Tito de Morais a partir de 1964 só seriam elevadas a um nível prestigiante bastante depois da revolução do 25 de Abril e em virtude da percepção de alguns dos principais dirigentes da Internacional Socialista de que o que estava em jogo, em Portugal, era a possibilidade de, pela primeira vez na história, os «mencheviques» poderem derrotar os «bolcheviques».

Aliás, a própria sobrevivência do socialismo democrático estava em jogo. À data da fundação da Acção Socialista, os primeiros contactos internacionais foram efectuados por Francisco Ramos da Costa que vivia exilado em Paris e que, pela sua natureza generosa e extrovertida, criaria grande simpatia entre alguns dirigentes socialistas. Participaria, nomeadamente, na reunião da Internacional Socialista que teve lugar em Estocolmo em 1968 e foi presidida pelo popular primeiro-ministro sueco, Tage Erlander. A sua deslocação fizera-se a convite do já mencionado secretário-geral da Internacional Socialista, Albert Carthy. Em Estocolmo conheceria, entre outros, Willy Brandt, Olof Palme, Golda Meir, Bruno Kreisky e o então presidente da IS, o austríaco Bruno Pitterman. Vindo de Argel, onde deixara os conflitos pessoais e políticos em que os membros da Frente Patriótica de Libertação Nacional se vinham envolvendo

[1] Carta particular de Mário Soares, de 28/09/1973.

cada vez mais, também Manuel Tito de Morais viria a encontrar em Roma a protecção do Partido Socialista Italiano, então dirigido por Francesco de Martino. O que lhe facilitaria, igualmente, importantes contactos junto dos partidos socialistas europeus. Em Lisboa, também Mário Soares tinha, desde o início da década de 60, estabelecido contactos com um funcionário da embaixada da Dinamarca, simpatizante do Partido Social-Democrata Dinamarquês, Axel Buus[1] e com um funcionário da embaixada dos Estados Unidos, de nome Diego Ascensio. Um outro contacto internacional do início dos anos 60, que provaria vir a ter grande utilidade para a carreira de Mário Soares, foi a amizade que estabeleceu com Marvin Howe, jovem correspondente itinerante do *New York Times* em Lisboa e na capital marroquina, Rabat. Depois de algumas menções na imprensa internacional, Marvin Howe conseguiria junto de um grupo de «liberais» norte-americanos, seus amigos, que se reclamavam das tradições de Norman Thomas[2], juntar alguns correspondentes estrangeiros no Overseas Press Club de Nova Iorque com quem Soares comentaria os seus pontos de vista sobre a política colonial de Marcello Caetano. E, graças à assustadora mediocridade e provincianismo dos governantes de então, Mário Soares, ainda em Nova Iorque, seria aconselhado a não regressar a Portugal.

O governo português conhecia de antemão as suas posições sobre a guerra colonial, mas desconhecia por completo o funcionamento da comunicação social internacional, confundindo telegramas das agências noticiosas com campanhas antiportuguesas na imprensa internacional. Marcello Caetano não se conteve e, deixando cair a última máscara de tolerância e de abertura que evidenciara quando tomara posse pouco mais de um ano antes, mandou instaurar um processo-crime ao dirigente socialista. A verdade é que, apesar do empenho de Marvin Howe, os telegramas dos correspondentes que participaram na dita «conferência de imprensa» do Overseas Press Club pouco eco teriam então na imprensa internacional. Segundo o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, Franco Nogueira, revelaria ao historiador José Freire Antunes, Marvin Howe «não era ainda uma correspondente, mas uma principiante»[3]. Tal não corresponde, contudo, à verdade. Tendo em conta que sobre ela já na altura recaíam suspeitas «de ser uma conexão da CIA»[4] e conhecidas as ligações de grandes órgãos de comunicação social americanos com os serviços secretos como viria a ser confirmado pela Comissão de Inquérito a que presidiu o congressista norte-americano

---

[1] Axel Buus seria nomeado embaixador da Dinamarca em Portugal em 1985.

[2] Norman Thomas, seria o grande pioneiro do Movimento Socialista dos Estados Unidos da América.

[3] José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal*, vol.I, p. 90, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986.

[4] José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 91.

Edward Boland[1], então não só ela não seria uma principiante, como seria mesmo uma grande profissional e foi por obra e graça dos seus esforços que Mário Soares começou a ser conhecido da imprensa internacional. Foi, aliás, através «dos seus textos públicos e das suas recomendações à margem do jornalismo, que a CIA — pouco atenta à oposição portuguesa durante os anos de Johnson — aprendeu a soletrar o nome de Mário Soares»[2]. De qualquer modo, foi a partir das iniciativas da correspondente do *New York Times* e, em particular, de uma carta que ela enviaria ao «Special Assistant to the President», Bill Moyers[3], em Outubro de 1965, que Mário Soares iniciaria uma série de contactos com um dos membros da delegação da CIA em Lisboa. Mário Soares refere-se a esses contactos no seu livro *Portugal Amordaçado* como contactos com «um secretário da embaixada americana em Lisboa»[4] mas tudo leva a crer que já se trataria de Diego Ascencio, que o então chefe de informações da PIDE Álvaro Pereira de Carvalho, identificaria como sendo «um dos membros da pequena estação da CIA em Lisboa»[5]. Ascencio seria uma das relações mais precisosas de então de Soares e ainda hoje continuam a manter relações de amizade.

Não admira, portanto, que ainda hoje muitas pessoas continuem a ter uma imagem distorcida do que uma certa imprensa difundiria em tons dourados, após 1974, sobre os chamados contactos internacionais dos socialistas portugueses e do Partido Socialista. Com as incessantes romarias políticas do pós 25 de Abril e a constante exibição de grandes figuras da cena política europeia e norte-americana, como Harold Wilson, James Callaghan, Olof Palme, Willy Brandt, Bruno Kreisky e, entre muitos mais, Edward Kennedy, ficar-se-ia com a ideia de que estes não só protegiam e apoiavam a Acção Socialista Portuguesa com mundos e fundos como recebiam, de braços abertos, os seus dirigentes no exílio ou na clandestinidade. Nada poderia ser mais diferente, se bem que esta «distorção da história» tivesse então algo de premeditado.

[1] Na sequência do inquérito sobre as relações da CIA com os *media* a que presidiu o congressista Edward Boland, o famoso colunista Cyrus Sulzberger, da família proprietária do jornal *New York Times*, admitiria que era normal a existência de contactos regulares entre correspondentes daquele diário no estrangeiro com agentes da CIA. Entre outras actividades apuradas encontrava-se o financiamento de editoras, o reconhecimento de que dezenas de agentes da CIA tinham trabalhado como correspondentes estrangeiros de jornais americanos e agências noticiosas. Um artigo sobre o assunto, da autoria de Cyrille Fall, «The CIA and the Media: An Overview», seria publicado pela primeira vez em 20/02/1978 na revista *Afrique-Asie*, de Paris.

[2] José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 91.

[3] Marvin Howe escreveria uma carta ao acessor do presidente Lyndon Johnson a oferecer-se para pôr a Administração americana em contacto com «porta-vozes qualificados» da oposição. José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 90.

[4] Mário Soares, *Portugal Amordaçado* p. 540, Arcádia, Lisboa, 1974.

[5] José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 56.

Em circunstâncias que descreverei noutros capítulos, eu teria a grande honra de conhecer em 1983 o então presidente de Moçambique, Samora Machel. Era injustamente conhecido em Portugal pelas «anedotas» racistas que o transformavam sempre no «intérprete vítima», ignorando totalmente os seus grandes dotes humanos. Acontece que Samora Machel gostava de contar ele mesmo «histórias» sobre os portugueses e às vezes, com grande sentido de *fair play*, transformava-se a si próprio na «vítima» da anedota. Uma noite, numa conversa que teve comigo em Maputo, satisfaria a minha curiosidade sobre pormenores da transição dizendo-me, meio a sério meio a brincar, que, quando assumiu o poder pela primeira vez, uma das suas primeiras medidas foi só sair à rua com pelo menos o dobro dos *motards* da escolta policial que o antigo governador colonial utilizava. Para a população — diria perante o meu ar de divertido espanto — era um sinal de que o novo presidente moçambicano era duas vezes mais importante que o ex-governador colonial! Ora vem esta maravilhosa história a propósito da imagem que, no nosso país, se «vendeu» com êxito à empobrecida população, farta do seu longo isolamento internacional. A ideia, a partir do momento que se sabe que os portugueses querem seguir um destino comum ao dos seus congéneres europeus, de que quem tinha amigos ricos na Europa era rei! Chegar-se-iam mesmo a descrever relações internacionais sem o menor sentido de modéstia e das proporções, tendo o líder socialista afirmado até ser «evidentemente... amigo pessoal do Schmidt, do Willy Brandt, do Callagham, do Olof Palme, do Yoergensen[1], do Kreisky, do Mitterrand, etc. Posso pegar em qualquer momento no telefone e falar com eles»[2]. Mesmo que fosse verdade em 1979 e que, com excepção de Mitterrand, Mário Soares conseguisse falar com qualquer desses «amigos pessoais» numa linguagem comum, esta afirmação visava o mesmo objectivo dos *motards* de Samora Machel. A realidade era contudo muito diferente, sobretudo, antes do 25 de Abril de 1974!

Desde o lançamento da ASP que os socialistas portugueses encontravam imensas dificuldades em ser reconhecidos em termos de igualdade pelos seus congéneres europeus e o acolhimento político e logístico aos dirigentes portugueses — com excepção da ocasional foto protocolar em reuniões internacionais — estava longe de ser solidário e, muito menos, caloroso. Enquanto exilado, o líder do movimento socialista português nunca seria recebido oficialmente, nunca participaria em nenhuma conferência de imprensa conjunta, em nenhuma conferência de líderes ou reunião bilateral pública com nenhum dos dirigentes da Internacional Socialista. Não há registo de declarações conjuntas de Soares com nenhum dos «amigos» acima mencionados e não se conhece

[1] Trata-se, segundo creio, do ex-primeiro-ministro da Dinamarca, Anker Joergensen.

[2] Mário Soares, *O Futuro Será do Socialismo Democrático*, p. 134, Publicações Europa-América, Lisboa.

um único acto conjunto, nem sequer um simples almoço, que revele aquela intimidade. À excepção de Mitterrand, jamais conseguiria encontrar nos escritos de Palme, Kreisky, Brandt ou Wilson, nem tão-pouco nas suas biografias, uma única referência ao líder português comprovativa daquela autoproclamada amizade. E estes são os exemplos da família socialista. Em contraste, por exemplo, Felipe González, apesar de pertencente a uma geração mais jovem, é frequentemente referenciado por todos eles. No seu livro de memórias, o ex-chanceler alemão e presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt, diz mesmo que «com o jovem Felipe González.... [sentiu] uma forte ligação desde o princípio»[1]. A situação de desconsideração pelo nosso esforço, enquanto dirigentes políticos no exílio, era tal que Mário Soares chegaria a ter mesmo momentos de desespero com os seus «anfitriões» do Partido Socialista Francês que, apesar de estar na oposição e ser, na cena internacional, um partido relativamente insignificante, raramente o recebia e só em casos excepcionais se encontrava com o então secretário das relações internacionais, Robert Pontillon. E, apoio material, nem vê-lo! Por outro lado, como já se disse, para além da foto ou aperto de mão protocolares, os contactos do líder português faziam-se de uma posição humilde e algo humilhante com funcionários dos partidos da Internacional ou, como grande conquista, com os secretários das relações internacionais desses partidos. Estes exemplos de falta de solidariedade eram generalizados, mas para isso é evidente que contribuía o conhecimento dos partidos «estabelecidos» da exiguidade da nossa influência na sociedade portuguesa, que contrastava, no tamanho, com o radicalismo à francesa dos dirigentes da Acção Socialista.

Os socialistas europeus tinham a sensação de que o recém-nascido movimento socialista português era uma criação artificial pequeno-burguesa ou, como diria mais tarde o conhecido e radical ex-ministro britânico, Tony Benn, referindo-se ao líder do PS, «bastava olhar para ele para ver que nada tinha que ver com o socialismo da classe operária»[2]. As dificuldades eram tais, que os poucos financiamentos teriam que ser arrancados quase à força. Perante um pedido de ajuda para o núcleo da Acção Socialista que acabara de ser constituído em Londres, o primeiro núcleo devidamente organizado no exílio, o Partido Trabalhista respondia lamentar, mas não estar «em posição de poder contribuir para a manutenção duma sede. Contudo, se conseguirem obter um espaço talvez possamos contribuir com uma máquina de escrever, estantes, secretárias, etc., de que nós próprios já não necessitemos»[3].

No mesmo ano, Bernt Carlsson, secretário internacional do partido irmão da Suécia escrevia a Mário Soares em Paris: «que a direcção [do PSD sueco] considerou o

---

[1] Willy Brandt, *Minnen*, p. 324, Bergh & Bergh, Estocolmo, 1990.

[2] Tony Benn, *Against the Tide. Diaries 1973-76*, p. 445, Arrow Books, Londres, 1989.

[3] Carta do secretário internacional do Partido Trabalhista Britânico de 20/07/1971.

seu pedido de ajuda financeira de 15 de Outubro, 1971. Foi decidido dar uma contribuição de 10 000 coroas suecas»[1], tendo, após novo pedido de Mário Soares, no ano seguinte, o referido funcionário anunciado uma nova «contribuição de 10 000 coroas suecas»[2]. Mesmo assim esta fonte, que tendo em conta os valores cambiais da altura, e as contribuições dos outros partidos, era extremamente solidária, parece ter secado.

Manuel Tito de Morais escrever-me-ia em Novembro de 1973, pedindo-me para «ir a Estocolmo falar ao Carlsson. Ficou de se encontrar [com ele] aqui em Roma mas não deu sinal de vida, depois de ter recusado a ajuda material que lhe pedíramos. Devias vê-lo e falar também ao Schori[3], não para pedir nada mas para manter o contacto, falar nos nossos assuntos e veres se descobres a razão do afastamento que se verifica».[4]

Estávamos assim bem longe do tempo em que bastava pegar no telefone e falar com o Brandt, o Palme ou o Kresiky. E, se as quantias que o PSD sueco enviava para Paris a Mário Soares eram generosas em relação ao tamanho da ASP e das nossas expectativas, elas eram, na realidade, insignificantes se comparadas com o financiamento sueco a outras organizações consideradas importantes. A título de comparação, bastaria dizer que na altura o apoio financeiro da Suécia à luta da FRELIMO era 7500 vezes superior ao enviado a Mário Soares, para Paris. Após divulgação pelo *The Times* de Londres, a 10 de Julho de 1973, do massacre de Wiriyamu relatado pelo padre católico Adrian Hastings, o ministro sueco dos Negócios Estrangeiros do governo de Olof Palme, Krister Wickman anunciaria que o aumento da ajuda sueca à FRELIMO seria aumentado de 3 para 5 milhões de coroas[5]. O malogrado ex-primeiro-ministro da Suécia tinha, aos 22 anos e enquanto secretário da União de Estudantes Suecos, promovido uma colecta a favor de bolsas de estudos para estudantes africanos. Um dos primeiros a serem beneficiados, já no ano de 1949, fora exactamente o fundador da FRELIMO, Eduardo Mondlane, de quem Palme viria a tornar-se grande amigo[6].

Até à fundação do Partido Socialista e para além da filiação da ASP na Internacional Socialista em 1972, a actividade dos socialistas portugueses limitar-se-ia a uma frus-

---

[1] Carta do secretário internacional do PSD sueco a Mário Soares de 26/10/1971. Anexo 1.

[2] Carta do Secretário Internacional do PSD sueco a Mário Soares de 14/04/1972.

[3] Refere-se a Pierre Schori, na altura acessor de Olof Palme e actualmente ministro da Cooperação. Schori fez parte da missão da IS chefiada por Hans Janitschek a Portugal em 1969, detida pela PIDE e, depois, expulsa por Marcello Caetano.

[4] Carta de Tito de Morais de 14.11.1973. Embora os suecos me mantivessem ao corrente dos financiamentos que faziam à ASP através de Mário Soares, o responsável pela organização da ASP, Manuel Tito de Morais, não tinha aparentemente conhecimento desses financiamentos. Este estilo de «organização» seria típico do PS também após o 25 de Abril!

[5] Keasing's Contemporary Archives, 17-23 de Setembro de 1973.

[6] Olof Palme, *Le Rendez-vous Suédois*, pp. 14-15, Editions Stock, Paris. 1976.

trante monotonia. Conseguira, após a minha adesão em 1970, constituir em Londres o primeiro núcleo, com mais meia dúzia de pessoas. Por outro lado, através da exígua solidariedade do Partido Socialista italiano e dos partidos sociais-democratas sueco e alemão, Mário Soares e Manuel Tito de Morais iam conseguindo algum financiamento para marcar presença nos conclaves da Internacional Socialista. Mas foi graças ao núcleo de Londres, que eu constituiria em 1970, que a grande oportunidade política surgiu no contexto da visita oficial de Marcello Caetano à Grã-Bretanha de 16 a 18 de Julho de 1973. Três meses antes, em Abril de 1973, estava prevista uma reunião, na República Federal da Alemanha, de quadros da ASP do interior com os elementos no exílio. As passagens e a estadia num centro de formação do SPD seriam em parte financiados pela Fundação Friedrich Ebert, graças ao empenhamento de uma sua funcionária, Elke Esters, que acompanhava a situação na Península Ibérica para aquele instituto. Era casada com um funcionário superior da Fundação e tinha uma grande simpatia, quer pelo Partido Socialista Popular de Espanha e por Tierno Galván, quer pelos socialistas portugueses, graças à amizade que estabelecera com Gustavo Soromenho. A reunião na Alemanha, prevista para a Páscoa de 1973, não passava de um mini-congresso da ASP ou, como Tito de Morais lhe chamaria, uma «Assembleia de Quadros» cujo «número de participantes [estava] limitado a 20 por razões financeiras»[1]. Os participantes poderiam levantar os seus bilhetes nos escritórios da Lufthansa e deveriam encontrar-se no restaurante do aeropeorto de Colónia no dia 16 de Abril, entre as 17 e as 18 horas da tarde. Mas, algumas semanas antes, Mário Soares decidiria abordar a questão da transformação da ASP em Partido. A reacção dos elementos que viviam em Portugal foi inicialmente contra tal decisão. A sua tese, para além de justificadamente poderem alegar que meia dúzia de cavaleiros andantes não faziam um partido político, baseava-se essencialmente no receio que tinham das represálias da PIDE, se soubesse que tinham estado na fundação de um partido político, crime então punível com uma pena de prisão!

Em Bad Munstereifel compareceriam vinte e sete fundadores, dos quais onze residentes em Portugal. Mário Soares, Ramos da Costa e Liberto Cruz viviam em Paris. Soares vivia desafogadamente, leccionando instituições portuguesas na Universidade de Vincennes e, sobretudo, enquanto consultor do Banco d'Outre Mer de Manuel Bullosa. Este emprego, que era a sua principal fonte de rendimento só seria revelado, pelo próprio, em 1983. Jorge Campinos leccionava na Universidade de Poitiers e Francisco Ramos da Costa era considerado um homem abastado que vivia de rendimentos que tinha em Portugal. Manuel Tito de Morais e Gil Martins viviam em Roma. O primeiro era financeiramente apoiado pelo Partido Socialista Italiano e o segundo estudava arquitectura. Fernando Loureiro era licenciado em medicina e vivia na Suíça, onde tra-

[1] Circular da ASP de 7 de Março de 1973.

balhava para um empresa farmacêutica. Bernardino Gomes vivia na Bélgica e estudava na Universidade Católica de Louvaina. De Londres vinham José Neves que era funcionário de uma empresa de equipamentos de escritório e Seruca Salgado que tinha participado, enquanto militante da LUAR, na tentativa de golpe de Beja refugiando-se primeiro em Argel. Da Alemanha vinham Gomes Pereira, que lá trabalhava como metalúrgico, assim como Lucas do Ó, Carlos Novo e Carlos Queixinhas. De Portugal estariam presentes os advogados Catanho de Menezes, Gustavo Soromenho, Fernando Vale, Fernando Borges e António Arnaut. Arons de Carvalho, Nuno Godinho de Matos e Roque Lino eram licenciados em direito e Maia Cadete, Mário Mesquita e Carlos Carvalho eram jornalistas. A única mulher presente seria Maria Barroso que, na Alemanha, representaria essencialmente o grande ausente, Francisco Salgado Zenha. Também outros, à data reconhecidamente ligados à fundação do Partido Socialista, não estariam presentes pelas mais variadas razões. Áurea Rego que vivia em Londres e muito fez para dinamizar o núcleo de Londres, Raul Rego, António Macedo, Jaime Gama, António Campos, José Luís Nunes, Magalhães Godinho e Vasco da Gama Fernandes, são alguns dos ausentes de maior relevo.

Em qualquer dos casos o Partido que fundámos na Alemanha, no dia 19 de Abril de 1973, não teria mais de cinquenta filiados em todo o mundo e a polémica que viria à luz, aquando das celebrações do vigésimo aniversário da fundação, sobre quem votara a favor e quem era contra a transformação da ASP em partido é realmente pouco relevante. E apesar do meritório esforço jornalístico de Mário Mesquita, nem a fundação do PS teria a «benção» de Willy Brandt[1] nem os que votaram contra a fundação do PS, como foi o caso de Salgado Zenha, através de Maria Barroso, e do próprio Mário Mesquita, o fizeram por razões doutrinárias. Willy Brandt não esteve presente nem enviou qualquer mensagem a este congresso fundador e os únicos representantes do SPD seriam a funcionária da fundação Ebert para as questões ibéricas, Elke Esters e, no último dia, o secretário internacional Hans Eberhard Dingels que é igualmente funcionário e não pertence aos quadros dirigentes daquele partido.

O SPD não acreditava então, nem na viabilidade do Partido Socialista enquanto partido de massas, nem na queda do regime. As razões que levariam sete congressistas a votar contra explicam-se em alguns casos pelo receio das consequências de tal

[1] No extenso trabalho sobre a fundação do PS publicado pelo *Diário de Notícias* de 16/04/1994, Elke Esters afirma a Mário Mesquita que foi «a relação entre Willy Brandt e Mário Soares [que] esteve na base da "benção" oeste-alemã à fundação do PS». Em 19 de Abril de 1973, Willy Brandt era chanceler do seu país e mal conhecia Mário Soares. No seu livro de memórias *Minnen*, já citado, nunca se refere a este acontecimento nem ao seu empenhamento para a fundação do PS português. Também não refere qualquer relacionamento com o líder do PS, depreendendo-se, aliás, o contrário.

acto, noutros casos porque também havia quem achasse que para se ser um partido político era necessário ter mais que meia centena de dirigentes. Havia ainda os que viam na fundação do PS uma manobra apressada e camuflada de Mário Soares para poder negociar com o PCP o acordo que viria, aliás, a assinar cinco meses depois, sem mandato das «exíguas» bases.

Depois da filiação da Acção Socialista na Internacional Socialista, em 1972, a fundação do PS passaria despercebida, não tivesse sido a revelação pelo *The Times*, no dia 10 de Julho de 1973, do massacre perpetrado em Wiriyamu, Moçambique, pelas Forças Armadas portuguesas. Na base deste enorme escândalo, que o conhecido diário britânico revelaria uma semana antes da chegada de Marcello Caetano a Londres para uma visita oficial destinada a celebrar os 600 anos da Aliança Anglo-Portuguesa, estava um relatório da ordem dos padres de Burgos, que o padre inglês Adrian Hastings fizera chegar àquele jornal. O primeiro-ministro britânico, o conservador Edward Heath seria colocado numa posição insustentável tendo, Harold Wilson, então líder da oposição trabalhista, exigido o cancelamento da viagem de Marcello Caetano. Wilson diria, num claro aproveitamento da situação, que apesar de Portugal ser aliado da Grã-Bretanha há 600 anos e seu parceiro na NATO, nem se justificava festejar a visita do primeiro-ministro de Portugal nem, «depois do que [fora] relatado , se justificava a presença de Portugal na NATO»[1]. As pressões não convenceriam, contudo, Heath a cancelar a visita oficial do primeiro-ministro português e o Partido Trabalhista organizaria uma série de manifestações de rua contra a visita, convidando para o efeito o núcleo de Londres (que então era dirigido por José Neves), e Mário Soares a estarem presentes. Seria, então, visível o enorme embaraço do governo português, cujos desmentidos não convenceriam ninguém, muito menos porque persistia em apelidar a FRELIMO de «organização terrorista».

Os dirigentes trabalhistas boicotariam todas as cerimónias, tendo Harold Wilson recebido uma delegação do PS, chefiada por Mário Soares, o que provocaria grande histeria no seio do governo português. Este participaria ainda numa importante sessão solene organizada pelo padre Adrian Hastings em Chattham House, com a presença da fina flor da esquerda britânica. Pela primeira vez, aparecia o nome de Mário Soares na imprensa britânica e em toda a imprensa mundial, enquanto Marcello Caetano era apresentado, com desdém e sem subterfúgios, como um ditador. O próprio primeiro-ministro Edward Heath não escondia o desconforto com que recebia o seu homólogo português. Pode-se afirmar, sem margem para dúvidas, que o ano de 1973 seria o *anno horribilis* de Caetano.

---

[1] Intervenção de Harold Wilson na Câmara dos Comuns, em 17 de Julho de 1973. *Kiesing's Contemporary Archives, 17-23 de Setembro*, p. 26 099.

O aumento dos custos materiais e humanos das operações militares em África, a revelação dos sucessos da luta armada dos Movimentos de Libertação, o descrédito internacional que derivaria da revelação de Wiriyamu, a declaração de independência da Guiné por parte do PAIGC e as posições assumidas por Sá Carneiro em Portugal eram por si só premonitórias do fim do regime. Mesmo assim, Marcello Caetano não percebera que existiam agora outras alternativas perfeitamente aceitáveis para o mundo ocidental, que não passavam pela continuidade do regime salazarista! O Partido Socialista com os seus cinquenta militantes e o seu acordo de governo com o Partido Comunista iriam ser, sem o imaginarem e sem terem para isso contribuído, os grande beneficiários da miopia do sucessor de Salazar e da revolta militar que culminaria com o 25 de Abril.

Capítulo II

«Enfrentar as realidades»
1974-1975

Quando o golpe militar dos operacionais do MFA começa a dar sinais de ter êxito, primeiro com a fraca resistência, senão mesmo ausência dela, por parte do Governo e seus apoiantes e, depois, com a rendição de Américo Tomás e de Marcello Caetano, ninguém, nem mesmo os próprios «capitães de Abril», tinham qualquer noção do rumo que o acto que acabavam de desencadear iria ter. O PCP, embora a força mais bem implantada no seio dos sindicatos e das forças de oposição, não estava, contrariamente ao que por vezes é feito constar, no segredo dos «capitães». As forças que apoiavam o regime debandariam em pânico, sem o menor esboço de solidariedade com Marcello Caetano. A este propósito, vale a pena constatar tal falta de coragem através do «humor» de Freitas do Amaral, cujo pai era então deputado da Acção Nacional Popular. Este, apesar de saber que Marcello Caetano já se tinha «refugiado» no Quartel do Carmo, resolveu, no próprio dia 25 de Abril ir marcar o ponto à Assembleia Nacional, num gesto que muito abona a seu favor e não foi em vão, uma vez que serviu para constatar que a esmagadora maioria dos ditos «representantes» do Povo tinha «desaparecido». Como afirma Diogo Freitas do Amaral, essa «sessão não se realizou por falta de quórum! Não foram muitos, naquele dia, os bravos de S. Bento»[1].

Os liberais, simbolicamente representados pelos deputados contestatários, com destaque para Francisco Sá Carneiro, que talvez mais do que ninguém criaram as condições psicológicas propícias à aceitação generalizada da mudança brusca do regime, não estavam minimamente organizados para ocuparem, no aparelho de Estado, as oportunidades que lhes viriam a ser proporcionadas. Tivesse aliás Francisco Sá Car-

[1] Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução*, pp. 151-152, Bertrand/Nomen, Lisboa, 1995.

neiro, legal ou ilegalmente, conseguido criar em Portugal um partido social-democrata, filosofia que ele, de facto, perfilhava, e não haveria dúvidas de qual o único movimento que se poderia então considerar o mais provável «herdeiro» do 25 de Abril. Os militares, como afirma o próprio Otelo, tinham então como meta «a restauração do prestígio das Forças Armadas»[1] e não são aparentes quaisquer indícios de que, por detrás do Movimento das Forças Armadas, existisse um plano politicamente concertado e ideologicamente fundamentado. Spínola era um anticomunista convicto e, no fundo, considerava-se um patriota com a missão de reestabelecer em Portugal uma democracia mais ou menos liberal e manter a possível unidade do «império colonial» em moldes que os Movimentos de Libertação pudessem aceitar. Os socialistas, à semelhança do PCP, seriam completamente apanhados de surpresa, estando mesmo Mário Soares em viagem pela República Federal Alemã, na penosa e, até então, pouco frutífera missão de angariação de fundos junto do SPD e da Fundação Friedrich Ebert. Ambos, PS e PCP estavam, aliás, perfeitamente preparados, quando ainda em Abril chegaram a Portugal os seus líderes, para aceitar uma democractização progressiva do regime português, tipo «De Gaulle», sob a orientação de um general Spínola.

Quando as primeiras notícias do golpe foram divulgadas na Suécia, pelas 7 da manhã, encontrava-me no meu carro a meio caminho entre Malmöe e Lund, bela cidade medieval onde preparava a minha licenciatura em Ciências Políticas. Ouvi, estupefacto, que a revolução estava na rua e que os soldados revoltosos estariam a encontrar pouca resistência. Escusado será dizer que nesse dia fiz gazeta, regressando a casa onde fiquei pregado ao rádio e tentanto, por todos os meios, conhecer mais pormenores por via telefónica. O que não foi muito fácil já que, com toda a gente na rua, os de Portugal não respondiam e dos outros, do Ramos da Costa em Paris, do Tito em Roma ou do Fernando Loureiro que entretanto tinha passado a viver na Bélgica, a única notícia que chegava é que «andavam todos à procura do Mário», que estava na Alemanha. Este, alertado por um dirigente do SPD de que «está a haver uma tentativa de golpe de estado em Portugal»[2], regressa a Portugal via Paris onde, com Ramos da Costa e Tito de Morais, apanha o comboio que chegaria a Santa Apolónia no dia 28 de Abril.

Mas é evidente que para todos, mesmo para o PC, não obstante as confidências de um anónimo ex-dirigente do PCP ao Prof. Freitas do Amaral de que em 25 de Abril de 1974 o PCP tinha «conseguido infiltrar amplamente as Forças Armadas. Mais de metade dos capitães, tenentes e sargentos pensavam como [o PCP] e seguiam as [suas] instruções»[3], o 25 de Abril apanhou todas as forças políticas, a PIDE, o corpo diplo-

[1] José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 235.

[2] Teresa de Sousa, *Mário Soares*, p. 65, Nova Cultural, Lisboa, 1988.

[3] Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução*, ed. cit., p. 142.

mático e todos os serviços de informações estrangeiros de surpresa. E para além da reveladora surpresa generalizada, também não parece credível que o PCP fosse o motor do golpe e que o movimento dos «capitães de Abril» tivesse então sido infiltrado por aquele partido. Para além das reticências iniciais quanto à natureza do golpe, demonstradas pelo Dr. Álvaro Cunhal, este, após encontro com o general Spínola «prontificou-se a colaborar com a Junta na estabilização do regime»[1].

Uma simples análise dos factos demonstraria que a impreparação dos liberais, o colaboracionismo inicial dos socialistas, a dispersão e pavor da direita e a pavorosa mediocridade política do Gen. António de Spínola terão sido os factores que conduziram à supremacia dos comunistas, a qual em matéria de organização política, rapidamente se tornou evidente. Esta supremacia organizativa induziria inúmeros militares «politicamente analfabetos», de repente convencidos dos seus gloriosos actos revolucionários e das promessas de um futuro pleno de fortuna e glória, ao seu alinhamento com o PCP. Uma arte de sedução política em que, aliás, o PCP se revelaria mestre. Perante a impreparação das forças democráticas no seu conjunto e até, como aconteceu com o PS, com as manifestações de subalternidade destas, sem dúvida que muitas pessoas viriam também a ficar deslumbradas com os enormes meios materiais que o PCP exibia. Desde o início da «Revolução» que eram perfeitamente visíveis os enormes meios demonstrados pelo PCP a todos os níveis, incluindo o diplomático, que se traduzia num apoio sólido e unânime ao PCP por parte de todos os países do bloco de Leste, liderado pela União Soviética e com o qual a política externa do general Spínola, inexplicavelmente, consideraria ser prioritária a normalização! Pelo contrário, e embora isso não fosse tão evidente, após o 25 de Abril, o Partido Socialista nem sequer tinha a certeza do apoio dos principais partidos da Internacional Socialista, quanto mais o dos EUA que viria, postreriormente, a motivar, em grande parte, o primeiro!

A Junta de Salvação Nacional dificilmente poderia, no dia 25 de Abril, ser considerada de esquerda e muito menos associada ao Partido Comunista. Quaisquer extrapolações posteriores só se compreendem para justificar a incapacidade, quer da direita, quer da esquerda democrática, para então fazer compreender aos homens do MFA as vantagens e superioridade da via democrática. O general Spínola que, enquanto presidente da Junta de Salvação Nacional, seria nomeado Presidente da República, Silvério Marques, Pinheiro de Azevedo, Galvão de Melo, Diogo Neto, Costa Gomes eram todos homens de direita; por outro lado, pouco se conhecia a respeito da personalidade de Rosa Coutinho, apesar de bem visto pelos americanos após um curso que frequentara naquele país. Costa Gomes, que posteriormente viria a ser aliciado para o campo

[1] José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal*, ed. cit.. p. 319.

comunista, atingindo mesmo o mais baixo grau de subserviência ao dar cobertura às actividades da estratégia soviética através do Conselho Mundial da Paz,[1] era inicialmente parte do *establishment* ocidental, tendo mesmo sido ele o primeiro a propor o general Spínola para presidente da Junta.

O primeiro-ministro escolhido em segunda mão para chefiar o Primeiro Governo Provisório, Prof. Adelino da Palma Carlos, era um republicano «maçon», de pendor mais conservador que liberal. Os membros do Primeiro Governo Provisório eram igualmente, na sua sua grande maioria, liberais e conservadores nomeados com base nas propostas e recomendações dos chefes partidários, com excepção de Raul Rego e Firmino Miguel[2]. O general Spínola convidaria inicialmente Raul Rego para primeiro-ministro uma vez que «os capitães [estavam] convencidos de que [deviam] muito ao *República*, única voz da Oposição Democrática ao fascismo»[3]. De facto, Spínola escolhera Raul Rego pessoalmente graças à amizade que os unia e à cobertura e «legitimação» que Rego lhe dera no jornal *República*, na fase que antecedeu o golpe do 25 de Abril. Mas, «atendendo a que Mário Soares lhe não inspirava confiança»[4], seria também Rego quem aparentemente convenceria Spínola a incluir o líder do PS no Governo. Raul Rego era um distinto jornalista socialista. Acabaria, em circunstâncias nunca devidamente explicadas, por lhe ser retirado o convite, sendo então nomeado ministro para a Comunicação Social. Um convite que o próprio Mário Soares, enquanto primeiro-ministro, nunca repetiria. Contudo, a história e a curta passagem de Raul Rego pelos governos provisórios está por contar. É que, no quadro das suas afinidades políticas e «maçónicas», seria Rego quem mais influenciaria o general Spínola nas suas primeiras escolhas políticas. Quer para primeiro-ministro, em sua substituição, quer para ministro dos Negócios Estrangeiros. Mas, apesar da sua influência, não terá partido, como tudo indica, de Raul Rego a iniciativa de sugerir a inclusão do PCP no I Governo. Era uma decisão gravíssima e inédita num país da NATO, que só se compreendia no quadro do complexo de esquerda do secretário-geral do PS e no âmbito do acordo que tinha assinado com aquele partido, meses antes, em Paris.

---

[1] O Conselho Mundial da Paz ou «World Peace Council» era considerado a principal organização frentista da política externa soviética, embora aparecesse como uma organização internacional apartidária. Era presidido por um conhecido comunista indiano, Rommesh Chandra, e atraía inúmeros desiludidos da política e comunistas envergonhados. Era financiado pelo PCUS e defendia sempre, no plano internacional, as posições da União Soviética.

[2] O então coronel Firmino Miguel era apontado como sendo amigo íntimo do general Spínola, sendo nomeado ministro da Defesa.

[3] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 25.

[4] João Hall Themido, *Dez Anos em Washington, 1971-1981*, p. 178, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.

Valerá talvez a pena analisar aqui, tanto quanto é possível a mais de vinte anos de distância, se a ideia da inclusão do Dr. Álvaro Cunhal no I Governo Provisório parte realmente do general, como ele próprio admitiria em entrevista de fim de carreira (e já admirador do Dr. Mário Soares), em 1984, ao historiador e jornalista José Freire Antunes[1], ou se ela parte do primeiro encontro com Mário Soares. Ora, dados os sentimentos anticomunistas do general Spínola, dada a sua amplamente demonstrada ignorância política e o facto de se saber que Mário Soares teria dito ao general que se Cunhal não entrasse ele também não entrava para o Governo, parece evidente que a decisão foi influenciada decisivamente pelos socialistas. Aliás, Soares diria a Dominique Pouchin de forma peremptória que Spínola não era então favorável «à presença dos comunistas no governo»[2]. Também me parece duvidoso, e nenhum registo existe que o confirme, que tenha sido o próprio secretário-geral do PCP a reivindicar tal lugar! O que implica que estando à partida excluída a hipótese de terem sido os comunistas a insistir na sua participação — e não devemos esquecer que o PCP em Abril de 1974 ficaria satisfeito com a sua mera legalização — estamos perante a probabilidade de ter sido o próprio Mário Soares, na sua primeira entrevista com Spínola, graças ao apoio de Raul Rego, quem lançou Cunhal para o I Governo, a fim de ele próprio se tornar indispensável na pasta dos Negócios Estrangeiros!

O ex-embaixador de Portugal em Washington, João Hall Themido, confirma que Mário Soares «não inspirava confiança»[3] ao general Spínola, que terá simplesmente comentado que Soares não era «um génio» mas daria «um ministro aceitável»[2]. «Sá Carneiro estava no Governo, como ministro sem Pasta, para acompanhar de perto os problemas da política externa»[3] necessitando o general apenas de alguém para abrir «as portas»[2] do reconhecimento à Revolução, convencido das «ligações europeias do líder do PS»[4]. Do ponto de vista do Partido Socialista — tanto quanto me seria dado a conhecer posteriormente — não havia nenhuma vantagem em que a pasta dos Negócios Estrangeiros fosse ocupada por Mário Soares, havendo outros dirigentes, como por exemplo Ramos da Costa, que não tendo que se ocupar com a organização do Partido, era quem melhores relações internacionais detinha no PS de então, além de dominar razoavelmente o idioma inglês! Não seria essa, evidentemente, a opinião do próprio Mário Soares, que considerava que «ninguém mais do que [ele] tinha então a possibilidade de conquistar rapidamente a simpatia da Europa e do Mundo para uma revolução tão repentina, que inquietava o estrangeiro»[5]. Contudo só Mário Soares teria

---

[1] José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal*, ed. cit., p. 322.
[2] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 26.
[3] João Hall Themido, *Dez Anos em Washington*, ed. cit., p. 178.
[4] José Freire Antunes, *ibidem*, p. 323.
[5] Mário Soares, *ibidem*, p. 26.

essa opinião, com a falta de modéstia que todos lhe conhecem. O mundo inteiro recebera o anúncio do 25 de Abril com grande regozijo e quem dava garantias e tranquilizava os governos aliados de Portugal na NATO era exactamente o general Spínola e não o socialista Mário Soares, co-signatário de um «inquietante» acordo de governo com o Partido Comunista.

Teremos contudo que admitir que o 25 de Abril encontrara o País e os seus dirigentes (quer os cessantes, quer grande parte dos emergentes) num estado de grande provincianismo e isolamento internacional, o que explicaria a grande necessidade que Spínola sentia de ter alguém que lhe abrisse portas e alguém que controlasse as actividades do «porteiro»! O Partido Socialista achava o seu secretário-geral fundamental para organizar um partido que a 25 de Abril não existia «de facto» e que, como se veria alguns meses depois, ia sendo «entregue» ao PCP no seu I Congresso. Os socialistas, em 1974, não só não queriam que Soares fosse o ministro dos Negócios Estrangeiros do general Spínola como exigiam «que ficasse em Lisboa a fim de organizar o mais rapidamente possível as infra-estruturas do Partido»[1]. Este, no entanto, não seguiria os conselhos dos amigos, admitindo mesmo que nenhuma atenção dava ao seu partido pois «as raras semanas que passava em Lisboa eram absorvidas por Conselhos de Ministros intermináveis»[2]. Mas, mais uma vez demonstrando aquela vaidade que Tony Benn[3] diz ter encontrado no líder do PS, este explica o seu «sacrifício» pela Nação em detrimento do seu partido, perguntando-se «quem era suficientemente conhecido de Willy Brandt para lhe pedir uma audiência no próprio dia? Quem é que podia organizar, à pressa, um encontro com o Presidente Senghor, de passagem por Paris? Quem é que tinha a possibilidade de reunir em Helsínquia com um simples telefonema, os líderes da social-democracia escandinava? Quem é que Harold Wilson esperava para reconhecer, sem mais demora, o novo regime português?»[4]. Mas, acrescentaria, «é evidente que o meu partido tirou proveito dessas viagens»[5].

A necessidade de angariação de fundos para o PS, embora fundamental naquela fase, também não justificava que fosse o secretário-geral a ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros. Francisco Ramos da Costa e Manuel Tito de Morais tinham sido no passado, e continuavam então a ser, não só angariadores de fundos como elementos bem creditados junto da Internacional Socialista, a quem tinham apresentado Mário Soares, anos antes. Por outro lado, para além da ridícula vaidade demonstrada, a sua

---

[1] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 61.

[2] *Idem*, p. 77.

[3] Tony Benn, *The End of an Era*, *ob. cit.*, p. 108.

[4] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, p. 62.

[5] *Idem*, p. 62.

autopromoção não passaria de uma operação de branqueamento que só o provincianismo reinante deixaria passar em claro.

De facto, Willy Brandt, que à semelhança de qualquer outro chefe de governo socialista receberia com o maior prazer qualquer enviado especial do novo regime português, estava demissionário após a prisão, a 24 de Abril de 1974, do seu conselheiro Gunther Guillaume, acusado de ser espião do KGB. Seria já Helmut Schmidt, que Soares não conhecia, a reconhecer o novo regime português. Senghor, embora ainda não ligado à Internacional Socialista, ao que parece receberia com igual prazer qualquer enviado do general Spínola. E só por grande pretensão se poderia imaginar que o telefonema do MNE português levaria os líderes da social-democracia escandinava a reunir em Helsínquia para um encontro com ele. Acontece que quando Mário Soares pediu para ser recebido pelo então primeiro-ministro sueco, Olof Palme, lhe foi dito que seria melhor deslocar-se a Helsínquia, onde os quatro primeiros-ministros dos países nórdicos estavam reunidos numa das habituais reuniões do Conselho Nórdico. Eram eles o sueco Olof Palme, o dinamarquês Anker Joergensen, o norueguês Trygve Brattelli e o anfitrião, Kalevi Sorsa. Todos sociais-democratas ansiosos por ter notícias do que se passava em Lisboa.

Torna-se mais credível que ao insitir junto de Spínola na inevitabilidade da presença do Dr. Cunhal no Governo se estivesse ele próprio a tornar inevitável como sendo, na altura, o socialista e, provavelmente, o português mais bem credenciado para ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros, de que necessitava para se autopropulsionar internacionalmente. Político comprovadamente astuto, sabia que em Portugal os próximos anos passariam pela vertente internacional e que o seu futuro político teria que passar pelas Necessidades. Também sabia que no Partido Socialista não existia na altura «um centavo» e que o controlo dos financiamentos representaria igualmente o controlo do partido.

O Conselho de Estado, que por ordem hierárquica precedia o Governo, tomou posse pouco mais de um mês após o 25 de Abril e também nada tinha de esquerdista, dele fazendo parte sete elementos escolhidos pelo general Spínola: o seu chefe da casa militar, tenente-coronel Almeida Bruno e o coronel Rafael Durão, ambos da sua confiança pessoal; os civis eram Freitas do Amaral, Azeredo Perdigão, Henrique de Barros, cunhado de Marcello Caetano, que viria em Dezembro a aderir ao Partido Socialista, Ruy Luís Gomes e Isabel Magalhães Colaço. Da Coordenadora do MFA tinham assento no Conselho de Estado os majores Vítor Alves e Melo Antunes, os comandantes Vítor Crespo e Almada Contreiras, os capitães Pereira Pinto e Costa Martins e o coronel Vasco Gonçalves. De todos, só Vasco Gonçalves e Almada Contreiras estariam «ideologicamente» próximos do PCP. Otelo Saraiva de Carvalho, um dos principais, senão o principal operacional, que planeou e tornaria possível o 25 de Abril, era

um homem da maior confiança do general Spínola desde os tempos da Guiné e nem ele nem, aparentemente, a maior parte dos seus companheiros percebiam nada de política, nem mantinham contactos com o Partido Comunista. Algo semelhante me dissera em tempos Olof Palme que tivera vários contactos com Otelo Saraiva de Carvalho por quem nutria grande simpatia. Contou-me, durante um momento de boa disposição no centro de formação do movimento sindical sueco, em Bommersvik, que Otelo lhe dissera durante a sua primeira visita a Portugal, em Outubro de 1974, que antes do 25 de Abril sempre considerara a social-democracia demasiado à esquerda. Era opinião do malogrado primeiro-ministro da Suécia, que Otelo e os capitães de Abril que ele tivera oportunidade de conhecer, não passavam de militares inicialmente bem intencionados e politicamente «analfabetos», que o PCP habilmente conseguira, com apoio da comunicação social, transformar em «estrelas». O que infelizmente iria dificultar a sua adaptação à democracia parlamentar.

Ora não sendo o MFA à partida nem estruturado, nem politizado e permanecendo, à semelhança do que sempre foi a tradição dos militares portugueses, incapaz de governar, como foi possível deixar que o rumo da revolução passasse a ser ditado pelo PCP? Que interesses estavam em jogo e quem foi responsável por tal aventura, que ia atirando Portugal para uma terrível ditadura comunista?

O general Spínola em primeiro lugar. Não conhecia as pessoas que convidava e, aparentemente, tão-pouco conhecia os seus próprios colaboradores. A sua ignorância política e até o seu provincianismo, juntamente com a sua vaidade, impediram que a confiança depositada em si, de início, pelos capitães de Abril perdurasse. O seu primeiro erro foi estar ele próprio convencido de que lhe bastava a autoria do seu «best-seller», *Portugal e o Futuro*, para ocupar o lugar de Presidente da República. Depois, traindo os seus princípios de homem essencialmente reaccionário, que tinha participado na Guerra Civil de Espanha e no cerco nazi a Estalinegrado, aceitar que Álvaro Cunhal e o PC tivessem assento num governo de um País da NATO, na altura mais necessitado da ajuda económica e política dos seus aliados do que do reconhecimento diplomático dos países de Leste. Foi uma medida nunca aceite pelos parceiros de Portugal na NATO, que constituiu um perigoso precedente na Europa Ocidental e que nem os italianos, onde o PC era fortíssimo e mais democrático, alguma vez ousaram pôr em prática. A decisão de incluir comunistas no I Governo Provisório obrigaria, aliás, o então ministro dos Negócios Estrangeiros a desperdiçar as oportunidades que se ofereciam ao nosso país, usando todo o seu tempo para explicar a insólita decisão.

Esta medida iria custar caro ao general Spínola pouco tempo depois, quando «acordou» e tentou, num súbito golpe de autoritarismo, efectuar mudanças ao que previamente acordara com os «capitães de Abril», durante o que ficou conhecido por «crise Palma Carlos». Aí já não iria encontrar um único gesto de solidariedade internacional,

nem na Europa nem dos EUA, cujo regime ele afirmara ao embaixador americano querer copiar quando lhe transmitira pretender «implantar uma democracia de tipo ocidental, segundo as linhas existentes nos Estados Unidos da América»[1]. Por outro lado, e apesar da desconfiança que Spínola tinha em relação ao líder do Partido Socialista, aceitou nomeá-lo para ministro dos Negócios Estrangeiros sem uma clara definição dos objectivos do seu Governo em matéria de política externa, para além da muito difusa «abertura de portas» e o estabelecimento de relações diplomáticas com os Países de Leste. Ainda hoje não são claros.

Mário Soares chegara a Portugal sob a influência do contrato político acordado com o PC em Paris em 1973 e, pior do que isso, perfeitamente convencido de que o PS estava predestinado a um papel subalterno em relação aos comunistas. E embora discordando dos comunistas portugueses, sobretudo em matéria de liberdades, com eles mantinha algumas afinidades derivadas da sua formação na unidade antifascista e, também, do seu deslumbramento com as teses de François Mitterrand sobre a matéria. Ora, sendo natural que fosse convidado para uma pasta no Primeiro Governo Provisório, não tanto porque se pensasse, em Abril de 1974, que o jovem PS viria a ser uma grande força política em termos eleitorais mas, sobretudo, porque em 1974, os principais governos da Europa Ocidental eram dirigidos por partidos filiados na Internacional Socialista, a pasta dos Negócios Estrangeiros, se bem que útil à sua promoção pessoal, só faria sentido do ponto de vista dos membros da Junta de Salvação Nacional, após decisão de que seria útil à «Revolução» incluir o PCP no governo. De outro modo, faria pouco sentido, naquela altura, quer do ponto de vista nacional quer do ponto de vista partidário.

Começando por este último, era evidente que o minúsculo Partido Socialista tinha que ser rapidamente organizado e, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o seu secretário-geral não disporia de tempo para conduzir tal tarefa, como ele próprio admitiria mais tarde. Mas organizar então o PS era uma tarefa vital para a democracia.

Em termos de interesse nacional, e até do seu próprio prestígio pessoal, Spínola não compreendera que o essencial para o País e para a concretização do programa do MFA, era a mais estrita observância das relações de Portugal no quadro da NATO e de solidariedade com os seus parceiros no quadro do «conflito» Leste-Oeste, que iria, inevitavelmente, passar por África. Para além da sua estadia compulsiva em São Tomé, Mário Soares não podia ser exactamente considerado um *expert* em questões africanas e, em termos práticos, a responsabilidade dos contactos com os Movimentos de Libertação viria a ser essencialmente confiada a um ministro para a então designada Administração Interterritorial. O qual, sendo um homem hábil em negociações,

[1] José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 318.

demonstrou ser politicamente fraco, deixando-se sempre ultrapassar pelo seu amigo. Refiro-me evidentemente a António de Almeida Santos. Por outro lado, conhecendo Spínola a opinião do secretário-geral do Partido Socialista em matéria de descolonização que, aparentemente não era, de início, a sua (embora considerasse que «a vitória exclusivamente militar [era] inviável»[1] acreditava numa solução federalista estando, no entanto, disposto a aceitar «a descolonização segundo as regras das Nações Unidas»[2]) tão-pouco se compreende aquela nomeação. A própria aceitação do cargo poderia parecer caricata dado o oportunismo que revela, não fosse a absoluta necessidade da sua ocupação para a já mencionada autopropulsão. De facto, logo no primeiro encontro o convidado ministro dos Negócios Estrangeiros aceitaria o convite, não obstante se ter apercebido logo à partida das profundas divergências que tinha com o seu superior sobre uma questão que era essencial para os interesses do País: a descolonização. «Spínola fazia questão de distinguir autodeterminação e independência, julgando que poderia assim travar o curso da História. Não havia, quanto a nós, outra saída senão a da independência»[3]. Detectada a profunda divergência aceitou a pasta e convenceu alguns dos seus «camaradas a não provocarem confrontações imediatas sobre essa divergência»[3].

A generosa revolução estava evidentemente armadilhada à partida. Também a tão apregoada necessidade de contactar os governos dos países tradicionalmente aliados de Portugal na NATO e na EFTA poderia facilmente ser confiada a Sá Carneiro, que saíra altamente prestigiado aquando do rompimento com Marcello Caetano em Janeiro de 1973. Mas candidatos não faltariam e alguns até teriam maior aptidão em matéria de línguas, sobretudo o inglês, que dada a sua importância para os temas da defesa e do comércio internacional, é fundamental a qualquer ministro dos Negócios Estrangeiros. A abertura a Leste, embora aparentemente não fosse essa a opinião do I Governo, tão-pouco era uma questão urgente ou fundamental para os interesses de Portugal. E o argumento aduzido de que o general Spínola e a Junta de Salvação Nacional consideravam prioritário que os governos amigos reconhecessem o novo governo nascido com o 25 de Abril era ridículo e demonstrava a ignorância política de Spínola.

Embora surpreendidos com o golpe, a satisfação com a queda do regime de Marcello Caetano foi unânime em todo o mundo e nenhuma dificuldade existiria para o reconhecimento do novo Governo. Aliás, antes mesmo de Mário Soares iniciar, a 2 de Maio de 1974, o seu périplo com a finalidade de alegadamente obter reconhecimento e apoio para o novo regime, já se tornara mais que evidente que a nomeação de Spí-

---

[1] António de Spínola, *País Sem Rumo*, p. 45, Scire, Lisboa, 1978.
[2] José Freire Antunes, *ob. cit.*, p. 324.
[3] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 27.

nola para Presidente da República, a declaração do MFA e a composição da Junta de Salvação Nacional eram mais do que indícios suficientes para tranquilizar os aliados tradicionais de Portugal. O que já lhes era mais difícil de aceitar — isso sim — era a inclusão de Álvaro Cunhal e de dirigentes comunistas no governo.

E não se pense que as objecções a tal precendente num país da NATO, eram só dos EUA. Os socialistas presentes em governos europeus de países da NATO, como os da Grã-Bretanha, Alemanha, Noruega e Dinamarca demonstraram igual preplexidade! É portanto neste contexto que se devem compreender as manobras e o círculo vicioso de contra-informação e decepção em redor da nomeação de Mário Soares para ministro dos Negócios Estrangeiros. A sua principal missão não era o reconhecimento internacional que estava «automaticamente» garantido, nem a abertura a Leste — que aliás não era um interesse vital, excepto para o Partido Comunista. Tão-pouco a de abertura de conversações com os Movimentos de Libertação, visivelmente desejada por todas as partes. Era sim, sua missão, convencer os parceiros ocidentais de que embora permanecendo fiel à NATO e a todos os compromissos internacionais de Portugal, o I Governo Provisório iria contar com a presença de comunistas fiéis à estratégia planetária de Moscovo! Afinal as reticências com que o PCP assinara o acordo com Mário Soares não se justificavam e os soviéticos tinham fortes razões para estar satisfeitos.

Apesar da fama e prestígio que adquirira, essencialmente derivados das suas reconhecidas qualidades militares e, posteriormente, pela coragem de enfrentar Marcello Caetano, Spínola não tinha condições políticas para ser chefe de Estado. E nenhum dos seus conselheiros foi capaz de o demover da ideia de incluir o PCP no governo. Que Mário Soares o tivesse feito compreende-se, dado o ainda fresco programa de acção comum e a subalternidade a que o PS parecia disposto a submeter-se. Agora que Freitas do Amaral também o tenha aconselhado nesse sentido é deveras surpreendente e mostra, de facto, as grandes responsabilidades que a direita teve no avanço comunista em Portugal. Num acto demonstrativo de grande versatilidade da direita portuguesa o ex-procurador à Câmara Corporativa e, então, conselheiro de Estado da «Revolução», lembraria Spínola de que já De Gaulle tinha incluído comunistas no governo francês «a seguir à vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra» [1]. Mas, o conselho de Freitas do Amaral nem sequer se pode comparar à situação em Portugal após o 25 de Abril. É que os Aliados saíram vitoriosos de uma Guerra devastadora contra o nazismo e contra o fascismo graças à sua tardia aliança com a União Soviética de Estaline e, em França, os comunistas tiveram um papel decisivo na Resistência e no apoio ao general De Gaulle para Presidente da República. Em Portugal a «resistência» comunista, se bem

[1] Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução*, ed. cit., p. 174.

que meritória, não foi decisiva para a queda do regime que, segundo o próprio Freitas do Amaral, não era um regime fascista e a designação de Spínola não seria influenciada pelo Partido Comunista.

Antes da «crise Palma Carlos», no início de Julho de 1974, quando o primeiro-ministro, a pretexto de maior exequibilidade governativa, pretendeu alterar o calendário do programa do MFA, adiando as eleições para a Assembleia Constituinte e antecipando as presidenciais para Outubro, já era evidente a crise de autoridade quer do primeiro-ministro, quer do general Spínola. Quando o secretário-geral do Partido Social-Democrata Sueco, Sten Andersson, visitou Portugal no mês de Junho à frente de uma importante delegação dos secretários-gerais de vários partidos escandinavos, comentaria a situação que observara no Palácio de Belém, onde se encontrara com Spínola, como a de «um estado caótico com oficiais a tropeçar uns nos outros», situação que ele associou a «uma cena tirada de um velho filme de piratas»![1]. E se a aceitação da tese de que era fundamental associar os comunistas ao governo lhe sairia cara, desprestigiando-o internacionalmente, a tentativa de alterar os calendários eleitorais ser-lhe-ia fatal, por ser interpretada pelos Portugueses e, no estrangeiro, como um acto de incompreensível autoritarismo para legitimar o seu poder pessoal. Os comunistas, a quem ele abrira a porta, considerariam esta uma oportunidade única para consolidarem as suas posições que, só por estupidez, deixariam escapar.

Ora, uma vez mais ficou demonstrado que foram os erros da direita democrática e a surda colaboração dos socialistas que permitiram o avanço dos comunistas, bem inseridos na estratégia global da União Soviética. Os socialistas, embora opondo-se, e bem, ao plano de Spínola e de Palma Carlos, demonstrariam grande passividade em todo o processo, aparecendo sempre como suporte das posições de Álvaro Cunhal. Teria sido mais sensato e, certamente, no interesse da democracia e de Portugal que, dadas as afinidades «republicanas» e «maçónicas» com Palma Carlos, fossem utilizados, através das tão invocadas relações internacionais, meios de persuasão para convencerem Spínola da loucura que estava a cometer! Foi também, talvez, o primeiro grande erro político de Sá Carneiro, que se deixara arrastar pelas pretensões de Spínola. O segundo, provavelmente ainda maior, foi a sua saída do Executivo em solidariedade com Palma Carlos. Foi, sem dúvida, um gesto de grande dignidade mas politicamente fútil, que abriu ainda mais o flanco à penetração comunista.

Os erros políticos de Spínola, já então internacionalmente reconhecido como politicamente incompetente, acumular-se-iam. Na tentativa de encontrar um novo primeiro-ministro de sua confiança tenta, sem primeiro preparar o caminho de aceitação junto dos homens do MFA, que por ele ainda nutriam sentimentos de amizade, lançar o

[1] Sten Andersson, *I De Lugnaste Vatten*, pp. 218-221, Tidens Forlag, Estocolmo, 1993.

que meritória, não foi decisiva para a queda do regime que, segundo o próprio Freitas do Amaral, não era um regime fascista e a designação de Spínola não seria influenciada pelo Partido Comunista.

Antes da «crise Palma Carlos», no início de Julho de 1974, quando o primeiro-ministro, a pretexto de maior exequibilidade governativa, pretendeu alterar o calendário do programa do MFA, adiando as eleições para a Assembleia Constituinte e antecipando as presidenciais para Outubro, já era evidente a crise de autoridade quer do primeiro-ministro, quer do general Spínola. Quando o secretário-geral do Partido Social-Democrata Sueco, Sten Andersson, visitou Portugal no mês de Junho à frente de uma importante delegação dos secretários-gerais de vários partidos escandinavos, comentaria a situação que observara no Palácio de Belém, onde se encontrara com Spínola, como a de «um estado caótico com oficiais a tropeçar uns nos outros», situação que ele associou a «uma cena tirada de um velho filme de piratas»![1]. E se a aceitação da tese de que era fundamental associar os comunistas ao governo lhe sairia cara, desprestigiando-o internacionalmente, a tentativa de alterar os calendários eleitorais ser-lhe-ia fatal, por ser interpretada pelos Portugueses e, no estrangeiro, como um acto de incompreensível autoritarismo para legitimar o seu poder pessoal. Os comunistas, a quem ele abrira a porta, considerariam esta uma oportunidade única para consolidarem as suas posições que, só por estupidez, deixariam escapar.

Ora, uma vez mais ficou demonstrado que foram os erros da direita democrática e a surda colaboração dos socialistas que permitiram o avanço dos comunistas, bem inseridos na estratégia global da União Soviética. Os socialistas, embora opondo-se, e bem, ao plano de Spínola e de Palma Carlos, demonstrariam grande passividade em todo o processo, aparecendo sempre como suporte das posições de Álvaro Cunhal. Teria sido mais sensato e, certamente, no interesse da democracia e de Portugal que, dadas as afinidades «republicanas» e «maçónicas» com Palma Carlos, fossem utilizados, através das tão invocadas relações internacionais, meios de persuasão para convencerem Spínola da loucura que estava a cometer! Foi também, talvez, o primeiro grande erro político de Sá Carneiro, que se deixara arrastar pelas pretensões de Spínola. O segundo, provavelmente ainda maior, foi a sua saída do Executivo em solidariedade com Palma Carlos. Foi, sem dúvida, um gesto de grande dignidade mas politicamente fútil, que abriu ainda mais o flanco à penetração comunista.

Os erros políticos de Spínola, já então internacionalmente reconhecido como politicamente incompetente, acumular-se-iam. Na tentativa de encontrar um novo primeiro-ministro de sua confiança tenta, sem primeiro preparar o caminho de aceitação junto dos homens do MFA, que por ele ainda nutriam sentimentos de amizade, lançar o

[1] Sten Andersson, *I De Lugnaste Vatten*, pp. 218-221, Tidens Forlag, Estocolmo, 1993.

tenente-coronel Firmino Miguel. Depois, perante a recusa do MFA, comete o erro fatal de preferir Vasco Gonçalves a Melo Antunes, por este «ser demasiado marxista»![1]

No PS, entretanto, assistia-se a uma penetração galopante do Partido Comunista em virtude da ausência do seu secretário-geral. Salgado Zenha, então a única possível alternativa ao secretário-geral, era igualmente membro do Governo, responsável pela pasta da Justiça. Para satisfação do PC «o Partido foi, desde o início, relegado para segundo plano»[2] e Tito de Morais «assegurava quase sozinho o funcionamento»[2] do PS, na sua primeira sede nacional. E se a visita ao Palácio de Belém lembrara ao sueco Sten Andersson «uma cena tirada de um velho filme de piratas», a sede do Partido Socialista na Rua de S. Pedro de Alcântara onde «reinavam», em crescente incompatibilização, Manuel Tito de Morais e Manuel Serra, fazia lembrar uma cena tirada de um *saloon* de um velho filme do *far west*! O tesoureiro do Partido era um dos fundadores presentes em Bad Munstereifel, Carlos Carvalho, que usava como método de contabilidade a acumulação de papelinhos soltos, onde ia depositando números e com os quais passava recibos. Método aliás legado aos seus sucessores. Diplomatas e delegações estrangeiras eram recebidas nos corredores e nas escadas. Manuel Serra, Aires Rodrigues e Fernando Oneto, acompanhados dos seus «seguranças», andavam numa «lufa-lufa» à procura de indícios dos «golpes de estado» que a imprensa anunciava com antecedência, enquanto toda a gente berrava ao mesmo tempo, como se para afastar de vez os velhos fantasmas que ainda ali habitavam. O PS tinha assentado praça no edifício da sede da Comissão de Censura do Governo de Marcello Caetano! No meio de toda aquela barafunda, a única pessoa que parecia controlar minimamente a situação era a Maria do Carmo Maia Cadete, coordenadora do secretariado nacional.

Mário Soares ia, entretanto, aproveitando algumas das suas viagens enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros para angariar alguns fundos para o Partido Socialista. Mas, apesar de alguns contributos iniciais dos partidos sociais-democratas escandinavos, do SPD e de uma campanha de angariação de fundos lançada na Holanda pelo PVDA (Partido Trabalhista) e pelo seu dinâmico secretário para as relações internacionais, Harry van den Berg, os apoios financeiros estavam longe de ser o que muitos imaginavam e se insinuava. Segundo consegui apurar, o movimento sindical norueguês deu pela primeira vez ao PS, em Maio de 1974, «após visita a Oslo de Francisco Ramos da Costa»[3], cem mil coroas norueguesas. E demonstrando os seus bons con-

[1] Max Wery, *E Assim Marcharam os Cravos*, p. 139, Fragmentos, Lisboa, 1994. Max Wery era embaixador da Bélgica em Portugal quando ocorreu o 25 de Abril. Seguiria apaixonadamente e de perto todos os acontecimentos e era extremamente popular entre políticos e diplomatas. Enquanto foi vivo tive a honra de ser um dos seus amigos.

[2] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., pp. 77-8.

[3] Informação da LO, Confederação Sindical da Noruega (*Anexo 2*).

tactos internacionais e capacidade de angariação de fundos, também o PSD da Dinamarca forneceria cinquenta mil coroas «enviadas através do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa»[1]. No dia 29 de Julho, após um encontro com Bernt Carlsson, fui informado de que o partido sueco tinha atribuído à sede do PS cem mil coroas, para além do apoio que enviaria preferencialmente para as organizações locais e regionais do Partido. Também ofereceria uma rotativa «Solna offset» nova que, contudo, só chegaria ao PS em 1975 (mas que se tornaria imprescindível para imprimir cartazes e autocolantes a cores) além de cerca de 78 000 coroas entregues em mão na sede[2]. E, tanto quanto sei, a Fundação Friedrich Ebert doaria pelo menos meio milhão de marcos alemães através da Fundação António Sérgio, primeira das fundações do PS. Mas, como muitos dos donativos, sobretudo os mais pequenos, eram feitos em mão pelas delegações que vinham a Portugal ver a «Revolução» e como nada era aparentemente contabilizado — prática a que os partidos portugueses rapidamente se habituariam — é praticamente impossível saber ao certo os montantes exactos que na totalidade o PS receberia dessa «solidariedade» internacional.

Pelos meus cálculos, com base na pesquisa informal que eu próprio faria posteriormente, deduzi que, em 1974, o PS não recebeu de partidos «irmãos» montantes significativos e nem de longe minimamente comparáveis aos que os serviços de informação americanos afirmavam o PCP estar a receber! Aliás só o secretário-geral sabia exactamente quanto e de onde recebia o dinheiro sendo certo que, na prática portuguesa, o controlo financeiro dos partidos está intimamente ligado ao controlo do próprio partido. Não admira que este tipo de informação permaneça fechado e que as leis da chamada transparência, aprovadas pelos principais partidos políticos, permaneçam ainda hoje tão opacas!

Mas fazia parte da estragégia do PS desmentir sem convicção os financiamentos estrangeiros, para poder insinuar apoios massivos europeus e assim atrair para o partido os quadros de que necessitava. O contrário significaria muito provavelmente que o PS permaneceria o pequeno grupo de amigos que era no dia 25 de Abril de 1974. Mas mesmo após as visitas de François Mitterrand, de Willy Brandt, de Olof Palme e do senador norte-americano Edward Kennedy em 1974, os apoios ocidentais davam para «quebrar o galho», mas exprimiam claramente as reservas da Europa e dos Estados Unidos em relação ao «contrato» do PS com o Partido Comunista e em relação à influência do PS na sociedade portuguesa.

Os americanos, que após os primeiros sinais de cooperação de Mário Soares nos anos 60 acompanhariam com grande cepticismo a sua «reassociação» aos comunistas,

[1] Informação do Partido Social-Democrata da Dinamarca (*Anexo 3*).

[2] Informação do Partido Social-Democrata da Suécia, de 16.01.1976.

não queriam sequer ouvir falar do PS e a maior parte dos líderes sociais-democratas europeus, eram chefes de partidos fortemente implantados no operariado e apoiados por fortíssimos movimentos sindicais de tradição anticomunista, que viam em Mário Soares uma espécie de reflexo da política de François Mitterrand, em que não acreditavam. Mas, a título de curiosidade, o único partido da Internacional que nunca deu um tostão ao PS português foi precisamente o PSF de Mitterrand onde inúmeros dirigentes, como por exemplo Jean Pierre Chevenement, considerariam Mário Soares pouco progressista.

Mas, Manuel Tito de Morais, nas funções de secretário-geral «interino» ia recebendo alguns donativos e, nesta matéria, «tudo o que vinha à rede era peixe». Mantinha-os contudo bem longe dos olhos curiosos de Manuel Serra utilizando, inicialmente, a Associação António Sérgio, como centro de angariação. No início havia muitas reticências dos partidos irmãos da Internacional Socialista em relação ao seu congénere Português que eles ainda mal conheciam. Não se tratava só da impressão de que o PS tinha fraca implantação e seria uma espécie de apêndice do PCP. Para a grande maioria dos dirigentes sociais-democratas europeus, a colorida agitação da extrema-esquerda liderada pelos MRPP e UDP era um mau presságio, reminiscente do que se passara no Chile no ano anterior. E para muitas das suas bases, e até para alguns dirigentes, para quem as boas revoluções são as do Terceiro Mundo, os «capitães de Abril» eram o elemento mais chamativo da Revolução Portuguesa! Perante tal cepticismo, creio que até ao I Congresso que teria lugar em Dezembro, o único contributo significativo recebido pelo Partido Socialista tinha sido angariado no seguimento da visita de Mário Soares a Trípoli, em Novembro de 1974, onde se encontraria com o coronel Kadhafi, tendo, a partir daí, a conta da Associação António Sérgio sido rapidamente transferida para o Nederlandsche Middenstandsbank (*Anexo 4*) de Hilversum, na Holanda, que, posteriormente, viria a ser titulada por José Neves, também ele fundador do Partido em Bad Munstereifel. Escrever-lhe-ia posteriormente, aproveitando a visita a Trípoli de José Neves e Catanho de Menezes para agradecer e exprimir a sua «admiração pelo interesse e ajuda que [Kadhafi] deu à luta e libertação do Povo Português» assim como para o informar de que o PS estava «de novo em condições de reabrir os nossos contactos com todas as forças que no mundo lutam pela libertação dos povos. Entre essas forças, tanto a Líbia como V. Ex.ª jogam um papel altamente fundamental. Os meus camaradas do Partido Socialista portadores desta mensagem farão todo o possível para desenvolver ainda mais as nossas relações mútuas»[1].

Antes de regressar definitivamente a Portugal, em virtude dos exames que me faltavam para concluir a licenciatura em Ciências Políticas na Universidade de Lund, fiz

[1] Carta do secretário-geral do PS a Mu'Ammar el Kadhafi (*Anexo 5*).

frequentes viagens a Portugal. Enquanto colaborador do Partido Social-Democrata Sueco, era normalmente convidado para acompanhar quase todas as delegações políticas e sindicais que visitaram Portugal após o 25 de Abril. Também corri a Suécia de lés-a-lés a falar em escolas, sindicatos, clubes associativos e universidades dentro de um programa de apoio do PSD Sueco, que consistia essencialmente na angariação de fundos e na ligação entre federações e secções do PSD Sueco com as suas equivalentes em Portugal. Era convicção dos suecos, talvez influenciados pelo famoso livro *The Ugly American*[1], que o êxito do Partido Socialista passava sobretudo pelo apoio e reforço das suas estruturas locais e regionais e não pela entrega de dinheiro em Lisboa. Esse projecto, inédito na história da Internacional Socialista, permitiu a inúmeras secções do PS, que às vezes nem máquinas de escrever possuíam, obter dinheiro e equipamentos das suas congéneres suecas que, no relacionamento estabelecido, convidariam centenas de dirigentes locais e regionais do PS para visitar a Suécia e, assim, compreender o funcionamento daquele bem organizado partido e as suas ramificações socioculturais.

Num partido em que faltava «mais ou menos tudo o que é necessário para pesar de uma maneira autónoma na vida política nacional»[2], era um programa descentralizador que se mostraria imprescindível para o engrandecimento do PS, dado que incluía a abertura de contactos internacionais a nível local e regional que, doutro modo, nunca teriam tido lugar e a que os dirigentes em Lisboa não ligavam muita importância, sempre ávidos de serem eles próprios a viajar. E para além de dinheiro, equipamentos e contactos humanos foi possível mesmo adquirir uma série de magníficas ambulâncias que acabariam por ser doadas, através das secções locais do PS, a autarquias e bombeiros voluntários de vários pontos do país. A primeira delegação sueca que veio comigo foi sindical e assistiu ao 1.° de Maio de 1974. No dia 10 de Junho chegou a segunda delegação, representando os principais sindicatos daquele país e chefiada por Bjorn Andreasson da Central Sindical Sueca LO. No seguimento dessa visita a várias secções do PS espalhadas pelo País, passaria a receber, na Suécia, inúmeras cartas com pedidos de apoio. Entre estas, uma do secretariado da zona Norte do PS, que depois de muitos considerandos afirmava que «nós os socialistas da zona Norte estamos tremendamente precisados de auxílio de todos os socialistas do Mundo. Da relação acima [uma enorme lista de pedidos de máquinas e equipamento], julgo que aí nesse mara-

[1] *The Ugly American* de William J. Lederer e Eugene Burdick, publicado em 1958, relata e critica a cooperação dos EUA com o Terceiro Mundo que acusaria de perpetuar os regimes ditatoriais e a corrupção em vez de contribuir para o desenvolvimento. Tornar-se-ia um imediato *best-seller* e um dos argumentos da campanha de John Kennedy.

[2] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 77.

vilhoso país se fabricam algumas máquinas. Se as puderem mandar, nós aqui conseguíamos a isenção de impostos, mas se preferirem a entrega através dos representantes dos fabricantes (...) mais rapidamente podíamos montar a nossa máquina propagandística. Caro camarada: Isto é um autêntico S.O.S.». Transcrevo um só exemplo da situação de necessidade e desorganização em que se encontrava este partido e a importância material e psicológica que teriam os contactos do Partido Social-Democrata Sueco com o PS. Muitas outras iniciativas, que demonstrariam ser decisivas para o regime democrático em Portugal e para o Partido Socialista, seriam também lançadas pelo Partido Social-Democrata Sueco, um dos poucos que nunca esperou ou pediu quaisquer contrapartidas da sua solidariedade.

Entretanto, se os suecos tinham iniciado, por meu intermédio, o apoio directo às secções do Partido Socialista, a nível central, as coisas, pelas razões já aduzidas, pareciam mais complicadas. Em vésperas do I Congresso, e já depois de terem recebido pelo menos cerca de duzentas mil coroas[1], Manuel Tito de Morais estava desesperado sem dinheiro para ganhar o Congresso e deslocar-se-ia a Estocolmo «a fim de tentar estimular o auxílio que nos prometeram»[2]. Esse auxílio estava em grande parte a ser canalizado directamente para as organizações locais do Partido Socialista, dadas as dúvidas quanto à eficácia do auxílio directo à Direcção Nacional do Partido. Entretanto o tempo se encarregaria de revelar novos episódios em matéria de financiamentos. Vinte anos após o 25 de Abril, ao ser preso por alegado desvio de fundos públicos, o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrès Perez, declararia que uma parte desses fundos teria sido entregue a Mário Soares. Foi a primeira vez que eu ouvi falar do assunto, que «foi confirmado à Agência Lusa por uma fonte não identificada do Palácio de Belém»[3].

O I Congresso do Partido Socialista na legalidade teve lugar de 13 a 15 de Dezembro, sob o espectro da perigosa mudança operada a seguir ao chamado 28 de Setembro em que Spínola tentara, de novo, através da alegada «maioria silenciosa», tomar o poder autoritariamente. O resultado foi a renúncia emocional ao cargo de Presidente da República sem qualquer acto preparatório que salvaguardasse os princípios democráticos definidos no programa do MFA e, desta vez, sim, abrindo completamente o flanco ao controlo do PCP e à estratégia da União Soviética. Spínola não seguira o exemplo de Caetano, que a 25 de Abril não pretendera ver o poder «cair na rua»[4]. Mostrando-se definitivamente menos responsável que o homem que ajudara a derru-

[1] Duzentas mil coroas representavam, em 1974, cerca de mil e quinhentos contos.

[2] Carta de Manuel Tito de Morais de 6.12.1974.

[3] *O Público* de 22.05.1994.

[4] António de Spínola, *País Sem Rumo*, ed. cit., p. 115.

bar, sairia precipitadamente da chefia do Estado, permitindo ao PCP passar a controlar o processo com a cobertura de alguns elementos conservadores no Conselho de Estado. Costa Gomes, inicialmente considerado um pró-americano de gema, far-se-ia eleger por uma Junta reduzida a dois elementos, além dele próprio, contando para o efeito com o apoio militante do PCP e o parecer jurídico-constitucional favorável dos Conselheiros Isabel Magalhães Colaço, Freitas do Amaral e Azeredo Perdigão. Além do general Costa Gomes, parte interessada na eleição, estariam presentes o almirante Pinheiro de Azevedo, que Freitas do Amaral dizia sempre manter «o Conselho bem disposto»[1] e a «voz» do almirante Rosa Coutinho que, estando em Angola, votaria a nomeação de Costa Gomes por via telefónica. Uma autêntica tragicomédia, juridicamente enquadrada pela direita, num ambiente de autênticos «rolhas». Dizem os ingleses que *if you scratch my back I'll scratch yours*[2]. Vinte anos depois, assiste-se em Portugal a uma série de elogios mútuos entre antigos «inimigos» políticos, que é, no mínimo, surpreendente.

Só quando os delegados e convidados ao I Congresso do PS na legalidade se reuniram na Aula Magna da Reitoria da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa se percebeu que o resultado das viagens de Mário Soares, com paragens em Lisboa só para ir tomando posse, e, às vezes, participando nos diferentes Governos Provisórios, ia resultando em tragédia para o partido e, evidentemente, para Portugal. Não pondo em causa a liderança do Partido Socialista, o PCP e a Quinta Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas então ao seu serviço, por intermédio de Manuel Serra que Soares pessoalmente nomeara para dirigir a Segurança e a Propaganda do partido, estavam convencidos de assim poder ter o Partido Socialista na mão. Recuperado da sua miopia aquando da assinatura do acordo com Mário Soares em Paris, o PCP rapidamente percebera que o potencial eleitoral do PS era de longe superior ao seu e até ao seu e do MDP no seu conjunto. O caminho era-lhes entretanto altamente favorável, não só porque conseguiram lançar complexos de esquerda em toda a sociedade portuguesa — com socialistas e democratas-cristãos a baterem-se pelos seus direitos e pela sua participação no governo — mas também porque, depois dos erros de Spínola, para completar as «conquistas da revolução» só faltaria deitar mão ao Partido Socialista.

Enquanto a direita tremia e os socialistas sonhavam com a unidade antifascista do pós-guerra, o PCP seguia friamente as orientações da geo-estratégia Soviética, muito atenta à «queda» de Nixon e ao subsequente enfraquecimento internacional dos EUA. Não admira que Kissinger, pouco interessado no bem-estar dos Portugueses, mas consciente de que a reacção a uma tomada de poder pelos comunistas, num país da NATO, seria a desejada «vacina» que permitiria o retorno de uma mão forte nos EUA, desejasse o êxito do PCP. Pelo menos temporariamente! Não foi também por acaso que a grande estrela internacional do I Congresso tenha sido Santiago Carrilho, líder do PC espanhol, assim como todos os «grupelhos progressistas» que, em claro contraste com os «irmãos» da Internacional Socialista, seriam delirantemente aplaudidos.

Os trabalhos iniciaram-se com a leitura de um telegrama de saudações enviado por Mário Soares ao P.R. Costa Gomes. O mesmo, segundo os jornais da época, foi vibrantemente aplaudido de pé pelos congressistas. Logo no início foi aprovada uma moção subscrita por Manuel Serra e Maria Barroso em que se afirmava que «o PS, defenderá o modelo constitucional democrático que melhor consolide a aliança do Povo e das forças democráticas com o MFA». Depois, tendo em conta que a ratoeira comunista passava por sensibilizar o seu conhecido egocentrismo, Mário Soares foi reconduzido na Secretaria-Geral sem qualquer oposição, o que já não aconteceria com a orientação do partido. Para a Comissão Nacional, Manuel Serra não preconizou tal unanimidade e, depois de uma autêntica guerra campal, a lista da direcção histórica do partido sairia vencedora pela escassa margem de 94 votos, tendo a lista de Manuel Serra obtido quase 44 % dos votos dos congressistas. O nome de Mário Soares aparecera nas duas listas concorrentes, por ordem alfabética na lista da direcção histórica e à cabeça da lista que o PCP promovera por meio de Serra. Aliás, só por milagre Mário Soares não sairia daquele Congresso como secretário-geral de dirigentes afectos a Manuel Serra e ao Partido Comunista. A confusão era tanta que ninguém se entendia e os organizadores do Congresso, predominantemente pró Serra, que, vale a pena repetir, Soares encarregara da Segurança do partido, utilizariam todos os meios de coacção e até força para impedir os «históricos» de exprimirem a sua voz e o seu voto. Eu próprio, que, para além de fundador, fazia parte da Comissão Directiva vigente e era delegado em representação do núcleo de Malmoe na Suécia, fui inicialmente pura e simplesmente impedido de entrar no local do Congresso. Só depois de umas boas horas alguém conseguiu encontrar Manuel Tito de Morais no interior, para vir à porta obrigar os «gorilas» a deixarem-me entrar.

As relações entre os «militantes» socialistas estavam longe de ser solidárias e nem sequer primavam pela boa educação. Era o resultado da invasão ocorrida no PS, após o 25 de Abril, de todo o tipo de novos militantes. Com isso mesmo tinha também contado o PCP. No final, ainda inconsciente do que ali se tinha passado, Soares afirmaria que não tinha havido «vencedores nem vencidos» mas «apenas socialistas e camaradas». Provar-se ia bem pouco depois, já em Janeiro de 1975, que assim não era. Aliás, Manuel Serra advertira já no seu discurso final, com a arrogância de quem quase conseguira o que se propusera, que saía do Congresso «com a fraternidade de militantes

[1] Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução*, ed. cit., p. 203.

[2] Frase frequentemente utilizada para ilustrar situações de favorecimento e compadrio, que em tradução literal significa «se coçares as minhas costas eu coçarei as tuas»!

revolucionários, de militantes da classe trabalhadora». O primeiro Secretariado Nacional, eleito em 21 de Dezembro, ainda incluiu Manuel Serra que, contudo, abandonaria o partido poucos dias depois, na esperança de levar consigo os 44 % dos «militantes revolucionários, da classe trabalhadora». Se tal não aconteceu deve-se, com grande grau de probabilidade, à visão de Francisco Salgado Zenha. Mas o Partido Socialista nunca recuperaria totalmente da psicose do golpismo que se iniciou logo após o 25 de Abril e de que o I Congresso na legalidade seria um bom primeiro exemplo. Passaria a fazer parte da própria evolução e história do movimento socialista Português.

Para muitos, o sonho de Bad Munstereifel começava a transformar-se no pesadelo de George Orwell. O reeleito secretário-geral permaneceria insensível à lição do Congresso e, poucos dias depois, ao visitar Moscovo, afirmaria que «Portugal adere à política de Paz e segurança praticadas pela União Soviética», acrescentando que o nosso país «terá de reorganizar todo o seu anterior sistema socioeconómico e construir uma estrada para o socialismo» e recordando que «nesse caminho, Portugal encontrou novos amigos, dos quais um dos primeiros foi a União Soviética»[1]. Para desespero dos americanos, Mário Soares parecia ser um caso perdido e só comparável a Kerensky[2]. É que durante a sua visita a Moscovo, duas semanas após o Congresso em que o PCP demonstrara as suas intenções, «desejava ir mais longe e estabelecer, em nome [de Portugal] e também — porque não? do [PS] relações de sólida compreensão com o Povo Russo e com as instâncias dirigentes do PC Soviético»[3].

Quem ironicamente tudo percebera — e digo ironicamente a pensar no que viria a acontecer, dez anos depois, em 1985 — foi Salgado Zenha que, apesar do importante trabalho que desenvolvia no Ministério da Justiça, passou a dar maior importância às actividades do Partido Socialista. Mas a sua total lealdade para com o sempre ausente Mário Soares era um raro exemplo nas relações entre os dirigentes socialistas. Não fosse isso e teria facilmente sido ele a liderar o Partido Socialista. É que, com algumas raras excepções, entre as quais me conto, os principais quadros de então estariam com Zenha se assim ele o desejasse. Este apercebera-se durante o Congresso da manobra do PCP, sendo bastante expressiva a cerimónia de encerramento do I Congresso, em que Soares e Serra de pé cantam o hino do partido de mãos dadas no ar, com um Zenha «carrancudo» sentado entre ambos. Convencido de que chegara a altura de travar o avanço dos comunistas, e enquanto Soares em Moscovo se esforçava «por estabelecer com as autoridades soviéticas relações tão cordiais quanto possível»[3], passa ao

[1] *República*, de 3.01.1975.

[2] Aleksander Kerensky foi primeiro-ministro do I Governo Provisório Russo e de certo modo responsabilizado pelo acesso dos bolcheviques ao poder, em virtude da sua fraqueza.

[3] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 73.

ataque empenhando, pela primeira vez, a bandeira da resistência contra o sonho bolchevique. No dia 6 de Janeiro publicaria um artigo no *Diário de Notícias* contra a «unicidade» sindical, decretada pelo então secretário de Estado Carlos Carvalhas, que Zenha afirma ser inconstitucional. A firmeza com que foi lançada esta inesperada oposição do PS provocaria o abandono de Manuel Serra e mudaria o rumo dos acontecimentos em Portugal. Salvaria o País da ditadura que estava na forja sem qualquer reacção até então das forças democráticas e salvaria Mário Soares de vir a desempenhar o papel de «Kerensky» que Henry Kissinger lhe preconizara em Outubro de 1974, durante a visita que fez a Washington onde acompanhou o Presidente Costa Gomes. E se *a posteriori* a afirmação de Kissinger poderá ter parecido ridícula, a verdade é que até Zenha ter erguido a bandeira da democracia no seu artigo e a 16 de Janeiro, no histórico comício contra a unicidade sindical do Pavilhão dos Desportos, o secretário-geral do PS não levantara um dedo para travar o avanço do PCP. E, mesmo depois da posição assumida por Zenha, ainda demoraria algum tempo até que Soares despertasse. Após a renúncia de Spínola, o PCP, que então tivera «consciência da sua força e da fraqueza dos outros»,[1] perceberia que Salgado Zenha iniciara o rompimento com o chamado contrato de governo com o PC e com o sonho da acção unitária.

Foi o grande herói socialista e aquele que, um dia, feitas todas as análises e escritas todas as memórias, os Socialistas Portugueses recordarão como, provavelmente, a sua maior figura do século XX. Muitos socialistas, entre os quais eu me encontro, terão que se penitenciar em relação a Francisco Salgado Zenha. Mas disso falarei mais à frente quando, com total candura, também explicarei os pontos que me levaram a dele discordar em várias ocasiões. Mas como diria Mário Mesquita, em 1976, «ao fim destes dois anos de excessos vários e alguma anarquia, Salgado Zenha, pela sua visão englobante e nacional, credita-se como um dos nossos raros homens de Estado. O que não é, necessariamente, boa sina, porque o Estado ainda está por fazer e os Portugueses nem sempre perdoam aos que fogem à bitola comum»[2].

No rescaldo do Congresso Manuel Tito de Morais seria de certo modo responsabilizado pela situação a que tinha chegado o partido por ter sido «ultrapassado pela grandeza da tarefa que lhe estava incumbida»[3] sendo «desterrado», enquanto responsável pelas relações internacionais, para um primeiro andar na Rua D. João V, perto do Largo do Rato. O outro dirigente histórico a quem o partido muito devia, por ter sido ele a abrir as primeiras relações internacionais nos anos 70 e que poderia ter sido

[1] Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução*, ed. cit., p. 276.

[2] Francisco Salgado Zenha, *Por Uma Política de Concórdia e Grandeza Nacional*, prefácio de Mário Mesquita, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1976.

[3] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 78.

uma excelente alternativa para ministro dos Negócios Estrangeiros, também não seria poupado, não entrando sequer para o Secretariado Nacional do Partido que tanto lhe devia. Francisco Ramos da Costa seria também «desterrado» para embaixador em Belgrado. Quando faleceu, em 1982, estava contra o rumo que o seu velho amigo Soares imprimia ao PS e em total sintonia com as posições de Zenha e do grupo que viria a ser conhecido por «ex-secretariado».

No dia 21 de Janeiro de 1975 regressaria a Portugal com uma delegação do Partido Social-Democrata Sueco, chefiada por Rolf Theorin, o dirigente social-democrata sueco encarregado pelo primeiro-ministro Olof Palme de estudar um programa de apoio ao PS. Depois de um encontro com membros do Secretariado Nacional do partido, Mário Soares convidar-me-ia para uma reunião na sua casa do Campo Grande, onde estava acompanhado de Salgado Zenha. Era a primeira vez que eu visitava a sua casa em Lisboa. O secretário-geral do PS disse-me então que «queriam» que eu viesse acessorar o Manuel Tito de Morais nas relações internacionais, para ver se eu «punha mão naquilo». Salgado Zenha, com quem eu não tinha intimidade uma vez que não o conhecera pessoalmente antes do 25 de Abril, era a grande figura do PS. As bases e os dirigentes reconheciam a sua grande estatura moral e intelectual. Ao contrário de Mário Soares, era algo introvertido, comedido nas suas palavras e possuidor de um apurado sentido de humor que, quando desafiado, podia resvalar para um temível sarcasmo. Logo nesse meu primeiro contacto a sós com os dois principais dirigentes juntos, pareceu-me também que Soares se ressentia daquela evidente superioridade. Era o número dois do PS quem tinha sempre a última palavra, com frequentes arremessos de paternalismo. Enquanto Soares nunca se aventurava sozinho num raciocínio novo e recorria quase sempre à cumplicidade de «O Zenha e eu» este, pelo contrário, raramente falava a dois. Mas era frequente começar por explicar uma situação com uma farpa ao seu amigo. «Bom, dir-me-ia, aqui o Mário gosta muito de viajar e depois queixa-se de que o Tito não tem mão no partido. O que nós precisamos é de reforçar o departamento de relações internacionais uma vez que País vai entrar em convulsão e sem apoios internacionais o partido não resiste. A nossa prioridade são as eleições para a Assembleia Constituinte». Eu perguntei se Tito de Morais estava de acordo que eu o fosse acessorar, ao que me foi dito que sim. Era verdade pois, de facto, Tito de Morais, embora nunca me convidando para aquele lugar, várias vezes insistiu para que eu viesse pois «fazia cá falta».

A situação em matéria de relações internacionais não era muito brilhante porque, até então, tinha tido uma orientação um tanto ou quanto dispersa e terceiro-mundista, o que confundia alguns dos nossos parceiros da Internacional Socialista. Muitos puderam observar, no recente Congresso, que o entusiasmo em relação aos eurocomunistas e até em relação aos comunistas cubanos, romenos e jugoslavos era de longe superior ao acolhimento dado aos parceiros da família socialista, embora compreendessem

que Portugal atravessava um período revolucionário em que raramente reinava o bom senso. «Compreendiam» a situação mas acusavam sempre o toque quando depois lhes pedíamos apoio financeiro!

Particularmente difícil era também a relação com os nossos parceiros espanhóis do Partido Socialista. Mário Soares considerava que os verdadeiros socialistas eram os que representavam o Partido Socialista Popular dos seus amigos Tierno Galván, Raul Morodo e Fernando Morán, enquanto Felipe González, ainda na clandestinidade, lutando contra Franco e contra a facção de Rudolfo Lloppis que se considerava a legítima herdeira do PSOE, era praticamente desprezado. O herói do I Congresso do Partido Socialista tinha aliás sido Santiago Carrilho, situação vexante para Felipe González que, posteriormente, me comentaria, numa visita a Lisboa em 1976, que podia imaginar «o que que Mário Soares teria dito se a situação tivesse sido inversa e, num Congresso do PSOE, aclamassem Cunhal e ignorassem Mário Soares». Rudolfo Llopis considerava-se herdeiro do PSOE e tinha sido reconhecido pelo Governo Mexicano enquanto membro do Governo Republicano Espanhol no exílio. Contudo, a partir de 1972 algumas federações do PSOE contestariam aquela direcção na cidade francesa de Toulouse, onde se reuniriam em Congresso «clandestino». A partir de 1974, a Internacional Socialista reconheceria o PSOE saído daquele Congresso, o que seria aguerridamente contestado pelo grupo de Llopis e pelo Partido Socialista Popular de Tierno Galván. Em virtude daquele reconhecimento da I.S., Felipe González seria então eleito primeiro secretário num Congresso extraordinário realizado na cidade de Suresnes, também em França, em Outubro de 1974. A Internacional Socialista nomearia então uma comisssão para analisar a contestação, pronunciando-se de novo após este Congresso pelo reconhecimento de González em detrimento de Rudolfo Llopis. Por outro lado, o Partido Socialista Popular liderado por Tierno Galván também não aceitaria, na altura, a decisão da I.S., reclamando-se como o legítimo herdeiro do socialismo democrático espanhol. A posição de Mário Soares, nunca nesta matéria compartilhada por Salgado Zenha, era de que «temos que os reconhecer por ser o partido da Internacional mas aqueles tipos (referindo-se aos líderes norte-europeus) nunca perceberam nada do que se passa na Espanha».

Ao aceitar o convite que me era formulado para trabalhar com Tito de Morais, por quem nutria uma grande amizade, acrescentaria contudo que só aceitava o lugar de «funcionário» interinamente, uma vez que, com grande injustiça, o meu nome tinha sido «esquecido» dos órgãos directivos do partido no I Congresso. Soares pareceu ficar um tanto ou quanto perplexo, dando a entender que nem sequer tinha notado que o meu nome tinha deixado de figurar da Lista da Comissão Nacional, garantindo-me que tal iria ser corrigido no próximo Congresso. Aliás, não tinha sido só o meu nome a ser «esquecido». Todos os chamados «moderados», mesmo alguns que, como eu,

tinham sido fundadores do Partido, que eram então acusados de serem «sociais-democratas», tinham sido mais ou menos «saneados» das listas, nas «negociações» de corredores que decorreram durante o Congresso para agradar a Manuel Serra. Alguns, como aconteceria com Bernardino Gomes e Francisco Seruca Salgado, entre os que me recordo, nunca mais entrariam nas listas da Comissão Nacional do PS e, como tal, dos seus órgãos directivos apesar de, posteriormente, terem continuado a prestar-lhe alguns serviços de relevo.

Sem querer retirar virtudes aos capitães de Abril, a quem se deve o regresso do nosso país à comunidade dos países democráticos e ao papel desempenhado por Francisco Sá Carneiro para a aceitação nacional de uma mudança do regime, ao fim de quase cinquenta anos de ditadura e isolamento, creio que, dados os erros da direita e do Partido Socialista, se deve a Francisco Salgado Zenha o fim das concessões gratuitas ao Partido Comunista Português. Depois, não sei se por mera casualidade histórica — o que em política às vezes também acontece — a nomeação de Frank Carlucci para embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal, seria a pedra de toque que mais contribuiria para garantir a sobrevivência do regime democrático português.

Frank Charles Carlucci chegou a Portugal em Janeiro de 1975 para substituir o embaixador Stuart Nash Scott. Carlucci não era, como muitos então disseram e alguns ainda hoje pensam, dos quadros da CIA. O próprio «desertor» pró-soviético daquela agência, Philip Agee, o reconhece[1]. Era um diplomata de carreira que merecera as atenções de Nixon. Depois de ter sido subdirector do Orçamento[2] ocupava o lugar de subsecretário da Saúde quando foi designado para embaixador em Portugal. Em Washington reinava então grande confusão com o rescaldo do caso «Watergate», sendo nítida a perda de autoridade do presidente substituto, Gerald Ford, que era também em grande parte extensível ao secretário de Estado, Henry Kissinger. Durante o seu primeiro mandato, o Presidente Richard Nixon rapidamente se mostrara «um feroz adversário da estrutura de poder em Washington»[3]. Considerava-se marginalizado pelas estruturas de poder e pelos *lobbies* de Washington, «sofrendo todas as discriminações dos *outsiders*»[4] na campanha eleitoral de 1968 e ao chegar ao poder acusaria a elite e o *establishment* da capital federal norte-americana de terem «tendência para trabalhar uns com os outros, ano após ano, não obstante as mudanças de administração» e de serem grupos que «geralmente actuam concertadamente»[4]. Nixon decidira então fazer

[1] Philip Agee e Louis Wolf, *Dirty Work — The CIA in Western Europe*, p. 67, Lyle Stuart Inc., Secaucus NJ, 1978.

[2] Deputy Director of the Office of Management and Budget.

[3] John Ranelagh, *CIA A History*, p. 169, BBC Books, Londres, 1992.

[4] Richard Nixon, *The Memoirs of Richard Nixon*, p. 351, Grosset & Dunlap, Nova Iorque, 1978.

uma limpeza geral, começando com a CIA. Nesta surpreendente tentativa de centralizar o poder político, queria «que o Conselho Nacional de Segurança da Casa Branca, sob a direcção de Kissinger, controlasse todos os serviços secretos e de inteligência»[1]. E como se poderá facilmente depreender, os serviços secretos americanos, com relevo para a CIA, naquela altura sob comando de Richard Helms, não consideravam exactamente Nixon como o seu presidente predilecto. Tão-pouco Henry Kissinger gozaria dos favores daquela organização e, apesar do prestígio internacional que adquirira, entraria em declínio com o braço-de-ferro entre ambos.

A situação existente em 1974 era portanto confusa e a coordenação da política externa praticamente inexistente. O clima de suspeição generalizado seria aliás bem retratado pelo general Vernon Walters[2], que «até hoje [acredita] que o Sr. Nixon mantém a ideia de que alguém na CIA o tentou tramar, ou agiu de algum modo contra ele»[3], referindo-se à queda de Nixon a propósito do escândalo de «Watergate».

Walters, hoje figura quase lendária da diplomacia e da «inteligência» americana, estivera no nosso país em Agosto de 1974, onde se encontrara com representantes dos principais partidos, e confirmaria que o PCP estava «a receber 10 milhões de dólares mensais da União Soviética»[3]. O astuto diplomata-espião tinha uma certa predilecção pelo nosso país e falava correctamente o português, tendo conhecido pessoalmente Salazar e Caetano. Em Paris, onde servira na qualidade de adido militar de 1967 a 1972, acompanharia de perto as declarações de Mário Soares ao pequeno grupo de correspondentes estrangeiros que Marvin Howe conseguira reunir no Overseas Press Club em Nova Iorque e os seus primeiros passos no exílio em Paris. O interesse pelo líder socialista português, que vinha já dos anos 70, seria mantido em Paris através de Irving Brown, então representante na capital francesa da AFL/CIO[4] e reconhecido internacionalmente enquanto «representante na Europa da AFL e principal agente da CIA no controlo da Confederação Europeia de Sindicatos Livres»[5]. Mas, graças ao acordo de governo com o PCP, Brown acabaria por considerar Mário Soares «um traidor à causa ocidental»[6]. Quando Vernon Walters estivera em Lisboa, em Agosto de 1974, perce-

[1] John Ranelagh, *CIA A History*, ed. cit., p. 170.

[2] Foi nomeado subdirector da CIA pelo presidente Nixon em 1972, depois de uma longa carreira diplomática como adido militar na Itália, Brasil e França. O presidente Reagan designá-lo-ia em 1981 para embaixador na Nações Unidas.

[3] Vernon Walters, *Silent Missions*, p. 609, Doubleday, Nova Iorque, 1978.

[4] Confederação Sindical dos EUA, American Federation of Labor-Congress of Industrial Organisations.

[5] Philip Agee e Louis Wolf, *Dirty Work...*, ed. cit., p. 66.

[6] Conversa com Irving Brown durante a conferência patrocinada pela AFL/CIO em Lisboa, 28-30 de Junho de 1984.

bera que a contenção do PCP teria que passar pelo PS, dada a debilidade das outras forças democráticas e a fragilidade política do general Spínola. Mas Walters, que à semelhança do PCP percebera a importância que o PS poderia ter, tinha as maiores dificuldades em aceitar que Mário Soares persistisse em «contar com a presença de um PC cuja influência sobre a classe operária é real»[1].

Mário Soares, então perfeitamente alinhado com o PC na sua verborreia anti-imperialista, ainda acreditava mais no seu antigo partido do que no seu próprio e afirmava a quem o quisesse ouvir que «se não temos, em Lisboa, um Programa Comum, a falta deve-se unicamente aos comunistas, que recusaram todos os convites para progredir nesse sentido»[2]. É a partir do relatório da visita de Vernon Walters a Lisboa que nasce, aliás, em Kissinger, a ideia de que Soares seria o próximo «Kerensky» português. Mas Walters era um profissional que sabia melhor do que ninguém dar a volta às coisas e recomendara dois campos de acção imediata para Portugal: A visita de Irving Brown e Michael Boggs para ajudar a organizar a contra-ofensiva aos comunistas no campo sindical e a nomeação de Frank Carlucci, cujas qualidades ele conhecia bem do Brasil, país onde ambos tinham estado.

O embaixador Carlucci tinha o inteiro apoio de Walters bem como o do próprio director, William Colby, o que lhe permitia à partida a flexibilidade suficiente para pensar pela própria cabeça e recomendar ao conservador, e frequentemente hostil, secretário de Estado, a estratégia que ele considerasse mais adequada ao «caso Português». É que à confusão reinante em Washington e à perda de autoridade da Casa Branca não equivalia necessariamente igual situação em Langley, sede da CIA, onde a visão da estratégia a aplicar a Portugal divergia consideravelmente da do secretário de Estado. A divisão CIA-Kissinger sobre o caminho e as medidas a adoptar no «caso Português» revelam não só dois conceitos diametralmente opostos em matéria da política externa dos Estados Unidos mas, também, os ressentimentos daquela agência em relação ao ex-secretário de Estado de Richard Nixon.

O director da CIA, William Colby, admitiria o papel daquela Agência em Portugal, como muitos certamente se recordam, através da famosa jornalista italiana Oriana Fallacci[3] e em 1986, no meu primeiro e único encontro com Vernon Walters, ele pró-

[1] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 93.

[2] *Idem*, p. 93.

[3] «William Colby: O que quer que lhe diga sobre Portugal? É razoável concluir que, depois, trabalhámos muito duramente sobre o que estava a acontecer. Oriana Fallacci: Uma ajudazinha aqui, uma ajudazinha acolá? William Colby: *No comment*. Nem sobre Porugal nem sobre Itália. Oriana Fallacci: Até que ponto, como CIA, o senhor trabalhava ou trabalha em colaboração com a Embaixada USA? William Colby: Trabalhava muito com a embaixada, como é óbvio… trabalha-se sempre com as embaixadas.» (Entrevista reproduzida pelo semanário *Expresso*, de 20.03.1976.)

prio me afirmaria ter estado na origem das duas vertentes que garantiriam o apoio dos EUA «à democratização de Portugal»[1]. Disse-me mesmo que tinha sido ele quem sugerira o nome de Frank Carlucci, que chegou a Portugal em Janeiro de 1975 e, a delegação da AFL/CIO viria a Portugal no mês de Maio. Tudo me leva a crer, contudo, que, em virtude da evolução da situação, já tenha sido o próprio Carlucci, após o 1.º de Maio, quem considerou estarem preenchidas as condições para a vinda de Irving Brown e de Michael Boggs.

Ignorando por completo as gravíssimas declarações do então chefe do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho[2], Carlucci rapidamente perceberia a lógica da «Revolução». O velho «amigo» dos americanos Costa Gomes, então Presidente da República, tinha caído nas mãos dos comunistas, Vasco Gonçalves era mais radical que o próprio Álvaro Cunhal, os militares estavam ansiosos por protagonismo e, na sua ignorância política e vaidade revolucionária, pendiam mais para o PCP, partido que, com o apoio soviético, mais condições tinha para os aliciar. O Embaixador era um liberal de centro-direita e nada tinha, nem tem ainda hoje, de socialista. Mas compreendeu, para desespero injustificado de Sá Carneiro, que nem o então PPD, nem a direita democrática — uma vez perdidas todas as oportunidades durante o malogrado mandato de Spínola — tinham condições para travar o avanço dos comunistas. Só os socialistas, devidamente apoiados, poderiam desempenhar essa tarefa, desde que eles próprios estivessem dispostos a pôr de lado os velhos complexos unitários dos tempos da clandestinidade. Foi aliás essa convicção, e o apoio da CIA, que lhe permitiriam enfrentar Henry Kissinger. Este achava que Portugal poderia muito bem ser sacrificado à estratégia global para derrotar a escalada comunista mundial — o que acabaria por acontecer durante o último mandato de Ronald Reagan, sem sacrificar Portugal.

Carlucci, que à data da sua chegada a Portugal ainda só tinha de positivo a promessa de divórcio lançada por Salgado Zenha, discordava de tal tese. Para o embaixador uma derrota dos comunistas no terreno, na Europa Ocidental, seria um exemplo sem precedentes e o princípio do fim da mitologia comunista. Valia a pena, segundo ele, investir para derrotar o PCP e a União Soviética. Era a tese de que o Ocidente precisava urgentemente de uma vitória dos «mencheviques contras os bolcheviques»[3].

[1] Encontro na residência do ministro-conselheiro da Embaixada dos EUA, Wesley Egan, então Encarregado de Negócios.

[2] Logo após a sua chegada a Portugal, em Janeiro de 1975, Otelo Saraiva de Carvalho, então chefe do COPCON, acusaria o embaixador de ser da CIA, razão pela qual se não responsabilizaria pela sua segurança em Portugal! Carlucci em vez de reagir negativamente, convidaria Otelo para um encontro na Embaixada, passando, a partir daí, a manter «boas relações».

[3] André Malraux descreveria a situação em Portugal após o 25 de Novembro de 1975 como sendo a primeira vitória dos mencheviques sobre os bolcheviques.

É muito provável que a estratégia Carlucci, ao triunfar em Portugal com o 25 de Novembro de 1975, tenha mesmo representado o primeiro passo para a queda do muro de Berlim e para o descrédito do comunismo em todo o mundo.

O PS poderia, se quisesse, desempenhar um papel fundamental para a defesa da democracia em Portugal e dos interesses ocidentais. Os EUA estariam na disposição de ajudar o PS a atingir esse objectivo. Foi isso mesmo que o embaixador disse a Mário Soares, a Salgado Zenha e aos vários dirigentes socialistas com quem foi, rapidamente, estabelecendo contacto. Uma das suas primeiras medidas foi a substituição de todo o pessoal político-diplomático da embaixada por homens de grande «qualidade» e só habitualmente encontrados nas capitais de interesse prioritário para os Estados Unidos. A cada um cabia acompanhar um partido ou um sector que Carlucci coordenava. Todas as manhãs, segundo ele próprio me contaria, ainda o país estava a dormir e já ele e os seus homens reuniam na Avenida Duque de Loulé para fazer o ponto da situação. Herbert Okun coordenava o trabalho do dia-a-dia da embaixada, enquanto políticos, militares e empresários em todo o país seriam diariamente «assediados» com almoços, recepções e todo o tipo de contactos por parte de Carlucci, pessoalmente, e pelos seus principais conselheiros. Nada nem ninguém escapava, nem mesmo o PCP. Em breve Frank Carlucci teria uma imagem mais perfeita do que se passava ou iria passar em Portugal do que as próprias autoridades. O homem destacado para seguir as actividades do Partido Socialista era Richard Melton[1], enquanto Charles «Charlie» Thomas acompanhava as actividades do PSD. E das reuniões matinais sairiam informações e recomendações para Washington, para a Casa Branca, para o Departamento de Estado, Langley ou Pentágono no quadro do plano de acção definido para o restabelecimento da democracia em Portugal. As embaixadas dos EUA espalhadas pelo mundo tinham igualmente instruções para comunicar todos os aspectos relacionados com a situação em Portugal tendo, em 1976, Kissinger declarado que, a partir de certa altura, a maior parte das informações que lhe chegavam às mãos das suas embaixadas, em 1975, falavam do nosso País[2].

Quando vim finalmente ocupar o meu lugar como acessor de Manuel Tito de Morais no departamento de relações internacionais do Partido Socialista, no início de Março, Jean François Revel opinava no *L'Express* que a situação que se vivia em Portugal se assemelhava a um *cocktail* que continha «um terço do Chile, um terço do Peru e um terço da Checoslováquia»! O terço chileno era «a decomposição rápida do tecido económico», o peruano eram «os militares progressistas» que Revel apelidava de politicamente analfabetos e o terço checoslovaco seria o afastamento dos democratas «em

[1] Depois de Lisboa, seria embaixador no Uruguai, na Nicarágua e no Brasil.

[2] Kissinger faria esta afirmação no dia 26.01.1976, no Departamento de Estado.

proveito exclusivo dos comunistas»[1]. As relações internacionais do PS eram então uma autêntica manta de retalhos. Manuel Tito de Morais era um homem generoso e de uma militância desinteressada. Provavelmente, sem a sua contribuição ao longo de anos de grande dedicação não existiria um Partido Socialista antes do 25 de Abril. Estou, aliás, convencido de que sem a sua persistência e o seu trabalho haveria hoje um PS pós 25 de Abril constituído pelo PCP ou pelos actuais dirigentes do PS que viriam a acordar tarde para o socialismo. Tinha contudo ideias fixas sobre a esquerda. Quando regressou com Mário Soares a Portugal vinha convencido da exequibilidade do programa comum com o PCP e tinha tantas desconfianças em relação a Spínola como o próprio Álvaro Cunhal. Depois, e apesar de ter sido utilizado por Manuel Serra como pretexto para as modificações que este queria imprimir ao PS, não acreditou que o PCP estivesse por detrás de Serra uma vez que não concebia como possível que o nosso país evoluísse para a democracia sem o concurso do PCP. Quando se verificou que o PS iria ter um peso eleitoral muito superior ao do PCP, acreditou que este partido iria apoiar os governos minoritários do PS. O facto de o PCP assim não proceder, atribuía-o à falta de vontade de dirigentes não marxistas como Salgado Zenha. Até à coligação do PS com o CDS, em 1978, tinha ideias muito parecidas com as de Mário Soares, embora não possuísse a sua grande flexibilidade. O 25 de Abril encontrara-o já com mais de sessenta anos e tinha algumas dificuldades de relacionamento social com os colegas das relações internacionais dos partidos da Internacional Socialista, todos bastante mais jovens. O dircurso de Zenha no Pavilhão dos Desportos não o convencera e, como tal, permanecia perfeitamente impermeável aos encantos da nova diplomacia norte-americana. Por outro lado, embora ninguém o tivesse lido nem tivesse qualquer aplicação prática, existia — e bem, quanto a ele — um documento saído do I Congresso sobre política externa, denominado «Uma Política Internacional ao Serviço da Paz». Tinha como prioridade o desenvolvimento das relações com os países de Leste e propunha a dissolução da NATO e do Pacto de Varsóvia e o «apoio às forças progressistas do Terceiro Mundo». Ao assentar praça no departamento internacional, era este o meu guia de orientação. Mas também estava consciente de que na prática deveria fazer exactamente o contrário.

O departamento internacional era invadido por visitas de dirigentes, diplomatas e até curiosos de todo o mundo a quem Tito de Morais ia explicando o que se passava em Portugal e expunha a posição do PS. E, como era da «praxe», se os visitantes eram de partidos amigos da IS ou de países progressistas, eram lembrados de não esquecerem a solidariedade para com a nossa luta. Que ninguém então ainda descortinara bem qual era. Não existia um plano de acção nem uma definição de critérios e de priori-

[1] *Expresso*, de 22.02.1975.

dades. As que eu então comecei a pôr em prática visavam a concentração de esforços numa participação activa no quadro das actividades da Internacional Socialista e o contacto permanente e prioritário com os partidos europeus que estivessem nos governos dos seus países. Entregar os contactos com o folclore político «progressivista» àqueles camaradas que gostassem de viajar a países exóticos. O que não faltava era quem quisesse ir à Líbia, à Roménia, à Coreia do Norte ou às reuniões da Frente Polisário nos mais remotos pontos do globo. Havia também que clarificar as relações com o PSOE, normalizar as relações com Israel e com os Estados Unidos. Dada a situação de anarquia no País, dificilmente compreendida quer na Europa quer nos EUA, o departamento de relações internacionais, mesmo correndo o risco de por vezes desempenhar o palpel que competia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, tinha que passar a ser um polo gerador de apoios políticos internacionais, exprimindo aos governos dos países tradicionalmente aliados de Portugal, os pontos de vista do PS, de forma a deles conseguir o necessário apoio político e diplomático, que garantisse que a evolução democrática e os calendários eleitorais seriam respeitados.

Em todos os contactos então estabelecidos com o corpo diplomático acreditado em Portugal, a ênfase da posição do Partido Socialista ia no sentido de insistir na necessidade de serem mantidas as eleições para a Assembleia Constituinte. Estabeleci relações de cordialidade com quase todas as missões diplomáticas quer ocidentais, quer africanas, quer dos países de Leste. Relendo as agendas de 1975 é impressionante o número de diplomatas e políticos estrangeiros que recebi na R. D. João V, oriundos de todos os continentes. E não foi só Carlucci, embora este fosse de facto o principal, que teve um papel importante para a criação de um ambiente favorável à evolução democrática que viria a prevalecer. Frank Carlucci e a sua mulher, Marcia, que ele conhecera em Lisboa, estabeleceram com a Gunilla e comigo relações de amizade pessoal que transcendem os aspectos meramente políticos. Foi uma amizade que se prolongou muito depois da sua saída de Lisboa em 1978. É evidente que, à boa maneira americana, Carlucci acabou por receber do seu Governo o reconhecimento que lhe era devido. Mas em Portugal ainda ninguém teve a coragem de, abertamente, proceder de igual modo. Estou convencido de que naquela altura Frank Carlucci actuou mais por convicção democrática e até pela emotividade herdada da sua origem latina do que por calculismo. Aliás o reconhecimento político com que seria contemplado, durante o mandato do Presidente Ronald Reagan, foi mais acidental do que premeditado tendo, no interregno, que enfrentar dificuldades várias.

Quando o PS mais necessitava de apoio para que se realizassem as eleições para a Constituinte, único meio de legitimar o processo democrático que o MFA proclamara a 25 de Abril e para se saber qual o peso real de cada força política, foi, talvez, Carlucci quem meteu medo a Costa Gomes e por essa via aos militares comu-

nistas. Não sei se com o acordo do secretário de Estado Henry Kissinger, calculo até que não, mas isso é algo que provavelmente nunca se apurará. Dado que Portugal era um aliado dos EUA na NATO, foi a ameaça de que os EUA se reservavam o direito de «actuar» para garantir o programa do MFA, que o seu país tivera em conta ao reconhecer o novo regime saído do 25 de Abril, talvez o factor mais importante para travar o avanço comunista, que após o 11 de Março parecia imparável. Os excelentes contactos que o embaixador americano estabeleceria com muitos militares seriam não só um factor da moderação de alguns, como veículo de informação aos mais radicais. Não admira pois que o que mais impressionasse o embaixador de Portugal nos EUA, sempre que era recebido por Vasco Gonçalves, fosse «o ódio primário que o primeiro-ministro de Portugal manifestou aos Estados Unidos e o pavor que a CIA lhe causava»[1].

Em Janeiro de 1975, o então ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, James Callaghan, visitou oficialmente Portugal. À semelhança das visitas de Palme, Brandt e Kennedy em 1974 esta visita teria uma importância chave para o desenrolar dos acontecimentos. Callaghan, ao compreender o que estava em jogo em Portugal, decidiu aceitar dialogar com a União Soviética no sentido de os advertir das consequências para as relações Leste-Oeste se persistissem na sua ingerência em Portugal e contactaria os EUA no sentido de os estimular a adoptarem medidas de apoio exactamente opostas. Para o ministro dos Negócios Estrangeiros do nosso mais velho aliado, esta mediação era extremamente oportuna em termos da sua própria carreira política. Harold Wilson, o seu primeiro-ministro, atravessava um período de crise pessoal e o «brandy era a única coisa que lhe dava força para continuar»[2] segundo o que terá dito à dirigente trabalhista Barbara Castle. «Em Whitehall corriam boatos a respeito das actividades financeiras do primeiro-ministro e sobre o seu envolvimento com o mundo comunista»[3]. Em Londres tinha começado em privado a corrida à sucessão de Harold Wilson e Callaghan, considerado um trabalhista pró-americano e da ala direita, não era exactamente o favorito dos cada vez mais esquerdistas dirigentes daquele partido. Na reunião do Conselho de Ministros britânico de 11 de Fevereiro e, na sequência da sua visita a Portugal, Callaghan anunciaria ao primeiro-ministro que os comunistas em Portugal acabavam de controlar a imprensa[4], o que não sendo totalmente verdade reflectia a grande preocupação de Zenha com o que se passara no Congresso e com o que se estava a passar nos jornais estatizados.

---

[1] João Hall Themido, *Dez Anos em Washington*, ed. cit., p 189.
[2] Philip Ziegler, *Wilson, The Authorized Life*, p. 470, Harper Collins, Londres: 1995.
[3] *Idem*, p. 477.
[4] Tony Benn, *Against the Tide*, ed. cit., p. 314.

Naquela data, ainda o jornal *República* se mantinha nas mãos dos socialistas e os arremessos das comissões de trabalhadores fiéis ao PCP e a grupos da extrema-esquerda limitavam-se aos jornais de Lisboa. No dia 16 de Fevereiro seria discutido no Conselho de Ministros britânico que o secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, criticara Mário Soares pela posição que este assumira em relação à aceitação de ministros comunistas no governo[1], dando claramente a entender que os esforços de Mário Soares «para conquistar rapidamente a simpatia da Europa e do Mundo»[2], missão para a qual ele se considerava o único interlocutor capaz, não estavam a surtir o efeito desejado. Aparentemente não só não conseguira convencer os aliados de Portugal a aceitar a presença de ministros comunistas no governo, como estava a ser pessoalmente responsabilizado. Tendo em conta que Soares acabara de fazer declarações em Moscovo[3] de total alinhamento com a estratégia soviética, as suas explicações aos aliados de Portugal sobre a tese da necessidade de ter comunistas no governo eram interpretadas como um malabarismo farisaico. No plano internacional sentia-se que a estratégia da União Soviética estava em ascendência, havendo mesmo grandes preocupações dos serviços secretos britânicos e norte americanos em relação a alguns dos mais importantes dirigentes socialistas mundiais. Brandt demitira-se em Maio de 1974, quando o seu conselheiro Gunther Guillaume foi preso por colaborar com o KGB. Em Estocolmo começavam a ser levantadas suspeitas sobre colaboradores íntimos de Olof Palme. A Austrália vivia um clima de incerteza em relação ao futuro político do primeiro-ministro trabalhista Gough Whitlam, que à semelhança de Wilson estava a ser investigado pelos serviços secretos ocidentais[4].

No seu livro de memórias James Callaghan levanta um pouco a ponta do véu. Sem mencionar o nome de Kissinger, declara que lhe chegara a ser dito «que uma ditadura comunista talvez não fosse de todo destituída de vantagens, uma vez que isso poderia servir para "vacinar" o resto da Europa Ocidental»[5]. Posição com a qual ele diz ter discordado. É a partir da visita de Callaghan a Lisboa, em Janeiro de 1975, e dos seus contactos com a administração norte-americana que o então ministro dos Negócios Estrangeiros do nosso mais velho aliado passa a desempenhar um importante papel no desenrolar dos acontecimentos que teriam lugar em Portugal durante o ano de 1975. E depreende-se pelas suas conclusões em relação à tese da «vacina», defendida por Kissinger, que a posição que o MNE britânico iria defender não seria a do Departa-

[1] Tony Benn, *Against the Tide*, ed. cit., p. 318.
[2] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 26.
[3] Ver pág. 68, *República*, de 3.01.1975.
[4] David Leigh, *The Wilson Plot*, Heinemann, Londres, 1988.
[5] James Callaghan, *Time and Chance*, pp. 361-2, William Collins Sons & Co., Glasgow, 1987.

mento de Estado mas sim a de Langley. Há que ter contudo em conta que a tese da CIA, baseada na conclusão a que chegara Vernon Walters em 1974 de que seria possível derrotar os comunistas desde que o PS estivesse disposto a liderar o processo, não passava obrigatoriamente pela liderança de Mário Soares. Tudo leva a crer, aliás, que as suas frequentes declarações «progressivistas» e a persistência na manutenção da aliança com o PCP, mesmo após o I Congresso, em Dezembro, e a declaração contra a unicidade, em Janeiro, teriam desviado a atenção dos EUA para o então número dois do PS.

Spínola mais uma vez comete um erro histórico quando, a propósito do pseudo golpe de 11 de Março, decide fugir para o estrangeiro. De novo seria evidenciada a ingenuidade e miopia política que revelaria em todos os momentos decisivos, do 25 de Abril de 1974 a 11 de Março de 1975. Como escrevera antes Jean-François Revel a respeito dos militares portugueses, Spínola afinal demonstrara também ser «politicamente analfabeto», não podendo o PCP ter tido melhor aliado nas suas pretensões. Freitas do Amaral que revela nas suas memórias as responsabilidades da direita portuguesa no avanço dos comunistas em todas as frentes, acredita que o 11 de Março foi uma tentativa de «golpe de Estado militar, como tal ilegítima e reprovável num país que derrubara uma ditadura e caminhava — ainda que a custo — para a democracia»[1]. Para além de, supreendentemente, vinte anos depois legitimar Costa Gomes e o papel do PCP, seria um bom exemplo de como funcionaria a direita portuguesa após o 25 de Abril. Aceitara, ao considerar legítimo o 25 de Abril, a condenação implícita do anterior regime, reconhecia que o PCP tinha tomado conta da revolução e se preparava para conduzir o País a uma nova ditadura, mas colaboraria no processo de legitimação jurídico-constitucional da nomeação «a dois» do Presidente Costa Gomes enquanto acredita que Spínola se tenha deixado envolver numa tentativa de «golpe de Estado militar, como tal ilegítima e reprovável...»!

A verdade é que, no clima que se vivia em Portugal a 11 de Março, todos golpes de Estado seriam legítimos e, embora o relatório «oficial» do 11 de Março não mereça nenhuma credibilidade, acredito que o general Spínola se tenha deixado envolver no que foi depois chamado «intentona», ao aceitar os conselhos «de amigo» para fugir para Badajoz no dia 11 de Março. Aliás, como se verificaria, antes do chamado «golpe» do 11 de Março já toda a programação para as precipitadas nacionalizações e as chamadas «conquistas da revolução» estava preparada para o «após fuga». E após um adiamento aceite por todos, que implicaria a aceitação do Pacto MFA-Partidos, as eleições acabariam por se realizar a 25 de Abril de 1975. Não tanto graças à força dos partidos signatários, mas sim devido ao medo que o então autoproclamado «Conselho da

[1] Diogo Freitas do Amaral, *ob. cit.*, p. 337.

Revolução» tivera das consequências da sua não realização. A realização das eleições para a Assembleia Constituinte e o seu resultado significaram junto dos Portugueses e na opinião pública internacional que a esmagadora maioria dos portugueses queria viver num regime de democracia parlamentar. Era também para o PS, e sobretudo para os que ainda insistiam nas virtualidades do acordo com o PCP, um aviso solene de que a luta pela democracia seguiria em frente com quem a ela quisesse aderir. Aquilo que o PCP mais temera, o veredicto popular, acabaria por marcar a inversão do processo que a partir de 30 de Setembro de 1974 eles chegaram a considerar irreversível. Os militares comunistas e para-comunistas, que nunca acreditaram que tal fosse possível, iludidos pela organização e força demonstrada pelos comunistas, recusar-se-iam a aceitar o resultado do plebiscito mas, ao fazê-lo, estavam a reconhecer a sua fraqueza e as profundas divisões do próprio MFA. Muitos elementos da esquerda, como seria o então grupo de Jorge Sampaio, hoje no seio do PS, seriam adeptos da tese do voto em branco, embora hoje reconheçam ter-se tratado de «um erro político grave»[1]. O PCP que já pressentira que tal poderia acontecer, embora ainda algo esperançado no «seu» MDP/CDE e nas abstenções pedidas pelo MFA, tivera, entretanto, o cuidado de incluir no Pacto MFA-Partidos o princípio de que o resultado das eleições para a Constituinte se não reflectiria na composição do Governo!

Mas sendo o resultado das eleições mais do que esclarecedor, obtendo o Partido Socialista 38% dos votos, o Partido Popular Democrático 26,5% e o Centro Democrático Social 7,6% enquanto o Partido Comunista juntamente com MDP, não iria além dos 16,6%, a interpretação do PC e do MFA seria exactamente aquela que os partidos tinham assinado no «Pacto». Ignorarando deliberadamente que as forças democráticas em Portugal tinham obtido o apoio consciente de mais de setenta por cento dos eleitores, apesar do MFA e certos grupos de esquerda tudo terem feito para promover a abstenção chegando mesmo a ser dito que um voto em branco era um voto no MFA! A verdade é que para além da existência do «Pacto», o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático, conseguiriam finalmente legitimar, de forma esmagadora, o seu peso eleitoral. Também parecia certo que, depois do discurso de Salgado Zenha contra a unicidade sindical, o Partido Socialista, ou pelo menos a maior parte do PS, iria seguir um caminho diferente do do PCP e entraria na órbita política ocidental.

Os incidentes do 1.º de Maio, felizmente para o PS, contribuíram para a ruptura definitiva, dado que muitos observadores internacionais, depois de tudo o que se passara até então, ainda se perguntavam porque razão quereriam ainda os socialistas celebrar o 1.º de Maio conjuntamente com o PCP. O assalto ao jornal *República*, a 19 de

[1] César Oliveira, *Os Anos Decisivos*, ed. cit., p. 171.

Maio, juntamente com a vitória eleitoral nas eleições para a Assembleia Constituinte seriam a «gota de água» que levaria a Europa a seguir o caminho que os EUA já tinham iniciado por sugestão de Carlucci, com o apoio dos homens de Langley contra o Departamento de Estado. Aliás o receio de alguns governos europeus de não ficar atrás dos Americanos serviria de *leit motiv* para a determinação europeia. Contudo, se é evidente para muitos, mesmo muitos socialistas, que foi o discurso de Zenha que desencadeou a ruptura com o PC, não é ainda claro para a grande maioria que a mudança de Mário Soares só teria lugar após os incidentes do 1.º de Maio, no estádio com o mesmo nome. Foi a sua «vaidade» ferida, ao não o deixarem entrar na tribuna daquele estádio, impedindo-o de estar ao lado de Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Álvaro Cunhal, para onde este se dirigira, que precipitou a sua ruptura com o PC. Até então, como comprova todo o seu comportamento até àquela data, Henry Kissinger tinha razão em o considerar o «Kerensky» português. Durante os últimos doze meses alimentara esperanças em relação ao Programa Comum com o PC, que só não se concretizara porque os comunistas o não quiseram a seu lado. «A falta deve-se unicamente aos comunistas»[1]. Se não tivesse então ocorrido tal incidente e Soares, despeitado, não passasse também ao ataque, que viria a ter como pano de fundo o conhecido *slogan* — «Soares e Zenha não há quem os detenha» — é provável que ainda em 1975 tivesse ocorrido uma cisão no seio do próprio Partido Socialista, com o afastamento do secretário-geral. A tal não acontecer, dada a lealdade demonstrada por Salgado Zenha, o resultado teria sido, pelo menos, a transferência do apoio americano para Sá Carneiro, que atrairia a si grande parte do movimento socialista. E, por essa via, o posterior reconhecimento do seu partido pela Internacional Socialista.

Quando, no dia 24 de Julho, James Callaghan, informa o seu «Cabinet» de que Portugal «está sem Governo[2] e que Soares, líder do Partido Socialista Português, temia vir a ser assassinado»[3] já os primeiros-ministros socialistas europeus tinham decidido aceitar o convite de Olof Palme para a cimeira de Haga, nos arredores de Estocolmo, onde seria constituído o «Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal», a 2 de Agosto. Presentes, entre outros, os então primeiros-ministros Harold Wilson, Trygve Bratteli, Bruno Kreisky, Helmut Schmidt, Anker Joergensen, Joop den Uyl, Ytzhak Rabin e o anfitrião, Olof Palme, assim como evidentemente Willy Brandt, James Callaghan, François Mitterrand, Bettino Craxi e o convidado de honra, Mário Soares. Logo após a sua chegada à capital da Suécia afirma-

[1] Mário Soares, *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p.93.

[2] Callaghan referia-se à saída do PS e do PPD do IV Governo Provisório a, respectivamente, 10 e 17 de Julho de 1975.

[3] Tony Benn, *Against the Tide*, ed, cit., p. 423.

ria com a força de quem tem por detrás de si o mundo ocidental que «se os militares no poder em Portugal escolherem a violência e introduzirem uma política de repressão, o Povo Português resistirá»[1]. A Europa, naquela altura predominantemente socialista, não quisera ficar atrás dos Americanos e decidira falar forte à União Soviética recomendando-lhe que se abtivesse de intervir em Portugal sob pena de um sério agravamento nas tensões Leste-Oeste. Com grande ressonância em todo o mundo, os comunistas portugueses souberam que a partir daquele momento o Partido Socialista iria contar com o apoio unânime da Europa e que o seu aliado soviético iria estar sob grande pressão. O aviso estava dado.

Estou convencido de que a cimeira de Estocolmo seria decisiva para o desfecho do 25 de Novembro, três meses depois. Foi uma cimeira decisiva não só do ponto de vista da opinião pública mundial, mas do ponto de vista político-militar. Representava a União Ocidental entre os EUA e a Europa democrática contra a União Soviética e um aviso de que os aliados de Portugal não tolerariam que, após as eleições de 25 de Abril de 1975, o PCP intrumentalizasse as Forças Armadas para desferir em Portugal um novo «golpe de Praga». Significativamente, seria a primeira vez que o Mundo Ocidental se uniria a sério numa acção conjunta contra o Bloco de Leste. Foi também um estímulo para os Portugueses, que então compreenderiam que não estavam sós. Era igualmente o início dos grandes apoios económico-logísticos ao Partido Socialista. Numa frente unida, enquanto os embaixadores dos países ocidentais diziam, nos opíparos almoços que ofereciam aos militares em Lisboa, que as coisas seriam levadas a sério, os chefes de Governo e os Serviços de Inteligência ocidentais diziam aos soviéticos que, depois da tomada sem resistência de Angola e Moçambique, era altura de enfrentar as realidades. «Sem esse envolvimento internacional pela democracia — diria Willy Brandt referindo-se aos resultados dessa reunião — a tentativa de golpe em Lisboa, em Novembro de 1975, não teria tão facilmente sido desmobilizada»[2].

Mas, curiosamente, apesar do grande significado desta primeira reunião, poucos sabem que ela partiu de um intenso trabalho conjunto que eu desenvolvia com o sueco Rolf Theorin, nomeado por Olof Palme, a seguir ao 25 de Abril de 1974, para comigo coordenar as relações com o PS Português. Rolf Theorin, então responsável pela organização do Partido Sueco e conhecido amistosamente entre os seus camaradas como o «Fellini Sueco»[3], devido às suas reconhecidas qualidades de realizador de eventos políticos espectaculares. Como comentava então o maior vespertino daquele país, mostrando a foto dos líderes juntos, a cimeira de Estocolmo tinha sido a «maior concentração de estadistas jamais realizada na Suécia»[1]. Era também a primeira amostra pública dos resultados do «novo» departamento internacional do PS e o início de um estilo que marcaria a Internacional Socialista durante mais de uma década. No seguimento da cimeira, Rolf Theorin, Hans Janitschek e eu preparámos um documento que seria submetido aos líderes que estiveram presentes em Estocolmo, a fim de ser aprovado numa reunião ordinária da Internacional Socialista que teria lugar em Londres a 5 de Setembro, sob os auspícios de Harold Wilson e James Callaghan. Nesse documento, datado de 27 de Agosto, eram propostas algumas *«actividades práticas»* que incluíam *«Visitas a Portugal»*, pelos líderes socialistas europeus. Sugeriam-se «contactos com o governo, PS, talvez outros políticos e representantes do MFA».

Quando o documento começou a ser discutido, Mário Soares, compreendendo que «outros políticos» significava contactos com Sá Carneiro, recusou essa inclusão! Num outro parágrafo, sugeria-se que os partidos enviassem *«Convites* a representantes do MFA e a políticos para visitarem outros países da Europa Ocidental». Aqui, uma vez mais, Mário Soares recusar-se-ia a aceitar tal sugestão! Segundo os autores do documento original «Os militares [seriam] uma realidade política durante os próximos 3 a 5 anos» e contactos com militares e políticos portugueses da área democrática seriam perfeitamente justificáveis. Mais compreensivelmente, num parágrafo onde eram propostas *«campanhas de informação e campanhas de angariação de fundos para o PS»*, o líder português, atento às campanhas de desinformação e à proibição legal em relação a financiamentos estrangeiros, insistiria para que em vez de «PS» se escrevesse a palavra «Democracia»![2] Ficava-se a saber que Mário Soares era zelozo quando à exigência de exclusividade de relações com a IS e que as campanhas de angariação de fundos para o PS, não eram para o Partido mas sim para a Democracia.

O antigo chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros e secretário-geral do PS, Vítor Cunha Rego tivera contactos anteriores ao 25 de Abril com o chefe da CIA em Lisboa, John Morgan.[3] Após o assalto ao *República* e quando Carlucci adquirira a certeza de que Soares entrara no «bom caminho», seriam designados Cunha Rego e Bernardino Gomes para veicular os futuros contactos e o apoio da CIA ao PS. Com o caso *República* ainda fresco e tendo em conta que aquela organização considerava prioritárias as acções na imprensa e em editoras, como o senador Edward Boland de Massachussets apuraria no final dos anos 70, foi decidido combater a predominância do PC nestes sectores. Assim nasceria a editora Perspectivas & Realida-

---

[1] *Svenska Dagbladet*, de 1 de Agosto de 1975.

[2] Willy Brandt, *Minnen*, ed. cit., p. 325.

[3] Sten Andersson, *I de Lugnaste Vatten*, ed. cit., p. 315.

[1] *Aftonbladet*, de 3.08.1975.

[2] Proposta do «Programa de Apoio do Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal», de 27.08.1975 (*Anexo 6*).

[3] José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal*, ed. cit., p. 286.

des, ao mesmo tempo que era adquirido o edifício onde iria funcionar a CEIG, Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica, com a finalidade de imprimir o diário *A Luta* em substituição do *República*. O contacto americano era um «operacional» das chamadas «covert operations», ou operações clandestinas, da CIA a que chamarei apenas KC[1].

A editora Perspectivas & Realidades, hoje propriedade de João Soares, foi constituída por escritura notarial de 24 de Setembro de 1975, com um capital de 300 contos dividido em partes iguais entre João Soares e Vítor Cunha Rego. Era inicialmente co-dirigida por Bernardino Gomes e Ivone Cunha Rego, sendo o seu primeiro lançamento *O Triunfo dos Porcos*, de George Orwell. Mas quando este conhecido livro foi publicado, já o PCP estava em declínio e as «P&R» acabariam por se transformar essencialmente, nos anos seguintes, na editora dos livros sem mercado dos principais dirigentes do PS, com destaque para os de Mário Soares. É hoje talvez a única «instituição» que não reverteu para o património do Partido Socialista mas seria nela que João Soares desenvolveria a sua única actividade curricular conhecida que antecedeu a presente actividade político-partidária. A CEIG foi constituída por escritura notarial em 12 de Dezembro de 1975, sendo Mário Soares o primeiro signatário fundador. O capital da cooperativa era de 150 mil escudos que, evidentemente, não incluíam o valioso prédio onde a ITT em tempos imprimira as *Páginas Amarelas*.

No seguimento da conferência de Estocolmo, aumentaram as delegações que vieram a Portugal exprimir o seu apoio ao PS, sendo os apois financeiros normalmente canalizados através da já referida conta na Holanda. Por vezes, contudo, o dinheiro vinha das maneiras mais improvisadas tendo eu assistido, em casa de Tito de Morais, a uma entrega por parte de uma delegação sueca que acabara de chegar que, de repente, começou a tirar maços de notas dos bolsos de cada um dos membros da delegação. Nessa altura ainda Carlos Carvalho era tesoureiro do Partido, mas era ascessorado por José Manuel Duarte. A partir de certa altura Carvalho, que fora fundador do PS em Bad Munstereifel, desapareceria para sempre da cena política, passando essa tarefa para Fernando Barroso que acabara de chegar de chegar de Moçambique, onde vivera durante muitos anos. A partir de então Fernando Barroso ocupar-se-ia desse cargo,

---

[1] KC não quis ser identificado quando lhe pedi autorização para falar sobre este assunto, nem tão pouco pretendeu que eu sobre ele falasse. Penso respeitar o seu desejo dentro do possível, ao revelar parte da sua mensagem transmitida por um outro colega seu, que também não identificarei: «O "K" informa que não tem autorização para falar sobre assuntos em que ele esteve envolvido, mesmo assuntos de natureza histórica. Foi algo de que estamos orgulhosos mas escrever sobre tal assunto, mesmo ao fim de tantos anos, poderia conduzir a consequências indesejáveis que a ninguém serviriam. Qualquer livro que escrevas será sempre um *best seller* sem necessidade desta referência histórica, não obstante o seu grande significado». (Carta particular enviada por telefax em 8 de Junho de 1992.)

assim como da administração financeira das Fundações ligadas ao Partido, até ao IV Congresso em 1981. O secretário-geral tinha entretanto saído do Governo e ao ocupar-se do dia-a-dia do PS compreendera a importância das finanças, que controlaria rigorosamente através do seu cunhado. Uma das medidas adoptadas nesta área seria a progressiva descapitalização da conta na Holanda, movimentada por José Neves e a abertura de uma conta pelo próprio secretário-geral no Bank fur Gemeinwirtschaft em Francforte. Essa conta a que Gunter Grunwald[1] chamaria «conta especial do Mário» (*Anexo 7*) só seria encerrada anos mais tarde e, pelo que consegui apurar, movimentaria somas consideráveis.

Quando Mário Soares e eu participámos no Congresso do Partido Trabalhista em Blackpool, no dia 2 de Outubro, onde Mário Soares foi orador de honra, num discurso que eu fui traduzindo consecutivamente aos congressistas, já não existiam dúvidas quanto à inevitabilidade da tentativa comunista para a tomada do poder em Portugal. Também já não existiam dúvidas de que Callaghan estava seguro de poder garantir o apoio anglo-americano que tinha sido discutido em vários encontros com Mário Soares. Tinham longamente conversado sobre essa possibilidade em Estocolmo, tendo este solicitado a Callaghan se estaria na disposição de mediar os apoios financeiros e de interceder para que os americanos disponibilizassem igualmente meios logísticos, no quadro de um plano anglo-americano secreto, a partir do Norte de Portugal, de resistência civil e militar a um eventual *putsch* comunista.

«Soares necessitava de todas as ajudas que pudesse arranjar, se quisesse demonstrar que estavam enganados aqueles que afirmavam que uma ditadura comunista era inevitável. Numa altura em que o Partido Comunista tinha mais de duzentos funcionários a tempo inteiro e o Partido Socialista não possuía mais do que dois[2], apoiados por um grupo de voluntários cheios de entusiasmo mas sem qualquer experiência. Eu pedi ajuda ao Partido Trabalhista Britânico e aos sindicatos e o Tom McNally[3] contactou a sede do Partido Conservador a meu pedido, encorajando-os a estabelecer laços com outros políticos democráticos em Portugal.

Outros países membros da Internacional Socialista também ajudaram. Quando foi perguntado ao primeiro-ministro da Suécia, Olof Palme, se tais actos não constituíam uma ingerência nos assuntos internos de outro país ele respondeu de forma particularmente robusta que era o dever de todos os Partidos Socialistas Democráticos da

---

[1] Gunter Grunwald foi durante muitos anos secretário-geral da Fundação Friedrich Ebert em Bona.

[2] A imagem dada a Callaghan de que o PS só tinha então dois funcionários, era evidentemente exagerada.

[3] Tom McNally era então o secretário internacional do Labour Party. Tinha estado em Portugal, em 1969, com a delegação que a PIDE expulsou do nosso país.

Europa fazer todos os esforços para evitar que Portugal caísse vítima do fascismo ou do comunismo, assim se protegendo os mais básicos direitos humanos...»

«Soares e eu — prossegue Callaghan — tivemos encontros regulares. Compartilhamos a opinião de que a situação em Portugal era semelhante à de Praga depois da Segunda Guerra Mundial, onde um governo constituído por católicos, comunistas e socialistas tinha sido derrubado pelo Partido Comunista em 1947, com o apoio da União Soviética, resultando na exclusão compulsiva dos partidos democráticos. Soares receava que a história se viesse a repetir em Portugal, especialmente porque algumas divisões do Exército estacionadas perto de Lisboa eram comandadas por oficiais que pareciam estar comprometidos com o Partido Comunista. Contudo, o Exército, em geral, parecia inclinado a apoiar os partidos democráticos, assim como a Força Aérea e algumas unidades da Marinha, se bem que outras fossem pró-comunistas. Era uma situação confusa e houve alturas em que Soares pensou que ele e outros seriam forçados a deixar a capital para se reagruparem no Norte, onde o apoio democrático era forte. Durante meses, ele não se atreveu a dormir no mesmo lugar em noites consecutivas.

Eu fiz uso de todas as facilidades à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros para apoiar a luta pela democracia em Portugal e, conjuntamente com Mário Soares e alguns outros[1], fizemos planos para a possibilidade de, no pior dos casos, vir a ocorrer uma tentativa de golpe comunista, mas sobre a qual não seria aqui apropriado entrar em pormenores»[2].

Esses planos que tinham a concordância da CIA, oposta que estava, no caso de Portugal, à posição do secretário de Estado Henry Kissinger, passavam por um apoio logístico aeronaval no Norte de Portugal aos militares anticomunistas e às forças democráticas lideradas pelo Partido Socialista. Em Lisboa e um pouco por todo o País seria montado um esquema de segurança do PS com apoio de militares democratas que se comprometeriam a fornecer armas ao PS que por sua vez se integraria num plano global exclusivamente do foro militar. Mário Soares referiria a Callaghan que o então tenente-coronel Ramalho Eanes era o coordenador desse plano por parte dos militares, enquanto Manuel Alegre era responsável pela acção a nível partidário. No Plano Global estavam previstas não só acções de resistência armada como operações a desencadear pelos militares com a colaboração dos partidos a quem seriam distribuídas as armas. Também no âmbito desse plano, e porque eu estivera presente nas reuniões com Callaghan, Mário Soares dar-me-ia instruções para receber no dia 28 de Agosto em minha casa um inglês de nome «CH», que me entregaria um embrulho com dinheiro.

[1] Referência à participação americana no plano.

[2] James Callaghan, *Time and Chance*, ed. cit., pp. 360-2.

Apareceria, de facto, pelas 19 horas daquele dia mas, após as devidas apresentações, ou digamos antes, precauções, que da sua parte não foram além do primeiro nome, marcou encontro comigo no dia seguinte às 11 horas. Ele próprio me confirmou que tinha ido para se assegurar de que o lugar da entrega era seguro. Conforme combinado, no dia seguinte, com a apregoada pontualidade britânica, apareceu entregando-me uma série de embrulhos que trazia dissimulados em caixas de biscoitos, dentro de uma espécie de saco/mochila de ombro. A partir daquele encontro as suas visitas ser-me-iam sempre anunciadas com a possível antecedência pelo então representante do MI6[1] junto da Embaixada em Lisboa que, por razões óbvias não revelarei, até porque penso poder ainda estar no activo. Com excepção da sua última visita, no dia 7 de Abril de 1976, em que o convidei para almoçar num pequeno restaurante de Campo de Ourique, «CH», que habitualmente conversava pouco, sentira que tinha contribuído para vingar a sua organização das humilhantes deserções dos seus colegas Philby, Burgess e MacLean[2] e, num gesto de inesperada simpatia, dar-me-ia o seu contacto em Londres.

Tinha-se iniciado, após os primeiros apoios directos às Perspectivas & Realidades e ao jornal *A Luta*, o plano da «invisibilidade» norte-americana solicitado pelo secretário-geral do PS. Como Callaghan afirmaria nas suas memórias incompletas, seriam então utilizados todos os meios à disposição do Foreign Office, incluindo, provavelmente, a mediação e a mala diplomática da sua embaixada em Lisboa. A entrega mais dramática, e, talvez, a mais volumosa, seria a 24 de Novembro, nas vésperas da partida de Mário Soares para o Porto. Havia milícias comunistas nas ruas de Lisboa para controlar pessoas e bens e as instruções que Mário Soares me tinha dado eram no sentido de eu me dirigir com o «pacote» a sua casa, pois o seu conteúdo era necessário para esta sua segunda viagem para a capital do Norte. Dirigi-me então no pequeno MGB que trouxera da Suécia à sua casa no Campo Grande. Qual não é o meu espanto, quando sou de novo obrigado a deslocar-me dali à Rua da Emenda para entregar uma embalagem com dinheiro a Aires Rodrigues. Deparei então com um cenário que fazia lembrar Che Guevara e que anos mais tarde reviveria na Nicarágua que visitei a convite da Frente Sandinista, com uma missão da Internacional Socialista. Aires Rodrigues, secretário nacional responsável pela organização do Partido Socialista, rodeado por um grupo de «comandos» de metralhadora ao ombro, estava avisado de que iria chegar.

Como desconhecia o montante que estava dentro da embalagem, achei que não competia, a mim, pedir qualquer recibo. Mas mesmo que isso tivesse feito parte das

[1] MI6 é o equivalente britânico da CIA. Antes da Guerra os serviços secretos britânicos eram dirigidos pelos militares, correspondendo então o MI6 à secção 6 da Inteligência Militar.

[2] Kim Philby, Guy Burgess e Donald Mac Lean eram proeminentes agentes do MI6 que trabalhavam para os serviços secretos da União Soviética, KGB.

minhas instruções, também não seria aquele o momento de o exigir! Em qualquer dos casos, alguns dias depois, Aires Rodrigues, entregar-me-ia voluntariamente dois papelinhos soltos, assinados por ele, com os dizeres «Recebi do Rui Mateus 100 000$00 no dia 25/11/75 assinado [Aires Rodrigues]» e «Recebi do Vítor Cunha Rego a importância de 50 000$00 14/11/75 assinado [Aires Rodrigues]». Aires Rodrigues, que recebera a última embalagem das minhas mãos, deve ter-me entregue por distracção o recibo da verba que Vítor Cunha Rego lhe entregara na véspera da sua primeira partida para o Porto, no dia 13 de Novembro (*Anexo 8*). Naquele período, a resistência ao PCP representava um verdadeiro sorvedouro de dinheiro, que Mário Soares ia mandando entregar por intermédio dos seus colaboradores. E bem melhor do que a minha memória, os meus registos mostram as seguintes entregas em dinheiro para operações de resistência ao PCP: a 23 de Setembro, 300 contos depositados na conta da Associação António Sérgio e, nesse mesmo dia, 1000 contos entregues a Gustavo Soromenho para o jornal *A Luta*. No dia 27 de Setembro, 1000 contos entregues ao cunhado de Mário Soares, José Manuel Duarte. Depois ao tesoureiro do PS entregaria 1000 contos a 30 de Setembro, 2000 contos a 28 de Outubro e 500 contos a 11 de Novembro. A 20 de Novembro seriam entregues quinhentos mil escudos mais. No rescaldo do 25 de Novembro, certamente para pagar despesas pendentes, seriam entregues, a 1 de Dezembro, 1800 contos à Administração Financeira do PS e, a 4 de Dezembro, mais 500 contos ao tesoureiro Carlos Carvalho (*Anexo 9*). Evidentemente que não conheço a totalidade do conteúdo das caixas de biscoitos, nem o movimento das contas da Holanda e de Frankfurt nem, tão-pouco, outras verbas relacionadas com este período, oriundas dos americanos ou as que o ex-presidente Carlos Andrés Perez da Venezuela disse ter entregue a Mário Soares. Consegui, contudo, apurar que antes da reunião de Estocolmo, Rolf Theorin mandaria transferir para a conta na Holanda, mais meio milhão de coroas suecas (*Anexo 10*). Também o PSD da Dinamarca enviaria mais 304 690$00 em Março e, em Setembro, 29 734 coroas (*Anexo 3*).

Num depoimento que me foi solicitado pelo jornalista Joaquim Vieira do *Expresso* e que viria a ser publicado na sua Revista[1] por ocasião do 20.º aniversário do 25 de Abril eu mencionaria, pela primeira vez, o chamado plano «Callaghan». Em entrevistas à TVI[2] e a Miguel Sousa Tavares na SIC[3], por ocasião da referida efeméride, o Presidente da República, além de se colocar no papel de principal líder da resistência à tentativa comunista de 25 de Novembro, adiantaria que, de facto, «conspirara» com Callaghan e os serviços secretos ingleses, embora negasse qualquer apoio dos norte-

[1] *Expresso*-Revista de 23.04.1994.

[2] Entrevista de Mário Soares à TVI no dia 25.04.1994.

[3] Entrevista a Mário Soares na SIC no dia 26.04.1994.

-americanos. Em matéria de «ingerências» estrangeiras nunca perceberia qual a diferença qualitativa entre elas serem oriundas de serviços secretos ingleses e/ou americanos e qual a razão pela qual Mário Soares sempre foi tão sensível em relação aos seus contactos com a CIA! Mas o general Ramalho Eanes, um pouco esquecido pelos *media*, viria a contestar o papel de Mário Soares no 25 de Novembro, afirmando poder «garantir que a versão dos mesmos apresentada pelo Dr. Mário Soares contém algumas inverdades»[1]. Chegaria mesmo a acusar o seu sucessor de pretender «adulterar a história», de não ter lido os documentos oficiais sobre o 25 de Novembro e de ter tendência para valorizar os seus contactos internacionais. Mas, segundo refere, «a verdade é que os militares trabalharam essencialmente com "matéria-prima" nacional»[1].

Fontes dadas como próximas de Eanes revelariam então ter existido, na expectativa do golpe, um «Plano Global de Operações» que integrava um núcleo militar e um núcleo político, de que faziam parte PS, PPD e CDS. Este núcleo tudo decidira e estava alegadamente preparado para o 25 de Novembro com uma «resposta muito cuidada e serena a uma situação insustentável, de que Ramalho Eanes foi o principal protagonista»[1]. A própria ida de Mário Soares para o Porto a 25 de Novembro teria sido decidida pelo mencionado núcleo político-militar. Segundo se depreende das afirmações do ex-Presidente da República, general Ramalho Eanes, terá sido ele a comandar as operações político-militares de resistência ao ataque comunista, enquanto Mário Soares se teria limitado a obedecer às ordens emanadas do núcleo político-militar que o general comandava. O chamado «Plano Global» seria de facto referido por Mário Soares nas conversas com James Callaghan, mas nele, Eanes não passava de um oficial das Forças Armadas anticomunista e alinhado com as posições do Partido Socialista. Soares apresentava-se como o «chefe» político da resistência, a quem os militares democráticos obedeceriam. A reacção de Eanes parece contudo querer indicar o contrário. Edmudo Pedro, então adjunto de Manuel Alegre, secretário nacional do PS para a Segurança e Propaganda, refere-se ao «Plano Global» e ao papel de Ramalho Eanes, embora se não perceba muito bem quem chefiaria, de facto a resistência. Relega as questões de natureza política para o seu superior hierárquico, Manuel Alegre, e menciona algumas reuniões conspiratórias com o então tenente-coronel Ramalho Eanes, que terá mesmo elaborado ele próprio um «plano operacional destinado à estrutura de segurança do PS»[2], que incluiria a entrega ao PS de 150 metralhadores G3 na noite de 25 de Novembro. Pela descrição das suas intervenções e até pela qualidade do referido plano de segurança do PS, a ideia com que se fica é que teremos que dar graças pelo facto de os planos dos nossos então «guardiões» não terem necessitado de ser testados.

[1] Semanário *O Independente* de 29.04.1994.

[2] Edmundo Pedro, *O Processo das Armas*, p. 25, Editorial Inquérito, Lisboa, 1987.

Em matéria de chefias talvez nunca se saiba quem foi, de facto, o principal responsável pela resistência, se é que tal pessoa existiu. Mas é bem provável que a ter havido chefe ele fizesse parte daquilo a que os militares próximos de Eanes chamariam «matéria-prima estrangeira». Também existe uma grande confusão sobre a distribuição de armas, que eu encontraria na sede do PS na madrugada do 25 de Novembro. Freitas do Amaral declara no seu já mencionado livro de memórias que tais armas para a resistência teriam sido distribuídas pelo «Grupo dos Nove»[1] a elementos do PS, do PPD e, aparentemente, também oferecidas a um deputado do CDS. O tenente-coronel Vasco Lourenço, um dos nove elementos desse grupo e sucessor de Otelo Saraiva de Carvalho no COPCON, afirmaria que «nunca o "Grupo dos Nove" ditribuiu ou autorizou a ditribuição de armas» mas segundo ele tal não queria dizer «que alguns elementos pertencentes a esse mesmo "Grupo dos Nove" — que tinham um projecto próprio, como hoje está claro — não tivessem procedido a essa distribuição»[2], embora só dela tivesse tido conhecimento pela primeira vez após a prisão de Edmundo Pedro[3]. Afirma ainda que a distribuição das armas aos partidos teria tido a autorização de Tomé Pinto[4] e a cobertura de Ramalho Eanes.

Situação curiosa da personalidade destes dois autoproclamados «líderes da resistência», que reivindicariam para si, cada um à sua maneira, vinte anos depois, os louros da vitória do 25 de Novembro, mas deixariam Edmundo Pedro ser detido e preso durante vários meses sem que ninguém então mostrasse igual coragem para se co-responsabilizar pela resistência de que as armas encontradas na posse de Edmundo Pedro eram um testemunho. Segundo Edmundo Pedro, o general Ramalho Eanes ter-lhe-ia mandado entregar, a 25 de Novembro, 150 metralhadoras G3, mas este fala do «Plano Global de Operações» de que terá sido o principal protagonista, sem nunca levantar um dedo em defesa do seu «companheiro de armas» de então. O próprio Mário Soares, que 20 anos depois admitiria ter conspirado com os serviços secretos ingleses e era o responsável máximo do PS, quando Edmundo Pedro foi detido, na altura disse nada saber do assunto. De facto, na reunião do Secretariado Nacional convocada de emergência para a residência de Mário Soares no Campo Grande, na própria manhã

[1] O «Grupo dos Nove» inicialmente lançado por Melo Antunes, Vasco Lourenço, Franco Charais, Pezarat Correia, Vítor Alves, Vítor Crespo, Sousa e Castro, Costa Neves e Canto e Castro constitui-se como alternativa apartidária no campo militar. A ele adeririam a grande maioria dos oficiais das Forças Armadas, incluindo Ramalho Eanes. Os partidos democráticos solidarizar-se-iam com estes militares que, em muitos casos, mantinham as melhores relações com o embaixador dos EUA, Frank Carlucci.

[2] Declarações de Vasco Lourenço ao *Expresso*-Revista de 3.06.1995.

[3] Edmundo Pedro seria detido na madrugada de 11 de Janeiro de 1978, na posse de 36 das 150 metralhadoras G3 entregues ao PS.

[4] Referência ao general Tomé Pinto.

da detenção — a 11 de Janeiro — e a que esteve presente também Manuel Alegre, seria decidido que «ninguém» sabia do assunto. Eu que, de facto, tinha visto armas na Rua da Emenda quando ali entregara um pacote de dinheiro a Aires Rodrigues, abordei o assunto. Logo seria explicado que a detenção do nosso colega do Secretariado Nacional estaria alegadamente associada a acções de contrabando de electrodomésticos e que as armas poderiam não ter nada que ver com as armas do 25 de Novembro. Inocentemente acreditei que Soares, então primeiro-ministro, tivesse informações concretas e autorizadas que justificassem a detenção de Edmundo Pedro. Mas Manuel Alegre, que Edmundo Pedro admirava profundamente, não contribuiria com nenhum esclarecimento em abono do seu amigo. Para cúmulo da hipocrisia e do «salve-se quem puder» que caracterizava a direcção socialista, o Secretariado Nacional emitiria mesmo um comunicado afirmando que as armas «apreendidas decerto se [relacionavam] com esse período difícil da vida portuguesa. A lei, porém, é igual para todos os Portugueses» não deixando mesmo o Secretariado Nacional «de reprovar, no plano político, um comportamento de que não tinha conhecimento e a que, em absoluto, [era] alheio»[1].

Edmundo Pedro não era só membro do Secretariado Nacional do PS. Era, na altura em que foi detido, deputado e membro do Conselho de Administração da RTP. Mas, enquanto antifascista, desde os 13 anos de idade que conhecera várias prisões políticas e passara quase uma década no campo do Tarrafal. Depois da sua aberrante detenção, em Janeiro de 1978, ainda passaria mais seis meses na prisão, por não querer contar a verdade sobre as armas. Embora não morresse de amores pelo Presidente Ramalho Eanes receava comprometer o secretário-geral do seu Partido, então primeiro-ministro. Este, por sua vez, com receio de ser comprometido, nunca sentiu necessidade de «obrigar» Edmundo Pedro a revelar toda a verdade que incluía, obviamente, a co-responsabilização dos então Presidente da República e primeiro-ministro no «Processo das Armas», para a resistência à tentativa de tomada de poder pelo PCP e forças da extrema-esquerda. Mas, vinte anos depois, ambos apareceriam a querer protagonizar a liderança daquele processo. Absolvido em Novembro de 1978, Edmundo Pedro seria, ironicamente um dos raros heróis do 25 de Novembro e o primeiro preso político do regime democrático que o 25 de Novembro viabilizara!

O que foi, afinal de contas, o 25 de Novembro e porque razão terá o PCP à última hora retrocedido, permitindo que as forças democráticas saíssem vencedoras? Todas as análises credíveis dos últimos vinte anos convergem unicamente na existência de uma tentativa de golpe de estado por uma parte das Forças Armadas, com o objectivo de tomar o poder em Portugal. O Relatório Preliminar sobre a natureza do «golpe», considera terem as acções servido «a linha política PCP/FUR/UDP», enquanto «a actuação desen-

[1] Comunicado do SN do Partido Socialista, de 11 de Janeiro de 1978.

vam em Moscovo que, em 1975, pretendia melhorar as relações com os países europeus de forma a deles obter uma posição mais favorável nas discussões com a Administração norte-americana sobre o desarmamento na Europa. Quando o comité liderado por Olof Palme declara a sua solidariedade ao PS, os socialistas estão à frente de governos na Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Bélgica, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia e para a União Soviética era prioritário aliciar os socialistas no poder na Europa para a sua tese sobre o desarmamento nuclear unilateral. O ambiente em Moscovo não era assim propício a fomentar uma nova «Praga» num país da NATO. E, finalmente, e talvez, principalmente, porque o chamado «plano Callaghan» envolvia a firme decisão de participação de meios logísticos «clandestinos» da Grã-Bretanha e dos EUA, do MI6 e da CIA, para apoiar as forças democráticas portuguesas que Mário Soares reclamava liderar.

Os Estados Unidos viam com apreensão o que se passava em Portugal e estavam convencidos de que a União Soviética, depois da descolonização, continuava a apoiar as pretensões do PCP, desde que este prosseguisse na consolidação das suas conquistas sem sobressaltar as relações Leste-Oeste. Os soviéticos estavam convencidos de que Cunhal tinha em Portugal as condições político-militares para ir aumentando progressivamente o controlo sobre o país dado o aparente desinteresse que Kissinger parecia revelar em relação a Portugal, irreversibilizando as suas «conquistas» através de grupos de extrema-esquerda e intrumentalizando militares «revolucionários» sem comprometer os objectivos globais da União Soviética. Para os americanos, até à reacção de Salgado Zenha em Janeiro de 1975, momento em que Frank Carlucci também chegaria a Portugal, o PS demonstrava todos os sintomas de um partido alhinhado com o PC. Mas após a reacção de Zenha, a co-relação de forças rapidamente começaria a modificar-se, verificando-se então uma cada vez maior adesão popular a um movimento anticomunista em Portugal. Após a humilhação a que fora sujeito no Estádio 1.º de Maio, Soares, que geralmente reage violentamente quando o seu orgulho é ferido, verifica que o PS cada vez mais se identifica com Zenha e, no último momento, reconhece que ou aceita a ajuda e a orientação de Carlucci ou será ultrapassado. Quando os socialistas europeus, a partir de Estocolmo, aderem à luta do PS e dos americanos, a União Soviética sentir-se-á colocada entre a espada e a parede. Deixa de ser uma luta anti-imperialista, de conquista de terreno aos EUA, para se transformar num potencial conflito no próprio teatro europeu. A partir de então, a radicalização do processo em Portugal seria sempre favorável ao PS e à direita em geral. E o recurso que o PCP fazia da extrema-esquerda começaria a funcionar exactamente ao contrário. Foi isso que o PCP compreendeu na madrugada de 25 de Novembro. Daí a sua rendição condicional de última hora, bem testemunhada pela súbita mudança de linguagem do então major Melo Antunes.

Se o PCP se não tivesse retirado do golpe e persistisse em tomar o poder pela força, teria que, a partir das primeiras conquistas dos pára-quedistas, mandar avançar em força os seus aliados militares e a Intersindical. Em termos imediatistas a força dos militares aliados ao PC e da Intersindical seria imparável e de nada valeria o chamado «Plano Global de Operações». Mas o PC estava ao corrente de que à sua fácil ocupação de Lisboa corresponderia o chamado plano Callaghan a partir do Norte do País. No âmbito deste, depois de identificadas as forças civis e militares anticomunistas, a CIA e o MI6 no seu conjunto, lançariam elas próprias uma série de operações clandestinas, ao mesmo tempo que garantiriam o apoio logístico aos militares portugueses fiéis ao regime democrático. Seriam utilizados meios aéreos e marítimos para abastecimento e manutenção da resistência portuguesa na zona Norte do País e efectuados *raids* aéreos para imobilizar as posições comunistas na zona de Lisboa. O chamado «plano Callaghan» negociado com Mário Soares nunca viria felizmente a ser posto em prática, mas as recriminações de Eanes a Soares e as tentativas de ambos para reclamarem para si, duas décadas depois, os louros da vitória do 25 de Novembro, dão uma boa imagem da desorganização e da ineficácia político-militar de então.

Alguns anos depois, a CIA conduziria no Panamá uma operação semelhante à que esteve planeada para Portugal, «para protecção dos interesses e dos cidadãos americanos e para o estabelecimento de um governo democrático e amigo»[1]. O cérebro desta operação, Colin Powel[2], tinha sido assistente de Frank Carlucci no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca. Guillermo Endara, líder da oposição ao regime musculado do narco-traficante panamiano, Manuel Noriega[3], declarara-se vencedor das eleições presidenciais de 7 de Maio de 1989, mas que viriam a ser anuladas por Noriega. Assim, iniciaria negociações com a CIA para uma intervenção no seu país e concordaria com um plano para ser empossado em segredo a fim de legitimar a invasão dos EUA, a quem «pediria» formalmente para intervir. Quinze minutos após ter tomado posse, iniciar-se-ia a operação «Just Cause»[4].

---

[1] Bob Woodward, *The Commanders*, p. 85, Simon & Schuster, Londres, 1991.

[2] Depois de ter sido assistente de Frank Carlucci, Colin Powel foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos EUA, notabilizando-se durante a invasão contra o Iraque em 1990, que teria o nome de código, «Desert Storm».

[3] O general Manuel Noriega era o ditador do Panamá e tinha anteriormente tido ligações com a CIA. Após tomar o poder aproximou-se de Fidel Castro e dos Sandinistas e era suspeito de dirigir uma rede internacional de tráfico de drogas. Depois da invasão americana, em 19 de Dezembro de 1989, seria preso e julgado nos EUA por tráfico de drogas, encontrando-se actualmente numa prisão americana.

[4] «Just Cause» ou Justa Causa foi o nome de código da operação no Panamá, que teve lugar a 19 de Dezembro de 1989.

Em Portugal, o PCP facilmente perceberia que com os apoios garantidos a Mário Soares seria extremamente difícil manter por muito tempo o controlo militar de Lisboa, sem apoios semelhantes dos seus aliados de Leste. E o envio de tais apoios, para além de técnica e militarmente complicado para a União Soviética, desencadearia a legitimação de uma acção militar aberta por parte dos EUA e de forças da NATO. Em nome da democracia, como aconteceu recentemente no Haiti. E a União Soviética não estava pura e simplesmente preparada para encetar um tal conflito na Europa Ocidental. O retrocesso do PC, depois de Cunhal ter garantido solenemente que em Portugal nunca haveria uma democracia parlamentar[1], deveu-se, sobretudo, à impossibilidade de o PCP conseguir ver garantidos os meios logísticos que o PS já tinha conseguido. E não, seguramente, por receio do recentemente conhecido «Plano Global de Operações», aparentemente chefiado por Ramalho Eanes, de que faria parte «Machado Rodrigues, hoje vereador da Câmara de Lisboa [que] foi o interlocutor socialista daquele movimento [e] era uma espécie de general do PS»!![2]

Mesmo constatando a actual amnésia generalizada das condições político-militares que imperavam em Portugal, em Novembro de 1975, é fácil compreender que embora controlando praticamente todos os sectores vitais do País, também os comunistas seriam obrigados a enfrentar as realidades. Como hoje, já há duas décadas não existiam em Portugal condições de conduzir o nosso país, de forma duradoura, para uma situação de não alinhamento internacional e, muito menos, de o transformar num aliado do Pacto de Varsóvia. Álvaro Cunhal, homem de reconhecida inteligência e um dos grandes estrategos do Movimento Comunista Internacional, compreendeu as realidades da geo-estratégia e escolheu o «pássaro na mão» que representava a legalidade, quebrando a promessa que fizera, em detrimento do «apoio» do PCP à tese de Henry Kissinger. Ao escolher a primeira opção daria provas da sua perspicácia embora, provavelmente, não tenha pensado que ao fazê-lo iria dar argumentos à autopropulsão dos heróis do 25 de Novembro. Mas também é possível hoje admitir que o que distinguia Frank Carlucci de Henry Kissinger fosse uma mera diferença de meios para atingir o mesmo objectivo. A diferença que separa Aleksander Kerensky de Guillermo Endara.

Afinal, segundo Mário Soares diria anos depois a Tony Benn, num encontro em que eu estaria igualmente presente, «os socialistas estavam em retirada» e não poderiam sobreviver «sem a proteção dos americanos»[3].

---

[1] Álvaro Cunhal declarou em 1975 à jornalista italiana Oriana Fallacci que em Portugal nunca haveria um regime parlamentar.

[2] Semanário *O Independente*, de 29.04.1994.

[3] Tony Benn, *The End of an Era*, ed cit., p. 108.

Capítulo III

«A Europa (e a América) connosco!» 1975-1976

O primeiro-ministro da Dinamarca, Anker Joergensen, era um homem profundamente ligado ao Movimento Sindical do seu país e mostrara-se algo «incrédulo» em relação à dictomia e *nuances* reveladas pelos socialistas sobre a questão da «unicidade» *versus* «liberdade» sindical. Ele e alguns dos seus colegas não compreendiam então como é que tal questão podia ser determinada por decreto. Mas também não compreendiam como é que os socialistas, e Salgado Zenha em particular, eram contra o que parecia ser a «unidade» dos trabalhadores numa única confederação sindical! Em todos os países escandinavos, os sindicatos operários e até muitos de «colarinhos brancos» estão filiados numa única central, a Landsorganizationen, que não é mais do que uma confederação nacional de sindicatos. Acontece mesmo que os partidos sociais-democratas escandinavos, à semelhança do Partido Trabalhista da Holanda e da Grã-Bretanha, e até na Espanha, resultaram da necessidade de intervenção política dos próprios sindicatos. Situação completamente oposta à do Partido Socialista português que, à semelhança do seu congénere francês, nasce um pouco artificialmente de pequenos grupos oriundos de profissões liberais da classe média e a sua ligação ao movimento sindical é exactamente inversa à da maioria dos sociais-democratas europeus. Assim conhecidos os pressupostos e tendo Joergensen levantado dúvidas na cimeira de Estocolmo de Agosto de 1975, em que Mário Soares expusera com grande dramatismo a situação criada em Portugal pelos comunistas, seria decidido que ele próprio viria a Portugal para, *in loco*, relatar o que se passava à Internacional Socialista. Iniciavam-se assim na IS as chamadas «Missões» de alto nível que tanta importância viriam a desempenhar para o aumento de prestígio daquela organização.

Chegou a 11 de Agosto com a sua delegação e seria acompanhado por mim e por Marcelo Curto, então secretário nacional do PS para o Trabalho e assuntos sindicais. Para além de contactos com Mário Soares e com Salgado Zenha pretendeu dialogar

com a Intersindical, com sindicatos e visitar algumas empresas. A Intersindical, fechada e dogmática como se encontrava em 1975, recusar-se-ia a falar com o social-democrata dinamarquês e nem o então responsável pelas relações internacionais daquela central dominada pelo PC, José Manuel Judas, o quis receber. A empresa que manifestou interesse em conhecer, dados os interesses escandinavos então ali existentes, foi a Lisnave. Quando lá chegámos, os visitantes dinamarqueses, Marcelo Curto e eu, éramos esperados pela Comissão de Trabalhadores afecta ao PCP e à UDP. Com a grosseria revolucionária que caracterizava o PREC informariam o primeiro-ministro da Dinamarca que «os trabalhadores não recebiam reaccionários». No meio da confusão estabelecida e perante a insistência de Joergensen em visitar a empresa, íamos sendo agredidos em nome dos então alegados interesses da classe operária. A visita acabaria por ter lugar na companhia dos poucos militantes socialistas daquela empresa, mas os comunistas não poderiam ter prestado pior serviço à sua própria causa, tendo-se a visita transformado num acontecimento mediático de proporções internacionais. Afinal tratava-se de um primeiro-ministro, que ainda por cima viera a Portugal com algumas dúvidas em relação à política sindical do Partido Socialista.

Depois de conversar com Zenha, Anker Joergensen compreenderia então porque é que na Dinamarca existia uma única confederação sindical, que resultara da vontade dos trabalhadores, enquanto seguindo o modelo soviético, em Portugal, só existia então uma confederação por decisão governamental! Aliás compreendeu tudo tão bem, que logo insistiu em convocar para o seu país uma cimeira de líderes da Internacional Socialista, que teria lugar em Janeiro de 1976 na romântica cidade que William Shakespeare descreve no seu *Hamlet*[1]. Foi um acontecimento importante na medida em que continuava os objectivos traçados cinco meses antes em Estocolmo, com o lançamento do Comité de Solidariedade com o PS, pese embora o facto de os comunistas terem sido obrigados a retroceder no 25 de Novembro. Significava que se mantinha o apoio ao PS com vista a garantir a realização das primeiras eleições legislativas previstas para o dia 25 de Abril de 1976 e tinha como objectivo afirmar que a Europa estava com o PS na consolidação da democracia parlamentar em Portugal. Mas, num contexto internacional, seria essencialmente uma cimeira destinada a celebrar a «vitória» da Internacional Socialista em Portugal. Existia um certo (e fundado) receio de que os americanos se «apropriassem» do 25 de Novembro, dando origem a repercussões eleitoralmente negativas na Europa. O líder do PS, que a comunicação social europeia promoveria como a bandeira visível dessa vitória, passaria então a ser disputado entre os dois lados do Atlântico. Foi em Elsinore que Olof Palme propôs então a continuação do «Comité», com a realização de uma nova cimeira em Portugal ainda antes das eleições de Abril.

[1] A cimeira socialista teria lugar em Elsinore, a 17.01.1976.

Uma vez mais Rolf Theorin e eu próprio seríamos encarregados da sua organização e, uma vez ouvido o Secretariado Nacional do PS, ficou decidido realizá-la no Porto, em Março, e associar a vinda dos líderes socialistas europeus a um comício pré-eleitoral. A ideia de fazer este comício assim como o *slogan* do acontecimento foram da autoria de um então jovem militante em ascendência, de quem os Portugueses ouviriam falar pela primeira vez após o 11 de Março quando, juntamente com Vitor Constâncio, fizera uma inflamada declaração de apoio à nacionalização da banca[1]. Era António Guterres, por quem Soares nutria uma indisfarçável embirração mas que Salgado Zenha protegia e proporia para a direcção do partido. Foi ele que lançou a ideia de apelidar a cimeira do Porto da Internacional Socialista de «Europa Connosco», que seria realizada no hotel Vermar de Espinho, com comício no Palácio de Cristal nos dias 13 e 14 de Março.

Mas se a 17 e 18 de Janeiro Mário Soares tivera ensejo de agradecer na Dinamarca o apoio recebido da família socialista, logo a seguir, a 19 de Janeiro, seguiria comigo para os Estados Unidos, para uma visita de duas semanas. Apesar de a visita ter um carácter privado, uma vez que, em Janeiro de 1976, Mário Soares não era membro do Governo, viagens e estadia seriam pagas pelos Estados Unidos. O convite partira de Frank Carlucci e o programa da visita seria preparado em pormenor pelo conselheiro da embaixada, Richard Melton. Incluía o primeiro de uma série de «doutoramentos» políticos na Universidade de Yale, sob os auspícios do programa Chubb Fellow, visitas às comunidades portuguesas de Massachussets, um encontro com o senador Ted Kennedy, encontros com o *New York Times* e o *Washington Post* para conversas *«off the record»*, uma (então) inédita entrevista numa cadeia de televisão traduzida em simultâneo e um encontro no Departamento de Estado com Henry Kissinger, a 26 de Janeiro. Esta visita que seria objecto de um curioso protesto da secção de Informação e Propaganda do PC, incluiu ainda encontros com os presidentes das Confederações sindicais Lane Kirkland e Leonard Woodcock, da AFL/CIO e UAW[2], respectivamente. Eu só não seria convidado para uma visita que teria lugar no Old Executive Office Building da Casa Branca, com o subdirector da CIA, Vernon Walters, que, por descuido da organização, constava do itinerário entregue aos motoristas.

Durante o encontro com Kissinger, este fez questão de afirmar perante os seus principais colaboradores ter-se enganado em relação a Mário Soares quando o classificara de «Kerensky português». Essa admissão causaria grande surpresa no Departamento de Estado, pouco habituado a actos de humildade do seu ministro, mas a ver-

[1] *República*, de 15.03.1975.
[2] AFL/CIO — American Federation of Labor/Congress of Industrial Organisations e UAW — United Auto Workers.

dade é que Soares era, também, para aquele grande país, naquela época de desorientação nacional, o exemplo do lado bom da política externa americana. E, em Janeiro de 1976, já Henry Kissinger se podia dar ao luxo de criar um tal precedente, uma vez que se preparava para sair da política e entrar no sector privado, através da sua conhecida empresa de relações públicas, Kissinger Associates. As questões mais importantes que Mário Soares nesta data tinha para comunicar aos norte-americanos, para além de lhes estar agradecido e reiterar apoio para o processo de consolidação da ainda frágil democracia portuguesa, estavam relacionadas com a importância das primeiras eleições legislativas marcadas para o dia 25 de Abril de 1976 e com a necessidade de os americanos apoiarem em Portugal a criação de uma confederação sindical democrática, que fizesse frente à Intersindical. Estava na forja o movimento que veio a ser conhecido por «Carta Aberta», exigindo à Intersindical o direito de tendência, e a estratégia sindical que viria a ser definida por Maldonado Gonelha e adoptada pelo Partido Socialista. Daí o encontro com as duas poderosas Centrais sindicais.

O papel da CIA em Portugal, de apoio à democratização do nosso país, tinha para os americanos uma importância muito especial. Ainda a traumática intervenção americana no Vietname estava bem presente no dia a dia da América, quando foi revelado o papel da CIA e do próprio secretário de Estado, Kissinger, contra Salvador Allende, no Chile. O apoio ao PS e à democracia em Portugal ajudariam de alguma maneira a dissipar o pesadelo daquelas aventuras e marcaria o início de uma nova política externa dos Estados Unidos. Começaria com Portugal, em 1975, durante a vigência de um governo republicano profundamente desacreditado, mas seriam os democratas James Carter e Walter Mondale, a partir de 1977, quem melhor a simbolizaria.

Para além do comunicado do PCP criticando a visita, poucos compreenderam então o seu significado, quer no contexto internacional, quer no quadro da evolução de Portugal para a democracia. Seria muito comentada por toda a imprensa portuguesa, sem grandes análises e simplesmente atribuída a mais um êxito das relações internacionais do Partido Socialista. A visita tinha muito que ver — e daí a sua transcendência — com as próprias mutações políticas norte-americanas e com as relações daquela potência com a Europa. Tinha sobretudo muito que ver com a preocupação com que os americanos viam os seus aliados e, em especial, os seus aliados socialistas. Depois de Salvador Allende, no Chile, em 1974, Willy Brandt, primeiro-ministro e presidente do influente Partido Social-Democrata da Alemanha Ocidental, começaria a ser investigado pelos serviços secretos do seu país e pelos serviços secretos americanos e britânicos. Suspeitava-se de que o seu conselheiro, Gunther Guillaume, trabalhava para o KGB, a quem alegadamente passaria segredos de estado a que tinha acesso no gabinete do primeiro-ministro socialista. Segundo Richard Bissel, director de operações clandestinas da CIA, de 1958 a 1962, Willy Brandt tinha recebido subsídios daquela

organização enquanto presidente da câmara de Berlim[1], mas após uma década, levantavam-se suspeitas em relação à sua pessoa.

Aparentemente, a Abwehr[2] terá informado Brandt em 1972 das suspeitas que recaíam sobre o seu colaborador, «mas sugerira a Brandt que o mantivesse ao seu serviço enquanto prosseguia o inquérito»[3]. Brandt terá concordado mas, na manhã de 24 de Abril de 1974, seria surpreendido com a notícia da sua detenção. O famoso e polémico espião do MI5, Peter Wright decifraria entretanto códigos de transmissões da Alemanha de Leste e informaria os seus colegas alemães que Guillaume, «apesar de suspeito, continuara a ter acesso a documentos secretos»[4]. Brandt comentaria então que «não tinha a menor ideia de que esta revelação significaria o fim do [seu] mandato de chanceler federal»[5]. No dia 1 Maio de 1974, Brandt seria informado de que o seu colaborador revelara durante os interrogatórios «contactos íntimos» que o chanceler teria alegadamente tido durante as suas viagens, motivando a sua demissão ao mesmo tempo que «assumia responsabilidades pelo *affair* Guillaume»[5]. Segundo o mencionado descodificador, chefe do MI5, Brandt «fora um dos líderes duma grande rede de comunicações comunistas controlada pela rádio a partir de Moscovo» e «demitira-se para impedir que prosseguissem as investigações a seu respeito e a respeito dos seus colaboradores»[4]. No seguimento da sua demissão em Maio, o ministro das Finanças e «número dois» do SPD, Helmut Schmidt assumiria a liderança política do seu país. As suas credenciais pró-ocidentais e a sua amizade com os EUA estariam acima de qualquer suspeita.

No ano seguinte, em Novembro de 1975, o primeiro-ministro socialista da Austrália, Gough Whitlam, cujo partido também pertence à Internacional Socialista, seria demitido pelo governador-geral, Sir John Kerr. Este dignatário, que naquele país da Comunidade Britânica representa a rainha de Inglaterra, utilizaria aquele poder constitucional num acto de autoritarismo sem precendentes que iria questionar a futura participação da Austrália na Comunidade Britânica. Whitlam, eleito em 1972, tinha descoberto que os Serviços Secretos da Austrália, à sua revelia, tinham colaborado com a CIA para derrubar Salvador Allende[6]. Ordenaria então uma inspecção aos seus ser-

[1] Jerry Berman & Morton Halpern, *The Abuses of the Intelligence Agencies*, pp. 99-109. Center for National Security Studies, Washington DC., 1975.

[2] Serviços Secretos da RFA.

[3] Kari Poutiainen & Pertti Poutiainen, *Inuti Labyrinten*, p. 753, Grimur, Estocolmo, 1994. Os autores deste livro sobre o assassinato de Olof Palme atribuem as declarações a Peter Wright, do MI5 e autor do livro *Spycatcher*. Esta descrição de Wright é também confirmada por David Leigh autor do livro *The Wilson Plot*, Heinemann, Londres, 1988.

[4] Kari Poutiainen & Pertti Poutiainen, *ob. cit.*, pp. 752-3.

[5] Willy Brandt, *ob. cit.*, pp. 294 a 298.

[6] John Ranelagh, *The Agency — The Rise & Decline of the CIA*, p. 520, Widenfeld and Nicolson, Sceptre edition, 1988.

viços secretos, ASIO[1], na sequência da qual ordenaria o congelamento das relações da «inteligência» australiana com a CIA. O clima de tensão entre a Austrália e os EUA aumentaria perigosamente quando, em 1974, o primeiro-ministro «insensatamente» declarara não pretender renovar o acordo com os EUA para a manutenção da estação americana de observação de comunicações via satélite, em Pine Gaps. Esta estação, perto de Alice Springs, no meio do deserto australiano, acompanha o movimento de satélites na zona do Pacífico Sul, conseguindo «escutar» as telecomunicações em toda aquela zona, incluindo a China. O resultado deste «confronto» seria a demissão de Whitlam ao abrigo de uma lei perfeitamente obsoleta e na qual os australianos se não reconhecem. Contudo, misteriosamente, quase ninguém levantaria um dedo para defender o escorraçado dirigente socialista[2], que seria substituído, também no Partido Trabalhista, por Bob Hawke, reconhecidamente «mais amável com os serviços secretos ocidentais»[3].

Dois meses após a nossa visita a Washington, teria lugar outro surpreendente e preocupante acontecimento. Harold Wilson, o popular primeiro-ministro da Grã-Bretanha, demitir-se-ia inesperadamente a 16 de Março, dia em que completava sessenta anos de idade. Hugh Gaitskell, que ele substituíra treze anos antes, morrera em 1963, um mês após uma visita oficial a Moscovo, de uma misteriosa doença infecciosa conhecida «por *lupus disseminata*, que ataca o organismo»[4]. Gaitskell era conhecido pelo seu pro-americanismo e era admirado pelos serviços secretos ocidentais. Peter Wright, do MI5, conhecido e polémico «caçador» de espiões soviéticos era ele próprio um grande admirador de Gaitskell. Durante os seus contactos e interrogatórios ao dissidente do KGB, Anatoli Golitsin, convencer-se-ia de que o malogrado primeiro-ministro britânico poderá ter sido vítima de um assassinato por parte do Departamento 13 do KGB, que segundo Golitsin desenvolvia experiências bacteriológicas para a indução de *lupus* em ratos. E «quando Wilson sucedeu a Gaitskell, como líder do Partido Trabalhista, passou a dar origem a mais um motivo de fricção com o MI5. Começou a rodear-se de homens de negócios imigrados da Europa de Leste, alguns dos quais estavam a ser investigados pelo MI5»[5]. Mas já em 1964 o director do departamento

[1] ASIO, Australian Security Intelligence Organisation.

[2] Gough Whitlam nunca se recomporia da sua forçada demissão que atribuía a um *complot* concertado pela CIA, MI5 e Serviços Secretos australianos. Quando, em Setembro de 1982, visitei a Austrália a convite do Governo conservador, tive oportunidade de almoçar com Gough Whitlam, que conhecia da Internacional Socialista. Parte da história baseia-se na conversa que então tivemos.

[3] Kari Poutiainen & Pertti Poutiainen, *ob. cit.* p. 754.

[4] Peter Wright, *Spy Catcher*, p. 456. Dell, Publishing, Nova Iorque, 1988.

[5] *Idem*, p. 458.

de contra-informação da CIA, James Jesus Angleton, informara os serviços secretos ingleses de que Wilson «era um agente soviético»[1]. Segundo o biógrafo do ex-primeiro-ministro diria depois, «a coisa mais surpreendente em relação à demissão de Harold Wilson foi o grau de supresa que ela causou»[2]. O processo de investigação de Wilson, com o nome de código «Oatsheaf», começara nos anos 70. A partir de 1963, quando Wilson chegou ao poder, suspeitava-se de que a morte de Gaitskell tinha sido planeada pelos soviéticos para preparar o caminho ao seu próprio «protegido: Harold Wilson!»[3] e a partir de 1974, quando Wilson regressa ao poder, após quatro anos na oposição, um grupo do MI5, estabeleceria um plano para desacreditar dirigentes trabalhistas e, principalmente, Wilson. Através dos seus «contactos na imprensa e entre dirigentes sindicais, seria divulgada informação sobre o conteúdo dos ficheiros do MI5 e sobre o facto de Wilson ser considerado um risco de segurança»[4]. Tratava-se de um verdadeiro *complot* para forçar Wilson a demitir-se, em que o «cenário seria a chegada sem convite de homens de cara dura do MI5 a Downing Street, para dizer ao primeiro-ministro que têm provas capazes de provocar um pavoroso escândalo — sexual, financeiro, político e o que mais quiseram»[5]. De facto, «a notícia de que o primeiro-ministro estava ele próprio a ser investigado conduziria, pelo menos, à sua demissão»[6]. Ninguém se levantara para defender Wilson. Nem no partido, nem no governo. Os seus colegas da Internacional Socialista ficariam igualmente calados. A sua demissão fez lembrar «um funcionário público que chega aos sessenta anos e se reforma»[7]. Outros socialistas de grande proeminência, com relevo para o primeiro-ministro sueco, Olof Palme, estavam então também na mira da curiosidade da CIA e dos serviços secretos ocidentais.

Não era esse o caso de Mário Soares em Janeiro de 1976, quando do seu encontro com Henry Kissinger e com a CIA. Após o seu interregno de Paris e os primeiros tempos da revolução em que, inadvertidamente, servira de escudo à estratégia soviética, o «filho-pródigo» regressava a casa. Os EUA, ainda obcecados nos anos 70 em distinguir entre os «bons» e os «maus» socialistas, tinham decidido dar «cobertura» ao próximo primeiro-ministro de Portugal, certos de que dessa associação receberiam serviços inestimáveis para a causa ocidental. As previsões do *think-tank* de Langley teriam oportunidade de mostrar a exactidão da sua aposta.

[1] Peter Wright, *Spy Catcher*, ed. cit., p. 458.

[2] Philip Ziegler, *Wilson: The Authorised Life*, ed. cit., p. 482.

[3] Kari Poutiainen & Pertti Poutiainen, *ob. cit.*, p. 744.

[4] Peter Wright, *ob. cit.*, p. 465.

[5] Philip Ziegler, *ob. cit.*, p. 490.

[6] Peter Wright, *ob. cit.*, p. 464.

[7] Barbara Castle, *The Castle Diaries, 1974-1976*, p. 718, Londres, 1990.

O Partido Social-Democrata Sueco estava comprometido em apoiar a Conferência «Europa Connosco» e o responsável pela organização, Rolf Theorin, viria a Portugal em numerosas ocasiões para acertar os detalhes da primeira reunião cimeira internacional, realizada pelo Partido Socialista. Com uma peregrinação a várias capitais europeias para confirmar o convite de Olof Palme, eu próprio me encarregaria de pessoalmente garantir a presença dos participantes mais relevantes. A partir de meados de Fevereiro, instalaríamos o quartel-general da conferência no hotel Vermar em cujo último andar se realizaria, nos dias 13 e 14 de Março, a reunião. Preparámos o local e confirmámos todos os pormenores minuciosamente e com o experimentado *know-how* sueco. Era a primeira vez que um tão grande número de personalidades, que incluía vários chefes de governo, se reunia no nosso país. Mas, apesar da nossa inexperiência, tudo correu impecavelmente com excepção de um pequeno imprevisto, que nem aos suecos ocorreria. No domingo, no final da conferência e depois do grandioso comício realizado na noite da véspera no Palácio de Cristal, estava prevista uma conferência de imprensa no Palácio da Bolsa. Chovia então torrencialmente no Porto e chovia mesmo dentro da sala do Palácio da Bolsa. François Mitterrand recusou-se, assim, a tirar o seu sobretudo protegendo-se dos pingos com o seu característico chapéu!

Os custos desta reunião seriam integralmente cobertos pelo Partido Social-Democrata Sueco, que contribuiu com cerca de meio milhão de coroas, e pelo Partido Socialista Austríaco de Bruno Kreisky, que contribuiu com 750 mil shillings austríacos. Para o efeito seria informado pelo banco PK da Suécia que o PSD sueco mandara abrir uma conta na Suíça em meu nome, através da qual aquelas verbas seriam movimentadas (*Anexo 11*). Estas e outras verbas começariam contudo a expor o PS a sinais exteriores de riqueza e a dar lugar a todo o tipo de especulações e contra-informação. Grande parte do apoio vinha em notas e cheques em moedas estrangeiras e, apesar dos contactos que o PS detinha na banca, sempre que o tesoureiro, Fernando Barroso, procedia a operações cambiais saíam notícias e circulavam rumores. Para além da contra-informação do PCP e da extrema-esquerda, logo após a visita aos EUA seriam lançadas notícias em órgãos de comunicação social por dissidentes da CIA, como foi o caso de Philip Agee. As notícias inicialmente difundidas pelo *New York Times* de que o PS estaria a receber avultadas quantias da CIA e do estrangeiro «obrigariam» Mário Soares a veementes desmentidos e a uma conferência de imprensa, a 8 de Fevereiro, não só para desmentir o que era verdade mas, sobretudo, para camuflar esses apoios, anunciando o lançamento pelo PS de uma campanha nacional de angariação de fundos. Diria então que «o nosso partido é um partido de trabalhadores, é um partido de esquerda e, como tal, um partido pobre. Têm-nos sido dirigidas muitas calúnias por parte dos que nos acusam de recebermos fundos estrangeiros. Essas calúnias nunca foram provadas, nem o poderiam ser, porque são efectivamente calúnias. Estamos no início desta campanha [eleitoral][1], que vai ser extremamente dinâmica e esclarecedora para o País, com grandes dificuldades financeiras, porque a campanha eleitoral é efectivamente dispendiosa. Por isso resolvemos iniciar a nossa actuação, neste período pré-eleitoral em que nos encontramos, por uma campanha de recolha de fundos. Como lhes disse, amanhã vai aparecer a cidade coberta de grandes cartazes deste tipo: Com a tua vontade de Vencer. Por um amanhã a construir. Recolha de fundos para o Partido Socialista».[2]

Nesse ano eleitoral de 1976, vários partidos e entidades estrangeiros entregariam avultadíssimas somas em dinheiro, por todos os meios, as quais a Administração Financeira ia classificando como campanha de «angariação de fundos». Só os recibos que me foram entregues ultrapassariam, então, os 40 mil contos, embora à medida que iam sendo entregues na Rua da Emenda a Fernando Barroso fossem, inadvertidamente, sendo classificados em moeda estrangeira e, às vezes, referindo mesmo a entidade doadora (*Anexo 12*). O Partido Trabalhista Britânico, segundo me foi comunicado, tinha unicamente enviado, em 1975, para a conta da Holanda, a quantia de 4108 Libras o que equivalia a 240 contos na altura. Os «pacotes de biscoitos» do MI6, «CH», o último dos quais seria entregue em 7 de Abril de 1976, representavam a extensão do conceito político da «Europa Connosco» ao outro lado do Atlântico!

Esta reunião do Porto consagraria Mário Soares perante o público português como um dos «grandes» da Internacional Socialista, para além de continuar o «espírito», e o apoio financeiro, do comité de solidariedade constituído meses antes em Estocolmo. Teria a presença de Willy Brandt, Bruno Kreisky, Joop den Uyl, François Mitterrand, Felipe González e, claro, Olof Palme. Teve um enorme impacto nacional. Não tanto pelo que ali foi dito mas, sobretudo, pelo significado da presença conjunta, no nosso país, dos principais protagonistas do socialismo democrático europeu. Finalmente os portugueses tinham oportunidade de conhecer os homens que iriam fazer entrar Portugal na Europa e que, por intermédio do PS, iriam transformar Portugal num país europeu igual àqueles onde trabalhavam os nossos vizinhos e os nossos familiares.

O secretário-geral do PS estava eufórico com a ocasião, ao lado dos «grandes» da social-democracia mundial. Estatuto que considerava não poder ser atribuído a Felipe González que, além de usar blusão de cabedal, na «cerimónia», não era reconhecido na Espanha pelo Partido Socialista Popular, chefiado por Tierno Galván. E, no que respeita a Espanha, em 1976, as preferências de Soares eram claramente a favor do par-

[1] Referia-se à campanha eleitoral para as primeiras eleições legislativas, realizadas a 25 de Abril de 1976.

[2] Mário Soares, *PS: Fronteira da Liberdade*, p. 106, Edições Portugal Socialista, Lisboa, 1979.

tido dos seus amigos Raul Morodo e Fernando Morán[1] estando mesmo convencido de que, eleitoralmente, até o PCE de Santiago Carrillo teria mais votos do que o «grupo» de González. Assim, numa das crises de *enfant gaté*[2] que ocasionalmente o assaltavam, não queria que González discursasse no grande comício que teve lugar no Palácio de Cristal, no dia 13, encarregando-me a mim da desagradável tarefa de explicar a González que só um número restrito de oradores estava previsto. Um pequeno número que incluía só os «grandes» líderes. Tanto quanto me pude aperceber então, a ideia era a de excluir Zenha, cuja reputação nacional, popularidade e estatura moral lhe começavam a fazer sombra. E depois, quando já fosse tarde demais, seria eu responsabilizado, por ter sido eu a organizar a conferência... Ao fim de um ano de actividade dentro do PS, e sabendo como as culpas pelo desastre do primeiro Congresso tinham caído em cima do Tito de Morais, estava perfeitamente ambientado na política de «sacudir a água do capote» dos dirigentes socialistas. Por isso recusar-me-ia, informando, pelo contrário, Zenha da «deselegância» que o secretário-geral pretendia cometer. Zenha que melhor que ninguém o conhecia de ginjeira, alteraria a situação. Zenha seria um dos grandes oradores da noite e González discursou mesmo, sendo vibrantemente aplaudido. Afinal ele estava ainda a lutar pelos direitos de existência do seu partido em Espanha e necessitava daquela publicidade, talvez mais que nós próprios que já a tínhamos adquirido.

Mas, como já tinha explicado anteriormente, as relações do PS com o PSOE não eram exactamente as melhores se bem que, da parte de Felipe González, todos os esforços fossem feitos para um bom relacionamento connosco. A situação em Espanha ainda estava longe de ser clara e, como acontecera connosco antes do 25 de Abril, aos socialistas espanhóis faltava quase tudo. Portugal era assim um ponto de referência fundamental. Um mês antes da reunião do Porto, a 12 de Fevereiro, o chanceler austríaco Bruno Kreisky organizara em Viena um grande «comício de luta contra o fascismo». Os convidados principais seriam Soares, que representava a vitória do regime democrático e González, que representava a luta pela democracia. O acontecimento, pese embora o então maior prestígio de Soares, destinava-se essencialmente a apoiar o PSOE mas Soares, no seu discurso, não faria uma única referência ao PSOE ou a González. Diria simplesmente que «conhecemos bem o valor da solidariedade internacional anti-fascista. É por isso que hoje estamos ao lado dos nossos companheiros espanhóis, vibrando com eles na esperança de que em breve a democracia

[1] Raul Morodo é actualmente embaixador de Espanha em Lisboa. Fernando Morán foi MNE de Espanha durante os primeiros governos de González.

[2] Mário Soares confessaria a Dominique Pouchin ter sido um «enfant gaté», *Portugal: Que Revolução?*, ed. cit., p. 9.

estará restabelecida em Espanha»[1]. E no final daria vivas à amizade luso-austríaca, ao PS austríaco e ao socialismo. Ao PSOE nada!

Começa aqui a explicação da «deselegância» da cimeira do Porto. Soares não queria González nessa cimeira e seria o chanceler Bruno Kreisky (que aliás pagaria grande parte das despesas da «Europa Connosco») quem insistiria para que o jovem líder socialista espanhol estivesse presente. Após o êxito do Porto, González demonstraria também interesse em passar o dia das eleições legislativas, marcadas para o dia 25 de Abril, em Lisboa. Queria confraternizar com os seus camaradas portugueses e tirar partido, tanto quanto possível, da enorme cobertura mediática internacional, na esperança de poder beneficiar desse *feedback* no seu país. Só que Felipe González chegara no voo de Madrid na manhã de 25 de Abril, acompanhado do responsável pelas relações internacionais, Luis Yañes, mas o secretário-geral do PS disse-me «que não estava para o aturar» e eu que «tomasse conta dele como fizera no Porto». Eu fui esperá-los ao aeroporto e, após um aperitivo em casa de Bernadino Gomes, no Estoril, sendo este acompanhante da funcionária da Fundação Friedrich Ebert, Elke Esters, que representara os alemães na fundação do PS em Bad Munstereifel em 1973, almoçámos no hotel Albatroz em Cascais, tendo depois visitado vários locais de voto em Lisboa e arredores. Na noite das eleições, Mário Soares cumprimentaria sem grandes cerimónias os «convidados» espanhóis que nunca lhe perdoariam a «altivez» e a frieza da recepção. E apesar de todos os esforços que eu desenvolveria nos anos seguintes, as relações de Mário Soares com Felipe González, seriam sempre pouco calorosas[2].

Apesar do difícil relacionamento, Felipe González demonstraria grandes qualidades de estadista ao compreender quer a amizade pessoal de Soares com os dirigentes do Partido Socialista Popular, quer a diferença de pontos de vista derivada da diferença de idades entre ambos. Também sabia que dentro do PS português tinha inúmeros amigos e que as bases simpatizavam com ele, como a própria cimeira do Porto demonstrara. Estas delicadas questões tinham já sido abordadas numa reunião que tivera lugar em Lisboa, em Junho de 1975, entre o PS e uma delegação do PSOE chefiada por Nicolas Redondo[3]. Quando então nos pediram para clarificar a situação, derivada do entusiástico apoio a Santiago Carrilho e da nossa tão ambígua posição, Mário Soares pediu a Nicolas Redondo que infromasse o seu partido de que o PS «reconhecia o PSOE enquanto parceiro na Internacional Socialista, não obstante laços de ami-

[1] Discurso de Mário Soares em Viena (Áustria), a 12 de Fevereiro de 1976.

[2] Após 1985, a comunicação social várias vezes repararia que as relações de Felipe González com o primeiro-ministro português, Cavaco Silva, eram bastante mais calorosas do que as relações existentes com Mário Soares.

[3] Nicolas Redondo era então secretário-geral da UGT espanhola.

zade pessoal entre alguns socialistas portugueses e espanhóis não pertencentes ao PSOE»[1].

O resultado eleitoral das primeiras eleições legislativas não corresponderia, contudo às expectativas. Nem às expectativas políticas dos dirigentes do PS, nem às dos amigos estrangeiros que tinham investido no PS. Apesar de terem sido gastos enormes meios financeiros na campanha, apesar de prestigiadas figuras internacionais terem vindo a Portugal exprimir solidariedade ao PS e, sobretudo, após o 25 de Novembro, a «gratidão» revelada pelo povo português neste acto eleitoral não seria aquilo que o futuro primeiro-ministro tinha esperado. O PS baixaria três pontos percentuais em relação às eleições para a Assembleia Constituinte e o PPD baixaria dois e meio. Os comunistas também perderiam terreno e como concluiria Freitas do Amaral «o CDS foi o único partido que subiu»[2], de 7,5 % para 16 %! Qualquer analista poderia concluir que uma grande parte da direita, em 1975, utilizara o PS e até o PPD para travar o avanço do PCP. Mas também se compreenderia melhor a razão pela qual o PS, no dia 26 de Novembro de 1975, alinhara pela tese do major Melo Antunes em relação ao Partido Comunista. Não porque tivesse estado de acordo com aquele militar, quando afirmou ser o PCP necessário «para a construção do socialismo em Portugal», mas porque o secretário-geral do PS pretendera utilizar o PCP para meter medo à direita, convencido, como viria a estar a partir de então, que os socialistas só serviam para combater os comunistas[3]. Esta análise, já viciada desde o acordo de governo assinado com o PCP em Paris, em 1973, motivaria os socialistas portugueses a tratar Sá Carneiro e o seu partido como «inimigos principais», cometendo um erro de estratégia que comprometeria para o futuro a sanidade política da sociedade portuguesa. O general Ramalho Eanes, que apesar de candidato do PS/PPD e CDS à Presidência da República era, até então, politicamente irrelevante, iria ter, graças aos resultados eleitorais, um papel determinante na vida política do País e, em especial, na vida interna do Partido Socialista. Muitos dirigentes socialistas, contudo, apesar de não possuírem os meios para alterar a situação que o secretário-geral decidira sem auscultar o partido, entendiam que o apoio à candidatura de um militar, «imposto» pelo Grupo dos Nove não fazia sentido no regime democrático que pretendiam construir. O próprio Sá Carneiro via o futuro do País no quadro de um pacto de regime entre o PS e o seu partido, estando mesmo preparado para, dentro de um tal acordo, apoiar a candidatura de Mário Soares à Presidência da República. O PS, que evidentemente se não poderia coligar com os seus ex-parceiros comunistas, após o 25 de Novembro, ou se coligava com o PPD,

[1] Notas da reunião PS/PSOE, de 18 de Junho de 1975.

[2] Diogo Freitas do Amaral, *ob. cit.*, p. 521.

[3] Tony Benn, *The End of an Era*, ed. cit., pp. 107-8.

que se reclamava da mesma família política do Partido Socialista, ou teria que, com todos os riscos inerentes, governar sozinho. Uma coligação com o CDS, visto pela esmagadora maioria da opinião pública como um partido de extrema-direita e, ainda por cima, o único vencedor das eleições legislativas, seria impensável. Mas o secretário-geral do PS faria ouvidos de mercador aos conselhos de muitos dos seus amigos e, num acto de que se iria arrepender, escolheria a via do «PS sozinho». Estava então convencido, que o general Ramalho Eanes era um militar apolítico às suas ordens, que «estaria sempre, diante de si, como um aluno aplicado»[1].

Sá Carneiro ficaria extremamente desiludido com a atitude de Mário Soares, que considerara irresponsável. Para ele a consolidação do regime democrático, então ainda tutelado pelos militares e sob enorme influência político-cultural do PCP, passava pela cooperação entre os dois partidos do centro, que se reclamavam da família social-democrata. Uma cooperação que poderia mesmo conduzir à fusão do PPD no PS. As bases de ambos, afinal, eram idênticas e os princípios semelhantes. Para Sá Carneiro seria difícil compreender a arrogância dos socialistas, convencidos que estavam de que Eanes era parte do seu património político. Acusaria então o PS de «tentação mexicana»[2], o que não foi completamente destituído de razão, dada a sobranceria com que pretendia aliar-se a Ramalho Eanes para governar o País em minoria. Por outro lado, Soares considerava que «objectivamente, o regime do México não é de partido único»[3]. Da parte do PS não seriam invulgares as manifestações de grosseria para com Sá Carneiro. Desde referências à sua estatura física, à sua situação familiar e até à colaboração em campanhas pouco dignificantes que visavam atingir a sua honorabilidade[4]. Entretanto, e apesar das muitas ofensas de que seria alvo, o seu pensamento político e a sua acção, nunca foi anti-socialista e, como se teria ocasião de verificar, seria até frequentes vezes favorável ao PS e ao seu secretário-geral, pesem embora normais diferenças que ocorreriam durante as campanhas eleitorais dos seus partidos. Já em 1976 oferecera a Soares «o apoio a uma eventual candidatura, pedindo em troca algo que Soares nunca lhe poderia conceder: a luz verde para que o PSD possa aderir à Internacional Socialista»[5].

[1] Teresa de Sousa, *Mário Soares*, p. 97, Nova Cultural, Lisboa, 1988.

[2] Pretendia-se associar o PS ao Partido Revolucionário Institucional do México, que governa sozinho aquele país há mais de meio século.

[3] Mário Soares, *O Futuro Será o Socialismo Democrático*, p. 103, Publicações Europa-América, Lisboa, 1979.

[4] César de Oliveira admitiria no seu livro *Anos Decisivos*, ed. cit., p. 182, ter o PS distribuído milhares de notas de mil escudos com uma caricatura de Sá Carneiro para o associar a uma dívida à banca. Declara ter-se tratado de «humor» eleitoral!

[5] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 96.

De facto, após o 25 de Abril Sá Carneiro declararia pretender que o seu partido aderisse à Internacional Socialista tendo, de imediato, Mário Soares desenvolvido todos os esforços no sentido de barrar qualquer pedido formal de adesão, que nunca chegaria a ser feito. O desconhecimento de como funcionava aquela organização era um reflexo do isolamento internacional em que o País se encontrava, que acabaria por ser desfavorável ao PSD. Na realidade, quando Sá Carneiro declarou a sua pretensão, em 1974, existiam na IS vários partidos do mesmo país. O PS e o PSDI de Itália, O PT e o MAPAM de Israel, o PS e o PSD do Japão, a AD e o MEP da Venezuela. Tivesse ele formalizado o pedido e a IS teria que o discutir e votar. Em 1974, após o 25 de Abril, o PS não possuía nenhumas garantias de que a IS negaria o acesso ao PPD. Mas só a partir de 1979, profundamente desiludido com Eanes e desejoso de o impedir de se recandidatar à Presidência da República, Mário Soares proporia ao Secretariado Nacional que considerasse as virtualidades de um acordo com Sá Carneiro. Nesta altura, como em praticamente todas as decisões de fundo do PS, as posições políticas do secretário-geral seriam tomadas em função dos seus interesses pessoais. A sua «vontade» de um acordo com Sá Carneiro, que tinha que ver com uma vingança contra Eanes e com as suas próprias ambições políticas, chegava cinco anos tarde demais, quando a maioria do Secretariado Nacional do Partido Socialista já não seguia as suas orientações.

Atento à evolução política na Península Ibérica, o Presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Perez, cujo partido, Accion Democrática, era observador da Internacional Socialista, percebeu que a «Revolução Portuguesa» e a evolução democrática em Espanha iriam ter enorme impacto na América Latina, onde ele, chefe de Estado de um país produtor de petróleo, pretendia ter um papel de relevo. O presidente venezuelano, que tinha sido eleito em 1974, acompanhava de perto a crescente importância da Internacional Socialista e, como tal, desenvolveu todos os esforços para reunir em Caracas uma cimeira semelhante à que acabara de ocorrer em Portugal. Mas, enquanto em Portugal a iniciativa partira de Olof Palme, a ideia da reunião de Caracas partira de Klaus Lindenberg[1], representante da Fundação Friedrich Ebert naquele país. Esta fundação já na altura investia consideráveis meios naquele subcontinente e tinha escritórios e representantes alemães em quase todas as capitais latino-americanas. Editava aliás uma importante revista teórica sobre a social-democracia no contexto da América Latina, a partir da capital venezuelana, de nome *Nueva Sociedad*. Na reunião que teve lugar no hotel Tamanaco no dia 22 de Maio, para além dos anfitriões, que incluiriam o popular ex-presidente da República, Rómulo Betencourt, mar-

[1] Poucos meses após aquela reunião Willy Brandt convidaria Klaus Lindenberg para seu acessor especial, posição que deteria até à morte de Brandt.

cariam presença em Caracas Willy Brandt, Bruno Kreisky, Willy Claes e André Cools da Bélgica, Hernan Siles Suazo da Bolívia, Luis Albero Monge e Carlos Oscar Arias da Costa Rica, Anker Joergensen da Dinamarca, Rodrigo Borja do Equador, Felipe González e Luis Yañez do PSOE e Raul Morodo do Partido Socialista Popular, Michel Rocard de França, o italiano Bettino Craxi, ainda então secretário-geral-adjunto de Francesco De Martino e Vitor Raul Haya de la Torre, do Peru. Os representantes do PS seriam Mário Soares, Medeiros Ferreira e eu. Foi uma reunião muito importante para Willy Brandt e para a Internacional Socialista, que marcaria o início de tensões ideológicas com os Estados Unidos da América e de uma crise na definição geo-estratégica ocidental entre a Europa e a América.

A Internacional Socialista sentia-se no papel dos «mencheviques», chamando a si os louros pela vitória da democracia em Portugal. Uma vitória que todos sabiam iria trazer não só repercussões imediatas em Espanha mas, a médio prazo, também na América Latina. Era do interesse da Europa, ou pelo menos da Internacional Socialista europeia, «ignorar» o papel dos Estados Unidos e explorar os defeitos da linha Kissinger no caso português. Seria essa a linha que o próximo presidente da Internacional Socialista Willy Brandt, apoiado por poderosos meios financeiros canalizados por intermédio da Fundação Ebert, iria seguir. Para ele, que dois anos antes se vira alvo de investigações dos serviços de inteligência ocidentais, era extremamente importante marcar o seu decisivo papel em prol da democratização de Portugal, da Espanha e da América Latina. Na nova fase da sua carreira política, ter contribuído para derrotar os comunistas em Portugal, seria uma importante componente do seu currículo. A Internacional Socialista estava lançada nos «Processos de Democratização na Península Ibérica e na América Latina», em concorrência com os EUA. Uma disputa que os americanos iriam ganhar com a ajuda do PS português.

Luis Echevarria, então presidente do México, tinha reputação de antiamericano e via com suspeição as actividades da Internacional Socialista na América Latina. Sobretudo preocupante para o seu Partido único era o facto de o modelo português incluir a exigência de regimes pluralistas. Mas, por outro lado, compreendeu que a reunião que estava a ter lugar em Caracas representava uma terceira via demasiado importante para que o México pudesse ficar de fora. Os homens do PRI, que governam o México em exclusividade há cerca de sessenta anos, pressentiriam, contudo, que o seu afastamento das iniciativas de Brandt os obrigaria a sair da situação de privilégio político em que se encontravam, tolerados pelo seu gigantesco vizinho pelo seu não alinhamento com os comunistas, não obstante os atropelos à democracia e aos direitos humanos, e reconhecidos pela União Soviética pelo seu não alinhamento com os EUA. Sem aderir à IS, optariam por uma espécie de associação com o objectivo de neutralizar eventuais críticas ao seu aberrante regime! Assim conseguiriam, de facto, ser interlo-

cutores de todos, ficando com as mãos livres para prosseguir o seu modelo «de democracia... um pouco *sui-generis*»[1]. E, sem qualquer preparação prévia, «obrigariam» a que a reunião de Caracas tivesse o seu final a milhares de quilómetros dali, na cidade do México, enviando a Caracas dois «Boeing 707» da presidência para transportar as delegações. Foi uma maratona imprevista, extremamente cansativa, destinada a participar num inútil comício de solidariedade eleitoral com o candidato do partido único, José Lopez Portillo. Depois de muitas horas de viagem e de uma paragem em São José da Costa Rica, chegaríamos à capital mexicana na madrugada do dia 25. Nas placas de estacionamento do aeroporto, para além dos nossos anfitriões, esperavam-nos orquestras de «mariachis» e luxuosas hospedeiras que nos encaminhariam para o hotel Camino Real. Com a consciência já tranquila em relação a Portugal, a IS dava-se ao luxo de uma pausa exótica para colaborar com uma farsa política!

As minhas relações com Felipe González e com Luis Yañez passariam, durante o ano de 1976, de meras relações políticas a relações de amizade e confiança. Além de termos idades mais ou menos próximas, descobriríamos, ao longo de muitas conversas, que as nossas opiniões políticas coincidiam em muitos aspectos. E, ao contrário do secretário-geral do meu partido, eu não sentia nenhuma atracção pelo Partido Socialista Popular, que considerava ter pouco que ver com as realidades espanholas. Era um pequeno grupo de amigos de grande craveira intelectual, alguns dos quais, como era o caso de Raul Morodo, eram extremamente simpáticos. Possuíam muito do «mitterrandismo» que tanto atraía Soares mas, para usar uma frase de Tony Benn, bastava olhar para eles para ver que «não tinham nada que ver com o socialismo das classes trabalhadoras»[2]. O PSP espanhol fazia-me lembrar o nosso MES[3], embora a este último faltasse um líder com o prestígio e a craveira de Tierno Galván, mais conhecido carinhosamente entre os madrilenos pelo nome de «velho professor». Numa das noites livres em Caracas, González e Yañez convidaram-me para «uns copos» e durante a nossa conversa verifiquei que, embora tivéssemos ideias semelhantes em relação ao PSP, que com o apoio de Mário Soares fazia um grande esforço para ser reconhecido pela IS, González tinha grande admiração por Tierno Galván que considerava um dos grandes teóricos do socialismo espanhol contemporâneo. Eu perguntei-lhe então porque razão ele não fazia um esforço para juntar aquele grupo ao PSOE e, para grande surpresa minha, compreendi que tal ideia lhe não desagradava. Disse-me que uma tal associação dependeria de Tierno que, estava convencido, não simpatizava com a sua liderança do PSOE. Era González quem estava convencido de que Tierno Galván nunca

[1] Mário Soares, *O Futuro Será o Socialismo Democrático*, p. 103, ed. cit.
[2] Tony Benn, *Against the Tide*, ed. cit., p. 445.
[3] Movimento da Esquerda Socialista.

aceitaria uma tal amálgama entre os dois partidos. Eu perguntei-lhe então se ele estaria de acordo que eu contactasse o PSP, com vista a uma primeira aproximação, ao que ele respondeu afirmativamente. Desde que tal empreendimento, disse-me, fosse por minha conta e risco.

Já no México eu falaria com Morodo, que por sua vez consultaria Mário Soares. Este, como é óbvio, ficou encantado com a ideia e renovaria o oferecimento dos serviços do PS enquanto mediador entre aqueles dois partidos. Ficou então decidido que Morodo consultaria Tierno Galván e que González abordaria o assunto na Comissão Executiva do seu partido, após ser conhecida a opinião de Tierno. Até lá ninguém estava autorizado a revelar o teor das conversas que, curiosamente, seriam sempre feitas por meu intermédio, mesmo em Caracas e no México. González e Morodo, ambos a participar nas mesmas reuniões, nunca falariam um com o outro sobre este tema, embora ambos me tivessem autorizado a prosseguir com a ideia. Pouco tempo depois receberia luz verde para organizar o primeiro encontro entre ambos, que teria lugar em Lisboa, numa sala do hotel Altis, nos dias 8 e 9 de Outubro. No início da reunião convenci-me de que tudo parecia perdido, dada a frieza e formalismo com que se iniciaram os trabalhos e também pela rigidez de posições, sobretudo de Tierno Galván que, na ausência de consultas eleitorais, não acreditava na força do PSOE. Tal e qual como Mário Soares. Mas, depois, a pouco e pouco, Mário Soares foi introduzindo vários cenários, com o optimismo que o caracteriza, e o gelo começou a derreter. Graças à nossa atempada intervenção, Tierno Galván e Felipe González compreenderiam que tudo teriam a ganhar com a unidade entre os seus dois partidos e ficaria estabelecido, como questão de princípio que a haver acordo: *a*) o nome do partido seria o do PSOE; *b*) que nesse caso Galván seria proposto para presidente, enquanto González se manteria como secretário-geral e *c*) que seria designada uma comissão mista para desenvolver estas e outras questões de fundo. A reunião tinha sido um êxito, e no final deste primeiro encontro Mário Soares, então já primeiro-ministro do I Governo Constitucional, encontrava-se visivelmente satisfeito quando declarou aos *media* que «os partidos reunidos encontraram importantes pontos de convergência e decidiram continuar as conversações. Estiveram presentes por parte do PS, Mário Soares e Rui Mateus, por parte do PSOE, Felipe González e Luis Yañez e por parte do PSP, Enrique Tierno Galván e Raul Morodo»[1].

Foi assim que nasceu o processo que daria lugar à fusão dos dois partidos, com a integração do Partido Socialista Popular no PSOE, dois anos depois. Os dois partidos, ambos oriundos do partido fundado por Pablo Iglesias, decidiriam «fundir-se num só depois de haverem constatado, através de uma comissão mista constituída para o efeito,

[1] Comunicado do PS de 9 de Outubro de 1976.

a substancial identificação dos seus respectivos textos programáticos, dos seus programas eleitorais, bem como da estratégia que vinham praticando»[1]. A partir daí o relacionamento do PS com o PSOE seria muito mais fácil, sobretudo após nova visita de González a Lisboa em 1977, em que, pela primeira vez, o PS e o PSOE assinariam um comunicado conjunto. Nessa altura, já o PSOE se transformara no maior partido político do país vizinho, continuando, contudo, as relações de Soares com González a ser sempre influenciadas por uma certa desconfiança.

[1] Declaração de «Unidade Socialista» do PSOE, Madrid, 1 de Maio de 1978.

Capítulo IV

«Os governos do nosso descontentamento» 1976-1978

Conforme prometera antes de ser eleito, o general Ramalho Eanes convidaria o secretário-geral do Partido Socialista para formar o I Governo Constitucional após o 25 de Abril. Tomaria posse no dia 23 de Julho de 1976 e duraria pouco mais de um ano, caindo precisamente no dia em que Mário Soares celebrava os seus 53 anos de idade. No dia em que chegara ao governo, Soares «não percebia nada de economia, podia ser um ás na política mas na economia era um zero»[1] e dada «a forma displicente com que [tratava] dos números que traduzem a realidade económica, trocando os milhões e os milhares»[2] muitos se perguntavam se «deveria ter sido [ele] o primeiro-ministro do I Governo Constitucional, apesar de o Partido Socialista ter ganho as eleições?»[3] Muito provavelmente, se Portugal vivesse num regime democrático normal, a resposta seria não mas, em 1976, considerando que o secretário-geral do PS rejeitara a proposta de Sá Carneiro, só existiam dois homens com autoridade política para chefiar o governo de Portugal, Mário Soares e Salgado Zenha. Mas tendo em conta a génese e o *modus vivendi* do próprio Partido Socialista, no governo ou na oposição, compreende-se que Soares não tenha declinado o convite de Ramalho Eanes, nem tenha colocado à direcção do PS as dúvidas que, só anos depois, ele próprio abordaria[4]. O PS tinha sido o partido mais votado nas primeiras eleições legislativas e assumia-se, com legitimidade, como o partido que mais tinha contribuído para derrotar os comunistas no dia 25 de Novembro de 1975. Por outro lado,

[1] Teresa de Sousa, *Mário Soares*, ed. cit., p. 97.
[2] *Idem*, p. 98.
[3] Mário Soares, *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., p. 359.
[4] Mário Soares «confessaria», numa entrevista ao *Diário de Notícias* de 2.04.1979, não ter sido a pessoa mais adequada para chefiar o I Governo Constitucional.

para além de Soares e Zenha, nenhuma outra personalidade socialista tinha então emergido com autoridade e carisma suficientes para ser designada para a chefia do governo.

Impotente e sem prestígio, a direcção do PS, ainda com os homens que tinham saído do atribulado I Congresso, aceitaria resignada o papel de espectador do *one man show* do seu secretário-geral, não ousando contestar sequer as escolhas que faria para integrar o I Governo. Só Zenha o faria na medida do possível, mas a sua reconhecida autoridade moral e o facto de ser uma séria alternativa à liderança iriam, precisamente, custar-lhe o lugar nesse mesmo governo. E embora continuando a ser o número dois «oficial» acabaria também por se resignar ao que considerava serem os «caprichos do Mário» e, numa demonstração de amizade e de fidelidade, recusar-se-ia a fazer uso dos seus poderes potenciais. Mas não conseguiria, nunca mais, dissimular o ressentimento que sentia por ter sido compulsivamente «empurrado» para presidente do Grupo Parlamentar e não escondia, em reuniões do Secretariado Nacional em que eu participaria, a sua clara discordância em relação às pessoas de quem Soares se fazia rodear. Sobretudo quando o embevecimento com que Soares tratava algumas dessas pessoas demonstrava a sua própria ignorância em relação às áreas que ele não dominava. Particularmente acintosos eram os frequentes elogios a Vítor Constâncio que, vindos de um homem que admitia que «na economia era um zero», feririam o orgulho de Salgado Zenha que tinha sido ele próprio ministro das Finanças. No seu antiquado conceito de que o PS não era um trampolin, achava que não bastava ser-se recém-licenciado e declarar simpatia pelo PS para se ser promovido. Para se chegar a um lugar no governo seria necessário fazer tarimba primeiro e mostrar obra, segundo os métodos de promoção política que então eram apontados a Helmut Schmidt, de quem Zenha era amigo e admirador. Só que, embora impedindo a nomeação de Constâncio para o I Governo, a chamada tarimba seria curta e Constâncio acabaria por ser designado um ano e pouco depois, no II Governo, para substituir Medina Carreira na pasta das Finanças.

Com algumas excepções, as suas escolhas para formar o I Governo seriam verdadeiramente desastrosas e aquele governo, no seu conjunto, nunca chegaria a ter uma esperança de popularidade. Sempre obcecado com o poder, «aquilo que ele, efectivamente, nunca descentralizará»[1], começa então a por à prova a sua própria receita. Assegura o controlo pessoal das finanças do partido através do seu cunhado, que tem ordens absolutas de não permitir o acesso a pessoas estranhas ao serviço. O que equivale a dizer que ninguém na direcção do partido tinha acesso àquele pelouro, dirigido, simbolicamente, no Secretariado Nacional, pelo fundador e fiel amigo Joaquim Catanho de Menezes. E, de um modo geral, divide para reinar, promove poderes paralelos entre dirigentes partidários e ministros. Desconfiado como é, entrincheira-se num *bunker* de intrigas e de contra-informação na sua residência, que transforma num santuário de bajulação dos seus «fiéis». Despromove e demite todos os que se atrevam a dar muito nas vistas ou que acabem por ser imolados naquelas intermináveis sessões de esconjuração, fazendo depois circular razões de incompetência, ambição desmedida ou, até, megalomania para justificar os seus actos! Zenha seria uma das primeiras vítimas desta política. Os avisos «de amigo» da corte de bajuladores de que ele aspirava à chefia do partido e do governo, que Maria Barroso atribuiria à ambição desmedida da Maria Irene[1], conduziriam à circulação de boatos de que Zenha quereria ele próprio a pasta das Finanças, razão pela qual se teria oposto a Vítor Constâncio.

[1] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 98.

E embora ele próprio reconhecesse ser um «zero» na matéria, faria constar que o Francisco Zenha de finanças nada percebia, embora tivesse sido, pesem as condições existentes em 1975, um excelente ministro das Finanças no VI Governo Provisório. Outros históricos, que o acompanharam nas horas de amargura, se lhe seguiriam. A Manuel Tito de Morais foi dada a pasta de secretário de Estado da População e Emprego. Não porque Tito representasse qualquer ameaça à liderança, mas porque a segunda mulher do Tito de Morais, a Maria Emília, não era bem aceite na «corte» e ambas as famílias, a Barroso-Soares e a Tito de Morais, se gladiavam pela ocupação de lugares no aparelho do partido. Sobre Tito de Morais confidenciar-me-ia uma vez, quando lhe perguntei a razão de nunca o ter promovido além de secretário de Estado, que «o Tito nunca tinha lido um livro na vida»! Mas é sintomático que uma das características que melhor lhe assentariam e pela qual, aliás, ficaria sobejamente conhecido fosse a sua grande incapacidade para escolher colaboradores. Deslumbrava-se frequentemente, por insuficiência própria, com qualidades de pessoas que na realidade não conhecia ou que pareciam dominar áreas que ele próprio desconhecia. Comprovando aquela deficiência, ao fim de um ano de Governo já tinham sido substituídos vários ministros e o próprio presidente da Assembleia da República e fundador do PS, Vasco da Gama Fernandes, também seria substituído por um outro histórico, Teófilo Carvalho dos Santos. Quando a Secretaria de Estado da Comunicação Social, para comemorar um ano de governo, publicou por ordem do primeiro-ministro um inacreditável livro intitulado *Vencer a Crise, Preparar o Futuro*, já todo o país exigia uma mudança de Governo, tal era a impopularidade em que caíra. É um livro revelador das tendências absolutistas de que Zenha falava e tinha mais semelhanças com as publicações dos regimes despóticos que primam pelos elogios ao chefe, do que com as de governos democráticos ocidentais, lembrando as inúmeras fotos do primeiro-ministro a sua avassaladora e imodesta omnipresença. Dos cinquenta mil exemplares distribuídos, pagos pelo erário público, transparecia um governo fútil e esbanjador. Anunciava,

[1] Referência à mulher de Salgado Zenha, Maria Irene Salgado Zenha.

em tons propagandísticos, a obra feita e as tarefas desempenhadas por alguns membros do governo, ao longo de um ano, como as do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro para os assuntos políticos, Manuel Alegre, que em menos de uma página declarava ter tido como actividades «numerosas representações ou petições de trabalhadores e organismos socioprofissionais ou simples cidadãos, canalizando os seus problemas para os departamentos a que dizem respeito»[1].

Em meados do mês de Agosto de 1976, estava eu na Suécia a acompanhar Olof Palme e em colaboração com a campanha eleitoral do Partido Social-Democrata daquele país, quando recebi uma chamada urgente de Mário Soares com instruções para ir imediatamente para Luanda, onde me deveria juntar ao presidente do Partido, António Macedo e a Manuel Tito de Morais, ainda formalmente responsável pelas relações internacionais do PS. Portugal reconhecera a República Popular de Angola a 22 de Fevereiro de 1976, mas as relações diplomáticas entre os governos dos dois países seriam suspensas dois meses depois, em Maio, pelo Governo Angolano. Este, depois de não respeitar os acordos que tinha assinado em Alvor[2], consideraria serem as atitudes do VI Governo Provisório inamistosas. Esta atitude derivava essencialmente da enorme e compreensível campanha na comunicação social contra Angola, naquele difícil momento das relações entre os dois países, quando centenas de milhares de portugueses regressados de Angola acusavam o MPLA de responsabilidades pelo seu dramático êxodo. Entretanto, apenas dois meses após o corte de relações com Portugal, Agostinho Neto compreenderia que tal acto acabaria por atirar ainda mais o seu país para uma quase total dependência da União Soviética. Para pôr cobro a esta situação enviaria então o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, a Lisboa, em princípios do mês, a fim de sensibilizar os socialistas para alterarem a situação de impasse a que se tinha chegado. Portugal tinha que ter consciência dos seus interesses e o presidente Agostinho Neto não queria, ao que tudo levava a crer, ficar eternamente prisioneiro dos soviéticos.

Quando cheguei a Luanda, no dia 28, reinava grande confusão naquele país e tudo faltava. Eu chegara num voo indevidamente anunciado como proveniente de Estocolmo via Roma, sem qualquer «visto» de entrada em Angola. Como vestia *blue jeans* não seria detectado pelo comité de recepção do MPLA e tive que explicar ao funcionário as razões por que estava ali sem «visto» de entrada. Pedi que avisassem a Presidência da República mas, entretanto, pensei que seria mais rápido apanhar um táxi.

[1] *Vencer a Crise, Preparar o Futuro, Um Ano de Governo Constitucional*, p. 185, SECS, Lisboa, 1977.

[2] Os acordos de Alvor foram assinados em 15 de Janeiro de 1975 entre o MPLA, UNITA e FNLA fixando os termos da independência daquela país para o dia 11 de Novembro desse ano.

Foi então que pude constatar que nem táxis havia em Luanda. Quando cheguei ao hotel Panorama lá encontraria o António Macedo e o Manuel Tito de Morais. Creio que todos os outros «hóspedes» naquele então magnífico hotel eram russos e de outros países de Leste. António Macedo não tinha funções políticas específicas no PS e a sua presidência era meramente honorífica, mas tinha sido advogado de Agostinho Neto nos anos 60 e tinha ajudado a sua família em Portugal. E como pude constatar a sua escolha para chefiar esta primeira missão histórica a Angola não poderia ter sido mais acertada. O Presidente da República Popular de Angola tinha por ele tanta consideração, que só isso bastaria para facilitar a minha tarefa de garantir que de Luanda sairia um comunicado conjunto honroso para o País e para o Partido Socialista. Manuel Tito de Morais era efectivamente o secretário Internacional do PS, mas desde que eu assumira funções no Departamento Internacional deixara de participar na maior parte dos eventos internacionais do partido. Mas, também significativamente, os angolanos tinham por ele um grande respeito e admiração até porque, no início dos anos 60, vivera em Angola e estivera ligado ao lançamento da luta do MPLA. Porém, o meu papel ali, que em condições normais seria desnecessário, visava garantir que os nossos interesses não seriam ultrapassados pela natural emotividade que a presença dos meus camaradas na Angola independente poderia significar.

Reunimos durante quatro dias no Palácio Presidencial com Agostinho Neto, o então primeiro-ministro, Lopo do Nascimento e o então ministro dos Negócios Estrangeiros, José Eduardo dos Santos. A reunião, que tinha uma enorme cobertura mediática internacional, começou com o pé esquerdo. António Macedo que antes de partir para Angola se encontrara como o presidente Ramalho Eanes, transmitira a Agostinho Neto um convite do presidente português para visitar Portugal. Tal convite não era oficial, não existiam relações diplomáticas entre os dois países e não fazia parte da agenda socialista. Nem o Tito de Morais nem eu tínhamos sido avisados, nem sabíamos que antes de partir para Angola, António Macedo se tinha encontrado com o presidente português. Naquela altura, dada a grande hostilidade que certos sectores, sobretudo entre os retornados, sentiam pelo MPLA um tal convite era altamente inconveniente para o PS. Acontece que logo no início das conversações, após as boas-vindas de Agostinho Neto, António Macedo, a quem cabia também falar em primeiro lugar em nome da delegação do PS, transmitiu o convite do Presidente da República Portuguesa ao presidente de Angola. Tito de Morais e eu ficámos de boca aberta, enquanto Agostinho Neto agradecia sensibilizado. E logo nessa manhã o MPLA transmitiria o mesmo à comunicação social, para grande embaraço do Governo Português. As reacções e críticas em Portugal não se fizeram esperar. A notícia caíra como uma bomba e o presidente Eanes não perdeu tempo retirando o tapete a António Macedo e negando ter enviado qualquer convite. Com a elegância que faltou então ao PR português, Agos-

tinho Neto acabaria por tranquilizar António Macedo que, tendo sido portador do convite o não soubera transmitir no estilo «farisaico» a que os políticos portugueses estão habituados, dizendo-lhe para se não preocupar com o assunto e que ele próprio daria a volta à questão. E assim fez, dizendo à imprensa que se não tratara de um convite mas sim de meras saudações «do Presidente da República e do presidente da Assembleia da República»[1], acrescentando em privado que «o presidente português poderá ter sofrido pressões mas nós acreditamos, contudo, no convite. O resto são conveniências políticas, podendo mesmo ter havido interferências de países estrangeiros»[2].

As delegações do PS e do MPLA manifestar-se-iam ainda «positivamente sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola [recomendando] aos respectivos governos de encetarem, dentro do mais curto prazo, as diligências necessárias tendentes à materialização das relações diplomáticas ao nível de Embaixada»[3]. Também seria referida pelo PS «a necessidade de se considerarem os interesses e os aspectos humanos dos portugueses que se encontram em Angola e dos angolanos que estão em Portugal», tendo a delegação do MPLA assegurado «à delegação do PS que apreciará devidamente as perspectivas de cooperação sugeridas, de acordo com os interesses legítimos de ambas as partes»[3].

Quem não gostou muito deste encontro e, sobretudo, do comunicado conjunto foi o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, que considerou a visita da delegação do PS uma ingerência na acção governamental e um autêntico acto de diplomacia paralela. Mário Soares, que se considerava, de facto, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, classificaria o «protesto» de Medeiros Ferreira como um acto de arrogância propulsionado pelos diplomatas das Necessidades e aconselhou o ministro a impor-se-lhes, a preparar o encontro com José Eduardo dos Santos, ou então a «preparar as malas». Medeiros Ferreira encontrar-se-ia com José Eduardo dos Santos na cidade da Praia, a 30 de Setembro. Só que aqui começaria porventura a primeira de uma série de demissões do Governo e do Partido, que chegaria a ser preocupante. Quando a façanha se repetiu, um ano depois, com uma nova viagem de António Macedo e Manuel Alegre àquele país, foi a gota de água, pedindo a sua demissão do Governo e do Partido Socialista. Mas Medeiros Ferreira não tinha razão para se demitir por causa desta visita em que nada de concreto seria abordado. Não se poderia queixar de diplomacia paralela visto que o comunicado então emitido, além de banal e

[1] Comunicado do PS e do MPLA, Luanda 1 de Setembro de 1976. Assinam Agostinho Neto, Lopo do Nascimento e José Eduardo dos Santos (MPLA) e António Macedo, Manuel Tito de Morais e Rui Mateus (PS).

[2] Notas particulares do encontro com o presidente Agostinho Neto.

[3] Comunicado PS/MPLA de 1 de Setembro de 1976.

pouco concreto, só era assinado por Manuel Alegre pelo PS e por um membro do «bureau» político do MPLA[1].

Ao contrário do que acontecera um ano antes, quando do primeiro encontro, Agostinho Neto não assinaria o comunicado que se limitava a sublinhar «a necessidade de cooperação no domínio dos meios de comunicação social, tendo em vista a melhoria de informação acerca da realidade de cada país, e a urgência de, por uma informação objectiva e verdadeira, combater e neutralizar os que, pela mentira e pela deformação dos factos procuram dificultar as relações de amizade entre os dois Povos»[2]. Revelava, isso sim, a opinião que os angolanos faziam da liberdade de imprensa. Mas, para além da importância de estas terem sido as primeiras «missões» que visavam uma substancial melhoria das relações entre Portugal e Angola e a possível recuperação dos nossos legítimos interesses, o mais importante seriam as conversas particulares com o presidente Agostinho Neto. Revelavam claramente o seu desejo de libertar o seu País da total dependência da União Soviética e a clara percepção de que essa «libertação» passaria pelo Ocidente.

No final da reunião e após aprovado o comunicado final que recomendava o restabelecimento de relações diplomáticas, Neto concluiria a reunião com algumas palavras que, acredito, eram para consumo interno. Diria nomeadamente «que embora tenhamos feito a mais longa guerra de Africanos contra o colonialismo (a qual implicou muitos sacrifícios) combatemos o colonialismo, fascismo e exploração e, hoje, que ambos somos livres, devemos estabelecer laços a todos os níveis. Houve dificuldades com o processo de libertação angolano que se travou a vários níveis e nem sempre a posição dos políticos portugueses foi clara. Acreditavámos que os progressistas dariam todo o seu apoio ao MPLA mas isso não aconteceu e assim o nosso povo ficou traumatizado. O facto de Portugal não ter logo reconhecido Angola. Foi quase o último a fazê-lo. Isso provocou certa resistência às relações com Portugal. Depois, a vossa imprensa foi extremamente insultuosa, pois nós não temos a vossa concepção sobre a liberdade de imprensa. Agora que o PS assumiu o poder em Portugal, devo ser sincero, nem sempre estivemos de acordo com o PS. Houve momentos em que o PS não acreditou no nosso patriotismo e na nossa vontade, de não alinhamento... Agora surgiu outra situação e como disse Mário Soares é preciso pôr uma pedra sobre o passado e como tal vamos cooperar. Se o PS dinamizar este processo de normalização nós seremos gratos, pois há muitos problemas de toda a ordem em que nos podem ajudar. De qualquer modo houve sempre laços de amizade com Portugal que poderá em Angola ter um lugar privilegiado. O PS tem simpatia de vários partidos Socialistas na

[1] Carlos Rocha, membro do «bureau» político do MPLA.

[2] Comunicado PS/MPLA, de 31 de Agosto de 1977.

Europa. Naturalmente podeis contribuir para que o nosso problema possa ser compreendido. Talvez esses partidos socialistas possam apoiar a nossa candidatura à ONU. Vocês podem colaborar nisso. Os EU dominam a cena mundial e poderão opor-se com apoio da América Latina à entrada de Angola na ONU. No entanto, não sei se isto poderá ser ultrapassado. Estou a solicitar o apoio do PS para a nossa entrada na ONU e para obter apoio de outros partidos socialistas para a nossa entrada. Nós preferimos o nível mais elevado entre os dois países. Não achei bem começar só a nível de consulados[1]. Com um nível mais elevado será melhor para a resolução dos muitos problemas a tratar entre os nossos países».

Depois de tecer várias e longas considerações sobre o regime angolano e sobre a presença dos soviéticos, dizendo que «temos desenvolvido relações com países socialistas e temos aqui técnicos de todos esses países, mas não há nenhum deles que possa dizer que dirige. São conselheiros e quem toma as decisões somos nós. Assim gostaria que os portugueses o compreendessem. Mesmo certos progressistas de Portugal e Angola ainda não compreenderam bem a nossa atitude, o nosso processo. Queria propor o seguinte passo: a efectivação das relações com Angola deverá ser feita a nível do governo, por exemplo através de uma nota oficiosa. Pelo nosso lado a posição está tomada... Agora os governos devem tomar iniciativa. Há protocolos a fazer, etc. Nós temos os nossos refugiados em más condições. Há portugueses aqui, sem representante que defenda os seus interesses... Sabemos que isto não é fácil de fazer. Ao mesmo tempo que há boa vontade entre os nossos dois partidos, há más vontades de outros. Há forças que fazem tudo para que as relações deteriorem e não melhorem. Temos que fazer tudo contra essas forças para aumentar a cooperação. É esse o nosso desejo. A imprensa portuguesa às vezes diz ser eu o único amigo de Portugal e isso não é verdade»![2] Contudo, no final do jantar que nos ofereceria na sua residência, chamou-me de lado e fez-me uma série de perguntas sobre a Internacional Socialista e sobre a situação internacional. Estava preocupado com a imagem do seu país e pretendia colaborar com os partidos da IS. Eu disse-lhe que a impressão de que Angola tinha caído na esfera soviética era má para Angola e que a maior parte dos partidos da IS teriam sempre dificuldades de cooperar com Angola enquanto essa ideia subsistisse. Disse-me então que essa escolha não era sua. Que a descolonização tivera lugar num momento difícil e que as potências ocidentais, à falta de um interlocutor português, tinham demorado demasiado tempo em aceitar o MPLA. Ele estava consciente

[1] O presidente Agostinho Neto referia-se ao facto de não ter havido «normalização» das relações com Portugal porque o VI Governo Provisório, em vez de abrir uma Embaixada em Luanda, limitara-se a enviar um cônsul. O presidente angolano consideraria isso uma ofensa!

[2] Notas particulares da conversa com Agostinho Neto, no dia 1 de Setembro de 1976.

da situação, contudo, e pretendia reduzir a influência dos Países de Leste em Angola. Mas para isso era essencial que a Grã-Bretanha, a RFA e os EUA rapidamente estabelecessem relações diplomáticas com Angola. Disse-me ser esse o seu desejo e que embora tivesse consciência de que nem todos em Angola pretendiam tal evolução, ele depositava grandes esperanças nos resultados práticos desta primeira visita. Pediu-me para tratar este assunto com o máximo dos cuidados.

Quando regressei a Portugal havia um enorme interesse das principais embaixadas em conhecer pormenores da visita. O embaixador Kalinin da União Soviética convidar-me-ia para um almoço a fim de conhecer «pormenores» da visita do PS a Luanda e, curiosamente, os restantes convidados para esse almoço eram os embaixadores da RDA e da Checoslováquia. No dia 6, Mário Soares e eu analisámos, na sua casa de Nafarros, os pormenores da visita e a minha convicção de que ele pretendia desesperadamente encontrar alternativas ocidentais. Soares telefonaria imediatamente a Carlucci e no dia seguinte teria um longo encontro com ele. No dia 13, Helmut Schmidt enviaria a Lisboa um colaborador seu e no dia 26 daria a mesma mensagem ao então já primeiro-ministro James Callaghan, num encontro em Blackpool, durante o Congresso Anual do Partido Trabalhista. A acção ocidental não correspondeu, contudo, com a necessária celeridade ao apelo do presidente Agostinho Neto que, em Maio de 1977, seria alvo de uma tentativa de golpe liderado por Nito Alves, da facção pró-soviética do MPLA e, pouco depois, enquanto de visita a Moscovo, seria submetido a uma inesperada intervenção cirúrgica. Viria a falecer em condições nunca totalmente explicadas na União Soviética no dia 10 de Setembro de 1979. Mas, quando a minha conversa teve lugar com Frank Carlucci, já a CIA estava bem entrincheirada em Angola e pretendia expulsar a influência soviética pela força e não dialogar com o MPLA.

O apelo de Neto não mereceria credibilidade e o presidente da UNITA, que em matéria de relações internacionais tinha uma visão moderna e bem actualizada, já entretanto garantira o apoio de um dos mais importantes grupos de relações públicas da capital norte-americana[1]. A CIA, por sua vez, em 1976 já dispunha de oitenta e três agentes na Angolan Task Force[2] no terreno, num plano de estreita cooperação com a África do Sul «e com os Chineses, que apoiariam a UNITA e a FNLA na sua luta contra os Soviéticos, a quem disputavam o aumento de influência em África»[3].

Da parte de Portugal e do I Governo Constitucional também a política africana nunca acertaria. Depois de um traumático processo de descolonização que deixaria

[1] Savimbi foi representado nos EUA pela empresa de relações públicas Black Manafort, Stone & Kelly.

[2] John Stockwell, *In Search of Enemies*, p. 162, W. W. Norton, Nova Iorque, 1978.

[3] *The Agency: The Rise & Decline of the CIA*, ed. cit., p. 608.

muito a desejar, também o I e o II Governos Constitucionais não conseguiram unir os Portugueses numa plataforma adequada à defesa dos interesses nacionais. Marcello Caetano não soube ou não foi capaz de reconhecer esses interesses atempadamente, indo contra o que era lógico e contra os ventos da mudança. O Movimento das Forças Armadas, numa tentativa de apagar as suas derrotas militares em África, pretendeu confundir-se com os Movimentos de Libertação[1], demitindo-se das suas responsabilidades na descolonização. O PCP, imbuído na sua cruzada internacionalista, tinha como tarefa prioritária facilitar a penetração da União Soviética em África. Lamentavelmente, o PS e o PPD estavam demasiado envolvidos numa retórica quezilenta para então poderem compreender o significado de pactos de regime. Como a história aliás se encarregaria de demonstrar, o primeiro-ministro permanecia em 1976 perfeitamente insensível às questões africanas preferindo adoptar os pontos de vista da CIA sobre Angola a tentar convencer os EUA a alterar a sua posição em relação ao MPLA. Assim, apostaria demasiado em Jonas Savimbi, nunca estabeleceria uma relação correcta com o MPLA e seguiria sempre as teses da estratégia global norte-americana que estiveram erradas desde o início da descolonização Portuguesa[2].

No II Congresso do Partido Socialista, que teve início no dia 30 de Outubro, cumprir-se-ia a «promessa» que Salgado Zenha e o secretário-geral me tinham feito em sua casa em Janeiro de 1975, no sentido de ser corrigido o erro e a injustiça cometidos no turbulento I Congresso. Assim regressaria à Comissão Nacional e Directiva do Partido Socialista de que tinha sido co-fundador. Mas seriam, essencialmente, o trabalho entretanto desenvolvido e as decisivas iniciativas para o PS que iriam justificar plenamente a minha ascenção ao Secretáriado Nacional e a confirmação no pelouro de responsável pelas relações internacionais. A própria comunicação social se aprecebera desse facto, comentando um semanário que «o Grupo que em 74 foi marginalizado do PS, durante a luta interna com Manuel Serra (grupo este que participava no PS desde os tempos da clandestinidade) deverá regressar ao primeiro plano, em particular, à Comissão Política Nacional. É o caso de Vítor Cunha Rego, Rui Mateus, Alfredo Barroso, Bernardino Gomes e Rudolfo Crespo. A sua 'reabilitação política' revelará um acentuar do peso dos moderados no seio do PS»[3].

---

[1] O Documento Guia da Aliança Povo-MFA, aprovado na Assembleia daquele movimento, em 1975, considerava o MFA como sendo um Movimento de Libertação.

[2] No seu interessante livro *High Noon in Southern Africa. Making Peace in a Rough Neighbourhood*, W. W. Norton, Nova Iorque, 1992, e o ex-subsecretário de Estado norte-americano, Chester Crocker, afirma que a política do seu país em relação a Angola seria errada desde 1974. Também o ex-chefe da Angolan Task Force da CIA, John Stockwell, o confirma, no seu livro *In Search of Enemies*, ob. cit.

[3] *Expresso*, de 30 de Outubro de 1976.

Para além da nítida alteração pró-ocidental que se verificara na política externa do Partido eu tinha, graças aos meus contactos com o Partido Social-Democrata Sueco, conseguido co-organizar a Cimeira de Estocolmo e a do Porto e tinha desenvolvido esforços e contactos na Europa, nos EUA e até em África, que colocariam o Partido Socialista no mapa da Internacional Socialista em termos de uma prestigiante «igualdade», não obstante a evidente manutenção da sua qualidade de partido recipiente. Mas apesar de eu estar convencido de que a minha ascenção se devia ao mérito do trabalho desenvolvido em prol do partido, também não tinha dúvidas de que o cumprimento da promessa que me tinha sido feita e eu reivindicara em Janeiro do ano anterior, seria um acto discricionário de Mário Soares, que ele de qualquer modo nunca me deixaria esquecer. Era primeiro-ministro do I Governo Constitucional, atravessava uma vertiginosa promoção nacional e internacional e aparecia nos *media*, sobretudo norte-americanos, como o «herói» dos mencheviques que derrotara os bolcheviques. Acima de tudo, controlava de forma absoluta o Partido Socialista e em Setembro de 1976, no PS, tudo dependia da sua vontade. Nenhum dos responsáveis por pelouros no Secretariado Nacional permanecia durante muito tempo no seu posto. Iam sendo mudados para não adquirirem demasiado poder. Essa era e sempre foi a sua estratégia. Com duas excepções. Salgado Zenha, que só em 1981 quando «disciplinadamente vota de acordo com a sua orientação» é que «Soares sente que só naquele momento o submeteu»[1], e eu próprio. No meu caso contudo, sobretudo em 1976, não eram nem de perto nem de longe razões que se possam comparar ao caso de Salgado Zenha. Este detinha um enorme poder potencial e um prestígio moral ímpares. Eram pura e simplesmente a simbiose do reconhecimento de competência e a convicção de que seria eu quem melhor serviria os seus objectivos em matéria de promoção internacional. Situação de algum modo captada por um outro semanário quando, ao referir-se ao impressionante número de convidados estrangeiros presentes no II Congresso do PS, afirmaria que «além dos convidados habituais do 'Europa Connosco', como Willy Brandt, Mitterrand, Olof Palme e Kreisky, o acontecimento (ou o prestígio internacional de Mário Soares somado à capacidade do 'ministro dos Negócios Estrangeiros' do PS, Rui Mateus) levou ao Pavilhão dos Desportos a 'nata' da Internacional Socialista, mas, também, de delegados africanos e sul-americanos, do Próximo e Extremo Oriente. Segundo apuramos, a reunião que a Internacional Socialista realizou no Ritz, à margem do congresso, foi bastante mais longe do que preparar a próxima cimeira de Genebra, com a designação de Brandt para novo presidente e a escolha de Soares e Palme para duas das vice-presidências que se dão como certas... Tratou-se fundamentalmente, de aproveitar a 'posição especial de Portugal e do seu partido de Governo'... acerca da pos-

---

[1] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 115.

sibilidade de fortalecer a Internacional Socialista alargando a organização a países do Terceiro Mundo»[1].

Na realidade, um mês depois, em Genebra, na Suíça, realizar-se-ia o mais importante congresso da Internacional Socialista do após-Guerra. O XIII Congresso transformaria radicalmente aquela organização, até recentemente caracterizada por um certo eurocentrismo cauteloso, num movimento agressivo e verdadeiramente internacional. Willy Brandt, Prémio Nobel da Paz, ex-chanceler da República Federal Alemã e presidente do poderoso Partido Social-Democrata, emprestava o seu nome e os meios do seu partido à «nova» organização enquanto seu presidente. As razões que tinham estado no seu afastamento da chefia do Governo da República Federal da Alemanha, dois anos antes, em nada afectariam o seu prestígio entre a esquerda europeia. Alguns dos aspectos mais significativos da reunião magna da Internacional Socialista seriam mesmo aqueles que o mencionado semanário Lisboeta referira. Brandt estava determinado a «combater o 'eurocentrismo' numa organização que tradicionalmente tinha o nome de Internacional Socialista, que representava um mito que não correspondia ao seu poder», alargando-a a partidos de países do Terceiro Mundo e indicando «as relações Leste-Oeste, Norte Sul e Direitos Humanos como as áreas prioritárias da nossa organização»[2]. Entre outras decisões significativas estariam a substituição do austríaco Hans Janitschek pelo sueco Bernt Carlsson para o importante lugar de secretário-geral, a entrada para a organização do Partido Socialista do Senegal e a eleição dos vice-presidentes. A substituição do secretário-geral visava um aumento da eficácia em detrimento das causas «nobres» que Janitschek sempre defendera com grande romantismo, como tinha acontecido com o PS Português. A entrada do partido do presidente Leopold Senghor era um passo polémico para alguns, que achavam que no Senegal não existia um regime verdadeiramente democrático e acertado para outros, que consideravam não só ser o Senegal o país mais democrático de África, como representava o claro apoio da IS à democratização daquele continente. A eleição dos vice-presidentes também continha alguma polémica por serem demasiados e reflectir as dificuldades para eleger um grupo de vice-presidentes mais pequeno, e portanto, mais eficaz. Era também o resultado de intermináveis reuniões ad e ex-congresso dos secretários internacionais que se transformariam por vezes em autênticas guerras. Competia aos secretários internacionais propor a lista dos vice-presidentes à «conferência de líderes» que, de um modo geral, se realizava durante um jantar de trabalho anterior à eleição. Ora, como é evidente, era nestas reuniões de secretários internacionais que cada um exibia a sua influência, partindo do princípio que todos quereriam dar «provas», pro-

[1] *O Jornal*, de 29 de Outubro de 1976.

[2] Willy Brandt, *Minnen*, ed. cit., pp. 405-406.

pondo e fazendo eleger o líder do seu partido. Cheguei mesmo a assistir a momentos de grande desconforto pessoal quando, nalguns casos, a não proposição de um certo líder partidário para a lista dos vice-presidentes implicaria, quase automaticamente, a consequente perda de lugar do secretário internacional. Mas outras vezes, nem sempre os meus colegas tinham sensibilidade política para optarem pelas melhores escolhas. De qualquer maneira e dado que os líderes partidários, embora influenciando «por fora», dificilmente se poderiam autocandidatar na reunião dos seus pares, a lista que os secretários internacionais submetiam era a definitiva. Mas nesta ocasião, como a própria imprensa portuguesa noticiaria, não haveria nenhuma oposição à proposta de Mário Soares. Seria eleito conjuntamente com o algo exagerado grupo de catorze vice-presidentes[1].

No dia 4 de Dezembro, era a vez de Felipe González realizar o XXVII Congresso do seu partido e o primeiro na legalidade após a ditadura franquista. O Congresso fora anunciado para o mês de Novembro, mas o Governo espanhol proibira a sua realização. Seguiram-se protestos massivos de todo o mundo e eu próprio enviaria um protesto ao Governo espanhol contra a decisão e apelando ao «bom senso das autoridades espanholas no sentido de permitirem a realização deste acontecimento tão importante na vida do PSOE e para o futuro da Democracia em Espanha e na Europa»[2]. Na altura o secretário-geral do PS era primeiro-ministro há cinco meses e achou por bem que, embora não tivesse o mesmo peso, deveria ser eu a fazer o protesto em nome do PS. Naquela data já González tinha estado em Lisboa, mas nem se sabia se ia haver fusão com o PSP nem, tão-pouco, se iria haver tão depressa um regime democrático no país vizinho. Assim, actuaria de forma cautelar, contrariamente ao que tinham feito os seus colegas Palme, Kreisky e Helmut Schmidt. O Governo espanhol pretendeu ignorar as pressões internacionais mantendo a proibição, mas o PSOE, embora «ilegalmente», decidiria mesmo ir para a frente com o Congresso em Dezembro. Na capital espanhola estaria presente Willy Brandt e a maior parte dos grandes líderes socialistas europeus dispostos a não faltar a este acontecimento histórico. Felipe González contara com o apoio da IS, sabendo de antemão que a presença de líderes que eram simultaneamente chefes de Governo e ministros, impediriam o Governo Espanhol de tomar quaisquer medidas drásticas contra o PSOE e contra os congressistas. Não sei

[1] James Callaghan (Reino Unido), Bettino Craxi (Itália), Anker Joergensen (Dinamarca), Bruno Kreisky (Áustria), François Mitterrand (França), Olof Palme (Suécia), Yitzhak Rabin (Israel), Leopold Senghor (Senegal), Mário Soares (Portugal), Kalevi Sorsa (Finlândia), Reiulf Steen (Noruega), Anselmo Sule (Chile), Joop den Uyl (Holanda) e Gough Whitlam (Austrália).

[2] Declaração de protesto do PS, assinada por mim no dia 21 de Outubro de 1976 e enviada ao Governo Espanhol.

se pressionado pela embaixada espanhola em Lisboa, se por observância de regras que os primeiros-ministros se sentem, *latu sensu*, geralmente obrigados, ou se por qualquer outra razão de força maior nunca explicada, o líder do PS português não compareceria ao Congresso dos nossos vizinhos. Quem iria representar o PS a Madrid seriam então Salgado Zenha e eu tendo, à última hora, Mário Soares decidido enviar a sua mulher em sua representação. Teve então o ensejo de ouvir a monumental assobiadela dos congressistas do PSOE, que considerariam a ausência do primeiro-ministro português como uma falta de solidariedade. O PSOE só seria legalizado a 17 de Fevereiro de 1977 e nas primeiras eleições legislativas, realizadas em Junho, obteria 29,4 % dos votos. O primeiro encontro formal entre os dois partidos e o primeiro comunicado conjunto entre os secretários-gerais dos dois partidos socialistas ibéricos aconteceria, assim, um mês depois e daria lugar a múltiplas reuniões bilaterais com destaque para as cimeiras de Badajoz em 1978, de Viana do Castelo em 1980 e de Madrid em 1983. Quando este último encontro teve lugar, o PS estava na oposição e Felipe González era primeiro-ministro espanhol. O diário espanhol, *El País*, especulava então que o PS estava a receber importantes meios financeiros do PSOE, o que obrigaria o secretário-geral do PS a desmentir indignado tal informação e a mandar declarar que «o encontro PS/PSOE, em Madrid, tem em vista examinar um vasto conjunto de problemas, já amplamente noticiado, mas da agenda de trabalhos não faz parte a questão referênciada pelo diário espanhol»[1]. Era verdade. Só anos depois Mário Soares receberia ajuda financeira do PSOE para a sua campanha às eleições presidenciais. O PS nunca ajudou financeiramente o PSOE durante os seus difíceis momentos de clandestinidade que durariam até 1977.

Uma outra questão essencial da política externa do PS foi o empenho com que «forçámos» o Governo Português a normalizar as relações diplomáticas com Israel, encontrando eu em Salgado Zenha o principal protagonista desta normalização. A quase totalidade da direcção socialista saída do II Congresso tinha laços antigos com os argelinos. O apoio financeiro do coronel Kadhafi, em 1974, era uma outra importante condicionante ao reconhecimento de Israel. O que, a meu ver, era um autêntico disparate. Não só porque o país existe e era (e continua a ser) a única democracia do Médio Oriente, mas porque esse não reconhecimento tinha repercursões político-económicas em todo o mundo ocidental. Havia também que contar com o facto de existir em Israel um partido que fazia parte da IS. A resistência do Governo, à semelhança do que se passara com os Governos Provisórios, dava lugar a rumores de que Portugal cedia às pressões do mundo Árabe, ao passo que era do conhecimento geral de que seríamos mais res-

[1] Comunicado do Partido Socialista desmentindo o *El País*, Gabinete de Imprensa do PS, Lisboa 17 de Fevereiro de 1983.

peitados pelos árabes reconhecendo Israel, do que o não fazendo. Um outro fundador do PS e da chamada ala moderada do partido, Bernardino Gomes, que Soares tinha designado para certos contactos com a CIA, desenvolvia então em Lisboa uma espécie de *lobby* pró-israelita. Era seu acessor em S. Bento e muito diligente para com a família Soares. O Partido Trabalhista insistira para que Mário Soares viesse a Israel participar no seu Congresso, em Fevereiro de 1977. Apesar de o convidado ser o secretário-geral e de Bernardino Gomes e eu termos envidado todos os esforços para o convencer a aceitar, ele recusar-se-ia. Concordaria contudo em deixar Bernardino representar o PS no Congresso do Partido Trabalhista de Ytzhak Rabin. O que para a estratégia desejada seria insuficiente, uma vez que ele não detinha nenhum cargo ou função dentro do Partido Socialista. Eu levantaria então a questão no Secretariado Nacional, sugerindo que na impossibilidade de Mário Soares, deveria ser Salgado Zenha a representar o PS. A reacção generalizada seria em princípio negativa, mas Salgado Zenha, muito receptivo a criticar os erros da política governamental e cada vez mais pré-disposto a contradizer as opiniões do seu velho amigo, disse estar interessado em ser ele a ir a Israel. Ninguém, como é óbvio, se atreveria a dizer-lhe não. O então presidente do Grupo Parlamentar do PS, acompanhado de Bernardino Gomes, uma vez em Israel, afirmaria ir desencadear os mecanismos no seio do Grupo Parlamentar do PS com vista a recomendar ao Governo (do PS) a normalização de relações entre os dois países. Mais um acto de «diplomacia paralela» que, uma vez mais, obrigaria o Governo e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, a dar os passos necessários para o reconhecimento de Israel. Mas a má-vontade era tão evidente, que só anos depois o nosso país enviaria um embaixador para Israel. Foi um acto «empurrado» pelo Departamento Internacional do PS, que não teria então grande popularidade nem no PS nem no País. Mas, seis anos depois, teria a maior relevância e permitiria ao secretário-geral do PS conduzir a mais importante missão internacional da sua carreira.

Os três grandes problemas do I Governo Constitucional seriam, em primeiro lugar, a ausência de apoio maioritário na Assembleia da República, que não foi procurado pela convicção de que Ramalho Eanes estaria sempre submetido à vontade do Partido Socialista e de que, à sua direita, ninguém se atreveria a assumir a responsabilidade pela queda do I Governo; em segundo lugar, a absoluta necessidade de encontrar meios financeiros internacionais que ajudassem Portugal a resolver os gravíssimos problemas resultantes do défice da sua balança de pagamentos e, finalmente, a preparação da candidatura à Comunidade Económica Europeia. Depois, existiam todas as questões inerentes às deficiências da equipa ministerial escolhida e a algumas das políticas que o Governo se propunha desenvolver.

É verdade que passados seis meses já todo o País estava farto do I Governo Constitucional. Essencialmente porque o líder do PS não daria a atenção devida à questão

essencial para a sobrevivência do seu governo: à garantia de apoio maioritário na Assembleia da República. Este facto, combinado com uma série de desastrosas políticas sectoriais, seriam a receita ideal para o desastre. Mas o Governo e o primeiro-ministro eram internacionalmente populares e não teriam dificuldade em encontrar apoios quer para financiar o défice da balança de pagamentos, quer para iniciar o processo de integração europeia. Mas na cena política nacional, onde realmente se ganhavam e perdiam as batalhas eleitorais, ao fim de apenas quatro meses, Lopes Cardoso, então ministro da Agricultura, demitia-se. Seria substituído por António Barreto. De uma política para a agricultura contestada pela direita do partido e pela maioria do país, passar-se-ia para uma política de agricultura contestada pela esquerda do partido e pela maioria dos trabalhadores agrícolas. Em Dezembro, Aires Rodrigues votaria contra o OGE e, pouco depois, à semelhança de Lopes Cardoso, abandonaria o partido. Não sem antes lhe ter sido movido um «processo interno», conduzido em termos «macartianos» por António Reis do Secretariado Nacional. António Barreto também ficaria por pouco tempo no governo e no partido e sairia acompanhado do MNE, Medeiros Ferreira. Para substituir António Barreto na pasta do Comércio e Walter Rosa na pasta da Indústria, o primeiro-ministro escolheria dois independentes que Eanes viria depois a «repescar» como primeiros-ministros de governos dirigidos contra o PS. Eram Nobre da Costa e Mota Pinto. O ministro do Trabalho, o histórico Marcelo Curto, veria reprovada a sua política laboral e seria substituído por Maldonado Gonelha. Estes e outros sinais de evidente mal-estar e ineficácia seriam entretanto descritos como «alguns pequenos ajustamentos» na equipa governativa[1]. Mas «o primeiro golpe contra o primeiro governo de Soares vem, contudo, de onde Soares menos o espera. Vem de Belém e reveste a forma de um discurso»[2]. A três meses do seu primeiro aniversário, já o I Governo estava condenado. Ramalho Eanes, querendo evitar associar-se à impopularidade do governo que empossara, faria um curioso discurso na Assembleia da República demarcando-se por completo de Mário Soares. Este, atordoado mas convencido da sua intocabilidade, responderia de cócoras que «é certo — como notou o Presidente da República no seu discurso na Assembleia — que muitos dos ideais que floriram com a revolução de Abril e muitas promessas então feitas ao Povo, com certa dose de ingenuidade e muita demagogia, não puderam ser realizadas»[3].

Mas quando os *enfants-gatés* são contrariados geralmente têm birras. A do primeiro-ministro foi a de responder ao Presidente da República com uma ameaça, tentando obter um acordo parlamentar com o PSD e Sá Carneiro. Soares sabia que Sá Carneiro

[1] *Vencer a Crise, Preparar o Futuro*, ed. cit., p. 82.
[2] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 98.
[3] Mário Soares, *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., p. 169.

não tinha confiança em Eanes tentando mesmo, em 1976, juntar forças com o PS para evitar a sua eleição. Assim, acena a Sá Carneiro com um acordo pontual e a promessa dos melhores esfroços em relação às anteriores reivindicações, prometendo-lhe a entrada de PSD's, camuflados de «independentes», no Governo. O primeiro-ministro estava convencido de que Sá Carneiro não era homem para durar muito à frente do seu partido e estaria, por isso mesmo, preparado para abdicar dos princípios de coerência que, desde os seus tempos de deputado pela ANP, demonstrara em relação às questões de Estado. O *bluff* de Soares não resultaria, contudo, e Sá Carneiro responderia que «ou o acordo é global ou não há acordo nenhum»[1]. O primeiro-ministro, não sendo um adepto do xadrez, não compreenderia que estava em situação de «cheque-mate» e declararia existirem «razões de optimismo neste terceiro aniversário do 25 de Abril»[2], estando mesmo convencido do analfabetismo político do Presidente da República, «no qual o Governo tem encontrado sempre um grande apoio e um grande estímulo»[3]. Com um tal raciocínio estava determinado a governar enquanto «não surgir na Assembleia [o que se afigura bem difícil] uma alternativa parlamentarmente exequível para o actual Governo»[4].

Na madrugada de 7 para 8 de Dezembro cairia o I Governo. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, iria fazer tudo ao seu alcance para que este governo que agora acabava e a «alternativa parlamentarmente exequível» fossem os Governos do nosso descontentamento, que iniciariam um longo processo de descaracterização dos ideiais de altruísmo e solidariedade que tinham estado na origem do jovem movimento socialista democrático português. A tentativa do «PS sozinho» caíra por terra, assim como as esperanças dos que pensaram que o I Governo seria imbatível na sua configuração PS/Eanes. Mas o receio de Sá Carneiro era tão grande, que o PS continuaria a contar com Ramalho Eanes para o bem e para o mal, apesar das suas constantes demarcações. Mesmo depois de se ter pressentido que Eanes mantinha uma velada ambição de substituir Soares na liderança do PS.

A questão formal que estivera na base da queda do I Governo, a exigência de um amplo apoio parlamentar para as negociações com o FMI, não passaria de uma falsa questão. A questão de fundo era, pelo contrário, uma que tinha que ver com as matrizes do próprio regime democrático. A direcção socialista era absolutamente avessa a qualquer acordo com o PSD, parcial ou global. A proposta que o primeiro-ministro Mário Soares faria a Sá Carneiro, aludindo aos seus deveres de patriotismo para um

[1] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 99.
[2] *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., p. 171.
[3] *Vencer a Crise, Preparar o Futuro*, ed cit., p. 24.
[4] *PS: Fronteira da Liberdade*, p. 171.

acordo parlamentar, não passaria de uma mera tentativa de «coagir», sem quaisquer contrapartidas, os sociais-democratas na co-responsabilização das negociações que os socialistas tinham iniciado com o Fundo Monetário Internacional. E também revelando que no íntimo, apesar de ser regime *sui-generis*, algo no PS alimentava o chamado «sonho mexicano». No pensamento dos socialistas, o PSD deveria compartilhar com o PS a impopularidade política que adviria de uma política económica restritiva e de grande austeridade, por razões meramente «patrióticas». Mas, Sá Carneiro, por seu lado, só aceitaria a co-responsabilização e assumiria a impopularidade se pudesse compartilhar das responsabilidades governativas. Responsabilidades que Mário Soares não queria assumir sozinho, apesar de querer continuar a ser primeiro-ministro de Portugal, sem ter que dividir o poder com mais ninguém. Beneficiar sozinho das benesses do Governo partilhando a impopularidade com os outros.

Nas negociações que conduziu com Portugal, o Fundo Monetário Internacional não exigira ao governo do Partido Socialista que apresentasse uma moção de confiança e existia mesmo, por parte dos países que avalizariam esse empréstimo, uma grande pré-disposição para ajudar Portugal. Mário Soares era visto com enorme simpatia quer nos EUA quer na Alemanha, principais parceiros do chamado «grande empréstimo» de 1,5 mil milhões de dólares. Francisco Salgado Zenha tinha sido o pioneiro dessa ajuda internacional, quando em Março de 1976, enquanto ministro das Finanças, estivera nos Estados Unidos com o embaixador Frank Carlucci que apoiava plenamente a ideia. Nessa altura «Francisco Salgado Zenha, sensibilizou Kissinger para esse assunto, quando visitou Washington em Março de 1976, e Carlucci deslocou-se especialmente aos Estados Unidos para advogar medidas de emergência, tendo a sua acção sido decisiva, designadamente pelos esclarecimentos que prestou ao Congresso, deixando de Portugal a imagem de um país em recuperação»[1]. Tendo assistido e até participado em grande parte das conversas e negociações sobre o chamado grande empréstimo e seus antecendentes, posso assim garantir que se deve essencialmente a Salgado Zenha todo o trabalho pioneiro nesta área.

O que revela uma tese completamente diferente da que os «serviços de contra-informação» do PS lançariam em 1976, para justificar o seu afastamento do I Governo. Desmentem igualmente outras teses serôdias que visam objectivos meramente propagandísticos, mas a que falta por completo o pudor e o sentido da história. Chegaria a ser afirmado que «no final do ano de 1975, o ministro das Finanças do VI Governo Provisório, Francisco Salgado Zenha, convoca para o seu gabinete do Terreiro do Paço, em Lisboa, uma reunião de urgência com todos os responsáveis das pastas económicas do executivo. Convida ainda para estarem presentes o governador do Banco de

[1] João Hall Themido, *Dez Anos em Washington*, ed. cit., p. 243.

Portugal, Silva Lopes e o secretário-geral do Partido Socialista. Mário Soares não fazia parte do VI Governo. Salgado Zenha dá início à reunião com uma larga exposição sobre a situação financeira do Estado. É dramática. Não há sequer dinheiro para pagar aos funcionários públicos... Mário Soares sabe porque é que foi convidado para aquela reunião. Pergunta: "Quanto é que é perciso?" O ministro das Finanças vira-se para Silva Lopes, à espera da resposta. São trezentos milhões de dólares. O líder socialista fica lívido... No dia seguinte, parte para Bona onde encontrará junto do governo oeste-alemão, do seu camarada Helmut Schmidt, o dinheiro necessário para evitar a bancarrota e a ruptura cambial. Cena idêntica repetir-se-á mais uma vez durante a vigência do mesmo governo provisório. Dessa segunda vez, Soares tem de ir mais longe, a Washington, e aí lançará as bases para o "grande empréstimo" que o país virá a negociar mais tarde com o aval do FMI»[1] Francisco Salgado Zenha iria especialmente ao Congresso do SPD em Manheim, nos dias 11 e 12 de Novembro de 1975, para conversar com Helmut Schmidt de quem era amigo e por quem tinha admiração. Seria eu quem marcaria os pormenores do encontro e lhe organizaria a viagem. Só não o acompanharia porque tinha instruções para receber «CH» do MI6. Recordo-me aliás de lhe ter enviado uma mensagem de Mário Soares para não regressar da Alemanha uma vez que se esperava um golpe para o dia seguinte. Era então ministro das Finanças do VI Governo e tinha a preocupação de encontrar meios financeiros para resolver a situação de bancarrota em que o país se encontrava. E, na sequência da sua visita, depois de a Comunidade Económica Europeia ter concedido um empréstimo de emergência de duzentos milhões de dólares ao nosso país, em Janeiro de 1976, o então ministro das Finanças, seguindo os conselhos de Frank Carlucci, iria a Washington em Março e os EUA «prontificaram-se a conceder um empréstimo de 300 milhões de dólares»[2]. Nessa viagem seria, aliás, acompanhado dos governador e vice-governador do Banco de Portugal, Silva Lopes e Vítor Constâncio, respectivamente.

Mas é evidente que o assunto da ajuda alemã seria retomado por Mário Soares, de facto, no encontro que teria com Schmidt, Brandt e a Fundação Ebert durante a visita que efectuaria primeiro a Bona e depois a Estocolmo, Oslo e Londres, de 15 a 20 de Dezembro. Nestas capitais seriam abordadas a situação em Portugal e pedida ajudas para o PS e para Portugal. Se bem que não tenha então participado em todos os encontros, não tenho memória de que este assunto tenha sido tratado com Kissinger, em Janeiro de 1976, durante a viagem aos Estados Unidos. Mas na altura Soares não estava no Governo e ainda se não discutia em Portugal o chamado «grande empréstimo». E como já afirmei anteriormente, a viagem foi totalmente paga pelos america-

[1] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 93.
[2] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 243.

nos por iniciativa de Carlucci. A ideia do «grande empréstimo», um empréstimo bonificado a conceder pelos principais países democráticos aliados de Portugal, seria primeiro aventada por Carlucci e transmitida, de facto, a Helmut Schmidt, a James Callaghan e outros líderes europeus pelo presidente Carter, em 1977. Portanto, como confirma o então embaixador de Portugal em Washington, foi Zenha quem «sensibilizou Kissinger» para o empréstimo dos 300 milhões de dólares e foi «Carter, após receber Carlucci em 25 de Fevereiro de 1977 [que] autorizou que fosse emitida uma declaração reafirmando o seu apoio "firme e activo" à democracia portuguesa»[1]. É portanto nesta data, no seguimento da visita de Zenha e de Carlucci, e não durante as visitas de Soares[2], que para «além daquela ajuda de emergência no valor de 300 milhões de dólares, é posto em movimento um plano mais ambicioso visando a constituição de um consórcio internacional que coloque à disposição de Portugal 1,5 biliões de dólares»[1]. Já a ideia do consórcio estava em marcha, quando o I Governo Constitucional tomou posse em Julho de 1976 e já Zenha tinha estado nos Estados Unidos em Março de 1976 com Vítor Constâncio e com o governador do Banco de Portugal, Silva Lopes, para tratar do empréstimo de emergência dos 300 milhões de dólares. De novo se fica com a sensação de que a constante procura de um certo tipo de protagonismo «heróico» conduz à deturpação da história mas, por outro lado, é compreensível que não existindo então no PS lugar para mais do que um «herói», Zenha nunca pudesse aspirar a um lugar no I Governo Constitucional!

No dia 16 de Abril de 1977, teria lugar em Amsterdão mais uma cimeira da Internacional Socialista. O único acontecimento de relevo que justificava aquela reunião era exprimir solidariedade ao PSOE, que tinha sido legalizado no mês de Fevereiro e preparava as primeiras eleições livres daquele país para o mês de Junho. Helmut Schmidt era um dos presentes e dado que no dia seguinte Mário Soares partiria para a sua primeira visita oficial aos EUA ficara acordado haver ali mesmo um encontro entre os dois. Como havia pouco tempo para o realizar, esperávamos resposta do chanceler quando este me fez sinal para ir ter com ele. Disse-me então para levar Soares para fora da sala de reuniões em que nos encontrávamos, acabando o encontro por ter lugar num vão de escada no *hall* de entrada. O essencial deste breve encontro seria uma análise sobre a maneira como deveria decorrer o «grande empréstimo» e a sua opinião sobre a proposta do presidente Carter, relativa ao mesmo. O estilo de reunião era um pouco insólito e um dos fotógrafos presentes não perderia a oportunidade para

[1] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 243.

[2] Mário Soares visitaria comigo os EUA de 19 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1976 e, de novo, em 1977, de 17 a 22 de Abril. Só durante a última visita seria discutida com a administração norte-americana a questão do «grande empréstimo», então já em plena marcha por iniciativa do presidente Carter.

tirar uma foto que iria ser publicada em jornais de todo o Mundo. Schmidt explicaria então que o seu governo estaria disposto a participar no chamado «grande empréstimo» proposto pelo presidente Carter, desde que o Governo português estivesse na disposição de se submeter ao rigor de um aval do Fundo Monetário Internacional. A proposta inicial do presidente norte-americano não previa a negociação com o FMI, mas o chanceler explicaria que a sugestão norte-americana poderia parecer muito generosa mas era irrealista e nunca seria concretizada no seu sentido lato — com uma ampla participação internacional demonstrativa de confiança no Governo de Portugal — dado que sem o aval do FMI, nenhum governo europeu tinha condições de ajudar a cobrir as dificuldades da balança de pagamentos portuguesa. Aliás, segundo Schmidt, isso mesmo ele tinha dito ao primeiro-ministro britânico James Callaghan que estava numa situação semelhante a negociar com o FMI também por seu intermédio e da administração norte-americana.

Além de mim, a comitiva da viagem oficial aos EUA incluía Medeiros Ferreira, Vítor Constâncio e o então acessor diplomático Francisco Knopfli. Houve um encontro com o presidente dos Estados Unidos na Casa Branca, onde seriam discutidas as várias versões sobre as condições do empréstimo e o presidente americano claramente demonstraria a sua simpatia por Portugal. Como nos diria na altura o então vice presidente Walter Mondale, «Portugal estava na moda em Washington», aludindo à vitória das forças democráticas no 25 de Novembro e, simultaneamente, à noção de que finalmente os EUA tinham feito alguma coisa acertada em política externa. Para além do encontro com o presidente, houve encontros com o secretário de Estado Cyrus Vance, com o Conselheiro de Segurança, Zbigniew Brzezinski, com Robert McNamara, presidente do Banco Mundial e com o director-geral do FMI, Johannes Witteveen. O vice-presidente Walter Mondale era um homem muito ligado às estruturas do Partido Democrático e do Movimento Sindical e, por essa via, sentia forte afinidade com os movimentos sociais-democratas escandinavos. Ele próprio era descendente de emigrantes noruegueses. Os seus colaboradores mais próximos no Partido Democrático, o seu presidente Charles Mannatt, Robert Hunter, do Conselho Nacional de Segurança, Geraldine Ferraro e o director para as relações internacionais, John Loiello, mantinham relações estreitas com a Internacional Socialista. Ofereceu um jantar informal na sua residência, com amigos de Portugal, com o objectivo de demonstrar a solidariedade da nova administração para com os socialistas portugueses.

Sempre que penso nesta viagem aos EUA lembro-me de dois episódios pitorescos. O primeiro teria lugar em Nova Iorque, no hotel, onde a delegação ficaria hospedada na noite de 18 de Abril. O hotel Barclays. Acometido de certo progressivismo pacóvio, o primeiro-ministro deu instruções ao embaixador Themido para mandar desconvocar o aparato policial que o Governo americano tinha mandado colocar para sua

segurança. A explicação para aquela insólita decisão foi a de que se não sentia ameaçado pela população e, pelo contrário, o seu passado habituara-o a desconfiar das polícias. Depois de negociações embaraçosas para o representante de Portugal, o responsável pela segurança, que estava a obedecer a ordens superiores, foi autorizado de Washington a reduzi-la, tendo para o efeito obrigado Mário Soares a assinar um documento assumindo todas as responsabilidades por essa decisão. Mas a verdadeira razão prendia-se com o facto de ele ter combinado para essa noite um encontro em casa da milionária Victoria Kent, na 5.ª Avenida, com o velho grupo de que faziam parte Marvin Howe e Louisa Grant, que lhe promovera contactos com correspondentes estrangeiros no Overseas Press Club, em 1970. Dada a curta distância do hotel, ele pretendia fazer o percuso a pé e não queria chegar àquele encontro privado de velhos amigos com o enorme aparato policial que tinha sido montado para sua segurança. Também logo nesse dia eu notaria que, no programa da visita, o meu nome não constava da lista de pessoas que iriam acompanhar o primeiro-ministro à reunião na Casa Branca, com o presidente dos Estados Unidos. Soares disse-me que não tinha nada que ver com o assunto e o embaixador explicaria então que a Casa Branca é que limitara o número de participantes na reunião ao primeiro-ministro, MNE e embaixador. Embora aborrecido com tal decisão, achei que tendo partido da Casa Branca nada haveria a fazer. Mas, curiosamente, durante o jantar em casa do vice-presidente Walter Mondale, em conversa com o meu amigo Robert Hunter[1], na altura membro do *team* de Brzezinski no Conselho Nacional de Segurança, comentei-lhe ter pena de não poder conhecer o presidente. Apurei então, por mera coincidência, que a decisão não tinha partido da Casa Branca, mas sim do Palácio das Necessidades. Mas, na manhã seguinte, a Casa Branca comunicaria à Embaixada de Portugal que o meu nome passara a integrar a delegação do primeiro-ministro no encontro com o presidente Carter! O então ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, era muito sensível a actos do que chamava «diplomacia paralela» mas, aparentemente, ainda mais sensível ao facto de, no PS, ser eu o responsável pelas relações internacionais. E, em 1977, tornara-se evidente que o Departamento Internacional do PS tinha relações mais rápidas e mais estreitas com a Casa Branca e com a maior parte dos governos europeus, do que o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Mário Soares tinha razão para se sentir feliz com a sua primeira visita oficial aos Estados Unidos. No ano anterior recebera a «bênção» para governar, ao ser declarado *persona grata* da CIA e ao garantir apoio para o PS e para um eventual movimento sindical alternativo. Desta vez tinha a garantia do empenhamento do Governo americano para a realização do «grande empréstimo» e para avançar com a UGT. Também

[1] Robert Hunter é actualmente embaixador dos EUA junto da NATO.

a Liga Internacional dos Direitos Humanos, uma organização privada norte-americana então dirigida pelo meu amigo de muitos anos, o advogado Jerome "Jerry" Shestack, atribuiria esse ano o prémio da Liga a Mário Soares[1]. Seria entregue por um prestigiado elemento da equipa do presidente americano, o então embaixador americano nas Nações Unidas, Andrew Young.

Em matéria de relações internacionais tudo corria de vento em popa para o I Governo Constitucional que pôde, igualmente, ter a percepção de que o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, não obstante as dificuldades de adaptação, seria bem recebido pelos dez países membros. Dois meses antes, a 14 de Fevereiro, o primeiro-ministro tinha iniciado um périplo pelas dez capitais da Comunidade Económica Europeia, que começaria por Londres. Eu faria igualmente parte da delegação portuguesa que incluíra também Medeiros Ferreira, Raquel Ferreira, Vítor Constâncio[2], os embaixadores Siqueira Freire e Lencastre da Veiga. No jantar oficial dessa noite, oferecido pelo primeiro-ministro James Callaghan em Downing Street, seria dado o sinal verde às pretensões de Portugal. James Callaghan diria então de um modo inequívoco, depois repetido em termos semelhantes pelos chefes de governo dos outros países da Comunidade, que o Governo Português «decidiu colocar Portugal na rota de um grande empreendimento histórico, nada menos do que fazer parte da Comunidade Económica Europeia. Embarcaram neste caminho com entusiasmo e determinação e nós, neste país, damos boas-vindas à vossa decisão acreditando firmemente que terão êxito na vossa missão e assim proporcionarão maior estabilidade à democracia em Portugal e à Europa Ocidental. Sabemos que terão que ser vencidas muitas dificuldades de ordem prática para construir o futuro de Portugal na Comunidade. Mas os vossos esforços terão o total apoio do Governo Britânico e ansiamos pelo dia em que Portugal irá ocupar o seu lugar de pleno direito na Comunidade da Europa»[3].

A exigência de um voto de confiança da Assembleia da República para concluir um acordo com o Fundo Monetário Internacional não passava de um *bluff*. O FMI não tinha exigido, nem podia exigir, tal medida. Sete meses antes, o Presidente da República tinha-se demarcado do Governo de uma maneira bastante expressiva. O PCP recusara ofertas de cedências em matéria de Reforma Agrária a troco de um apoio camuflado na Assembleia da República e, finalmente, o PSD recusara igualmente quaisquer acordos pontuais com o PS. Mas o primeiro-ministro Mário Soares nem

[1] Esta organização está muito ligada ao Partido Democrático e ao *lobby* judaico. O prémio foi o primeiro resultado pela decisão de reconhecer o Estado de Israel.

[2] Vítor Constâncio e Raquel Ferreira eram então presidente e vice-presidente da Comissão para a Integração Europeia.

[3] Discurso de James Callaghan, no n.º 10 da Downing Street, no dia 14 de Fevereiro de 1977.

acreditava que o general Ramalho Eanes tivesse «coragem» para lhe retirar o tapete, nem que houvesse alternativa ao seu Governo. Acreditava, sim, que Eanes lhe devia a ele o facto de ser Presidente da República e que o PSD e o PCP lhe deviam, embora por razões contrárias, a sua existência legal. Assim se explica o inacreditável «memorando» que enviaria aos partidos a 15 de Novembro, esclarecendo que «o PS não aceita entrar em nenhum Governo de coligação. Por duas razões, fundamentalmente: — porque tal posição representa um compromisso tomado perante o eleitorado e... porque considera que um Governo de coligação, ainda que pudesse ajudar a vencer certas dificuldades no plano parlamentar, não teria operacionalidade e viria ainda agravar as tensões sociais e regionais já existentes». Alegava ainda que uma coligação não poderia resultar de uma decisão das cúpulas «devendo antes resultar de algo sentido e vivido pelas bases dos partidos interessados»[1]. Este «memorando aos partidos» continha uma proposta de plataforma que no fundo não passava da repetição da posição de arrogância em que o I Governo se colocara. Era a repetição da tese do «PS sozinho», com a ameaça da moção de confiança pelo meio. O PSD teria que escolher entre votar favoravelmente a moção de confiança ao governo do PS, aceitando um ou vários acordos com Mário Soares «que não implique ou impliquem partilha do poder a nível do executivo»[1], ou responsabilizar-se pela queda do governo. E se Sá Carneiro ousasse optar por votar contra, então nunca o PCP poderia votar lado a lado com o PSD, abrindo as portas à direita. E, em última análise, Eanes lá «estaria sempre, diante de si, como um aluno aplicado»[2]. Era este o raciocínio!

Não tivesse sido a superficialidade com que se tratariam os interesses dos Portugueses e o sentimento de impunidade herdado do regime ditatorial com que os «governantes» geriam esses mesmos interesses e o Governo teria sobrevivido. Poupando custos incalculáveis ao País e a total e desnecessária descaracterização do Partido Socialista. O PCP estava fora da área do poder. O caminho de entrada na CEE estava aberto. Em Espanha verificava-se um evolução democrática altamente positiva. Angola mostrara vontade de cooperar com Portugal e lançara um apelo ao primeiro-ministro para introduzir aquele país na esfera ocidental. O presidente dos EUA liderava um grupo de países ocidentais dispostos a ajudar Portugal financeiramente. Porquê, então, querer compartilhar a impopularidade que advinha de querer governar a sós ou lançar o País num clima de instabilidade?

Com a queda do Governo, Mário Soares rapidamente alteraria os princípios em que tanto insistira no seu «memorando» e nos seus discursos. Com a assinatura de um acordo com o CDS, a 20 de Janeiro de 1978, partilharia «do poder a nível do executivo», tomaria uma «decisão de cúpula» que não era «sentida e vivida pelas bases dos partidos interessados» e trairia o anteriormente alegado «compromisso tomado perante o eleitorado». A volubilidade do discurso político passaria a ser, a partir daí, uma característica sempre ligada à personalidade do primeiro-ministro. Mas com o simples objectivo de concentração do poder, o secretário-geral do PS perderia para sempre a oportunidade histórica de fazer evoluir o País para o nível dos seus futuros parceiros da Europa «rica». O belo e desinteressado sonho nascido em Bad Munstereifel tinha sido definitivamente sacrificado às ambições político-sociais dos dirigentes do PS. Nos anos 70, no momento da reconstrução do País, faltara-nos um Clement Atlee, um Tage Erlander, um Kiesinger ou um De Gaulle. Não admira pois que, apesar do 25 de Abril e do 25 de Novembro, quando as grandes figuras da cena política mundial escrevem as suas memórias se não refiram a Portugal e, muito menos, aos protagonistas da política portuguesa dos últimos vinte anos. Um atento e insuspeito observador da política internacional durante este período, o embaixador Hall Themido[1], refere nas suas memórias o desinteresse com que é tratado o nosso País. Margaret Thatcher só «faz uma referência breve, meramenmte acidental, a Portugal»[2] no seu livro «The Downing Street Years»[3] enquanto o ex-secretário de Estado de Ronald Reagan «põe em destaque a relativa pouca importância de Portugal na cena internacional de forma mais cruel — pelo silêncio»[4]. Refere ainda que Henry Kissinger, que tanto teve que ver com a «Revolução dos Cravos», «publicou em 1994 um livro importante de análise aos assuntos da política externa, que cobre três séculos de história desde Richelieu, intitulado *Diplomacy*[5], onde não se fala uma única vez no nosso país»[6]. E continua com mais exemplos que incluem as memórias do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros britânico Geoffrey Howe[7] e de Nelson Mandela[8] que se esqueceu «dos méritos da Revolução Portuguesa no seu destino»[9]. Mesmo entre os testemunhos dos grandes líderes socialistas se passa situação idêntica. Bastará para isso ler as memórias de Brandt, de Wilson ou de Palme.

[1] Mário Soares, *Crise e Clarificação*, pp. 13-16, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1977.

[2] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 97.

[1] Hall Themido foi embaixador de Portugal nos EUA de 1971 a 1981 e foi, posteriormente, embaixador na Grã-Bretanha.

[2] João Hall Themido, *Dez Anos em Washington*, ed. cit., p. 266.

[3] Margaret Thatcher, *The Downing Street Years*, Harper Collins Publishers, Londres, 1993.

[4] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 266. O livro a que se refere é a obra de George Schultz, já citada, *Turmoil and Triumph*.

[5] Henry Kissinger, *Diplomacy*, Simon and Schuster, Nova Iorque, 1994.

[6] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 270.

[7] Geoffrey Howe, *Conflict of Loyalty*, MacMillan, Londres, 1994.

[8] Nelson Mandela, *Long Walk to Freedom*, Little Brown and Company, 1994.

[9] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 270.

No IV aniversário do 25 de Abril, três meses após a tomada de posse do Segundo Governo, o Presidente da República distanciar-se-ia novamente com uma nova e ainda mais violenta crítica à acção governativa. Grande parte do País compreenderia então que, afinal, o «aluno aplicado», à semelhança do seu «professor», também alimentava um projecto íntimo de poder pessoal. Mas para aqueles que já em Junho de 1976, no PS e no PSD, se tinham recusado a apoiar a sua campanha, esta revelação não seria uma surpresa. O chamado sector «moderado» que a imprensa noticiava[1] estar em ascenção dentro do partido por ocasião do II Congresso, com destaque para Jorge Campinos, Vítor Cunha Rego, Maldonado Gonelha, Seruca Salgado e, entre outros, eu próprio, nunca apoiou a candidatura de Ramalho Eanes e sempre foi favorável a um acordo com Sá Carneiro. Ninguém lhe conhecia o pensamento e obra, para além da sua participação no 25 de Novembro, também não tinha. Mas o apoio «unanimista» à candidatura de Ramalho Eanes comprovaria afinal, de novo, o tradicional estilo de escolha dos dirigentes portugueses. Que diga-se em boa verdade é herdado de um conceito profundamente antidemocrático, mas muito português, de promover os medíocres por receio da concorrência dos competentes.

Ao contrário do que seria de supor e o «memorando» enviado aos partidos em 1977, por ocasião do voto de confiança, justificava, o acordo com o CDS nunca foi referendado pelas bases do PS. Fazendo uso dos seus dotes oratórios e da sua capacidade de improvisação, Soares diria à Comissão Nacional do seu partido que se tornara «necessário, com muita flexibilidade e imaginação, encontrar uma fórmula governativa diferente que possibilitasse a constituição de uma maioria parlamentar estável... que não pusesse em causa o princípio, sempre afirmado pelo PS, de não fazer um 'governo de coligação'»[2]. As bases do PS eram esmagadoramente contra um tal acordo com o CDS e a própria Comissão Nacional esboçaria desde logo indícios de grande contestação. Mas o secretário-geral controlava o partido com mão de ferro e, salvo raras excepções, ninguém teve coragem de se arriscar a perder o lugar. Mas quem menos pretendia perder o lugar era o pouco ascético primeiro-ministro, para quem o acordo com o CDS se não tratava de uma coligação mas sim de «um acordo político com incidência governamental». No curto espaço de um mês, de Dezembro para Janeiro, tinham-se miraculosamente esvaído as potenciais «tensões sociais e regionais» associadas aos governos de coligação e um governo com o CDS teria «condições de durabilidade» pois «além de representar a maioria no Parlamento tinha apoios maioritários no País e nas autarquias locais»[3]. Tinha sido o próprio primeiro-ministro que aludira

[1] *Expresso*, de 30 de Outubro de 1976.
[2] *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., p. 204.
[3] *Idem*, p. 208.

às tensões sociais resultantes de coligações mas, após assinatura da sua coligação com o CDS, e completamente eufórico com o novo governo, evidenciava de novo a sua grande volubilidade ao criticar os que terão pensado «que se iria abrir, no nosso país, um período conturbado e de grande agitação». Para contrapor, usando das acusações que lhe eram feitas a ele, que «mais uma vez se pôde verificar, em concreto, quanto são superficiais certas qualificações simplistas e simplificadoras»[1]. Com grande dose de amnésia e sem um verdadeiro sentido da história em que participava, esquecera-se de que fora ele que, um mês antes, afirmara que um governo de coligação «viria ainda agravar as tensões sociais e regionais já existentes, radicalizando perigosamente a política nacional»[2]. E, de facto, foi esse o resultado da coligação com o CDS. Só que Soares nunca admitiria tratar-se de uma «coligação»!

Perante o enorme descontentamento do eleitorado socialista e em virtude da crescente contestação das bases, muitas das quais, pela primeira vez, começariam a tratar o seu secretário-geral com alguma hostilidade, Soares resolve tirar nova carta «da manga» para calar os contestatários, anunciando negociações para a entrada em bloco do pequeno grupo de ex-dirigentes do MES, conhecidos como Grupo de Intervenção Socialista. Para muitos, a determinação de Soares em fazer entrar este grupo no PS pela porta grande era revelador do seu enorme complexo de esquerda. Para o secretário-geral do PS a esquerda tinha que ser bem falante e engravatada e, de preferência, ter contestado o salazarismo duma posição de privilégio. O grupo do ex-MES era isso mesmo. Criado após o 25 de Abril como manifestação de repúdio pelo convite de Sottomayor Cardia a um pequeno grupo de amigos, liderado por Jorge Sampaio, para integrar a manifestação do PS e convencidos de que «o PS não ia longe»[3], o MES apareceria pela primeira vez no dia 1 de Maio de 1974. E, sem nenhum relevo, aquele grupo abandonaria o Movimento da Esquerda Socialista ainda nesse ano, para se constituir em Grupo de Intervenção Socialista. Entre 1974 e 1978 funcionaria como uma espécie de grupo de apoio às teses mais radicais do MFA tendo mesmo defendido, em 1975, a tese de que votar em branco era votar no MFA. Em 1975, no IV Governo Provisório, Jorge Sampaio seria secretário de Estado da Cooperação e João Cravinho ministro da Indústria, tendo ficado ao lado de Vasco Gonçalves mais tempo do que seria democraticamente recomendável. Em 1978, quando Soares lhes dirige novo convite, o Grupo de Intervenção Socialista é praticamente desconhecido em Portugal. A troco da cobertura ao Governo PS/CDS, o GIS entraria em bloco para o PS, de uma forma tão óbvia e superficial, que os novos socialistas não escapariam às acusações

[1] *PS, Fronteira da Liberdade*, p. 211.
[2] Mário Soares, *Crise e Clarificação*, ed. cit., p. 16.
[3] César de Oliveira, *Os anos Decisivos*, ed. cit., p. 139.

de oportunismo, de ex-camaradas seus. Um deles declarar-se-ia mesmo «chocado com a entrada no PS, naquele exacto momento»[1]. Também a nível do Secretariado Nacional do PS muitos seriam os que se oporiam a uma tal negociação, com destaque para Salgado Zenha, Jaime Gama e Jorge Campinos. Manuel Tito de Morais, por natureza avesso a este tipo de negociações e sempre pronto a erguer a bandeira dos princípios do partido, era também contra, mas a sua oposição à coligação era de tal maneira sentida que achou a entrada dos «GIS» um mal menor. Admitiria mesmo que poderiam dar uma pitadinha de «esquerdismo» a um PS que ele então considerava perigosamente numa rota de direita.

O que ninguém conseguiria explicar, contudo, era de que forma este grupo poderia alterar para melhor a *performance* do impopular governo e — mais importante ainda — como é que poderiam evitar o que já muitos previam vir a ser uma série de inevitáveis desastres eleitorais futuros! Só que a Intervenção Socialista, que, na altura, de «intervenção» só tinha o nome, não conseguira anteriormente intervir de forma visível na política nacional, por muito respeitável que tivesse sido o passado universitário de alguns dos seus membros. Na realidade, a sua única intervenção de relevo, enquanto organização autónoma, seria a negociação com Mário Soares, perante uma série de dirigentes resignados e impotentes. Durante a curtíssima duração deste segundo Governo, as intervenções de Salgado Zenha no Secretariado Nacional deixariam de ser os seus habituais comentários sarcásticos ao seu velho amigo, para se transformarem numa crítica acérrima e mordaz a todas as decisões impostas pelo secretário-geral e que ele classificaria de «monárquicas». Algo contudo se tinha modificado na co-relação de forças. A maior parte dos dirigentes do PS ou eram então deputados ou, na previsão de que os Governos não durariam, começariam a ocupar o aparelho de Estado e as empresas públicas. Duvido assim que se Zenha tivesse então esboçado a menor intenção de contestar a liderança do partido ainda tivesse o êxito que quase certamente esteve à sua mão até ao início do I Governo Constitucional. Mas Zenha era um homem de princípios. Dizia o que pensava com lealdade e sem o menor sinal de querer substituir o secretário-geral do partido. Mas também era evidente que a relação entre ambos era de grande agastamento e que caminhava numa rota de colisão.

Para além da descaracterização que o acordo PS/CDS representaria, anulando todos os anteriores argumentos utilizados para «evitar» o acordo lógico que Sá Carneiro preconizava para estabilizar a democracia e engrandecer o socialismo democrático, foi também durante a vigência dos dois primeiros governos que o PS alterou a sua política de dependência de ajudas internacionais, mais ou menos indiscriminadas, para projectos concretos de natureza político-económica. Foram criadas as primeiras Fundações que teriam no PS um papel de grande relevo. Mário Soares seria sempre o primeiro fundador de todas elas e a República Federal da Alemanha e os Estados Unidos da América passariam assim a ter um papel determinante na vida política portuguesa. Os enormes fundos das fundações políticas alemãs, ligadas aos partidos Social-Democrata, Democrata Cristão e Liberal, eram postos à disposição destas pelo Estado alemão para garantir, no estrangeiro, a abertura de portas aos intereses daquele país. Nos países onde estas fundações actuam, às vezes com gestos de solidariedade em tempos difíceis, como foi o caso do apoio ao PS português durante a clandestinidade, há sempre uma fundação alemã ideologicamente próxima do governo desse país. No caso português houve sempre fundações para as diferentes alternativas: A Friedrich Ebert ligada ao PS, a Konrad Adenauer ao CDS e a Friedrich Naumann ao PSD. Por outro lado, mostrando maior displicência pelas áreas económicas, os Estados Unidos mostrar-se-iam mais interessados na disponibilidade do secretário-geral do PS para veicular as suas ideias no quadro da política internacional, por um lado e, pelo outro, pela garantia de controlo de meios que impedissem novos descarrilamentos de Portugal da sua rota ocidental. O que estava em jogo no campo da luta pela liderança global era de longe superior a quaisquer interesses pontuais de empresários americanos.

A Fundação José Fontana seria constituída em Outubro de 1977, por vinte e cinco fundadores com um capital inicial de mil contos. Dirigida por Maldonado Gonelha viria a movimentar algumas centenas de milhares de contos, oriundos principalmente da Alemanha mas também da Suécia, da Noruega e dos Estados Unidos. A ideia da constituição desta fundação seria da sua congénere alemã, que desde logo tinha o movimento sindical em mente. Uma ideia que era igualmente compartilhada pela CIA e pela confederação sindical americana, AFL/CIO. Michael Boggs e Irving Brown, frequentemente conotados com as actividades dos serviços secretos americanos, tinham estado em Portugal em 1975 e recomendariam nos EUA apoio à constituição de uma confederação sindical alternativa. Irving Brown estaria de novo entre nós, como um dos convidados internacionais no II Congresso do PS. Embora tudo indique que não tenha havido concertação entre eles, ambos — alemães e americanos — estariam de acordo em que a posição do secretário nacional do PS e ministro do Trabalho do I Governo Constitucional, Marcelo Curto, era pouco clara. Pelo contrário a do seu secretário de Estado, Maldonado Gonelha, estaria em perfeita sintonia com eles, quanto à necessidade de constituição de uma central sindical alternativa. Em Março, Gonelha substituiria Marcelo Curto como ministro do Trabalho e prepararia o documento conhecido por «a questão sindical» sobre estratégia sindical a seguir pelo Partido Socialista. Este seria aprovado com grande polémica na Comissão Nacional do PS, em Maio de 1977. A partir daí, a Fundação José Fontana passaria a ser o embrião da União Geral de Trabalhadores, que teria o seu primeiro Congresso na cidade do Porto, em Janeiro de 1979.

[1] César de Oliveira, *Os anos Decisivos*, ed. cit., p. 224.

A Fundação Antero de Quental, Centro de Estudos Municipais e de Acção Regional seria constituída em Fevereiro de 1978, por dezoito fundadores e com um capital inicial de quinhentos contos. A partir desta fundação, que teve como primeiros presidentes, sucessivamente, Jorge Campinos, José Manuel Duarte e António Sousa Gomes, seria definida toda a estratégia eleitoral autárquica do Partido Socialista. A Fundação Azedo Gneco dirigiu-se, segundo critérios traçados pela experiência alemã, para o apoio ao cooperativismo e seria dirigida por Eduardo Pereira. Revelar-se-ia um fracasso no quadro das actividades do Partido e a sua sede, na Rua do Salitre, acabraia por transitar para a Juventude Socialista. A quarta fundação era o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, menina dos olhos de ouro de Salgado Zenha, que ainda existe com bastante sucesso, publicando estudos de qualidade. A sua primeira directora seria Teresa Ambrósio e, a partir de 1979, seria o refúgio do chamado «ex-secretariado» do PS, chegando mesmo a criar divisões internas na própria «Fundação Ebert» entre o seu secretário-geral, Gunter Grunwald, que apoiria Mário Soares e o seu vice-presidente, Horst Heiderman, que apoiaria aquele grupo. Para que se tenha uma ideia, o financiamento da Fundação Friedrich Ebert a estas quatro instituições, só no ano de 1979, seria de 8800 contos para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), 13 800 contos para a Fundação Azedo Gneco, 10 000 contos para a Fundação Antero de Quental e 45 400 contos para a José Fontana. Na nota que a Fundação Ebert então enviou ao secretário-geral e ao Departamento Internacional do PS, esta previa adicionar, nesse ano, 1000 contos para um seminário a efectuar pelo IED, sete seminários de duas semanas e 20 participantes em cada um, mais um seminário de uma semana e 20 participantes, todos na Alemanha, a organizar com a Fundação Azedo Gneco. Previa-se aumentar o orçamento da Fundação Antero de Quental com um montante avaliado entre mais cinco a sete mil contos e juntar ao orçamento da Fundação José Fontana vários programas de convite para sindicalistas da UGT. A própria sede da José Fontana, uma magnífica e enorme moradia no Restelo, seria comprada com uma verba especial da Fundação Ebert, tendo eu e o tesoureiro do PS, Fernando Barroso, assinado a escritura de compra. Esse prédio valerá hoje umas centenas de milhar de contos. Tanto quanto me foi possível apurar, da Confederação Sindical Sueca LO, da organização de Educação operária ABF e da Noruega foram enviados para a José Fontana muitos milhares de contos, alguns dos quais especificados em Anexo *(Anexo 14)*. A Noruega financiaria ainda com papel e com quatro carrinhas «Ford Transit» o diário *Portugal Hoje* e o Instituto de Imprensa Democrática com 1,7 milhões de coroas assim como a organização que eles consideravam ligada ao PS e dirigida por Maria Irene Zenha e Maria José Gama, Associação de Serviço de Apoio Social.

Os dirigentes partidários noruegueses que coordenavam então os apoios a Portugal eram Lars Glans que dirigia então a imprensa social-democrata norueguesa e hoje

é dono de uma próspera agência de publicidade e Kaare Sandegren, secretário internacional da poderosa central sindical LO, cargo que ainda hoje ocupa. Na Suécia coordenavam Rolf Theorin a nível de partido, Erik Karlsson e Rune Molin a nível da central sindical e Torsten Wetterblad, a nível do movimento de educação de trabalhadores, ABF. Os apoios da central sindical norte-americana, AFL/CIO, eram coordenados por Irving Brown e por Michael Boggs que, a 7 de Julho de 1977, visitou secretamente a Fundação. Por determinação de Mário Soares, o representante da Fundação Ebert em Lisboa e os escandinavos, estavam impedidos de ter conhecimento das relações cruzadas da Fundação José Fontana com os americanos. E em virtude de rumores que de vez em quando circulavam sobre o assunto, esse tipo de relacionamento era sempre desmentido.

A partir da sua eleição em Genebra, em 1976, os vice-presidentes da Internacional Socialista Bettino Craxi e Mário Soares estabeleceriam uma relação de grande amizade pessoal. Um tipo de relacionamento descontraído, comum a pessoas com gostos e pontos de vista semelhantes. O PSI tinha ajudado bastante a Acção Socialista através de Manuel Tito de Morais, que vivera exilado em Roma, mas, depois do 25 de Abril esse apoio seria relativamente modesto. Assim, eu seria surpreendido quando Mário Soares informou que a situação mudara e que o seu cunhado e eu nos deveríamos deslocar a Milão no dia 15 de Setembro (1977), a fim de receber uma considerável quantia de dinheiro. Naquele dia, Fernando Barroso e eu teríamos à nossa espera um dos acessores de Craxi para assuntos financeiros, Ferdinando Mach, que nos levaria numa agradável viagem de carro à cidade de Lugano na Suíça, onde nos seria entregue aquele dinheiro. Meio milhão de dólares que deixavam o partido numa situação desafogada. Nunca me foi dito qual a razão dessa generosa dádiva e nem a mim me competia fazer quaisquer «investigações». A angariação de fundos era e é da exclusiva responsabilidade do secretário-geral do partido e eu, apesar de ser secretário nacional do PS, considerava-me, em questões não relacionadas com as minhas funções políticas, um mero «correio» que obedecia a instruções superiores. Não tinha, aliás, quaisquer responsabilidades no Governo nem no aparelho de Estado e, por princípio, recusaria também todas as ofertas e oportunidades para obter lugares em empresas públicas. Foi aliás um princípio que mantive ao longo de toda a minha vida política, mesmo quando, posteriormente, tive algumas ofertas tentadoras, sobre as quais me debruçarei em capítulos seguintes. Tivesse eu questionado o secretário-geral do PS, naquela data, sobre assuntos desta natureza e ser-me-ia dito tratar-se de assuntos que me não diziam respeito. Pior, no voltar da esquina perderia o lugar no Secretariado, sem apelo nem agravo. Aliás era o domínio sobre estas matérias que garantia o poder no PS e todos sabiam muito bem que Soares tinha uma «poderosa rede de influências sobre o aparelho de Estado através da colocação de amigos fiéis em postos-chaves,

escolhidos não tanto pela competência mas porque podem permitir a Soares controlar aquilo que ele, efectivamente, nunca descentralizará — o poder»[1]. Mas embora não fizesse perguntas existiam aspectos que entravam pelos olhos dentro e que seria quase impossível ignorar. Durante a vigência dos primeiros dois governos do PS, houve enorme empenho da Fundação Ebert no sentido de mobilizar o Governo para uma decisão sobre o sistema de cor a adoptar pela televisão portuguesa. Os dois grandes concorrentes eram os franceses detentores do sistema SECAM e os alemães do sistema PAL. Eu recusaria qualquer envolvimento pessoal nesta área, mas transmitiria um memorando a Mário Soares da Fundação alemã em que se dizia que «a RTP abriu concurso no dia 15 de Julho de 78 para emissores e respectivos equipamentos necessários ao controlo e medida para o sistema a cores» passando depois a explicar como a simbiose de uma «generosa» oferta alemã à RTP com o contrato para os referidos equipamentos, dificultaria, mais tarde, a adopção do sistema SECAM uma vez que «a intencionada encomenda da RTP embora não defina o sistema a cores, poderá facilitar as possibilidades futuras do PAL». Como é do conhecimento geral, o Governo deixaria a opção final sobre o assunto para outro Governo.

Embora pouco convencido de que o II Governo tivesse «condições de durabilidade», eu trabalhava com grande preserverança para promover internacionalmente Portugal e a imagem do Partido Socialista e do seu secretário-geral. Nunca me interessara muito pela política interna e, como tal, não era rival de ninguém em áreas que levavam pessoas a dizer os maiores disparates e a cometer as maiores traições. O PS era um antro de intrigas a que eu felizmente escapava, de um modo geral, porque, felizmente para mim, também havia, inicialmente, poucos interessados no meu lugar. Os primeiros candidatos às relações internacionais apareceriam só após a adesão da chamada «Intervenção Socialista», altura em que o Partido sofreria, aliás, uma profunda transformação. Até então trabalhara com prazer e por convicção, embora compreenda hoje que só pela parte que afectava os interesses do secretário-geral eu nunca seria substituído enquanto secretário nacional para as Relações Internacionais. Acreditava naquele tempo que enquanto proposto para o cargo que tinha no Secretariado Nacional pelo secretário-geral, lhe devia lealdade e era minha obrigação defendê-lo e promover a sua imagem. E assim faria, mesmo em ocasiões em que com ele não estava de acordo. Na minha maneira de ver, que hoje permanece inalterada neste capítulo, só assim se compreende o relacionamento entre pessoas de bem em partidos ou agrupamentos civilizados. Em todos os anos em que me mantive à frente dos contactos com os partidos da Internacional Socialista, só ouvira até então intrigas das que circulavam diariamente na Rua da Emenda e no Largo do Rato, de partidos oriundos de países do

[1] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 98.

Terceiro Mundo. Tivera anos de experiência e contactos íntimos com a direcção do PSD da Suécia e apesar de nesse partido, como em todos os outros, existirem profundas divergências entre os dirigentes, nunca ouviria o tipo de insinuações que ouviria dentro do PS a propósito de tudo e de nada e em relação a quase todos. Estava, de facto, convencido de que «a política externa conduzida pelo nosso Partido [tinha] sido sempre posta ao serviço dos interesses portugueses. Mesmo quando realizámos missões no quadro da Internacional Socialista e em zonas afastadas, até agora, da presença portuguesa. [Tínhamos], aliás, condições para chegar onde a diplomacia oficial não [tinha] fácil acesso»[1]. Nunca lamentaria, contudo, o meu alheamento ao «lavar de roupa suja» apesar de compreender que assim estaria a deixar, despreocupadamente, passar todas as oportunidades de promoção.

A partir de 1978, com o governo PS/CDS, muitos dirigentes de partidos socialistas estrangeiros começaram a duvidar das credenciais socialistas de Mário Soares e a achá-lo demasiado alinhado com as posições americanas em matéria de política externa. O que na minha opinião era, ao contrário do que profetizavam alguns dos nossos «progressistas de serviço», um trunfo a nosso favor. Semelhante ao que tinha sido o apoio norte-americano em 1975, que funcionara como *leitmotiv* para o posterior apoio massivo europeu, que não quis ficar atrás, sobretudo quando se tratava de um partido «da família». Porque muitos dos socialistas europeus pareciam muito anti-americanos e até criticavam preferencialmente todas as decisões da administração americana mas, no fundo, como eu verificara, todos queriam aparecer como seus interlocutores privilegiados. E sobretudo os alemães e os britânicos compreenderiam que, após o encontro com o presidente Carter, os socialistas portugueses tinham um diálogo e uma influência diversificada que pesava a nosso favor. Neste contexto, e perante o melhor posicionamento perante a administração americana, eu convenceria o *bureau* da Internacional Socialista, onde entretanto adquirira uma posição de amizade e respeito, fortemente subsidiada pelos nórdicos, de que Mário Soares era o chefe de Missão ideal para a América Latina, derrotando as naturais expectativas de Felipe González. Era evidente que, duma perspectiva cultural, nem o Brasil é bem América Latina nem Portugal conhece bem os vinte e dois países daquele subcontinente que falam castelhano. Mas em matéria de defesa dos interesses de cada partido cada um «puxa a brasa à sua sardinha» e seria precisamente isso que eu faria. González, embora nunca mo dissesse, ficaria sempre um pouco «ressentido» com as minhas iniciativas nesta área.

A primeira de várias missões da Internacional Socialista chefiadas por Mário Soares à América Latina visitaria o México, a República Dominicana, a Jamaica, a Costa Rica e a Venezuela, com a presença do secretário-geral da IS, Bernt Carlsson, e repre-

[1] *PS, Fronteira da Liberdade*, ed. cit., pp. 288-9.

sentantes de partidos da Alemanha, Chile, El Salvador, Espanha, EUA, Finlândia, França, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Senegal e Venezuela. Eu representava, formalmente, o PS. Em Outubro de 1977, José Francisco Peña Gomez, secretário-geral do Partido Revolucionário Dominicano, admitido como membro da IS um ano antes, sugeriria, numa reunião desta organização em Madrid, uma visita de uma delegação ao seu país para «observar» as eleições marcadas para Abril de 1978. Peña Gomez estivera presente na cimeira de Caracas e estava convencido de que os ventos da mudança jogariam a seu favor. Não só houvera uma mudança pacífica em Portugal e na Espanha mas os dois gigantes do caribe, o México e a Venezuela, pareciam dispostos a colaborar com a IS na democratização da América Latina. Os EUA — fantasma de um passado recente no Chile — tinham também deixado profundas marcas no seu país quando, em 1965, o presidente Lyndon Johnson ali enviara os Marines a fim de esmagar uma revolta do PRD contra a Junta militar no poder. Após o assassinato do ditador Rafael Trujillo, em 1961, o PRD experimentaria um breve período revolucionário sob a liderança de Juan Bosh, um esquerdista pró-Fidel Castro. Cairia através de um golpe militar em 1963, na sequência do qual, Joaquim Balaguer, um civil autoritário, seria designado presidente. Por pressão dos EUA, decidira anunciar eleições. Peña Gomez diria então andar «há dez anos a trilhar os caminhos da Europa, a solicitar a solidariedade dos partidos socialistas democráticos» e agora pretendia que se realizasse na República Dominicana «uma reunião de líderes como a que se celebrou em Portugal, na véspera das eleições daquele país»[1]. Maldonado Gonelha e eu estávamos presentes na reunião de Madrid. Depois de uma conversa com Peña Gomez eu telefonaria a Mário Soares para S. Bento, para saber se ele estaria interessado em chefiar uma possível missão àquele país. Assim, após confirmar o seu interesse anunciaríamos a sua disponibilidade sendo a decisão final tomada na reunião do *bureau* que teve lugar em Hamburgo no início de Fevereiro de 1978.

Ali seria definido, como objectivo da missão, preparar um relatório sobre a situação política e os direitos humanos na América Central, que, como facilmente se depreende, visava «intervir» no processo eleitoral na República Dominicana a favor do nosso parceiro da IS. O candidato presidencial do PRD chamava-se Antonio Guzman e era um abastado produtor de café completamente apolítico, que Francico Peña Gomez convencera a candidatar-se contra Balaguer. Quando chegámos ao aeroporto de Santo Domingo, ficámos estupefactos. Esperava-nos o Presidente da República com todo o seu governo e o corpo diplomático ao fundo de uma carpete encarnada. Tocava-se o hino nacional de Portugal e havia uma guarda de honra militar. Por detrás do

[1] *Livro de Intervenções da Reunião de Caracas*, pp. 219-20, Accion Democrática de Venezuela, Maio de 1976.

Governo, estava uma delegação do nosso partido irmão com Peña Gomez à cabeça e a quem o Protocolo de Estado nos «apresentaria». Mário Soares seria tratado como primeiro-ministro de Portugal e a visita subitamente transformada numa visita oficial. Os delegados da Internacional Socialista seriam completamente ignorados e obrigados a passar a fronteira, enquanto Mário Soares acompanhado por uma escolta militar chefiada por um general do exército, seguia directamente da pista do aeroporto para o hotel. À saída do aeroporto estava uma multidão de muitas dezenas de milhares de pessoas que a pé, de carro e de moto acompanharam os delegados da IS até ao centro da cidade onde nos reencontraríamos com Mário Soares.

Tinha-se iniciado uma autêntica revolução. O presidente Balaguer, personalidade curiosíssima que se dizia admirador de Salazar, marcara uma recepção a Mário Soares, que foi ao palácio presidencial acompanhado do secretário-geral da IS, Bernt Carlsson, e do seu acessor diplomático Francisco Knopfli, diplomata de carreira do Palácio das Necessidades. Balaguer falaria do seu País, do apoio que o seu governo tinha dado na ONU ao governo de Portugal sobre a questão colonial, a troco da exportação de açúcar para o nosso País. Não tocou na situação no seu país nem no facto de considerar a visita do primeiro-ministro de Portugal inoportuna naquele momento eleitoral. Nada, nem mesmo quando Mário Soares lhe disse que estávamos ali para apoiar o PRD, o partido que o pretendia derrubar. Na manhã seguinte participaríamos numa gigantesca caravana pela cidade, tendo oportunidade de verificar que a popularidade de Peña Gomez era esmagadora naquele pequeno país predominantemente negro mas dirigido, económica, militar e politicamente por uma pequena elite branca e mestiça. Só assim compreendemos a razão pela qual ele próprio se não canditaria então à Presidência do seu país. O entusiasmo popular e o desejo de mudança era tão grande, que o exército começaria a intervir sobre os manifestantes depois de terem passado os carros da comitiva da Internacional Socialista. Eu seguia no mesmo carro do acessor diplomático de Mário Soares e do representante do PS Senegalês, Obey Diop e, por diversas ocasiões, quando começou a entardecer, os populares confundiam o senegalês com Peña Gomez e o diplomata Francisco Knopfli com Soares, lançando-se com um entusiasmo frenético contra o carro e quase o virando de rodas para o ar. Obey Diop apanharia um susto tão grande que a partir daí teria mesmo pesadelos durante o resto da viagem. Chegámos mesmo a recear pela sua saúde quando, uma noite, já no México, seria encontrado a vaguear pelos corredores do hotel em camisa de noite. Mário Soares seguia no carro com Peña Gomez e com o candidato Guzman.

O entusiasmo era tanto que Soares «regressou» aos tempos do PREC e, perante o espanto do general do exército que Balaguer tinha colocado às suas ordens, tomou conta da situação, ordenando ao tímido António Guzman que erguesse o punho e gritasse as palavras de ordem. A principal, recordo-me como se fosse hoje, era «Peña,

timón de la revolución», ou Peña, timoneiro da revolução. O grande comício, que duraria praticamente todo o dia, iria acabar num anfiteatro apinhado de gente em que foram produzidos os discursos mais revolucionários e mais cómicos que eu ouvira até então. O entusiasmo era indescritível e a desorganização também. No discurso final, Peña Gomez decidiu chamar os delegados internacionais, um por um, entregando-lhes medalhas e certificados do seu Partido agradecendo a nossa solidariedade. Cada um era recebido com tanto entusiasmo e barulho que o teatro parecia em risco de desmoronamento. Seria um acontecimento inesquecível e os membros da delegação não sabiam se acabariam por morrer esmagados pelo entusiasmo popular ou de riso. Ao sermos mencionados pelo orador, os nossos cargos políticos seriam todos inflacionados de tal maneira que era impossível conter as gargalhadas, que durariam durante todo o resto da viagem. Quando anunciaram Volkmar Gabert, deputado do SPD da Baviera, chamaram-lhe primeiro-ministro da Baviera, despromovendo completamente o conservador Franz Josef Strauss e nem o acessor diplomático de Soares escaparia, quando foi chamado à tribuna em último lugar para receber o seu diploma como «Francisco Knopfli, secretário-geral da juventude socialista portuguesa»! Diplomata de carreira que era, ia morrendo de susto e deu graças a Deus por não ter aparecido na TV portuguesa, quando timidamente retribuiu o estrondoso aplauso com o punho esquerdo no ar!

Mas, nessa madrugada, os militares dominicanos tomariam conta do poder, começando a prender dirigentes do PRD em todo o país. A guarda de honra militar que acompanhava o primeiro-ministro português também tinha desaparecido. Este seria informado telefonicamente ser a «sua» delegação considerada indesejável na República Dominicana e os seus membros aconselhados a abandonar o País. Pelas 8 da manhã reuniríamos com Peña Gomez na sua casa para analisar a situação. Bom, havia pouco que analisar embora o secretário-geral da IS, excitadíssimo com a inédita experiência, fosse de opinião que não deveríamos aceitar o ultimato e deveríamos ficar até ao fim da estadia prevista, o que significava mais 24 horas, na República Dominicana. Mário Soares seria evidentemente de opinião contrária. Em primeiro lugar era primeiro-ministro de um governo com o CDS e uma expulsão levantaria toda uma série de problemas políticos. Ele não fizera sequer uso dos canais diplomáticos à sua disposição para avisar o governo dominicano do objectivo da sua visita e, apesar de o país visitado ser então considerado uma «República das Bananas», o comportamento do primeiro-ministro de Portugal não ficara atrás. Andara mais de 24 horas de punho no ar a dar vivas ao PRD e a gritar «abaixo a ditadura» o que, convenhamos, poderia levantar alguns problemas. Peña Gomez, embora confuso com a situação, concordaria que não tinha meios de controlar a evolução dos acontecimentos e tinha receio que algo nos pudesse acontecer. Só que nós também não tínhamos transporte para sair daquele país, tendo sido obrigados a apelar ao presidente da Venezuela, Carlos Andréz Perez, para nos ir

buscar. Este enviaria o seu avião presidencial que nos transportaria até ao país seguinte, a Jamaica. A caminho do aeroporto não se viam mais manifestantes mas, para grande surpresa, ali encontraríamos, de novo, o presidente Balaguer, o Governo, os militares e o corpo diplomático a apresentar cumprimentos de despedida! Parece mentira mas não é. Os três dias que passámos naquele lindíssimo país dariam uma comédia hilariante.

Duas semanas após a nossa visita, o candidato Antonio Guzman seria eleito Presidente da República mas os militares, uma vez mais, recusar-se-iam a aceitar o veredicto popular. Felizmente para a República Dominicana já não estávamos em 1965 e o presidente Carter interviria, mas para inverter a situação. Este, em clara concorrência com a Internacional Socialista, mostrou onde estava o poder real e reconheceu Antonio Guzman como presidente legítimo, advertindo os militares para as consequências da sua não aceitação dos resultados eleitorais. Dois anos depois, visitei particularmente a República Dominicana com a minha mulher, com intenção de passar uma semana de férias que não conseguiria ter, dados os convites incessantes de Peña Gomez para visitas e convívios. Um desses foi um almoço com o presidente António Guzman. O general que acompanhara Mário Soares e Guzman na revolucionária comitiva fora nomeado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Lamentavelmente, António Guzman, um homem de bem, suicidar-se-ia antes do final do seu mandato, devido a um escândalo de corrupção que envolveu o seu filho. O seu sucessor, Salvador Jorge Blanco, à altura o número dois do PRD, envolver-se-ia igualmente num escândalo de corrupção e após novas eleições, Joaquim Balaguer, com quase oitenta anos e praticamente cego, sairia vencedor. Desta vez democraticamente!

Exactamente como acontecera com o partido do dominicano Peña Gomez, também os socialistas andariam mais de dez anos a trilhar os caminhos da Europa, a mendigar apoios e solidariedade dos partidos sociais-democratas. Mas, em 1978, o PS conseguira um lugar de destaque entre os seus pares europeus e numa invejável posição de interlocutor com a administração Carter. Em três anos, o Departamento Internacional do PS tinha estabelecido contactos em todo o mundo e chegava onde a diplomacia portuguesa nunca tinha estado. Durante estes anos participara activamente na elaboração das novas directrizes da Internacional Socialista nas relações Leste Oeste, Norte Sul e Direitos Humanos. A sua posição, mesmo quando distinta da do grosso da Internacional, era ouvida com atenção. O PS tinha algo a dizer em matéria de democratização do Brasil e da América Latina, restabelecera o diálogo com o Governo de Angola, era respeitado no Médio Oriente e no Magrebe e era mesmo disputado em termos preferenciais por alguns partidos comunistas, como era o caso dos romeno, jugoslavo, espanhol e italiano. Nos anos de 1976 a 1978 o departamento internacional estabelecera contactos regulares com praticamente todos os embaixadores acreditados no nosso país e, directamente, com muitos governos estrangeiros e organizara a viagem de centenas de repre-

sentantes do Partido Socialista a, praticamente, todos os cantos da terra, do México à Coreia do Norte. A regra de ouro que eu estabeleci e que tinha aprendido com os suecos, caracterizou-se pela descentralização de actividades que eu promovia e coordenava, enviando a missões no estrangeiro desde secretários regionais a dirigentes nacionais. Quando António Guterres, após a queda do II Governo Constitucional, teve a ideia de coordenar e lançar o primeiro documento credível de acção política geral do partido, «Dez Anos para mudar Portugal — Proposta PS para os anos 80», seria particularmente apoiado pelo Departamento Internacional nos contactos necessários à conclusão do seu trabalho. A iniciativa e o projecto inovador que iria desenvolver — exactamente por ser de qualidade — seria também, provavelmente, o mais sabotado pelo resto do aparelho. Mas em boa verdade se deve dizer que o clima dentro do PS não se equiparava de modo algum ao extraordinário e excitante trabalho que vinha sendo desenvolvido internacionalmente. Quatro anos após o 25 de Abril, o Povo Português começava a descrer na democracia e estava farto dos governos do PS. Este partido e, principalmente, o seu secretário-geral, não saberiam agarrar as oportunidades e gerir os meios à sua disposição. Estavam atolados em lutas intestinas pelo poder, sem se conseguirem libertar de um dia a dia de mediocridade e compadrio. Com o fim dos seus malogrados governos, o PS iria conhecer um longo período de crise e apatia.

Capítulo V

Os anos de crise 1978-1981

O início dos governos de iniciativa presidencial representaria para o Partido Socialista um período de oposição, em circunstâncias que jamais previra. Oposição ao projecto informe do presidente Ramalho Eanes que para muitos apresentava aspectos algo subreptícios que o PS, pela voz do seu secretário-geral, consideraria em entrevista ao *Nouvel Observateur* «de novo um perigo para Portugal», pois estávamos a assistir outra vez «a uma ofensiva da extrema-direita para... criar um regime autoritário de fachada democrática». Como diria ainda, mais grave era o facto de «haver uma sombra militar que se [desenhava] na vida civil do País, motivada pela atitude do Chefe do Estado»[1]. Na sua opinião esta viragem devia-se à sua própria exoneração de primeiro-ministro do II Governo, «derrubado por um acto do Presidente da República»[1].

E oposição ao cada vez mais atraente projecto político de Sá Carneiro, de novo regressado em força à ribalta política. No seio do Partido Socialista reinava grande confusão, com o seu principal líder em verdadeiro pânico. O seu grande objectivo era então ser Presidente da República em 1980, mas a crise atingira o PS cedo demais e ambos sairiam do governo rodeados de grande impopularidade. Tendo rejeitado o acordo com Sá Carneiro, em 1976, Soares via-se agora na contingência de ser derrotado pelos seus dois principais adversários políticos, em fase de crescimento junto da opinião pública. Ramalho Eanes enquanto presidente, então extremamente popular e claramente presidenciável e Francisco Sá Carneiro em grande ascenção política, demonstrando pela primeira vez que poderia atingir o poder sem «auxílio» do PS. O que era novidade para todos, mas motivo de receio e de frustração para a esquerda. Mas, apesar de tudo, a situação política permaneceria potencialmente favorável a Mário Soares se ele então

[1] Mário Soares, *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., pp. 375-6.

soubesse, com clareza, definir o seu projecto pessoal e o projecto partidário mais apropriado para a situação calamitosa em que os dois governos o tinham «enterrado». Hesitou, entrou em pânico e não fossem os apoios vitais de que ainda dispunha no partido, tudo teria perdido. Apesar de ser conhecida a sua opinião a respeito de Ramalho Eanes, continuaria a hesitar e a querer exercer sobre o presidente uma espécie de «coacção», dando-lhe a entender que ou ele se portava bem ou o PS o não apoiaria em 1980. Este cenário político, de confusão no seio do PS, de hesitação do seu secretário-geral, de crescimento da direita e de cada vez maior popularidade de Eanes, constituíam a situação ideal para o recém-entrado grupo da Intervenção Socialista.

Uma parte da chamada esquerda «revolucionária» abandonara o PS no momento da coligação com o CDS e Soares convencera-se de que seria entre estes recém-aderentes do grupo de Jorge Sampaio que estaria a recuperação eleitoral e a luta «alfabetizada» do PS contra a «sombra militar» do general Eanes. Como tal, estes «ex-MES» teriam honras de convento e uma rapidíssima promoção partidária, só compreensível pelo estado de desânimo a que chegara o secretário-geral. Mas revelar-se-ia, uma vez mais, que seriam os «beócios»[1], quem em grande parte o salvaria no seu enorme esforço de sobrevivência política destes anos de crise. Seriam, na minha opinião, a hesitação de Mário Soares e os momentos de grande desarticulação e de opacidade em que ele ciclicamente tombaria, os principais responsáveis pela grande crise que o PS e o País atravessariam durante este período. Queria ser o candidato do PS às Presidenciais de 1980 e definira esse como seu principal objectivo durante a vigência dos seus dois primeiros governos, mas seria exonerarado do cargo de primeiro-ministro no momento em que Eanes claramente assumiria o poder real no país, através do seu controlo das forças armadas e dos governos presidenciais[2]. Por outro lado, tinha deixado escapar a iniciativa política para o líder do PSD, Francisco Sá Carneiro. E, apesar de um crescente sentimento de ódio relativamente ao Presidente da República, em vez de o enfrentar com clareza, iniciaria um discurso extremamente confuso contra a direita em geral, no convencimento de que a recém-adquirida «inteligência» no PS lhe permitiria travar o movimento do pêndulo político para a direita e colocá-lo, a ele, na desejada rota do Palácio de Belém.

Aliás, a movimentação política do País para a direita parecia contraditória com o crescente aumento de apoio da esquerda a Ramalho Eanes que, curiosamente, se dava

[1] Relativo aos habitantes da Beócia, considerados ignorantes por outros habitantes da antiga Grécia. Termo frequentemente utilizado, em privado, por Mário Soares para se referir a alguns dos seus apoiantes, que ele considerava menos letrados.

[2] De Nobre da Costa em Agosto de 1978, de Mota Pinto em Dezembro de 1978 e de Maria de Lourdes Pintasilgo, em Julho de 1979.

ares de esquerda mas apoiava, de facto, a direita, como o afastamento do PS e os governos de sua iniciativa indicariam. Portanto, enquanto Soares contaria com o «Partido» e, sobretudo, com os «ex-MES» para combater a «sombra militar», o general Ramalho Eanes concentraria todas as atenções na área do PS, numa estratégia de penetração evidente. Enquanto para Soares, os socialistas e o grupo do «ex-MES» deveriam ser, dentro da lógica da esquerda democrática, antimilitaristas e nunca, de modo algum, poderiam preferir um militar a um civil socialista, republicano e laico. Dentro do conhecimento da realidade política e até das declarações do próprio Eanes, era conhecido que, sem o apoio do PS, Eanes se não recandidataria em 1980. Só que, em última instância, e para grande surpresa de Mário Soares, seriam os «beócios» e não os que ele considerava a «esquerda letrada» quem iria defender a tese da esquerda antimilitarista, republicana e laica. Tal hesitação na acção e ambiguidade nas palavras levaria inclusive a que Soares procurasse, desesperadamente, mas sem êxito, o apoio de um Salgado Zenha, então já profundamente agastado com o seu velho amigo e companheiro. Ao ser-lhe perguntado, após ter sido «despedido» do cargo de primeiro-ministro, se ainda iria apoiar a candidatura do general Ramalho Eanes, responderia, na esperança de poder vislumbrar uma faísca de apoio do seu ex-amigo, que «como tem sido dito, designadamente pelo camarada Salgado Zenha… [tal] é um problema prematuro. Até lá, muita água correrá por debaixo das pontes»[1]. Muita água correria, na realidade, debaixo das pontes mas também era evidente que em matéria de candidatos à Presidência da República os desejos de Mário Soares já então não passariam de palpites! Durante um longo período que irei analisar neste capítulo a «água que correu debaixo das pontes» não seria levada «ao moinho» de Mário Soares. Mas, uma vez mais, a amizade e solidariedade dos chamados «soaristas» provou ser imprescindível, ao mesmo tempo que a «mãozinha» dos americanos, com destaque para Carlucci, seria de novo a «fada madrinha» da sua recuperação.

Quando começou a crise no Partido Socialista, já só praticamente as relações internacionais, o gabinete de estudos e as fundações, que entretanto movimentavam consideráveis meios financeiros, funcionavam a cem por cento. O resto do Secretariado Nacional estava completamente paralisado com acusações mútuas sobre a responsabilidade da inesperada queda do II Governo e desmobilizado em relação às grandes batalhas que se aproximavam. António Guterres, responsável pelo gabinete de estudos, coordenava o «Programa do PS para os anos 80» que seria apresentado publicamente em Dezembro, como documento-base programático a ser apresentado ao III Congresso, previsto para Março de 1979. Guterres mostrara ser um dirigente extremamente dinâmico e apesar das suspeitas de Soares e do partido em geral em rela-

[1] Mário Soares, *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., p. 323.

ção ao seu passado político e em relação aos boatos que corriam de que ele seria da «Opus Dei», o seu trabalho era quase a excepção à regra do que acontecia a nível de direcção do PS. Jaime Gama, responsável pelas estruturas de base e pela organização do Partido olhava para o seu pelouro com enorme apatia e dependia exclusivamente da acção da extremamente dinâmica Maria Rosa Gomes, que dirigia aquele sector com pulso de ferro. Graças a Rosa Gomes, as estruturas regionais e o aparelho do PS não resvalariam para um campo de oposição ao secretário-geral, acompanhando os críticos da direcção do Partido, ao contrário do que muitos, então, previam. E se ela fora a principal estratega do acesso de Soares às bases, sem nunca lhe ter sido dado o devido reconhecimento, também o departamento internacional continuaria a movimentar grande parte das actividades «sonantes» que mobilizavam, em grande parte, os notáveis do partido.

Em Junho, após cimeira em Bruxelas dos líderes dos partidos socialistas de países da Comunidade Europeia, em que eu participaria com Mário Soares, ficaria acordado o princípio da participação do Partido Socialista naquela organização, que coordenava as actividades do grupo socialista europeu. Era uma decisão da maior importância, em 1978, pois estando ainda Portugal no início das suas negociações para a sua adesão às Comunidades, a aceitação da participação do Partido Socialista no maior grupo político europeu, seria um gesto profundamente significativo. Algo que nenhum outro partido português poderia fazer na altura e uma demonstração de força em relação ao Presidente da República. A entrada formal neste grupo, a então União dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia, hoje Partido Socialista Europeu, teria lugar em Janeiro de 1979 no X Congresso da organização.

Outro acontecimento da maior importância para o Partido Socialista, que reforçaria igualmente o papel de Mário Soares na Internacional Socialista e, mais importante ainda, junto dos governos dos Estados Unidos e da Europa, foi a conferência que eu organizaria no Estoril para analisar os «Processos de Democratização na Península Ibérica e na América Latina». Seria um «show» mediático inédito na Europa, onde iriam estar presentes dirigentes de partidos que se reclamavam da família social-democrata de todos os países da América Latina e socialistas europeus como Willy Brandt, Felipe González e Bettino Craxi, entre muitos outros. Muitas das personalidades presentes nesta reunião, organizada pelo departamento internacional do PS e, totalmente, financiada pela Fundação Friedrich Ebert, viriam, posteriormente, a ocupar lugar de grande relevo nos seus países. Jaime Paz viria a ser presidente da Bolívia, Leonel Brizola viria ser governador do Estado do Rio de Janeiro, Luis Alberto Monge presidente da Costa Rica, Rodrigo Borja presidente do Equador, Ernesto Cardenal ministro do governo sandinista da Nicarágua, Humberto Lopez Tirone embaixador do Panamá em Lisboa, Salvador Jorge Blanco presidente da República Dominicana e Enrique Tejera

Paris ministro das Relações Exteriores da Venezuela. Outros como Guillermo Ungo e Hector Oqueli de El Salvador e Alberto Fuentes Mohr da Guatemala seriam barbaramente assassinados, enquanto lutavam pela restauração da democracia nos seus países. Seria, de acordo com Willy Brandt, «a primeira vez que se [reuniam] na Europa partidos e personalidades latino-americanas e europeias... ligados aos ideais da social-democracia», sendo certo que cada um dos «presentes sabe e sente que: um Portugal e uma Espanha democráticos significam esperança e confiança a uma renovação democrática na América Latina»[1]. Bastaria recordar que, naquela altura, em 1978, a esmagadora maioria dos países da América Latina vivia sob regimes de ditadura militar e que, desde então, essa situação iria ser radicalmente invertida no Brasil, na Bolívia, na Argentina, no Uruguai, no Chile, em El Salvador, no Equador, na Nicarágua, no Panamá e no Peru. Este encontro viria a determinar, de forma clara, o papel do nosso partido na Internacional Socialista, o qual passaria desde então a ser um ponto de referência óbvio em relação à evolução daquele subcontinente. Com a adopção oficial da declaração final desta conferência, pelo XIV Congresso da Internacional Socialista que se realizaria em Vancouver, no Canadá, no mês seguinte, estava garantida a primeira reeleição de Mário Soares, enquanto vice-presidente da Internacional Socialista.

Este encontro realizado no Estoril, que teria lugar de 30 de Setembro a 2 de Outubro, seria precedido de uma reunião do *bureau* da organização em Paris, a 29 de Setembro, em que participariam uma grande parte dos representantes de partidos da Internacional Socialista. Para o efeito, o departamento internacional do PS reservara a quase totalidade dos lugares no voo da TAP Paris-Lisboa desse dia. Um incidente ocorrido com o avião, em Lisboa, antes de partir para Paris, obrigaria os participantes a esperar numa sala do aeroporto de Paris umas cinco horas. Willy Brandt estava absolutamente furioso por não ter sido avisado deste atraso e ser obrigado a esperar no aeroporto aquele tempo todo. Situação igual para todos os outros passageiros daquele voo. Assim e enquanto esperava em Orly teve tempo para conversar alongadamente com muitos dos outros participantes à conferência e até com os elementos de apoio do seu próprio partido. Entre estes encontrava-se uma jovem funcionária do departamento de imprensa do SPD, de nome Birgitte Seebacher, que ele aproveitaria para conhecer melhor e que, três meses depois, viria a ser sua mulher. O romance iniciara-se em Portugal e daria lugar a inúmeras especulações em virtude da diferença de idades entre ambos e porque provocaria um divórcio um tanto ou quanto atribulado com a sua primeira mulher.

No Congresso da Internacional Socialista realizado em Vancouver na costa oeste do Canadá, o PS seria representado por Mário Soares, Francisco Salgado Zenha e por

[1] *Processos de Democratização na Península Ibérica e na América Latina*, editado pelo Departamento Internacional do PS, 1978.

mim. Aqui, durante os trabalhos, teria oportunidade de verificar que o clima de entusiasmo com que a sua candidatura a vice-presidente da organização fora acolhida dois anos antes, em Genebra, tinha mudado radicalmente. Por várias razões. Em primeiro lugar porque a coligação com o CDS frustrara muitas expectativas não só no Partido Socialista, mas levantara também muitas dúvidas em relação ao líder do PS. Era uma questão de coerência, cara aos socialistas europeus. O homem que, três anos antes, andara a convencer a Europa de que era essencial para a democracia que os comunistas participassem no I Governo provisório, conseguiria, depois, apoio internacional na marcha anticomunista que se seguiu ao 25 de Novembro. E, depois de todas as *démarches* para bloquear a entrada do PSD na Internacional Socialista, coligar-se-ia com o partido da direita portuguesa, o CDS, o único partido que subira significativamente nas primeiras eleições legislativas. Uma outra razão prendia-se com o facto de Mário Soares só ter relações meramente formais com os seus congéneres do Norte da Europa. Tinha, do ponto de vista humano, pouco em comum com homens como Willy Brandt, Olof Palme, Bruno Kreisky, Den Uyl, Kalevi Sorsa, Anker Joergensen e até Callaghan.

A ausência desse relacionamento humano, que se verificava entre os seus homólogos, afectava a troca de pontos de vista e o convívio natural entre pares. Assim, após os momentos formais e fora das reuniões formavam-se sempre vários grupos, acabando o líder português, normalmente, por conviver, quase exclusivamente ou com Mitterrand ou com Craxi, ou com os latino-americanos. Não havia portanto, com os principais dirigentes internacionais, a intimidade e o relacionamento que permitissem um contacto regular, um conhecimento mútuo de confiança e um clima de descontracção que é costumário entre amigos. Por outro lado a Internacional Socialista adquirira com Brandt um novo *élan*, numa «nova fase de cooperação internacional entre socialistas democráticos, que alcançasse todos os continentes», fenómeno a que ele chamaria «ofensiva para uma nova solidariedade». Esta nova ofensiva atrairia as atenções de todo o mundo e dos *lobbies* que, junto dos secretários internacionais, visavam influenciar as decisões daquela organização. Sentir-se-iam pela primeira vez com maior acuidade em Vancouver, onde começariam a circular rumores de que Soares reflectia as posições norte-americanas. A ideia de que o líder português pudesse ser uma «cunha» americana na Internacional Socialista seria discutida, nos corredores, até à exaustão e alguns secretários de relações internacionais sugeririam mesmo que Felipe González, em rápida ascenção de prestígio, passasse a desempenhar as funções de chefe de Missão para a América Latina, que Soares iniciara no início de 1978, com a viagem à República Dominicana e à América Central. O próprio Brandt sentira, na conferência que eu organizei no Estoril um mês antes, necessidade de lembrar González quando, ao mencionar os progressos de democratização naquele subcontinente, se referiu à Missão de Mário Soares acrescentando, contudo, que «os contactos com a América Latina

têm sido ampliados também de maneiras variadas, o que se deve agradecer, *e não por último*, a Felipe González e seus amigos»[1].

Como já referi, a ideia de que Mário Soares era um homem dos americanos podia motivar especulações de bastidores e algumas intrigas de *lobbies* mas, como eu diria, era exactamente esse facto que fortalecia a sua posição enquanto «mediador» com a América Latina! Afinal as modificações essenciais no mundo e, em particular, nos países vizinhos do gigante americano só poderiam ter êxito com o concurso dos EUA e, portanto, era exactamente a ideia de que Mário Soares tinha acesso aos americanos que lhe dava importância internacional. Seria, assim, reeleito juntamente com González e mais 18 vice-presidentes mas era visível que tinha terminado o seu estado de graça e que tudo o que viesse no futuro dependeria dos seus actos e dos actos dos seus colaboradores. Mas, não fosse o diabo tecê-las — ou não fossem os amigos esquecer — eu próprio proporia antecipadamente por escrito a sua candidatura, em nome do PS português[2] (*Anexo 15*). No entanto, uma vez eleitos os vice-presidentes em Vancouver ficara claro que a estratégia de Willy Brandt, verificado ser impossível — sem lamentações — conseguir rodear-se de um número de vice-presidentes considerado eficaz e prestigiante, passara a ser a de inflaccionar aquele órgão, desprestigiando-o. Em Madrid, em 1981, a IS passaria a ter 21 vice-presidentes e no Congresso que se realizaria no Algarve, em 1983, este número seria aumentado para 25 vice-presidentes! Um número que, dificilmente, seria interpretado como funcional. Mário Soares percebera logo após o 25 de Abril que a chave do seu êxito político em Portugal passaria obrigatoriamente pela aquisição de prestígio internacional. E o alcance desse tão desejado prestígio, embora obrigatoriamente passasse pela Internacional Socialista iria, sobretudo, depender do seu relacionamento com as futuras administrações americanas. Mas, em qualquer dos casos, iria precisar da Internacional Socialista para ser reconhecido pelos EUA e dos americanos para poder ter um papel na Internacional Socialista.

Em matéria de evolução democrática da América Latina seria da maior importância o facto de o PS ter actuado sempre com grande moderação e com alguma sintonia com a política americana. Mas, exactamente por isso, foi possível nalguns casos, por incrível que possa parecer, fazer com que a política norte-americana em relação à América Latina moderasse os seus tradicionais ímpetos intervencionistas, para seguir as posições por nós recomendadas. O caso da nossa «intervenção» na República Dominicana seria um modelo para a América Central, que algum tempo depois se viria a reflectir na Nicarágua mas também influenciando decisivamente quer a IS quer os EUA, noutros casos específicos, como, para mencionar só alguns, o Equador e o Bra-

[1] *Processos de Democratização*, ed. cit., p. 40.

[2] O número de vice-presidentes da IS aumentaria de 14 para 19 neste Congresso.

sil. Lionel Brizola, antigo governador do estado do Rio Grande do Sul e cunhado do ex-presidente brasileiro João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964, vivia exilado no Uruguai. Brizola tinha conduzido a resistência armada, em Porto Alegre, ao golpe militar do general Castelo Branco durante vários meses, mas acabaria por sucumbir. O coronel Vernon Walters era então adido militar junto da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro e, aparentemente, «coordenava as operações da CIA no Brasil»[1]. Quando, em 1977, os militares tomaram o poder no Uruguai, a presença de Brizola naquele país vizinho do Brasil tornou-se cada vez mais difícil, correndo o perigo de ser assassinado ou extraditado para o Brasil. O primeiro-ministro Mário Soares conceder-lhe-ia então asilo em Portugal. Mas também nos EUA as coisas estavam a mudar e o presidente Jimmy Carter concederia igualmente a Brizola autorização para residir naquele país. Lionel Brizola e sua mulher Neuza optariam por viver parte do tempo em Lisboa, no hotel Florida e parte do tempo em Nova Iorque, no hotel Roosevelt. Aquele dirigente brasileiro estava contudo desfasado da política contemporânea, sobretudo da Europa, e pedir-me-ia apoio político e financeiro. Era sua intenção aproximar-se da Internacional Socialista e reconstruir o «seu» antigo e tradicional Partido Trabalhista Brasileiro. Brizola e eu rapidamente estabeleceríamos laços de amizade e, durante alguns anos, eu seria uma espécie de secretário de Relações Internacionais do PS e do partido de Lionel Brizola. Mas nem tudo seriam rosas. Na IS muitos dos partidos norte-europeus, cada vez mais radicalizados em relação à América Latina, tinham uma clara preferência por Inácio Lula, o conhecido dirigente sindical e outros preferiam uma associação com o MDB, Movimento Democrático Brasileiro. Em qualquer dos casos, um trabalho persistente da nossa parte e a integração de Lionel Brizola nas delegações, quando convites individuais não eram possíveis, iriam possibilitando essa integração. Também a seu pedido abordaria os americanos. Brizola estava consciente das dificuldades e do facto de que até à sua chegada a Portugal Vernon Walters, que ele pretendera que seu cunhado, o presidente Goulart, afastasse do Brasil em 1964, tinha sido subdirector da CIA.

Quando Frank Carlucci regressou a Washington após ter sido designado pelo presidente Carter, em Dezembro de 1977, para substituir Henry Knoche[2] para o cargo de subdirector daquela poderosa organização, eu teria com ele uma longa conversa em

[1] Moniz Bandeira, *O Governo de João Goulart*, p. 128, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

[2] Knoche seria subdirector da CIA, após Vernon Walters, durante um único ano. A nomeação de Carlucci seria interpretada como uma recomendação do seu amigo Walters, que o presidente Carter lhe atribuiria como compensação pelo seu papel em Portugal e também como símbolo do início de um período de actividades daquela organização a favor da democracia.

Langley, em Novembro de 1978, no meu regresso de Vancouver. Conversa que tivera também na véspera também durante um jantar que Richard Melton e sua mulher ofereceram a minha mulher e a mim, em sua casa. Era minha intenção convencer os americanos a exercerem pressão sobre o presidente brasileiro, general Figueiredo, para que autorizasse o regresso de Brizola ao seu país. Carlucci não me pareceu convencido, dizendo-me que conhecia muito bem os militares do Brasil e nem em cem anos eles perdoariam a Lionel Brizola. Disse-me contudo que o seu governo o tinha autorizado a residir nos EUA e que ele tudo faria para o apoiar embora, repito, não acreditasse na vontade dos militares para uma mudança brasileira para a democracia parlamentar. O seu *feeling* no caso de Portugal era obviamente diferente do que tinha em relação ao Brasil e eu teria várias oportunidades posteriores de lhe demonstrar como ele se tinha enganado. O nosso apoio seria determinante para Brizola, que compreendeu a necessidade de reorganizar o seu «velho» partido, o Partido Trabalhista. Assim, com o apoio individual de militantes do Partido Socialista e algumas verbas que tive que pedir a partidos da IS e a Siegfried Bangert, responsável perlas Relações Internacionais da Fundação Ebert, dado que me não seriam concedidas pelo Partido Socialista para este fim, Brizola conseguiu reunir 70 personalidades vindas clandestinamente do Brasil[1] para, na sede do PS, no Largo do Rato, relançar o seu Partido. Dadas as dificuldades financeiras que me seriam impostas, vários militantes do PS oferecer-se-iam para trabalhar voluntariamente para que tudo decorresse na melhor ordem. Foram os nossos militantes que deram todo o apoio logístico, desde dactilografia, gravação de som, transportes e até as refeições seriam confeccionadas por nós durante a duração do congresso. Foi um acto genuíno de solidariedade que Brizola nunca esqueceria (*Anexo 16*).

Em Setembro de 1979, Lionel Brizola seria autorizado a regressar ao Brasil, candidatando-se, pouco tempo depois, a Governador do Estado do Rio de Janeiro. Em 1982 Bernardino Gomes iria ao Brasil, no quadro da FRI, para estudar a situação. Faria um relatório no qual exprimia a sua opinião de que Brizola tinha grandes possibilidades de sair vencedor. Mário Soares faria circular esse relatório por alguns líderes europeus, na tentativa de angariar apoios financeiros. A direcção do SPD e da Fundação Ebert discordariam das conclusões a que Bernardino Gomes chegara após a sua viagem ao Brasil, no âmbito das actividades da Fundação de Relações Internacionais e que eram contrárias às que o escritório da Fundação Ebert no Rio de Janeiro tinha feito circular. Mas Brizola seria eleito Governador em finais de 1982 e as suas relações com os militares e, nomeadamente, com o presidente Batista Figueiredo, melhorariam consideravelmente. O Partido de Brizola, que por impedimento jurídico não pôde adoptar

[1] Esta reunião teria lugar em Lisboa, de 15 a 17 de Junho de 1979.

a sigla PT (Partido Trabalhista) dado que Ivete Vargas se adiantara a registar o nome para impedir que o seu herdeiro natural o pudesse fazer, passou então a denominar-se PDT, Partido Democrático Trabalhista. Este partido ingressaria na Internacional Socialista no Congresso de Albufeira, em 1983, como membro de pleno direito. Willy Brandt diria, nessa ocasião, que, a partir daquela data, o SPD iria seguir os conselhos do PS em matéria de Brasil, numa clara referência à *gaffe* da Fundação Ebert. Nos Estados Unidos, o antigo conselheiro da embaixada em Lisboa, Richard Melton, que, sob a coordenação de Carlucci, seguira as actividades do PS até finais de 1977 e que eu apresentara a Brizola em Nova Iorque, seria posteriormente designado embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

Conclui o antigo embaixador de Portugal em Washington, João Hall Themido, no seu interessante livro de memórias, *Dez Anos em Washington*, «que Carlucci terminou a sua missão em Portugal em finais de 1978[1] quando foi designado director adjunto da CIA. Dir-se-á que a sua tarefa no nosso país estava concluída, coincidindo a sua saída de Lisboa com o início da queda de Mário Soares e do processo que levaria Sá Carneiro ao poder. O destino ajudou Carlucci, evitando-lhe um confronto, que seria difícil, com o novo primeiro-ministro[2]. Embora as datas não coincidam muito bem com o pensamento do seu autor, uma vez que Sá Carneiro só chegaria ao poder após as eleições de finais de 1979, a análise do então embaixador português na capital norte-americana está correcta se se considerar que, na realidade, Sá Carneiro sempre acusara Carlucci de favorecer o PS. Mas o que, por cortesia ou distracção diplomática, aquele embaixador não detectou, foi que Carlucci seria de longe mais útil a Soares depois da sua nomeação para a CIA do que seria, de qualquer modo, a partir de 1978, à frente da embaixada em Lisboa. No seu próprio livro, Hall Themido relataria que «há ainda a destacar a visita de Mário Soares, em Maio de 1979, dado que, embora com carácter não oficial, o visitante recebeu atenções que excederam o que seria normal naquelas circunstâncias, deixando mal escondido o apoio do Departamento de Estado[3], dado em termos diferentes daqueles concedidos a Sá Carneiro, na sua visita em Outubro seguinte. Além de ter colaborado na organização do programa da visita, o Departamento de

[1] Trata-se de lapso de datas, uma vez que Carlucci seria designado subdirector da CIA em 22 de Dezembro de 1977.

[2] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 247.

[3] No telegrama que o então embaixador enviaria, além de sublinhado o interesse e apoio da administração a Soares, é também indicado o manifesto desinteresse público pela visita. Diria então, há dezasseis anos, que o «almoço no American Pess Club foi cancelado por só haverem 80 inscrições» e refere que a conferência que Soares proferiria na Universidade John Hopkins só tinha tido 30 participantes, onde predominavam elementos de «nível burocrático médio». Destacaria também que a imprensa americana se não referira à visita. Aditamento 162. Telegrama MNE.

Estado concedeu facilidades no domínio da interpretação e do transporte (facultado por Richard Melton, antigo funcionário da Embaixada americana em Lisboa). Mário Soares avistou-se com Mondale, Vance, Brzezinski, McGovern e Carlucci»[1].

Aquela visita particular aos EUA fora preparada por Richard Melton, numa altura politicamente difícil para Mário Soares. Fora exonerado do cargo de primeiro-ministro, Ramalho Eanes continuava cada vez mais popular e a AD, liderada por Sá Carneiro, estava em clara ascenção. A visita tinha portanto a maior importância e era um claro sinal do apoio americano, quando Mário Soares mais dele necessitaria. Para além de terem havido contactos a que o embaixador não teria acesso com o vice-presidente dos EUA Walter Mondale, com o secretário de Estado Cyrus Vance, com o conselheiro nacional de Segurança Zbigniew Brzezinski e com Robert Hunter da Casa Branca, o amigo Frank Carlucci era então o director adjunto da CIA. Director-adjunto numa posição muito especial de poder e de confiança do presidente dos EUA, num momento em que o director da CIA, Stansfield Turner, era já «o director mais mal-amado e sobre o qual recaía a maior desconfiança»[2] e em que «o verdadeiro poder estava nas mãos de conselheiro nacional de Segurança [Brzezinski] que de forma crescente juntava e sintetizava a inteligência recebida das várias agências» enquanto Stansfield Turner, «em contraste, foi relegado para uma posição de mediador de conflitos entre interesses burocráticos»[3]. Os elementos mais influentes na CIA, em Maio de 1979, altura em que eu e Mário Soares visitámos Washington, eram exactamente os seus anfitriões, o Conselheiro Nacional de Segurança Zbigniew Brzezinski, o director adjunto da CIA Frank Carlucci e o membro do Conselho de Segurança da Casa Branca, Robert Hunter. A visita teria pois a especial importância de sublinhar o apoio americano a Mário Soares, no momento em que Frank Carlucci detinha aquele importante posto e viria no seguimento de contactos amistosos que o líder português estabelecera a partir dos anos 60. Assim, faria todo o sentido o destaque e atenção que o antigo embaixador concedia a esta visita, num momento em que o líder socialista português não detinha qualquer cargo oficial. E, explica o porquê de a visita ter recebido «atenções que excederam o que seria normal naquelas circunstâncias, deixando mal escondido o apoio do Departamento de Estado, dado em termos diferentes daqueles concedidos a Sá Carneiro».

A visita de Sá Carneiro aos EUA, em Outubro de 1979, partira de uma iniciativa do embaixador Richard Bloomfield[4]. Embora sendo um liberal católico próximo das

[1] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 253.

[2] John Ranelagh, *The Agency: The Rise and Decline of the CIA*, p. 635, Sceptre, 1988.

[3] *Idem*, p. 645.

[4] Este embaixador, que sucedera a Frank Carlucci em 1977, dirige hoje a World Peace Foundation sediada em Boston.

ideias de Mondale e, como tal, mais próximo do Partido Socialista que do PSD, quis sensibilizar o seu governo para a crescente popularidade do PSD e importância de Sá Carneiro e, de algum modo, distanciar-se da orientação e ênfase com que Carlucci apoiara o PS. Mas pretendia igualmente contrabalançar o apoio que, por razões de política externa americana, a CIA continuava a dar a Mário Soares.

O III Congresso do Partido Socialista teria lugar em Lisboa no início de Março e reflectiria a crise que se avizinhava, sendo vivido num ambiente de profunda incerteza. Depois da ocupação, em 1975, do jornal *República*, que nunca mais seria publicado, os socialistas enfrentavam de novo uma crise na imprensa. O diário *A Luta* dirigido por Raúl Rego encerrara as suas portas no princípio de Janeiro de 1979, no meio de uma grande polémica entre jornalistas e de críticas internas dentro do Partido, entre os que acusavam a direcção de deixar cair aquele órgão de comunicação social, porque a direcção de Raúl Rego se recusava a aceitar transformar *A Luta* num órgão oficial do Partido Socialista e não aceitara as constantes «ingerências» do secretário-geral, sempre que na *Luta* saíam artigos críticos para os governos socialistas e, nomeadamente, para o II Governo, e entre os que achavam que *A Luta* não tinha viabilidade económica, exactamente por reflectir exageradamente as posições da direcção do PS. Mas a tentação do Partido Socialista em relação a um certo controlo da comunicação social seria sempre quase tão grande como a sua falta de «habilidade» para a gerir e para com ela se relacionar. O *Portugal Hoje* não tardaria então a aparecer nas bancas, contando à partida com substanciais apoios financeiros da Noruega. Mas, ignorando o significado do encerramento d'*A Luta* e a crise que se avizinhava a passos de gigante, Mário Soares consideraria o Congresso do PS «um êxito memorável» porque «todas as nossas expectativas, por mais optimistas foram excedidas: o número de congressistas, que ultrapassou largamente o milhar, tendo-se deslocado, todos, a expensas próprias e pago as respectivas estadas; a qualidade da organização e do *décor* do Congresso, que transformou radicalmente, por três dias, o velho Pavilhão dos Desportos; a maturidade política e a coesão manifestadas, sem excepções assinaláveis, pelos congressistas; a presença de tantas e tão altamente prestigiantes delegações estrangeiras; o interesse apaixonado que os debates suscitaram»[1].

Os militantes do Partido Socialista e o País, em geral, começariam a compreender que quando o secretário-geral fazia declarações exageradamente optimistas, era sempre sinal de que qualquer coisa estava mal no partido. E, a seguir à *Luta*, menos de uma semana após o Congresso, Vasco da Gama Fernandes, fundador do Partido Socialista, republicano de gema, socialista desde a primeira hora e laico, como competia a um ilustre membro da Maçonaria, pediria a demissão do partido, por alegadamente se considerar «ofendido, humilhado e traído» pela forma como Mário Soares abordaria no seu relatório ao Congresso a sua substituição, meses antes, de presidente da Assembleia da República por Teófilo Carvalho dos Santos. Sem querer discutir os aspectos de natureza pessoal que tanto magoariam Vasco da Gama Fernandes, a sua demissão, segundo sintoma de que não havia razões para optimismo nem para festejos, O PS não estava perante nenhum «êxito memorável»! Contudo, desta reunião magna do partido ressaltariam dois aspectos importantes: O PS continuava a ter excelentes relações internacionais, como o relatório de actividades apresentado e aprovado em Congresso testemunhava com uma série de actividades mais característica de um Ministério de Negócios Estrangeiros e, pouco habitual num departamento de relações exteriores de um — à escala internacional — pequeno partido. E seria aprovado o documento «Dez Anos para mudar Portugal. Proposta PS para os Anos 80», um documento coordenado por António Guterres que demonstrava ser o PS um Partido dotado de propostas europeias para governar Portugal e de quadros de qualidade e competência.

[1] *Acção Socialista* de 8 de Março de 1979.

Mas o secretariado eleito reflectia igualmente a crise que pairava no ar. A demissão de Medeiros Ferreira, António Barreto e, agora, Vasco da Gama Fernandes e a designação de Jorge Sampaio, entrado no PS poucos meses antes, para o órgão máximo do partido, bem como a crescente incompatibilização com Salgado Zenha, eram um claro sinal de insegurança e um presságio de que Eanes estava atento. Muitos «antieanistas» como eu previam mesmo que ele iria brevemente demonstrar a sua capacidade de movimentar solidariedades dentro do próprio Partido Socialista. Dos catorze membros propostos por Mário Soares e eleitos pela Comissão Nacional, sete tinham aderido ao PS após o 25 de Abril de 1974 e só Jaime Gama, Salgado Zenha, Tito de Morais, Herculano Pires, António Reis, Alberto Arons e eu próprio estávamos no partido quando se iniciara a Revolução. Além de Lopes Cardoso e Aires Rodrigues, que se tinham demitido em 1977, seriam agora afastados da direcção outros «antieanistas», como seria o caso de Sottomayor Cardia e Marcelo Curto. Num outro congresso, o XXVIII, do Partido Socialista Operário Espanhol, realizado em Madrid, em Maio, e a que assistiriam o secretário-geral do PS, Manuel Alegre, eu próprio e um outro elemento que recentemente entrara com o grupo do «ex-MES», José Manuel Galvão Teles, seria antecipada a crise e a contestação no movimento socialista ibérico. Desse congresso sairia uma situação original que Mário Soares utilizaria, com algumas «nuances», em 1980. Envolvido numa enorme ambiguidade e radicalismo, um pouco semelhante ao que se passaria no PS depois, algumas das propostas da direcção do PSOE seriam rejeitadas pela maioria dos congressistas e Felipe González, perante tal situação, suspenderia a sua candidatura a primeiro secretário do seu partido, deixando o partido «órfão». O que levaria à realização de um Congresso extraordinário no espaço de seis meses, ficando a sua gestão entretanto entregue a uma Comissão presidida pelo presidente do partido, Ramon Rúbial.

Entre os dias 9 e 12 de Abril, estariam na cidade do México os líderes e respectivos secretários internacionais dos partidos ibéricos e dos partidos latino-americanos da Internacional Socialista, que começariam a ser, cada vez mais, um factor de peso naquela organização. Após as Conferências de Caracas em 1976 e do Estoril em 1978 e da Missão presidida por Mário Soares, cujo relatório preparado em Lisboa viria a recomendar uma participação activa da IS naquele continente, era evidente que as atenções internacionais estariam forçosamente viradas para as questões relacionadas com a sua democratização. Os Estados Unidos, tradicionalmenmte hostis a regimes democráticos na América Latina, agora sob a presidência de James Carter, de certo modo encorajados pela evolução democrática em Portugal e na Espanha, encetariam um corte radical com o estilo de política intervencionista daquela grande potência, dando especial ênfase à defesa dos direitos humanos e a «intervenções» favoráveis à democracia. O ênfase no apoio à política das suas multinacionais, como acontecera no Chile em 1973, passaria, com Carter e Mondale, a ser transferido para a defesa de regimes democráticos e pluralistas. E mau grado as reticências inicialmente demonstradas em relação ao Brasil, Frank Carlucci, então o homem forte da CIA em Washington, seria o pioneiro desta mudança. Embora com algumas *nuances*, as administrações que a partir de 1981, com Ronald Reagan, iriam ditar as regras, continuariam, em matéria de política internacional, a apoiar a democratização e o pluralismo político como alternativa a regimes de orientação comunista. Seriam, contudo, mais benévolos do que Carter para com algumas ditaduras anticomunistas.

O papel do PS permitiria a Mário Soares, enquanto socialista que aparecia aos olhos dos americanos como o «bom» socialista, que derrotara os comunistas e permanecia insensível à «tentação vermelha», enquanto anfitrião da moderada e prestigiosa Conferência do Estoril sobre a América Latina e enquanto chefe de Missão que tivera êxito e mostrara coragem na República Dominicana, ser o interlocutor ideal dos Estados Unidos e o candidato mais bem posicionado para continuar a influenciar a política dos socialistas em matéria de América Latina. Foram estes os dados, e todo o *lobbying* que eu vinha exercendo junto dos meus colegas há meses, que levariam os dirigentes da IS reunidos próximo de Estocolmo, em 20 de Julho, a decidir-se por Mário Soares para chefiar nova Missão à América Latina, desta vez à Nicarágua. Teria lugar de 5 a 8 de Agosto e vinha no seguimento de um pedido de Miguel Escoto, que representava, como convidado, a Frente Sandinista de Libertação Nacional e seria ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, quando ali chegámos poucos dias depois, no dia 5 de Agosto, vindos da cidade do México, via Washington.

Enquanto hospedados no hotel Guest Quarters, ali pertinho da Casa Branca, Frank Carlucci far-me-ia chegar às mãos um pequeno memorando para Mário Soares em que se afirmava que «o Governo dos E.U. está disposto e pronto para ajudar com a assis-

tência e o apoio humanitário que os nicaraguenses aceitarem da nossa parte. Os nicaraguenses sabem que nós estamos preparados para ajudar, mas devido à crença popular das relações passadas entre os EUA e Somoza, receamos que as influências moderadoras normalmente exigidas da nação que oferece ajuda e assistência, serão minimizadas pelos elementos pró-cubanos da Frente Sandinista e do Governo Revolucionário da Nicarágua. Temos que sublinhar que a nossa primeira impressão da vitória da Frente Sandinista é preocupante porque a FSLN chegou ao poder militarmente e por isso mesmo poderá querer perpetuar o seu controlo, excluindo outros grupos de participação num governo verdadeiramente pluralista. Numa nota mais pessoal, Soares reconhecerá certas semelhanças entre a situação na Nicarágua e a que teve que enfrentar em Portugal em 1975. O melhor caminho é tentar reforçar os elementos moderados. Infelizmente, a Nicarágua não conta com um Mário Soares à volta de quem os moderados se possam organizar. Talvez um dos melhores serviços que Soares poderá prestar às forças democráticas e ao mundo ocidental será a identificação dos líderes não marxistas que possam vir a ser apoiados e que tenham os melhores interesses do seu país em conta. Ficarei muito satisfeito em conhecer os pontos de vista pessoais dele sobre este assunto» (*Anexo 17*).

Na realidade, quando chegámos àquele país, num avião que graças às diligências do então embaixador José Fernandes Fafe, foi colocado à disposição da delegação pelo presidente do México, José Lopez Portillo, sentimos, nós portugueses, que aquele país atravessava uma situação semelhante à de Portugal logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, apesar dos coloridos tons centro-americanos. A Guarda Nacional somozista ainda resistia ao golpe da Frente Sandinista e pudemos então apreciar a sorte que os portugueses tiveram em matéria de revoluções. O Movimento das Forças Armadas não estava politizado no dia 25 de Abril ao contrário da Frente Sandinista de Libertação Nacional, fortemente influenciada por Fidel Castro e com centenas de quadros treinados em Cuba. Contudo, a Frente Sandinista quis inicialmente conquistar reconhecimento internacional e declarara intenções de moderação e de plena democratização do país. Foi incialmente designada uma Junta de Governo de cinco elementos representativos das várias correntes de opinião que incluía Daniel Ortega da Frente Sandinista, Violeta Chamorro viúva do prestigiado jornalista assassinado por Somoza, Joaquin Chamorro, proprietário do jornal *La Prensa*, Alfonso Robelo que representava o sector empresarial, além de Sergio Ramirez e Moisés Hassan. Também o governo e o Conselho de Estado incluíam representantes das várias correntes democráticas se bem que fosse evidente a predominância da Frente Sandinista, armada até aos dentes. Por todo o lado se viam jovens de ambos os sexos orgulhosamente fardados e de metralhadora ao ombro. Muitos tinham vindo da Europa e dos EUA para lutarem ao lado da Frente Sandinista. Para muito europeus, incluindo alguns dos delegados de partidos da Inter-

nacional Socialista que integravam a Missão, era uma revolução romântica que fazia lembrar Che Guevara e a emoção facilmente se sobrepunha à razão.

Mário Soares, vacinado em 1975 contra as milícias armadas da esquerda revolucionária, iria aqui encontrar as maiores dificuldades. Seria a propósito da Nicarágua, que um ano depois se tinha transformado num conflito Leste-Oeste e, pior que isso, no primeiro conflito sério entre a Europa e os Estados Unidos, que Mário Soares e o PS iriam conhecer o seu primeiro choque com Willy Brandt e com grande parte da Internacional Socialista. A revolução nicaraguense, nunca devidamente analisada em Portugal, poderia ter sido a revolução que se seguiu ao 25 de Abril. A ter havido, em Portugal, uma vitória da esquerda revolucionária e do PCP, a 25 de Novembro de 1975, como aconteceu efectivamente na Nicarágua ao fim de um ano, teria implicado uma profunda divisão da esquerda europeia e, à semelhança das intervenções americanas da CIA e do Governo dos EUA naquele país centro-americano, também criaria um conflito Leste-Oeste e as intervenções clandestinas dos serviços secretos norte-americanos e britânicos, que chegaram a ser negociados por Mário Soares. Teria havido mesmo, provavelmente, um conflito militar mais vasto no quadro da Aliança Atlântica do que o caso nicaraguense provocaria. Mas Frank Carlucci, que tivera no caso português um papel decisivo, era agora director adjunto da CIA e sabia que poderia contar com Mário Soares e com o Partido Socialista para moderar os ímpetos da esquerda democrática europeia, apesar do relatório que a Missão apresentaria ao *bureau* da Internacional Socialista — que por minha proposta reuniu em Lisboa em 30 e 31 de Outubro — ir claramente no sentido do apoio à revolução nicaraguense, sem precisar claramente a exigência da construção de um regime pluralista. Afirmava bem pelo contrário que «a Internacional Socialista e seus partidos membros deverão manter e aumentar a sua incondicional solidariedade e apoio ao Governo de Reconstrução Nacional» e «devem condenar e opor vigorosamente quaisquer tentativas, directas ou indirectas, de interferência nos assuntos internos da Nicarágua»[1]. A proposta representava claramente um primeiro erro de avaliação, causado pelo entusiasmo revolucionário da primeira hora e o Partido Socialista, entretanto, iniciaria mesmo uma campanha nacional de angariação de fundos para o Governo de Reconstrução da Nicarágua que teria bastante êxito. Milhares de pessoas enviariam pequenas quantias para uma conta no BPA assim como artigos vários para a sede do PS que os enviaria a cargo do Governo da Nicarágua, Porto de Corinto, em 13 de Março de 1980. A nota de embarque descreve que o navio *Belem* de nacionalidade espanhola enviara de Xabregas 61 embalagens de 2233 quilos de medicamentos e preparados alimentares. Mas ao demonstrar solidariedade com a revolução nicaraguense, havia uma grande preocupa-

[1] Relatório da Internacional Socialista, aprovado em Lisboa a 31 de Outubro de 1979.

ção da parte portuguesa pela salvaguarda dos valores democráticos naquele país e também o objectivo de não serem acusados pela Internacional Socialista de posições demasiado próximas da dos EUA. Situação que em breve seria invertida, quando passámos claramente a defender pontos de vista idênticos aos dos americanos, sendo assim colocados em minoria naquela organização. O que não impediria que reafirmássemos as nossas posições as quais, embora, sobretudo a partir de 1981, passassem a ser identificadas com as da administração de Reagan, estavam certas, como o tempo se encarregaria de demonstrar.

A reunião da Internacional Socialista que eu organizei em Lisboa, em Outubro, tinha como objectivo aprovar o relatório da Missão à Nicarágua mas a presença de destacadas figuras do socialismo como Willy Brandt, Bruno Kreisky, François Mitterrand, Leopold Senghor, Carlos Andrés Perez e Felipe González serviriam para um grande comício pré-eleitoral no Pavilhão dos Desportos intitulado «Socialistas, Sociais-Democratas e Trabalhistas de todo o Mundo estão com o PS». A grande estrela mediática desse comício seria o chamado comandante «zero», Eden Pastora da Nicarágua.

Como se podia constatar do ponto de vista internacional o PS ia, então, «de vento em popa». Do ponto de vista nacional, segundo a comunicação social e a opinião pública, além de uma muito publicitada visita de Mário Soares aos Estados Unidos, a sua imagem internacional permanecia prestigiada, tinha sido reeleito vice-presidente da Internacional Socialista, apesar do governo de coligação com o CDS, tinha dirigido importantes missões internacionais e, de novo, com a reunião dos grandes líderes da Internacional Socialista, em Lisboa, para afirmar que «os socialistas, sociais democratas e trabalhistas de todo o mundo [estavam] com o PS». Parecia evidente que o apoio e a simpatia pelo nosso país se mantinham intactos.

O PS, entretanto, lançara um importante programa para transformar Portugal, nos anos 80, num dos países de vanguarda da Europa e tinha, além do mais, agora na sua família, figuras de esquerda como Jorge Sampaio, João Cravinho, José Manuel Galvão Teles, Nuno Berderode dos Santos, entre vários outros. Só que, apesar de tudo isso, e de o congresso do PS ter sido considerado um «êxito memorável» seria este partido o principal responsável pela dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas intercalares para o dia 2 de Dezembro de 1979. Seria mais um erro estratégico, na continuação dos muitos cometidos durante a vigência dos governos PS. Ao anunciar a apresentação de uma moção de censura ao Governo presidido por Mota Pinto, faria com que este pedisse a sua exoneração, sem ter consciência de que a estratégia de reeleição de Ramalho Eanes passava pela dissolução da Assembleia da República e pela derrota do PS e, em especial, do seu secretário-geral. A derrota eleitoral do PS, em Dezembro de 1979, seria um autêntico voto de censura à actuação do ex-primeiro-ministro Mário Soares e um convite à sua desautorização

no seio do partido, de forma a impedi-lo de se candidatar à Presidência da República, em 1980, conforme desejo que alimentava desde o dia 26 de Novembro de 1975. Ao apresentar a moção de censura, que nem sequer chegaria a ser discutida, Mota Pinto, em total sintonia com o general Ramalho Eanes e já com o PSD, demitir-se-ia e seria dado a Eanes o argumento e o *timing* de que necessitava para dissolver. Ao compreender o erro, Mário Soares tudo faria para evitar eleições intercalares alegando existir (o que era verdade) uma maioria parlamentar contra a dissolução, que incluía os deputados que acabavam de se demitir do PSD contra a liderança de Sá Carneiro, e se passavam a chamar Associação Social-Democrata Independente, ASDI[1]. Estava então convencido de que a Aliança Democrática, então acabada de se constituir, fazia «muito barulho na Imprensa — porque dispõe de avultados recursos financeiros — mas é minoritári[a] no País. Ninguém tenha dúvidas quanto a isso»[2]. Ele próprio as tinha porque queria impedir a dissolução a qualquer preço, tendo-se mesmo queixado aos seus colegas da Internacional Socialista, por carta, em que não escondia o seu desespero, que «apesar do facto de existir na altura a possibilidade de um governo maioritário formado pelo PS e pelos dissidentes do PPD/PSD (ASDI), o Presidente da República, usando os seus poderes constitucionais escolheu dissolver a Assembleia e convocar eleições intercalares»[3]. Intimamente sabia que os erros estratégicos se tinham sucedido uns aos outros desde a formação do I Governo Constitucional e o seu sonho de eleição Presidencial em 1980 começava a estar seriamente comprometido. O resultado eleitoral traduzir-se-ia na primeira grande vitória eleitoral de Sá Carneiro[4] e, também, numa extraordinária primeira vitória da estratégia do general Ramalho Eanes.

Seria o sinal que o PS «novo» esperava para passar ao ataque dentro do Partido Socialista. Todos os olhos se viram então para Mário Soares na esperança de um sinal de coragem e de liderança da esquerda mas, em vez disso, o secretário-geral entraria em pânico, sem saber o que fazer perante uma grande parte do «sector histórico» que pressentia que, apesar de todos os erros cometidos, o partido tivera um resultado melhor do que muitos tinham previsto e ainda existiam possibilidades de inviabilizar a candidatura de Ramalho Eanes em 1980. Mas, PS aparte, o resultado das eleições intercalares induziria o País para a direita de tal modo que a esquerda, em geral, sentia necessidade de procurar refúgio nos braços e no pensamento do general Ramalho Eanes. O mais estranho, foi o medo patológico da esquerda, convencida, com cobertura da política do Presidente da República e grande parte do Partido Socialista, que com Sá Carneiro o país iria regressar ao passado. Mas, o mais curioso seria a própria posição adoptada por Mário Soares que, inesperadamente, em vez de atacar Eanes se lançaria também numa cruzada contra Sá Carneiro. Afinal não estávamos perante a direita antidemocrática que Mário Soares anunciava em Julho quando, irritado com o anúncio da dissolução da Assembleia da República, acusou o presidente de mergulhar o País «numa campanha eleitoral — que se apresenta muito dura e inoportuna»[1] e que poderia ter sido evitada uma vez que «os contactos estabelecidos pelo PS com os deputados independentes do PSD demonstraram existir apoio maioritário a um V Governo desde que o Presidente da República se envolvesse em tal solução»[2], mas uma direita, que demonstraria ser democrática e que até compartilhava dos recém-adquiridos temores de Mário Soares em relação ao general Ramalho Eanes. Esta confusão propositada entre o verdadeiro adversário e o velho «papão» da direita era inexplicável e o que seria ainda mais dramático para o Partido Socialista, e obviamente para Portugal, seria verificar que foram o próprio PS em geral e o seu secretário-geral em particular, os principais responsáveis por esta viragem à direita, ao desnortear o partido com coligações que visavam unicamente a manutenção do poder, convencidos de não existirem alternativas aos «vencedores» do 25 de Novembro. Só que estava provado que Eanes não alinharia na estratégia inicial de Mário Soares e Sá Carneiro também demonstraria ter ideias próprias, não se resignando a aceitar a inevitabilidade de um eterno governo PS, a tocar as raias do PRI mexicano, como resultado lógico do 25 de Novembro. Soares não conseguiria suportar a ideia de um general Eanes a puxar para a direita e, ao mesmo tempo, um Sá Carneiro contra a esquerda uma vez que, segundo ele, «é bem certo que, quando começam, as concessões à direita não param mais»[3] referindo-se às críticas de Sá Carneiro à nomeação do governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, como governo de gestão para preparar as eleições, após a demissão de Mota Pinto[4]. Mário Soares e parte do PS estavam, então, visivelmente desnorteados mas acabariam, *a posteriori*, por vir dar razão a Sá Carneiro. No caso do apoio ao general Ramalho Eanes, no caso do governo

[1] Mário Soares estranharia, em 1978, que Medeiros Ferreira e António Barreto se tivessem constituído em deputados independentes uma vez que tinham sido «eleitos pelo partido e, desde que o deixam, sentem-se na obrigação de renunciarem ao seu mandato de deputados» (*O Jornal* de 8 de Setembro de 1978) mas acharia, meses depois, legítimo invocar o voto de desespero dos «desertores» do PSD para impedir a dissolução da Assembleia.

[2] *Acção Socialista* de 13 de Junho de 1979.

[3] Carta confidencial aos principais dirigentes da Internacional Socialista, de 31 de Janeiro de 1980.

[4] A AD obteria 45 % dos votos nas eleições legislativas de 2 de Dezembro, o que correspondia, com 128 deputados, a uma maioria absoluta na Assembleia da República.

[1] Mário Soares, *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., p. 438.

[2] Comunicado do PS de 11 de Julho de 1979.

[3] Mário Soares, *PS: Fronteira da Liberdade*, ed. cit., p. 439.

[4] A nomeação do governo presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo, além de uma aberração política num regime democrático era, na verdade, um presente envenenado que Mário Soares aceitaria. Seria conotado com o PS e só contribuiria para o reforço da Aliança Democrática!

da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo e até na oportunidade perdida que representaria a tardia constituição de uma coligação com o PSD, em 1983. Algo que se poderia extrair do resultado eleitoral que levaria Sá Carneiro a primeiro-ministro seria que as tão apregoadas virtudes da negocição com o grupo do «ex-MES», nunca beneficiariam ou prestigiariam eleitoralmente o PS. O «velho» PS conseguiria sempre sozinho melhores resultados eleitorais que quando junto com aquele pequeno grupo em 1979 e, depois, na sua versão «ex-secretariado»[1].

Os efeitos desta eleição e da vitória esmagadora de Sá Carneiro não se fariam esperar no seio do PS. A 20 de Janeiro de 1980 reuniria a Comissão Nacional do Partido, preparada para ajustar contas com o secretário-geral que, debilitado, acabaria por aceitar as ideias e as iniciativas que lhe seriam impostas. Curiosamente, estivera em Madrid poucos meses antes e, apesar de então ter admirado a coragem e as virtualidades da posição assumida por Felipe González, não seria capaz de, então, reagir de modo semelhante. Salgado Zenha, António Guterres, Jorge Sampaio e a grande maioria do Secretariado Nacional não fizera parte do II Governo e, como tal, não se sentia minimamente responsável pela derrota eleitoral que todos atribuíam aos erros desse governo. Exceptuando um pequeno grupo liderado por Marcelo Curto, a ninguém passou pela cabeça criticar abertamente Eanes que, da noite para o dia, se transformara no «protector» da esquerda portuguesa. Só com ele se evitariam os fantasmas da direita. Jaime Gama, contudo, embora demasiado sútil para aquela superexcitada Comissão Nacional, apresentaria, juntamente com Manuel Alegre e com Manuel Tito de Morais, uma alternativa à posição derrotista da maioria da direcção executiva do PS que poderia ter evitado a grande crise. Mas, o seu gesto não só seria, então, interpretado como uma potencial alternativa à liderança do Partido como, por outro lado, a maioria do Secretariado Nacional proporia uma estratégia que impedisse a Aliança Democrática de obter uma maioria absoluta nas eleições legislativas de 1980, diluindo o PS numa insólita estratégia «frentista». Gama, Alegre e Tito de Morais rejeitaram com invulgar coragem essa hipótese, colocando o acento tónico num «PS sozinho», como forma de derrotar a direita. Perante a confusão criada penso não ser exagerado dizer que, segundo era o pressentimento geral, a bola estava de novo no campo do secretário-geral, tudo dependendo, mais uma vez, da sua escolha. A maioria do Secretariado Nacional, então já claramente «liderado» por Salgado Zenha, escondia-se por detrás dos fantasmas da direita, no novo «protector» da esquerda, Eanes e no mal disfarçado inconformismo de ter que esperar, pela próxima oportunidade democrática de entrar para o governo.

[1] De 38 % em 1975 e 35 % em 1976 o PS baixaria para 27 % em 1979, 28 % em 1980. Após auto-afastamento dos elementos do «ex-MES», em 1983 o PS subiria de novo para 36 % e com o seu regresso, em 1985, voltaria a baixar para, agora, 20 %! É evidente que esta conotação é meramente simbólica.

As razões de Salgado Zenha eram, evidentemente, muito mais nobres embora não pudessem ser dissociadas de um profundo sentimento de revolta causada pela humilhação a que tinha sido submetido desde 1976. Ao secretário-geral faltou-lhe, contudo, a coragem para dizer não à maioria do Secretariado Nacional. No fundo, como me confessaria, alimentara a esperança até ao último momento de que o seu velho amigo Zenha se demarcasse dos chamados «ministeriáveis» do PS, repudiando a recandidatura militar de Ramalho Eanes! Assim, em vez de se opor, como muitos esperavam, alinharia com a efémera maioria do Secretariado Nacional e aceitaria a sua estratégia para os actos eleitorais de 1980. Com uma excepção: A maioria do Secretariado pretendia, além da substituição dos três contestatários à orientação política maioritária, a minha própria substituição por Jorge Sampaio no pelouro das relações internacionais e, a isso, Mário Soares diria não! Não o faria tanto por mim mas, como é óbvio, por razões do seu exclusivo interesse pessoal. Manuel Tito de Morais e Jaime Gama, dois socialistas da primeira hora a quem Mário Soares muito devia, e sem os quais provavelmente não existiria este Partido Socialista, seriam então substituídos. Manuel Alegre seria o terceiro elemento substituído.

Eu tinha sido, desde 1976, adepto de uma candidatura civil à Presidência da República e tinha, já então, defendido que o candidato deveria ter sido Mário Soares e que o acordo proposto por Sá Carneiro não só não prejudicava o PS como poderia ter criado em Portugal um clima de estabilidade e de progresso. Era, naquela altura como ainda hoje, profundamente influenciado pela social-democracia dos países escandinavos, em que o progresso social e económico se ficava a dever, essencialmente, à existência de um partido social-democrata charneira e de partidos, à sua direita e à sua esquerda, fragmentados, o que permitia o clima de estabilidade e de confiança que conduziria ao enorme desenvolvimento dos escandinavos. Sá Carneiro defendia para Portugal, contrariamente ao pensamento político de Mário Soares, um sistema semelhante ao dos países escandinavos que passasse por um presidente civil com poderes limitados e um reforço dos poderes parlamentares. Era um defensor inequívoco da estabilidade e dos governos de maioria que, aliás, viria a estrear em 1980. Mário Soares nunca demonstrara ter um pensamento muito claro sobre esta matéria e a sua influência seria sempre, aparentemente, ditada pelo modelo francês, não obstante ter lutado militantemente, enquanto primeiro-ministro e líder da oposição, contra os poderes presidenciais que seriam substancialmente reduzidos com a Revisão Constitucional de 1982.

Segundo a biografia oficiosa da jornalista Teresa de Sousa «hoje, à distância de alguns anos e depois de ele próprio ter tentado uma coligação idêntica àquela que Sá Carneiro lhe propôs, Soares considera: "Mesmo que eu quisesse, não podia. Dentro do PS, a maioria era, após a experiência com o CDS, completamente contrária. Além disso, parecia-me ser praticamente impossível fazer uma campanha eleitoral sem adver-

sário político"»[1]. Em 1976 Mário Soares era praticamente o «dono» do PS, com poderes e prestígio suficientes para excluir Zenha do I Governo Constitucional e para aceitar o acordo proposto por Sá Carneiro, conforme aceitaria, aliás, meses depois um — esse sim despido de qualquer lógica — com o CDS. Foi capaz de impor um tal governo mesmo contra a vontade de Zenha e de outros elementos históricos do partido, porque como aconteceu com o CDS e aconteceria com o «bloco central», em 1983, a maioria dos dirigentes do partido eram quadros, na minha opinião, e usando as próprias palavras de Mário Soares «que vieram para o PS porque o PS estava na área do poder. Porque [queriam] exercer o poder. E [pensavam] que a política é o exercício do poder e não o exercício da oposição. São os gestores de empresas ou candidatos a tal. São ministeriáveis ou candidatos a secretários de Estado... Estão no PS por essa razão. Vieram para o PS por essa razão, todos obviamente depois do 25 de Abril»[2]. A questão de «fazer uma campanha sem adversário político» revela sentimentos muito nobres mas é, de facto, uma noção perfeitamente ridícula de receio do potencial político que Sá Carneiro, então, representava. O acordo entre o PSD e o PS, conforme proposto em 1976 e, de novo, em 1979, visava a criação de um grande partido político da área da social-democracia, de que ambos os partidos se reclamavam, «através da qual, em caso [seguro] de vitória, Sá Carneiro chefiaria o executivo e o líder socialista seria o candidato à Presidência da República»[3]. Mas, Sá Carneiro defendia um modelo de parlamentarismo à escandinava e Soares um modelo semipresidencialista à francesa!

Se Mário Soares tivesse tido, em Janeiro de 1980, uma atitude semelhante à que Felipe González tivera no congresso do seu partido, teria seguramente antecipado, com menos incerteza, o que viria a acontecer em 1981, quando graças a uma tardia atitude de firmeza, assumiu de novo o comando do Partido e do País. Preferiu contudo aceitar graves cedências em matéria de política e de pessoas que sempre o tinham apoiado, na esperança de que tais cedências o catapultassem para uma candidatura à Presidência da República. Convencer-se-ia de que, entre ele e Ramalho Eanes, o novo Secretariado Nacional preferiria o candidato civil, sabendo como todo o País sabia, que o general Ramalho Eanes se não recanditataria contra o PS.

Um mês depois, em Fevereiro, seria formalizada a estratégia frentista de aliança eleitoral do Partido Socialista com a minúscula ASDI (Associação Social-Democrata Independente) dos dissidentes do PSD que, apesar de eleitos por aquele partido, se recusaram a abandonar o Parlamento, e a ainda menor UEDS (União de Esquerda Democrática e Socialista) liderada pelo também dissidente do PS, Lopes Cardoso. As

[1] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 105.

[2] *Soares Responde a Artur Portela*, p. 44, Edições António Ramos, Lisboa, 1980.

[3] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 105.

virtualidades deste pequeno «monstro» político eram tão complexas como os motivos que impeliam Mário Soares para aquela estratégia do PS, agora sem sombra de dúvidas propulsionada pelos elementos que ele viria a apelidar de «ministeriáveis». A Frente Republicana e Socialista, «FRS» (assim viria a ser conhecida esta verdadeira aberração política), partia do princípio de que os antigos 36 deputados da ASDI[1] e a cobertura esquerdizante do antigo ministro da Agricultura Lopes Cardoso, aliados ao «novo» PS, impediriam a Aliança Democrática de repetir, em 1980, a vitória que tinha tido nas eleições intercalares do ano anterior. Já tinha sido demonstrado, com a primeira vitória eleitoral de Sá Carneiro, que a tese defendida por Mário Soares, de que sem os ASDIs o «bloco de direita» seria minoritário, estava completamente errada. Mas, após aceitar as ideias a contragosto da maioria do Secretariado, Soares escreve uma carta confidencial a líderes de partidos amigos em 31 de Janeiro de 1980 para pedir um «verdadeiro apoio dos nossos camaradas internacionais» uma vez que «agora que temos sérios problemas e necessitamos de recuperar, este apoio é, mais do que nunca, necessário», alertando para que «esta carta, caro camarada, não é só um meio de vos dar uma informação objectiva sobre a evolução da situação em Portugal» mas, também, «um apelo para a necessária solidariedade do socialismo democrático». Como já Soares tinha afirmado em relação aos seus próprios dissidentes, no momento em que pretenderam assumir-se como deputados independentes, o país consideraria, igualmente, que os dissidentes da ASDI mereciam o seu voto. E não se compreende, portanto, a razão para a aceitação da suicida «Frente Republicana e Socialista», após se saber que o país não considerava a ASDI uma organização idónea.

Ao longo de quinze anos só encontraria resposta no facto de a Mário Soares ser indiferente a sorte do Partido Socialista, desde que ele pudesse ser o seu candidato à Presidência da República. E, apesar de Sá Carneiro lhe ter oferecido isso, de facto a situação não era a mesma após o governo de coligação com o CDS. É que uma candidatura apoiada num acordo com o PSD poderia, mais do que causar sérias divisões no PS — que não acredito viessem a acontecer, pelo menos com efeitos de gravidade — proporcionar uma espécie de ASDI do PS com os tais «ministeriáveis», que desse a Ramalho Eanes, um argumento para se candidatar contra o candidato socialista[2]. Ora candidatar-se contra Ramalho Eanes era exactamente o que Mário Soares mais temia. Para a maioria do Secretariado Nacional do PS, a «FRS» era uma forma de compro-

[1] A cisão que teria lugar no Grupo Parlamentar do PSD, em 1979, levaria à constituição deste grupo, liderado por Magalhães Mota. O Grupo Parlamentar do PSD ficaria, assim, apenas com 37 dos 73 deputados que detinha na A.R.

[2] O general Ramalho Eanes tinha feito constar que sem o apoio explícito do PS se não recandidataria em 1980.

meter quaisquer ilusões que subsistissem na mente de Soares em relação a Belém e era o convencimento dos «ministeriáveis» de que, com a protecção do presidente Ramalho Eanes, a «FRS» acabaria por representar para o então secretário-geral a sua reforma política. Num aparte que nunca esquecerei, durante uma reunião da Comissão Nacional em Santarém[1], Jaime Gama comentar-me-ia no seu jeito enigmático que «hoje o Mário acaba de perder as eleições presidenciais».

No regresso daquela reunião tive uma longa conversa com Salgado Zenha, a quem tinha dado boleia de Lisboa. Ele queria então saber a minha opinião em relação às eleições presidenciais e conhecer melhor o meu pensamento sobre o futuro do Partido Socialista. Ele sabia que, apesar de ao longo dos últimos cinco anos ter sempre acompanhado Mário Soares, tinha dirigido o departamento internacional com eficiência e imparcialiade. Tinha em reuniões do Secretariado, muitas vezes, tomado posição contra as opiniões do secretário-geral e, nalguns casos, como por exemplo na nomeação de pessoas menos gradas do secretário-geral para representar o partido em reuniões no estrangeiro, tinha mesmo feito impor a minha vontade. Ele próprio fora a Vancouver ao Congresso da IS — em finais de 1978 — por proposta minha, adiantando-me a qualquer outra nomeação e sabendo que Mário Soares não teria coragem de «vetar» aquela minha proposta. Tinha-o feito, aliás, com a melhor das intenções e, sabendo que Zenha era respeitado pelos líderes dos partidos da Internacional, quis mostrar que dentro do PS existia unidade não obstante todos saberem que a sua não inclusão nos governos do PS fora um «tema», então, muito comentado internacionalmente. Zenha também tinha abertamente criticado a coligação com o CDS, o que lhe tinha granjeado simpatias junto das esquerdas partidárias europeias, com revelo para os escandinavos e alemães. Entre estas pessoas, então menos gradas, encontrar-se-iam Vítor Constâncio e António Guterres. Como costumava acontecer com quem apresentava resultados meritórios no PS, este último começara a ser alvo das maiores intrigas no interior do aparelho, a partir do momento em que lançara o documento com a «Proposta PS para os anos 80» e o próprio Mário Soares começaria a recomendar-me que «lhes não desse corda a mais» nos contactos internacionais. As razões de Soares, contudo, prender-se-iam mais com o facto de sentir em Guterres um instigador contra a sua liderança do que na medíocre «inveja» do trabalho dos outros. No seguimento da conversa durante a viagem, Zenha convidar-me-ia então para com a minha mulher jantar em sua casa, o que viria a acontecer dois dias depois, a 25 de Fevereiro. Percebi então que, ao longo dos últimos cinco anos, Zenha se tinha profundamente distanciado do seu velho companheiro e que pura e simplesmente não considerava Mário Soares com competência para dirigir com seriedade e rigor o Partido Socialista. Segundo ele, o PS não podia

[1] A reunião da Comissão Nacional do PS teria lugar em Santarém no dia 23 de Fevereiro de 1980.

continuar à mercê dos caprichos pessoais de Mário Soares que dirigia sozinho o partido, sem dar contas a ninguém. Uma das críticas mais acutilantes relacionava-se com a administração financeira do PS e das principais fundações que, desde 1976, estavam a cargo do cunhado de Mário Soares. Zenha, contudo, ao contrário dos chamados «ministeriáveis» não apoiava a reeleição de Ramalho Eanes pelas mesmas razões dos outros colegas da direcção. Não acreditava muito no êxito da «Frente Republicana e Socialista» mas considerava o general Ramalho Eanes, de quem se tornara amigo, um homem íntegro capaz de travar o projecto «uma maioria e um presidente» de Sá Carneiro.

Ao longo da minha actividade enquanto dirigente do Partido Socialista, concordei com muitas das posições de Francisco Salgado Zenha e, considerava mesmo, que a sobrevivência do Partido Socialista às tentativas de «colonização» do PCP se devia essencialmente a ele. Tinha sido um excelente ministro da Justiça e das Finanças. Era sem a menor sombra de dúvida um homem de Estado e um dirigente socialista que pautava a sua actuação pelo rigor e pela verticalidade, nunca se inibindo de demonstrar a sua alergia às frequentes crises de volubilidade de pensamento de Mário Soares. Mas não estava em sintonia com ele no desdém que sentia por Sá Carneiro e não podia compartilhar de modo algum a ideia de recondução do general Ramalho Eanes. Por outro lado, tenho que confessar que o estilo de Mário Soares era mais do meu agrado, não só em matéria de estilo político, como no que diz respeito à sua filosofia de vida. Eu tinha grande atracção por Mário Soares, era-lhe completamente leal, mesmo quando com ele não concordava, e estava profundamente empenhado em contribuir para o seu engrandecimento político na cena internacional.

Sem, evidentemente, lhe contar todos os promenores da minha conversa com Zenha fui-o alertando para se preparar para a grande desilusão que iria ter quando ouvisse da boca da maioria do Secretariado Nacional que este considerava Eanes o candidato mais bem situado para ser apoiado pelo Partido Socialista. Disse-me estar convencido que Guterres estaria a influenciar negativamente o seu relacionamento com Zenha, mas que não acreditava que pessoas com o perfil político do Constâncio e do Sampaio alguma vez preferissem submeter o Partido a um papel de subalternidade ao general Eanes e que, entre este e a unidade do partido, defenderiam sempre esta última. Disse-me estar ao corrente das reuniões «clandestinas» em casa do Guterres, que andaria a tentar manipular o Zenha, ainda melindrado por não ter ido para o governo. Estava confiante que prevaleceria o bom senso e, curiosamente, mostrou-se mais preocupado com outras reuniões que o Jaima Gama andaria a promover contra ele. Em 1980, dir-me-ia estar convencido de que Jaime Gama, ressaibiado por ter sido preterido, estaria a preparar-se para se candidatar a líder do PS. Pouco tempo depois, e talvez mais preocupado do que quereria parecer, convocou uma reunião de «reflexão» do Secre-

tariado Nacional para a sua casa de Nafarros. Avançou, como era costume, com uma longa análise sobre os vários cenários possíveis, quer em relação a eventuais resultados da FRS, quer à sua interligação com o candidato presidencial a apoiar pelo Partido Socialista. Estava lançado o desafio aos catorze secretários do PS para depois do almoço volante, que me recordo perfeitamente ser um excelente cozido à portuguesa. Nenhum se faria rogado e, um após outro, dissertaram sobre os temas introduzidos. Acabando sempre por concluir que o PS não possuía outra alternativa que não passasse pelo general Ramalho Eanes! Soares estava lívido, como se tivesse sido acometido de uma síncope. Só Maldonado Gonelha e eu próprio se pronunciariam claramente por uma candidatura civil e de preferência a do secretário-geral do partido. Vítor Constâncio concordaria com os outros dizendo, contudo, que se Mário Soares optasse por se candidatar, o que achava um erro, por parte dele não seria posta em causa a unidade do partido.

A partir dessa reunião, Mário Soares compreendeu a necessidade de não perder os contactos internacionais e ele próprio fez questão de estar presente em todas as reuniões e conferências promovidas pela IS. Em 27 de Fevereiro viajámos juntos à capital do Senegal onde reuniu o *bureau* desta organização. Ali, no seguimento do seu apelo de 31 de Janeiro, pediria ajuda financeira a Senghor e a outros líderes presentes, tendo regressado juntos via Luxemburgo onde se realizava o XI Congresso da União dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia, seguindo daí para Oslo a 4 e para Estocolmo no dia 5. Eu regressaria a Dakar no dia 20 de Março onde Senghor daria ao PS uma pequena contribuição[1]. A 26 de Março partiríamos de novo juntos para a República Dominicana onde se reunia a Comissão da IS para a América Latina e daí para a capital do Peru a 30 de Março, a convite do Partido Aprista Peruano e de Alan Garcia e Armando Villanueva[2]. Regressámos via Rio de Janeiro. Soares aproveitaria estas longas viagens e os contactos com outros líderes europeus presentes para explicar a situação e medir o grau de apoio internacional para a sua eventual candidatura. A sua decisão pessoal final seria tomada no Rio de Janeiro em conferência de imprensa que ele me pedira para organizar com Lionel Brizola, já activamente lançado à frente do PDT e na sua candidatura a governador do Estado do Rio de Janeiro. Ele estava indeciso[1]. Ponderava seriamente se deveria ou não lançar-se contra a vontade dos doze elementos do Secretariado por quem se sentia então profundamente atraiçoado. No fundo sabia que se se dirigisse às bases do Partido, não teria dificuldades em colocar a maioria do Secretariado em minoria, mas receava que, se alguns deles se juntassem a Eanes, o então presidente avançasse mesmo contradizendo a sua anterior declaração de que não se recandidataria sem o apoio explícito do Partido Socialista. Estava particularmente esperançado nos contactos com as pessoas que mais pesavam para a decisão que sabia não poder esperar mais tempo. Daí a multiplicação em viagens ao estrangeiro naquele período. Brandt, Palme e a maior parte dos líderes da Internacional com quem falaria da situação e a quem já tinha enviado longas cartas, não tinham qualquer espécie de simpatia pelo general Ramalho Eanes mas também não compreendiam a obcessão de Mário Soares com a Presidência da República. Todos eles, pelos menos nas conversas a que eu assisti, declinaram o «convite» para se pronunciarem sobre o assunto, recomendando-lhe prudência em nome da unidade do partido. Também Carlucci que tinha simpatia por Ramalho Eanes e por alguns dos seus colaboradores, como era o caso de Vítor Alves, achava, então, que Soares era mais importante enquanto secretário-geral do PS do que enquanto Presidente da República. Eu, pelo contrário, tudo tentaria para o convencer a aproveitar a conferência de imprensa que Lionel Brizola tinha convocado no dia 3 de Abril e anunciar a sua candidatura. A secretária internacional do pequeno Partido Social-Democrata italiano, Ivanka Corti, que era amiga da família Soares e nos acompanhara na viagem de Lima para o Rio de Janeiro, seguia com interesse a política portuguesa e também o tentaria convencer a anunciar a sua candidatura. Mas, quando uma jornalista brasileira lhe fez a pergunta que todos esperavam, pronunciaria a frase que então ficaria célebre em Portugal: «não está no meu horizonte político a candidatura às próximas eleições presidenciais portuguesas». Eanes tinha ganho a partida. Naquele dia o líder do PS começaria a preparar a desforra contra o candidato do PS às presidenciais e contra a maioria do Secretariado do Partido.

Mas a posição do secretário-geral do Partido Socialista seria extremamente difícil a partir daquela data, em que deixou de ter espaço de manobra contra uma maioria no Secretariado Nacional, que também passaria a controlar a Comissão Nacional. Os con-

[1] A contribuição financeira de Leopold Senghor seria relativamente pequena mas durante este encontro o presidente do Senegal convidar-me-ia para acompanhar, a partir daí, os trabalhos da «Inter Africana Socialista», uma organização lançada por ele com partidos socialistas de Marrocos e da Tunísia para a finalidade de um diálogo concertado com a Internacional Socialista. Mas que seria, sobretudo, um *lobby* contra a Frente Polisário. Dir-me-ia também que após o apelo de Mário Soares tinha falado pessoalmente com o rei de Marrocos que lhe prometera ajudar o PS. Não sei se isso alguma vez aconteceu. A minha relação com Senghor passaria, a partir de então, a ser muito próxima tendo eu visitado o Senegal várias vezes a seu convite. O seu então ministro dos Negócios Estrangeiros, Moustapha Niasse, de quem ficaria igualmente amigo, acompanhar-me-ia a vários pontos do fascinante país que é o Senegal. Política e culturalmente.

[2] Em Lima, Alan Garcia, ofereceria aos convidados estrangeiros um jantar inesquecível. Realizado no magnífico jardim da casa de um dos dirigentes do seu partido e rodeado de extraordinárias peças de arte pré-colombiana, ser-nos-ia servido caviar do Irão em quantidades incompatíveis com a miséria que se sentia por toda a parte daquele país. Era o *charme* discreto da alta burguesia socialista.

[1] É completamente errada a ideia de que Mário Soares nada fizera para ser o candidato a apoiar pelo PS às eleições presidenciais de 1980.

tactos com o general Ramalho Eanes com vista à negociação de um acordo com o PS seriam conduzidas por Vítor Constâncio e Eduardo Pereira e pelo chefe da casa civil do Presidente da República, o embaixador Fernando Reino. Este tema seria muito debatido na altura e deve ter sido, talvez, senão dos mais graves na vida do PS, certamente o mais doloroso na vida política de Mário Soares no pós 25 de Abril. Todo o País comentava a posição em que este tinha sido colocado no seu próprio partido e seria, provavelmente, o tema mais debatido pela Comunicação Social no início do Verão de 1980. Mas hoje pouco se conhece do assunto e, dada a evolução dos últimos anos, quase nem sequer é mencionado na biografia oficiosa de Mário Soares que também deixaria ele próprio, a partir de 1983, de abordar o tema. Mas, na altura, classificaria Eanes de ser «a hesitação e a ambiguidade» que «encorajou as correntes presidencialistas que existiam e que levavam à subalternização quer do PS, quer do PSD» ao mesmo tempo que era «responsável pelo avanço da direita» mas apresentaria o Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo como forma de «alibi de esquerda para que ele pudesse ser um candidato de esquerda, uma vez que tinha perdido as possibilidades de ser um candidato da direita»[1], referindo-se à oposição de Sá Carneiro ao general Ramalho Eanes[2]. Ao insistir em atacar Sá Carneiro e a direita, o inimigo número um passava para uma segunda fase, dado que aceitara que o PS negociasse um acordo com Eanes que, de harmonia com as directivas da Comissão Nacional, viabilizasse o apoio do Partido à sua recandidatura. Mas com a constituição da «FRS», notar-se-ia que os seus ataques à Aliança Democrática perderiam o habitual brilho e era feitos sem grande convicção. Todos compreenderam que o inimigo número um passara a ser a maioria do Secretariado Nacional do Partido. Jorge Sampaio, António Guterres, Vítor Constâncio, Sousa Gomes e seus apoiantes com relevo para os «ex-MES», os quais após entrarem em bloco no PS se lhe oporiam igualmente em bloco e que Soares classificaria de «pessoas que vieram para o PS porque o PS estava na área do poder» e que pensavam que «a política é o exercício do poder e não o exercício da oposição», classificando-os «gestores de empresas ou candidatos a tal» que viam «que a única maneira de conservarem o vínculo com alguma parcela do poder [seria] através do general Ramalho Eanes».

Ao mesmo tempo que prosseguiam as negociações com Eanes e se aguardavam os resultados eleitorais de Outubro e de Dezembro, começaria a preparar o seu contra-ataque, não na esperança de vir a ser candidato à presidência — essa guerra estava perdida — mas para encontrar meios de humilhar e derrotar definitivamente os seus adversários internos. Criou uma espécie de «gabinete de guerra» com os «chefes» das

[1] *Soares Responde a Artur Portela*, ed. cit., p. 20.

[2] Sá Carneiro consideraria o general Ramalho Eanes responsável pela cisão no Grupo Parlamentar do PSD, que levaria à constituição da ASDI.

fundações que dominava e que passariam a ser essenciais para contrabalançar a notória perda de controlo sobre o aparelho do partido, então dominado por António Guterres. Maldonado Gonelha da Fundação José Fontana, Jorge Campinos da Fundação Antero de Quental, Eduardo Pereira da Fundação Azedo Gneco, Menano do Amaral gestor da CEIG e o tesoureiro do Partido, Fernando Barroso. A este grupo chamaria também Walter Rosa, Almeida Santos, António Campos e a mim. O local de reunião seria, curiosamente, a «velha» sede do grupo de Jorge Sampaio na Avenida Guerra Junqueiro, cujo contrato de arrendamento passara para o património do partido. Jorge Campinos teria um papel de especial relevo no acompanhamento do aparelho partidário, que era então controlado pelo Secretariado Nacional. Das fundações existia contudo uma que Soares não dominaria mais: o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, dirigido por Teresa Ambrósio e presidido por Salgado Zenha. Mário Soares não se conformava com a situação e a 20 de Junho teria uma acesa discussão com Gunter Grunwald, o secretário-geral da Fundação Friedrich Ebert, que se vira forçado a deslocar-se a Lisboa para discutir o assunto. Dos associados iniciais, segundo um protocolo entre a Fundação Ebert e o Partido Socialista, que data de 1978, fariam parte Salgado Zenha, Henrique de Barros, Sousa Gomes, Teresa Ambrósio, Vítor Constâncio, António Guterres, Jorge Sampaio, Ribeiro dos Santos e António Reis que claramente defendiam as posições da maioria do Secretariado do PS. Do lado de Soares só estavam o seu cunhado Fernando Barroso, Catanho de Menezes, Maria Carolina Tito de Morais e eu próprio. Presumiam-se «neutros» ou de tendência anti-soarista, Oliveira Cruz, Rui Vilar, Pedro Luzes e o filho do Professor Marcello Caetano, Miguel Caetano. O secretário-geral da Fundação Ebert seria claramente favorável a Mário Soares mas avisou logo que pouco poderia fazer uma vez que o apoio da Fundação Ebert ao IED passava pelo departamento científico daquela fundação alemã, dirigido pelo seu vice-secretário-geral, Horst Hiderman, de quem Grunwald era «adversário» político. Contrariamente a Grunwald, Hiderman era considerado da esquerda do SPD e além de ter todo o apoio de Willy Brandt, mantinha as melhores relações com Salgado Zenha.

Tudo indica que, após a reunião em Lisboa com Grunwald, Zenha seria alertado para os planos de Mário Soares e, pouco tempo depois, a maioria do IED prepararia a entrada, como novos associados, de um grupo de 24 pessoas da sua área, com destaque para Machado Rodrigues, Manuela Silva, Maria do Céu Esteves, Victor Pessoa, João Cravinho, Maria José Constâncio, Eduardo Prado Coelho, Teresa Santa Clara Gomes e Vera Jardim. Assim a co-relação de 10 para 3, favorável ao «ex-secretariado», passaria a ser de 34 para 3. Mário Soares nunca «engoliria» este sapo e continuaria, infrutiferamente, a tentar por todos os métodos de guerrilha política alterar a situação. Desde o início do IED que eu era membro do Conselho Fiscalizador de Contas presidido por António Guterres. Por insistência de Mário Soares, e em sintonia com

o seu «gabinete de crise», escreveria ao IED pedindo que fosse desconvocada a Assembleia que admitira os novos membros, a fim de ter tempo para analisar a contabilidade, com a alegação de que a convocatória tinha sido feita com apenas 10 dias de antecedência e que nunca me tinham sido proporcionados «os meios necessários para poder exercer o cargo... de acordo com os artigos 28.º e 29.º do capítulo V dos Estatutos» que exigiam que o Conselho Fiscal examinasse a escrita da Associação trimestralmente, elaborasse pareceres sobre as contas de cada exercício e participasse nas reuniões da Comissão Directiva, quando ali se tratassem matérias da sua competência». Embora esse fosse o procedimento geral em todas as fundações, onde os diferentes orgãos eleitos jamais seguiam as regras, dado o habitual controlo partidário das fundações, Teresa Ambrósio alegaria então nem saber que eu era membro do Conselho Fiscalizador. A minha carta tinha sido preparada no «gabinete de crise» PS por Almeida Santos a que responderia Henrique de Barros, presidente da Assembleia Geral, admitindo que António Guterres, significativamente, lhe confirmara ter «por lapso lamentável [sido] convocado o associado Fernando Barroso[1] em vez do membro do Conselho Fiscalizador, associado Rui Mateus» embora, após ter tomado conhecimento da cópia da minha carta, não entedesse «necessário nova convocação do Conselho Fiscalizador» esperando, com alguma dose de ironia, «que, no clima de confiança em que sempre temos trabalhado, o associado Rui Mateus tenha ficado satisfeito com esta explicação»[2]. Mário Soares encaixaria a referência ao seu cunhado e acabaria por desinteressar-se daquele Instituto que passaria a considerar perdido.

Era convicção de Mário Soares e dos elementos da sua organização para o IV Congresso, que à semelhança do que se passava nas outras fundações que apoiavam Mário Soares, a maioria do Secretariado utilizava o «IED» como seu «gabinete de guerra». Ora dada a insólita resposta à minha carta e o evidente incumprimento da direcção do IED pelas regras, é bem possível que aquela instituição estivesse a ser utilizada para combater a linha de Mário Soares. Até porque não só, depois de reconhecida a «infracção» estatutária, se recusariam a anular a Assembleia Geral e a convocar nos devidos termos o Conselho Fiscalizador, como me afastariam de membro desse Conselho, nessa mesma Assembleia ilegal. Este «escândalo» foi então muito criticado na comunicação social que, de um modo geral, seria muito crítica da maioria do Secretariado Nacional e favorável às posições de Mário Soares. O *Portugal Hoje* divulgava a 1 de Junho um artigo de João Gomes criticando os métodos de «democracia interna» do «IED» e a

[1] Fernando Barroso era então tesoureiro do PS e tinha como missão «oficiosa» manter o controlo de todas as fundações.

[2] Carta de Henrique de Barros em nome do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, de 31 de Março de 1981 (*Anexo 18*).

forma como eu tinha sido destituído. Dizia que «se a destituição de Rui Mateus é pura coincidência ou não, não o sabemos. O que nos parece estranho é ela ter acontecido [e somente no caso dele] na reunião que o próprio impugnou por carta mas, por razões que obviamente só a Comissão Directiva do "IED" saberá, não foi atendido. Imaginamos que tratando-se de uma pessoa que esteve na base da criação do IED e importante dirigente do PS — que ainda por cima alegava fortes razões estatutárias na sua impugnação — teria sido mais simples [caso para isso houvesse verdadeiro desejo] obter dele [na devida altura] o seu consenso para continuar no dito cargo, ou adiar a referida reunião de forma a permitir-lhe o acesso à contabilidade do instituto. Nada disto, ao que parece, aconteceu»[1]. Em carta dirigida ao director do *Portugal Hoje* o «IED», invocando a lei de imprensa, informaria que «o associado Rui Mateus não foi destituído de qualquer cargo e se não foi reproposto, findo o seu mandato, isso deveu-se ao facto de ter faltado à Assembleia Geral convocada para a eleição dos corpos gerentes, pelo que não foi possível obter dele o seu consenso para o efeito»[2]. Perante tal hipocrisia que caracterizaria o chamado «ex-secretariado» eu comentaria então não ter «quaisquer comentários a fazer em relação ao facto de não ter sido "reproposto" para o Conselho Fiscal do IED» mas punha «no entanto, as maiores reservas ao procedimento da Comissão Directiva do IED no que concerne o respeito integral dos Estatutos» tratando-se «talvez de uma diferença de opinião quanto ao que deve ser o funcionamento interno de uma organização que se rege por princípios democráticos. Como sou totalmente alérgico às práticas de tipo corporativo acredito que as pessoas são eleitas para cargos na pré-suposição de os exercerem cabalmente». Reconheço que aquela minha exigência tinha também muito de hipócrita dada a sua origem no «gabinete crise» da luta contra o «ex-secretariado» e contra Ramalho Eanes[3]. Na realidade, o IED só teria interesse numa perspectiva de luta pelo poder dentro do Partido Socialista, mas o exemplo das nomeações de «fundadores» e das «lacunas» estatutárias seria resolvida através do lançamento da Fundação que Mário Soares consideraria verdadeiramente sua. O sentimento de ter sido incapaz de controlar o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, liderado pelo seu velho amigo Zenha e pela maioria do Secretariado do partido e a amargura de os alemães nada terem feito para o ajudar a repor a situação, iria empurrá-lo para uma posição de grande intolerância em relação ao funcionamento das outras fundações onde passou a ver todo o tipo de «fundadores» de duvidosa lealdade. Era necessário um fórum de total confiança, impenetrável aos adversários «eanistas» da sua

[1] *Portugal Hoje*, de 1 de Junho de 1981.

[2] Carta do «IED» ao *Portugal Hoje* de 9 de Junho de 1981.

[3] Além da duvidosa legalidade da minha destituição do Conselho Fiscal do «IED» tratar-se-ia de um acto extremamente deselegante que o «ex-secretariado» repetiria em 1987. Ver Conclusões.

moção ao IV Congresso, «Um Novo Rumo para o PS», e independente das flutuações dos alemães que se começariam, então, a notar não só no caso do «IED» mas, também, através de um cada vez maior controlo e ingerência na orientação das outras fundações.

Por essa razão nasceria a «fundação das fundações», a Fundação de Relações Internacionais, por escritura notarial de Janeiro de 1981 que tinha como presidente Mário Soares, como vice-presidentes Maldonado Gonelha (secretário-geral da Fundação José Fontana), Eduardo Pereira (presidente da Fundação Azedo Gneco), Bernardino Gomes (pessoa de sua confiança para as relações com a CIA) e eu próprio enquanto responsável pelas relações internacionais do PS e, então, único «soarista» no Secretariado Nacional. Os outros fundadores seriam Joaquim Catanho de Menezes, Raul Rego, Menano do Amaral (que então dirigia a CEIG) e os seus dois cunhados Fernando Barroso (tesoureiro do PS) e José Manuel Duarte. Em toda a sua luta conta o «ex-secretariado» e contra o general Ramalho Eanes, Mário Soares contaria sempre com o apoio militante da RTP à frente da qual estava, então, Daniel Proença de Carvalho, apoiante de Sá Carneiro e da Aliança Democrática. Este vital apoio à sua causa seria mais uma prova evidente de que, apesar dos seus repetidos erros, Mário Soares teria sempre o apoio de Sá Carneiro nos momentos decisivos de salvaguardar do regime.

As Relações Internacionais do PS estavam sob meu controlo se bem que a maioria do Secretariado Nacional tentasse, por todos os meios, encontrar para mim uma situação semelhante àquela em que me tinham colocado no «IED». Afastar-me sem dar demasiado nas vistas. Por um lado não conseguiriam demover Mário Soares a fazer-me substituir na reunião do Porto de Janeiro de 1980 e, por outro, embora a derrota das teses de Mário Soares o tivesse enfraquecido consideravelmente, este iria manter-se no seu posto até Outubro de 1980. E, para Mário Soares, eu seria, pelo menos durante os anos de 1980 e 1981, insubstituível, como facilmente se compreenderá. Depois de Outubro, quando Mário Soares abandona o cargo de secretário-geral, o «ex-secretariado» terá várias oportunidades de alterar a composição do Secretariado Nacional e até de mudar os pelouros atribuídos aos seus membros. Não teriam, contudo, coragem para me substituir contra a vontade de Soares. Nem mesmo aproveitando a demissão de Maldonado Gonelha que, a partir de um certo ponto, não aguentaria a pressão de estar confrontado diariamente com uma esmagadora e hostil maioria «anti-soarista». Mas da perspectiva do secretário-geral do PS e vice-presidente da Internacional Socialista, nem tudo seriam rosas e Soares estava consciente de que, se então perdesse o controlo das relações internacionais perderia definitivamente o partido.

Reunida em Oslo, a Internacional Socialista[1] ver-se-ia subitamente confrontada com duas teses no que respeita a política relativa à América Latina. A da maioria, que

[1] Esta cimeira teria lugar a 12 de Junho de 1980, na capital da Noruega.

defendia o apoio incondicional inicialmente proposto ao Governo da Nicarágua pelo próprio Mário Soares e a do PS que, com a radical viragem à esquerda efectuada naquele país, acharia que o apoio incondicional aos Sandinistas se não poderia manter nos termos propostos em Lisboa, devendo a Internacional Socialista exercer toda a sua influência para pressionar os Sandinistas a respeitarem a via do pluralismo. Na Nicarágua os Sandinistas tinham tomado o poder num processo muito semelhante ao que se passara em Portugal durante o «gonçalvismo» e os elementos moderados, como Violeta Chamorro, Rafael Cordova Rivas, Arturo Cruz, Alfonso Robelo e até Eden Pastora tinham sido afastados. O próprio bastião da imprensa democrática e da resistência contra a ditadura de Somoza, o jornal *La Prensa* tinha sido proibido. Tudo se assemelhava ao processo português se bem que os métodos dos sandinistas fossem bastante mais violentos. No seguimento de uma sugestão que Carlucci lhe mandara transmitir, Mário Soares proporia em Oslo que, além dos Sandinistas, fossem também convidadas para o Congresso a realizar em Madrid, nesse ano, outras forças democráticas da Nicarágua. Além do pequeno Partido Social-Democrata dos Estados Unidos só Pietro Longo do Partido Social-Democrata italiano, Betino Craxi, o presidente Carlos Andrés Perez da Venezuela e o Partido de Liberacion Nacional da Costa Rica apoiariam aquela proposta. A responsabilidade pela condução da orientação da política da IS em relação à América Latina deixaria também de estar a cargo de Missões chefiadas por vice-presidentes, como fora o caso das Missões que Mário Soares chefiara, para passar para um Comité para a América Latina, presidido pelo dirigente dominicano Peña Gomez.

Sentir-se-ia desde logo que o clima de simpatia em relação a Soares tinha mudado, especialmente quando Willy Brandt ao abrir a conferência elogiou os esforços do primeiro-ministro finlandês Kalevi Sorsa em relação à Comissão para o Desarmamento, as tentativas de Bruno Kreisky, Olof Palme e Felipe González no que respeita tentativas de moderação da revolução iraniana, visando a libertação dos reféns americanos, Peña Gomez pelas iniciativas do Comité para a América Latina e o holandês Joop den Uyl pelo seu trabalho à frente da União de Partidos Socialistas da Comunidade Europeia. Não diria uma única palavra sobre o trabalho de Mário Soares e do PS português em relação à América Latina. Far-lhe-ia, contudo, uma referência indirecta ao «apelar aos líderes responsáveis em Washington no sentido de usarem de forma apropriada a sua considerável influência [pois] seria mal interpretar as nossas intenções, sugerindo que somos antiamericanos».

A CIA e o próprio Departamento de Estado, irritados com as posições de radicalismo da IS em relação à Nicarágua, fizera saber que o Governo dos Estados Unidos, considerava as posições da maior parte dos líderes socialistas europeus — com excepção de Mário Soares e alguns outros — antiamericanas. Assim Brandt, para além daquelas referências sarcásticas, afirmaria que «de facto, os nossos esforços dirigem-

-se à obtenção de uma relação construtiva com os responsáveis da política externa dos Estados Unidos», acrescentando ser sua «esperança podermos dar-lhes toda a ajuda possível com a colaboração do nosso Comité para a América Latina»[1]. Era um recado que pretendia evidenciar que o interlocutor da IS para a América Latina era o recém-criado comité e não Mário Soares.

Mas a nossa solidariedade com a democratização dos países latino-americanos era séria e não sofrera as inversões que os principais dirigentes da Internacional começavam a demonstrar. Embora as nossas possibilidades de ajudar economicamente partidos latino-americanos fosse inexistente, quer os dominicanos, quer os brasileiros sabiam que tínhamos boas intenções e que tínhamos um bom diálogo com os Estados Unidos. Jaime Paz Zamora, socialista boliviano e candidato à Presidência da República que tinha estado em 1978 na reunião do Estoril, sofrera um grave acidente de aviação de que saíra gravemente ferido. Foi o PS, por intermédio do departamento de Relações Internacionais, que organizou, em Junho de 1980, uma campanha de solidariedade internacional para custear a intervenção cirúrgica nos EUA que incluía a recuperação de gravíssimas queimaduras nas mãos e na cara e que, naquela altura, custaria cerca de dez mil dólares. O PS seria também praticamente o único partido da IS que apoiaria os democratas na sua difícil luta na Nicarágua, mesmo quando tal atitude era fortemente criticada pelos seus parceiros internacionais. E também, como já acontecera com Lionel Brizola e o PDT, no Equador interceder íamos junto dos americanos no sentido de não hostilizarem a candidatura presidencial de Rodrigo Borja[2], que a CIA classificara como «comunista», mas que acabaria por ser eleito Presidente da República em 1986 e se provou ser um democrata e um defensor dos valores ocidentais.

O Congresso que se realizou em Madrid, em Novembro, abriria novas brechas no seio da Internacional, não obstante ter sido precedido pela reunião conjunta das direc-

[1] Discurso de abertura de Willy Brandt na reunião da IS, Oslo, 12 de Junho de 1980.

[2] Entre os meus melhores amigos contava-se Rodrigo Borja, líder da Esquerda Democrática do Equador, cuja entrada para a Internacional Socialista seria decisivamente apoiada pelo PS. Em 1981 a minha mulher e eu seríamos convidados a passar umas férias com Rodrigo Borja e sua mulher na sua casa de campo em Las Salinas, cidade de férias no deserto equatoriano e, depois, em Quito. Teria então oportunidade de verificar que Rodrigo Borja não só era um líder carismático como um democrata pró-ocidental. Era para mim incompreensível que Carlucci o tivesse em conta de uma espécie de agente comunista infiltrado na Internacional Socialista. Após aquela visita empenhar-me-ia em «pressionar» os EUA a favor de Rodrigo Borja que, após uma primeira derrota eleitoral, em 1981, seria eleito Presidente da República. Durante a sua campanha eleitoral faria um apelo ao PS para lhe conceder ajuda financeira o que Mário Soares, então primeiro-ministro, recusaria, alegando falta de meios. A política dos EUA, inicialmente baseada na opinião da sua embaixada, mudaria contudo, como acontecera em Portugal, passando Rodrigo Borja a fazer parte do clube político dos amigos ocidentais.

ções do PS e do PSOE em Viana do Castelo, em Agosto, e da reunião dos líderes de partidos socialistas do Sul da Europa que no mês de Setembro traria a Sintra, a vários comícios eleitorais, François Mitterrand, Felipe González, Andreas Papandreu e Betino Craxi. Os Estados Unidos recusavam-se a ratificar o Tratado de Redução de Armas Nucleares, conhecido por «SALT II», e pareciam determinados a prosseguir o seu programa de mísseis Pershing na Europa enquanto a União Soviética continuasse a desenvolver o seu programa de mísseis balísticos SS20. Os socialistas, com destaque para o primeiro-ministro finlandês, Kalevi Sorsa, presidente da Comissão de Desarmamento da IS, Olof Palme e Willy Brandt, consideravam que os EUA deveriam ratificar o Segundo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (SALT II) sem colocar quaisquer condições prévias para iniciar as discussões no quadro da negociação sobre armas estratégicas no «Teatro Europeu», conhecido por «SALT III». As tendências nos partidos socialistas europeus, com relevo para o britânico, alemão, holandês e escandinavos eram fortemente contra a instalação dos Pershing II na Europa, preferindo, cada vez mais, a ideia de um desarmamento nuclear unilateral europeu ocidental. As reuniões com o PSOE e com os líderes do Sul da Europa seriam assim da maior importância na medida em que nesta importante questão do desarmamento se verificaria, contrariamente ao que se passava em matéria de Nicarágua, alguma unidade de pontos de vista. Só Andreas Papandreu e o PASOK da Grécia[1] não mudariam nas suas posições antiamericanas. Muito se deve às posições de coerência do nosso partido em matéria de política externa. De algum modo, como os americanos viriam a reconhecer, a partir de 1981, durante a presidência de Ronald Reagan, os socialistas do sul da Europa inverteriam a tradição dos do norte da Europa, passando a ser os mais moderados e mais dialogantes com os Estados Unidos!

Em matéria de América Latina mantinha-se a crise em relação às várias opções para a Nicarágua e grupos de extrema-esquerda pró-cubana e de extrema-direita fascista abriam nova frente de crise em El Salvador. O partido da Internacional, o Movimento Nacional Revolucionário, liderado por Guillermo Ungo e por Hector Oqueli — dois homens de bem que acreditaram na irreversibilidade do processo iniciado na Nicarágua pelos Sandinistas e que iriam juntar os esforços políticos do seu partido à luta contra a extrema-direita através de uma frente moldada segundo o modelo sandinista, a Frente Democrática Revolucionária — criaria um problema adicional à Internacional, semelhante ao já existente com a Nicarágua. Ambos, Guillermo Ungo e Hector Oqueli acabariam assassinados no inútil e frustrante banho de sangue que foi a revolução de esquerda de El Salvador.

A situação de radicalismo verbal a que a Internacional chegara era um pouco surpreendente. Acessores e alguns líderes reuniam nos intervalos do Congresso com *lob-*

[1] O Partido Socialista grego de Papandreu não fazia então parte da Internacional Socialista.

bies cubanos e de países de Leste e com eles discutiam as moções a propor e as posições que cada partido deveria assumir dentro das reuniões. O próprio Willy Brandt (quando eu o conheci nos anos 70 era um homem extremamente moderado e disse-me que o êxito do seu próprio partido e o progresso do seu país deviam muito às boas relações que mantinham com os Estados Unidos, recomendando-me mesmo que era da maior importância para o PS ter boas relações com aquele grande país), se modificaria radicalmente a partir do Congresso de Madrid. Foi aliás um fenómeno que verifiquei ser frequente entre grandes homens de esquerda e sobre o qual escreverei no próximo capítulo.

Em Madrid eu teria um intervenção crítica em relação à onda de romantismo revolucionário que estava a invadir a família socialista europeia. Diria então que o fim das ditaduras em Portugal e na Espanha «representaram uma nova esperança para muitos Povos oprimidos noutros continentes. Do mesmo modo que os ideais da Internacional Socialista sob a liderança de Willy Brandt representariam uma nova alternativa democrática a modelos totalitários». Mas, «o recente golpe militar na Turquia[1], um país da Europa do Sul, foi um perigoso precedente que é duplamente agravado pelo facto de a Turquia ser um país da NATO». Referindo-me à necessidade de um posição clara da IS, diria que «os militares do sul da Europa e de outros países onde nascem jovens e frágeis democracias não podem ter ilusões a respeito da nossa posição. Não podemos aceitar militares providenciais e temos obrigação de muito seriamente debater em profundidade a questão das tranformações revolucionárias de regimes ditatoriais. O nosso entusiasmo sobre os processos de democratização e a nossa rejeição de ditaduras onde quer que existam legitimam o uso de meios revolucionários contra a opressão. Mas tal não pode ser confundido nem colocado no mesmo nível da nossa solidariedade e envolvimento político com movimentos genuinamente democráticos. Estaremos sempre ao lado dos oprimidos mas só deveremos identificar-nos com os que acreditam na democracia pluralista. Não podemos permitir que pensem que sobre este assunto poderemos passar cheques em branco. O nosso caminho para o socialismo é inseparável da democracia pluralista e da submissão dos militares ao poder civil».[2] Uma vez mais, a 27 de Agosto, seria eu a propor, via telex, a candidatura de Mário Soares a uma das (a partir de então, vinte uma) vice-presidências daquela organização. Era minha intenção propor igualmente Manuel Tito de Morais para uma das presidências honorárias daquela organização mas, embora tal eleição não levantasse problemas, seria impedido de o fazer pelo secretário-geral, que considerou que o co-fundador do PS não tinha «estatura» para ser proposto para um lugar ao lado de Trygve Bratteli da Noruega, Tage Erlander da Suécia, Jos van Eynde da Bélgica, Sicco Mansholt da Holanda, Daniel Mayer da França, Alfred Nau da Alemanha, Bruno Pitterman da Áustria e Giuseppe Saragat da Itália.

[1] Bulent Ecevit, então primeiro-ministro da Turquia, seria deposto. Bulent Ecevit foi outro dos meus melhores amigos a quem a IS nunca daria muita importância. Dentro da medida do possível eu forçaria a IS a convidá-lo para várias das suas iniciativas. Eu próprio garantiria a sua presença no Congresso que teria lugar, em Albufeira, em 1983.

[2] Extratos da minha intervenção no Congresso da IS em Madrid que teria lugar no dia 13 de Novembro de 1980.

A percepção de que o Partido Socialista poderia fazer muito mais em matéria de América Latina e de política internacional, se tivéssemos mais meios materiais, estaria na base da Fundação de Relações Internacionais. Seria lançada como refúgio seguro e poderoso para a reemerção de Mário Soares e da sua moção antieanista «Um Novo Rumo para o Partido Socialista» e, se na pior das hipóteses ele saísse de novo derrotado, seria a base natural para prosseguir as suas actividades políticas. Uma plataforma de combate para o Congresso e uma espécie de Fundação Ebert portuguesa para o futuro. Não tínhamos contudo o principal: os meios financeiros que também não podíamos pedir nem aos alemães nem aos suecos que começavam a discordar das nossas opções em política externa e a associar-nos, cada vez mais, aos americanos. E foi a eles mesmos que fomos pedi-los. Quando Jimmy Carter visitou Portugal em fins de Junho, a convite do general Ramalho Eanes, seria concedida a Mário Soares uma precisosa meia hora para um encontro que teve lugar no Palácio da Ajuda e a que eu estaria presente[1]. Carter estava apreensivo com o crescente radicalismo da Internacional Socialista que considerava estar a perder o sentido das responsabilidades. Mário Soares explicaria que o essencial das posições sobre a América Latina eram influenciadas pelo SPD, que detinha na América Latina uma poderosa máquina, a Fundação Friedrich Ebert. Carter diria que, lamentavelmente, os EUA não tinham condições políticas para constituírem no seu país instrumentos semelhantes às fundações alemãs e que seria mais fácil apoiarem a constituição de tais fundações no estrangeiro, do que constituí-las na América. Estas palavras ficariam registadas embora o seu significado não tivesse sido muito claro. Quereria Carter dizer que a Fundação Ebert tinha sido lançada pelos americanos ou que os americanos estariam dispostos a ajudar a criar uma tal fundação? Mário Soares não perderia tempo a decifrar o enigma e enviar-me-ia a mim e a Bernardino Gomes a Washington, no início de Agosto, para apresentar a ideia da Fundação de Relações Internacionais a Frank Carlucci. Este recebeu-nos no seu escritório de Langley, que eu visitava pela primeira vez, e ouviu atentamente a descrição do projecto de Mário Soares, prometendo ajudar, embora dizendo que teríamos também que falar com colaboradores seus.

[1] Mário Soares e eu seríamos recebidos pelo presidente Carter no dia 27 de Junho de 1980. A sua visita a Portugal duraria apenas seis horas.

Estávamos hospedados no pequeno mas simpático hotel Guest Quarters na Pennsilvania Avenue, mesmo ao lado de Georgetown. Ali Mário Soares se hospedara sempre nas suas visitas particulares àquele país, após o 25 de Abril. Subitamente, esbaforido como se tivesse corrido dois quilómetros, Bernardino Gomes entraria pelo meu quarto dentro a barafustar que estávamos ali «secretamente», que o «Frank» não tinha sentido da seriedade da nossa visita e que mandara uns «gajos» ao hotel para falar connosco, que estavam na recepção à nossa espera. Estava com medo que a vinda deles ao hotel nos pudesse comprometer. Eu disse-lhe que dificilmente alguém saberia quem nós éramos, mas que também não estávamos ali exactamente em missão secreta. Além disso não acreditava que os colaboradores de Carlucci trouxessem consigo o Woodward do *Washington Post*. Eu só conhecia o residente em Lisboa, de quem sou aliás ainda hoje muito amigo e que, Mário Soares, recentemente, condecorou com a Ordem do Infante. O outro, aparentemente compreendendo o embaraço de Bernardino Gomes, dirigiu-se-lhe com ironia comentando «Bernardino, you see too many spy movies»! Percebi então que o Bernardino Gomes e ele já se conheciam e soube, depois, que era o «célebre» KC que com ele montara, em 1975 o esquema de apoio à editora Perspectivas & Realidades. No fundo tratava-se de uma reunião para repetir a conversa com Carlucci que, como é óbvio, tinha seguramente mais que fazer do que se ocupar com os pormenores técnicos de uma operação que merecia o seu apoio. E assim nasceu a Fundação de Relações Internacionais.

O resultado das eleições legislativas de 5 de Outubro seria mau para a Frente Republicana e Socialista e ainda pior para o Partido Socialista. Um aumento de 0,6 % em relação às intercalares do ano anterior, em que o PS se apresentara sozinho. Em número de deputados, devido à entrada dos «ASDI's e UEDS's», baixaria contudo de 74 para 66. «Um mau negócio» para o PS, como alguém lhe chamaria. A estratégia frentista da maioria do Secretariado tinha falhado redondamente e nem mesmo o general Ramalho Eanes ajudaria. A Aliança Democrática aumentaria mesmo a sua votação em relação às eleições do ano anterior e, agora, com a maioria absoluta reforçada, Sá Carneiro iria governar o país até 1984. O fenómeno mais relevante que resultaria destas eleições foi, contudo, o discurso do candidato apoiado pelo PS, general Ramalho Eanes, no dia 14 de Outubro. Nove dias após as eleições. O Presidente da República, em candidatura de reeleição, tinha sido profundamente hostilizado pela Aliança Democrática e por Sá Carneiro, que o considerariam detentor de um projecto pessoal antidemocrático. Mas, apesar da visível hostilidade que Sá Carneiro lhe demonstrara e apesar de em nada ter ajudado o PS, Ramalho Eanes demarcar-se-ia da «sua» Frente Republicana e Socialista, que acabava de ser derrotada, e consideraria que os seus objectivos políticos se identificavam com os da aliança vencedora!

Perante o espanto e incredulidade dos seus amigos da Frente Republicana e Socialista, a profunda revolta de muitos socialistas e as críticas da Aliança Democrática, o

general Ramalho Eanes tentaria corrigir o seu óbvio acto de oportunismo político, numa entrevista ao semanário *O Jornal*, conhecido pela forma entusiástica e subserviente com que difundia as posições do general. Mas nenhuma correcção poderia dissipar, junto dos que nunca acreditaram na sua protecção, o sentimento de repúdio perante tal cobardia. Curiosamente, contudo, essa conferência de imprensa, do dia 14 de Outubro, era a melhor prenda que Mário Soares poderia ter recebido. Após dois desastrosos Governos e quatro anos de apatia política, que primaram pela ausência de uma estratégia coerente, permitir-lhe-ia reagir. E «Mário Soares reagiu. As explicações que o presidente lhe deu não as considerou suficientes. Após um período de reflexão, o secretário-geral do PS... propôs ao seu partido o estudo de uma candidatura alternativa»[1]. A maioria da Comissão Nacional reunida em Lisboa no dia 18 de Outubro decidiria, contudo, por grande maioria, manter o apoio ao general Ramalho Eanes, convencida que estava de que a carreira política do secretário-geral tinha chegado ao fim e que o futuro do partido se iria encontrar, algures, entre Ramalho Eanes e Vítor Constâncio. Anunciaria que retirava o seu apoio à candidatura de Ramalho Eanes e sugeriria que o PS ainda estava a tempo de eleger outro candidato que, mesmo que saísse derrotado, salvaria a honra ferida do Partido. Mais tarde, perante a persistência do partido em manter o seu apoio a Ramalho Eanes, auto-suspender-se-ia das funções de secretário-geral do Partido Socialista.

Durante a sua reflexão estaria sempre bem vivo o exemplo que Felipe González dera um ano antes em Madrid. Segundo Mário Soares a conferência de imprensa de Ramalho Eanes visava «subalternizar e anular o papel do PS» e as pessoas que o animaram nesse sentido viam a sua candidatura «não já como uma candidatura apoiada por partidos, mas por pessoas, cada uma flutuando dentro de um movimento mais amplo». Para Soares estava claro que Ramalho Eanes «nunca compreendeu o papel dos partidos políticos em democracia» o que lhe permitia duvidar da «sua concepção de democracia»[2]. O secretário-geral do PS admitiria à RTP ter reagido «no último momento possível» depois de verificar «uma profunda desagregação política e ideológica e uma grande desorientação em muitos espíritos»[3]. Evidentemente que o principal responsável pela desagregação a que o partido chegara era ele. Em 1976, a deformação herdada da sua militância no PCP induzira-o a pensar que, ganho o 25 de Novembro de 1975, tinha Eanes e o País «na mão» e o mundo a seus pés. Recusaria, dentro de uma estratégia absurda de um PS sozinho, que abandonaria poucos meses depois, o diálogo com o PSD. Aceitou e impôs ao partido, em 1978, a pior das coli-

[1] *Soares Responde a Artur Portela*, ed. cit., p. 17.
[2] *Idem*, pp. 18-26.
[3] *Idem*, p. 32.

gações duma perspectiva socialista e, num acto de duvidosa lealdade política, tentaria diluir a influência histórica de alguns dirigentes do PS com a entrada dos «ex-MES» e o reforço da então chamada «ala tecnocrática» ou os «ministeriáveis» como ele lhes viria a chamar. Agora, graças à conferência de imprensa de Ramalho Eanes, «no último momento político possível» compreendia que tinha sido traído pelo general e pelos que «vieram para o PS porque o PS estava na área do poder... todos obviamente depois do 25 de Abril» e que, nem um nem os outros, acrescentariam eleitoralmente coisa alguma ao partido. Não sei se foi no «último momento político possível» que reagiu mas sei que, apesar de ter perdido definitivamente o seu grande amigo Salgado Zenha, ainda contava com apoios importantes dentro do Partido Socialista, sem os quais estaria condenado ao total isolamento político.

Mário Soares é quase unanimemente considerado um homem de grande coragem política. Pode ser essa a ideia que ele faz de si próprio, mas eu considero que uma mistura de «ousadia calculada» com um apurado sentido da contra-informação seria uma descrição mais adequada. Em Janeiro de 1975, o primeiro socialista a romper com o PCP seria Salgado Zenha. Entretanto e apesar de Soares só ter seguido o seu exemplo quatro meses depois seria ele que viria a ser conotado com esse rompimento curricular. O enfrentamento de Mário Soares com os comunistas é relativamente serôdio e teve lugar quando o País já se apercebera de que o PCP era minoritário. Em Novembro, Soares seria a face visível da «Resistência», mas a partir do Norte do País e com a garantia de que os serviços secretos anglo-americanos não ficariam parados. Em 1975 e 1976 Salgado Zenha abriria o caminho ao apoio económico ocidental a Portugal, mas não seria «convidado» para integrar o I Governo Constitucional. Os louros dessa tarefa viriam todos cair na mão de Mário Soares. Em 1978, enquanto primeiro-ministro, enfrentaria militares indispostos na sua visita à República Dominicana mas, além de ser primeiro-ministro, tinha o apoio do presidente Carter e chegara num avião da Presidência da República do México e sairia noutro da Presidência da República da Venezuela. Fizera também nesse ano um arriscado acordo político com o CDS, mas após obtida a cobertura de esquerda dos «ex-MES». Decidiu finalmente enfrentar Eanes em 1980, mas tinha apoios financeiros e apoiantes suficientes para arriscar e sabia de antemão que não fazê-lo representaria o fim da sua carreira política. Foi um acto de ousadia calculada, em que teria sempre a garantia de apoio dos chamados «históricos» do PS.

Mas é evidente que a sua «auto-suspensão» criava também alguns problemas sérios a alguns dos seus apoiantes. O seu cunhado e tesoureiro do PS seria imediatamente «congelado» pela nova maioria em 1980, embora o partido se encontrasse descapitalizado. Os recursos encontravam-se então nas fundações. Maldonado Gonelha, secretário-geral da então poderosa Fundação José Fontana e, além de mim, o único «soarista» no Secretariado Nacional, percebeu perfeitamente a situação em que estava e demitir-

-se-ia do Secretariado Nacional sem pestanejar. Aliás, após «renúncia» temporária do secretário-geral era isso mesmo que se impunha a todo o Secretariado Nacional que tinha sido eleito por proposta do secretário-geral. Só que à maioria do Secretariado Nacional também faltaria coragem para o fazer. Não porque não pudessem romodelar este órgão partidário à sua vontade, mas porque tinham medo das consequências de tal acto a poucos meses das eleições presidenciais e do Congresso do Partido.

Eu pretendi contudo seguir o exemplo de Maldonado Gonelha, porque era isso o que se impunha e porque a minha vida dentro do Secretariado Nacional seria a partir daí um autêntico inferno. Mas quando dei a conhecer a Mário Soares a minha intenção, ele teve um ataque de nervos. Disse-me que não poderia fazer tal coisa, pois o «nosso» maior erro seria entregar «àqueles malandros» os contactos internacionais. Berrou comigo, em pânico que «se eu lhes queria entregar o partido de mão beijada então o melhor era fazer como o Gonelha». Considerou que se eu fizesse tal coisa seria uma traição igual à «daqueles gajos». Fiquei metido numa camisa de onze varas recebendo, do outro lado, da maioria do Secretariado Nacional, impropérios e humilhações diários. O próprio Salgado Zenha de quem eu era amigo e que sabia que a minha lealdade política para com Mário Soares estava acima de qualquer suspeita e em nada interferia no respeito que eu tinha por ele não resistiria a, por vezes, fazer alguns comentários menos sérios. Algumas vezes, irritado pelo facto normal de eu me pronunciar contra a grande maioria das decisões do Secretariado Nacional, ao passar a palavra aos respectivos membros diria, ao chegar a minha vez, «que não valia a pena ouvir a minha opinião porque já sabiam o que tinha para dizer».

É difícil descrever a falta de grandeza de alguns daqueles «ministeriáveis» que se não fosse terem entrado para o PS, quase todos pela mão de Mário Soares, provavelmente nunca teriam ido muito longe enquanto funcionários públicos ou bancários. Quando em Abril de 1981 compreenderam que iriam, provavelmente, perder o Congresso decidiriam à laia de despedida fazer a sua última partida, atribuindo ao Departamento Internacional a ridícula quantia de 50 contos para despesas com convidados estrangeiros ao IV Congresso! Como eu afirmaria então, no meu relatório de actividades do pelouro das relações internacionais — que tive que apresentar a título individual, uma vez que o Secretariado Nacional decidira não o incluir no «seu relatório» — «as actividades do Departamento Internacional, pela sua importância a todos os níveis de actividades do PS, pela sua variedade e extensão — no quadro da IS e, bilateralmente, com movimentos e partidos de todo o mundo — não poderão obviamente ser consideradas exclusivamente como uma simples referência às actividades do actual Secretarido Nacional... e, sobretudo, não deverão ser de maneira alguma enquadradas nas actividades do Secretariado Nacional a partir da reunião da Comissão Nacional do Porto, de 19 de Janeiro de 1980. Pelo facto de o secretário nacional para as Relações

Internacionais ser o mesmo — e no mesmo partido — desde o II Congresso realizado em 1976». Terminaria lamentando a insignificante verba atribuída que nos impediria «de contribuir minimamente para a dignificação do PS... em contradição com o que [era] tradicional entre partidos da Internacional Sociaslista»[1].

Salgado Zenha dirigiria as reuniões daquele órgão máximo do partido mas não é verdade que «a segunda figura do partido, juntava-se a eles e manifestava-se disponível para liderá-los no confronto inevitável com o líder do Partido Socialista, pelo poder dentro do PS»[2], como afirma a biografia oficiosa do actual Presidente da República. Salgado Zenha nunca demonstraria a menor intenção de ser secretário-geral do Partido Socialista ou de se candidatar contra ele dentro do partido embora, como já expliquei, tivesse no passado tido algumas boas oportunidades de o fazer com êxito. Naquele momento também tal candidatura parecia tentadora e teria seguramente o apoio de Constâncio, Guterres, Sampaio e amigos. Dado o perfil tecnocrático de alguns destes seus opositores, Mário Soares compararia a sua situação no PS, em 1980, com a oposição que Michel Rocard fizera a François Miterrand um ano antes. A existirem potenciais «Rocards» no partido, eles que se afirmassem como tal com clareza, desafiava então o secretário-geral do PS. Mas os «Rocards» em potência não eram Zenha, cuja actuação se não podia comparar com a dos que «vieram para o PS porque o PS estava na área do poder». A sua dissidência era sim o corolário lógico de profundas divergências políticas sobre a orientação do PS, desde a formação do I Governo Constitucional. A posição de Zenha, embora oposta à de Soares, continha tantas virtualidades políticas para o património político do partido, como teve a reacção de Soares à conferência de imprensa de Eanes. A injustiça cabe aqui ao facto de Mário Soares conceber o poder em termos de absolutismo, descartando sempre aqueles que lhe poderiam fazer sombra, como foi o caso de Zenha nos governos constitucionais do PS, ou tirando o tapete sem hesitações a tantos outros que depois de lhe aguentarem muitos fardos e algumas neuras, deixavam de estar inseridos na sua táctica. Ele próprio admitiria à entrevista que Daniel Proença de Carvalho lhe proporcionaria na RTP para difundir a sua posição — com visível desvantagem para a maioria do Secretariado, que desse meio não poderia, então, dispor — que «aqueles que me têm acusado de ser um político táctico, sem estratégia, compreenderão, neste momento, que, justamente, eu privilegio, na minha posição, a estratégia sobre a táctica»[3]. De facto, não obstante algumas reincidências pontuais, a partir daquele «momento» a estratégia passaria a prevalecer sobre a táctica.

[1] Relatório de Actividades do Departamento Internacional do PS ao IV Congresso, Lisboa 8 de Maio de 1981.

[2] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 113.

[3] *Soares Responde a Artur Portela*, ed. cit., p. 37.

Com todos os apoios que conseguisse angariar e com base na tardia defesa da «camisola» do PS, a estratégia consistia em ganhar o IV Congresso, preparar o Partido para as eleições legislativas previstas para 1984 e fazer eleger um presidente da República civil em 1985. A estratégia que associaria Mário Soares ao termo «corredor de fundo» nasceu do *task force* que inicialmente reunia na antiga sede da «Intervenção Socialista» e, depois, na Fundação de Relações Internacionais na Avenida António Augusto de Aguiar. Graças à trágica ocorrência que vitimaria Sá Carneiro a 4 de Dezembro, as probabilidades dessa estratégia prever uma vitória eleitoral em 1984, aumentariam substancialmente. Mas qualquer estratégia teria que forçosamente estar sempre dependente da vitória no IV Congresso que, em Janeiro de 1981, estava longe de ser um dado adquirido. Os pontos essenciais eram contudo perfeitamente claros: ganhar o Congresso previsto para Maio de 1981, alterar o funcionamento do Secretariado Nacional, transformando-o numa «Comissão Permanente» homogénea em sintonia com o secretário-geral, preparar o Partido para as eleições autárquicas de 1982 e legislativas previstas para 1984, retirar poderes ao Presidente da República e por fim ao Conselho da Revolução em 1982, não excluir coligações governamentais com o PSD, apoiar a candidatura de Mário Soares à Presidência da República e lançar Almeida Santos para o cargo de primeiro-ministro. Mário Soares reconhecera, já em 1979, que tinha dúvidas sobre se deveria ter sido ele o primeiro-ministro do I Governo Constitucional e parecia adquirido que não viria a ter funções governativas num próximo governo, pois não via no seu «horizonte esse facto» uma vez que ter sido primeiro-ministro tinha sido para ele «uma penosíssima tarefa que [cumprira] com grande desgaste físico e intelectual»[1].

Mas o Congresso não estava ganho à partida. O grupo «soarista» à volta da moção «Novo Rumo para o PS» estava em minoria nos órgãos do partido, sendo eu o único deste grupo com funções no Secretariado Nacional. António Guterres tinha fama de bom «controleiro» da organização em virtude da sua vocação para tudo o que se relacionasse com o aparelho e Salgado Zenha tinha imenso prestígio no País e no Partido. Durante o seu contacto com as bases Mário Soares «entrava nas sedes locais do PS e não havia uma única fotografia [sua] mas imensas de Eanes» e «houve sedes onde nem [o] queriam deixar entrar, onde [andou] quase à pancada»[2]. A vitória de Ramalho Eanes, no dia 7 de Dezembro, viria, por outro lado, a tornar muito nublosa a vitória dos «soaristas» sobretudo porque a trágica morte de Sá Carneiro, três dias antes das eleições presidenciais, deixaria o País numa situação de enorme insegurança. E dentro do PS muita gentre estava indecisa mesmo entre os seus mais conhecidos dirigentes. Especulava-se que Jaime Gama poderia mesmo apresentar uma moção pró-

[1] *Diário de Notícias*, de 2 de Abril de 1979.

[2] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 113.

pria e candidatar-se a secretário-geral, tendo inclusivamente aparecido grafito nas paredes da sede do PS no Largo do Rato com *slogans* como «Gama a secretário-geral do PS». Em 1981, a chegada de Ronald Reagan à Presidência dos Estados Unidos faz tremer a esquerda na Europa. Frank Carlucci seria substituído na CIA por um homem cinzento, o almirante Ray Imman, passando o novo chefe a ser um dos homens de grande confiança do presidente, William Casey, um nacionalista conservador muito interessado em política externa. Casey tinha sido um dos chefes da campanha eleitoral de Reagan e «embora inteligente, era estreito e convencional em relação ao juízo que fazia das pessoas. Pretendeu transformar a CIA numa agência operacional, como a OSS da sua juventude e deu todos os recursos ao departamento de operações da casa»[1]. O seu secretário de Estado seria o antigo número dois de Henry Kissinger no Conselho Nacional de Segurança da Casa Branca, sob a presidência de Richard Nixon, o general Alexander Haig que nos últimos anos tinha desempenhado o importante cargo de Comandante Supremo da NATO, em Bruxelas. Conhecia o general Ramalho Eanes por quem, aparentemente, tinha apreço, contrariamente ao que pensava da Esquerda na Europa que achava sofrer de «um grande dilema político» uma vez que «anteriormente estes partidos tinham conseguido reconciliar a retórica do socialismo com uma defesa forte, enquanto as economias europeias prosperaram. De repente, a crescente concorrência pelos recursos agravou o declínio económico e a ameaça soviética conduziu os sociais-democratas europeus para opções negativas»[2].

Em termos europeus também a posição de Mário Soares não era, então, a mais confortável porque a crise no Partido Socialista estalara no momento em que, como confirma Alexander Haig no seu livro *Caveat*, a esquerda se radicalizava à volta do desarmamento na Europa e em relação à Nicarágua. Dois temas caros a Reagan e à CIA. Exceptuando Salgado Zenha, que era conhecido e respeitado internacionalmente, a restante maioria do Secretariado Nacional permanecia demasiado periférica em relação à Europa e ninguém conhecia fora de Portugal, os seus nomes. Embora defendessem posições que, em 1981, pareciam importadas da esquerda do Partido Trabalhista Britânico ou do SPD alemão. Mário Soares pedira-me, logo no início do ano, que contactasse o SPD no sentido de lhe conseguir um encontro urgente com Willy Brandt. A última vez que tinha estado com ele fora no Congresso da IS que se realizara em Madrid, em Novembro do ano anterior. Explicara-lhe a situação em pormenor e os porquês da sua «auto-suspensão» mas Brandt, como vinha acontecendo desde Oslo, não estaria muito receptivo às alegações de Soares. Sei que a sua posição era essencialmente motivada por divergências em relação aos principais temas — América Latina

[1] John Rannelagh, *CIA: A History*, ed cit., p. 221.

[2] Alexander Haig, *Caveat*, p. 227, MacMillan Publishing Co., Nova Iorque, 1984.

e Desarmamento — mas penso que Brandt também se convencera de que a carreira política de Mário Soares chegara ao fim. Willy Brandt, Olof Palme, Bruno Kreisky — «a trindade socialista» — tinham em comum a língua sueca e uma grande amizade pessoal. Por essas razões era frequente convidarem-me para a sua mesa ou para uma bebida no final das reuniões, sendo costume as pessoas juntarem-se segundo afinidades e amizades em restaurantes, nos quartos deste ou daquele, ou até no bar do hotel. Depois conversavam pela noite dentro. Curiosamente o tema «PS português» praticamente deixara de ser abordado, o que era sintomático de que não pretendiam dar-me a conhecer o seu pensamento. Eu compreenderia que algo tinha mudado em relação a Portugal. Só que a ida à Alemanha era extremamente importante pois representava um sinal para o interior do partido de que Mário Soares continuava contar com o apoio dos líderes socialistas europeus. Tal sinal tinha muito significado no Partido Socialista de então. E creio que Brandt, consciente da situação, estava propositadamente a tentar deixar o encontro pedido para depois do Congresso, a realizar em Maio.

Foi então que eu consegui dar a volta a este impasse. Através de um bom amigo, Peter Courterier, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros alemão, da maior confiança pessoal de Helmut Schmidt, conseguiria convencer o chanceler da República Federal Alemã a receber Mário Soares para discutir exactamente a situação na América Central e os problemas que a posição da Internacional Socialista sobre o desarmamento na Europa levantavam aos socialistas nos países da NATO. Não seria difícil dado ser sabido que Helmut Schmidt não compartilhava do radicalismo de esquerda do seu partido e, embora tal não transparecendo publicamente, era bastante crítico das posições que Willy Brandt vinha assumindo sobre estes temas. Por outro lado, embora não existisse nenhuma intimidade entre ele e Mário Soares houve um bom relacionamento durante o I Governo Constitucional, tendo Schmidt mostrado disposição para ajudar economicamente o nosso país. Mas não havia um relacionamento pessoal no sentido de Mário Soares, na oposição e suspenso das suas funções no partido, poder «pegar em qualquer momento no telefone» e falar com ele. A relação foi sempre numa perspectiva de inferioridade, com Soares sempre a pedir. Também acho que receber Soares sem passar pela máquina do seu partido parecia agradar a Schmidt. A reunião foi marcada para o dia 18 de Fevereiro. Eu avisei então o acessor de Brandt, Klaus Lindenberg, de que uma vez que estava programado um encontro entre Mário Soares e Helmut Schmidt talvez fosse oportuno concretizar o encontro previamente pedido com o presidente do SPD e da Internacional Socialista. O que aconteceu com grande relevo na comunicação social portuguesa. Jaime Gama aderiria então à moção de Mário Soares, «Um Novo Rumo para o PS» fazendo, com muitos dos seus próprios apoiantes, verter a balança a favor de Mário Soares. Entre os membros da direcção do PS falava-se de que Gama era muito influenciado pelos ventos alemães!

Capítulo VI

«Reviver o passado em S. Bento»
1981-1985

A crescente dissidência de Salgado Zenha, a partir de 1976, faria com que um amigo seu, António de Almeida Santos, viesse, subtilmente, a ocupar cada vez mais o lugar de «número dois» do PS. Não era um lugar que estivesse previsto no Partido mas sim uma posição de influência adquirida, que reflectia um misto da principal fonte de energia intelectual, de que o secretário-geral necessitava, com a percepção, pelo resto do partido, da pessoa que mais influência exercia sobre ele. Mário Soares nunca teve vocação de «homem só» e sempre que se encontrava nessa circunstância pendia para situações de grande insegurança pessoal. Necessitava tanto de um «número dois» como de se fazer rodear de «admiradores». Almeida Santos aderira ao Partido Socialista em 1976, fora várias vezes ministro nos governos provisórios e, segundo Mário Soares, era «uma máquina de trabalho impressionante», «foi o grande legislador do 25 de Abril» e «autor de quase todas as leis importantes que se publicaram durante a vigência do regime democrático»[1] tendo sido mesmo ministro de Estado do efémero II Governo Constitucional. Tinha de facto um extraordinário talento, escrevia com brilho e era um excelente e mordaz orador político, além de ser detentor de inúmeros contactos com o mundo dos negócios. Contudo, ao contrário de Salgado Zenha, era incapaz de contrariar Mário Soares, mesmo quando este lhe criava situações de grande humilhação. Era ponto assente, no «gabinete crise» da moção «Novo Rumo» que reunia sob os auspícios da Fundação de Relações Internacionais, antes da adesão de Jaime Gama à moção liderada por Mário Soares, que Almeida Santos seria o próximo candidato a primeiro-ministro, reservando-se Mário Soares para candidato à Presidência da República em 1985. No IV Congresso, que teria lugar no Coliseu dos Recreios em Maio de 1981, Mário Soares, único candidato a secre-

[1] Mário Soares, *O Futuro Será o Socialismo Democrático*, ed. cit., p. 91.

tário-geral, obteria 72 % dos votos dos congressistas. A «sua» estratégia, «Um Novo Rumo para o PS», teria 62 % enquanto o «ex-secretariado» conseguiria 34 % dos votos.

Salgado Zenha, contrariamente ao que muitos previram, não se candidataria contra Mário Soares. Enganara-se Mário Soares quando pensara que o seu velho amigo pretendera liderar o partido contra ele e enganaram-se os «ministeriáveis» do «ex--secretariado» quando contaram com ele para seu «cavalo de Tróia». Salgado Zenha não se candidataria não porque tivesse receio de poder vir a perder tal batalha, como alguns diriam depois, mas tão somente porque deixara de estar emocionalmente com o Partido Socialista e, essencialmente, com Mário Soares. Como também tinham deixado e deixariam de estar muitos outros, sem os quais o líder socialista, provavelmente, não obstante o seu reconhecido *charme*, por si só, nunca teria alcançado a promoção política que acabaria por ter. Agora, livre do elemento que mais sombra lhe poderia ter feito, rodear-se-ia de uma direcção executiva que ele chamaria «homogénea» mas que a começar pelo «número dois» não passsaria de uma boa desculpa para confirmar o exercício, sem pudor, do poder absoluto que Zenha o acusara de querer desenvolver. Mesmo assim e apesar de não existir, então, ninguém com poder ou prestígio para o enfrentar, as críticas à sua maneira de administrar o partido tinham aumentado de tal forma que, no estilo que tanto o caracterizou, não teve o menor problema em substituir o tesoureiro do PS. Fez de conta que nada tivera que ver com a actuação de Fernando Barroso ao longo de cinco anos — que por acaso até era seu cunhado — e substituiu--o por um outro homem de sua confiança pessoal, por ele escolhido e que pouca gente conhecia, de nome José Alberto Menano do Amaral. Por acaso até tinha nome «na praça» enquanto engenheiro e gestor, tendo sido secretário de Estado do Emprego no II Governo Constitucional, em substituição de Manuel Tito de Morais, que se opusera à coligação PS/CDS. A sua referência política vinha de um grupo de meia dúzia de familiares e amigos de Mário Soares que por ocasião do I Congresso do PS, em Dezembro de 1975, se intitulava «GAPS» e que o livro «oficial» do PS, *Cem Anos de Esperança*, descreve como sendo um grupo ligado ao «socialismo de base».

Almeida Santos assumiria o pelouro dos «Assuntos Parlamentares» para obedientemente poder confrontar Salgado Zenha, então ainda presidente do Grupo Parlamentar do PS, no seio do qual o «ex-secretariado» detinha a maioria dos deputados. Jorge Campinos, que por convicção e amizade defendera Soares e mobilizara todo o esquema organizativo de apoio das bases à moção «Novo Rumo para o PS», viria a deter o pelouro da «Organização» do qual se demirtiria um ano depois. António Campos, um dos homens de mão para qualquer eventualidade, suceder-lhe-ia então. Mário Cal Brandão, um homem de bem e um dos verdadeiros valores do PS que, juntamente com Manuel Tito de Morais, Raúl Rego, António Macedo, Teófilo Carvalho dos Santos, Francisco Ramos da Costa, Joaquim Catanho de Menezes, Fernando Vale, entre outros,

ao longo de muitos anos de luta desinteressada representariam, em última instância, o grande património inaproveitado do PS, assumiria a «Administração» do Partido. Era uma forma de dar cobertura à administração financeira do PS, que Mário Soares nunca deixaria «por mãos alheias»: Eduardo Pereira que se mostrara ser um antieanista nas negociações em que representara o Partido Socialista e chegara à posição de confiança que a presidência da Fundação Azedo Gneco e, sobretudo, a vice-presidência da FRI, lhe dariam. Walter Rosa seria responsável pelo «Gabinete de Estudos» e eu continuaria à frente das «Relações Internacionais». Todos os membros desta Comissão Permanente, como o Secretariado Nacional passaria a designar-se, eram fiéis «soaristas» e antieanistas, sem qualquer margem para dúvida. O único que com ele tivera sérias divergências em várias ocasiões e até se sentira tentado a suceder-lhe seria Jaime Gama, que viria a ocupar o pelouro da «Informação».

O novo rumo do PS implicava para além do mais rigoroso controlo que Soares exerceria sobre a vida do partido e, em especial, sobre os seus aspectos financeiros, o lançamento de «infra-estruturas» que servissem de sustentáculo económico às actividades do partido e do secretário-geral e, muito especialmente, para permitir o lançamento da sua candidatura à Presidência da República, em 1985. Nas fundações, depois de perdido o «Instituto de Estudos para o Desenvolvimento» para a minoria, passaria a haver menos dinheiro e maior controlo dos alemães — quer na José Fontana quer na Antero de Quental, acabando a Azedo Gneco por se diluir numa empresa de serviços, creio que co-participada pela Fundação Friedrich Ebert, de nome «Consera». Bernardino Gomes seria encarregado com Fernando Barroso e Menano do Amaral de estudar o lançamento de «empresas partidárias» tendo em 1981 recomendado «a criação de uma ou mais empresas, ligadas indirectamente ao Partido Socialista, que actuassem em diferentes áreas económicas... com o objectivo de encontrar a médio prazo financiamentos capazes de garantir uma vida económica sã ao Partido Socialista». Segundo ele, «em momentos de crise política interna que poderiam pôr em causa os equilíbrios internacionais não foi difícil ao Partido Socialista encontrar meios financeiros», mas as «várias tentativas que foram surgindo fracassaram todas porque tinham o mesmo defeito: eram constituídas por grupos de pessoas que não se sentiam minimamente envolvidas nos projectos, limitando-se a dar o nome, por imperativos partidários, mas cuja colaboração terminava aí» e, segundo afirmaria então, «a solução recentemente encontrada de criar empresas em que os gestores escolhidos tenham interesses próprios a defender é a única maneira de se poder vir a ter empresas que possam ser benéficas para as instituições que as patrocinam. Quanto maior for a rentabilidade para o gestor maior será a rentabilidade para os sócios maioritários»[1] (*Anexo 19*).

[1] Manuscrito de Bernardino Gomes sobre filosofia empresarial a adoptar pelo PS.

Como resultado desta estratégia, seria constituída em Dezembro de 1981 a empresa «Parsogal» com um capital de 3 mil contos distribuídos equitativamente por Fernando Barroso, Menano do Amaral e por mim. Desta sairia em meados de 1982 a «Ciporgal» com um capital de mil e quinhentos contos, dos quais setecentos e trinta e cinco pertenciam à empresa «mãe», a Parsogal, seiscentos e quinze estavam em meu nome, setenta e cinco em nome de Fernando Barroso e setenta e cinco no de Bernardino Gomes. Eu representaria, simultaneamente, a posição da FRI, que era de 540 mil escudos, sendo setenta e cinco contos o capital que me era atribuído enquanto recompensa pela minha contribuição pessoal. Como se pode facilmente imaginar, todo o capital da Parsogal estaria destinado a representar os interesses do PS e o próprio nome da empresa seria uma clara referência à ligação com o Partido Socialista. «A Ciporgal nasceu como um projecto empresarial da Fundação de Relações Internacionais com o objectivo de garantir a independência económica futura a esta instituição» e «poder-se-á pensar como objectivos iniciais, o financiamento da FRI a partir de 1984 e de actividades políticas de grande envergadura em 1985»[1]. Estas actividades de grande envergadura, em 1985, referiam-se à campanha eleitoral de Mário Soares para a Presidência da República, tendo sido postos à disposição destes projectos cem mil dólares, o que equivalia, em 1982, a 8 milhões e quatrocentos mil escudos. Bernardino Gomes abriria então uma conta no BPA em seu nome, onde depositaria 4 933 659$00 desse dinheiro e instalaria a Ciporgal na sede da Fundação José Fontana. Além de despesas de representação, viagens de alguns elementos do PS e mobiliário para a Ciporgal, seriam pagas já em 1985, com o resto do dinheiro destinado a esta empresa, dívidas eleitorais do PS a uma empresa francesa, Laser Creations, contratada pela Comissão Técnica Eleitoral. Mas estas empresas creio que nunca chegariam a ter qualquer actividade e, depois de constatar que permaneciam inactivas, eu cederia a cota em meu nome na Parsogal à Ciporgal e Menano do Amaral cederia a sua a Eduardo Barroso. Entretanto já Fernando Barroso detinha pessoalmente o controlo da empresa Ciporgal.

Outros projectos, a que não estaria pessoalmente ligado, seriam a empresa Projectoplano, lançada em 1979 por Almeida Santos através do seu colega de escritório Deodato Coutinho e pelo acessor de Mário Soares, Mário Nunes da Silva, na altura do Conselho Directivo da Fundação José Fontana. A Projectoplano era uma empresa de «prestação de serviços de consulta técnica e jurídica nos domínios económico e financeiro» que teve como associados vários ex-ministros e secretários de Estado socialistas como Carlos Melancia e Machado Rodrigues e que, em 1982, após acordo com a Fundação Ebert, seria dinamizada — na sequência da vitória da moção de Mário Soares — pelo tesoureiro do partido, Menano do Amaral e presidida pelo ex-ministro do Plano e da Habitação e

[1] Manuscrito sobre filosofia empresarial do PS.

Obras Públicas, António Sousa Gomes. Segundo a comunicação social decreveu recentemente, esta empresa ainda estava bem viva em 1994 e concorria em condições descritas como pouco claras a posições no quadro da «Expo 98»[1]. A Globetraders era outra empresa que seria lançada para a mediação em negócios, consultoria e comércio externo e para onde Mário Soares designaria os seus homens da «CEIG», João Tito de Morais, Francisco Calheiros, Amândio Silva e José Lobato. No âmbito da Fundação José Fontana, inicialmente, e, depois, da «CEIG», seria também constituída uma empresa de processamento de dados que continha, por um lado, os ficheiros do PS, e por outro, prestava serviços de contabilidade. Tinha o nome de SORT e foi incialmente dirigida pela ex-deputada Maria Emília de Melo e, posteriormente, por uma cunhada de Mário Soares.

Mas não será exagerado afirmar que, com a vitória no recente Congresso, a Fundação de Relações Internacionais passaria a ser a menina dos olhos de ouro do secretário-geral do PS, tendo ali sido movimentadas somas consideráveis durante o período em que ele acumularia estas funções com as de primeiro-ministro e de presidente da Fundação, de Janeiro de 1981 a Março de 1986. Só ao Partido Socialista seriam entregues e contabilizados mais de oitenta mil contos. Muitas outras verbas oriundas de empresários vários, contudo, nem chegavam a entrar na Fundação, sendo imediatamente endossadas à ordem do PS. A Fundação era igualmente proprietária dos veículos postos à disposição do secretário-geral do PS, entre os quais um Volvo oferecido por meu intermédio pelo Partido Social-Democrata sueco. Como Mário Soares pretendia mostrar ao PS que enquanto seu secretário-geral nada do partido alguma vez recebera, seria também pela FRI que cobriria algumas das suas viagens e actividades, assim como de alguns dos seus familiares. Recordo-me por exemplo da viagem do casal Soares à China em 1982, de Isabel Soares que acompanharia seu pai à tomada de posse de Luís Alberto Monge na Costa Rica também em 1982 e o patrocínio ao livro que Alfredo Barroso escreveria para homenagear seu tio, *Mário Soares: 40 anos de luta pela democracia (Anexo 20)*. Mas a Fundação de Relações Internacionais desenvolveria, também, ao longo dos cinco primeiros anos de presidência de Mário Soares, algumas actividades de grande prestígio. A Fundação tinha, para além dos seus cuidadosamente estudados estatutos, todas as condições, incluindo a de «utilidade pública» concedida pelo primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão, para ser a futura base de Mário Soares. Era essa a ideia em 1981, quando se previu esta alteração a partir do momento em que ele deixasse de ter funções políticas.

As reuniões da Comissão Permanente passariam a ser quase diárias e aí se começaria a definir a estratégia pré-eleitoral do Partido. Havia o sentimento generalizado de que a Aliança Democrática não duraria muito tempo. Mário Soares estava convencido de que

[1] *Público*, de 28 de Janeiro de 1994.

Pinto Balsemão era uma pessoa extremamente fraca e artificial, sem «estofo» de primeiro-ministro mas, por qualquer razão, convencer-se-ia de que este pretendia um acordo com o PS. Já em Janeiro escrevera a Callaghan dizendo que «o clima político em Portugal mudou substancialmente no último mês a seguir à trágica morte de Sá Carneiro» acrescentando que a Aliança Democrática tinha «entrado numa crise de liderança e na [sua] opinião o presente Governo AD é fraco e com um futuro tremido» tendo mesmo os grupos mais progressistas do PSD «dúvidas sobre a presente coligação e sem dúvida prefeririam cooperaração com o Partido Socialista»[1]. Mário Soares também tinha dito algo semelhante a Tony Benn quando este visitou Portugal e a sede do PS, onde teria um encontro com Mário Soares e comigo[2]. Mas, na realidade, uma das primeiras prioridades da Comissão Permanente, antes de pensar nas coligações com que Soares começara já a sonhar, era a de conseguir com o PSD os necessários dois terços para a revisão Constitucional. Não era prioritário, a curto prazo, pensar no governo. É que embora vencido o «ex-secretariado» no IV Congresso, este grupo permanecia maioritário no Grupo Parlamentar e a sua não adesão às propostas de revisão da Constituição poderia inviabilizar o que era para a nova direcção do PS um ponto de honra. Um bloqueio do Grupo Parlamentar do PS por parte do «ex-secretariado, poderia também, como é evidente, prejudicar os planos de Mário Soares de candidatura à Presidência da República.

Assumia-se, igualmente, que Almeida Santos seria o próximo candidato do PS a primeiro-ministro, daí que quaisquer discussões sobre estratégia do partido, relacionada com coligações ou futuros governos, era do foro íntimo de Mário Soares e seria matéria a adiar. Jaime Gama não participara no «gabinete crise» da moção de Mário Soares e era conhecida a sua oposição à designação de Almeida Santos para o cargo de candidato «oficial» do PS a primeiro-ministro e, por seu lado, arrastaria, então, outras opiniões de peso contra Almeida Santos. Ora, sendo a questão da revisão constitucional prioritária e a preocupação com o domínio que Salgado Zenha detinha no Grupo Parlamentar obcessiva, Soares convencer-se-ia de que este se preparava para fazer frente às suas ordens e encarregaria Almeida Santos da desagradável tarefa de os «pôr na ordem». Assim, mandaria Almeida Santos usar medidas drásticas, se necessário, para obrigar o «ex-secretariado» «a votar disciplinadamente todas as alterações do texto constitucional — alterações que retiravam, um a um, os poderes que Eanes queria a todo o custo reservar»[3]. A sua injustificada obcessão seria tal que só quando «Salgado Zenha disciplinadamente vota de acordo com a sua orientação... sente que só naquele momento o submeteu»[3]. Zenha não estava mais nem com Mário Soares nem

[1] Carta de Mário Soares a James Callaghan, de 29 de Janeiro de 1981.

[2] Tony Benn, *The End of an Era*, ed. cit., p. 108.

[3] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, pp. 114-5.

com o Partido Socialista, mas era um homem profundamente rigoroso e honesto. Fora fundador do Partido Socialista, tivera oportunidade de contestar a liderança a Mário Soares mas recusara-se sempre a fazê-lo e aceitara o resultado do IV Congresso. Como tal acataria, embora discordando, as directivas da Comissão Permanente sem nunca ter sido submetido, ao contrário da maior parte dos outros, para quem o que estava em causa era preservar o lugar na Assembleia da República, enquanto deputados e enquanto grupo homogéneo maioritário dentro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. O não acatamento das directivas da Comissão Permanente do PS poderia transformá-los numa espécie de ASDI do PS que precipitaria um acordo entre o PS e o PSD e, provavelmente, o fim das suas carreiras políticas. Afinal eles tinham entrado para o PS «porque o PS estava na área do poder» e não tinham coragem suficiente para enfrentar tal incerteza. A sua solidariedade com Eanes, após 1981, seria tão forte como a que tiveram com Soares a partir de 1978.

A vitória no IV Congresso também alterara favoravelmente as relações internacionais do partido. Ainda em Maio, o então secretário da Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, de visita a Portugal teria um encontro com Mário Soares e comigo em que se discutiria a situação portuguesa, para além dos temas de política internacional que preocupavam a administração Reagan, com destaque para a posição da esquerda europeia em relação ao desarmamento e à América Central. Mário Soares explicaria a Weinberger que a posição do Partido Socialista passava por retirar poderes ao Presidente da República, que ele classificaria como um militar com perigosas ambições políticas e um perigo para a democracia ocidental, e acabar com o Conselho da Revolução. Depois confessaria estar arrependido de não ter chegado a um acordo com Sá Carneiro e com o PSD mas que, em virtude da debilidade do Governo de Balsemão, aquele partido estava em vias de desintegração e era possível poder pensar de novo num tal acordo. Disse ao secretário da Defesa que em tal hipótese Almeida Santos, «o número dois do PS», como ele lhe chamaria, seria o próximo primeiro-ministro e que «muito provavelmente, aqui o Rui Mateus, responsável pela política externa do Partido, seria o próximo ministro dos Negócios Estrangeiros». Disse que de modo algum considerava entrar num próximo Governo do PS e que era questão assente preservar a sua imagem, de novo reforçada, para se candidatar em Dezembro de 1985 à Presidência da República. Weinberger perguntou-lhe para quê tentar reduzir os poderes presidenciais, se era esse o seu plano, explicando-lhe, então, o líder português que os poderes que Ramalho Eanes detinha eram contrários ao seu conceito de democracia e que os poderes do Presidente da República, segundo a revisão constitucional que o PS propunha, eram importantes uma vez que competiria sempre ao presidente nomear o primeiro-ministro e dissolver a Assembleia da República.

Testadas as suas intenções, o visitante americano perguntou-lhe então o que iria fazer pessoalmente quando o PS estivesse no governo. Aí Soares reflectiu um pouco

como se não estivesse à espera de tal pergunta e respondeu que em princípio as eleições seriam só em 1984 e que ele pensava dedicar-se a questões internacionais. Aí lembraria Weinberger de que era muito importante continuarem a apoiar o Partido Socialista, a Fundação de Relações Internacionais e a UGT pois que era no quadro da Fundação que ele pensava desenvolver as suas actividades internacionais, podendo «os socialistas portugueses» continuar a ser úteis aos EUA na medida em que defendiam posições coincidentes sobre a defesa dos valores ocidentais. O secretário da Defesa americano lembraria então Soares de que tinha nos Estados Unidos muitos amigos e um grande defensor na figura do seu subsecretário.

Frank Carlucci, de facto, seria transferido de director adjunto da CIA para subsecretário da Defesa. Weinberger conhecia bem Carlucci e através deste, que já tinha sido seu subsecretário da Saúde e Educação antes de vir para Portugal, a situação política portuguesa. A referência que Soares me fizera na conversa com Weinberger já não era inédita e tinha ocorrido em pelo menos duas outras ocasiões: quando viajámos juntos de Paris para Bona no dia 17 de Fevereiro, em que ele me disse que considerava ter chegado a minha vez de pensar no governo e quando repetiu a Helmut Schmidt as mesmíssimas palavras que diria a Weinberger no dia 14 de Maio. No seguimento desta conversa, eu seria contactado, à semelhança de membros de outros partidos da Internacional Socialista, por Carl Gershman e Michael Ledeen. O primeiro tinha sido durante anos secretário-geral do pequeno partido filiado na IS, Social-Democrats USA, que funcionava como uma espécie de *lobby* da central sindical americana e passara a ser, após a eleição de Ronald Reagan, colaborador da embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Jeane Kirkpatrick. Michael Ledeen, autor e jornalista do conservador *New Republic*, era acessor do secretário de Estado Alexander Haig e, além de conhecedor da Europa, com relevo para Itália onde vivera inúmeros anos, era um conhecido *expert* em contraterrorismo. Gershman tinha sido encarregado por Jeane Kirkpatrick de constituir uma resposta americana às fundações alemãs, que viria a chamar-se National Endowment for Democracy[1] de que aliás seria presidente. Ledeen teria um papel de relevo na prisão dos «terroristas» palestinianos que assaltaram o paquete italiano *Achille Lauro*, dados os seus excelentes contactos com o então primeiro-ministro italiano Betino Craxi, e seria também conhecido pela concepção da ideia dos contactos entre o agente iraniano Ghorbanifar, o primeiro-ministro israelita Shimon Peres e a administração americana, com a finalidade de libertação dos reféns americanos no Líbano e que, contra sua vontade, se transformaria no chamado «Iran-Contra Affair».

[1] A National Endowment for Democracy nunca teria a amplitude e os meios das fundações alemãs e viveria sempre rodeada de grande polémica. Nunca seria «oficialmente» financiada pelo Governo, comprovando o que Carter dissera.

O presidente Ronald Reagan, chegado à Casa Branca em Janeiro de 1981, consideraria ser a evolução na Nicarágua inaceitável para os interesses americanos. Desde Abril de 1980 que Alfonso Robelo e Violeta Chamorro se tinham demitido da Junta e o jornal *La Prensa* tinha encerrado, numa disputa interna que fazia lembrar tal e qual o que se tinha passado no *República*, em Portugal, em 1975. Um ano depois Arturo Cruz, presidente do Banco Central, e Rafael Cordova Rivas, juiz do Supremo Tribunal, que substituíram Robelo e Chamorro, também se afastariam do governo sandinista. Em Julho de 1980, no primeiro aniversário da Revolução, celebrado em Manágua com grande alarido, o convidado de honra daquelas comemorações seria Fidel Castro e já o principal herói da revolução, Eden Pastora, era considerado «o "homem" da CIA no topo da Frente Sandinista»[1]. Pastora, mais conhecido por «comandante Zero», tinha na manhã de 22 de Agosto de 1978, assaltado e ocupado com 24 homens o Palácio Nacional (Parlamento Nicaraguense) quando este se encontrava em plena sessão. O sanguinário ditador Anastázio Somoza, apesar de apoiado pela sua fortemente armada Guarda Nacional, fora surpreendido pelo golpe de coragem e obrigado a ceder às reivindicações do jovem comandante Zero que, depois de libertar mulheres e crianças, manteve o Palácio e 1200 pessoas sequestradas durante 48 horas. No final, Somoza libertaria cinquenta presos políticos que seriam autorizados a sair do país, enquanto a população em peso aclamava Eden Pastora e os presos libertados no seu percurso para o aeroporto, acompanhado pelo arcebispo Monsenhor Obando Bravo. Entre os homens que Pastora libertara, encontrava-se então o único fundador vivo da Frente Sandinista, Tomás Borge, que viria a ocupar o cargo de primeiro-ministro da Defesa e, dois anos depois, acusaria o seu «libertador» de trair a revolução.

Pastora que só abandonaria, formalmente, a Frente Sandinista em 1982, tinha, em 1979, sido a grande estrela do comício eleitoral que o PS realizaria no Pavilhão dos Desportos, em Outubro, por ocasião da reunião da Internacional Socialista. Já então não escondia o desagrado pela evolução que os seus camaradas estavam a imprimir à revolução nicaraguense. Logo após denunciar os erros da Frente Sandinista, viria a Portugal a convite da Fundação de Relações Internacionais, em 1982. Seria em Lisboa que pela primeira vez o herói da revolução nicaraguense alertaria a Internacional Socialista para os perigos do apoio incondicional aos sandinistas. Estava, então, bem inserido na estratégia política dos EUA de desestabilização do regime pró-cubano da Nicarágua. Mas, após a constituição do Movimento Democrático, que incluía antigos «somozistas», como Adolfo Calero, os americanos deixariam cair Eden Pastora. O PS português, que desde o seu corte com a Frente Sandinista o apoiria, criticou a decisão americana permanecendo um dos seus principais apoios na Europa e, quando em 1986 Pastora se encontrou com

[1] Shirley Christian, *Nicaragua: Revolution in the Family*, p. 162, Random House, Nova Iorque, 1985.

Mário Soares na sua residência do Algarve, no começo de uma visita a vários países europeus organizada por mim, veio precisamente solicitar os seus bons ofícios para que os americanos o não excluíssem do quadro de ajudas que a administração Reagan e a CIA tinham empreendido a favor dos Contras do Movimento Democrático Nicaraguense[1].

Para além da Nicarágua, a situação em El Salvador era ainda mais grave e as mortes de inocentes, vítimas de esquadrões da morte de extrema-direita e de guerrilheiros de esquerda, contavam-se pelos milhares. No Panamá, após a morte num acidente aéreo em Julho de 1981 do ditador Omar Torrijos, amigo íntimo de Eden Pastora, num voo no qual este tinha sido convidado a viajar, o poder passaria para o ex-agente da CIA e narcotraficante, Manuel Noriega. Nas Honduras e na Guatemala reinava o terror de extrema-direita que entretanto perdera o tradicional apoio norte-americano. Na Jamaica vivia-se um clima de grande instabilidade política com o socialista Michael Manley, vice-presidente da Internacional Socialista, numa conspícua proximidade com Fidel Castro. Na minúscula ilha de Grenada, o jovem ditador marxista Maurice Bishop estava em vias de construir um enorme aeroporto com assistência cubana, tendo já garantido concessões de utilização pela União Soviética. No México, José Lopez Portillo seguia o trilho do seu antecessor Luiz Echevarria, numa cruzada sem precedentes contra o seu poderoso vizinho a norte.

Na Internacional Socialista, o grosso da simpatia ia ao sabor desta corrente de radicalismo esquerdista. Frank Carlucci e os dois jovens assistentes de Jeane Kirkpatrick e de Alexander Haig, respectivamente Carl Gershman e Michael Ledeen, estavam assim convencidos de que Mário Soares e o Partido Socialista poderiam ser aliados indispensáveis da estratégia da administração de Ronald Reagan. Mário Soares não só estaria de acordo como sugerira mesmo esta «indispensabilidade» a Caspar Weinberger, a quem também, para além de pedir mais ajuda, pediria para ser recebido pelo presidente Reagan. Esse encontro iria demorar mais de um ano de preparação e teria pelo meio mais alguns encontros importantes de sentido idêntico com o secretário de Estado Alexander Haig em Fevereiro de 1982 e com Frank Carlucci em Setembro

[1] Em 1987 visitaria Washington a convite de Frank Carlucci, então conselheiro nacional de Segurança, que organizaria na Casa Branca uma reunião com várias personalidades que incluiriam o subsecretário para a América Latina, Elliot Abrahams, a quem tentaria convencer que seria um erro concentrar todos os apoios nos chamados «Contras», abandonando grupos com maior receptividade entre os socialistas europeus, como era o caso de Eden Pastora que reclamava continuar a resistência a partir da fronteira com a Costa Rica. Pastora não teria então meios para continuar a alimentar e armar os seus homens, em virtude do corte dos EUA. A posição do *task-force* então reunido por Carlucci era, contudo, visivelmente contra as pretensões de Pastora. A CIA deixara cair o «comandante Zero» e parecia comprometida com os «Contras». Como se iria verificar pouco tempo depois daquela reunião, rebentaria o escândalo «Irão-Contras» que, aparentemente, fora militantemente liderado pelo próprio director da CIA, William Casey.

desse mesmo ano. Os toques finais seriam dados pelo embaixador Allan Holmes, um diplomata de carreira do nível de Carlucci, enviado em 1982 para Portugal pelo presidente americano numa demonstração de interesse pelo nosso país. O presidente Reagan tinha dificuldade em aceitar que houvesse «socialistas bons», mas parecia preparado para criar uma excepção no caso de Mário Soares.

Apesar de as nossas opiniões sobre os temas internacionais mais candentes começarem a ser vistas com alguma suspeição entre os principais partidos da Internacional Socialista, o nosso relacionamento com os americanos dava-nos força e as nossas posições, sempre defendidas com firmeza e correcção, eram ouvidas e respeitadas. Jaime Gama, sempre interessado pelas questões de defesa, passaria em Julho a integrar os trabalhos do Comité para o Desarmamento a que presidia o primeiro-ministro da Finlândia Kalevi Sorsa e em Setembro, em Paris, seria criado pela Internacional Socialista um novo Comité para a África Austral presidido por Olof Palme[1], que também integraríamos. O primeiro-ministro sueco tinha conduzido missões à África em nome daquela organização desde 1977 e, também aqui, as nossas posições iriam diferir consideravelmente das da maioria dos nossos partidos «irmãos». Para melhorar o clima em relação ao PS, eu organizaria no Algarve em Abril de 1982 uma semana de convívio dos responsáveis pelas relações internacionais de partidos amigos a quem apresentaríamos o Partido, os seus dirigentes e a sua política. Todos os dias no hotel Alvor seriam apresentados, por diferentes dirigentes do PS, vários temas sobre o partido e o País. A ideia consistia em apresentar o Partido Socialista como um partido democrático e moderno e tentar fazer compreender aos partidos «irmãos» as nossas raízes e as nossas posições políticas no campo internacional. Foi um enorme sucesso que outros partidos viriam a repetir nos seus países e contou com representantes da Alemanha, Aruba, Bélgica, Cabo Verde, Chile, Chipre, Curaçau, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Guatemala, Guiné-Bissau, Grã-Bretanha, Holanda, Irlanda, Marrocos, República Dominicana, San Marino, Suécia, Venezuela além de representantes do Grupo Socialista do Parlamento Europeu e da União dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia.

Os elementos do «ex-secretariado» que durante um longo período teriam dificuldade em se recompor da derrota sofrida em 1981, começariam a tentar desacreditar as posições do Partido Socialista em política externa, através de organizações afectas à estratégia soviética e, nomeadamente através das organizações frentistas internacionais, que o PCUS financiava e controlava. Entre estas contar-se-ia o Conselho Mundial para a Paz que tinha ramificações em todos os países democráticos e era presidido por um conhecido comunista indiano, Romesh Chandra. Dele faziam parte comunistas e *compangons de route* de vários países e pelas mais variadas motivações. O ex-presidente

[1] Este comité viria posteriormente a ser presidido pelo holandês, Joop den Uyl.

Costa Gomes era um dos elementos, que por ter tido uma posição de destaque num país democrático, era frequentemente utilizado para se pronunciar pela «Pax-Soviética», atacando sempre, sem excepção, as posições dos Estados Unidos. O mesmo acontecia com outros altos militares e políticos que estavam desacreditados nos seus países. Em Portugal a subsidiária do Conselho Mudial era o Conselho Português para a Paz e Cooperação que tinha como figura de proa o comunista Silas Cerqueira. Alguns socialistas também aceitavam fazer o jogo soviético e, em Abril de 1982, haveria uma tentativa para dividir o Partido Socialista e para o desacreditar internacionalmente. O Conselho Mundial da Paz pretendeu organizar em Portugal uma grande conferência de solidariedade com os Estados da Linha da Frente e assim apoiar a posição que a União Soviética defendia para a resolução dos conflitos na África Austral, com particular relevo para Angola e a África do Sul. Convidariam para essa conferência muitos dos partidos da Internacional Socialista e, em particular, os nórdicos. As cartas e telegramas de convite eram assinados por Vasos Lyssarides, do minúsculo Partido Socialista do Chipre, que era conhecido pelas suas conotações com o Conselho Mundial para a Paz, por Silas Cerqueira que, em Portugal, coordenava as organizações frentistas soviéticas e por dois dirigentes do «ex-secretariado» do Partido Socialista, José Manuel Galvão Teles e João Cravinho. Após ter sido consultado sobre a iniciativa pelo secretário-geral da IS e por vários partidos europeus convidados, eu faria circular uma nota em que diria que os socialistas signatários, embora invocando a sua qualidade de dirigentes socialistas o faziam «sem conhecimento da Comissão Permanente do Partido que [sublinhava] não participa nesta iniciativa». Acrescentava também que a sede do secretáriado da dita conferência «pertencia ao Conselho Português para a Paz que é a secção portuguesa do Conselho Mundial da Paz»[1].

Em Novembro de 1981 aceitei, após várias pressões do Partido Baath e de alguns dirigentes socialistas que ali se tinham deslocado por motivos vários, visitar o Iraque. O convite partia daquele país e vinha na sequência de inúmeras visitas de socialistas portugueses a Bagdad. Em Abril de 1977, Marcelo Curto assistira ao Congresso do Partido Baath e no ano seguinte Maria Fernanda de Castro, secretária de Mário Soares, e Rodolfo Crespo regressariam àquele país. Em 1979 e 1981 viriam delegações iraquianas aos III e IV Congressos do PS e, em 1980, Francisco Ramos da Costa acompanhado de Fernando Medeiros do Departamento Internacional seriam recebidos em Bagadad com todas as honras. Em Julho de 1981 o director do *Portugal Hoje* participaria numa conferência anti-sionista naquele país. Seria ele que, como resultado dos seus contactos, insistiria para que Mário Soares fosse àquele país. O seu jornal come-

[1] Carta do Departamento Internacional enviada aos partidos da Internacional Socialista, a 7 de Maio de 1982.

çara a ter dificuldades financeiras e, segundo ele, uma delegação chefiada por Mário Soares poderia em Bagdad encontrar «o tesouro de Ali-Baba»! A Comissão Permanente achou que deveria ser eu e não Mário Soares a ir àquele país que estava em plena guerra com o Irão, à frente de uma missão que integrava o gestor do PS, Menano do Amaral, e o administrador do *Portugal Hoje*, Edmundo Pedro. Eu fui, mas fui contrariado. Nunca tivera pré-disposição para aceitar convites de ditadores e os inúmeros que chegavam constantemente ao PS, seriam distribuídos por socialistas sempres desejosos de viajar: à Roménia, à Coreia do Norte, à Líbia etc. Ao chegar a Bagdad expliquei que tinha compromissos importantes em Portugal e só poderia ali permanecer dois dias. Era portador de uma carta de Mário Soares para Saddam Hussein em que este afirmava estar «convencido que a visita de alto nível do Partido Socialista ao Iraque nesta ocasião [iria] fortemente contribuir para um relacionamento mais profundo entre os nossos dois partidos» e esperava que esta visita pudesse «ser seguida por uma outra de alto nível do Partido Árabe Socialista Baath a Portugal e conduzir a uma profunda cooperação entre os nossos dois partidos a todos os níveis e em todas as áreas onde os nossos dois partidos e os nossos dois países possam ter interesses mútuos» concluindo que estando os dois partidos fundamentalmente interessados na paz mundial, «poderão juntar forças em muitos fóruns internacionais».[1] Ficaríamos principescamente hospedados em enormes suites do hotel Melia e no segundo dia teríamos um encontro com o então primeiro-ministro Tariq Aziz, a quem eu entregaria a carta para o presidente Hussein, e com dirigentes do partido Baath numa sede de construção imponente, só comparável à arquitectura fascista dos anos 30 e dos países comunistas do pós-guerra. Evidentemente que a questão de assistência económica ao *Portugal Hoje* seria colocada por Edmundo Pedro. Mas esta só seria iniciada, através do embaixador daquele país em Lisboa, após a visita de uma delegação do partido Baath que Mário Soares receberia na Rua da Emenda no dia 26 de Janeiro de 1982. Aparentemente os nossos anfitriões sentir-se-iam ofendidos se a nossa visita durasse apenas dois dias e a partir do dia 4 de Novembro, durante quatro dias, era-nos dito para prepararmos as malas para sair no voo dessa noite que seria sempre misteriosamente «cancelado». Também era impossível fazer chamadas para fora do Iraque tendo eu conseguido enviar um telex do hotel para o Departamento Internacional do PS. Soube então através da minha secretária que durante aquele tempo não houvera voos cancelados a partir de Bagdad. Confrontados com esta informação os nossos anfitriões deixar-nos-iam, finalmente, após seis dias de visita turística, sair do Iraque.

A Esquerda Europeia estava em guerra com a administração Reagan. Na América Central, o confronto entre os Estados Unidos e a Nicarágua assim como El Salvador

[1] Carta de Mário Soares a Saddam Hussein, 2 de Novembro de 1981.

e a ilha de Grenada parecia inevitável. Na África, enquanto continuava o apoio aberto a Jonas Savimbi e os EUA se recusavam a reconhecer o governo de Eduardo dos Santos e do MPLA, também a estratégia de mudança na África Austral diferiria da preconizada por Olof Palme e pela maioria dos partidos socialistas europeus. Na Europa, agravavam-se as tensões entre a União Soviética e os Estados Unidos, aproximando--se muitos partidos da Internacional Socialista cada vez mais das teses de Leonid Brejnev. E, como se estes temas não bastassem para alargar o crescente fosso entre a Europa e o seu tradicional aliado do outro lado do Atlântico, Israel iniciaria a operação «Paz na Galileia», com a invasão e ocupação de parte do Líbano a 6 de Junho de 1982. O primeiro-ministro israelita Menachem Begin e o seu poderoso ministro da Defesa, Ariel Sharon, iniciariam uma perigosa escalada das tensões no Médio Oriente, a propósito do assassinato do seu embaixador em Londres pelo grupo dissidente da OLP, a Abu Nidal. Segundo Bob Woodward do prestigioso *Washington Post* os israelitas «estavam a atacar os palestinianos errados, mas do ponto de vista de Sharon, isso pouca diferença fazia» e «no espaço de dias as suas Forças de Defesa Israelita (IDF) estavam às portas de Beirute»[1]. No momento da invasão israelita Bashir Gemayel chefe da milícia falangista cristã do Líbano, que nos anos 70 tinha sido «recrutado pela CIA»[2] preparava-se para assumir a presidência do seu país. Durante os anos que precederam a sua ascenção àquele cargo Gemayel também «tinha desenvolvido relações íntimas com Sharon e com a Mossad Israelita»[3].

Quando o secretário de Estado Alexander Haig visitou Lisboa, em Fevereiro, já o seu interesse pelo papel que Mário Soares poderia desempenhar na cena internacional era superior à sua amizade com o general Ramalho Eanes. Haig fazia parte do poderoso *lobby* judaico dos Estados Unidos e, como tal, a sua preocupação com a situação no Médio Oriente era evidente. Crítico da esquerda europeia em geral e sobretudo do Partido Trabalhista inglês e do Partido Social-Democrata alemão achava que a posição dos socialistas europeus estava influenciada pelo que ele chamava «paranóia»[3] e que consistia na percepção europeia de que os Estados Unidos estariam dispostos a travar uma guerra nuclear com a União Soviética, limitada ao espaço europeu. A posição dos partidos da Internacional Socialista em relação a Israel também desagradava profundamente a Alexander Haig. Assim, compreendera o que já Carlucci e a administração de Carter tinham compreendido antes, que num quadro de crescente hostilidade entre os socialistas europeus e o governo dos Estados Unidos, Mário Soares e o seu partido eram um aliado precioso. Tinha-o demonstrado antes.

[1] Bob Woodward, *VEIL*, p. 217, Simon and Schuster, Londres, 1987.

[2] Bob Woodward, *ob. cit.*, p. 204.

[3] Alexander Haig, *Caveat*, ed. cit., p. 226.

Na Internacional Socialista quem tradicionalmente se ocupava das questões do Médio Oriente era o chanceler austríaco Bruno Kreisky. Tinha chefiado várias missões ao Médio Oriente e, apesar de ser judeu, tinha as melhores relações com o Mundo Árabe e seus principais dirigentes. A Áustria tinha igualmente importantes relações com os países árabes, onde detinha enormes interesses. Contudo, Bruno Kreisky não só criticara os bombardeamentos israelitas como discordava publicamente da política do Governo do Partido Likud, chefiado por Menachem Begin. Segundo Kreisky, que apoiara os acordos de Camp David entre Begin e o presidente egípcio Anwar Sadat, os bombardeamentos do sul do Líbano visavam uma política de expansionismo a norte, como moeda de troca pela devolução da península do Sinai ao Egipto e coincidiam com essa mesma devolução que teria lugar a 25 de Abril de 1982. A Síria ocupava militarmente grande parte do Líbano e dava protecção aos radicais da Abu Nidal no Vale do Beka. Esta situação em nada agradava à família Gemayel e, para Bashir, que se tornaria presidente em Agosto, a ocupação israelita não só facilitaria a sua eleição como transferiria o Líbano da estrutura de defesa síria para a esfera de influência israelita. O Partido Trabalhista Israelita, embora em desacordo com a política de Begin e do Partido Likud, não considerara oportuno, por razões de interesse eleitoral e de estratégia política, criticar publicamente a invasão israelita. Shimon Peres, então líder do partido e candidato a primeiro-ministro, estava entre a espada e a parede e não tinha alternativa nem vontade de contrariar a política do seu partido rival.

Dentro da Internacional Socialista o desagrado não poderia ter sido maior havendo mesmo partidos, como aconteceu com o PSOE e o Partido Social-Democrata sueco, a sugerirem que a organização estudasse a suspensão do Partido de Shimon Peres. O presidente da Internacional, Willy Brandt, enfrentava uma situação extremamente difícil. Era presidente da IS e do SPD. As suas credenciais, enquanto combatente contra Adolf Hitler, estavam acima de qualquer suspeita mas, em qualquer caso, o facto de ele ser alemão não poderia ser completamente ignorado. A tradição democrática do Partido Trabalhista de Israel, com grandes líderes históricos como Golda Meir, era igualmente inquestionável. E, dentro dos principais partidos da Internacional Socialista, como o Britânico, o Francês e o Holandês, existiam importantes sectores pró-israelitas.

Na reunião do «Presidium»[1] da Internacional Socialista, realizada em Bona no dia 2 de Abril, seria abordada a eventualidade de uma nova missão para estudar a situação provocada pelos bombardeamentos e fazer recomendações à organização. Shimon Peres declararia aceitar uma tal missão ao seu país e aos países do Médio Oriente, mas recusar-se-ia a aceitar que ela fosse liderada por Bruno Kreisky. Entre os vice-presi-

[1] O «Presidium» da IS era composto por Willy Brandt, os 21 vice-presidentes, o secretário-geral e *ex-oficio* pelos responsáveis das Relações Internacionais cujos partidos detinham vice-presidências.

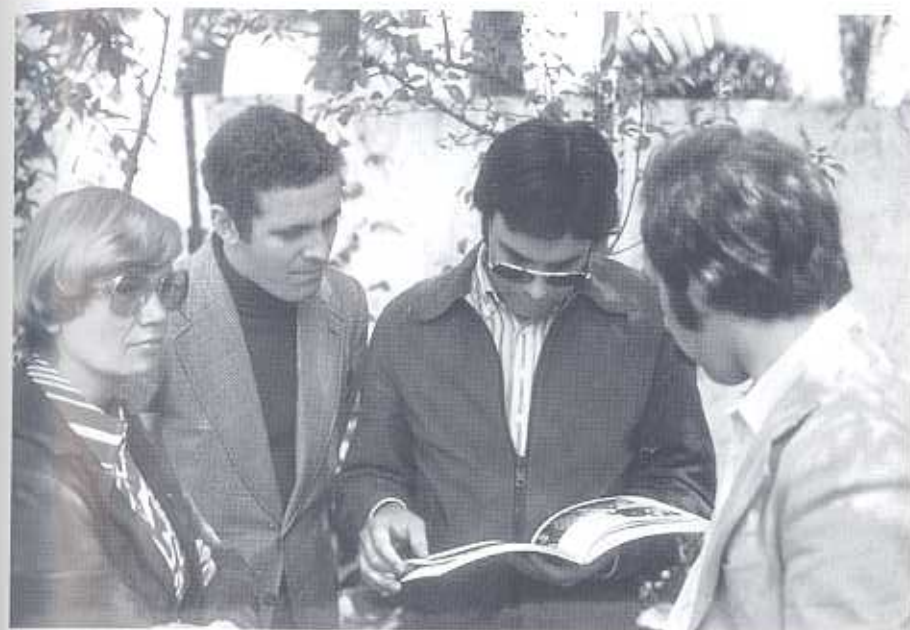
dentes presentes só Ian Mikardo do Partido Trabalhista Britânico, Mário Soares e Lionel Jospin, em substituição de François Mitterrand, que após a sua eleição em 1981 suspenderia a sua actividade na IS, manifestariam alguma simpatia pelas posições de Shimon Peres. A 19 de Abril Alexander Haig, secretário de Estado dos Estados Unidos, enviaria a Lisboa o seu acessor Michael Ledeen para discutir com Mário Soares a situação no Médio Oriente e as crescentes tensões no seio da Internacional Socialista. Sugeriria a Mário Soares que, à semelhança do seu papel na missão à Nicarágua, se candidatasse a chefiar a discutida missão da IS ao Médio Oriente, declarando que o Partido Trabalhista de Israel aceitaria o seu nome. Os americanos estavam bem atentos ao que se passava na IS e dispostos a interferir, sempre que isso fosse do interesse da sua política externa. Mário Soares declararia a Michael Ledeen que não estava por dentro da situação no Médio Oriente, mas que se as partes achassem que ele poderia ser útil, então aceitaria. A Internacional Socialista reuniria de novo em Helsínquia a 26 de Maio e o nome de Mário Soares é pela primeira vez sugerido por Shimon Peres, em perfeita sintonia com o seu amigo americano. A IS recusaria então a proposta e tomaria a decisão de considerar o envio de uma delegação chefiada pelo secretário-geral, Bernt Carlsson. Mário Soares que eu acompanharia a Helsínquia, visitaria, depois, Estocolmo onde eu conseguira um encontro com Olof Palme no dia 28 de Maio. Durante a agradável viagem de barco por entre as milhares de ilhas do arquipélago de Estocolmo disse-me então pela primeira vez que a missão lhe interessava e que tinha «que mexer as coisas», convencido que estava, que dela poderia retirar dividendos políticos. Entre os partidos da IS e para o próprio secretário-geral, Bernt Carlsson, o nome de Mário Soares levantava as maiores dúvidas. Mas tanto Bruno Kreisky como Shimon Peres considerariam — na única vez em que estariam de acordo — que uma missão chefiada pelo secretário-geral da Internacional Socialista seria, irrelevante, ignorada e sem qualquer utilidade prática.

No dia 15 de Junho, oito dias depois do início da ocupação e com as tropas israelitas às portas da capital libanesa, Bruno Kreisky insistiria na sua liderança e exigiria por telegrama uma reunião urgente do «Presidium» com «a finalidade de discutir a situação no Líbano»[1], a qual, formalmente, nunca teria lugar. Mas no dia seguinte Bernt Carlsson estaria em Oslo, onde se realizaria uma mini-reunião de emergência com Brandt, Palme, Kreisky e Peres. Às 10.45 h o secretário-geral tenta contactar Mário Soares enviando um telex pedindo para este o contactar telefonicamente para Oslo. Seria eu a falar com ele e queria saber se a sugestão de Peres para ele chefiar uma missão ao Médio Oriente seria aceite por Mário Soares. Eu dir-lhe-ia que sim, em princípio, se o convite fosse confirmado por Willy Brandt e que dependeria do âmbito da missão

[1] Telegrama da Internacional Socialista, de 15 de Junho de 1982.

O núcleo de Malmoe do PS, que eu fundara em 1971, por ocasião do meu regresso a Portugal, em Março de 1975, para dirigir as Relações Internacionais do Partido Socialista.

Em pleno "Verão Quente" com Mário Soares e Rolf Theorin numa das Ilhas do arquipélago de Estocolmo em Agosto de 1975. O comité de solidariedade, decisivo para o 25 de Novembro, tinha sido criado um dia antes.

1975. No tempo em que o PS enchia a Avenida da Liberdade.

No dia 25 de Abril de 1976 no Estoril com Felipe Gonzalez, ainda secretário-geral do PSOE na clandestinidade. Na foto vêem-se ainda Luis Yañez, do PSOE e Elke Esters, a funcionária da Fundação Ebert que testemunhara o nascimento do PS em 1973.

Em Caracas em Maio de 1976, ao ser apresentado ao primeiro presidente democrático da Venezuela, Rómulo Betencourt, pelo então secretário internacional da Acción Democrática, Enrique Tejera Paris.

Na cidade do México a 27 de Maio de 1976. Com Medeiros Ferreira, Eduardo Foncillas, secretário internacional do Partido Socialista Popular, Mário Soares e Raul Morodo, então secretário-geral do PSP espanhol.

Em 1976, durante o II Congresso do PS, num momento de boa disposição com Manuel Alegre, Salgado Zenha e Jorge Campinos.

Com o primeiro-ministro britânico, James Callaghan em Downing Street em 1977.

Vaticano, 18 de Fevereiro de 1977. Com Sua Santidade o Papa Paulo VI.

No Palácio de São Bento durante a visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale em 1977.

Missão da Internacional Socialista à América Latina em 1978. Da esquerda (em pé): Hector Oqueli de El Salvador (assassinado em 1988 por guerrilheiros de extrema direita), Celestino Arenal de Espanha, Bernt Carlsson, secretário-geral da Internacional Socialista (assassinado no voo da Pan American, em 1988), Mario Soares, Enrico Lucarelli do PS italiano, Thorvald Stoltenberg da Noruega, Volkmar Gabert da Alemanha e Obeye Diop do Senegal. Em baixo, à minha esquerda, Klaus Lindenberg da Alemanha, e à direita, Kaj Laxen da Finlândia, Francisco Knopfli, do MNE e Ives Lelhas de França.

Com o presidente da Costa Rica Daniel Oduber em 1978.

Com Bulent Ecevit, então primeiro ministro da Turquia, em Ancara, em 1978.

Recebendo com Mário Soares e Tito de Morais, Afonso Robelo, então (1978) opositor ao regime de Anastácio Somoza da Nicarágua. Após o golpe sandinista seria membro da Junta de Governo e, a partir de 1982, um dos principais opositores ao regime sandinista.

Banquete em honra dos convidados ao 3.º Congresso do PS em 1979. O presidente do Senegal, Leopold Senghor, no uso da palavra. Vêem-se ainda Mário Soares e o "comandante zero" da Nicarágua, Eden Pastora.

Com Pierre Schori do PSD sueco e Lionel Brizola em Estocolmo em 1979.

Com o presidente da Colômbia, Turbay Ayala, durante um encontro de parlamentares europeus e latino-americanos, em Abril de 1979.

A Gunilla e eu com o casal Soares durante uma visita ao Cabo Norte (Noruega) a convite do Partido Trabalhista Norueguês, em Junho de 1980.

Visita de Gunter Grunwald, secretário-geral da Fundação Ebert, a Lisboa, em 1980, para conversações sobre as fundações do Partido Socialista.

Com o rei de Espanha, D. Juan Carlos de Bourbon, Madrid, Novembro de 1980.

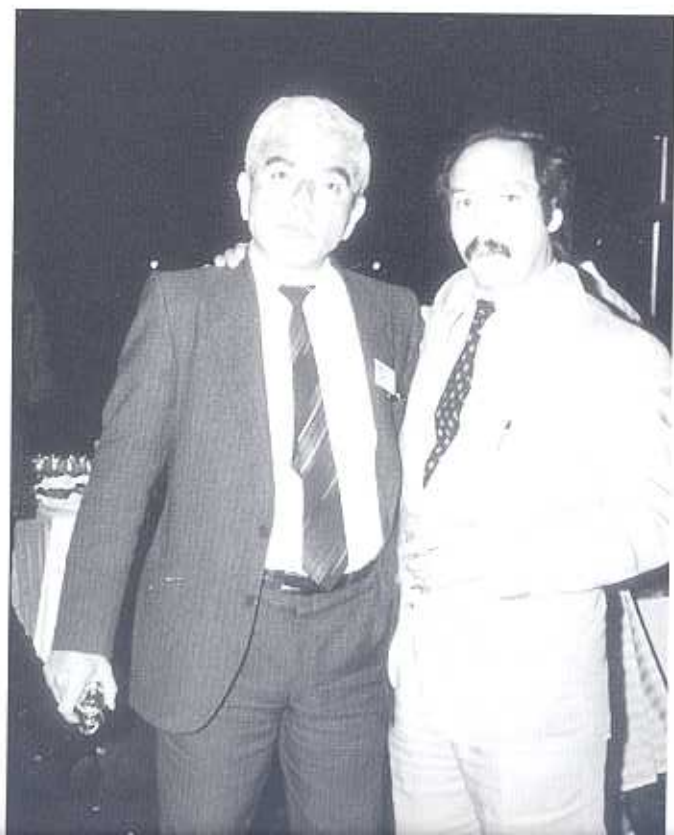
Com Rodrigo Borja na sua casa de férias em Las Salinas, no Equador, em Janeiro de 1983. Borja seria eleito presidente do seu país alguns anos depois.

Terceira Missão da IS ao Médio Oriente. Encontro com Yasser Arafat e Issam Sartawi em Tunis, no mês de Fevereiro de 1983. Na foto vêem-se ainda Alain Chenal da França, o secretário-geral da Internacional Socialista Bernt Carlsson, Mário Soares, Ivanka Corti, do PSD de Itália, Giuseppe Scanni do PS italiano e Walter Hacker do Partido Socialista Austríaco.

Primeiro encontro com o presidente Ronald Reagan na Casa Branca, em Fevereiro de 1983. Seria uma das raras ocasiões em que aquele presidente receberia socialistas em visita privada.

Segunda parte da visita à Casa Branca em Fevereiro de 1983. Encontro com o vice-presidente George Bush.

Albufeira, Abril de 1983. Com o secretário-geral da IS Bernt Carlsson, numa conferência de imprensa da organização da IS das "mulheres socialistas". Na foto, vêem-se Beatriz Cal Brandão do PS e a presidente do PS do Luxemburgo, Lidie Schmidt.

Com Willy Brandt antes do XVI Congresso da Internacional Socialista em Albufeira, em Abril de 1983. O presidente da IS pretendia então que eu fosse secretário-geral daquela organização.

Com Issam Sartawi da OLP numa recepção em Vilamoura no dia 9 de Abril de 1983. Na manhã seguinte seria assassinado por um comando terrorista.

Com Jaime Gama e Manuel Alegre no Congresso da Internacional Socialista, Abril de 1983.

Com Michael Ledeen, então assistente do secretário de Estado Alexander Haig.

Visita oficial ao Parlamento Europeu enquanto co-presidente da Comissão Mista da Assembleia da República com o Parlamento Europeu. À minha direita, o secretário-geral do PE, Manfred Mitchell. À minha esquerda, o então presidente do PE, Piet Dankert, a minha colega co-presidente Ann Clwyd, da Grã-Bretanha e os vice-presidentes da comissão, Rogério Martins (PSD) e Luís Beiroco (CDS).

A caminho da NORAD (Comando Norte Americano de Defesa Aérea), na Montanha de Cheyenne, em Março de 1984 no avião do Presidente dos EUA. Mário Soares, Leonardo Mathias, embaixador em Washington, Cor. Pedroso Marques, o secretário de imprensa, Carneiro Jacinto, Álvaro Barreto e embaixador Matos Proença.

Boas vindas do comandante supremo da NORAD general James Hartinger. Na mesa à esquerda do anfitrião:Veiga Simão, intérprete, Mário Soares, Sr.ª Hartinger, Álvaro Barreto. À direita Maria Barroso.

Na Casa Branca com Ronald Reagan: Mário Soares, a chefe de protocolo, embaixatriz Selva Roosevelt Veiga Simão, Alípio Dias e, à minha esquerda, Rogério Martins, então deputado do PSD.

To Rui Mateus
Member of Parliament, Socialist Party
With best wishes,

Ronald Reagan

Foto oficial da Casa Branca.

Jantar na Embaixada de Portugal em honra do então vice-presidente dos EUA, George Bush, Março de 1984. À minha esquerda, a Senhora de George Bush, Mário Soares, o intérprete sr. Sendeman, Senhora de George Schultz, embaixador Allan Holmes, George Schultz, Maria Barroso, George Bush, embaixatriz Maria Isabel Mathias, senador Claybourne Pell e Senhora do Presidente do FMI.

Na Embaixada de Portugal em Março de 1984 apresentando os meus amigos Marcia Rose e Jerry Shestack (presidente da Liga Internacional dos Direitos Humanos) a Veiga Simão.

Em 1984, em Nova Iorque com o presidente da Venezuela Carlos Andrés Perez, a secretária internacional da Acción Democrática, Beatriz Rangel e Mário Soares.

Encontro em Washington em 1984 com o então embaixador dos EUA, Allan Holmes, Lane Kirkland, presidente da Confederação Sindical, AFL/CIO, e o velho amigo de Mário Soares Irving Brown, secretário internacional daquela confederação.

Com o presidente Samora Machel em Maputo, em 1984.

Com Manuel Boullosa no Rio de Janeiro em 1984. À minha direita o chefe do BPA em Nova Iorque, Alfonso Finocchiaro e à esquerda de Boullosa, Nestor Rocha e Teresa Patrício Gouveia.

Com o presidente da República da Bolívia, Jaime Paz, após o acidente de aviação de que seria o único sobrevivente.

Reunião fundamental para a campanha presidencial de Mário Soares. São Bento, 23 de Agosto de 1984. Com Otto Georg, Hans Juergen Wischnewski e o anfitrião, Mário Soares.

No Palácio de São Bento, durante a visita oficial do presidente François Miterrand a Portugal. À direita do presidente francês, o MNE, Roland Dumas.

Cumprimentando a Rainha Isabel II durante a sua segunda visita oficial a Portugal.

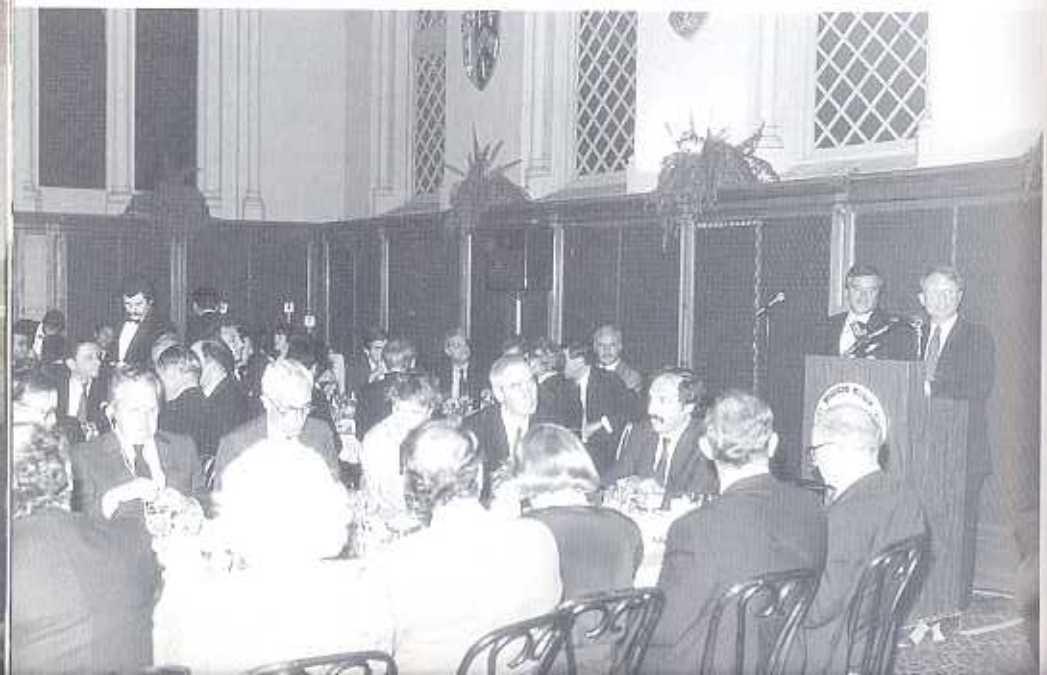
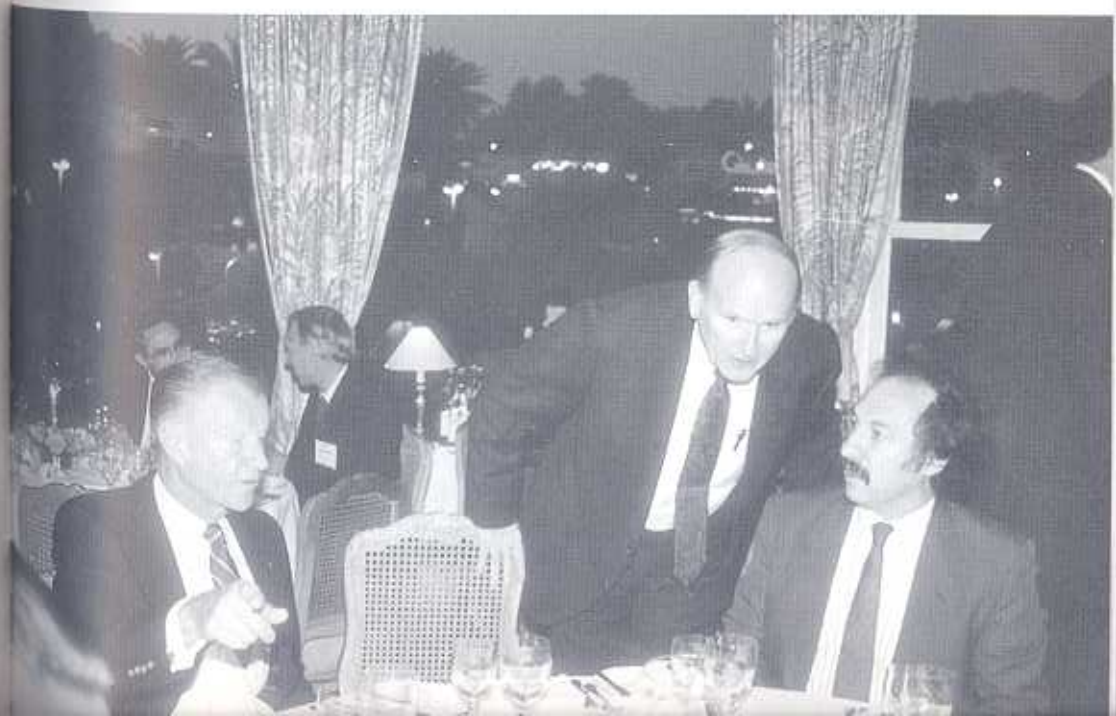
Em São Bento, por ocasião da visita do primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires. Entre os convidados, vêem-se Manuel Alegre, Vítor Sá Machado, Mário Soares e Vítor Constâncio.

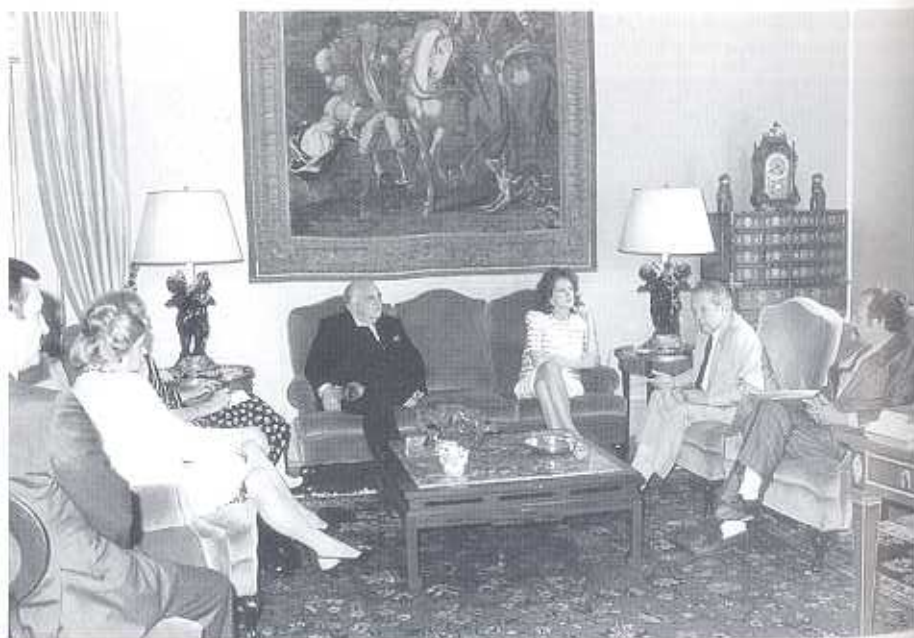
Com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Shintaro Abe, em Tóquio, em Janeiro de 1985.

Com o primeiro-ministro do governo do Bloco Central e o vice-presidente da Comissão de Integração Europeia, Rogério Martins, durante o último debate na AR sobre a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Conferência de Imprensa no final da reunião dos partidos socialistas dos países europeus da NATO em Março de 1988. À minha direita Marten van Traa da Holanda, Jacques Huntzinger da França, Egon Bahr da Alemanha e José Manuel Santos do gabinete de imprensa do PS. À esquerda Paolo Vittorelli da Itália e José Lello do PS.

Enquanto presidente da Fundação Luso-Americana e anfitrião do jantar realizado em Washington em Maio de 1987, por ocasião da abertura da Conferência sobre Portugal com o Wilson Center. Entre os convidados, reconhecem-se, à minha direita, Alan Flanigan, Charge d'Affaires da embaixada dos EUA em Lisboa, o senador Claiborne Pell e o PR. À minha esquerda (de costas) o conhecido historiador e chefe da Biblioteca do Congresso, Daniel Boorstin.

Em 1988, com o conhecido dissidente anti-comunista da Checoslováquia, Jiri Pelikan.

Com o presidente do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington, Amos Jordan, e o conselheiro de segurança nacional do presidente Carter, Zbigniew Brzezinski em Maio de 1988.

Reunião em Belém com John Loiello e Hans Janitschek. Ambos tinham organizado um jantar em casa da família Getty em Nova Iorque, no dia 21 de Maio de 1987, onde nasceu a ideia da Conferência de Queluz, com importantes escritores de todo o mundo.

Com o presidente da República, em Belém a 5 de Maio de 1988, recebendo Ann Getty, a multi-milionária americana da família Getty e presidente da Fundação Wheatland, e o editor Lord Weidenfeld, por ocasião da Conferência Internacional de Escritores que teve lugar no Palácio de Queluz, sob patrocínio do PR e da Fundação de Relações Internacionais.

To Rui Mateus –
It was great to see you again
Next time in Lisbon! Best –

Com Ted Kennedy e com o então presidente do Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana, Donald Finberg, em Washington em Abril de 1988.

No Pentágono, em Abril de 1988 com o então ministro da Defesa, Frank Carlucci, e o actual embaixador dos EUA junto da Nato em Bruxelas, Robert Hunter.

Encontro com o Presidente George Bush na Casa Branca, por ocasião da reunião da Comissão Trilateral em Washington, em 23 de Abril de 1990.

e das condições. Por qualquer razão não tinha sido possível entrar em contacto com Mário Soares nessa manhã. Enviar-lhe-ia então um telex às 16.45 h, com o seguinte teor: «Willy Brandt pergunta se tens possibilidade de conduzir uma missão da Internacional Socialista ao Médio Oriente, enquanto seu vice-presidente. O objectivo é exprimir a preocupação da Internacional Socialista em relação ao conflito no Líbano. O itinerário é Tel-Aviv e também — se possível — Beirute». Duas horas depois, às 18.20 h, enviaria outro telex com os termos de referência da viagem que incluíam: «representar o presidente da Internacional Socialista; exprimir a maior preocupação sobre a actual situação; tentar conhecer planos para o futuro na região; e inteirar-se da situação em que se encontra Walid Jumblatt, líder do Partido Socialista Progressista do Líbano». Como *dossier* sobre a situação, juntava uma declaração que Willy Brandt pensara fazer mas acabaria por arquivar. Nela se condenava de maneira invulgarmente dura o governo israelita que era acusado de querer «esmagar a organização política do Povo Palestiniano, a OLP» e em nome da segurança do Estado ser igualmente responsável pela «injustificável morte de centenas de civis inocentes». No dia seguinte, após aceitação de Mário Soares, para quem esta missão «caíra do céu», eu enviaria dois telexes ao secretário-geral da Internacional Socialista: o primeiro às 14:32 agradecendo o convite e perguntando a Bernt Carlsson se ele e outros representantes de partidos acompanhariam Mário Soares nesta missão e o segundo telex, enviado às 16:23, perguntando quais os contactos efectuados em Israel e no Líbano. O secretário-geral da IS, evidentemente desiludido com a situação encontrada, responder-me-ia que «Mário Soares foi convidado a conduzir esta missão sozinho. Não se espera que participe ninguém do secretariado» adiantando que «o Partido Trabalhista de Israel confirmou que Mário Soares é muito bem-vindo». Depois de alguma confusão e de um longo comunicado da Internacional Socialista, enviado aos partidos antes da decisão final ter sido tomada em Oslo, declarando que o presidente da Internacional tinha encarregado «o secretário-geral da Internacional Socialista a visitar Israel e o Líbano», tendo Willy Brandt pedido a este «seu representante... para transmitir aos partidos membros e a outros na região: que a acção do Exército israelita tinha ultrapassado o que poderia ser justificado em interesses de segurança israelitas... e que a Internacional Socialista considera imperativa a imediata retirada de todas as tropas estrangeiras do Líbano» [1].

Bernt Carlsson, de quem eu fui amigo íntimo desde os meus tempos de estudante exilado na Suécia, até ser barbaramente assassinado com todos os outros passageiros por uma bomba colocada por palestinianos extremistas no voo da Pan American que sobrevoava Lockerbie na Escócia [2] contar-me-ia, posteriormente, ter havido uma espé-

[1] Comunicado da Internacional Socialista n.º 18/82, de 25 de Junho.
[2] Este atentado teria lugar a 22 de Dezembro de 1988.

cie de «golpe palaciano» na Internacional Socialista e que Brandt nunca convidara Soares pessoalmente mas sim que, uma vez confrontado entre as posições de Shimon Peres e de Bruno Kreisky, de quem era amigo íntimo, concordara em mandar consultar Soares. Aí Kreisky terá ficado zangado e afirmado que mandar Soares seria a mesma coisa que mandar os americanos. Brandt confirmaria três anos depois ao ex-secretário-geral da Internacional Socialista, Hans Janitschek, que «Kreisky evidentemente não estava nada satisfeito em relação a isto»[1] referindo-se à consulta a Soares adiantando «que necessitava não só alguém que tivesse bons contactos com os Árabes mas também nos Estados Unidos»[1]. Os documentos em meu poder confirmam que a consulta a Mário Soares foi transmitida pelo secretário-geral da IS no dia 16 de Junho, por um Willy Brandt sob pressão e contrariado e não que «Willy Brandt [lhe] telefonara dizendo que precisava dele para chefiar uma missão»[2], conforme versão dada para a sua biografia «oficiosa». Aí, após aceitação de Soares, Willy Brandt lavaria as mãos do assunto e o secretário-geral, Bernt Carlsson, recusar-se-ia a integrar a missão em solidariedade com Kreisky, tendo então Brandt concordado com a ideia de que Soares fosse sozinho e que, antes disso, o secretário-geral fosse em sua representação numa visita a Israel conforme comunicado difundido pela Internacional Socialista a 25 de Junho. Kreisky num gesto de grande dignidade discordaria então desta «visita» divulgada em nome de Willy Brandt no que seria acompanhado por Shimon Peres. Bernt Carlsson seria então desautorizado e, no dia 27 de Junho, iniciar-se-ia a primeira de três missões da IS ao Médio Oriente chefiadas por Mário Soares. Integraria também Bernt Carlsson, o vice-secretário-geral da IS, Robin Sears, e eu próprio.

Visitaria Israel, onde contactaria para além de Shimon Peres e do Partido Trabalhista, o primeiro-ministro Begin, o ministro da Defesa, Sharon e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Shamir. Visitaria também o Líbano mas num helicóptero das Forças Armadas Israelitas que nos mostrou as zonas ocupadas e nos levou às portas de Beirute e ao Palácio de Walid Jumblatt onde, dada a sua ausência num esconderijo de Beirute, contactaríamos com Anwar Fatay e Ziad Bitar, dirigentes do seu partido. Depois de Israel seríamos forçados a regressar a Atenas, onde teria lugar um encontro com Andreas Papandreou que nos proporcionou um encontro em Damasco com o presidente da Síria, Hafed Al Assad. Como o Mundo Árabe celebrava então o Ramadão, Bernt Carlsson sugeriu que, em solidariedade com os nossos anfitriões, também nos abstivéssemos de comer. Ao que todos responderiam que não. Nem pensar. Após o encontro com o presidente sírio, seríamos convidados a almoçar pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e Bernt Carlsson decidiria fazer abstinência. Mas qual não foi a sua

[1] Hans Janitschek, *ob. cit.*, p. 39.
[2] Teresa de Sousa, *ob. cit.*, p. 122.

surpresa quando o MNE sírio começaria a comer e beber com enorme apetite. No final explicaria a Carlsson, no meio de grande galhofa, que ele era católico e não seguia as regras islamitas! Daí, graças ao presidente sírio, seguiríamos num avião militar para Amman na Jordânia onde teríamos contacto, no aeroporto, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marwan El Qasem, seguindo depois para o Cairo, onde chegaríamos de noite, com Bernt Carlsson perfeitamente esfomeado. Não foi possível ter nesta visita contactos nem com o rei da Jordânia nem com o presidente Moubarak do Egipto, tendo neste país tido contactos com o então primeiro-ministro Fouad Moheidine e o MNE, Kamal Hassan Ali, assim como com o ministro de Estado e homem das relações internacionais do Partido Nacional Democrático, Botros Botros Ghali; o actual secretário-geral da ONU já anteriormente tinha estado no III Congresso do Partido Socialista. No regresso do Egipto teríamos um encontro em Bona com Willy Brandt a quem Soares relataria o resultado dos seus contactos tendo, no dia 13 de Julho, em Copenhaga, durante uma festa de aniversário do primeiro-ministro Anker Jorgensen, então, recebido luz verde para continuar as missões a esta conturbada zona do mundo.

A segunda missão foi a Beirute de 22 a 28 de Agosto a partir da ilha de Chipre e integraria além do secretário-geral da IS, Jacques Huntzinger do PS Francês, Erkii Liikanen da Finlândia e Lasse Budtz da Dinamarca. Bernardino Gomes substituir-me-ia nesta visita, uma vez que eu tinha um compromisso anterior de visita à Austrália, a convite do governo daquele país. Em Beirute a missão encontraria Yasser Arafat, o já então eleito presidente Bashir Gemayel, Walid Jumblatt, líder dos Druzos e de um minúsculo partido filiado na Internacional Socialista. Também haveria um encontro com o então enviado especial norte-americano ao Médio Oriente, Philip Habib. Antes da terceira e última missão, que teria lugar somente em 1983, de 27 de Janeiro a 5 de Fevereiro, Frank Carlucci, na altura secretário adjunto da defesa dos Estados Unidos, viria a Lisboa, tendo-se encontrado com Mário Soares e comigo no dia 16 de Outubro. Os americanos estavam visivelmente satisfeitos com as orientações preconizadas para o Médio Oriente, mas continuavam particularmente preocupados com as posições dos socialistas quer em relação à América Central quer em relação ao problema do desarmamento na Europa. Previa-se que esta última missão prepararia uma posição a adoptar no próximo Congresso da Internacional Socialista, a realizar nesse ano. Visitaria de novo Beirute, a Jordânia onde teria um encontro com o Príncipe Herdeiro e daí atravessaria a famosa ponte sobre o rio Jordão para novos contactos com Shimon Peres e com o governo de Israel. Dali seguiria para Túnis para um novo encontro com Yasser Arafat e com o secretário-geral da Liga Árabe, Chadli Klibi.

Mário Soares sairia prestigiado destas missões num momento em que estava a ser particularmente criticado entre os seus pares, como aliás ele próprio previra quando me pediu para tudo fazer para lhe conseguir a nomeação. O número de partidos par-

ticipantes aumentara substancialmente, sendo significativo o facto de Bruno Kreisky ter designado para esta missão o secretário internacional do Partido Socialista Austríaco, Walter Hacker. Gratificante para mim seria também o facto de ter sido eleito em Bruxelas no dia 3 de Fevereiro, enquanto me encontrava ausente na missão da IS, vice-presidente da União dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia. O primeiro-ministro holandês seria eleito presidente e além de mim seriam igualmente eleitos vice-presidentes o primeiro-ministro da Dinamarca, Anker Joergensen, o secretário das relações internacionais do PS Francês, Jacques Huntzinger e Bruno Friedrich do SPD. Seria o reconhecimento do trabalho efectuado no quadro da Internacional Socialista e da União (hoje Partido Socialista Europeu) a que eu conduzira o Partido Socialista em 1979.

O prémio destas missões seria altamente significativo. O secretário da Defesa dos Estados Unidos e o seu adjunto, Frank Carlucci, conseguiram o encontro que Mário Soares solicitara no ano anterior, que eu prepararia cuidadosamente com a ajuda do embaixador Allan Holmes e do seu ministro-conselheiro, Jim Creagan. Os meus velhos amigos Michael Ledeen — que com a demissão de Alexander Haig transitaria para o Conselho Nacional de Segurança da Casa Branca — e Carl Gershman, acessor de Jeane Kirkpatrick e presidente do National Endowment for Democracy, seriam igualmente preciosos aliados para definir as condições em que Reagan receberia Mário Soares. Mário Soares e eu seríamos recebidos pelo presidente Ronald Reagan na Casa Branca, em Fevereiro de 1983. A visita a Washington tinha como objectivo uma conferência a convite do National Endowment for Democracy sendo recebido pelo presidente Ronald Reagan na Casa Branca durante cerca de meia hora, enquanto líder da oposição. Seria, provavelmente, o único socialista a ser recebido numa visita privada pelo presidente norte-americano durante os seus dois mandatos, facto, no mínimo, altamente significativo. Era o reconhecimento de que Soares era um aliado e um interlocutor privilegiado da administração americana. Toda a Internacional Socialista compreenderia. Para além do encontro com o presidente haveria ainda encontros com o então vice-presidente George Bush, com o novo secretário de Estado George Schultz, com Frank Carlucci e com o novo director-adjunto da CIA, John McMahon.

A desagregação da Aliança Democrática aconteceria mais cedo do que os socialistas desejavam e do que a estratégia pessoal de Mário Soares previra. E, se após a trágica morte de Sá Carneiro já se preconizava esta desagregação, como Soares diria em carta a James Callaghan em Janeiro de 1981, a crise económica, com o país à beira da ruptura devido à acumulação de um enorme défice da Balança de Transacções, precipitaria eleições antecipadas. Seriam marcadas para o dia 25 de Abril de 1983 e como acontecera em 1976, o Partido Socialista seria de novo chamado a governar em situação de crise económica. O previsível candidato a primeiro-ministro do Partido Socia-

lista, António de Almeida Santos, «tinha sido o teórico preparador das 100 medidas e o motor da campanha e Mário Soares era um candidato presidencial e não um candidato a primeiro-ministro»[1].

O XVI Congresso da Internacional Socialista estava marcado para o dia 7 de Abril em Sidney, na Austrália. Ali seria discutido e aprovado o relatório que Soares se propunha apresentar como resultado das missões ao Médio Oriente. O facto de ele estar disponível para se deslocar à Austrália, duas semanas antes das eleições legislativas, era mais uma indicação de que na previsível vitória do PS, Almeida Santos seria o primeiro-ministro do VIII Governo Constitucional. A situação não era contudo muito pacífica na Comissão Permanente e no partido em geral, havendo algumas pessoas que não consideravam ser essa uma boa solução. E, embora a ideia de que ele viria a ser o próximo primeiro-ministro tivesse sido claramente definida, no contexto da moção vencedora do Congresso, nunca o seu nome seria referendado. Uma coisa parecia certa: ninguém pretendia, em 1981, que Mário Soares voltasse a ocupar aquele cargo, nem a repetir os erros dos seus primeiros governos. Aliás para além da expectativa criada à volta da figura de Almeida Santos, a situação económica do País não recomendava que Mário Soares viesse a ocupar de novo um cargo onde tão poucas saudades deixara. Eduardo Pereira apoiava a oposição de Gama a Almeida Santos, enquanto Mário Soares mantinha um misterioso silêncio sobre o assunto. Eu, pelo contrário, era abertamente a favor de Almeida Santos e ferozmente contrário a um regresso de Mário Soares de novo para o governo.

Em 1982, realizei uma viagem com ele e sua filha Isabel à Costa Rica onde assistiríamos à tomada de posse do presidente Luís Alberto Monge, regressaríamos, a convite de Carlos Andrés Perez, via Santo Domingo, na República Dominicana. Carlos Andrés Perez ia passar uns dias de descanso em casa de um milionário venezuelano, perto da estância La Romana, nos arredores da capital dominicana e oferecera uma boleia a Mário Soares. Por não haver lugar para nós no avião, Isabel e eu iríamos ter a Santo Domingo, via Miami. Tivemos então os três uma conversa sobre o Partido Socialista que jamais esquecerei. Seria a primeira vez que me zangaria seriamente com Mário Soares e que perceberia que, para ele, o Partido Socialista não era um instrumento de transformação do País baseado num ideal generoso, mas sim uma máquina de promoção pessoal. Tinha-se passado exactamente um ano desde a sua vitória sobre o «ex-secretariado». Soares guardava-lhes ainda um enorme rancor e jurava nunca mais lhes poder perdoar. Eanes ficara-lhe atravessado na garganta para sempre e ele sentia-se profundamente traído pelos membros do «ex-secretariado», muitos dos quais, dizia, nunca teriam sido ninguém na política se ele os não tivesse promovido. Com

[1] Francisco Marcelo Curto, *Para a História do PS*, p. 34, Editorial Esquerda Democrática, Lisboa, 1986.

Zenha era diferente e estou convencido de que o diferendo entre ambos, embora iniciado em 1976, era muito mais profundo e íntimo. Soares gostaria de fazer as pazes com ele mas sabia que o seu velho amigo nunca mais mudaria de ideias, como viria, afinal, a acontecer. Eu, que também não morria de simpatias pelos «ministeriáveis», dir-lhe-ia que o essencial seria preservar o espírito do partido que criáramos em 1973, considerando que a sua maior contribuição seria a consolidação definitiva de um grande partido socialista que, à semelhança dos partidos escandinavos, pudesse efectuar a transformação democrática do País e o progresso dos Portugueses. Dir-lhe-ia que pensava que não deveria mais participar em nenhum governo mas sim concorrer a Belém em 1985 e, simultaneamente, tornar-se uma grande figura internacional patrocinando mesmo uma espécie de «Conferências de Bilderberg» que promovesse as suas ideias e debatesse os grandes temas internacionais. Esse objectivo teria que inevitavelmente passar por uma espécie de «pacto de partido» entre as várias facções que pudesse garantir a sua sucessão sem feridas nem sobressaltos. Aí Isabel teria uma explosão emotiva comentando, indignada, que sem o pai o PS nunca seria nada e indicando que a direcção partidária não passaria de um grupo de parasitas. Eu embora conhecesse a sua «relação muito obcessiva»[1] com o pai, como seria classificada pelo autor da biografia de Mário Soares, achá-la-ia exagerada e até insultuosa, pelo menos para mim. Fiquei à espera de uma resposta de Mário Soares e quando não notei qualquer intenção de Mário em contrariar a filha disse-lhe que não estava a ser justa nem sensata. Soares olhou para mim e comentaria que os que estivessem com ele nunca teriam razão para se arrependerem desse apoio. Os outros — e seria essa a palavra usada — que se «lixassem». Fiquei estupefacto. Pela primeira vez, ao longo de mais de uma década de amizade e total lealdade, achei que afinal nem eu nem os portugueses o conhecíamos! Ele notou que eu ficara ofendido e, mais tarde, quando estávamos dentro de água, numa pequena baía idílica, privada, da mansão do milionário venezuelano, ambos tropeçaríamos em ouriços do mar no fundo da água. No meio da dor, enquanto empregados nos tiravam os espinhos com cera de velas derretidas, Andrés Perez chamar-nos-ia nadadores de pés no chão e no meio da «galhofa» que se estabeleceu Soares, virando-se para mim com afabilidade, dir-me-ia para não pensar mais no assunto da dasagradável conversa. No regresso a Portugal, dir-me-ia que tinha gostado da ideia de ele poder vir a promover uma espécie de «Conferências de Bilderberg». Contudo eu nunca mais esqueceria aquela conversa.

No início de Fevereiro de 1983 o Partido Trabalhista da Austrália, surpreendido pela iminência de eleições antecipadas no seu país, pediria o adiamento do Congresso da Internacional Soacialista. O secretário-geral achou que a razão invocada era justa e pronunciar-se-ia a favor do adiamento mas Willy Brandt — que entrara em conflito com ele a partir do momento em que Bernt Carlsson o deixara mal colocado quando da confusão estabelecida em relação à nomeação de Mário Soares para chefiar a missão ao Médio Oriente —, estava determinado a manter o Congresso nas datas previstas e a mudar de secretário-geral. Eu fazia parte da Comissão Organizadora do Congresso e Jaime Gama representava o PS na Comissão que redigia a nova Declaração de Princípios da Internacional Socialista sob liderança de Felipe González. Estávamos ambos em Madrid nos dia 10 de Fevereiro, quando foi conhecida a notícia do adiamento.

Hans Jurgen Wischnewski, antigo ministro alemão do Interior, que ficaria célebre com a libertação, por um comando alemão antiterrorista, dos passageiros do avião sequestrado por um comando palestiniano em Entebe, dir-me-ia que Brandt não aceitaria o proposto adiamento e perguntar-me-ia se o PS não estaria interessado em organizar aquele Congresso em Portugal. Disse-lhe que iria consultar Mário Soares que me diria imediatamente que sim, que seria óptimo para nós, do ponto de vista eleitoral. Teríamos menos de um mês para o organizar mas, no dia 7 de Abril, Mário Soares e Willy Brandt abriam oficialmente, no hotel Montechorro, em Albufeira, o XVI Congresso da Internacional Socialista. Tudo funcionaria impecavelmente graças aos funcionários do Partido Socialista, com destaque para a directora do Departamento Internacional, Maria Manuel Marques do Santos e Fernando Medeiros, do Grupo Socialista do Parlamento Europeu, que com Robin Sears e Luis Ayala do Secretariado da Internacional Socialista e Hans Khulman, do gabinete de Willy Brandt, conseguiriam por em marcha um acontecimento memorável. Estariam presentes representantes de 126 partidos e organizações de mais de noventa países que utilizariam nos trabalhos mais de dez toneladas de papel. Entre oito primeiros-ministros e três presidentes da República estariam também, pela primeira vez na história da Internacional Socialista, lado a lado, representantes de Israel e da Organização de Libertação da Palestina, assim como de países árabes como a Argélia, Egipto, Eritreia, Irão, Marrocos, Sahara Ocidental, Somália e a Tunísia.

O Congresso acabaria, contudo, em tragédia. O representante da OLP e meu amigo pessoal, Issam Sartawi, seria barbaramente assassinado por um comando extremista palestiniano da organização Abu Nidal que entrara clandestinamente em Portugal. Na manhã do último dia de trabalhos, entraria no átrio do hotel, misturando-se entre os convidados, e dispararia vários tiros à queima-roupa sobre Sartawi, que teria morte imediata. O seu acompanhante, Anwar Abu Eisheh, seria também baleado e ferido numa perna. Issam Sartawi, não quisera, por razões de sua alegada segurança, informar nem a IS nem os responsáveis pela organização do Congresso da sua chegada e terá entrado em Portugal anonimamente. Recusara-se portanto a aceitar quaisquer medidas de segurança que o MAI portugês tinha posto à disposição de personalidades e

[1] Hans Janitschek, *ob. cit.*, p. 94.

pessoas consideradas de alto risco. Eu encontrar-me-ia com ele na noite anterior, numa recepção nos jardins do hotel Atlantis juntamente com o Embaixador do Iraque e combináramos ter uma conversa no dia seguinte no decurso do Congresso. Nessa manhã o Congresso reuniu-se inicialmente só com os partidos filiados na Internacional, exactamente para aprovar a resolução apresentada por Mário Soares sobre o resultado das missões ao Médio Oriente. Os observadores e convidados encontravam-se espalhados pelos bares e restaurantes do hotel, enquanto aguardavam para poderem entrar. Estava previsto que Issam Sartawi fosse um dos primeiros oradores dessa sessão de encerramento. No átrio do hotel e dentro da sala de reuniões encontravam-se dezenas de guarda-costas portugueses e estrangeiros. À entrada do hotel dois agentes fardados da GNR munidos de metralhadoras um dos quais, segundo leria na imprensa depois, ainda terá corrido, mas em vão, atrás do assassino que sairia correndo do hotel. Eu seria chamado por um funcionário, que entraria na sala da reunião a correr, para ir à porta de entrada da sala de reuniões. O ministro conselheiro da embaixada americana, Jim Creagan, tinha vindo chamar-me urgentemente mas não pudera entrar na sala. Ao deparar com ele lívido percebi que algo tinha acontecido. Disse-me então que alguém tinha sido assassinado no átrio do hotel. Corri com ele até ao local do crime, onde deparei com Sartawi esvaído em sangue e uma multidão à sua volta. Foi talvez um dos dias mais terríveis de toda a minha vida, que me deixaria perturbado durante largos meses. Sartawi era um homem extraordinário e um moderado. A sua alocução que eu publicaria num livro em língua inglesa sobre o Congresso não chegaria a ser lida por ele. Sartawi iria dizer que «era na verdade uma ocasião histórica de particular importância e significado o facto de a OLP ter sido convidada para o Congresso da Internacional Socialista enquanto observadora e que tenha aceitado participar nos trabalhos do presente Congresso enquanto tal. Este auspicioso acontecimento representa a coroação dos dedicados esforços multilaterais que paciente e persistentemente foram sendo folheados com grande sentido de participação e dedicação durante vários anos» reconhecendo depois «com gratidão e apreciação» as contribuições de Willy Brandt, dos dirigentes da Internacional Socialista «e em particular a do chanceler Bruno Kreisky».

Um dos temas menos conhecidos mas mais quentes deste Congresso seria a escolha do sucessor de Bernt Carlsson para secretário-geral da IS. Nas reuniões confidenciais do «Presidium», compostas por Willy Brandt e os principais líderes, que tinham lugar antes e depois das reuniões formais e às vezes se prolongavam até altas horas da madrugada, Willy Brandt explicaria que não existiam condições de trabalho entre ele e o actual secretário-geral, o sueco Bernt Carlsson, de quem eu fui amigo íntimo até à sua morte em 1988. Perante esta posição nada mais haveria a fazer senão escolher outro. Olof Palme acabaria também por aceitar a vontade do seu amigo Willy Brandt e prometeria um lugar a Bernt Carlsson no seu governo, designando-o, depois,

secretário de Estado para os assuntos nórdicos[1]. Antes do início oficial do Congresso, no dia 6 de Abril de 1983, Willy Brandt convidara-me para a sua suite onde me disse que gostaria de propor o meu nome para substituir Carlsson. Já anteriormente me tinha sondado. Eu há sete anos que era responsável pelas Relações Internacionais do Partido Socialista e o lugar de secretário-geral da IS era tentador e honroso. Comovido, agradeci-lhe a amizade e confiança e prometi dar-lhe uma resposta posteriormente. Contudo minha mulher, que evidentemente consultaria, embora achando que a decisão teria que ser minha, não se mostrara muito entusiasmada com a ideia de mudar de residência para Londres nem com as intermináveis viagens que o lugar implicava. Por outro lado ela adorava viver em Portugal. Como não poderia deixar de ser, consultei igualmente Mário Soares a quem a ideia também parecia não agradar. Brandt tinha-o igualmente contactado e Soares dir-me-ia que, embora pudesse ser bom para o Partido ter um seu dirigente no lugar de secretário-geral da Internacional Socialista, achava que isso iria obviamente afectar a minha carreira política em Portugal, uma vez que ficaria afastado dos acontecimentos nacionais durante muito tempo. Lembrar-me-ia aliás de que o PS estava a um passo do governo. Quando Brandt sugerira o meu nome numa primeira discussão entre os seus pares, todos unanimemente concordariam à excepção de Mário Soares que explicaria que embora a decisão tivesse que ser minha ele achava má ideia, uma vez que eu lhe era muito útil no Partido e que muito provavelmente, caso o PS ganhasse as eleições como se previa, poderia vir a integrar o próximo governo. No encontro que tive com Brandt onde ele me explicaria o que se passara, dir-me-ia que tinha concordado com a posição expressa por Soares e que, evidentemente, considerava ser mais importante para mim ser ministro dos Negócios Estrangeiros do que seu secretário-geral. Receberia, mesmo, felicitações de alguns dos líderes presentes naquela reunião. A segunda escolha recairia igualmente por unanimidade sobre Elena Flores, secretária das Relações Internacionais do PSOE há três anos e conhecida pela sua simpatia e dinamismo. Substituíra o histórico dirigente Luis Yañez. Mas González alegaria também não poder concordar por razões mais ou menos semelhantes. Joop den Uyl lançaria então o nome do seu secretário das Relações Internacionais, Marten van Traa e Mário Soares proporia Paolo Vittorelli, colaborador de Bettino Craxi. Nenhum deles obteria o necessário consenso e a escolha recairia, então, sobre um outro nórdico, o finlandês Pentti Vaananen.

Duas semanas depois, como se previa, o Partido Socialista sairia vencedor da eleições legislativas com o seu melhor resultado de sempre. Obteria trinta e seis por cento, que corresponderiam a 101 mandatos na Assembleia da República contra 75 do PSD.

[1] Bernt Carlsson, assassinado no atentado bombista ao avião da Pan Am, em 1988, seria, posteriormente Alto Comissário da ONU para a Namíbia.

Os principais elementos do «ex-secretariado», Constâncio, Sampaio, Guterres e Cravinho recusar-se-iam em bloco a aceitar integrar as listas do Partido Socialista, em protesto contra a não inclusão de alguns deles. Entre as principais «vítimas» que Mário Soares pretendia «punir», encontravam-se António Guterres que era então considerado a «alma» do movimento contestatário que reuniria no sótão da sua casa «onde os dissidentes... discutem reformas, conspiram, festejam»[1] e Arons de Carvalho, um dos fundadores do PS a quem o secretário-geral nunca perdoaria a «traição». Seria sem dúvida um gesto de dignificante solidariedade que também serviria para demonstrar que afinal, apesar dos seus desmentidos, o chamado «ex-Secretariado» existia como força organizada dentro do Partido. Existira para derrotar Soares no interior do partido e para tentar afastá-lo da liderança do PS. Continuaria a existir para re-conquistar o poder que chegariam a deter durante o ano de 1980. Mas o resultado eleitoral representaria uma tremenda derrota do «ex-secretariado». Não participara na campanha eleitoral e, apesar da sua ausência, o resultado dos «soaristas» tinha sido o melhor de sempre desde as eleições para a Assembleia Constituinte em 1975. Seria a total desmistificação das pretensas qualidades geniais que o grupo se atribuíra a si próprio e a prova de que mesmo sem eles, sem a protecção de Eanes e sem a cobertura de Frentes Eleitorais, o partido conseguiria ganhar eleições.

No dia 26 de Abril partiria para Maputo onde representaria o Partido Socialista no Congresso da FRELIMO, só regressando no dia 2 de Maio. Quatro dias depois, a 6 e 7 de Maio, reuniriam as Comissões Política e Nacional, precedidas da Comissão Permanente, para discutir o acordo com o PSD. Fora decidido na minha ausência promover um referendo entre os filiados no PS, para saber se aprovavam ou não uma coligação com o PSD. Antes do início da reunião do dia 6, Mário Soares chamar-me-ia à parte para me consultar sobre a hipótese de «ter» que vir a ser de novo primeiro-ministro. Almeida Santos tinha uma imagem negativa junto dos Portugueses e a sua ida para primeiro-ministro iria produzir uma nova «guerra» dentro do partido, numa alusão à contestação iniciada por Jaime Gama. Depois, o resultado eleitoral tinha sido «melhor do que se esperava» e o PS — decidido como estava a negociar uma coligação com o PSD — iria não só dominar o Governo como ainda por cima, sem qualquer opção, o PSD iria, inevitavelmente, apoiar a sua candidatura a Belém. Lembrei-me então da conversa que tivéramos menos de um ano antes em Santo Domingo e percebi que «Mário Soares receava ser secundarizado» e não queria arriscar que, dentro do Partido, lhe acontecesse o mesmo que lhe acontecera em 1980. Receava mesmo ser «até eventualmente esquecido se Almeida Santos tivesse êxito no seu governo»[2].

[1] *Expresso-Revista*, de 7 de Outubro de 1995.

[2] Francisco Marcelo Curto, *ob. cit.*, p. 35.

As eleições legislativas tinham chegado dois anos antes do que teria sido desejável e, de repente, numa total inversão do que tinha sido definido anteriormente invocaria razões novas para ser candidato a Belém. Os problemas dentro do Partido só lhe interessariam na medida em que pudessem prejudicar a sua candidatura a Belém e, numa nova falta de visão, que fazia lembrar 1976 e, sobretudo, 1978, estava convencido de que para se chegar a Belém era mais fácil partir de São Bento do que da Rua da Emenda. Apesar de ser «motivo de grande incomodidade pessoal e de indiscutível sacrifício»[1], aceitar «a tarefa» que o Presidente da República lhe acabava de confiar, embora ninguém tivesse insistido com ele para que aceitasse tal tarefa, Soares queria à força ser de novo primeiro-ministro, mesmo contra os interesses do Partido Socialista. Tinha reconhecido não ter sido o melhor primeiro-ministro que o PS poderia ter tido nos governos anteriores mas, num gesto de constante hipocrisia que o tem caracterizado desde que disse em 1979 não estar no seu horizonte voltar a ser primeiro-ministro, aceitaria de novo o cargo. Em 1979, declarara que só fora primeiro-ministro de 1976 a 1978 porque «não havia, de facto, outra alternativa». Só que em 1983 havia alternativas e, no caso particular, a alternativa chamava-se António de Almeida Santos. Por outro lado, tinha sido estrategicamente definido, entre a maioria dos vencedores do IV Congresso do PS, em 1981, que Mário Soares não seria mais primeiro-ministro. Não para lhe evitar a «incomodidade» e o «sacrifício» mas para bem do Partido Socialista que não queria reviver com Mário Soares o passado em São Bento, em evidente prejuízo do Partido que ele ajudara a fundar. Só que, como me dissera em Santo Domingo, o PS era assunto de somenos importância. Mário Soares não confiava em ninguém, queria ser primeiro-ministro e Presidente da República e adorava dar a ideia de que o partido e o País não sobreviveriam sem ele. Erradamente, convecera-se, como em 1976 se convencera de que uma coligação com o PSD liderado por Sá Carneiro o colocaria a ele na penumbra, que uma coligação com o PSD, em 1983 — sem Sá Carneiro — o lançaria a ele, automaticamente, para Belém.

Eu seria claramente contra esta opção, acabando por ser, na Comissão Permanente, senão o único a pensar assim, pelo menos o único que diria o que pensava alto e bom som. Seria, também, o segundo acontecimento a criar um atrito entre nós. Mas desta vez, ao contrário das palavras afáveis no ameno clima da América Central, seria ele quem ficaria furioso comigo durante longo tempo.

A minha posição era facilmente defensável. O País atravessava uma situação de crise económica sem precedentes, com um défice da balança de transacções correntes superior a três mil milhões de dólares e a dívida externa praticamente igual às reservas de ouro, ou seja, superior a treze mil milhões de dólares. Portanto, num país nor-

[1] Discurso de Mário Soares na posse do IX Governo Cosnstitucional, no dia 9 de Junho de 1983.

mal, uma situação pouco aconselhável para um primeiro-ministro que queria ser Presidente da República. Segundo alguns profetas, o PSD era em 1983 um partido em destroços e só tinha duas soluções: ou se desintegrava completamente, fundindo-se em parte no PS, como Sá Carneiro chegara a admitir em condições obviamente diferentes, ou apareceria um novo «Sá Carneiro» que moralizasse e dignificasse o PSD. É curioso como, tendo o próprio PS acabado de atravessar um período de profunda descaracterização, entre 1978 e 1981, Mário Soares não quis compreender que o fenómeno que lhe permitira, graças a Ramalho Eanes, identificar o «inimigo» e ganhar o partido tinha todas as condições de se repetir no PSD. Por outro lado, tendo Mário Soares sido anteriormente um péssimo primeiro-ministro, agora, em condições mais adversas e simultaneamente obcecado com Belém, iria provavelmente ser ainda pior, com o risco de destruir o Partido Socialista e até de não fazer eleger o seu candidato à presidência. A minha posição e minhas opiniões, embora sinceras e com base naquilo que eu pensava ser o melhor possível para salvaguardar os interesses do partido e eleger Mário Soares, em 1985, nunca seriam perdoadas por Mário Soares e seus familiares que não terão gostado de ouvir a verdade. Também nunca foram devidamente compreendidas pelo resto do partido pelas mais variadas razões.

As primeiras abordagens sobre a composição do futuro governo de coligação entre o PS e o PSD teriam lugar mesmo antes de ser conhecida a opinião dos militantes do Partido Socialista. De qualquer forma, nem o referendo seria suficientemente idóneo para ser levado a sério — dada a óbvia vontade «irrecusável» do secretário-geral em se coligar com o PSD, segundo um compromisso que estabelecera com Mota Pinto mesmo antes de conhecer a opinião do partido —, nem o chamado referendo seria significativo uma vez que nele não participaria sequer metade dos filiados. À semelhança do que acontecera em 1978, quando Soares impusera um acordo de consequências trágicas com o CDS, também o III Governo Constitucional liderado pelo Partido Socialista se iniciaria da pior maneira. Os principais negociadores do Partido Socialista seriam o próprio secretário-geral e Almeida Santos, sendo seguro que Mota Pinto, enquanto novo líder do PSD, queria para si o lugar de vice-primeiro-ministro em cúmulo com outra pasta que todos presumiam vir a ser a dos Negócios Estrangeiros. Almeida Santos, apesar do vexame a que fora submetido, continuava disposto a fazer parte do governo. O que Mário Soares, em particular, justificava acontecer, pelas mesmas razões que o convenceriam a ele a não apoiar a sua inicialmente prevista designação de primeiro-ministro. Contentar-se-ia com o lugar de ministro de Estado para os Assuntos Parlamentares, enquanto Jaime Gama se preparava para a Defesa e Eduardo Pereira para a Administração Interna. Perante a explicação de que Mota Pinto, enquanto número dois do IX Governo Constitucional, acumularia com os Negócios Estrangeiros eu veria frustrada, embora com total naturalidade, a esperança e a «promessa» de vir a ser ministro dos Negócios Estrangeiros. Mas, praticamente em cima da hora, Carlos da Mota Pinto, declararia querer a pasta da Defesa o que surpreenderia tudo e todos. Aí Jaime Gama afirmaria aceitar ficar no partido, enquanto secretário-geral interino, situação estatutariamente inexistente e que Almeida Santos recusaria terminantemente. Se Gama não fosse para o governo também ele não iria. Eduardo Pereira colocar-se-ia numa posição semelhante declarando que Jaime Gama poderia ocupar-se de novo da Administração Interna, mas Gama, por sua vez, também declararia não aceitar ir para o governo se Almeida Santos não fosse.

Nunca consegui apurar o que realmente estava por detrás desta reunião da Comissão Permanente, mas tive a nítida sensação de estar a assistir a uma farsa previamente encenada e em que eu era o principal visado. Colocado perante uma situação de gravidade para a unidade do partido — era essa a ideia que se quereria promover — eu permaneci calado. «Bom» disse Soares com um ar solene, «se vocês não se entendem na Comissão Permanente então o melhor é desistir já de formar governo. O Gama não tem outra solução senão ir para o governo como estava previsto. Ia para a Defesa mas como o Mota Pinto agora quer a Defesa não vamos discutir por causa disso. Fica o Gama com os Negócios Estrangeiros». Eu fiquei estupefacto mas não disse nada. Gama responderia que «só aceitaria com o acordo do Rui Mateus» e na condição de reunir comigo regularmente. Eu estava entalado, furioso e, sobretudo, sentia-me impotente. Disse unicamente que achava que Jaime Gama seria um excelente ministro dos Negócios Estrangeiros. Depois, nunca tomei qualquer iniciativa de reunir com ele enquanto MNE nem o contrário tão pouco ocorreria. Mário Soares, em termos semelhantes aos que tinham ocorrido quando da nomeação de Medeiros Ferreira, em 1976, queria ele próprio ser primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. Com esse objectivo necessitava de mim nas Relações Internacionais do PS para conduzir, com a sua reconhecida habilidade, uma autêntica diplomacia paralela, perante um Jaime Gama prisioneiro do Corpo Diplomático. Raramente, nos anos que se seguiriam, Jaime Gama apareceria ao lado de Mário Soares para conduzir os grandes acontecimentos da política externa portuguesa. Após esta reunião cancelei todos os compromissos que tinha e fui para o Algarve onde reflecti sobre se deveria ou não demitir-me da Comissão Permanente.

Mário Soares telefonar-me-ia então convidando-me a mim e a minha mulher para almoçar na sua casa do Algarve no domingo dia 26 de Junho. Disse-lhe que considerava que o que ele me tinha feito era inqualificável e que revelava as suas duas faces: a do Mário Soares afável, solidário e generoso e a outra, a do arrogante, egocêntrico e autoritário. O primeiro, quando atravessa momentos de dificuldade, é capaz de todos os actos de *charme* e contorcionismo para conseguir apoios para um determinado objectivo e o segundo, quando sente ter conseguido esse objectico e o poder na mão, tenta sempre apagar da história os que o ajudaram a conquistar posições de relevo.

Respondeu-me irritado que eu não tinha direitos adquiridos no partido e que, afinal, tanto direito tinha eu a ir para o governo como o «Lacão» (que na altura era seu funcionário no partido) ou como o «Menano». Eu disse-lhe que ele estava propositadamente a desviar a conversa em termos insultuosos porque o que estava em questão não eram os direitos dos outros mas sim a forma como ele me tratara. Eu nunca lhe pedira para ir para o Governo, embora do ponto de vista curricular e partidário tivesse tanto direito a poder ambicionar ser ministro como ele próprio e talvez até mais do que muitos outros que foram ministros e cuja escolha se baseara unicamente em critérios exclusivamente seus. Que aliás frequentemente se comprovaram ter sido errados em muitos casos, a começar pela sua própria autodesignação de primeiro-ministro, em três infelizes ocasiões. O almoço acabaria mal e eu, que decidira pedir a demissão da Comissão Permanente disse-lhe isso mesmo: que após um período de reflexão decidira pedir a minha demissão, mas que em virtude da persistência da sua arrogante atitude que me magoara profundamente o não faria. Ele que me demitisse quando quisesse pois que, para mim, o PS não passava de uma «empresa» dele. Em 1980 eu pretendera demitir-me do Secretariado, como fizera Maldonado Gonelha, mas Soares em dificuldades com a tentativa do «ex-secretariado», quase me suplicara para o não fazer. Assim, depois de humilhado e enganado, ele que tomase a iniciativa de me demitir, dado que tinha poderes para isso.

Depois desta conversa não tive praticamente actividades políticas em representação do PS, dando ao secretário-geral todos os argumentos para me «despedir» com justa causa. Fui aos Estados Unidos a convite do meu amigo Robert Hunter do Centro de Estudos Estratégicos de Washington, onde dei uma conferência sobre política externa e ao Rio de Janeiro participar numa conferência a convite da Universidade Cândido Mendes. Aproveitaria para fazer vários contactos nesses países, tendo nos Estados Unidos alugado uma viatura e visitado a minha velha «família» americana em Iowa, amigos no Arizona, o Grand Canyon e o magnífico parque de Yosemite, da Califórnia. No Rio de Janeiro encontrar-me-ia com Lionel Brizola e só regressaria à actividade partidária no dia 30 de Setembro para participar no V Congresso do Partido Socialista. Antes, encontrar-me-ia com Mário Soares, no dia 28, num jantar em Azeitão, enquanto convidados do proprietário americano do Palácio da Bacalhoa, Thomas Scoville que era amigo de um amigo meu, Bernie Arondsen, subsecretário de Estado. Disse-me que tinha chegado a hora de enterrar o «machado de guerra» e acabar com os «amuos» e que queria «recompensar-me», o que me deu a sensação de algum arrependimento pela forma grosseira como me tratara. De facto, não só não fora demitido da Comissão Permamente como continuaria, após o V Congresso, por sua proposta, à frente das Relações Internacionais do Partido Socialista. A recompensa viria no claro apoio à minha eleição para presidente da Comissão Parlamentar de Integração Europeia e, juntamente com o deputado alemão do Parlamento Europeu, Klaus Wettig, co-presidente do Comité Misto da Assembleia da República do Parlamento Europeu. Pedir-me-ia igualmente para acompanhar as negociações entre o MNE e o Departamento de Estado norte-americano, para constituição da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e para pensar na ideia de que lhe falara na República Dominicana sobre a criação de uma organização semelhante às «Conferências de Bilderberg». Pelo meio, viria a saber depois, desistira da ideia de me substituir na Comissão Permanente. É que durante a minha «prolongada» ausência, não só chegara a discutir na Comissão Permanente a minha substituição como encarregara o seu chefe de gabinete e homem de confiança para a concretização dos primeiros projectos com a CIA, Bernardino Gomes e a sua mulher, Maria René, que ele entretanto colocara como funcionária da Fundação de Relações Internacionais, para lançar uma conferência no âmbito dessa Fundação que pudesse ser o embrião da tal ideia das «Conferências Bilderberg». Mas o resultado seria um autêntico desastre. A carta-convite endereçada a inúmeras personalidades com data de 8 de Agosto de 1983 propunha-se discutir em Lisboa, sob a presidência do primeiro-ministro Mário Soares, «A segurança económica e política de Portugal», nos dias 4 e 5 de Novembro e referia ser este «um projecto discutido em pormenor com o Professor Vitor Halbertstadt dos Países Baixos» que era nada mais nada menos do que o secretário-geral das «Conferências Bilderberg», com quem Bernardino Gomes tinha previamente tido alguns negócios particulares luso-israelitas. Propunha-se ser «uma reunião privada, fechada, informal e de alto nível», tal e qual acontece na «Bilderberg». Dos distintos convidados como David Rockefeller do Chase Manhattan Bank, Robert McNamara do Banco Mundial, Giovanni e Umberto Agnelli da FIAT, Winston Lord do Council on Foreign Relations, Andrew Knight do *The Economist*, Samuel Brittan do *Financial Times*, Daniel Janssen da UCB, Alain Gomez da multinacional Thomson-Brandt, W. Dekker da Philips, Robert O'Neill do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos dos EUA, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, o ex-primeiro-ministro francês Raymond Barre, o presidente da SAAB, Sten Gustafsson, Sylvia Ostry da OCDE, Bernard Rodgers, comandante supremo das Forças Aliadas na Europa, entre muitos outros, agradeceriam o convite mas, responderiam negativamente. O presidente da Confederação Europeia de Sindicatos, Georges Debunne, responderia mesmo com alguma dose de humor ao convite de Mário Soares afirmando ter ficado «atónito ao verificar que os convidados [eram] de um modo geral personalidades do mundo capitalista e da direita. Em tais circunstâncias, [era-lhe] difícil dar o [seu] acordo ao convite que [lhe era] endereçado». (*Anexo 21*). Em virtude de tamanhas «negas», o então primeiro-ministro escreveria uma carta a 19 de Outubro adiando a conferência devido a alegados «compromissos não previstos e inesperados». Nunca mais teria lugar, mas explicaria em parte as razões do meu «reencontro» com o secretário-geral do Partido Socialista.

Segundo me contaria Almeida Santos, que acredito ter «vivido» com alguma angústia a paródia em que se revestira a reunião da Comissão Permanente em que eu seria excluído do governo a que nunca me candidatara, chegando mesmo a sugerir que eu aceitasse «uma Secretaria de Estado», a questão levantada por Mário Soares para que fosse discutida a minha eventual substituição não passara de um estratagema que tinha como finalidade fazer chegar essa mensagem aos meus ouvidos. O nível de coscuvilhice na Comissão Permanente terá mesmo chegado ao ponto da utilização da diplomacia para o exercício de espionagem, tendo Jaime Gama relatado que na conferência que eu dera em Washington no dia 26 de Julho no Centro de Estudos Estratégicos teria sido «organizada» pela CIA. A razão para esta estranha afirmação prendia-se com o facto de haver, entre os convidados do Centro de Estudos Estratégicos, elementos da CIA. De facto, entre os convidados encontrava-se uma senhora, de nome Sharon Foster daquela Agência. Mas entre os convidados do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais a que era completamente alheio, encontrava-se o embaixador de Portugal Leonardo Mathias, o embaixador Paul Boeker do Departamento de Estado, o conhecido congressista de origem açoriana, Tony Coelho, o economista de renome mundial Michael Samuels, em representação da Câmara de Comércio dos EUA, o famoso ex-CIA, Richard Bissel que então representava a USIA[1], Norman Bailey da Casa Branca, Michael Polt do Departamento de Estado, Alfonso Finocciaro director do BPA em Nova Iorque, o luso-americano de origem açoriana Miguel Bensaúde, Rafel Diaz-Palart do Banco Nacional de Washington, William Kelly da Ford e o actual secretário da Defesa, William Perry, então, juntamente com o meu amigo Robert Hunter, em representação dos anfitriões. Mário Soares contar-me-ia depois, um pouco em tom de intriga, esta pequena inconfidência de Jaime Gama, que não passara de um desperdício do esforço diplomático português. Mas pelo sim pelo não eu lembraria então Mário Soares que o primeiro funcionário da CIA que eu conhecera, enquanto tal, fora em 1979 e por sua indicação. Após Carlucci ter deixado Lisboa, em 1979, chegaria a Lisboa o novo embaixador Richard Bloomfield, que seria confrontado com um grande dilema. Era um católico devoto e um homem de esquerda com evidentes simpatias pelo PS, mas com a missão de desenvolver boas relações com o governo da Aliança Democrática e, em particular, com Sá Carneiro. Bloomfield, aparentemente, recusar-se-ia a veicular os contactos da CIA com o secretário-geral do PS, tendo-me então Mário Soares posto em contacto com o chefe da CIA em Portugal. Tanto quanto me recordo, nunca me daria nenhuma mensagem de particular relevo e, sempre que necessário, encontrar-se-ia com o secretário-geral do PS na minha casa. Eu ficaria amigo dele e do seu sucessor que ele me apresentaria, depois. Aliás, em 1994, o então

[1] United States Information Agency.

Presidente da República, condecorá-lo-ia no Palácio de Belém com a Ordem do Infante D. Henrique.

Helmut Schmidt, então fora do governo, fora o único dos convidados a aceitar participar na conferência que Mário Soares pensara realizar em Portugal sem a minha colaboração, com a finalidade de me demonstrar que eu era perfeitamente dispensável. Infelizmente para ele a sua iniciativa revelar-se-ia infeliz, não porque eu de algum modo fosse indispensável, mas porque nem ele nem o seu chefe de gabinete tinham compreendido que para organizar actos desta envergadura se requer uma longa preparação e muitos contactos prévios. Não bastaria invocar o título de primeiro-ministro que, aliás, para bem do bom nome e dignidade do País, se não deveria sujeitar a receber tantas embaraçosas «negas» ao seu convite. Neste caso, um primeiro-ministro manda contactar informalmante os potenciais convidados, para ver se o projecto tem ou não viabilidade, antes de enviar o convite formal. Exactamente para não sofrer o embaraço de ser reconhecido como chefe de governo de um país do Terceiro Mundo. Aliás, no âmbito da Fundação de Relações Internacionais teríamos no ano seguinte uma nova altercação a propósito de uma Conferência sobre a América Latina. Ao mesmo tempo que lançara a ideia da conferência que nunca viria a ver a luz do dia cedera a pressões dos americanos para organizar uma Conferência sobre a América Latina e instruíra o seu chefe de gabinete para se encarregar da sua organização.

Eram conhecidas as divergências entre a esmagadora maioria dos partidos da Internacional Socialista e a Administração Reagan a propósito da América Central. Também era do conhecimento geral que Mário Soares, enquanto vice-presidente da IS, alinhava sempre, nesta matéria, pelas posições norte-americanas. A Fundação que tinha, dois anos antes, sido lançada com apoio da CIA era agora cobiçada para montar uma operação de relevo. Dado o papel de Mário Soares, presidente da FRI, secretário-geral do PS, vice-presidente da Internacional Socialista e primeiro-ministro de Portugal, o departamento de relações internacionais da AFL/CIO sugere que a FRI realize em Portugal, à semelhança de outras iniciativas de prestígio, uma conferência intitulada «O Desafio Democrático na América Latina». Teria lugar no hotel Ritz em Junho de 1984 e seria organizada por Bernardino Gomes e por dois americanos conotados com a CIA. Não sei se eram ou não mas, no seio da Internacional Socialista, não se livravam da fama. Eram eles, Joe Godson e John Doherty da Central Sindical americana AFL/CIO. Eu tentaria demover o primeiro-ministro a emprestar o seu nome a uma conferência que em nada poderia favorecer o Partido Socialista. Compreendia, perfeitamente, que tudo na vida tem as suas contrapartidas e tendo o PS e a Administração Regan posições semelhantes em relação aos principais temas de então, nada mais natural que promover uma reunião conjunta. Aliás, no seguimento da invasão norte-americana da pequena ilha de Grenada em 25 de Outubro de 1983, o primeiro-ministro concorcaria

em enviar a sua filha Isabel àquela ilha e à América Central, a partir de onde, enquanto jornalista de *A Capital*, ela poderia escrever alguns artigos de apoio às posições americanas. A sua viagem teria lugar três meses após a invasão. Agora, aceitar pressões e executar «encomendas», não era bem o meu estilo. Na minha opinião a realização desta reunião prejudicaria a imagem do PS junto da Internacional Socialista e inseria-se num objectivo puramente americano. Felipe González que Mário Soares anunciaria na abertura dos trabalhos, não apareceria. A Frente Sandinista, principal alvo a atacar, recusaria o convite que eu lhes endereçaria à última hora, para equilibrar a conferência. Da Europa não viria um único participante de relevo e esta acabaria por se transformar num confronto entre a IS e as posições americanas.

A conferência teria a presença do presidente da Costa Rica, Luís Alberto Monge, e de Carlos Andrés Perez da Venezuela, assim como a do presidente da AFL/CIO, Lane Kirkland. Mas também a de Irving Brown, conotado com a CIA. Monge, Kirkland e Mário Soares seriam os «anfitriões» mas, Mário Soares compreenderia à última hora o que estaria em jogo e apressar-se-ia a convencer o seu amigo Raul Morodo a «patrocinar» a conferência, através da Universidade Menendez Pelayo de que era então presidente. Pela parte dos americanos conseguiríamos o nome da Universidade de Georgetown e Gunter Grunwald autorisaria a utilização do nome da Fundação Ebert. Mas a única a financiar a conferência seria a AFL/CIO tendo, inclusivamente, pago, por intermédio da UGT, a publicação de um livro com as conclusões. No final, o «Desafio Democrático na América Latina» acabaria por não correr tão mal como se prevera, mas quem ler as suas conclusões compreenderá o fosso que então dividia os socialistas europeus. Na Internacional Socialista, contudo, ninguém terá ficado com dúvidas de que Mário Soares se prestara a fazer aquele serviço à política americana.

Por outro lado, o aproveitamento da aceitação de Helmut Schmidt para a eternamente adiada conferência «A Segurança Económica e Política de Portugal», transformado à última hora num convite para uma conferência particular daquele estadista, teria lugar no hotel Altis[1] e seria um retumbante sucesso. Já antes a Fundação de Relações Internacionais realizara com a Universidade Internacional Menendez Pelayo de Espanha um importante simpósio para discutir «o papel da cultura nas sociedades democráticas» e eu tinha iniciado pedidos de depoimentos a grandes figuras internacionais para preparar um livro a utilizar como pré-lançamento da candidatura de Mário Soares à Presidência da República. Insistiria junto de dezenas de líderes para que escrevessem uma linhas sobre Mário Soares com a finalidade de com elas publicar um livro. Reuni, pouco a pouco, pacientemente e com grande perseverança cartas e depoimentos de inúmeras personalidades com quem mantinha relações de amizade, desde

[1] A conferência individual de Helmut Schmidt teria lugar a 4 de Novembro de 1983.

Edward Kennedy a Leopold Senghor, e encarreguei João Gomes, então director do *Portugal Hoje*, de editar um livro com as partes mais significativas e, sobretudo, as que elogiavam Mário Soares.

Por sua vez, João Gomes, teria a ideia de solicitar ao «cartoonista» Vasco de Castro uma série de caricaturas dos principais contribuintes para o livro, que viria a ser intitulado *Soares, Portugal e a Liberdade* e seria publicado pela editora Moraes. Num interessante prefácio de Almeida Santos, por sua vez intitulado «retrato de um amigo em corpo inteiro», este afirmaria que «o meu Camarada e Amigo Rui Mateus... teve uma ideia feliz: solicitar aos mais representativos líderes políticos do vasto mundo que melhor conhecem Mário Soares, um depoimento sobre a personalidade e o papel histórico do secretário-geral do PS» sendo «o destino desses depoimentos... o de, através da sua publicação em volume... ser prestada justa homenagem ao nosso Camarada Mário Soares, na efeméride do seu sexagésimo aniversário»[1]. De facto este trabalho iniciado por mim em Abril de 1983, ainda durante o Congresso de Albufeira da Internacional Socialista, destinava-se a ser divulgado em 1985 mas Soares, em 1984, sabendo do projecto e estando de novo em queda livre nas sondagens de opinião pública, resolveu pedir-me para apressar a sua conclusão a fim de se tirar proveito do mesmo. Assim seria efectuada uma cerimónia de apresentação no Grémio Literário, em Dezembro de 1984, tendo entregue ao homenageado um volume encadernado com todos os originais dos depoimentos e das caricaturas. Este presente ia no seguimento do desejo que o homenageado manifestara de poder juntar este volume à sua colecção de livros. O «cartoonista» Vasco de Castro, que fizera as caricaturas, seria pago pela FRI assim como o coordenador da edição, João Gomes, que o contratara.

Quatro anos depois, em 1990, teria conhecimento que aquele artista tinha processado a Fundação com a alegação que esta lhe deveria ter devolvido os originais das caricaturas. Quando tive conhecimento deste processo, era presidente da Fundação de Relações Internacionais, cargo em que por sugestão de Mário Soares o substituíra em 1986. As caricaturas tinham sido pagas e quem negociou os seus termos fora o jornalista e dirigente socialista João Gomes. Pedi a Roque Lino, fundador do PS e advogado, que se encarregasse do assunto e pediria a João Gomes que o informasse dos termos em que fizera o «contrato». Caso se verificasse que aquele artista tinha direitos sobre os originais, contrariamente ao que me fora dito sete anos antes, não haveria outra solução senão pedir a Mário Soares para os devolver ao artista, conforme era solicitado. Longe de mim qualquer intenção de ficar com um trabalho de tão alegado valor artístico. Mas Mário Soares não devolveria os seus originais e eu acabaria por ter que ir a tribunal enquanto presidente da FRI. Tanto quanto me seria então dito, o artista estava disposto a trocar a

[1] António de Almeida Santos, *Virtuosa Sensaboria*, p. 13, Perspectivas & Realidades, Lisboa.

autoria dos seus «cartoons» por uma compensação de quinhentos contos, que eu teria de pagar do meu bolso logo ali, uma vez que então a Fundação não possuía meios para pagar esta dívida. A Mário Soares, que detém o livro, ninguém lhe ouviu uma única palavra não obstante toda a publicidade que jornais, com relevo para o *Público* — de que o artista então era colaborador — dariam àquele caso. A dívida da Fundação, hoje na área do Partido Socialista, seria classificada na rubrica de «dívidas a fundadores».

O ano de 1984, embora pródigo em acontecimentos e actividades internacionais para o PS e para o seu governo, pronunciava já o *anno horribilis* dos socialistas. Acabara o estado de graça vivido em 1983 e quando a Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, mais conhecida pela Lei do Aborto, começou a ser discutida na Assembleia da República, em Janeiro de 1984, já a impopularidade do governo de Mário Soares atingira o seu ponto mais baixo e punha perigosamente em causa a estabilidade do «bloco central». A Igreja lançaria uma campanha feroz contra o Governo, com apelos aos católicos para não votarem nos partidos ou nos deputados que votassem favoravelmente aquela lei. A proposta do PS seria mesmo votada no dia 14 de Fevereiro, desencadeando o primeiro grande conflito com o seu parceiro, o PSD.

Uma vez mais, Mário Soares, preocupado com a repercussão desta Lei, começara com antecipação a preparar uma estratégia internacional com o objectivo de colmatar a impopularidade negativa desta lei para a sua campanha presidencial junto dos católicos portugueses. Inicialmente a Comissão Permanente e a direcção do Grupo Parlamentar concordariam na ideia sempre presente de salvaguardar a imagem de Mário Soares, dando a impressão de que o projecto de lei era do Grupo Parlamentar do PS, um tanto ou quanto à revelia do primeiro-ministro. Só que a Igreja, recuperada de um longo período de apatia, seguira de perto os resultados do IV Congresso e não «engoliria» a ideia, apontando as suas armas contra o líder socialista. Mas, na expectativa desta reacção da Igreja, seriam atempadamente mobilizados os contactos com Bettino Craxi e com representantes de uma empresa que já tinha apoiado o PS e onde o Estado do Vaticano, aparentemente, então tinha interesses, para conseguir um encontro de Mário Soares com o Papa João Paulo II, que teria lugar poucos dias após a votação na A.R. da polémica lei, a 5 de Março, dando o Vaticano um bom exemplo de *realpolitik*. Quem não gostaria da «brincadeira» seria o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, que acusaria Mário Soares de ir «ao Vaticano procurar créditos políticos para futuras campanhas eleitorais» o que ele considerava «uma atitude absolutamente condenável, não só porque representa pura demagogia, mas ainda pelo aspecto de certa profanação que envolve»[1]. A Igreja acusava que «a iniciativa da deslocação partira do primeiro-ministro e os primeiros preparativos foram levados a cabo, sob grande secretismo» e

[1] *Expresso*, de 10 de Março de 1984.

o editorial do *Expresso* intitulado «Soares, Deus e o Diabo» afirmaria que «cumpre reconhecer que o comportamento de Mário Soares, ao longo deste processo, foi demasiadamente ambíguo. Percebendo — talvez tarde — que o problema do aborto podia pôr seriamente em causa a sua candidatura presidencial» Soares procuraria «movimentar-se no sentido de não ser pessoalmente atingido pela iniciativa»[1]. Mas como é dom dos bons cristãos, a Igreja também perdoaria Soares e adoptaria a estratégia mais realista que João Paulo II tinha demonstrado.

Estava-se a reviver o passado em São Bento quando o primeiro-ministro concederia que os grandes erros dos seus dois primeiros governos teriam sido «a) formar um governo minoritário» em 1976 e «b) aceitar um acordo de incidência governamental com o CDS» cuja acção teria sido «caracterizada por uma desastrada política informativa de comunicação social»[2]. Esquecendo-se por completo das circunstâncias e até do facto de cinco anos antes ter admitido poder não ter sido a melhor escolha para primeiro-minstro, perguntava-se então com a volubilidade que o caracterizava: «A história repete-se? Não creio. Os portugueses aprenderam»[2].

Na Assembleia da República também já estava agendada a discussão sobre a Lei de Segurança Interna para o mês de Junho, quando se realizou a segunda visita oficial de trabalho do primeiro-ministro aos Estados Unidos. Vinha no seguimento da aprovação do diploma que constituía os Serviços de Informação e Segurança. O ministro dos Assuntos Parlamentares, Almeida Santos, apontara o assassinato de Issam Sartawi, no Congresso da Internacional Socialista em Albufeira e perguntaria, se «não era socialmente patológico que uma tal D. Branca [pudesse] sem aparente incómodo, ser colega de profissão do honrado professor Jacinto Nunes?» para justificar os Serviços de Informação que a partir de então iriam ser «o que esta Assembleia quiser que sejam. Os seus defeitos serão apenas os da vossa vontade, que em democracia por definição os não tem»[3]. O brilhante discurso não passava de mero sofisma. Aparentemente, nem os deputados sabiam então que a democracia estava cheia de defeitos como não poderia ser função do SIS investigar o «parentesco» profissional da Dona Branca com o professor Jacinto Nunes. E como é costume na política portuguesa, faltou dizer que o SIS se enquadrava no esquema de defesa dos valores ocidentais e que Portugal era o único país da NATO que não possuía Serviços de Informação civis e autónomos. Também faltaria dizer — mas isso Almeida Santos provavelmente já não saberia — que os SIS eram a consequência lógica da cooperação esboçada a partir do chamado «Plano Callaghan», em Novembro de 1975.

[1] *Expresso*, de 10 de Março de 1984.
[2] Conferência do primeiro-ministro Mário Soares na SEDES, a 14 de Maio de 1984.
[3] António de Almeida Santos, *Virtuosa Sensaboria*, ed. cit., pp. 72-77.

Era a primeira vez, após o 25 de Abril, que um primeiro-ministro seria recebido em Washington como um amigo de confiança. Não era só uma visita formal como tantas em que se discutem interesses mútuos. Era o culminar de anos de cooperação e defesa de interesses comuns. Além de encontros com o presidente Ronald Reagan que ofereceria um almoço de trabalho muito íntimo e significativo[1], na Casa Branca, houve encontros com o vice-presidente George Bush, com o secretário de Estado George Schultz, com o seu antecessor, Alexander Haig, com o secretário da Defesa, Caspar Weinberger, com o subsecretário para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, com o presidente da confederação sindical AFL/CIO e com o director adjunto da CIA, que viria ao hotel Madison, numa das horas que no programa da visita apareciam em duplicado com um dos membros da Administração. Haveria também um encontro com Carlucci que entretanto se ocupava de negócios enquanto número dois da Sears World Trade, uma empresa de comércio externo criada pela gigante do comércio americano, Sears. Esta visita tinha sido precedida de uma visita de dois dias à Montanha de Cheyene[2] no Colorado para visitar o famoso e ultra-secreto Comando de Defesa Aeroespacial Norte-Americano (NORAD) onde seria recebido pelo general James Hartinger. Para além do clima informal de toda a visita seria esta a componente que os Estados Unidos só oferecem a pessoas de confiança. E ao contrário do que acontecera com Willy Brandt, Harold Wilson, e estava a acontecer com Olof Palme e vários outros dirigentes do socialismo europeu, Mário Soares era um homem de confiança dos serviços secretos ocidentais.

Como o assunto já tinha sido abordado na reunião com MacMahon no ano anterior, o que permitiria ao chefe da estação em Lisboa desencadear os contactos necessários, este reafirmaria a disponibilidade da CIA para colaborar na preparação dos Serviços de Informação Portugueses, oferecendo-se o próprio director-adjunto para vir a

[1] A viagem teria lugar durante a «Quaresma» e o secretário de Estado, George Schultz, cumpria à rigor as recomendações da Igreja. O presidente dos EUA contaria então uma séria de anedotas. Reagan era um homem extremamente bem disposto e muito mais aberto do que muitos comentadores diziam. Eu contar-lhe-ia então a história do sonho de Brejnev e do presidente Reagan: Brejnev sonhara que ao visitar Washington toda a cidade estava vestida de vermelho e que por cima da Casa Branca estava um enorme letreiro que dizia: Proletários de Todo o Mundo: Uni-vos! Aí o presidente dos EUA responderia que tinha sonhado que tinha ido a Moscoco e que a cidade estava engalanada de vermelho. Normal, diria o presidente soviético. E quando Reagan chegara ao Kremlin havia também um grande letreiro. E o que é que dizia esse letreiro, perguntaria o presidente soviético? Não sei, responderia Reagan. Estava escrito em chinês! O presidente gostaria tanto da anedota que pediria ao seu conselheiro de Segurança, Bud MacFarlane, para a escrever.

[2] A Montanha de Cheyene é vulgarmente conhecida por ter inspirado o filme sobre a *Guerra das Estrelas*.

Portugal discutir o assunto com o responsável do governo, o ministro da Administração Interna. Entre as questões de decisão política, a que mais interessava os americanos seria o nome do provável responsável pelo SIS. O primeiro-ministro de Portugal tinha um ano antes pensado no seu cunhado, José Manuel Duarte, que no PS se interessara por esta área tendo, depois, adquirido boas relações com o sector militar de informações enquanto governador civil do distrito de Lisboa. O próprio José Manuel Duarte, com quem eu sempre tivera excelentes relações, convencido de que eu poderia ter alguma influência na matéria, me falaria no assunto antes da visita aos EUA. Sendo o primeiro-ministro seu cunhado, eu acharia esta abordagem estranha, concluindo desde logo que para ele falar comigo era porque o seu cunhado já estaria a pensar noutro nome. Também posso revelar que em conversas em Lisboa com o embaixador Allan Holmes, o conselheiro Jim Creagan e o chefe da estação da CIA, este era um assunto frequentemente abordado fazendo os americanos *lobbying* em favor de Ladeiro Monteiro. Como eu estivera presente na reunião no hotel Madison, acabaria por ser convidado, em Junho, para um jantar no Restelo em casa do chefe da CIA em Lisboa, onde estariam como convidados de honra McMahon e Eduardo Pereira, ministro português da Administração Interna. Aqui os dois combinariam uma visita do ministro português aos Estados Unidos, sendo sugerido que eu o acompanhasse. Eu, entretanto, recusaria o convite, por não estar a par destes assuntos que nada me interessavam. Uns dias depois, em conversa com o primeiro-ministro, eu dir-lhe-ia que não pretendia estar associado a este assunto, decidindo então ele enviar o seu chefe de gabinete, Bernardino Gomes, para acompanhar o ministro. Uma vez que a visita era reservada, Soares ordenaria que eles fossem acompanhados das respectivas mulheres e que os bilhetes, a cargo dos anfitriões, fossem comprados por intermédio da Fundação de Relações Internacionais, de que Soares era presidente e Eduardo Pereira e Bernardino Gomes igualmente vice-presidentes. Quando a lei de Segurança Interna começou a ser discutida no Plenário da Assembleia da República, «Eduardo Pereira, ministro da Administração Interna, não compareceu ao debate por, como informou Almeida Santos, se encontrar, possivelmente, nos Estados Unidos»[1] onde seria acompanhado de Bob Skidmore que, pouco tempo depois, viria para Lisboa substituir o chefe da delegação da CIA no nosso país. Quando este chegou a Portugal, na Primavera de 1985, o seu antecessor convidar-me-ia para um café no hotel Ritz a fim de o conhecer. Tinha um estilo de agente ao serviço da United Fruit Company que chega a uma República das Bananas. Disse-me sem rodeios que estava em Portugal com a tarefa de desfazer as asneiras do Frank Carlucci. Começavam a correr ventos de direita em Portugal e, nos EUA, alguns elementos da CIA, também reviviam o passado na América Central

[1] César de Oliveira, *ob. cit.*, p. 299.

com o chamado Iran-Contra affair. Depois daquele breve encontro só falaria com ele duas vezes, sendo a última em condições algo misteriosas.

Após a independência de Moçambique, em 1975, as relações deste novo país com Portugal nunca seriam particularmente afectivas. Muito menos ainda o eram as relações do PS com a FRELIMO quando eu participei no seu IV Congresso em Abril de 1983. Eu sentira em 1976, em Luanda, que Agostinho Neto desejara fazer uma aproximação ao Ocidente o qual, lamentavelmente, não responderia com a recomendada celeridade àquele apelo. Os esforços portugueses para uma aproximação a Moçambique também seriam então pouco significativos e pouco se sabia dos dirigentes da FRELIMO, para além de anedotas torpes que circulavam em Lisboa em relação ao presidente Samora Machel. E, enquanto em Luanda, após a independência, os angolanos se queixavam da hostilidade da imprensa portuguesa, em Moçambique, com muito maior justificação, existia um certo distanciamento em relação a certas atitudes de natureza racista do nosso País. Em 1976, por ocasião do II Congresso do Partido Socialista, numa conferência de imprensa presidida por Salgado Zenha em que seria anunciado que iriam estar presentes convidados estrangeiros de 55 partidos e organizações internacionais, seria notada a ausência da FRELIMO, tendo eu então explicado que a FRELIMO, também solicitada a fazer-se representar no Congresso, nem sequer respondera ao convite. O presidente moçambicano, Samora Machel, era, contrariamente ao que se fazia crer em Portugal, um homem de uma grande inteligência e perspicácia e com um refinado sentido de humor. Tinha também à sua volta quadros de grande qualidade intelectual e humana. Durante o Congresso em que predominavam os convidados de países de Leste, o Partido Socialista, acabado de sair vencedor das eleições de 25 de Abril e em vias de estabelecer uma coligação com o PSD, seria violenta e deselegantemente atacado pelo representante do Partido Comunista Português[1] durante a sua alocução aos congressistas moçambicanos. O presidente Samora Machel ficaria chocado com o teor de discurso do seu convidado do PCP que não aplaudiria. A «plateia» imitá-lo-ia, aplaudindo frouxamente. Estava previsto que eu falasse após o PCP e Samora Machel receou que eu, usando do meu direito de resposta, transportasse para Maputo as quezílias entre o PS e o PCP e transformasse o seu congresso num indesejável espectáculo mediático. Quando eu fiz uso da palavra em nome do PS, iniciaria o meu discurso dizendo que o Congresso se realizava num momento de grande tensão na África Austral, causado pelo regime racista da África do Sul e pelos reflexos da crise económica mundial que afectavam «embora desproporcionadamente tanto os países industrializados como os países em vias de desenvolvimento» e que, como tal, o PS não tinha vindo a Moçambique «para falar da política interna portuguesa mas sim para reiterar ao partido FRELIMO o seu apoio e

[1] Sérgio Vilarigues.

solidariedade na luta pelo desenvolvimento, independência económica e defesa da soberania... e o desejo de que a cooperação entre os nossos dois Povos se [continuasse] a desenvolver no interesse mútuo dos dois Países»[1]. Quando terminei de falar, após várias considerações sobre a situação na África Austral, Samora Machel levantar-se-ia do seu lugar de presidência e dirigindo-se a mim deu-me um efusivo abraço, enquanto os congressistas aplaudiam com um vigor que contrastava significativamente com o que tinham dispensado ao PCP. Nessa noite, durante um jantar no Palácio Presidencial, Samora Machel teria uma amistosa conversa comigo, contando-me algumas histórias sobre os momentos que se seguiram à sua chegada a Maputo e distanciando-se, claramente, da União Soviética. Falar-me-ia também nas grandes esperanças que depositava na sua próxima visita oficial a Portugal, que teria lugar em Outubro. Num depoimento meu à comunicação social de 11 de Outubro, sobre a visita do presidente Samora Machel, eu diria que «aquando do meu encontro com o presidente Samora Machel em Maputo, em finais de Abril [tivera] oportunidade de lhe dizer que seria certamente muito bem recebido em Portugal, mas creio que todas as expectativas foram ultrapassadas». De facto, Samora Machel encantou os Portugueses que só o conheciam de uma certa intriga política racista de extrema-direita. Não só pelo seu *charme* como pela sua inteligência e moderação. Como eu diria então, o PS contribuíra, «de uma maneira clara e decisiva, para o relacionamento entre os dois países que...[entrava] agora numa nova fase». O próprio presidente enviaria uma carta aberta ao Povo Português no dia 11 de Novembro, em que declarava que «vós, Povo Português, soubestes receber-nos com a amizade de quem recebe em sua casa um irmão». A partir de então as relações com a FRELIMO e com Moçambique modificar-se-iam significativamente. Eu iria de novo a Maputo a 10 de Junho de 1984, onde assinei com Joaquim Chissano[2], então ministro dos Negócios Estrangeiros e responsável pelas relações exteriores da FRELIMO, um acordo de cooperação com o Partido Socialista. No seu discurso, Joaquim Chissano diria, referindo-se a mim, que eu demonstrara desde a minha juventude ser um «ardente combatente contra o fascismo» e que por isso mesmo me vira obrigado ao exílio, tendo porém continuado, «sem vacilar a lutar para a libertação do Povo Português» ao mesmo tempo que reconhecia o meu papel na fundação do Partido Socialista e a minha luta contra «o fascismo e o colonialismo». «É esta trajectória combatente que queremos saudar. Queremos também manifestar-lhe o nosso apreço pelo seu empenho desde há muito demonstrado no desenvolvimento das relações entre os nossos dois partidos, como [fora] demonstrado ainda com a [minha] participação no IV Congresso do Partido Frelimo»[3].

[1] Discurso que eu proferiria no IV Congresso da FRELIMO, em Maputo, a 29 de Abril de 1983.
[2] Como é sabido Joaquim Chissano é actualmente presidente de Moçambique.
[3] Joaquim Chissano, Maputo, 13 de Junho de 1984.

Eu teria também um importante encontro com o presidente Machel nesta ocasião onde ficaria definido que o PS e a Fundação de Relações Internacionais iriam desenvolver programas de cooperação que incluíam seminários de formação sobre o funcionamento das instituições de financiamento internacional e a criação de um Instituto de Opinião Pública naquele país. A FRI, que já tinha também desenvolvido programas idênticos com Cabo Verde, começava a intervir na política externa segundo os objectivos para que fora inicialmente constituída com financiamentos norte-americanos. No dia 31 de Agosto, o primeiro-ministro Mário Soares iniciaria em Maputo a sua primeira visita oficial à frente de uma delegação de mais de cem pessoas que incluíam Jaime Gama e o ministro do Comércio, Álvaro Barreto. Pela Assembleia da República, Manuel Alegre e eu enquanto deputados do PS e Rui Almeida Mendes do PSD. O porão do avião da TAP transportaria, entre as bagagens, um contentor com máquinas de escrever, fotocopiadoras etc., que a Fundação de Relações Internacionais oferecia à FRELIMO ao abrigo do acordo de cooperação que eu assinara. No final da visita oficial a Moçambique, a delegação Portuguesa regressaria a Lisboa no avião da TAP, enquanto Mário Soares e eu acompanharíamos o presidente Samora Machel e Joaquim Chissano no avião do presidente de Moçambique para a cidade de Arusha, na Tanzânia, onde a Internacional Socialista e o Grupo Socialista do Parlamento Europeu realizariam a sua primeira Conferência com os estados da Linha da Frente, com o Congresso Nacional Africano da África do Sul e com a SWAPO da Namíbia.

Teria lugar nos dias 4 e 5 de Setembro e seria uma reunião única na história da Internacional Socialista. Contaria com a presença dos presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, Robert Mugabe, do Zimbabwe, Samora Machel, de Moçambique e os então líderes do Congresso Nacional Africano da África do Sul, Oliver Tambo e Sam Nujoma da SWAPO[1] da Namíbia. Da parte dos europeus encontravam-se em Arusha os ex-primeiros-ministros da Holanda e da Dinamarca[2] e Lionel Jospin da França. Mas o maior destaque iria para os primeiros-ministros da Suécia, Olof Palme e Mário Soares, de Portugal. Cada um à sua maneira representava uma *nuance* na política da Internacional Socialista para a África Austral que, naquele momento, atingia o auge da polémica em virtude do acordo de não-agressão e boa vizinhança que Samrora Machel assinara, pouco tempo antes, com o presidente da África do Sul na localidade fronteiriça de Nkomati. Para Palme e para a maioria dos países da Linha da Frente o acordo representava um perigoso precedente de cedências à África do Sul que a Internacional Socialista e os Países da Linha da Frente pretendiam isolar completamente. Recorrendo mesmo, se necessário, à mobilização de apoios e da opinião pública

[1] South West African Peoples Organisation.

[2] Respectivamente Joop den Uyl e Anker Joergensen.

para a luta armada contra o regime sul-africano. Com o acordo de Nkomati, se bem que nunca referido pelo nome, existia o perigo de um futuro reconhecimento do *statu-quo* na África do Sul com prejuízo para a luta do ANC[1] e para a independência da Namíbia. Para Samora Machel o acordo de Nkomati era um acto de soberania que resultava de um reconhecimento das realidades existentes naquela zona. Segundo Machel, a existência da África do Sul, como potência regional, não era um fenómeno de então, do mesmo modo que «o racismo não [era] um fenómeno nascido em 1948 quando o *apartheid* foi institucionalizado» ao mesmo tempo que se poderia afirmar que «o colonialismo não [nascera] quando a Liga das Nações entregou a Namíbia à África do Sul»[2].

O objectivo do acordo que seria conhecido por «cooperação construtiva» tinha o apoio de Mário Soares, que se pronunciaria de forma clara contra o clima de agressões que se vivia na África Austral e fazia parte da política do PS que, nesta área, também se encontrava algo isolada do resto da Internacional Socialista e próxima das posições norte-americanas. Para o PS era necessário um clima de paz, o estabelecimento de relações construtivas num quadro de não alinhamento, para se conseguir o desenvolvimento. Nada de novo aliás e muito em sintonia com a tradicional moderação dos socialistas europeus dos anos 70. Mas, parafraseando um velho provérbio mexicano, alguns diriam «pobre PS tão longe do socialismo e tão perto dos Estados Unidos». Na realidade, em matéria de política externa, o PS português lideraria a Internacional Socialista em relação aos principais conflitos internacionais tendo ocasiões em que, dentro do possível, também moderaria a tendência dos EUA para posições mais radicais. E bastaria, *a posteriori*, comparar as posições do PS, próximas ou não das dos americanos, com as da Internacional Socialista em matéria de democratização da América Latina, Paz no Médio Oriente, fim do regime de *apartheid* e paz na África Austral, para verificar que o PS estava no caminho certo. As posições de Palme e de Soares chegariam a ter a forma de um confronto político com praticamente todos os líderes africanos a apoiar Palme e só Machel a apoiar Soares.

O prestígio de Mário Soares na IS tinha sido restabelecido com as missões ao Médio Oriente, não obstante a imprensa portuguesa persistir em afirmar esse declínio, que derivava essencialmente da diferença de discurso entre ele e o radicalismo que emergiria no movimento socialista europeu nos anos 80. Olof Palme com quem eu mantinha uma grande amizade há mais de dez anos e tinha sido um dos heróis da minha juventude, estava convencido de que Mário Soares se tinha «vendido» aos americanos e associava-me, a mim, a essa traição ao socialismo. Palme era um homem generoso e, talvez, de perspectivas diferentes, aquele a quem mais o PS devia. O PSD sueco

[1] ANC — African National Congress, da África do Sul.

[2] *The Arusha Conference*, p. 70, Socialist International, 1984.

ajudara o PS e Mário Soares, mais do que nenhum partido europeu antes do 25 de Abril, dentro de uma proporção da própria realidade ASP/PS e sem nenhuma exigêncioa de subserviência ou contrapartida. As imposições algo grosseiras dos alemães no campo económico, dos americanos no campo político e as pretensões francesas no campo cultural eram completamente indiferentes aos suecos que se moveriam por imperativos de ordem moral e ética pouco vulgares em política e, essencialmente, por solidariedade. No entanto Palme, talvez devido ao meu relacionamento com a cultura sueca, e talvez com alguma dose de razão, sentira-se desiludido pelo meu alinhamento político com o líder do meu partido. E não esconderia essa desilusão após a reunião de Arusha. Pelo meu lado eu sabia que Palme estava convencido de ter razão e que a sua luta em prol da libertação dos povos da África Austral era genuína. Tão genuína como tinha sido o seu apoio desinteressado ao PS e à democracia em Portugal. Palme não tinha confiança na CIA nem na coerência dos governos dos EUA. Tinha vivido de perto e com algum conhecimento de causa a intervenção norte-americana no Vietename, estando sempre com grande coragem ao lado dos oprimidos, tinha sentido com sinceridade a dor do povo chileno, apoiara como ninguém os movimentos de libertação em África e na América Latina. O seu papel em relação a Portugal e à Espanha não poderia ter sido mais sincero e generoso. Nos anos 80, Palme seria, contudo, um homem diferente, com algumas ideias com que eu nunca poderia estar de acordo. A sua generosidade era tão sincera e genuína como a sua inexperiência das realidades do Terceiro Mundo. O seu desejo de bem-estar dos outros povos era acompanhado de um profundo desconhecimento das realidades desses mesmos povos e de uma vivência num país e num ambiente onde as questões eram geralmente tratadas em termos laboratoriais. Para ele o mundo dividia-se um pouco entre o bem e o mal, entre a riqueza e a pobreza absoluta, entre o opressor e o oprimido. Para ele a CIA estava sempre do lado negativo o que, convenhamos, era provavelmente o seu grande *handicap*. Eu, que em termos humanos nunca duvidei da sua sinceridade e da sua generosidade, e que em termos de superioridade moral e intelectual nem sequer colocava a questão, encontrava-me do lado de Mário Soares. Acho que por todas as razões opostas às mencionadas mas, por força do pragmatismo, os americanos e Mário Soares tinham razão. Palme nunca o compreenderia!

No mês de Outubro realizar-se-ia a primeira reunião da Internacional Socialista no Brasil. Lionel Brizola tinha sido eleito governador do Estado do Rio de Janeiro e o seu partido, o PDT, lançado em Lisboa anos antes, fazia então parte da grande família socialista internacional. A contribuição do PS para esta evolução seria aliás mais do que uma vez salientada, não só por Lionel Brizola mas também por outros brasileiros como o malogrado primeiro presidente do novo Brasil democrático, Tancredo Neves e, Fernando Henriques Cardoso, então ligado ao PMDB e hoje igualmente presidente daquela grande nação. A reunião da IS teria igualmente para mim um significado importante para além da emoção de poder encontrar-me com Brizola, agora governador, que eu apoiara contra tudo e contra todos. A IS aceitaria pela primeira vez convidar para uma reunião sua representantes da oposição ao regime sandinista da Nicarágua, tendo mesmo aceitado promover sob os seus auspícios, uma reunião entre o comandante Bayardo Arce da Frente Sandinista (FSLN) e Arturo Cruz da Coordenadora Democrática (CDN) que assinariam um primeiro acordo de cessão de hostilidades e eleições democráticas em Janeiro de 1985. Arturo Cruz canditar-se-ia com o apoio dos quatro partidos que compunham a CDN contra o candidato oficial da Frente Sandinista, Daniel Ortega, mas acabaria por desistir, em virtude do desrespeito pelo que ficara acordado no Rio de Janeiro. De qualquer modo, do ponto de vista do PS, o simples reconhecimento da CDN era um primeiro passo e a admissão de que talvez o entusiasmo «revolucionarista» de alguns dirigentes daquela organização tivesse ido mais longe do que o respeito pela democracia poderia tolerar!

Entretanto, no Rio aconteceria um imprevisto social. Manuel Bullosa, grande empresário português expropriado pela «Revolução dos Cravos», tinha convidado para almoçar no seu iate o então ministro da Cultura, Coimbra Martins, que se encontrava de visita ao Brasil, assim como dois ex-colaboradores da banca portuguesa, Raúl Capela, então, do Banco Totta e Alfonso Finnocciaro, do BPA em Nova Iorque. Com o ministro da Cultura encontrava-se também Teresa Patrício Gouveia, que na altura fazia parte do Ministério da Cultura. Soares e a sua delegação à reunião da IS seriam também convidados, tendo contudo Joaquim Catanho de Menezes recusado o convite. Mário Soares ainda o tentaria convencer mas Catanho, na talvez única vez em que o vi zangado com Mário Soares, responder-lhe-ia que ele enquanto líder do PS não deveria aceitar um convite de um homem tão ligado ao anterior regime. Eu, pelo contrário, pensava que Bullosa tinha começado do nada e conseguira acumular uma grande fortuna graças aos seus esforços e à sua capacidade, o que num País normal costuma ser motivo de orgulho. Para mim era o Estado Português que estava em dívida pela forma como efectuara as nacionalizações com grande aplauso do PS e de alguns destacados socialistas. Aceitaria assim o convite com o maior prazer. E, assim, ficaria a saber pela primeira vez que Mário Soares tinha trabalhado para Manuel Bullosa durante o seu exílio em França. Durante a agradável conversa, com o Rio de Janeiro como pano de fundo, foi revivido um pouco o passado, tendo Manuel Bullosa contado que depois de «ajudar» Soares, tinha sido duramente recriminado pelo presidente do Conselho, Marcello Caetano a quem ele responderia que era um homem de negócios e não um político e, como tal, achava por bem dar-se com o governo e com a oposição. Caetano ter-lhe-ia respondido que Soares não era oposição mas um traidor exilado, ao que o empresário comentaria mais ou menos com as palavras de que «fazia desejos para

que o senhor professor nunca viesse a ter que conhecer o exílio, mas se isso acontecesse que teria o maior gosto em poder ajudá-lo também». Manuel Bullosa, no entanto, não morria exactamente de amores pelo líder socialista, a quem criticaria a atitude tomada durante as nacionalizações. Apesar dos protestos de «não diga isso senhor Manuel Bullosa», este nunca se conformaria com a forma como os seus bens e o produto do seu trabalho tinham sido nacionalizados e numa carta que me enviaria pouco depois (*Anexo 22*), manteria essa amargura e crítica velada a Mário Soares. Acontece que aquele diálogo, que parecia prometer em revelações, seria interrompido por uma repentina tempestade que ia provocando um naufrágio. Ondas enormes abater-se-iam sobre todos nós e o vento fortíssimo começaria a criar fissuras no iate e, Manuel Bullosa, visivelmente preocupado, lá conseguiria conduzir-nos a bom porto ao fim de uma boa meia hora. Tive momentos em que pensei que a tempestade parecia um castigo, que eu pensava não merecer.

No início de 1985 não resistiria aos convites que o embaixador do Japão insistentemente me fazia e aceitei o convite do seu Governo para visitar, com a Gunilla, aquele extraordinário país. Era a componente da Trilateral[1] que acciona o mundo desenvolvido, que eu nunca tivera oportunidade de conhecer. Num programa organizado pelo MNE japonês tive oportunidade de conhecer e contactar com todos os partidos com representação no Parlamento, *Diet*, sendo recebidos com particular carinho pelos líderes do PS e PSD, ambos membros da IS e que eu conhecia de reuniões anteriores. Falei com empresários, com especial relevo para o presidente da Mitsui e o presidente da empresa Toyota e com a Confederação empresarial Keidandren. Discutimos Portugal, o clima de investimentos do nosso país e o governo. Numa longa conversa com o então ministro dos Negócios Estrangeiros Shintaro Abe, no dia 21 de Janeiro, compreenderia que apesar da visita oficial que Mário Soares efectuara àquele país, no ano anterior, e da tentativa para convencer investidores nipónicos das vantagens da próxima entrada do nosso país na CEE, como porta de entrada na Comunidade Europeia, os Japoneses permaneciam pouco confiantes pela falta de estabilidade que se sentia em Portugal. Pude também verificar que, apesar dos importantes laços culturais que unem os dois países, o esforço diplomático português naquele poderoso país se limitava a um embaixador e um secretário sem meios de trabalho nem contactos com ninguém.

[1] «Trilateral» ou os três lados em que se baseia o mundo desenvolvido, EUA, União Europeia e Japão, é igualmente o nome de uma organização não governamental lançada por David Rockefeller. É constituída por 100 membros de cada «continente» distribuídos entre empresários, políticos, intelectuais, cientistas, etc. De Portugal fazem parte 5 membros, tendo eu pertencido ao grupo português de 1987 a 1992, juntamente com António Vasco de Mello, Francisco Pinto Balsemão, Ilídio Pinho e Jorge Braga de Macedo.

Mas durante esta visita reencontraria o meu velho colega Hiroshi, que no ano de 1961 era, como eu, bolseiro do American Field Service, e vivia com uma família americana na mesma rua e estudava na mesma escola que eu. Foi um agradável reencontro ao fim de mais de vinte anos e a renovação de uma relação que hoje continuamos a manter com alguma regularidade. Graças a ele e à amizade da nossa adolescência, nesta e em futuras visitas que fiz ao Japão, pude melhor compreender e interpretar aquela, que apesar dos avanços tecnológicos, permanece uma das mais misteriosas sociedades do globo e, talvez, o país onde os europeus têm mais dificuldades de penetração. Quando visitei o patriarca da Toyota, no luxuosíssimo último andar da sede daquela empresa em Nagoya, verifiquei que à entrada da porta do seu escritório, o presidente da Toyota, um dos homens mais ricos e poderosos do mundo, tinha uma placa onde se podia ler «Consul de Portugal». Durante o nosso encontro, em que seríamos recebidos com regras e num ordenamento que data das audiências dos «shoguns», não resisti a perguntar-lhe a razão pela qual ele era Consul de Portugal em Nagoya, sendo certo que naquela imensa cidade, era improvável a existência de portugueses e quando a empresa de que ele era proprietário movimentava valores superiores aos do OGE português. Dir-me-ia então que no Japão não existia nobreza no estilo europeu e que este posto honorífico, que permanecia na sua família desde a chegada dos Portugueses a Nagasaki, no século XVI, correspondia a um dos mais prestigiados títulos de nobreza daquela potência oriental.

Em 1985, o mais sério polo de tensão entre a Internacional Socialista e os EUA relacionava-se com a questão do desarmamento no quadro das tensões Leste-Oeste. Esta questão era, e é, ainda hoje, fundamental para a sobrevivência da Europa e, em grande parte, do mundo actual e das suas diferentes culturas. A corrida aos armamentos nucleares aumentara perigosamente na década de 60, quando a União Soviética começou a dominar a técnica de lançamento independente de ogivas nucleares de longo alcance já existente nos EUA. Esta, que tinha o nome de MIRV (Multiple Independently Targeted Reentry Vehicle), seria conhecida pela primeira vez em relação aos mísseis balísticos intercontinentais americanos «Minuteman III», no ano de 1968, e levaria os soviéticos a tentar adaptá-la aos seus «SS-9». Consistia essencialmente na capacidade de lançamento de um míssil com uma ogiva nuclear que ao penetrar o espaço aéreo inimigo se multiplicava em vários mísseis de grande precisão, cada um deles podendo atingir alvos separados. O conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, encarregado a partir de 1969 pelo presidente Nixon de controlar os Serviços de Inteligência dos EUA verificaria que, contrariamente às previsões da CIA, a capacidade nuclear soviética e o seu domínio da tecnologia «MIRV» era muito superior ao que todos pensavam. Seria esta decoberta, causada em grande parte pela «distracção» americana durante a Guerra do Vietname, que provocaria o início do chamado diálogo Leste-Oeste

sobre armas nucleares e conduziria ao primeiro Tratado para a Limitação de Armas Estratégicas, «SALT I», assinado em 1972 entre as duas superpotências. Mas o acordo, que aparentemente Nixon assinaria sob pressão para ganhar dividendos eleitorais, não previra uma verificação efectiva da limitação acordada no tratado. Quando Nixon se demitiu, em 1974, os Serviços de Informação americanos estavam convencidos de que os soviéticos em vez de reduzir as suas tecnologias e armas nucleares, as tinham aumentado consideravelmente. Em 1979, Jimmy Carter e Leonid Brejnev, assinariam o segundo Tratado, o «SALT II», o que não impediria o Bloco Comunista de continuar a desafiar sem precedentes os EUA em todos os recantos do mundo.

O período da presidência de Jimmy Carter, apesar dos avanços na área da defesa dos direitos humanos, da democratização de Portugal, Espanha e Grécia e dos Acordos de Camp David entre Israel e o Egipto, ficaria marcado como um dos mais graves períodos de declínio ocidental e de ascenção do imperialismo soviético. Na África Austral, na América Central e na Europa, onde à sombra do «SALT II» e dos Acordos de Helsínquia, a União Soviética começaria uma insólita penetração dos partidos socialistas democráticos a par do desenvolvimento de uma nova e aterradora série de mísseis balísticos de médio alçance, os «SS 20», capazes de atingir qualquer ponto da Europa Ocidental. Ronald Reagan e sobretudo os seus secretário de Estado e da Defesa, respectivamente Al Haig e Caspar Weinberger, chegados ao poder em 1981, responderiam ao repto que o chanceler alemão Helmut Schmidt lançara aos EUA, numa conferência que teve lugar em Londres em 1977. Schmidt convidaria os EUA, no que veio a ser conhecido por «two-track policy» — política em duas fases — a, primeiro, instalar na Europa mísseis de Cruzeiro modernos e substituir os velhos mísseis Pershing pelo modelo Pershing II com ogivas múltiplas e, numa segunda fase, iniciar negociações no quadro da NATO com a União Soviética para a redução de armas nucleares na Europa.

Os movimentos pacifistas, muitos deles implantados no coração de partidos socialistas europeus e fortemente motivados por organizações soviéticas como o Conselho Mundial para a Paz e Cooperação, iniciariam uma campanha sem precedentes a favor do desarmamento nuclear unilateral na Europa. A esta onda adeririam mesmo alguns importantes líderes de partidos da Internacional Socialista que constituiria para o efeito uma comissão para discutir o desarmamento, chefiada pelo então primeiro-ministro da Finlândia, Kalevi Sorsa. Criou-se a ideia de que a haver um conflito militar Leste-Oeste os EUA estariam relativamente protegidos das suas consequências, pois nele estariam unicamente envolvidos mísseis ocidentais instalados em países da Europa Ocidental e mísseis soviéticos de médio alcance, incapazes de atingir os Estados Unidos, protegidos pelo Tratado SALT sobre mísseis balísticos de longo alcance. O clima de histeria e de irrealismo instalado na Europa era altamente favorável à União Soviética que aparecia aos olhos de muitos como uma pomba branca. A União Soviética, embora se

recusasse a negociar o desmantelamento dos seus mísseis da série SS a que chamava «defensivos», considerava mísseis instalados na Europa com características semelhantes como sendo «ofensivos». Para a União Soviética era de todo conveniente dar a entender que o seu conflito era exclusivamente com os EUA e portanto de natureza intercontinental enquanto os EUA, egoisticamente, pretenderiam salvaguardar o seu território e sacrificar o «teatro» europeu no caso de um eventual conflito Leste-Oeste.

A questão nuclear tornar-se-ia tão importante e a oposição à instalação dos Pershing II e Cruzeiro foi de tal maneira alastrando, sobretudo na Alemanha e na Inglaterra, que o próprio Helmut Schmidt, que em 1977 pedira os mísseis pela primeira vez, lançaria em 1981 a ideia de uma «Opção Zero», ou seja: a promessa soviética de desmantelamento dos «SS-20» a troco da não instalação dos «Pershing II» e «Cruzeiro» na Europa Ocidental. Como se poderá imaginar, no quadro da Internacional Socialista, o entendimento era de todo impossível. Por um lado, britânicos, holandeses, suecos, noruegueses, finlandeses, dinamarqueses e austríacos aceitavam a «Opção Zero» mas pretendiam que a iniciativa pertencesse à NATO, dando aos soviéticos o benefício da dúvida. Do outro, os socialistas portugueses, espanhóis, italianos, franceses e belgas aceitavam a «Opção Zero» no quadro de um processo de desarmamento gradual e simultâneo. Os países da NATO poderiam instalar «Pershing II» e «Cruzeiro» até se chegar a um acordo para o desmantelamento simultâneo. Os socialistas alemães, para quem compreensivelmente este debate tinha maior acuidade, encontravam-se divididos entre a linha de Willy Brandt e a linha de Helmut Schmidt.

Foi com este cenário político e depois de inúmeras reuniões inconclusivas — e em que uma vez mais o PS, em geral, e Mário Soares, em particular, eram acusados de «excessivo pró-americanismo» por alguma imprensa[1] e por destacados membros do chamado «ex-secretariado», que colaboravam em Portugal nas iniciativas do Conselho Mundial da Paz —, que eu tive a primeira iniciativa no quadro da Internacional Socialista que evitaria o que, cada vez mais, parecia uma ruptura insanável. Os dois grupos opostos reuniriam separadamente para preparar a estratégia para as reuniões da Comissão da IS para o Desarmamento que, para além de ser presidida por um finlandês e secretariada por um austríaco, países neutros onde o peso da ameça soviética mais se fazia sentir, tinham a participação de partidos latino-americanos para quem as questões sobre o desarmamento eram meramente retóricas e indissociáveis de um compreensível antiamericanismo histórico.

Lançaria então o que chamei «reunião dos partidos socialistas dos países da NATO», convidando esses partidos para uma primeira reunião que teria lugar em Lis-

[1] Em entrevista de Mário Mesquita a Mário Soares, aquele jornalista «acusaria» Mário Soares de excessivo pró-americanismo. *Diário de Notícias* de 24 de Abril de 1984.

boa[1]. A minha ideia fora simples: enquanto até ali os partidos se reuniam em grupos divididos regionalmente, segundo a linha norte-sul da Europa e por serem pró ou contra o desarmamento nuclear, fomentando atitudes de desagradável confronto entre socialistas, a criação deste terceiro grupo tinha toda a razão de ser. Eram todos socialistas, todos tinham em comum serem oriundos de países da NATO e, por isso mesmo, tinham que assumir em conjunto as suas responsabilidades. Empenhar-se-iam nesta ideia pelo PS também, Jaime Gama, José Luís Nunes e José Lello. Os nórdicos e os «neutros» não ficariam muito satisfeitos com a conferência de Lisboa mas, a verdade é que, quando o Comité da IS presidido pelo primeiro-ministro Kalevi Sorsa reuniu três meses depois em Viena, já se sentiria pela primeira vez um esboço de concertação entre os socialistas da Aliança Atlântica. A ideia prosseguiria com nova reunião em Bona, no mês de Novembro, onde os partidos louvariam a inicitiva do PS Português.

No dia 23 de Novembro, já em fase de digestão do previsível desastre eleitoral, encontrava-se reunida a Comissão Nacional do PS no Largo do Rato quando recebi uma estranha chamada telefónica. Era o chefe da estação da CIA junto da Embaixada dos EUA a dizer que tinha urgência em falar comigo. Eu disse-lhe que estava convidado para jantar nessa noite em casa do ministro-conselheiro da embaixada, Jim Creagan, e que poderíamos falar então. Disse-me que era da máxima urgência e eu, que tinha falado com ele pouco tempo antes a pedido de Mário Soares, pensando tratar-se do assunto discutido, encontrar-me-ia com ele minutos depois num café no Largo do Rato. Disse-me então, para minha surpresa, que necessitava urgentemente de falar com Mário Soares. Disse-me que o governo dos Estados Unidos necessitava da ajuda de Soares para convencer o novo governo a autorizar um avião israelita numa «missão humanitária» a aterrar em Lisboa e transferir a carga para um outro avião. Aparentemente a CIA encontrara dificuldades de contacto com o recém-chegado governo de Cavaco Silva e vinha fazer um apelo à velha amizade com o então candidato presidencial.

Dois meses antes, Mário Soares, preocupado com a aparente falta de apoio dos EUA à sua candidatura pedira-me para falar com Frank Shakespeare, o novo embaixador em Portugal, com quem eu estabelecera uma boa relação no quadro da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, e com o homem da CIA. Os americanos estavam renitentes em dar a Soares a ajuda que este lhes pedira e, a nível de embaixada em Lisboa, corriam mesmo rumores de que Freitas do Amaral seria o candidato preferido. Afinal Skidmore não pretendia abordar esse assunto, mas sim acenar com a gratidão americana a troco desta ajuda de emergência. Eu responder-lhe-ia que Soares não estava na reunião uma vez que, formalmente, entregara o seu cartão do PS

[1] Esta reunião teria lugar em Lisboa, a 21 de Fevereiro de 1985.

ao candidatar-se à presidência e que teria que tratar pessoalmente do assunto com ele. Foi a última vez que falei com ele e não sei se chegou ou não a falar com Soares. Mas viria a descobrir, por mera coincidência, que o célebre avião israelita em «missão humanitária» não era mais que um dos carregamentos de mísseis «HAWK» a caminho de Lisboa «onde deveriam ser transferidos para outro avião»[1] que deveria seguir para o Irão, no quadro do «Irangate» que tanta tinta faria correr.

[1] Oliver North, *Under Fire*, p. 26.

Capítulo VII

«No tempo em que Deus foi laico, republicano e socialista!» (1985-1986)

A partir de Maio de 1985 os membros do «ex-secretariado», com destaque para Jorge Sampaio, João Cravinho, António Guterres e Luís Filipe Madeira, pressentindo o iminente desastre eleitoral do PS, abandonariam as questões de princípio que os levara, em bloco, a recusar participar nas anteriores eleições, em 1983, e aceitariam ser, de novo, candidatos do PS nas eleições legislativas de 6 de Outubro. Graças ao apoio dos «três estratos»[1] eanistas dentro do PS, o general Ramalho Eanes, longe de contribuir para a estabilidade do regime democrático, aproveitara bem os últimos cinco anos de mandato, para fomentar divisões nos dois principais partidos, o PSD e o PS, e para ajudar a lançar um partido novo que proporcionasse «um aprofundamento da Democracia»[2] que concretizasse «as esperanças do 25 de Abril»[3] e que introduzisse, a moral e a ética na política portuguesa. O resultado das eleições seria um verdadeiro «terramoto» político que quase abalaria definitivamente o Partido Socialista. O PSD, contudo, apesar do «fenómeno» Cavaco Silva só conseguiria 88 deputados, mais treze, do que tivera em 1983. O PS conseguiria apenas eleger 55. Menos 46 que nas eleições anteriores e o efémero partido eanista, o PRD, atingiria quase tanto como o PS, quarenta e cinco deputados. Em Lisboa o PRD elegera mesmo mais deputados que o PS, que só conseguiria obter 11 mandatos à Assembleia da República. Eu tinha o quarto lugar na Lista de Lisboa onde Sampaio, ironicamente em 12.º lugar, só

[1] *Soares Responde a Artur Portela*, ed. cit., p. 43.

[2] Um grupo de 179 eanistas, encabeçados por Henrique de Barros e Medeiros Ferreira, lançariam em Março de 1980 um documento intitulado «Para Um Aprofundamento da Democracia» em que apelavam a Ramalho Eanes para intervir na política partidária, prenunciando o início do movimento que conduziria ao PRD.

[3] Proclamação de apoiantes da formação do PRD reunidos em Tomar, em Maio de 1984.

conseguiria um lugar na A.R. graças à suspensão do mandato de Mário Soares para se candidatar à Presidência. Curiosamente o PSD conseguiria pouco mais do que nas eleições anteriores de 1983 não obstante o «fenómeno» Cavaco Silva e as gigantescas manifestações organizadas pelo aparelho «laranja», com destaque para a manifestação na Alameda da Universidade no dia 3 de Outubro. Nesse dia, ao fim da tarde, quando já dezenas de milhar de pessoas ali estavam concentradas, uma caravana automóvel do PS passaria por entre os gritos e bandeiras dos manifestantes do PSD. A mim, que fizera geralmente campanha com Igrejas Caeiro, caber-me-ia a companhia de Jorge Sampaio nesse dia mas, quando a caravana se começou a aproximar da «hostil» manifestação, reparei que Sampaio estava lívido. Ninguém nos molestaria e, depois de passado o susto, lembrar-me-ia de Obeye Diop em Santo Domingo. Sampaio dir-me-ia, já recomposto, «isto está feio»! Na realidade os tempos não eram de feição ao PS.

Os dois anos de governo do Bloco Central não seriam muito diferentes dos dois primeiros governos do PS, todos liderados por Mário Soares. Repetiram-se praticamente os mesmos erros a nível do País e a nível do Partido mas, enquanto de 1976 a 1978, todas as preocupações estariam concentradas numa eventual candidatura de Mário Soares a Belém, que sairia frustrada em virtude da crise interna instalada no PS pelos eanistas, de 1983 a 1985 invertiam-se os termos. As preocupações com a sua candidatura a Belém também dominariam toda a acção do Governo mas, com a emergência dos eanistas do PRD e um PS de rastos, em 1985, aquilo que os eanistas do PS mais desejariam era a candidatura de Mário Soares a Belém. Com a tremenda derrota do PS nas legislativas e a previsão generalizada de derrota semelhante de Soares nas presidenciais, facilmente ganhariam o partido. As sondagens davam, então, a Soares, cerca de 6 % da intenção de votos na primeira volta das presidenciais.

Mas havia outras esperanças pelas quais valia a pena lutar. Em Março de 1984, quando da visita oficial aos EUA, visitámos no dia 17, dia livre em Nova Iorque, o velho amigo e antigo secretário-geral da IS, Hans Janitschek, na sua residência frente ao Central Park. Aí falar-se-ia abundantemente da próxima candidatura a Belém. Um dos *handicaps*, evidenciado pelo total desinteresse que a visita do primeiro-ministro despertara na comunicação social norte-americana, prendia-se com o *feedback* desse aparente desinteresse que a televisão rapidamente transmitia aos eleitores portugueses. Era necessário algo na área da cultura que o projectasse de fora para dentro como o «maior português do século». Janitschek sugeriu um livro ao que Soares responderia ser do seu agrado, tendo mesmo já insistido junto da sua velha amiga Marvin Howe nesse sentido. Só que nenhuma editora anglo-saxónica mostrara qualquer interesse. Janitschek lembraria então o seu amigo, também de origem austríaca, que era um dos mais conhecidos editores britânicos, titulado de «Lord» Widenfeld por Sua Magestade a Rainha Isabel II, por proposta do primeiro-ministro Harold Wilson a quem, George

Widenfeld, através da sua editora Widenfeld & Nicolson, publicara alguns livros. Só que como a eleição era arriscada e, de qualquer modo, Widenfeld não queria mais títulos, tal «obra» teria que ser paga. Seria um livro «para português ver» sem qualquer mercado nos países de língua inglesa. Mário Soares concordaria então, desde que não fosse muito caro e que Marvin Howe colaborasse na sua feitura. Segundo ele, a Fundação de Relações Internacionais se encarregaria dos pormenores a partir daí, o que então queria dizer que eu teria de me encarregar desta nova actividade eleitoral. A sua filha Isabel se encarregaria das fotos. Assim nasceria o livro *Mário Soares, Portrait of a hero* (*Anexo 23*) da autoria de Hans Janitschek, que custaria a módica quantia de cinquenta mil dólares ou, naquele tempo, quase oito mil contos, dos quais mil e seicentos para o autor.

No dia 13 de Dezembro era lançado o livro, numa recepção de mais de mil pessoas no hotel Ritz em Lisboa com a presença do autor, do editor e do então já ex-primeiro-ministro britânico James Callaghan. Um dos entrevistados por Janitschek seria o general António de Spínola, com o objectivo de «conquistar» simpatias à direita. Um ex-acessor de ambos, do general e do candidato presidencial, o diplomata de carreira Nunes Barata, promovera o contacto e garantira que Spínola estaria presente no lançamento no hotel Ritz. Durante as conversas que Janitsheck gravou com Spínola, na sua residência perto do IST, no início de 1985, o general elogiaria Mário Soares de tal maneira que o ex-secretário-geral da IS nem queria acreditar que estava a falar com um ex-colaborador das tropas nazis. Mas posteriormente, quando as sondagens começaram a indicar que Soares estaria irremediavelmente perdido, Nunes Barata contactaria Janitschek a pedido de Spínola para emendar o texto inicial. Quando a cerimónia estava prestes a começar com os discursos do autor, editor, ex-primeiro-ministro britânico e «homenageado», sobre esta «obra» que seria simultaneamente «divulgada» em Londres e em Nova Iorque, pelas mais prestigiadas editoras mundiais, a Widenfeld & Nicolson e a Martins Press, respectivamente, ainda o general Spínola não tinha chegado. Mário Soares, visivelmente contrariado, pediria a Nunes Barata que fosse saber o que se passava. Este regressaria pouco depois, com a informação de que o general estava doente e não poderia assistir à cerimónia.

Este livro que Soares quisera, fora «fabricado» com dois objectivos: o primeiro de dar a mensagem aos portugueses mais desprevenidos de que o candidato Mário Soares era considerado um herói além-fronteiras, ao ponto das mais prestigiadas editoras mundiais se «baterem» para publicar as suas memórias e, segundo, permitir a alguns PSD's e CDS's, como foi o caso de Francisco Pinto Balsemão, poderem apoiar discretamente o candidato Mário Soares, contra as orientações de Cavaco Silva. Mas, por razões que nunca apuraria, Marvin Howe nunca chegaria a colaborar com o autor do livro. Quase um ano depois, Mário Soares, já então Presidente da República, dir-me-

-ia que falara com Marvin Howe e que esta lhe dissera que o livro não possuía qualidade literária. Depois de o encomendar, como qualquer *gadget* eleitoral, a um autor que conhecia desde 1969 e sabia não ser exactamente reconhecido no meio literário de Nova Iorque, tentava culpar-me pelo facto de o livro não ser exactamente considerado para o Prémio Pullitzer. Recordei-me então de como ele, dez anos antes, «abandonara» o Partido e depois tentara culpar Manuel Tito de Morais pela quase vitória de Manuel Serra! Mas, na realidade, como eu o conhecia bem melhor do que os Portugueses o conhecem, sabia perfeitamente que a sua tardia «reclamação» não passava de mais uma birra resultante da frustração de ter encomendado um livro que fora bom para o lançamento da campanha mas que, convenhamos, não era exactamente um grande «crédito» nos meios políticos e literários internacionais para um presidente da República. Mas, infelizmente, ainda não apareceu nenhum autor de renome da língua de Shakespeare a escrever outro!

O segundo passo importante do lançamento da campanha foi o convite a uma empresa de relações públicas para definir as grandes orientações da campanha. Em Janeiro, após o meu regresso de Tóquio, seria convocado para uma reunião com Mário Soares. Nesta altura e dado o pouco interesse que para ele tinham as legislativas, já praticamente só se discutia a eleição presidencial. Dir-me-ia para falar com o Carlucci sobre a questão falada no Hotel Madison durante a visita oficial aos EUA, quando este lhe sugerira o recurso a apoio técnico de uma empresa especializada em eleições. Carlucci, com quem aliás mantinha contactos regulares, dir-me-ia que sim, que se lembrava e que me iria pôr em contacto com uns homens do Reagan que eram «the best that money can buy»[1]. Lee Atwater telefonar-me-ia poucos dias depois e combinou-se organizar uma visita a Portugal para em contacto com Soares discutirem o assunto. Lee Atwater e Paul Manafort[2], dois dos proprietários da empresa de Relações Públicas Black, Manafort, Stone & Kelly chegariam a Lisboa num voo da TWA às 7:30h de domingo, dia 3 de Março. Na parte da tarde eu próprio os iria buscar ao hotel Meridien para depois os levar a uma longa conversa com Mário Soares, na sua casa de Nafarros. A eles exporia, com sinceridade maçónica, como ele próprio sentia a situação, quem seriam os prováveis candidatos e a improbabilidade matemática da sua eleição. Os americanos explicariam como trabalhavam e como tudo era possível desde que houvesse meios. Falou-se muito de Freitas do Amaral, o candidato do PSD e do CDS

[1] O melhor que se pode comprar com dinheiro.

[2] Lee Atwater fora vice-presidente da campanha eleitoral de Reagan e, depois, de 1981 a 1983 assistente especial do presidente. A partir de 1986 seria eleito presidente do Partido Republicano. Paul Manafort é advogado e o principal «operacional» desta empresa, que representava nos EUA Jonas Savimbi, inúmeros governos e algumas das principais empresas multinacionais.

que mais *chances* tinha de ganhar e de Francisco Salgado Zenha, o que mais probabilidades tinha então de ir à segunda volta. E falou-se de Maria de Lourdes Pintasilgo, uma falada candidata que logo despertaria as atenções dos *public relations* do presidente Ronald Reagan. Entre os truques que eles tinham possibilidade de «plantar», caso fosse caso disso, para desacreditar um candidato como Freitas do Amaral, no momento decisivo da campanha, havia o lançamento de um artigo num grande jornal como o *New York Times*, através das suas «toupeiras», que embora descrevendo o candidato com noventa por cento de informação rigorosa, incluiria dez por cento de ficção. Por exemplo, seria revelada uma associação secreta avassaladora ao KGB, que seria impossível de verificar em tempo útil. O *feedback* dessa informação correria mundo e adquiriria tal veracidade que acabaria por se transformar num elemento implacável de dúvida sobre a integridade do candidato.

Soares estava absolutamente eufórico e, depois de várias horas de conversa, decidiria apresentar o seu novo trunfo ao seu *think thank* que se encontrava reunido nessa noite na sede da Fundação de Relações Internacionais. Lá estavam, entre outros de que não me recordo, Gomes Mota, Vitor Constâncio, Jaime Gama e Vasco Pulido Valente. Depois, no dia seguinte e após nova reunião, apresentá-los-ia à sua Comissão Técnica e a Serras Gago, o elemento encarregado dos estudos de opinião. Antes de partir tiveram oportunidade de dizer a Mário Soares que o seu trabalho era para ser pago. A partir daí ficariam em contacto com a CTE do MASP e, em particular com Serras Gago, vindo a Portugal em inúmeras ocasiões para contactos com Mário Soares e Almeida Santos. O meu trabalho de mediação terminara, contudo, após a primeira visita. Mas tinha conhecimento de que os contactos continuavam e de que, contrariamente ao que foi feito circular após a eleição presidencial, os «técnicos americanos, altamente especializados, tinham vindo a Portugal... e o seu veredicto não pudera ser mais peremptório», era possível eleger Mário Soares desde que tudo fosse feito para manter Maria de Lourdes Pintasilgo na corrida[1]. Aparentemente, e apesar de eu ter notado algumas reticências à primeira análise dos americanos por parte do *think thank* reunido na sede da FRI no dia 3 de Março, as relações com o candidato e com a sua equipa continuariam em pleno, tendo mesmo alguns dos elementos «técnicos» visitado Washington para ali trabalhar com esta empresa.

[1] Na sua biografia sobre Mário Soares p. 131 (*ob. cit.*, p. 131), da Nova Cultural, 1988, Teresa de Sousa contradiz o que terá sido a verdade dos factos quando afirma que «A frieza dos números revelados nas sondagens parecia pôr cobro a qualquer veleidade ou qualquer esperança. Técnicos americanos, altamente especializados, tinham vindo a Portugal analisá-los e o seu veredicto não pudera ser mais peremptório: era impossível eleger Mário Soares porque nele se conjugavam um mínimo de popularidade e um máximo de notoriedade nacional. O rigor dos cálculos não levara, todavia, em conta a dimensão do personagem».

No dia 7 de Maio seria chamado de urgência a São Bento. O primeiro-ministro estava em polvorosa. Dois dias depois chegaria a Portugal o presidente do EUA e o primeiro-ministro acabara de ter conhecimento de que o discurso que aquele dignitário iria fazer na Assembleia da República era altamente elogioso para o presidente Ramalho Eanes. «Não pode ser» — dir-me-ia Soares — «afinal contratámos aqueles gajos para nos ajudar e depois fazem uma *gaffe* destas». Para Soares, os elogios a Eanes, para além de desagradáveis por se tratar de Eanes, constituíam uma nota negativa nas suas aspirações presidenciais. Ele é que era o amigo dos americanos e ao ser ignorado pelo presidente dos Estados Unidos, em Portugal, representava uma não ingerência altamente favorável a Freitas do Amaral. Eu entraria imediatamente em contacto com Paul Manafort que compreendeu a «aflição» de Soares. Mas também viu aqui uma boa oportunidade de demonstrar a sua influência em Washington, entrando em contacto imediato com Bud Mac Farlane, o poderoso conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, e no dia seguinte receberia confirmação de que o discurso que o presidente dos Estados Unidos iria proferir perante a Assembleia da República, tinha sido convenientemente modificado. Reagan falaria da liberdade, de Winston Churchill, de Lincoln e dos pastorinhos de Fátima mas não mencionaria uma única vez o seu homólogo, Presidente da República general Ramalho Eanes. Pelo contrário, no almoço que o primeiro-ministro lhe ofereceria em Sintra, Reagan saudaria com grande entusiasmo a «coragem e liderança do primeiro-ministro».

Durante uma visita a Lisboa de 11 a 14 de Junho, Manafort recordaria o ainda primeiro-ministro, num encontro no Palácio de S. Bento, de que estavam a trabalhar com a sua CTE há três meses e que o contrato acordado de um pagamento de 180 mil dólares mais despesas, não tinha sido nem pago nem sequer assinado. O primeiro-ministro dir-lhe-ia então que lamentava, que pretendia que eles continuassem a trabalhar na campanha em contacto com algumas das pessoas indicadas, como era o caso de Serras Gago, mas não directamente com a CTE ou com a Comissão Política, uma vez que ele pretendia evitar que viesse a público a informação de que os «homens do Reagan» estavam a orientar a sua campanha. Manafort disse compreender e insistiria no pagamento. Pelas razões aduzidas, diria Soares, não poderia ser o PS a pagar mas ele já tinha falado com Almeida Santos e com Veiga Simão que resolveriam o problema através de um contrato de representação ou *lobbying* para o governo, nos EUA. Daquele encontro seguiríamos para encontros com Almeida Santos e com Veiga Simão, na Rua Gomes Teixeira e na Rua da Horta Seca. Ambos tinham sido contactados pelo primeiro-ministro e sugeriram que fosse enviada uma minuta de contrato. A 12 de Agosto seria enviada ao ministro da Indústria uma proposta de acordo em língua portuguesa para ser assinada no dia 2 de Setembro e cópias para o primeiro-ministro e para o ministro de Estado. No dia 27 de Agosto Mário Soares dar-me-ia instruções no sentido de convencer Paul Manafort a não vir a Lisboa no dia 2 de Setembro, com o pretexto de que Veiga Simão não tivera tempo de se ocupar do assunto. Manafort compreenderia então que, com as eleições legislativas a um mês de distância, tudo não passara de uma manobra de diversão. A 28 de Agosto Manafort escreveria que «acreditamos em V. Ex.ª e nos seus objectivos mas, infelizmente, não nos é possível manter uma relação comercial nestes moldes. É absolutamente incompreensível, para mim, esta situação. Passaram-se 6 meses e só obtivemos várias e diferentes desculpas» (*Anexo 24*). A não ser que tenha havido outros «técnicos americanos, altamente especializados», que eu desconheça, estes, pelo menos até a 28 de Agosto, acreditavam em Mário Soares e nos seus objectivos. Não terão é levado «em conta a dimensão do personagem». Mas ambos, Soares e eu, teríamos ainda a oportunidade de nos encontrar com a empresa de Paul Manafort dois anos depois.

No seguimento da troca de notas entre o secretário de Estado George Schultz e o MNE Jaime Gama era, finalmente, constituída a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento com o Decreto-Lei 169/85 de 20 de Maio. Segundo os estatutos publicados no *Diário da República*, a FLAD teria três órgãos distintos. O Conselho Directivo composto por três membros dos quais um era obrigatoriamente o embaixador dos Estados Unidos e os outros dois designados pelo primeiro-ministro; o Conselho Executivo, também composto por três membros e dos quais dois eram designados pelo primeiro-ministro e um pelo embaixador dos Estados Unidos; e o Conselho Consultivo composto por 6 portugueses designados pelo primeiro-ministro e 6 designados pelo embaixador americano. O presidente da Fundação seria o presidente do Conselho Directivo, designado para o cargo pelo primeiro-ministro, enquanto o Conselho Executivo teria igualmente um presidente a ser designado pelo Conselho Directivo. Ao Conselho Directivo competia definir as grandes linhas de orientação da Fundação e controlar e garantir a eficácia do trabalho quotidiano a desenvolver pelo Conselho Executivo, responsável pela administração. A ideia inerente à Fundação e a preparação dos estatutos mereceriam a atenção de inúmeras pessoas ao longo de vários anos, tendo aliás, contrariamente ao que é do conhecimento geral, este projecto sido iniciado pelo então primeiro-ministro Pinto Balsemão. Quando o primeiro-ministro me pediu em finais de 1983 para acompanhar a elaboração dos estautos e o lançamento da Fundação directamente com o embaixador Allan Holmes, era já sua intenção designar-me para um cargo executivo na mesma e, simultaneamente, evitar que o Ministério dos Negócios Estrangeiros controlasse o projecto. É assim compreensível a aversão com que a FLAD sempre foi recebida pelos diferentes embaixadores de Portugal nos EUA. Por um lado o embaixador de Portugal, ao contrário do seu homólogo americano, não tinha assento no Conselho Directivo. Poderia parecer ilógico mas o que esteve subjacente nesta matéria não seria o desejo de «afastar» o embaixador de Portugal, mas tão-

-só imprimir operacionalidade à Fundação onde, inicialmente, se previa para o Conselho Directivo um papel bem mais activo do que aquele que o primeiro-ministro Cavaco Silva depois lhe viria a dar. Por outro lado houve a clara intenção de não deixar transformar a Fundação num instrumento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, muito menos, da sempre empobrecida e pedinte Embaixada de Portugal em Washington. A Fundação constituía uma ideia inovadora nas relações Luso-Americanas que o próprio governo dos EUA acompanharia com grande interesse, dada a esperança de que este modelo de cooperação pudesse vir a ser exemplar da política externa e de cooperação daquele País. Mas as razões essenciais que levariam os dois governos a estabelecer a FLAD seriam a criação de um organismo autónomo que ajudasse a desenvolver as relações luso-americanas, que promovesse o desenvolvimento económico do País e que pudesse ajudar a financiar de um modo rápido, e sem burocracia, pessoas com ideias inovadoras. Mas, como não poderia deixar de ser, todos concordariam que, embora autónoma, a FLAD não deveria ser uma força de bloqueio da acção governativa mas, pelo contrário, sintonizar as suas acções com o esforço governamental.

No momento em que Mário Soares decidiu designar as pessoas para chefiar a fundação eu pedir-lhe-ia que me não nomeasse para um cargo executivo, embora soubesse que os membros do conselho executivo iriam usufruir de salários extremamente elevados para o nível de vida dos portugueses. A definição dos salários e outros aspectos relacionados com o arranque e funcionalidade da organização seriam da competência do Conselho Directivo, cujos membros, por exigência estatutária não seriam remunerados. Mas nas conversas iniciais com o embaixador dos EUA facilmente se poderia depreender que o elemento por ele a designar para o Conselho Executivo seria um cidadão americano que não poderia vir para o nosso País com um salário «português». Ora sendo assim os seus homólogos portugueses não poderiam receber salários inferiores. De qualquer modo antes de Mário Soares iniciar contactos com o PSD e com o CDS a fim de ser obtido um saudável consenso para a distribuição dos lugares, eu dir-lhe-ia que não pretendia um lugar de administrador mas sim de director, sabendo de antemão que iríamos perder as próximas eleições e que lugares daqueles não se deitavam pela janela fora. Allan Holmes tinha-me informado que era sua intenção designar para o cargo um antigo funcinário do Ministério da Cooperação, «AID», que eu conhecera antes naquele cargo junto da Embaixada americana de nome Donald Finnberg, que tinha deixado muito boa impressão em Portugal. Também sabia que ele teria que receber um salário de pelo menos seiscentos mil escudos mensais. Mesmo assim a minha opção eram as relações internacionais do PS e não a segurança de um gabinete de luxo. Depois de consultados o PSD e o CDS através dos seus líderes de então, respectivamente Rui Machete e Lucas Pires, o primeiro manifestaria desejo de ser ele próprio a preencher um lugar no Conselho Executivo. Lucas Pires terá indi-

cado Adriano Moreira para lugar idêntico mas Soares pretendia ter alguém na administração e, perante a minha desistência, a escolha recairia em Bernardino Gomes, então seu chefe de gabinete em São Bento. Assim para o Conselho Directivo seriam indicados António Vasco de Mello pelo CDS e eu pelo PS. Eu seria igualmente designado por despacho do primeiro-ministro, presidente do Conselho Directivo e, como tal, da Fundação. Uma vez reunidos, o embaixador Allan Holmes, António Vasco de Mello e eu, designaríamos por unanimidade Donald Finnberg para presidente do Conselho Executivo.

A designação de Finnberg não agradaria muito a Rui Machete que, evidentemente, tinha um «curriculum» ministerial invejável que Finnberg não poderia apresentar. Mas os outros cinco elementos dos principais órgãos directivos eram todos de opinião que a administração da FLAD estava ali para trabalhar e justificar o seus altíssimos salários e benesses e não para fazer carreira política. Tivesse ele optado pelo Conselho Directivo e então o seu «curriculum» justificaria plenamente a sua designação para presidente do CD. Este pequeno atrito impediria, contudo, que as relações de Machete com Finnberg se desenrolassem com a normalidade desejada. Assim, durante os primeiros três anos de vida da Fundação o seu papel seria sempre de um relativo *low-profile* e de algumas reticências a certas iniciativas para incrementar o relacionamento com os EUA.

Poucos meses após a tomada de posse dos órgãos directivos da FLAD, o PSD sairia vencedor das eleições legislativas e, de acordo com os estatutos, a fundação passaria a depender do novo primeiro-ministro, Cavaco Silva. Nessa altura, Allan Holmes tinha regressado ao seu País e havia um novo embaixador americano em Portugal, um republicano ultraconservador, amigo pessoal do presidente dos EUA, que o substituiria no CD da FLAD. Frank Shakespeake tinha fama de «falcão» e depressa se compreenderia que o proveito tinha que ver com o facto de o novo embaixador não nutrir grande simpatia por Mário Soares. Mas a composição da FLAD nunca lhe mereceria quaisquer reparos. Pelo contrário, estaria frequentemente de acordo comigo enquanto presidente do Conselho Directivo e, nas várias crises que iriam ter lugar seria regularmente crítico das atitudes governamentais para com a fundação. A primeira dessas crises viria a propósito de um subsídio de dez milhões de dólares que o Governo pretendia que a Fundação atribuísse ao Hospital da Prelada. O primeiro-ministro quisera desde logo mostrar que era ele quem mandava na fundação, transmitindo através de Machete este seu desejo que nada tinha que ver com as áreas de actuação previamente definidas de desenvolvimento do sector económico privado, da ciência e tecnologia, educação, desenvolvimento regional e a da cultura. O ex-líder do PSD não estava exactamente de acordo com Cavaco Silva, com quem aliás não simpatizava, mas como era o único PSD na FLAD era através dele que o primeiro-ministro enviava

os seus «recados». O presidente do Conselho Executivo, Donald Finnberg, nunca aceitaria a exigência do Governo nem o facto dela não lhe ter sido transmitida directamente e, recusá-la-ia, considerando-a uma intolerável ingerência. Seríamos assim chamados à ministra da Saúde, Leonor Beleza que nos informaria mais ou menos de que a vontade do Governo era para ser cumprida. O Conselho Directivo decidiria que na realidade a FLAD não deveria entrar em conflito com Governo uma vez que todos os seus órgãos portugueses dependiam do primeiro-ministro e se essa fosse de facto a vontade do primeiro-ministro então só nos restava aceitar ou a demissão. Nem Finnberg nem o embaixador aceitariam, contudo, tal atitude afirmando que a Fundação era uma organização autónoma. Depois de reunir com a ministra da Saúde receberíamos a mesma mensagem do MNE, Pires Miranda e, em virtude da continuada renitência dos americanos, seríamos chamados a São Bento para um encontro com o primeiro-ministro, Cavaco Silva.

Cavaco Silva, seria extremamente cordial comigo e mesmo caloroso com Frank Shakespeare mas, praticamente, ignoraria os membros do Conselho Executivo. Falaria sempre em inglês num gesto de cortesia para com Shakespeare, que desconhecia a língua de Camões, e seria extremamente cordato com a posição dos americanos. Todos notariam, contudo, que sempre que Rui Machete usava da palavra nunca teria resposta do primeiro-ministro que pura e simplesmente ignoraria a sua presença. Explicaria a importância do projecto da unidade de queimados do Hospital da Prelada mas acabaria por concordar que talvez não fosse necessário ali «investir» o inicialmente pedido. É que Frank Shakespeare informaria o primeiro-ministro, que a quebra de solidariedade e de unanimidade dentro da FLAD teria como consequência inevitável o desinteresse do governo dos EUA pela FLAD. E foi exactamente o que aconteceu. Apesar do «quero, posso e mando» das insistências iniciais para financiar aquele projecto na área da saúde, as exigências do governo de Cavaco Silva seriam substancialmente reduzidas acabando por ser «emprestados» 5 milhões de dólares àquele hospital como excepção à regra. Mas, quando Frank Shakespeare, por razões de natureza política foi retirado de Portugal, após apenas um ano de mandato, o então *chargé d'affairs*, Alan Flanigan, pretendeu cancelar tal acordo com a ameaça de que a ser levado por diante conduziria à interrupção do financiamento da Fundação. Rui Machete passaria então ao ataque, considerando a atitude dos americanos como sendo uma intolerável «intromissão» nas decisões do Governo de Portugal, uma vez que, segundo ele, a FLAD era portuguesa e as verbas com que era dotada, embora oriundas dos EUA, eram dadas à Fundação pelo Governo de Portugal. Teria toda a razão se apenas valesse uma interpretação jurídica e restrita dos estatutos da fundação. Mas para os EUA, a FLAD tinha sido um projecto inédito suprapartidário e, embora não fossem enviar a sua sétima esquadra para defender os seus interesses, as consequências seriam sempre prejudiciais a Portugal.

Em 1985 a FLAD receberia cerca de 40 milhões de dólares e praticamente outro tanto no ano seguinte. Em meados de 1988, em dotações e rendimento obtido das suas aplicações, tinha bens superiores a cem milhões de dólares ou, na altura, mais de oito milhões de contos. No ano de 1988, o primeiro-ministro cometeria um erro de palmatória, em nome de um auto-apregoado «orgulho nacional», que os americanos considerariam de desnecessária arrogância e que conduziria ao irremediável afastamento dos EUA deste projecto bilateral. O Governo dos EUA sentir-se-ia ofendido com a atitude do Governo Português no caso do Hospital da Prelada. Antes, em 1984, durante a visita oficial de Mário Soares, o secretário de Estado George Schultz tinha afirmado ser intenção do seu Governo manter para a FLAD, a partir de 1985, uma dotação anual de cerca de 40 milhões de dólares durante um período de dez anos. Foi essa a razão que determinaria a decisão conjunta do CD e do CE em declarar o projecto como sendo de duração indeterminada. Fizeram-se contas, entre portugueses e americanos, e contava-se com aproximadamente quinhentos milhões de dólares os quais, devidamente investidos, transformariam a FLAD numa fundação não só rica mas, de duração indefinida. Foi essa a razão pela qual o CD concordou com o investimento numa sede de prestígio, cujo elevadíssimo custo, dentro dessa previsão, em nada afectaria as actividades que dariam razão de ser à Fundação Luso Americana. Essas dotações, essas actividades e o excelente relacionamento com o Governo dos EUA manter-se-iam durante os três anos do meu mandato e do do presidente do CE, Donald Finnberg. Em princípio de 1988 o *chargé-d'affairs* da Embaixada dos EUA e membro do Conselho Directivo da FLAD, Wesley Egan, seria chamado a São Bento. Um acessor e não o próprio primeiro-ministro, como mandariam as boas regras — segundo os comentários que aquele diplomata me faria — entregaria ao então encarregado de Negócios americano umas folhas de papel contendo as alterações que o primeiro-ministro decidira efectuar na FLAD. Wesley Egan, conhecedor da FLAD e de todo o processo de negociação intergovernamental que estivera na sua origem, perguntaria então incrédulo ao acessor Martins da Cruz se se tratava da proposta do primeiro-ministro Português, para apreciação do seu Governo. Este responder-lhe-ia que não, que era uma decisão já tomada pelo primeiro-ministro Cavaco Silva que, segundo os estatutos, tinha todos os poderes para as efectuar. O que era verdade. Mas em política e nas relações intergovernamentais há sempre outros aspectos de interesse comum, para não falar de cortesia, a ponderar. Existia uma troca de notas entre os dois Governos com data de 10 de Janeiro de 1985 em que o Governo Português reconhecia que o «Governo dos Estados Unidos, actuando através da Agência para o Desenvolvimento Internacional, [tinha] contribuído significativamente, desde 1975, para o desenvolvimento económico e social de Portugal» e seria neste contexto que se via a Fundação Luso Americana como «uma oportunidade única para o estabelecimento de um novo

mecanismo que [visava] a promoção da cooperação dos sectores privado e público entre Portugal e os Estados Unidos».

O Governo dos Estados Unidos endossaria nessa troca de notas o espírito da Fundação, segundo os estatutos e o Decreto-Lei n.º 168/85 de 20 de Maio. Tal já não aconteceria com as mudanças que Cavaco Silva viria a efectuar em 11 de Fevereiro de 1988, em que decidira aumentar o Conselho Directivo de três para nove membros, um dos quais, por direito próprio, seria o Embaixador dos EUA e outro a nomear por si. Ele próprio nomearia sete. Logo aqui os EUA veriam o seu peso reduzido de um em três para dois em nove. Depois o Conselho Executivo passaria também de três para cinco perdendo o Governo dos EUA o direito de nomear um elemento para a administração. Finalmente o presidente do Conselho Executivo passaria a ser designado pelo primeiro-ministro, em vez de eleito pelo Conselho Directivo passando, pelo contrário, o presidente do Conselho Directivo a ser eleito entre os seus pares. O Governo dos EUA deixava assim de ser um *partner* para ter uma presença simbólica. O Executivo passava a dirigir a fundação com relevo para o seu presidente que passava a ser, de facto, o presidente da Fundação. Era a total governamentalização possidónica sem qualquer redução das despesas e, pior ainda, a partidarização completa da FLAD. O presidente designado seria Rui Machete que seria acompanhado de Pires Miranda e Rui Carp do PSD. Bernardino Gomes do PS manter-se-ia e, para «por água na fervura», seria nomeado um americano Charles Buchnanan em substituição de Donald Finnberg, que pediria a sua demissão. A FLAD deixaria então de receber financiamentos do Governo Português pela simples razão de que o Governo dos EUA cortaria as contrapartidas destinadas à fundação de direito privado português! Em virtude das alterações estatutárias eu continuaria de 1988 a 1991 como membro do Conselho Directivo, tendo Jacinto Nunes sido eleito em 1988 com os votos de Pires Miranda, Sucena Paiva, Fernando Real do PSD e de Figueiredo Dias. António Vasco de Melo abster-se-ia e o Embaixador dos EUA, então Edward Rowel, recusar-se-ia a votar. Eu também não estaria presente à votação. Em 1991, de forma grosseira e em termos de duvidosa legalidade, eu seria informado pelo presidente do Conselho Directivo, Jacinto Nunes, que o primeiro-ministro lhe comunicara não pretender designar-me para novo mandato. Para o lugar que eu ocupara no CD entraria Vitor Constâncio. António Vasco de Melo seria também substituído por Ramalho Eanes. Segundo o ex-embaixador de Portugal em Washington «o projecto não teve a amplitude desejada por culpa do Congresso americano que tomou medidas prejudiciais aos pagamentos acordados. Mas essa circunstância não impediu que sectores americanos tivessem discordado das soluções adoptadas entre nós. Para esses críticos, Portugal, dentro de uma orientação terceiro-mundista, investiu parte dos fundos recebidos em instalações sumptuosas e na aquisição de obras de arte, criando além disso compromissos exagerados com despesas

administrativas e deixando a ideia de a Fundação ser usada para compensar políticos amigos com excelentes sinecuras»[1].

Como já afirmei, o período governamental de 1983 a 1985 seria prejudicado pela falta de competência e pela exagerada obcessão do primeiro-ministro em encontar fundos para a sua campanha presidencial. Para além do *think-tank* que definia a estratégia, Gomes Mota era o cordenador-geral da campanha. O gestor do PS, Menano do Amaral e Carlos Monjardino, embora não tendo acertado na estratégia para a constituição do banco do movimento socialista em 1983, estavam em perfeita sintonia para administrar financeiramente a campanha que, todos sabiam iria ser extremamente cara. Dos tradicionais partidos da IS haveria pouco dinheiro para esta campanha presidencial. Seria o primeiro contratempo. Estive em Viena, Estocolmo e Bona sem grande sucesso. Em Outubro Mário Soares pedir-me-ia para falar com Skidmore da CIA que me diria exactamente o que me tinha dito da primeira vez que o conheci. Não acreditava (sobretudo após a derrota do PS nas legislativas) que Mário Soares pudesse vencer e estava convencido que Carlucci tinha ido longe de mais no seu apoio ao PS. Dada a minha excelente relação com o embaixador Frank Shakespeare teria uma longa conversa com ele a sós, na sua residência. A posição era idêntica. No dia 31 de Outubro estava em Washington. Carlucci estava fora do governo e o seu sucessor, John MacMahon, disse-me que estava de malas arrumadas para trabalhar no sector privado e que na Casa Branca ninguém se entendia[2]. Teria assim que recorrer às reservas acumuladas a partir de 1984.

No dia 23 de Agosto de 1984 fora convocado de emergência ao fim da tarde a São Bento pelo primeiro-ministro. Como era costume e era conhecido da casa só em raras excepções, quando o primeiro-ministro tinha reuniões oficiais, é que tinha que esperar no rés-do-chão para ser recebido. Assim, logo que cheguei subi ao primeiro andar e esperei na sala adjacente ao gabinete do primeiro-ministro em cavaqueira com a Osita, a Maria José e a Maria Fernanda de Castro. Carlos Melancia encontrava-se no gabinete com o primeiro-ministro e quando ele saiu ficou também em conversa connosco até que eu seria mandado entrar. Depararia então com Hans-Jurgen Wischnewski, ex-ministro alemão e alto dirigente do SPD e uma outra pessoa, conhecida nos meios da IS como um dos angariadores de fundos daquele partido alemão. Nunca, contudo, tinha falado com ele. Soares informar-me-ia que os «nossos» amigos iriam dar uma ajuda ao partido e que eu deveria ficar em contacto com Otto Georg para o efeito. E assim fiz mas, nessa noite, o primeiro-ministro, visivelmente satisfeito, convidar-nos-ia, aos dois alemães, a mim e a Raúl Junqueiro para jantar no restaurante «O Pes-

[1] João Hall Themido, *ob. cit.*, p. 292.

[2] John MacMahon, após ter conhecimento da chamada conexão de Lisboa, demitir-se-ia de director-adjunto da CIA para trabalhar para a empresa Lockheed.

cador» de Cascais. Mas essa ajuda estava demorada, tendo antes da eleições legislativas contribuído com cerca de dois milhões de marcos depositados numa conta bancária aberta para o efeito, e que eu depois entregaria a Menano do Amaral em cheques ao portador de cem mil e de cinquenta mil marcos. Soares estava convencido de que após o resultado das legislativas eles iriam «roer a corda». Assim pediu-me para receber um dia na Fundação de Relações Internacionais um amigo do seu amigo François Mitterrand, de nome Roger Patrice Pelat, com quem deveria combinar igualmente a maneira de fazer chegar aos administradores financeiros da sua campanha a contribuição daquele personagem que mais tarde viria a ser famoso nos escândalos financeiros relacionados com o PS francês. Achei estranho não ter encarregado Monjardino desse contacto, uma vez que este tinha vivido vários anos em França mas, responder-me-ia, que como Monjardino não era do PS tais contactos poderiam levantar objecções. Recebi-o e devo confessar que era simpatiquíssimo. Contou-me um pouco da sua história, que fora ele que apresentara Miterrand à sua mulher Daneille de quem era padrinho de casamento, falou do seu *chateau* na Normandia, onde tinha um casal de caseiros portugueses e falaria abertamente da situação interna no PS francês. Depois marcou encontro comigo em Zurique para o dia 30 de Julho, onde me deveria entregar a «contribuição». Esperar-me-ia no aeroporto e tinha reservado quartos no hotel Dolder Grand, convidando-me para jantar nessa noite no luxuoso restaurante de *nouvelle cuisinne* Agnes. Perguntei-lhe porque não em Genebra, onde, ao contrário de Zurique, se falava francês. Responder-me-ia que não, porque as «secretas» francesas tinham invadido aquela cidade, na perseguição de evasores fiscais franceses e que poderia dar muito nas vistas. No dia seguinte levar-me-ia a um gabinete de advogados de um banco, onde me entregariam um documento para assinar. Foi então que verifiquei que a «contribuição» tinha contrapartidas que nada tinham que ver comigo. Disse-lhe então que não assinava, pois as minhas únicas instruções tinham sido as de receber uma contribuição para o PS e dado o conteúdo daquele documento sugeri que o levasse a Mário Soares para assinar. Pelat ficou extremamente embaraçado e saiu para telefonar. Quando regressou, disse-me simplesmente que tinha contactado Lisboa e que o assunto seria resolvido por outra pessoa. Foi a última vez que vi Patrice Pelat. Quando regressei a Lisboa confrontei Mário Soares que me respondeu irritado não saber de nada sobre o conteúdo do documento mas que tinha sido atrevimento da minha parte sugerir que fosse ele a assinar!

Mas Otto Georg não «roeria a corda» e entregaria mais quatro milhões de marcos que Mário Soares me instruiria a transferir em *tranches* para um número de conta na Companie Financiere Espírito Santo. Segundo ele, este sistema tinha sido organizado por Carlos Monjardino que iria fazer chegar aquele dinheiro a Portugal em escudos. A primeira *tranche* seria enviada no dia 28 de Outubro. As seguintes, teriam lugar a

19 de Novembro, 8, 15 e 29 de Janeiro, a 7 de Fevereiro e a última no dia 30 de Setembro de 1986. Como eu imaginara desde a desagradável conversa de Santo Domingo em 1982, a preocupação principal tinham sido as eleições presidenciais e não as legislativas. Enquanto «correio» desconheço a origem dos financiamentos, sobretudo os nacionais, que nunca passariam por mim, e não averiguei se tinha chegado à campanha o considerável montante que Patrice Pelat me quis impingir em Zurique. Mesmo assim ainda participaria em mais duas operações de financiamento da campanha presidencial. Dois dias após ter passado à segunda volta, graças aos 7 por cento obtidos por Maria de Lourdes Pintasilgo, Soares pediu-me para ir a Madrid falar com Alfonso Guerra, vice-primeiro-ministro do Governo Espanhol e com Lionel Jospin, secretário-geral do PSF. Deveria fazer-lhes uma exposição sobre o significado da passagem à segunda volta e convencê-los a «ajudar» financeiramente a campanha. Nunca o PS tinha recebido qualquer apoio destes partidos e nunca o PS tinha ajudado estes partidos, nem mesmo o PSOE, que só sairia da clandestinidade três anos depois do 25 de Abril. A mensagem era simples e a aritmética condizia como uma luva no que os «técnicos» americanos tinham previsto na Primavera do ano anterior! Ao chegar ao aeroporto de Madrid, estava um veículo à minha espera à saída do avião que me conduziria directamente ao Palácio da Moncloa onde seria recebido pelo chefe de gabinete de Felipe González, Julio Feo. Fui cumprimentar González no seu gabinete, com quem conversaria alguns minutos sobre as eleições e, depois conduzido ao gabinete de Guerra. Apesar da longa e amigável conversa que manteríamos então, não seria necessário convencê-lo de nada pois a dado momento entra um dos seus acessores com uma mala que me entregariam cheia de pesetas. Não estava sinceramente à espera e pedi-lhe para telefonar a Mário Soares que não encontrei. Telefonei então a Menano do Amaral, na Rua da Emenda, a quem contei o que se passara, pedindo-lhe que informasse Mário Soares para que tomassem as previdências que entendessem. Eu, pela minha parte, não estava disposto a levar a mala, até porque dentro de algumas horas seguia para Paris. No dia 30 de Janeiro encontrar-me-ia com Lionel Jospin que disse poder disponibilizar um milhão de francos franceses a título de empréstimo ao PS. Eu regressaria a Lisboa nesse mesmo dia e no dia seguinte informaria Jospin de que o empréstimo era aceite desde que ao candidato e não ao PS. Ele concordou e a transferência seria feita para Lisboa. Não sei se alguma vez foi paga! Quanto à mala, Menano do Amaral acompanhado por alguém, iria nesse mesmo dia a Madrid buscá-la. Segundo me contou depois, suou as estopinhas para não desmaiar com o medo à passagem da alfândega do aeroporto de Lisboa.

Eu apercebera-me de que, com a mudança de embaixador e de chefe da estação da CIA em 1985, algo tinha mudado nas relações de Mário Soares com os EUA. Em 1984 tinha sido recebido pelo presidente Ronald Reagan de forma extremamente amistosa

e o encontro com o director-adjunto da CIA, John MacMahon não poderia ter corrido melhor. O ministro da Administração Interna tinha ido aos EUA a convite daquela organização e não existiam nenhuns indícios de qualquer mal-entendido. Frank Carlucci tinha seguramente os seus «inimigos» na administração mas, naquele momento, ninguém imaginaria que ele viesse a ser convidado de novo para funções governamentais. Eu estivera nos EUA em Junho e, de novo, em Outubro de 1985 e, nos meus contactos, nada de anormal notara nas relações bilaterais. Afinal, o presidente dos EUA alterara mesmo o seu discurso na A.R. para agradar ao «amigo» Mário Soares. Na fase final da campanha eleitoral para a Assembleia da República, em Outubro, Michael Ledeen, acessor do Conselho Nacional de Segurança da Casa Branca e colaborador directo de Bud MacFarlane, viera a Lisboa onde teria uma longa conversa com o embaixador Frank Shakespeare. Contar-me-ia depois que os telegramas daquele embaixador com a análise da situação eram profundamente pessimistas em relação quer ao PS quer às *chances* de Mário Soares nas presidenciais. O que era natural, dadas as sondagens e os contactos que a embaixada tinha com todas as forças políticas portuguesas em 1985. Mas não seriam os telegramas que influenciariam negativamente os apelos do primeiro-ministro. Quando Mário Soares quebrou a «relação» com a empresa de Paul Manafort e de Lee Atwater, em Agosto, estes garantiriam que a Casa Branca seria devidamente informada da «dimensão do personagem». Depois há toda a confusão por esclarecer à volta do escândalo da venda de armas ao Irão, que dizem, passaria por Lisboa. Será que quando se soube que os americanos hesitaram em ajudar financeiramente o PS e a campanha de Mário Soares, o Governo «abriu» os olhos para as «missões humanitárias», provocando em Langley algum agastamento?

Quando confrontado com jornalistas, Mário Soares «negaria veementemente relatórios de que aeroportos portugueses tivessem sido utilizados como plataformas de trânsito de armas destinadas ao Irão, como parte do caso "Irão-Contra". Mais, afirmou Soares, as autoridades portuguesas rejeitaram um pedido das autoridades dos EUA para autorizarem a "ajuda humanitária" que a América estava a enviar ao Irão»[1]. O que coincide com a descrição de Bob Woodward, pelo menos no que toca ao aludido caso já referido no anterior capítulo, do pedido de 23 de Outubro pelo agente da CIA em Lisboa, Bob Skidmore. Segundo aquele conhecido jornalista e autor «na noite de 21 de Novembro, North telefonou a Dewey Clarrige[2]... em pânico e disse que necessitava de ajuda para obter autorização de Portugal para a aterragem de um avião de Israel numa missão humanitária»[3]. Ainda segundo Woodward, aquele alto funcionário con-

[1] *The Providence Journal-Bulletin*, de 23 de Maio de 1987.

[2] Dewey Clarrige era chefe da divisão para a Europa, da CIA.

[3] Bob Woodward, *Veil*, ed. cit., p. 420.

tactaria o chefe de estação da CIA em Lisboa no sentido de obter tal autorização que o Governo de Portugal recusaria[1]. O embaixador Frank Shakespeare não deveria ser informado desta «missão». Segundo o mais conhecido operacional deste tráfico, o tenente coronel Oliver North, os israelitas entrariam em contacto com o conselheiro de Segurança Nacional, Bud MacFarlane, em meados de 1985 propondo contactos que poderiam «resultar na libertação dos [seus] reféns em Beirute»[2]. Ele próprio só terá entrado nesta «operação», que consistia inicialmente na troca de reféns por mísseis «Hawk» de fabrico norte-americano, em Novembro de 1985. O Governo americano concordaria com a venda de mísseis usados, deste fabrico, existentes em Israel, que os enviava para o Irão e, em troca, recebia mísseis novos dos EUA. Um negócio de centenas de milhões de dólares, que exigia a concordância das autoridades norte-americanas, um estranho intermediário iraniano, Manucher Ghorbanifar, com contactos com os serviços secretos israelitas e americanos e os intermediários de venda dessas armas, o ex-CIA, general Richard Secord e um ex-adido militar israelita e próspero homem de negócios, Yakov Nimrodi. Quando MacFarlane informa o seu acessor, tenente-coronel Oliver North, destas vendas com o apoio tácito do governo norte-americano, pede-lhe «só para servir de monitor destas transacções»[3]. Mas a 17 de Novembro de 1985 o então ministro da Defesa de Israel, Yitzhak Rabin, telefonar-lhe-ia pedindo ajuda no sentido de obter autorização do Governo de Portugal para que um avião do seu país, com mísseis «Hawk», pudesse aterrar «num aeroporto europeu onde deveriam ser transferidos para outro avião»[4]. Portanto, o recém-empossado governo de Cavaco Silva recusara autorização a esta operação e assim se explica a desesperado telefonema do homem da CIA em Lisboa, na manhã de 23 de Novembro, querendo falar com Mário Soares e fazendo promessas de que esse apoio seria bem visto em Washington. A componente portuguesa desta história poderia acabar aqui, não fosse o livro de memórias de George Schultz, então secretário de Estado dos Estados Unidos. Schultz pressentira que existia uma diversão deste esquema secreto[5] que tinha autorização do presidente e, como tal, numa reunião no «Situation Room»[6] da Casa Branca, recusar-se-ia

[1] Refere-se ao primeiro governo de Cavaco Silva, em 1985.

[2] Oliver North, *Under Fire*, p. 25, Harper Collins, Londres.

[3] Oliver North, *ob. cit.*, p. 27.

[4] Oliver North, *ob. cit.*, p. 26.

[5] Esta «diversão» refere-se ao escândalo «Irão-Contra», que estalaria em 1986. Os esquema montado e que tinha tido como origem o desejo de libertar reféns americanos no Líbano transformara-se num chorudo negócio para alguns e numa fonte de financiamento dos movimentos «contra» da Nicarágua, os quais, liderados por Adolfo Calero se opunham à Frente Sandinista. Esta bizarra forma de financiar a luta anti-sandinista era ilegal nos EUA.

[6] «Situation Room» é o gabinete de crise da Casa Branca.

a dar cobertura a um comunicado de imprensa, que o presidente dos EUA pretenderia divulgar. Segundo este, pretendia-se fazer crer que a actuação de Oliver North tinha sido a de mero observador da venda de armas israelitas ao Irão por razões humanitárias, tendo «encontrado, por acaso, um depósito de armas israelitas em Portugal». O ex-secretário de Estado negar-se-ia a colaborar e teria então dito ao presidente que «estão a distorcer a verdade e não acabam as mentiras. Estão-me a mentir neste momento a mim e aos outros membros do Governo» sendo certo que «Bud MacFarlane estava já a trabalhar neste projecto em Maio de 1985»[1].

O resultado deste escândalo seria uma série de demissões, a todos os níveis, dos mais próximos colaboradores do presidente Ronald Reagan. Na sequência das demissões de Bud MacFarlane e do seu sucessor, almirante John Piontdexter, Frank Carlucci regressaria à política, sendo designado em Novembro de 1996 para o todo-poderoso lugar de conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca. Em 1987 substituiria o seu velho amigo Caspar Weinberger no cargo de secretário de Defesa. Também o chefe da estação da CIA em Lisboa seria obrigado a regressar aos EUA. A falta do apoio pedido não resultara de má-vontade do governo americano para com Mário Soares mas sim de uma série de factores, aparentemente coincidentes: O relacionamento com a empresa Black, Manafort, Stone & Kelly e as divisões no centro de poder norte-americano que emergiriam com o escândalo «Irangate».

Os votos em Maria de Lourdes Pintasilgo, a 26 de Janeiro, permitiriam a Mário Soares passar à segunda volta, deixando Salgado Zenha com apenas 21 %. No dia 16 de Fevereiro, uma grande parte dos observadores internacionais seria surpreendida com a sua eleição para Presidente da República com cento e cinquenta mil votos de vantagem sobre o seu adversário Freitas do Amaral, que na primeira volta tivera 46 % dos portugueses consigo. Paul Manafort telefonar-me-ia no dia seguinte: «Como vês o segredo era Pintasilgo. *Well done anyway!*», disse-me simplesmente. No dia das eleições estivera entre nós a velha amiga da família Soares, Ivanka Corti, secretária internacional do PSDI. Após o «sofrimento» na sede de campanha, entrámos em êxtase, mas ainda me recordo de duas coisas que me disse: «como vês ser primeiro-ministro não impediu a minha eleição» e «amanhã a Ivanka vai almoçar lá em casa e quero que vás lá tomar o café». Assim faria. No dia 17, encarregar-me-ia de garantir uma presença maciça de convidados internacionais na sua tomada de posse e nasceria a Emaudio.

Nesse dia, o presidente recém-eleito estava consciente, que a direita perdera por um triz, que a sociedade se encontrava perigosamente dividida, que a sua eleição dependera do seu antigo professor Álvaro Cunhal e que o PS tinha entretanto resvalado para os seus adversários do «ex-secretariado». No dia 17 de Janeiro, Mário Soares tinha um grande objectivo: Ser reeleito cinco anos depois. Para isso, segundo a análise de então, seria fundamental o apoio do PS e da opinião pública.

[1] George Schultz, *Turmoil & Triumph*, MacMillan Publishing Co., Nova Iorque, 1993, pp. 812-815.

Os convites para a cerimónia da posse na Assembleia da República seriam evidentemente conduzidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. A minha missão era a de garantir, pessoalmente, o máximo de presenças prestigiantes nessa cerimónia e a de organizar, na véspera, um banquete com os amigos socialistas. O Departamento Internacional não perderia tempo a fazer todo o tipo de contactos e o resultado não poderia ter sido muito melhor. Além de Frank Carlucci, estariam presentes o vice-presidente dos EUA, George Bush, François Mitterrand e o seu sucessor no PSF, Lionel Jospin, Felipe González, Betino Craxi e Willy Brandt além de Michel Roccard, Pierre Mauroy, Anker Joergensen e Carlos Andrés Perez. «A este respeito, era visível a satisfação face à quantidade e qualidade de convidados estrangeiros, cujas presenças iam sendo confirmadas» tendo «os próprios diplomatas estrangeiros se [admirado] como é que conseguimos, em tão pouco tempo, assegurar todas estas participações», tendo um elemento do MASP então ironizado sobre a «"capacidade bem portuguesa" de improvisar e resolver "por vias directas" algumas situações mais complicadas»[1]. O jantar organizado na véspera, na Cruz Vermelha, seria igualmente um grande êxito. Decorreria sob os auspícios da Fundação de Relações Internacionais que também assumiria os encargos com as viagens de vários dirigentes socialistas para estarem presentes na tomada de posse do novo presidente. Faltaria contudo uma das pessoas a quem o PS devia imenso: Olof Palme, assassinado uma semana antes à saída do cinema, em Estocolmo, a dois passos da sede do Partido Social-Democrata sueco.

Uma semana antes da sua morte tinha-me prometido, apesar do relacionamento entre eles não ser caloroso, que viria a Lisboa assistir à posse de Mário Soares. Em vez disso, o presidente eleito e eu, em representação do PS, participaríamos no seu funeral em Estocolmo, no dia 15 de Março.

Em 1982, quando Olof Palme regressou ao governo após um longo período de oposição, pediria para ver alguns ficheiros dos Serviços Secretos da Suécia, SÄPO, em relação a um certo número de pessoas. Segundo o ex-secretário-geral do partido sueco, Sten Andersson, diria numa entrevista à TV da Suécia, Palme ficaria «violentamente furioso» depois de ler os relatórios contidos nos referidos ficheiros. Relacionavam-se com dirigentes social-democratas altamente colocados, que estavam a ser observados «mas continham conclusões [os relatórios] que eram totalmente inaceitáveis e às quais…, indicavam que a função da inteligência tinha falhado, tendo que existir alguma explicação para isso». «Segundo o programa televisivo, os sociais-democratas alta-

[1] *Expresso*, de 8 de Março de 1986.

mente colocados, que o então ministro dos Negócios Estrangeiros não quis mencionar, eram: o próprio Sten Andersson, Olof Palme e Pierre Schori»[1]. As autoridades nunca encontrariam o ou os assassinos de Olof Palme. Mas há sérias suspeitas de que o não queiram fazer. Inicialmente, em 1987, um jornalista da TV, Lars Kranz, escreveria um livro considerado sensionalista[2] que lança suspeitas sobre os Serviços Secretos do seu país. Hans Holmér, então chefe da Polícia Judiciária, encarregado das investigações, seguiria pistas que, segundo ele[3], apontavam para um acto de terrorismo do PKK, o Partido Operário Curdo, que luta pela independência do seu povo e que conta com inúmeros exilados na Suécia. Pelo contrário, o recente livro *No Labirinto*[4], um livro extremamente minucioso e completo, retoma a tese de um *complot* nos Serviços Secretos e, embora não revele quaisquer assassinos, aponta coincidências extremamente preocupantes entre este caso e as ameaças de revelações de colaboração de vários líderes socialistas com o KGB.

Desde 1968, quando acompanhou lado a lado o embaixador do Vietename do Norte pelas ruas de Estocolmo, em protesto contra a intervenção americana naquele país, que Palme era particularmente mal visto nos EUA. Segundo a sua biografia da autoria de Bjorn Elmbrant, Richard Nixon chamava mesmo a Olof Palme «that swedish asshole»[5] que «como primeiro-ministro desde o princípio dos anos 70 tentara activamente pôr fim à colaboração dos Serviços Secretos Suecos com a CIA»[6]. Mas após uma longa interrupção ambos tinham secretamente recomeçado a cooperar para fazer escutas a um diplomata soviético suspeito de ser agente da KGB. Na própria noite do crime as escutas terão revelado que aquele diplomata tinha conhecimento de que Palme ia ser assassinado e seria lançada a teoria de que por detrás do crime estariam o PKK e o KGB. Acontece, porém, que em 1988 rebentaria um escândalo quando um colaborador dos Serviços Secretos, Ebbe Carlsson, foi detido tentando fazer entrar ilegalmente no país sofisticados aparelhos de escuta. Nessa altura «confessaria» estar a coordenar um grupo privado que investigava, por conta própria, possíveis ligações de Palme com o KGB. Um dos principais visados dessa investigação, com a cobertura da então ministro da Justiça, Anna Greta Lejon e do chefe da polícia, Hans Holmér, seria Pierre Schori[7]. Hoje, quase dez anos depois, persiste o mistério sobre o assassinato de Olof

[1] Kari Poutiainen & Pertti Poutiainen, *ob. cit.*, p. 756.

[2] Lars Krantz, *Ett Verkligt Drama*, Krelih, Gotemburgo, 1987.

[3] Hans Holmér, *Olof Palme Ar Skjuten!*, Wahlstrom & Widstrand, Estocolmo, 1988.

[4] *Inuti Labyrinten*, de Kari Poutiainen & Pertti Poutiainen, Grimur Forlag, Estocolmo, 1995.

[5] Bjorn Elmbrant, *Palme*, p. 148, Fischer & Rye, Estocolmo, 1989.

[6] Mikael Rosquist, *Spionage i Sverige*, p. 131, Tempus Forlag, 1988.

[7] Pierre Schori, expulso de Portugal por Marcello Caetano em 1969, é actualmente ministro da Cooperação da Suécia.

Palme mas, à semelhança do que aconteceu com Sá Carneiro, em 1980, os suecos têm a sensação de que algo lhes está a ser escondido em nome de um interesse nacional pouco transparente.

No dia 14 de Abril de 1986, aviões bombardeiros F-111 dos EUA levantariam voo da Inglaterra para bombardear a capital da Líbia. Algumas dessas bombas, guiadas por raios laser, tinham a missão de fazer ir pelos ares o quartel-general de Muammar Kadafi que, milagrosamente, escaparia ileso. A operação destinada a pôr fim ao apoio do dirigente líbio a actos de terrorismo seria contudo um êxito militar e técnico, apesar de o voo dos aviões americanos ter de ser efectuado ao longo da costa portuguesa, dado que nenhum país do Sul da Europa autorizaria que este *raid* sobrevoasse o seu território, com receio de represálias de Kadafi. O director da CIA, William Casey, que sonhara ser o secretário de Estado do governo do presidente Ronald Reagan, nunca conseguira esse objectivo. Seria contudo mais influente na formulação da política externa americana do que o próprio secretário de Estado. Durante o seu mandato verificar-se-ia o início do declínio do comunismo e a desintegração da União Soviética, segundo a receita legada pelo homem que em 1975, enquanto embaixador dos EUA em Portugal, tivera um papel decisivo na primeira derrota dos bolcheviques pelos democratas. Esse homem estava agora de novo na ribalta, enquanto conselheiro de Segurança Nacional dos EUA.

Entre os aliados com que a CIA e os EUA contariam para o apogeu da sua supremacia encontrava-se Mário Soares. Mas nem a CIA nem o Departamento de Estado tinham sido exemplares durante a sua campanha. Frank Carlucci que, em 1985, não conseguira influenciar essa política tinha perfeita consciência disso. O chefe da CIA em Lisboa seria «retirado», logo após a eleição presidencial. O embaixador Frank Shakespeare, ao fim de um curto ano de funções em Portugal, seria enviado para o Vaticano. Antes, porém, seria obrigado a acompanhar o director da CIA a um jantar íntimo com o novo Presidente da República, em Belém, a que eu também estaria presente. Mário Soares, aparentemente, não tivera confiança nos seus acessores e pedir-me-ia a mim para ser o «intérprete» da conversa. Casey revelaria então a segunda parte dos seus planos para a Líbia. Estes nunca viriam a ser concretizados. O escândalo de venda de armas ao Irão, para financiar os Contras na Nicarágua, rebentaria entretanto e Casey demitir-se-ia em Janeiro de 1987. No dia 6 de Maio, um dia depois do início das audiências do caso «Irangate», em que ele era um dos principais protagonistas, morria em Nova Iorque.

Capítulo VIII

«A Emaudio: um novo desastre na comunicação social» (1986-1990)

Quando o VI Congresso do PS iniciou os seus trabalhos no dia 27 de Junho, sabia-se à partida que Vítor Constâncio iria suceder a Mário Soares. A responsabilidade política pela enorme derrota do PS nas legislativas em Outubro do ano anterior era essencialmente sua, ao insistir em ser primeiro-ministro do desastroso Governo do Bloco Central. Mas, moral e eticamente, era também dos que cinco anos antes tinham contribuído para a maior crise do partido de sempre e para o lançamento de Ramalho Eanes que, aproveitando-se da sua posição de Presidente da República e da impopularidade do Governo, apoiaria o aparecimento do Partido Renovador Democrático. Mas, dentro do PS, onde desde o I Congresso se instalara a lógica do golpismo, o «ex-secretariado» era a oposição e os «soaristas», o poder. O que em nada correspondia à realidade, mas servira para criar a convicção, muito antes da eleição presidencial, de que o grupo do «ex-secretariado» iria assumir a liderança do partido. E, embora a emoção bipolarizadora das presidenciais tivesse mobilizado o PS de uma forma inesperada, aguardava-se a derrota presidencial para o ajuste de contas adiado desde 1980. Mas Soares surpreenderia tudo e quase todos, deixando «ex-secretariado» e «soaristas» na maior das confusões.

Vítor Constâncio, filiado com o número 58 877, encabeçaria a lista da moção «Política Nova, Renovação do PS» e Jaime Gama, número 41 do PS, punha «O PS em Primeiro Lugar — Modernizar e Unir o PS». O próprio Mário Soares, inicialmente inclinado para apoiar aqueles que sempre o tinham apoiado, reflectiria profundamente, uma vez que sabia que sem o PS se não realizaria o seu objectivo de reeleição, decidindo enveredar por uma estratégia de divisão de tropas: aconselhou alguns a enfrentar Constâncio e outros a apoiá-lo. Assim, entre os «renovadores» encontravam-se inúmeros «soaristas» fiéis como era o caso de Manuel Alegre e Torres Couto. O indefectível «soarista», Almeida Santos (filiado número 95 146), apoiaria o seu antigo rival e Soa-

res daria indicações à Fundação de Relações Internacionais, de que ainda era presidente, para apoiar logisticamente os candidatos anti-Constâncio. Por seu lado, daria instruções a Menano do Amaral para lhe entregar verbas da conta do «MASP», que este geria em seu nome, para entregar a Constâncio. Mas a campanha de Jaime Gama, então dirigida por Miranda Calha, beneficiaria de verbas consideráveis daquela fundação. Era fundador do partido e reconhecido no sector histórico como o mais competente para liderar o combate contra o «ex-secretariado». Tinha-se oposto veementemente à entrada do grupo de Sampaio em 1978 e fora a primeira vítima da tentativa de tomada de poder deste grupo «eanista» em Janeiro de 1980. Mas eu não tinha a menor dúvida de que Soares preferiria ou Jorge Campinos ou Maldonado Gonelha, que também pareciam mostrar inclinação para entrar na corrida. Eu próprio preferia qualquer destes últimos embora, na hora decisiva, apoiasse Jaime Gama e colaborasse para pôr à sua disposição os meios da FRI. Não aceitaria, contudo, subscrever a sua moção nem integrar nenhuma das listas. Assim deixaria de pertencer aos órgãos directivos do partido que fundara, mantendo-me exclusivamente como deputado por Lisboa à Assembleia da República.

Tinha sido acordado que o presidente do PS, António Macedo, embora sem poderes reais seria a figura de proa do partido até e durante o Congresso. Eu, pela minha parte, embora não estivesse interessado em continuar à frente das relações internacionais sob Constâncio, tudo faria para que esta transição se fizesse com normalidade do ponto de vista das relações internacionais. Assim, esforçar-me-ia para garantir a presença do maior número de convidados estrangeiros possível e para dar uma imagem de maturidade e de normalidade do PS. O que não seria em vão, dada a representação de partidos de cerca de trinta países. O PS, como sempre, ofereceria um «banquete» aos estrangeiros, que teria lugar no Castelo de S. Jorge. Constâncio já tinha sido eleito, mas como os convites eram entregues nas pastas de documentação antes do início dos trabalhos e, como era regra geral, o anfitrião daquele banquete ainda era António Macedo. Mas do PS estariam presentes a direcção cessante, a Comissão Organizadora do Congresso, os secretários-gerais da Juventude Socialista e Mulheres Socialistas, os deputados do PS no Parlamento Europeu, a direcção do Grupo Parlamentar e dez pessoas a indicar por Constâncio. O novo secretário-geral, que tinha tanto de convencido como de provinciano, achou que deveria ter sido ele o anfitrião e fez-me reparo dessa questão com o seu característico ar de enfado. Eu aproveitaria para lhe dizer que dispensava os seus conselhos e que quem tinha reparos a fazer era eu. Durante as muitas semanas anteriores ao Congresso, em que se conhecia a vitória da sua «moção», nunca me contactara para preparar a transição, embora se soubesse que Jorge Sampaio iria, finalmente, poder dirigir as tão cobiçadas Relações Internacionais do PS. Mas, fazendo lembrar as Repúblicas das Bananas, Sampaio e Constâncio juntos endereçariam convi-

tes pessoais aos meus colaboradores do Departamento Internacional, na véspera do Congresso e, nem por cortesia, lhes passaria pela cabeça falar comigo. Dias depois, contudo, acusariam Mário Soares de ter deixado o partido na penúria e, a mim, de ter levado comigo os *dossiers* e deixado o Departamento sem contactos internacionais. Eu, de facto levaria comigo, as minhas pastas mas não o que fazia parte do partido. Eu fizera exactamente o mesmo que todos sempre fizeram no PS com os seus arquivos pessoais, incluindo Constâncio. Recordo-me aliás de se ter estranhado, em 1981, que tendo sido Constâncio e outros seus colegas de grupo, secretários nacionais do PS com pelouros, não existirem nos seus departamentos pastas comprovativas de trabalho efectuado. Nem sequer «actas» das reuniões do Secretariado Nacional no conturbado período em que Soares se auto-ausentara da sua direcção. Por outro lado, o partido tinha, em 1986, um considerável património acumulado apesar de ter saído de três eleições[1] e de os apoios partidários internacionais — ao Partido — terem deixado de se verificar há muito.

Foi neste conturbado clima que nasceu a Emaudio, Sociedade anónima de empreendimentos audio-visuais. No dia 17 de Fevereiro encontrar-me-ia, como combinado, em casa de Mário Soares onde Ivanka Corti era convidada para o almoço. Ali, embora ainda sob a emoção da vitória, Soares explicaria que tinha ideia de aproveitar os recursos de algumas fundações partidárias que lhe eram afectas, para participar na tão falada privatização dos meios de comunicação social e abertura da TV ao sector privado. Queria primeiro estudar melhor o assunto, mas desde logo pediria à convidada italiana que transmitisse um convite seu a Silvio Berlusconni para vir a Portugal. Este não perderia tempo e chegaria pouco tempo depois a Lisboa, no seu avião pessoal, acompanhado de Ivanka Corti. Estava disposto a associar-se ao grupo do presidente Mário Soares se isso, estou convencido, lhe pudesse trazer mais benefícios do que investimentos. Antes do jantar, no Palácio de Belém, os seus técnicos seriam autorizados a montar ali uma espécie de mini-estúdio de TV com equipamento, para a altura ultra sofisticado, que trouxera consigo no avião. Depois da refeição demonstraria até altas horas o seu «produto» ao Presidente da República e aos seus convidados portugueses, os quais viriam a constituir o grupo Emaudio.

Em reunião que teve lugar na sua casa de campo em Nafarros, Soares reuniria os elementos escolhidos para formar o grupo a quem explicaria os objectivos. O seu filho, que até então vivera numa relativa obscuridade política. Estivera à frente da editora «Perspectivas & Realidades» e fora acessor jurídico do Grupo Parlamentar do PS mas, antes da eleição do pai, chegara a contactar-me para lhe arranjar uma bolsa para estudar direito marítimo na Holanda e «qualquer trabalho em instituto de estudos ou fun-

[1] Além das legislativas de Outubro e das presidenciais tiveram também lugar eleições autárquicas em Dezembro.

dação ligada com o direito do mar ou com a cooperação com a África ex-portuguesa ou o Brasil» (*Anexo 25*). Almeida Santos, a quem competeria a orientação jurídica do projecto, era desde há muito o braço direito de Soares. Bernardino Gomes, que anos antes tinha definido as «regras» para a viabilidade das empresas ligadas ao PS. Carlos Melancia, homem da sua máxima confiança e reconhecido pela sua competência técnica, com boas ligações quer com a Igreja quer com o grupo do «ex-secretariado» que então dirigia o partido. Raúl Junqueiro, muito ligado a Melancia e que tinha liderado, no Governo e na A.R., as questões do PS relacionadas com TV e telecomunicações. Menano do Amaral até então gestor do PS e do MASP, a quem caberia a administração financeira do projecto. João Tito de Morais que tinha sido o homem do PS e da confiança pessoal de Mário Soares na administração da RTP, da ANOP e, então, dirigia a CEIG, a Cooperativa que editava e imprimia tudo o que tinha que ver com o Partido em matéria de imprensa, incluindo o *Acção Socialista* e o *Portugal Socialista*. Era proprietária de um semanário de desporto automóvel, *Autosport* e outro de música chamado *Blitz*[1]. Para além disso imprimia comercialmente jornais como o *Correio da Manhã*, *O Independente* e partes do *Expresso*. Eu seria o oitavo elemento escolhido em virtude de deter a presidência da FRI, que assumira por sugestão de Mário Soares após a sua eleição. A Emaudio, que então ainda não tinha sido baptizada, não seria senão uma nova tentativa de realização de um velho sonho do Partido Socialista em geral e de Mário Soares em particular. Após várias tentativas frustradas para ocupar um espaço na comunicação social — área então considerada vital para o sucesso eleitoral do Partido e do seu secretário-geral — após a sua «difícil» eleição, Mário Soares, decidira juntar os meios de que dispunha à volta da CEIG, da FRI e do MASP à sua nova imagem presidencial, para realizar o «velho» sonho. O *timing* não poderia ser melhor, uma vez que a sua imagem saíra reforçada das eleições presidenciais. Por outro lado, com a tangencialidade da vitória e a necessidade de reocupar o espaço perdido para Constâncio no PS, não havia tempo a perder em matéria de estratégia para a reeleição. E o país estava receptivo à privatização dos meios de comunicação social.

Os meios à disposição não seriam tão pequenos como isso. A CEIG era ainda, naquela altura, uma das principais empresas gráficas do nosso país, o grupo «soarista» detinha ainda posições importantes em algumas fundações e empreendimentos da área socialista e, aparentemente, restavam ainda fundos consideráveis angariados para o MASP e que Mário Soares controlava através dos seus tesoureiros. Havia que evitar erros do passado como fora o caso quer de *A Luta* quer do *Portugal Hoje*, que teriam sido demasiado subservientes às directivas da direcção do PS e, por isso mesmo, não

[1] Estes semanários de grande êxito comercial na sua área, entrariam para o património do PS em 1990 e seriam depois vendidos ao grupo editorial de Francisco Pinto Balsemão.

sobreviveriam apesar dos extraordinários apoios conseguidos. Mário Soares tinha ainda bem presente o que se passara com *A Luta* anos antes. A Fundação Ebert elaborara um longo projecto recomendando que, em vez de *A Luta*, fosse lançado um jornal diário mais popular, tipo *Daily Mirror*, que sem perder influência junto de uma grande base de apoio do Partido Socialista também fosse um êxito comercial. Os alemães estavam aliás convencidos que era mais fácil veicular as opiniões da direcção do partido através de um jornal com essas características — as de jornal popular apartidário — do que de um jornal que quisesse imitar o *República*. A direcção socialista de então, em 1975, achariam a ideia dos alemães um disparate político. O *Correio da Manhã* não tardaria a aparecer e, nem então, os socialistas aprenderiam, lançando o *Portugal Hoje* em 1979. Mas, em 1986, Mário Soares estava «vacinado» e queria um grupo de comunicação social nos «moldes» político-comerciais que recusara dez anos antes.

Berlusconni conhecia muito bem a importância de contactos nos centros de poder e logo ali disse estar disposto a associar-se ao grupo «soarista». Conhecedor das linhas gerais da nossa estratégia, pediu um pré-estudo de viabilidade que prometeu pagar e convidou uma equipa para ir visitar os seus estúdios de Milão. O primeiro estudo apontava para que a nova associação se chamasse Medinvest e seria entregue pela firma Arthur Andersen à Fundação de Relações Internacionais no dia 12 de Setembro. João Soares e José Nuno Martins, que colaborara no MASP e Mário Soares chamara para colaborar no projecto, iriam então a Milão, onde produziriam com o apoio dos técnicos e das facilidades de Berlusconi um pequeno filme publicitário que depois seria apresentado na Comissão de Comunicação Social da Assembleia da República. Ao ex-ministro das Finanças do I Governo Constitucional, Henrique Medina Carreira, seria encomendada a elaboração do primeiro projecto de contrato-promessa de sociedade com Berlusconi e o primeiro projecto de estatutos da sociedade anónima que deveria ter dez accionistas. Na previsão de um capital de 100 mil contos, a FRI e a sociedade a indicar por Berlusconi teriam quarenta mil cada e os oito accionistas individuais, dois mil e quinhentos contos cada. No mês de Julho, Raul Junqueiro, João Tito de Morais e eu próprio seríamos convidados de Berlusconi no seu magnífico palácio de Arcore, nos arredores de Milão, visitando depois os seus estúdios de televisão e outros empreendimentos. Durante as conversações com Berlusconi, detectaríamos a existência de um problema da maior importância para o embrionário grupo português: Berlusconi estava interessado em juntar-se a nós na expectativa de concorrer à concessão de um canal de televisão mas, para além disso, pouco mais. Nada de jornais. Ora, o nosso projecto assentava no arranque imediato do aproveitamento da CEIG e no seu desdobramento numa empresa privada que imprimisse e publicasse jornais. A Cooperativa fundada e com sede no Dafundo era predominantemente «soarista», mas tinha fundadores próximos de Vítor Constâncio e do «ex-secretariado». Era imperativo não dei-

xar que ela resvalasse para esse campo e Almeida Santos seria encarregado de alterar os seus estatutos de forma a permitir esvaziar a «cooperativa» socialista e, com o seu património, constituir uma sociedade anónima. O que viria a acontecer com o entusiástico apoio da esmagadora maioria dos seus fundadores, com destaque para Gustavo Soromenho que então liderava a CEIG com João Tito de Morais.

Entretanto, conhecedor do projecto de comunicação social do Presidente da República e tendo ele próprio apoiado quer o lançamento de *A Luta* quer a aquisição do edifício da CEIG em 1975, Frank Carlucci, em transição da Sears World Trade para o Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca sugeriria Rupert Murdoch, que seria o segundo convidado de peso do Presidente da República. Em Novembro enviaria dois colaboradores a Portugal, Patrick Cox e Malcolm Tallantire, respectivamente vice-presidente e director executivo da Sky Channel e aceitaria, em princípio, um convite de Mário Soares para um encontro no dia 21 de Janeiro de 1987. Estes colaboradores de Murdoch, a que se juntariam vários outros ligados a várias áreas do seu império de comunicação social, encontrar-se-iam com Almeida Santos que os guiaria num *tour* de oportunidades que se abriam no nosso país. Na Rádio Comercial, no *Jornal de Notícias* e na televisão. Entrariam em contacto com uma importante firma de advogados e começaram a preparar uma espécie de pré-estudo de viabilidade, cuja elaboração levaria ao adiamento da viagem de Murdoch de Janeiro para Março. Depois das inúmeras visitas dos colaboradores de Rupert Murdoch a Portugal, em que seria pela primeira vez lançado o nome Emaudio, eu seria convidado a Londres onde teria contactos com o então principal colaborador de Murdoch, Lynn Holloway, com a direcção do Sky Channel e com o director do *Times*. Nos encontros com Almeida Santos e com os seus advogados, manter-se-ia essencialmente o esquema accionário que tinha sido traçado no projecto elaborado por Medina Carreira, para associação com Silvio Berlusconi mas seriam levantadas objecções à participação directa da Fundação de Relações Internacionais dadas as suas conotações políticas com o Partido Socialista. Um novo projecto de estatutos começaria então a ser preparado por Almeida Santos com o concurso do seu colega de escritório Deodato Coutinho que no dia 16 de Março pela manhã teriam um encontro com Patrick Cox, no escritório dos advogados portugueses do grupo de Murdoch, a *News International*. O capital destinado à FRI deveria ser subscrito por terceiros, enquanto depositários dos interesses daquela fundação.

Quando Murdoch chegou a Lisboa ao fim da manhã desse mesmo dia, vindo de Los Angeles no seu avião particular, vinha munido de um memorando em que se podia ler *Portuguese Project/Strictly Confidential*. A sua leitura, para além dos vários cenários de investimento, não oferecia qualquer dúvida quanto à paternidade da Emaudio. «A News Corporation tem a oportunidade de investir num número de empresas de comunicação social em Portugal, nas ex-colónias portuguesas de Macau, Angola e

Moçambique e no Brasil» estando «um grupo de amigos íntimos e apoiantes do presidente Soares» disposto a colaborar com Murdoch «através de uma nova companhia (a estabelecer em Portugal) — a "Atlantic Media Investments". Esta seria um "joint venture" entre a "News Corporation" (ou uma das suas subsidiárias) e o grupo dos apoiantes de Soares sob os auspícios da Fundação de Relações Internacionais (FRI), uma organização sem fins lucrativos próxima do presidente Mário Soares. Uma nova empresa, chamada Emaudio, está em vias de constituição pelos apoiantes de Soares para através dela fazerem os seus investimentos», sendo o principal objectivo «maximalizar o lucro de cada um dos seus investimentos» e «garantir o controlo de interesses na comunicação social favoráveis ao presidente Soares e, assumimos, apoiar a sua reeleição em 1991»[1]. Quando chegou ao Palácio de Belém teria um encontro a sós com Mário Soares e comigo e, antes do jantar, para o qual o presidente convidara outras pessoas da área da comunicação social, como Francisco Pinto Balsemão, Daniel Proença de Carvalho e Magalhães Crespo, Murdoch produziria um projecto de comunicado final. Soares estaria de acordo com um comunicado, mas efectuaria ali mesmo algumas alterações. Murdoch propunha-se dizer que «O Presidente de Portugal, Sr. Mário Soares encontrou-se [recebeu][2] hoje uma delegação da News International dirigida pelo seu presidente Sr. Rupert Murdoch. O encontro teve lugar a convite do presidente para rever o potencial desenvolvimento dos *media* em Portugal e, através de Portugal, na Europa e noutros territórios de língua portuguesa». Mas completamente riscado pelo Presidente da República seria a parte final do comunicado em que Murdoch propunha divulgar que «no final do encontro com o presidente, o Sr. Murdoch assinou um Acordo com o Dr. Rui Mateus visando o estabelecimento de uma nova companhia — "Atlantic Media Participações". Esta companhia será um "joint-venture" com interesses portugueses para estudar e investir em oportunidades nos media em Portugal e nos territórios de língua portuguesa» (*Anexo 27*). A caminho do hotel Ritz, onde passaria a noite, perguntou-me qual era o *background* do presidente. Respondi-lhe que era licenciado em Direito, ao que então comentaria lacónica e misteriosamente *It showed!*. Apesar disso, poucos dias depois solicitaria aos seus advogados em Portugal para procederem à constituição de «uma companhia de estudos conjunta com a vossa Fundação» (*Anexo 28*). Durante as poucas horas que esteve em Lisboa e em que acompanharia Rupert Murdoch, este manifestara dois desejos: comer lagosta ao almoço num restaurante em Paço de Arcos e encomendar um serviço de jantar da Vista Alegre para sua mulher, o que acabaria por não fazer, dado que a funcionária daquela loja do Chiado lhe dissera que teria que esperar um ano.

[1] Memória descritiva do projecto portugês: estritamente confidencial. Março de 1987. (*Anexo 26.*)
[2] As palavras sublinhadas correspondem à proposta inicial que Mário Soares vetaria.

Entretanto, não seria Murdoch o preferido para associação com o grupo «soarista» mas sim o «incrível senhor Maxwell»[1] que Mário Soares me apresentaria às 16 horas do dia 20 de Abril no Palácio de Belém. O presidente português tinha em comum com Maxwell a amizade de François Mitterrand! Quando entrei no gabinete do Presidente da República dei com ambos em amena cavaqueira em francês, a fumar «puros» cubanos. Não pude deixar de notar a enorme diferença entre o evidente bom relacionamento que então encontraria, com a relativa frieza do encontro com Murdoch um mês antes. Maxwell e Soares falavam a mesma língua e tinham estilos muito parecidos. O encontro vinha na sequência de uma carta que Maxwell escrevera ao presidente português, no dia 11 de Março, a propósito de TV de Macau em que o malogrado magnata britânico considerava a liderança de Soares «um exemplo de força e de iluminação». Mas o que mais tocaria o ego presidencial seria a parte em que Maxwell declarava que «os nossos muitos milhões de leitores, dos nossos seis jornais de grande circulação na Grã-Bretanha, necessitam e desejam conhecer mais, da mais alta autoridade, o pensamento e planos do Primeiro Socialista da Europa»[2]. Soares acreditaria logo em Maxwell e sem perder tempo sugeriu-lhe que encarregasse a jornalista Marvin Howe de escrever uma biografia sua. Maxwell concordaria imediatamente com a pobreza do trabalho eleitoral do seu concorrente George Widenfeld, mas o tempo demonstraria que o Presidente da República iria ter que se contentar com o *Portrait of a Hero*, de Hans Janitschek. Depois disso convidar-me-ia para um encontro no seu espantoso iate *Lady Ghislaine*[3] que se encontrava no Cais de Alcântara. Explicar-lhe-ia que o nosso grupo estava prestes a constituir uma empresa com Rupert Murdoch, seu arquiadversário, única razão aliás pela qual Maxwell tinha vindo a Portugal.

No dia 13 de Maio iniciaria uma longa visita aos Estados Unidos, enquanto presidente da Fundação Luso-Americana e, naquele país, realizaria em parceria com o Wilson Center, uma importante conferência para promover o nosso país nos EUA. Estariam presentes várias dezenas de personalidades da vida política em Portugal e dos EUA e visava, no âmbito das actividades da Fundação Luso-Americana, aumentar a visibilidade de Portugal naquele país. Entre os convidados portugueses estariam o ex-presidente Ramalho Eanes, o ministro dos Negócios Estrangeiros Pires Miranda e o Presidente da República que, simultaneamente, tinha agendado um encontro com o presidente Ronald Reagan. Dada a complexidade logística da combinação da visita do Presidente da República com o aproveitamento dessa visita para promover a «visibilidade» que a FLAD pretendia dar ao País, eu sugeriria que tal trabalho fosse entregue a profissionais de relações públicas. Pensava nos velhos «técnicos altamente especializados» e propus que fosse contactada a Black, Manafort, Stone & Kelly que tinha fortíssimas ligações com a Casa Branca mas, também por razões de imparcialidade, que o trabalho a efectuar fosse dividido por gente próxima do Partido Democrático. Assim juntaria Paul Manafort a um consultor de relações públicas conhecido nos meios deste último partido, John Loiello. O trabalho efectuado foi extraordinário, tendo eles conseguido um programa de visitas e de contactos do mais alto nível, jamais igualado em qualquer visita de um político português àquele país. Mais importante ainda seria a inédita cobertura de imprensa nos principais órgão de comunicação social, em regra desinteressados das dezenas de visitas de rotina que políticos de todo o mundo fazem a Washinton e Nova Iorque diariamente. Bastaria salientar que o *Wall Street Journal* publicaria um artigo com grande destaque salientando a visita do Presidente da República e intitulado «A em tempos destruída economia de Portugal actualmente em grande desenvolvimento». Foram publicados artigos de invulgar destaque no *New York Times*, no *Christian Sciente Monitor* e no *Chicago Tribune*. A *Newsweek* publicaria a sua entrevista semanal de uma página com Mário Soares, sob o título «Boas Prespectivas» e o influente *Washington Post* dedicava a Mário Soares um editorial intitulado «Mário à Presidência» numa sugestiva metáfora de que era de um presidente assim que os americanos precisavam e aludindo ao enorme progresso económico do nosso País. O trabalho desta equipa seria por todos reconhecido como excepcional, embora o então embaixador de Portugal, Pereira Bastos, se viesse a queixar de «ingerências» da FLAD nas funções que ele considerava competirem à embaixada de Portugal. Opinião que não era compartilhada pelo seu colega junto da ONU, o competentíssimo embaixador João de Matos Proença. Ao que tudo leva a crer, as relações de Paul Manafort com Mário Soares voltariam então a ter o calor que tinham conhecido na Primavera de 1985, apesar do PS nunca, aparentemente, lhe ter pago pelos seus serviços. Não sei se o governo alguma vez o compensou pelo tempo que dispendera mas sei que, então, estava envolvido num subcontrato com uma empresa de uma ex-colaboradora de Frank Carlucci, a IPAC — International Planning and Analysis Center — que tentava promover a Metalgest nos EUA.

Foi então, já não sei bem como, que Mário Soares abordaria com os consultores americanos uma ideia que me tinha sugerido uns anos antes para lançamento de uma instituição tipo «Conferências de Bilderberg». Disse que gostaria de patrocinar, enquanto Presidente da República, uma ideia desse género em Portugal. Uma espécie de «Bilderberg» ou de «Trilateral» sob a sua égide, com membros permanentes de grande envergadura como um David Rockfeller e um Frank Carlucci, com políticos,

[1] *O Incrível Senhor Maxwell*, da autoria de Joe Haines, Publicações Europa-América, Lisboa, 1989.

[2] Carta de Robert Maxwell ao presidente Mário Soares, de 11 de Março de 1987.

[3] Ghislaine é o nome da filha mais nova de Robert Maxwell. Em Novembro de 1991, Robert Maxwell seria encontrado morto a boiar junto deste seu iate, quando se encontrava perto das ilhas Canárias. Ainda hoje as razões da sua morte estão rodeadas de grande mistério.

empresários e homens de cultura. Paul Manafort, John Loiello e eu próprio ficaríamos então de pensar numa ideia, de fazer alguns contactos e reunir, depois, em Lisboa com Mário Soares para discutir o assunto. Entretanto, estava eu em Nova Iorque, já um pouco esquecido da conversa que tivera em Lisboa com Robert Maxwell, quando recebi cópia de um fax que ele me tinha enviado para Lisboa. «Caro Rui» — dizia Maxwell — «ficaria particularmente encantado se com tão pouco tempo de aviso tu e tua mulher aceitassem ser meus convidados no próximo dia 15 de Maio, para assistir à estreia do filme *The Whales of August* no festival de Cannes. Estarão presentes o Príncipe Carlos e a Princesa Diana, seguindo-se um jantar formal a bordo do nosso iate *Lady Ghislaine*. Gostaria igualmente de enviar o meu avião a Lisboa para vos transportar a Cannes. Calorosamente, Bob» (*Anexo 29*). Era o *charme* pouco discreto de Robert Maxwell. Eu agradeceria mas mandaria informar que me seria de todo impossível aceitar o amável convite.

Entretanto em Lisboa, no dia 18 de Março de 1987, tinha sido constituída na Avenida António Augusto de Aguiar, na sede da Fundação de Relações Internacionais, a Emaudio SA, Sociedade de Empreendimentos Audio Visuais para ir ao encontro dos acordos que estávamos em vias de concretizar com a News International de Rupert Murdoch. O capital inicial seria de cinco mil contos, trinta por cento dos quais seriam desde logo depositados por Menano do Amaral na Caixa Geral de Depósitos, de uma conta do MASP que ele movimentava. Para além dos estatutos, que são do conhecimento público, ficara estabelecido que eu, enquanto presidente da Fundação de Relações Internacionais, seria presidente do Conselho de Administração, com funções na área dos contactos internacionais. Dos outros dois administradores então disponíveis, Menano do Amaral era o homem de confiança de Mário Soares para os dinheiros e, como tal, seria o responsável pelo sector financeiro e João Tito de Morais encarregado das questões ligadas ao lançamento de jornais e projectos na área da comunicação social. Almeida Santos seria o presidente da Assembleia Geral e João Soares o seu vogal. Bernardino Gomes seria o presidente do Conselho Fiscal. Cada um de nós teria direito a receber graciosamente cinco por cento do capital do que a empresa viesse a ser, como remuneração pela nossa contribuição pessoal para o projecto. Cinco por cento do que viesse a ser o valor da empresa e não 5 % de cinco mil contos. Os restantes 60 % ficariam em meu nome, enquanto presidente da FRI e na qualidade de fiel depositário dos interesses do projecto político de Mário Soares, a ser desenvolvido por intermédio daquela fundação e que tinha dois grandes vectores: reconquistar o PS para a área «soarista» e ser reeleito Presidente da República em 1991. Ou vice-versa. Não sei bem!

Se o que mais incitara Maxwell a vir a Lisboa, em Abril de 1987, fora o facto de a imprensa internacional anunciar para breve um acordo em Portugal com o líder mundial da área da comunicação social, Rupert Murdoch, o que mais entusiasmara Mário Soares em Robert Maxwell seria ele ter afirmado ser «uma honra ser camarada de luta»[1] do Presidente da República. Além de falarem na mesma língua, eram ambos extraordinariamente parecidos na sua exuberância. Assim, não seria difícil resistir ao seu *charme* como não foi possível rejeitar a recomendação para encetar uma negociação com ele em simultâneo com a que decorria com a do mais austero, mas mais rigoroso, Rupert Murdoch. Os três, então já administradores da Emaudio, Menano do Amaral, João Tito de Morais e eu próprio, aceitaríamos o convite de Maxwell para um encontro em Londres a fim de conhecer a sua fabulosa gráfica, o *Daily Mirror* e a sede da BPCC[2] que, pouco tempo depois, passaria a ser denominada Maxwell Communications Corporation. No final da visita enviar-nos-ia um motorista e um «Rolls» vermelho para nos transportar ao seu palácio em Oxford, Headington Hill Hall, onde almoçaríamos com a sua família. Era o velho sonho socialista para a comunicação social que estava em marcha e seria irresistível. Maxwell responderia, quando lhe falei do acordo com Murdoch, que «o último acordo era sempre o melhor», acrescentando que, «como o vosso presidente sabe muito bem, Murdoch não é da nossa área», o que inviabilizaria, a seus olhos, o sonho de Mário Soares. Depois, como ele diria, tinha disponibilidades de mil milhões de dólares que pretendia em grande parte investir em Portugal, onde, segundo nos disse, o Presidente da República lhe tinha garantido ir organizar um encontro com o primeiro-ministro Cavaco Silva.

Quando regressámos a Portugal, a opção dos accionistas da Emaudio e do seu patrocinador, a quem relataríamos o que tinha sido discutido, não deixaria lugar para quaisquer dúvidas. Assim enviaríamos um «memorando» com as nossas condições, um pouco inflacionadas em relação às que tínhamos obtido na negociação com a News International e, a 21 de Julho, Maxwell confirmava o seu «acordo de princípio com o conteúdo dos dois documentos»[3]. No dia 17 de Setembro Robert Maxwell estaria em Portugal para assinatura do acordo com a Emaudio e para um importante encontro com o Presidente da República, que ofereceria um almoço no Palácio de Belém. No dia 14 de Agosto iria a Londres informar a News International da nossa decisão. Estive com Lynn Holloway de quem ficaria amigo pessoal desde então e com o director do *The Times*, John Wilson, que me comentou simplesmente que «o capitão Bob não tem o sentido das responsabilidades e não se sente obrigado a respeitar o que assina»[4]. No dia seguinte, o

[1] Carta de Robert Maxwell ao Presidente da República Mário Soares, de 11.03.1987.
[2] British Printing Communications Corporation.
[3] Os dois documentos eram um memorando com as condições financeiras propostas pela Emaudio e a proposta de pacto social.
[4] Robert Maxwell era apelidado, com jocosidade, de «capitão Bob».

Daily Mirror divulgava em Londres que «Portugal escolheu o império editorial do sr. Robert Maxwell para sócio de um acordo global de comunicação. Os Portugueses rejeitaram as propostas do sr. Rupert Murdoch em benefício de uma associação com a BPCC. O Presidente de Portugal ofereceu um almoço em honra do sr. Maxwell, editor do *Mirror Group Newspapers*, para celebrar o acontecimento»[1]. O outro convidado de honra deste almoço seria o empresário Ilídio Pinho, que o Presidente da República fizera questão de apresentar a Maxwell como sendo um dos maiores e mais importantes empresários portugueses. Raquel Ferreira, então presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro, estaria igualmente presente ao almoço onde o Presidente da República faria questão de apresentar Maxwell à sociedade. No final, eu acompanharia Robert Maxwell ao aeroporto, no clássico Rolls Royce da presidência. Disse-me então que o Mário Soares lhe recomendara uma associação a Ilídio Pinho, que por sua vez lhe teria dito estar disponível para investir dinheiro do empresário britânico na Bolsa de Valores. No dia 27 de Outubro, Maxwell enviaria o seu avião a Lisboa para transportar Ilídio Pinho a Londres, onde se faria acompanhar do deputado do PSD, Ângelo Correia. Para meu espanto viria a ter conhecimento de que neste encontro fora assinado um acordo secreto que abrangia a comunicação social, sem que a Emaudio tivesse sido consultada, o que representava uma clara transgressão do acordo assinado antes com a Emaudio o qual, tinha sido elaborado pelo então advogado de Maxwell, Vasco Vieira de Almeida[2].

Quando tentei insurgir-me contra aquele «acto», Maxwell, que sabia perfeitamente quem mandava na Emaudio, dir-me-ia para tratar esse assunto com o «teu presidente». O que faria, sendo informado de que o segundo passo desta estratégia seria a assinatura de um novo acordo entre o empresário Ilídio Pinho e a própria Emaudio (*Anexo 30*). Eu quis contudo conhecer o conteúdo do acordo entre Maxwell e Ilídio Pinho antes de assinar um acordo em nome da Emaudio com o empresário português, Ilídio Pinho, a quem então o solicitei, enviar-me-ia o mesmo via telefax, mas cortaria uma parte do mesmo, com a alegação de não ter nada que ver com a Emaudio. Contudo, na parte que tinha que ver com a Emaudio, Ilídio Pinho e Robert Maxwell desejavam «em todas as circunstâncias ir ao encontro dos desejos do primeiro-ministro e do presidente em assuntos relacionados com o seu investimento e participação em televisão»[3]. A referência ao primeiro-ministro poderá parecer estranha, mas o dirigente do PSD Ângelo Correia, pre-

[1] *Daily Mirror*, Londres, 18 de Setembro de 1987.

[2] Vasco Vieira de Almeida rapidamente perderia a paciência com Robert Maxwell, que passaria a ser representado pelo advogado Paulo Marques, que eu lhe apresentara em 1988.

[3] Protocolo entre Ilídio Pinho e Robert Maxwell, assinado em Londres a 27 de Outubro de 1987. Ver projecto de carta enviada ao empresário português com data de 21 de Setembro de 1987 por Maxwell sobre os dez milhões de Libras. (*Anexo 31*).

sente na reunião de Londres em que o acordo foi firmado, deverá ter dado o seu acordo. Por outro lado, tendo o já mencionado almoço entre o primeiro-ministro Cavaco Silva e Robert Maxwell tido lugar no Palácio de S. Bento, não admira que o empresário Ilídio Pinho incluísse nos termos do acordo a sua vontade de associar Robert Maxwell à sua empresa — Colep Financeira — para actuar «no reequipamento e modernização de pequenas e médias empresas em Portugal e outros países de língua portuguesa, de acordo com as discussões entre o primeiro-ministro de Portugal e o sr. Maxwell e em obediência às políticas adoptadas pelo actual Governo de Portugal (conforme discutidas com o sr. Pinho) e com a particiação do fundo da CEE (PEDIP)» (*Anexo 32*). Tanto quanto eu sei, o empresário Ilídio Pinho nunca chegaria a investir na Emaudio mas, no âmbito do seu acordo com Maxwell, este, seguindo a sugestão do Presidente da República, enviaria ao empresário português dez milhões de libras do Fundo de Pensões da MCC para investimentos na bolsa de valores em Portugal. Quando Robert Maxwell regressou a Portugal, em Fevereiro de 1988, comentar-me-ia que Ilídio Pinho tinha investido esse dinheiro na sua empresa Cabelte com perdas consideráveis para o seu investimento. Estava então tão furioso com o empresário português, que me proibiria de o convidar para o jantar que oferecia a empresários portugueses e em que estariam presentes Pinto Balsemão, Nobre da Costa, Jardim Gonçalves, Nelson Quintas, Rui Machete, Américo Amorin, Rocha de Matos, Artur Santos Silva, Ludgero Marques, Henrique Constantino, João Salgueiro, Abel Pinheiro e Eduardo Moniz.

No dia 8 de Fevereiro passaria toda a manhã em Nafarros, na casa de campo de Mário Soares. No dia seguinte partia com Bernardino Gomes para os EUA a fim de preparar aspectos da sua viagem que teria lugar no mês de Maio. Entre outros aspectos e contactos com a Casa Branca, através de Frank Carlucci, a FLAD realizaria uma conferência preparatória em Nova Iorque, a 12 de Fevereiro, com os embaixadores de Portugal em Washington e junto das Nações Unidas, além do director do ICEP, do presidente da Câmara de Comércio Luso-Americana, directores dos bancos portugueses nos EUA e o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Azevedo Soares. Com o mesmo objectivo, regressaria àquele país no mês de Março. Em Nafarros, em várias reuniões na Fundação de Relações Internacionais, seria discutida a situação partidária resultante da dissolução da Assembleia da República e da política de vingança que Constâncio vinha adoptando contra os chamados «soaristas» em geral e, em especial, contra os deputados que ele não queria incluir nas listas de candidatos do PS ou que ele queria atirar para lugares perfeitamente inelegíveis. Todos estariam em causa, mas recordo-me de sermos eu e Raul Rego os principais elementos a abater. Nestas reuniões da FRI participariam dezenas de dirigentes e fundadores do Partido e Maldonado Gonelha e Jorge Campinos chegariam mesmo a propor que a uma vingança contra um de nós se deveria responder com um não em bloco, como acontecera quando o «ex-

-secretariado» se recusara a não entrar nas listas em 1983. Mário Soares e Almeida Santos diriam então achar não ser necessário utilizar medidas tão drásticas, uma vez que confiavam no bom senso de Vítor Constâncio. Mário Soares diria mesmo que iria ter uma conversa com Constâncio e que «só por cima do seu cadáver» é que o novo secretário-geral levaria a sua avante. A reunião da Comissão Nacional para decidir sobre a «lista» de deputados teria lugar em Maio, quando eu e Soares nos encontrávamos nos EUA. Durante a reunião que tivera lugar no Largo do Rato, só Torres Couto criticaria a decisão de Constâncio. Mário Soares informara-me ter tido uma conversa no restaurante Tágide com o seu sucessor, tendo então ficado convencido de que [ele] não faria «uma coisa dessas». Nessas eleições de 19 de Julho, eu deixaria de ser deputado mas, por outro lado, a minha saída seria compensada pela entrada de João Soares que se iria estrear na Assembleia da República e na política. Houve quem comentasse que a «vingança» de Constâncio fora propositada, uma vez que me faltavam três meses para ter direito à chamada «pensão» vitalícia dos detentores de cargos políticos. A verdade é que eu, ao contrário do próprio Constâncio, como nunca aceitara lugares em empresas públicas ou no aparelho de Estado tinha agora que me dedicar a fundo ao projecto de comunicação social lançado por Mário Soares. Mas também tenho que confessar que, para além do tempo em que fora presidente da Comissão de Integração Europeia, na fase final até à entrada do nosso país na CEE, onde o meu trabalho fora reconhecido em Portugal e no Parlamento Europeu, nunca tivera grande prazer em estar na Assembleia da República. Enquanto presidente daquela comissão e responsável pelas relações internacionais do PS poderia, se quisesse, ter sido um dos deputados designados em 1985 pelo Grupo Parlamentar do PS para o Parlamento Europeu. Na altura possuía seguramente um bom conhecimento do funcionamento daquele parlamento, das instituições europeias e das benesses do lugar. Mas não aceitara sair de Portugal. O que me doera — isso sim — fora a falta de solidariedade dos meus camaradas de luta, perante a prepotência provinciana da nova direcção do partido.

Não se pense que a falta de elevação da direcção do PS se ficaria por aqui. Em 1983 fora eleito por unanimidade pelos partidos europeus da Internacional Socialista, na então União dos PS da CEE, para um dos seus quatro vice-presidentes. Em 1987 receberia uma carta do presidente daquela organização, o ex-primeiro-ministro da holanda, Joop Den Uyl, informando-me agastado que Constâncio lhe mandara dizer por Luís Filipe Madeira não querer que eu continuasse naquele lugar. Era um lugar de eleição europeia e não de eleição do PS e a única condição legítima para deixar de continuar a deter aquela vice-presidência seria não ser reeleito ou deixar de ser do PS. Eu não estava ali graças a Constâncio, mas sim porque outros partidos assim o tinham decidido quatro anos antes. Não tinha remuneração, nem senhas de presença, nem viagens pagas. Mesmo assim, num acto só comparável às emoções primárias de dirigentes de países subdesenvolvidos, Constâncio não hesitaria em fazer-me o que, sem nunca ter tido coragem, gostaria de ter feito a Mário Soares.

No momento em que a Emaudio estava prestes a ser lançada, Menano do Amaral apresentar-me-ia a um administrador de uma conhecida empresa que estava, aparentemente, a atravessar grandes dificuldades. Tivera conhecimento de que a Fundação Luso-Americana apoiava projectos do sector privado e pretendia saber se esta Fundação estaria disposta a participar no capital da sua empresa, com a finalidade de recuperação da mesma. Eu dir-lhe-ia que esse era um assunto que era tratado pelo Conselho Executivo daquela instituição mas, disse-lhe logo que a Fundação só aceitava projectos devidamente elaborados em termos de viabilidade. A FLAD viria a rejeitar o pedido da empresa mas, graças aos esforços de Melancia, que encontraria uma grande empresa internacional disposta a associar-se-lhe e ao meu, que, em virtude daquela promessa de aliança, conseguiria do presidente do conselho de administração do seu principal banco credor a garantia de não levar a empresa à falência, ela acabaria por ser vendida em termos aparentemente muito favoráveis. Pelo trabalho de «consultoria» e uso de contactos, viríamos a receber, em 1987, quarenta mil contos que, inicialmente, seriam investidos nos projectos da Emaudio. Contudo, Carlos Melancia, após ser designado governador de Macau, acabaria por utilizar esse argumento para exigir um quarto daquela quantia. Se ele continuasse no projecto Emaudio seria uma coisa, mas como se vira inesperadamente afastado, então pretendia receber o dinheiro que ele ajudara a angariar. Em virtude disso decidimos dividi-los em partes iguais entre os quatro. O que viria a acontecer.

Aliás, o projecto Emaudio nunca teria dificuldades durante 1987 e 1988. Muito pelo contrário, o mais difícil, então, seria escolher entre os que se queriam associar ao projecto lançado e apadrinhado por Mário Soares. Sobretudo quando era do conhecimento público que homens como Rupert Murdoch e Silvio Berlusconi se pretendiam associar à Emaudio e quando, finalmente, Robert Maxwell, com pompa e circunstância, assinaria frente às câmaras da RTP um acordo connosco. O empresário Américo Amorim seria um dos muitos que se disponibilizaria a cooperar com este projecto «soarista», chegando a reunir com Robert Maxwell na sede da Emaudio com vista a projectos conjuntos. Acabaria, contudo, por só concretizar empreendimentos com o magnata inglês. A União Geral de Trabalhadores e uma das suas empresas também assinariam com a Emaudio um protocolo que visava entre outras coisas reviver o velho projecto do «banco dos trabalhadores» (*Anexo 47*). Também não exitiriam problemas de tesouraria no início. Com muitas dezenas de milhar de contos «oferecidos» por Maxwell em 1987 e 1988, com consideráveis verbas oriundas do «ex-MASP» e uma importante contribuição de uma empresa próxima de Almeida Santos, houve o suficiente para aumentar o capital da empresa de cinco para cem mil contos, para com-

prar um prédio no Príncipe Real e equipá-lo com algum luxo. Este prédio tinha sido comprado por um construtor em hasta pública e estava embargado em tribunal pelos antigos proprietários, uma associação religiosa de Lisboa, cujo líder era um conhecido socialista. Assim, seria fácil encontrar um situação e realizar para a Emaudio um excelente negócio. Iniciar-se-ia também a estruturação da Emaudio segundo um modelo de empresa *holding* ou empresa de participações constituído por empresas que fomos formando para lançar e executar os projectos.

Com Robert Maxwell foi constituída em partes iguais a Emaudio Internacional a qual, com a entrada das verbas acordadas em Oxford em Julho de 1987, deveria controlar todos os projectos de comunicação social incluindo uma empresa de impressão e artes gráficas. Entretanto, com conhecimento e luz verde de Maxwell, foi-se avançando com a estratégia definida, convencidos de que aquele magnata não iria «roer a corda». Afinal fora ele que procurara Mário Soares e as verbas destinadas ao projecto português eram relativamente pequenas para a sua dimensão. A velha cooperativa do PS, a CEIG seria esvaziada e a partir dela constituídas duas empresas: A Imprinter e a Portopress. A primeira, destinada a imprimir jornais e revistas, seria dividida entre a CEIG e a Emaudio, graças à mudança de estatutos da cooperatica que Almeida Santos elaborara. Estava acordado, até por escrito, que em 1988 a MCC de Maxwell, injectaria na Imprinter equipamento já seleccionado e mais de um milhão de contos, passando então o controlo da empresa para a Emaudio Internacional. O presidente do Conselho de Administração da Imprinter seria o ex-presidente da CIP, António Vasco de Mello. A Portopress, presidida pelo homem do Banco Bilbao Vizcaya em Portugal, Cardoso da Silva, nasceria também da CEIG e além das publicações *Autosport* e *Blitz*, iniciaria uma publicação semanal, o *Notícias de Primeira Página*, que viria a ser dirigida por Ribeiro Ferreira do semanário *Tempo* e, actualmente, no *O Independente*. A Portopress investiria igualmente dezenas de milhar de contos em modernização e equipamento das suas instalações e na preparação de um jornal diário a dirigir pelo jornalista João Mendes, vindo do *Semanário*. Este jornal, que deveria ter o nome de *24 Horas*, teria luz verde de Maxwell e seria contratado um considerável número de jornalistas. Só que Maxwell iria adiando «por falta de tempo» a sua decisão de aquisição da maioria do capital da Portopress e o diário nunca seria lançado. Para aproveitar o equipamento comprado e os jornalistas entretanto contratados, decidiríamos, na Emaudio, sem acordo de Maxwell, lançar a revista *Face*. Maxwell, entretanto, foi mantendo o seu compromisso de pagamento dos salários desses jornalistas, o que representava alguns milhares de contos mensais. Seria constituída entre a Emaudio, Carlos Cruz e Fialho Gouveia uma empresa de nome Terceiro Canal, completamente financiada pela Emaudio, para concorrer à abertura da rádio, tendo o nosso grupo ganho uma das licenças. Com uma enorme sede no Campo dos Mártires da Pátria e dezenas

de milhar de contos de investimentos em equipamentos, tudo estava a postos para começar a emitir sob o nome Antena de Lisboa. Eu, curiosamente, nunca chegaria sequer a visitar aquela estação de rádio. Tal era a rapidez com que tudo se passava no âmbito do nosso projecto. Entretanto foi também constituída uma outra empresa fora do quadro do que estava previsto com Maxwell, para participar em áreas das novas tecnologias e nas comunicações, de nome Neotec. Era dirigida por Raul Junqueiro e Júlio Rendeiro, o antigo campeão nacional de hóquei em patins, e tinha acordos com uma empresa pública italiana, Italgenco e uma grande empresa de Hong-Kong apresentada por Almeida Santos, a Hutchinsom Telecom. Além de uma participação na empresa Registrade, hoje na área da Marconi foi criada uma agência de viagens de nome Top Service e a empresa Canal 3, onde João Tito de Morais e Raul Junqueiro desenvolviam os seus estudos para o lançamento de um canal de TV via satélite, teria como principais figuras de proa o ex-ministro de Marcello Caetano, Rogério Martins, o ex-deputado à ANP, Manuel José Homem de Mello e José Nuno Martins. Todos próximos da campanha presidencial de Mário Soares, tendo Homem de Mello dirigido o jornal de campanha do MASP, *Belém*. Três acontecimentos marcariam, contudo, o destino da Emaudio e afectariam profundamente a minha vida a partir daí: Carlos Melancia seria designado governador de Macau em 1987, o semanário *Expresso* iniciaria em 1988 uma violenta campanha contra a Emaudio alegando «tráfico de influências» na privatização da Teledifusão de Macau, TdM e, em 1989, o grupo Interfina pretenderia associar-se à Emaudio, creio que mais para consquistar posições em Macau do que na comunicação social.

Após a demissão do governador Pinto Machado iniciar-se-ia, em Portugal e, sobretudo, na área do PS, uma corrida desenfreada para colocar naquele lugar «o homem certo». Macau readquirira após o 25 de Abril, graças ao rapidíssimo desenvolvimento de toda aquela zona da Ásia, a fama de árvore das patacas. Já durante os mandatos de Eanes se falava em negócios fabulosos que ocorriam por aquelas paragens e logo após a chegada de Mário Soares à presidência, em 1986, se falaria muito sobre uma alegada viagem de um ex-ministro socialista das Obras Públicas, Rosado Correia, que teria sido detido por um dos seus correligionários com uma mala de dinheiro que se destinaria ao Partido Socialista. Os pormenores deste alegado incidente nunca seriam contudo divulgados pelo Ministério Público a quem, aparentemente, caberia a sua investigação[1]. Era um lugar particularmente cobiçado pelos novos dirigentes do PS que, apesar de então se queixarem de terem sido deixados na penúria por Mário Soares, ali

[1] Segundo o *Expresso* de 21.10.95, esta história ainda hoje permanece rodeada de mistério, tendo-se aquele ex-ministro visto «envolvido num polémico caso de transferência de dinheiros de Macau para os cofres depauperados do PS».

conseguiriam colocar vários homens do seu aparelho após 1986. Logo após a nomeação de Pinto Machado, o Presidente da República enviaria Menano do Amaral em sua representação àquele território para contactos e com a finalidade de o habilitar a melhor compreender as realidades da zona. Aparentemente, aquele governador não vira então essa visita com bons olhos e os conflitos que levariam à sua demissão iniciar-se-iam a partir daí. O principal candidato ao lugar de Pinto Machado seria Carlos Monjardino que, embora não sendo do PS, fora promovido logo após a eleição presidencial para número dois do Governo de Macau. Tinha-se destacado enquanto secretário das Finanças daquele Governo, conseguindo mesmo a proeza de «arrancar» a Stanley Ho, principal empresário e «dono» dos jogos de azar em Macau, importantes contrapartidas pela concessão do jogo nos casinos locais que incluiriam a criação de uma afluente «Fundação», que ele aliás viria a presidir em 1988 [1]. Almeida Santos iniciaria uma campanha a favor do seu amigo de longa data, Veiga Simão, que considerava ser o melhor candidato para o lugar. Falava-se muito de outros candidatos entre os quais Eduardo Pereira, Fraústo da Silva, Gomes Mota e até o bastonário da Ordem dos Médicos, Santana Maia, chegaria a ser lançado pelo grupo de Coimbra.

Mário Soares tinha, porém, outras ideias e supreenderia muita gente com a designação de Carlos Melancia. Só alguns de nós sabíamos de antemão que o presidente se inclinava para o seu ex-ministro do Equipamento Social. A escolha tinha toda a lógica, mas enganam-se aqueles que pensaram que Melancia fora designado pelo facto de fazer parte da Emaudio ou porque, ao enviá-lo para Macau, estaria a pensar na privatização da TdM, a minúscula e altamente deficitária televisão do território de Macau. A escolha era política, tinha que ver com a mesma estratégia que estivera na base do lançamento da Emaudio e, naquele momento, tinha toda a lógica. No Partido Socialista, Constâncio saíra derrotado das eleições e atravessava um período de particular animosidade com o seu antecessor, que não considerava como o «verdadeiro» chefe do movimento socialista. Previa-se mesmo que o ajuste de contas que Constâncio ensaiara com alguns dos «soaristas» iria agora conduzir a uma verdadeira «depuração». Mário Soares ficaria particularmente irritado quando o seu sucessor o passou a acusar publicamente de estar a «alimentar contra si uma campanha de descrédito pessoal e polí-

[1] Tanto quanto eu sei o relacionamento de Carlos Monjardino com o PS data de 1983. Embora não sendo filiado no PS, Mário Soares convidá-lo-ia, após constituição do VIII Governo Constitucional, para coordenar com o gestor do PS, Menano do Amaral, a criação de um banco na área do PS. Este projecto começaria a ser ensaiado, na perspectiva da então planeada abertura da banca ao sector privado, em coordenação com a Fundação Friedrich Ebert, o banco «operário» alemão, ligado ao SPD, «Bank fur Gemeinwirkshaft» e um grande banco francês. A Fundação Friedrich Ebert acabaria por se desentender, em virtude da posição que se pretenderia atribuir aos franceses e, como tal, desinteressar do projecto.

tico» com a finalidade de o submeter à condição de «uma espécie de acessor de Belém». Que era o que o Presidente da República de facto pretendia, à semelhança do estilo que François Mitterrand então infligia ao Partido Socialista Francês. A Emaudio fazia parte da sua estratégia para 1990, que passava pela conquista a prazo do PS. Faltava preparar um candidato a secretário-geral do PS para ser lançado no momento certo. Era preciso um homem com prestígio, de reconhecida competência, bem aceite por todas as facções do partido e que lhe fosse cem por cento fiel. Nenhum dos outros candidatos da área «soarista» preenchia então todas essas condições. Jaime Gama nunca fora exactamente um «soarista» a cem por cento e Soares olhava-o com grande desconfiança. Soares não gostava muito de ser visto com o seu ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, daí que raramente viajasse com ele, nunca o querendo mesmo introduzir no seio da Internacional Socialista. Almeida Santos era um homem desprestigiado em vários sectores da sociedade portuguesa e a sua derrota eleitoral em 1985 desqualificava-o automaticamente. O próprio Mário Soares me dissera várias vezes que sendo Almeida Santos um homem com uma capacidade de trabalho extraordinária e de inegável talento, tinha o defeito de preferir os negócios em detrimento da política. Soares gostava de Gonelha mas achava que este não tinha «garra» para o partido. Campinos, por outro lado, afastara-se voluntariamente para Bruxelas, para fugir ao ninho de intrigas em que o PS se tinha transformado.

Carlos Melancia, por outro lado, tinha estado nos seus governos desde o início e tinha grande prestígio como tecnocrata. Eram bem visto por todas as facções do partido, nunca tendo entrado nas lutas internas do passado. Tinha boas relações com a Igreja, era bem visto pela direita, era um «soarista» incondicional e Soares tinha excelentes razões para lhe estar agradecido. Só lhe faltaria a dimensão de Estado que iria certamente adquirir enquanto governador de Macau. Por outro lado, com Constâncio à frente do PS, previa-se o declínio da sua popularidade em simultâneo com o aumento das dificuldades financeiras de que o episódio Rosado Correia já dera alguma indicação. No momento oportuno, que Soares previa acontecesse em 1989, o PS encontrar-se-ia «órfão» e Melancia seria a solução, tendo mesmo condições para se bater com Cavaco Silva no mesmo terreno, em 1991. Tudo estava «clinicamente» estudado. A Emaudio seria em todo este processo um aliado indispensável não só na comunicação social mas, também, lado a lado com o governador de Macau, na criação de oportunidades de trabalho e lançamento de «benesses» a dirigentes socialistas. O governador de Macau, aliás, não perderia tempo e convidaria para Macau inúmeros socialistas de áreas próximas do «ex-secretariado», que interessava «conquistar». Não sei com quantas pessoas Mário Soares eleboraria esta «estratégia» mas sei, pelo menos, que sem que para isso eu tivesse metido «prego ou estopa» me falaria sobre a mesma, numa das frequentes reuniões comigo e com Menano do Amaral que, esse sim, terá para ela

contribuído com algum «prego» e bastante «estopa». Não seria, aliás, por casualidade que o jantar íntimo de despedida de Lisboa do novo governador, na residência particular de Mário Soares, tivesse contado unicamente com a presença do casal Melancia e do casal Menano do Amaral. No seguimento deste jantar, eu seria informado de que Carlos Melancia teria que ser devidamento compensado pela sua saída da Emaudio que ajudara a constituir.

No dia 4 de Outubro iria a Hong-Kong encontrar-me com Robert Maxwell que pretendia analisar a questão da TdM, razão que aliás motivara o seu primeiro encontro com o presidente Mário Soares. Maxwell insistira para que eu viajasse com ele no seu avião particular, que me viria buscar a Lisboa mas, uma vez mais, eu recusaria o amável convite. Após mais de uma década de viagens aéreas semanais por praticamente todo o mundo, eu adquirira um pavor temporário de andar de avião e a ideia de andar num avião particular aterrava-me. Assim viajaria normalmente via Frankfurt com a Lufthansa. Seria acompanhado de João Tito de Morais. Tinha sido decidido que Menano do Amaral, o outro administrador da Emaudio também deveria estar presente nesta missão. Com excepção de Mário Soares e Almeida Santos era ele o único de nós que conhecera Stanley Ho pessoalmente, um ano antes e fora através dele que tinham sido feitos os contactos para o encontro que Robert Maxwell iria ter com o empresário de Hong-Kong. Mas, curiosamente, o seu amigo de longa data, que ele fervorosamente tinha apoiado para o lugar de governador de Macau e de quem se tinha despedido na maior intimidade presidencial pouco tempo antes, telefonar-lhe-ia e pediria que não fosse. Daria como razão para aquele insólito pedido o facto de Menano do Amaral ter estado naquele território um ano antes em representação do Presidente da República o que, segundo o governador, motivara as maiores especulações naquele território e muitos o associavam ali à demissão de Pinto Machado. Menano do Amaral acharia que o seu velho amigo estava a exagerar, acabando por se sentir mesmo seriamente ofendido. Eu levantaria então o assunto com Mário Soares no seu gabinete, no dia 25 de Setembro. Mário Soares ao ter conhecimento daquela posição de Melancia ficaria furioso e telefonaria imediatamente ao governador, obrigando-o a retratar-se na minha presença. Menano do Amaral, contudo, recusar-se-ia ir a Macau depois disso. Dias antes, na ausência de qualquer sentido das responsabilidades por parte do governador, para com a empresa que ajudara a criar, tinha sido o próprio Menano do Amaral que, sabendo da visita de Maxwell a Macau a propósito da TdM, tinha feito uma carta de aceitação de compra da posição de Melancia na Emaudio, que mandara mesmo reconhecer notarialmente (*Anexo 33*). Nada tinha sido ainda decidido em definitivo sobre esta matéria, mas mandam as boas regras que deveria ter sido Melancia a escrever uma carta a alienar, ou demonstrar a vontade de alienar, a sua posição. Mas não, seria Menano do Amaral

quem se preocuparia em salvaguardar a posição daquele membro do Governo, decidindo aquela medida cautelar para o que desse e viesse. A alienação, de facto, das suas acções só teria lugar em 1988, quando assinou e endossou os títulos que seriam depois averbados notarialmente a 27 de Maio.

A viagem a Hong-Kong e a Macau decorreria com enorme publicidade dos meios de comunicação de todo o mundo. Afinal Robert Maxwell era na altura uma das pessoas com maior cobertura mediática, situação que ele visivelmente encorajava. Antes de chegar a Hong-Kong já tinha dado uma entrevista à revista francesa *Le Point*, dizendo que os seus planos de aquisição da TdM lhe permitiriam «contactar 160 milhões de telespectadores chineses e 8 milhões em Hong-Kong: um mercado publicitário e comercial fabuloso»[1]. A administração da TdM divulgara, durante o curto mandato do governador Pinto Machado, um estudo produzido por uma empresa internacional de consultoria, Peat & Marwick, que apresentava a privatização da TdM como um verdadeiro negócio da China. Dizia, em resumo, que com o aumento da potência dos emissores e com retransmissores noutras partes do território, os programas da televisão macaense poderiam ser vistos em Hong-Kong e no Sul da China. Em Hong-Kong é proibida a publicidade ao tabaco, programas de apostas e de jogos de azar e cenas de erotismo. Tudo aquilo que milhares de pessoas de Hong-Kong e daquela zona obtêm com facilidade em Macau, onde predominan o jogo e a prostituição. Mas conhecidas as características das populações destas zonas de rápido crescimento económico, será fácil imaginar o interesse que o estudo lançado pela TdM despertaria. No essencial a TdM, com a conivência das autoridades portuguesas, estava preparada para ser privatizada e lançar a partir de Macau emissões «clandestinas» que rapidamente, segundo alegava o estudo, se tornariam altamente lucrativas. Como seria fácil prever, de início houve grande interesse pelo anunciado projecto entre os principais empresários de televisão de todo o mundo. Maxwell não fora excepção. Uma vez associado à Emaudio, em Portugal, com a bênção do Presidente da República, deslocar-se-ia a Hong-Kong e a Macau para melhor conhecer a situação e para contactos políticos com os respectivos governadores, John Wilson e Carlos Melancia. Falaria com empresários e com os dirigentes das duas cadeias de televisão de Hong-Kong.

Mas Maxwell, apesar do seu estilo, não era parvo e durante a visita desconfiou da fartura, pressentindo que as autoridades portuguesas lhe estavam a vender gato por lebre. Durante a conversa que tivera com o governador de Hong-Kong também compreenderia que, mesmo que o projecto anunciado pela TdM tivesse viabilidade técnica, o caminho político, para que tal projecto fosse aceite pela China e pelo governo de

[1] *Le Point*, de 27 de Outubro de 1987.

Hong-Kong, seria extremamente complexo. Sugeriu então a Carlos Melancia a formação de uma comissão técnica mista entre o Governo de Macau e todos os potenciais interessados em se associar a Maxwell naquele empreendimento — Stanley Ho, a Hutchinson Telecom e as duas cadeias de televisão de Hong-Kong. A comissão que viria a ser constituída, tendo Maxwell enviado dois técnicos de Londres, Geoff Smith e Bryce McCrirrick, em breve descobriria que a privatização da TdM nos moldes anunciados pelo estudo da Peat & Marwick não passava de um ludíbrio. A 4 de Fevereiro de 1988 Robert Maxwell escrever-me-ia que, como gostava «de evitar surpresas», me enviava em anexo uma reacção bastante negativa de Patrick Cox[1] sobre o «projecto de Macau». No essencial concluía que «devido em grande parte à deficiente cobertura de Hong-Kong a partir de Coloane ou de qualquer outro ponto em Macau e ao elevado custo de produção de programas em concorrência com a TVB e a ATV[2], qualquer rendimento oriundo de Hong-Kong seria pequeno e não passaria de um bónus alheio à equação de viabilidade» e a própria previsão da TdM sobre «futuros rendimentos oriundos de Macau de 59 milhões de patacas revela um défice de 25 milhões de patacas nos custos de operação».

No dia 10 de Fevereiro, em Lisboa, Maxwell insistiria em que a decisão de não participação no projecto de privatização da TdM ficasse registada em acta da empresa conjunta, a Emaudio Internacional. Acontece que quando o governador de Macau teve conhecimento dos resultados do estudo e do desinteresse de Robert Maxwell entraria em pânico. Aquele estudo inviabilizaria o interesse do sector privado pelo projecto de privatização da TdM, interesse que tinha substancialmente aumentado com a visita de Robert Maxwell ao Oriente. Pedir-nos-ia assim que o não divulgássemos. O próprio Presidente da República que receberia Maxwell de novo durante a sua visita de Fevereiro, pediria isso mesmo ao empresário britânico. Mas Robert Maxwell, então de pé atrás em relação aos pedidos de Mário Soares, tendo em conta a sua insatisfação com o negócio «Ilídio Pinho», insistira connosco para que a sua posição ficasse registada no livro de actas da Emaudio. Cometi então um erro enorme. Cedi às pressões de Melancia e de accionistas da Emaudio para escrever uma carta da empresa conjunta Emaudio-Maxwell, a Emaudio Internacional, renovando o nosso interesse na TdM. Maxwell não fora consultado sobre esta carta, destinada a impedir o afastamento de outros potenciais «compradores» com os quais o Governo de Macau viesse a dividir os custos de manutenção daquela empresa.

[1] Patrick Cox era, em 1986, vice-presidente da Sky Channel de Rupert Murdoch e conduzira estudos e negociações com o grupo Emaudio. Robert Maxwell viria a contratá-lo para dirigir os seus projectos em Portugal.

[2] A TVB e a ATV são as duas cadeias de televisão de Hong-Kong.

Pouco tempo depois, em Junho, o semanário *Expresso* lançaria uma grande campanha contra a Emaudio, na sequência de uma acusação do Ministério Público contra administradores da TdM. Numa hábil mas inexistente associação da Emaudio com os gestores acusados da TdM, a nossa empresa era apontada como estando a ser favorecida, em prejuízo de terceiros, na privatização da televisão macaense. Eram evidenciados o patrocínio do Presidente da República, a condição de accionista da Emaudio por parte do governador de Macau e a carta que eu escrevera renovando o interesse pelo «negócio». E, embora não fosse difícil ver no relacionamento da Emaudio com o Presidente da República e com o governador de Macau uma óbvia dose de compadrio, também a campanha do *Expresso* parecia na altura eivada de concorrência desleal. A Emaudio nunca tivera qualquer ligação aos administradores da TdM, que eram então acusados de questões ligadas à sua administração da empresa. A previdência cautelar que Menano do Amaral mandara reconhecer notarialmente em Setembro de 1987, aceitando a compra das acções do governador, e a transferência das mesmas alguns meses depois, provavam que o governador se tinha afastado da sua qualidade de accionista. Por outro lado, o proprietário do *Expresso* e concorrente da Emaudio através da SIC, Francisco Pinto Balsemão, conhecia os nossos planos em relação à TdM através de inúmeras reuniões e almoços de trabalho em que procurámos definir estratégias comuns e até cruzamento de participações.

A Emaudio não tinha à partida o menor interesse na TV de Macau, estando exclusivamente interessada numa participação que lhe viesse a ser oferecida a título de «prémio» pelo consórcio «Maxwell-Stanley Ho-Hutchinson». A única prestação que a Emaudio poderia fazer neste contexto seria a abertura de portas ao «consórcio» o qual, duvido, necessitasse dos seus serviços. A Hutchinson é uma das maiores empresas multinacionais, Stanley Ho é praticamente dono do território e era mais importante ao governador de Macau ter, então, contactos com Robert Maxwell do que o contrário. Maxwell tinha-se entretanto declarado desinteressado mas existia, de facto, uma contradição que o *Expresso* se encarregaria de evidenciar: a carta da Emaudio Internacional que eu escrevera renovando o interesse pela privatização da TdM! É evidente que numa coisa o *Expresso* tinha razão. As autoridades portuguesas e o Governo de Macau anunciavam erradamente a TdM como o negócio do século na comunicação social e, a tê-lo sido, era evidente que o envio de Carlos Melancia, enquanto accionista da Emaudio, parecia demasiado conspícuo. Maxwell tinha chegado a Soares inicialmente devido ao seu então alegado interesse pela TV de Macau, conforme descrevera na sua carta de 11 de Março. Depois Maxwell seria recebido em Belém pelo Presidente da República com grande publicidade no momento em que este magnata se associava à Emaudio, empresa que todo o País sabia ter sido lançada pelo presidente. Depois seria nomeado um homem da Emaudio para governador de Macau e, algumas semanas

depois da sua tomada de posse, é anunciada a visita do empresário britânico àquele território para comprar a TV local!

Robert Maxwell morreria em circunstâncias misteriosas em 1992, ficando conhecido como um dos grandes vigaristas internacionais por, alegadamente, ter feito desaparecer centenas de milhões de libras do Fundo de Pensões dos seus empregados mas, honra lhe seja feita, em relação a Portugal e a Macau, actuou sempre com correcção. Seguiu conselhos para aplicar no nosso país algum desse dinheiro, mas desses investimentos só resultariam prejuízos e, em Macau, seria colocado perante um logro. Quando Maxwell teve conhecimento, pelo *Expresso*, da carta que eu enviara, a pedido do governador, renovando o interesse da Emaudio ficaria furioso comigo e com Mário Soares, a quem só prometera não revelar os resultados do estudo que inviabilizava a TdM. Em todo este processo de tráfico de influências que aquele semanário denunciaria, a Emaudio nenhum crime cometeu, mas nem o Presidente da República nem o governador de Macau alguma vez diriam uma palavra em abono dos administradores que, pela primeira vez, apareciam enxovalhados aos olhos da opinião pública. O caso TdM seria contudo o princípio do fim da estratégia política associada ao projecto Emaudio e ao governador de Macau. Com a queda de Constâncio em 1988, a situação iria mudar no seio do PS num sentido favorável às pretensões do Presidente da República e Robert Maxwell perderia o interesse por Portugal.

Pouco depois da tomada de posse de Carlos Melancia, eu receberia instruções da secretária do Presidente da República, Osita Eleutério, para receber o «camarada» Strecht Monteiro. Aparentemente Menano do Amaral recebera instruções no mesmo sentido uma vez que, sem eu ter tido qualquer contacto com o referido «camarada», apareceria no meu gabinete da Rua da Palmeira[1] na sua companhia, em fins de Setembro. Verifiquei então que Menano do Amaral o conhecia desde os seus tempos de gestor do partido como um dos seus «beneméritos». António Strecht Monteiro era filho de um militante do PS amigo de Mário Soares que tinha sido deputado à Assembleia Constituinte e tinha entrado em contacto com o Presidente da República na qualidade de representante de uma empresa pública alemã, a companhia do «aeroporto de Frankfurt» que há anos vinha fazendo estudos e projecções para o Governo de Macau. Vivera inúmeros anos naquele país tendo, após o 25 de Abril, trabalhando como mediador de empresas alemãs interessadas em Portugal e em Macau. A administração da companhia do «aeroporto de Frankfurt», aparentemente designada pelo governo do Estado alemão de Hessen, era predominantemente ligada ao SPD. Tinham trabalhado, enquanto consultores, em Macau com os Governos de Almeida e Costa e Pinto Machado mas a súbita mudança de governador levantara-lhes dúvidas quanto à continuação dos estudos que ali vinham fazendo há anos[1]. Por detrás do contacto de Monteiro estava o SPD e aparentemente Mário Soares parecia ver com bons olhos a continuação daquela empresa no território. Assim, um dos administradores da empresa alemã, de nome Mucke, viria a Lisboa acompanhado de Strecht Monteiro para confirmar o seu interesse em continuar associado ao projecto do aeroporto de Macau, disponibilizando-se desde logo para dar uma contribuição ao PS, à Fundação das Relações Internacionais ou a quem o Presidente da República determinasse. Eu limitar-me-ia a transmitir o contacto havido, quer a Mário Soares, quer a Carlos Melancia e a contactar Otto Georg, do SPD, a respeito daquele assunto e sobre o administrador Mucke. Em resposta este informar-me-ia a 13 de Outubro que «o sr. Mucke iria abordar a questão do aeroporto de Macau na semana seguinte com o presidente Soares» mas, aconselhava a que este se não envolvesse neste assunto em virtude da mudança de administração do SPD para a CDU. Eu notaria, contudo, que Melancia era, de qualquer modo, pouco receptivo ao «Aeroporto de Frankfurt» porque, segundo ele, essa empresa andaria há anos no território com estudos infindáveis e que, apesar da conotação política dos alemães, não seria correcto associar os homens que faziam esses estudos à continuação da obra.

No dia 7 de Janeiro de 1988, Raul Junqueiro, João Tito de Morais e eu tínhamos uma reunião em Macau com os homens de Maxwell que ultimavam o estudo sobre a TdM e com a Hutchinson Telecom em Hong-Kong, com a finalidade de uma associação desta empresa à Neotec na área das comunicações móveis. Carlos Melancia viera a Portugal passar o Natal e regressaria a Macau a 5 de Janeiro com familiares e alguns acessores. Decidiríamos então viajar juntos na Lufhansa via Frankfurt. Eu aproveitaria para informar telefonicamente Strecht Monteiro de que me desligava da questão do «aeroporto», uma vez que era assunto que me não dizia respeito e porque detectara diferenças de opinião entre Mário Soares e Carlos Melancia, que poderiam ser abordadas directamente com o governador no dia 5, em Frankfurt, uma vez que ali iria pas-

---

[1] Sede da Emaudio ao Príncipe Real.

[1] Strecht Monteiro admitiria ao semanário *O Jornal* de 9 de Março de 1990:

P: «Mas você já tinha feito trabalhos relacionados com Macau no tempo do governador Almeida e Costa...

R: Sim, sim! É que eu sempre me movimentei nestes meios...

P: Mas que contrato é que estava já assinado?

R: Não era bem um contrato. Havia sim uma carta de intenções. Comecei então a ir muitas vezes a Macau, comecei a conhecer Macau e aquela gente toda. Fui sempre excepcionalmente bem recebido...

P: Que «gente toda» era essa?

R: Refiro-me ao governo no tempo de Almeida e Costa...

P: Mas que tipo de negócios é que estabeleceu...?

R: Era apenas esse! Tentei ir a vários concursos, com outras firmas alemãs, para projectos como o do hospital, o da cadeia...»

sar algumas horas à espera da sua ligação para Hong-Kong. De facto, à chegada àquele aeroporto Carlos Melancia e toda a sua comitiva seríamos «sequestrados» pelas Relações Públicas do aeroporto num salão privado onde se encontrava o administrador que eu conhecera em Lisboa. Falaria durante algum tempo com Melancia, despedindo-se depois. Seria a última vez que eu o via. O então governador queixar-se-ia de o termos colocado na desagradável situação de ter que dizer àqueles administradores que considerava incompatível a sua continuação no âmbito do aeroporto, ao que eu responderia que teríamos sido nós os colocados numa situação desagradável, ao sermos envolvidos num assunto que não nos dizia respeito e sobre o qual nenhum poder de decisão tínhamos. Melancia concordaria, desculpando-se com o facto de não ter sido ele a enviar-nos Strecht Monteiro.

Durante esta viagem Carlos Melancia informar-me-ia também pela primeira vez que pretendia ser remunerado pela sua posição no projecto Emaudio e que pretendia igualmente os seus dez mil contos, dos quarenta que recebêramos no ano anterior pelo trabalho de viabilização de uma empresa que entretanto tinha sido vendida. Disse-me que, como era óbvio, ele não regressaria à Emaudio e que tinha falado deste assunto com Mário Soares e com Menano do Amaral durante o jantar de despedida. Na altura, tínhamos decidido que os quarenta mil contos seriam para investir no projecto Emaudio, mas como ele teria mesmo que se afastar a situação teria de ser revista. Quanto à remuneração pela sua posição haveria que reunir a Emaudio e discutir o assunto com Mário Soares. Decidiríamos, assim, dividir aqueles quarenta mil contos, segundo as disponibilidades de tesouraria do fundo comum para investimentos no projecto Emaudio que os três administradores geriam. Menano do Amaral retiraria primeiro os seus dez mil contos, enquanto Tito de Morais e eu já tínhamos retirado anteriormente mil duzentos e cinquenta contos cada. No dia 7 de Março, graças às disponibilidades existentes, seriam retirados os restantes vinte e sete mil e quinhentos contos e mandados depositar na minha conta. Como Melancia estava então em Macau e Tito de Morais se encontrava no Brasil, eu transferiria no dia seguinte para as suas respectivas contas a parte que lhes competia. Dez mil contos para a de Carlos Melancia e oito mil setecentos e cinquenta para a de João Tito de Morais.

As eleições no Estado de Hessen em 1988 dariam a vitória ao CDU e a administração do aeroporto de Frankfurt seria, de facto, alterada deixando Strecht Monteiro «desempregado». Assim não perderia tempo e em 28 de Abril convidar-nos-ia para um jantar no retaurante Gambrinus a fim de conhecer um outro alemão de nome Peter Bier director da empresa alemã de estudos e consultoria Weidleplan. Peter Bier informar-nos-ia de que a sua empresa tivera relações com o anterior regime em projectos relacionados com o «aeroporto de Lisboa» e que gostariam de regressar a Portugal. Strecht Monteiro tê-los-ia encorajado a vir a Lisboa falar connosco, dadas as grande

oportunidades que se abriam em Macau. Pediam-nos apenas que lhes abríssemos portas, dado o receio de poderem vir a ser conotados com a gente do anterior regime. Menano do Amaral monopolizaria então a conversa com ele para discutir uma eventual associação à empresa Neotec, que estava em negociações com a Hutchinson de Hong-Kong e com a Italgenco, do grupo estatal IRI italiano. Eu nunca ligara muito às questões ténicas e a Neotec era-me um pouco indiferente, mas sei que Menano do Amaral, Raul Junqueiro e Júlio Rendeiro, principais animadores daquela empresa, estavam interessadíssimos em participar com ela na modernização dos caminhos-de-ferro portugueses, nas telecomunicações móveis e nas novas tecnologias, tendo mesmo já adquirido uma participação numa empresa de «páginas amarelas»[1]. E como era habitual nestas situações, o alemão Peter Bier prometeria um donativo político de cinquenta mil contos à organização que lhe indicássemos. E uma vez mais, como sempre acontecera, informámos Mário Soares, os sócios da Emaudio e, à semelhança do que se passara com o «aeroporto de Frankfurt», Carlos Melancia, todos concordando com a proposta desde que a Weidleplan estivesse disposta a submeter-se às regras e aos eventuais concursos. E, como sempre acontecera com este tipo de contribuições, não haveria contratos a assinar nem trabalhos de fundo a efectuar. Éramos autorizados a abrir portas e fazer apresentações e a receber o donativo que deveria naturalmente reverter para financiar os projectos da Emaudio. Tudo o resto não nos dizia respeito. As decisões não competiam à Emaudio. Mas desde já e partindo do princípio que é assim que funcionam as «organizações políticas» em Portugal, onde o tráfico de influências era tolerado pela lei, é importante dizer que, pelo menos na minha frente, nunca foi exigida qualquer garantia de sucesso para as pretensões da Weidleplan, nem nunca nenhuma seria dada. Strecht Monteiro, dada a sua longa experiência de contactos no território de Macau, poderá ter prometido algo aos seus novos «patrões» que desconheço. Mas quer ele quer a Weidleplan, ao tomarem a iniciativa de contactar a Emaudio faziam-no com o conhecimento de que esta estava ligada a um projecto político da área do Partido Socialista e intimamente ao Presidente da República, que meses antes ali enviara aquele intermediário.

O governador Carlos Melancia concordaria em receber os representantes daquela empresa alemã, tendo em Maio Peter Bier e Strecht Monteiro sido recebidos pelo secretário do governo de Macau responsável pelo projecto do aeroporto, Luís Vasconcelos, que lhes exporia pormenores sobre o projecto em curso para o aeroporto. Eu não conhecia Vasconcelos, mas pareceu-me normal que o governador tenha encaminhado os alemães desde logo para a pessoa responsável. Estes, contudo, queriam ser recebidos ao mais alto nível, tendo então Melancia acabado por recebê-los em Outubro. Eu próprio,

[1] Trata-se da empresa Registrade.

após conversa que tivera com Stanley Ho, indicaria a Strecht Monteiro que era estratégia do Governo de Macau constituir um consórcio para a construção e gestão do aeroporto e que o governador já tinha assegurados vários investimentos nesta área, incluindo uma participação do próprio Stanley Ho. Um pouco ingenuamente, sugeri-lhe que o melhor caminho para influenciar os acontecimentos seria a Weidleplan fazer um investimento naquele consórcio, dado que o Governo de Macau procurava desesperadamente investidores para os seus projectos. Indicar-lhe-ia uma série de nomes de empresas que pareciam interessadas, segundo a conversa que tivera com o mencionado empresário de Hong-Kong, sem eu próprio compreender muito bem as diferentes componentes e fases do projecto do aeroporto. Que aliás em nada me interessavam. Mas parecia-me lógico que a melhor maneira de alcançar bons lucros seria pela via do investimento. Só que, como se tornaria evidente a Weidleplan não estava interessada em investir para além do donativo de cinquenta mil contos que prometera.

Em finais de 1988, Vítor Constâncio anunciaria a sua intenção de se demitir de secretário-geral do PS, tendo o meu sucessor no pelouro das Relações Internacionais, Jorge Sampaio, desde logo anunciado a sua intenção de se candidatar ao lugar no VIII Congresso, que seria marcado para Janeiro de 1989. Entretanto, com o escândalo do chamado «caso TdM» era visível a perda de interesse de Robert Maxwell em concretizar os compromissos assumidos. Continuava a pagar despesas correntes, mas não avançava com os prometidos milhões para lançar jornais e televisão. Apareceriam contudo duas propostas de investimento que poderiam colmatar o desinteresse do magnata britânico. Do magnata chinês Stanley Ho, com quem Menano do Amaral e eu discutiríamos vários cenários de investimento durante uma visita efectuada a Hong-Kong com essa finalidade e que, após consulta ao Presidente da República, que ele sintomaticamente apelida de *boss*, nos comunicaria a sua intenção de investir na Emaudio (*Anexo 34*). A segunda proposta seria primeiro anunciada como intenção por parte do presidente da Assembleia Geral, Almeida Santos, e viria da Interfina (*Anexo 35*). Menano do Amaral e João Tito de Morais começariam assim de imediato a discutir com o presidente do Conselho de Administração daquela empresa, Ferro Ribeiro, os pormenores da participação da sua empresa.

Em princípios de Dezembro, eu iria de novo a Hong-Kong com Raul Junqueiro a convite de Stanley Ho e para conversas com a Hutchinson, tendo sido convidados para almoçar por Carlos Melancia. Este queria essencialmente receber a compensação da sua saída da Emaudio e que tinha entretanto sido fixada em trinta mil contos. Quem é que fixou aquele montante? Não sei, mas todos os accionistas da Emaudio achariam ser justo e Mário Soares tão pouco se oporia. Naquela altura ainda não era perceptível se o desinteresse de Maxwell seria temporário ou definitivo, até porque em Junho, após reunião em Londres, Maxwell acompanhado pelo seu advogado Paulo Marques

assinaria novo acordo e comunicaria à imprensa a «criação de uma grande empresa gráfica com a CEIG/Emaudio, o «lançamento de um novo jornal diário em Portugal, de difusão nacional, intitulado *24 Horas*» e o «estudo económico para o lançamento de um canal europeu de televisão via satélite em português». A 15 de Dezembro, no meu regresso do encontro com Melancia, o acordo de Junho seria reafirmado também em Londres, através de novo protocolo em que se afirma que o projecto da gráfica, entretanto pronto e à espera de capitalização, seria «desenvolvido através da Imprinter e acompanhado por «auditores internacionais», designando desde logo Maxwell a Coopers and Lybrand para iniciar o trabalho de avaliação da CEIG e definir a contribuição das duas partes. Nessa altura, só a Imprinter possuía um capital de trezentos mil contos, que iria ser aumentado para mais de um milhão de contos, existia uma licença para uma estação de rádio, vários acordos assinados com grandes empresas internacionais, um protocolo assinado com o empresário Ilídio Pinho e a Emaudio possuía um prédio avaliado em mais de trezentos mil contos. Além disso, Melancia era conhecedor da intenção de Stanely Ho e da Interfina quando definira a remuneração da sua parte da Emaudio em trinta mil contos. Eu informá-lo-ia aliás da minha visita a Londres onde me encontraria com Maxwell e de que, depois, passaria em Stuttgart a caminho da Áustria onde normalmente faço férias de Inverno para praticar esqui. A paragem para almoçar naquela cidade alemã, partira de um convite de Strecht Monteiro e tinha a finalidade de me apresentar o dono da Weidleplan, Richard Weidle. Era minha tarefa lembrá-lo que tinha prometido oito meses antes uma contribuição à Emaudio de cinquenta mil contos! Pouco tempo antes tinha sido divulgada em Macau uma pequena publicação definindo as grandes linhas do projecto do aeroporto, que o Governo daquele território estava ansioso por divulgar a investidores e empresas interessadas. Oferecer-me-ia um exemplar que eu, depois, entregaria ao dono da Weidleplan. Era baseada nos estudos efectuados pelo «aeroporto de Frankfurt» e Richard Weidle já tinha conhecimento da mesma, mas como para mim não tinha o menor interesse dar-lhe-ia também aquele exemplar.

No dia 22 de Dezembro pelas seis horas da manhã eu partiria de Bruxelas com a Gunilla, a minha irmã e o meu cunhado, na sua viatura, a caminho da Áustria. Devíamos ali encontar-nos com outros amigos suecos. Um deles deveria ter sido Bernt Carlsson, ex-secretário-geral da Internacional Socialista, que estivera no Verão connosco em Portugal e manifestara o desejo de passar o Natal na neve connosco. Bernt Carlsson era então Alto Comissário da ONU para a Namíbia e, dois dias antes, enquanto eu estava em Londres, comunicara ao meu cunhado que não poderia juntar-se-nos devido a uma importante reunião sobre a Namíbia em Nova Iorque. A caminho de Stuttgart, onde deveríamos parar para almoçar, receberíamos a notícia do abominável atentado ao voo da Pan American, que caíra sobre a pequena cidade de

Lockerby na Escócia. A Gunilla e eu celebrávamos nesse dia 19 anos de casados e, umas horas depois, teríamos conhecimento de que Bernt Carlsson era uma das vítimas daquele acto de terrorismo. Não seria um dia muito alegre para nós, aquele 22 de Dezembro. Em Stuttgart almoçámos todos num hotel a convite de Strecht Monteiro e, depois, enquanto os meus familiares esperavam, subi com Strecht Monteiro à sede da Weidleplan onde conheceria Richard Weidle. A visita que seria de mera cortesia demorou dez minutos no máximo, tendo ele pedido desculpa por não estar presente Peter Bier, que eu conhecera em Lisboa. Eu lembrar-lhe-ia que Peter Bier prometera cinquenta mil contos à Emaudio e ele disse que em breve entrariam em contacto connosco sobre o assunto.

A nossa estadia na Áustria seria interrompida logo que soubemos que meu pai adoecera e fora internado de emergência em Lisboa, onde os meus pais passavam o Natal. Cheguei assim a Lisboa no dia 3 de Janeiro. No dia cinco a minha secretária telefonou-me dizendo que Strecht Monteiro pretendia encontrar-se comigo sem falta. Que eu sabia do que se tratava. Quando ali cheguei já este se encontrava com Menano do Amaral. Tinha um cheque da Weidleplan em marcos emitido em seu nome e com obrigatoriedade de depósito, que pretendeu entregar-nos da parte de Richard Weidle. Menano do Amaral, responsável pelo administração financeira, recusou-se a recebê-lo alegando o facto de não vir emitido à Emaudio ou à FRI. Pedi então à directora administrativa que contactasse o banco, para saber o que fazer. O funcionário daquele banco, o Chase Manhattan em Lisboa, informaria que seria melhor ser Strecht Monteiro a depositar o cheque, já que vinha emitido em seu nome, podendo depois transferir aquela quantia para a conta da Emaudio. Strecht disse que ele próprio trataria do assunto e saiu disparado. Telefonaria mais tarde dizendo que tinha resolvido o assunto com o seu banco de Santa Maria da Feira, pedindo se o meu motorista o poderia ir buscar ao aeroporto no dia seguinte. E assim aconteceria. No dia seguinte apresentar-se-ia na Rua da Palmeira com um saco donde retiraria massos de notas de cinco mil escudos, no total de cerca de cinquenta mil contos. Estariam presentes inicialmente João Tito de Morais e eu, chegando Menano do Amaral no momento em que eram contados os maços. Ao mesmo tempo que Strecht Monteiro partia com o seu saco, muito pouco tempo depois de ter chegado, seriam entregues numa pasta de cabedal 31 mil contos à directora administrativa que, juntamente com um cheque de quatro mil contos que Menano do Amaral trouxera consigo, os iria depositar na conta da Emaudio (*Anexo 36*) e transferir para a Portopress, a empresa editora da *Face*, do *Notícias de Primeira Página*, do *Autosport* e do *Blitz*. Esta verba oriunda da Weidleplan, embora depositada para realização do capital de todos os accionistas da Emaudio na Portopress, seria essencialmente utilizada para pagamento de salários de jornalistas e aquisição de papel de jornal. Os restantes cerca de 19 mil contos seriam guardados na casa

forte na cave da empresa e, alguns dias depois, depositados igualmente na conta da Emaudio. Este episódio aconteceria numa altura de grande perturbação para mim e alguns dos seus contornos são um pouco nebulosos. Não porque, tanto quanto eu sei, a entrega daquela contribuição tivesse algo de invulgar — era exactamente igual a tantas outras que ocorreriam no âmbito do PS e das suas fundações, ao longo de inúmeros anos —, mas porque estava mais preocupado com a súbita doença de meu pai, que viria a falecer no dia 10 de Janeiro. Não tivesse sido esse triste acontecimento e a entrega do donativo político da Weidleplan teria ocorrido na minha ausência. A data e método de entrega seriam da exclusiva responsabilidade dos alemães e do seu representante, Strecht Monteiro.

Quando Menano do Amaral e eu nos encontrámos com Stanley Ho em Dezembro, ele não só declararia a sua vontade de investir na Emaudio como afirmara poder adiantar cem mil contos até à concretização da sua participação no capital da Emaudio. Esta estaria, em princípio, prevista para uma sua visita a Portugal em 1989. Curiosamente, a 13 de Janeiro emendaria a sua oferta do mês anterior, condicionando aquele adiantamento a uma caução sobre o edifício da Emaudio. Pouco tempo depois, Mário Soares convocaria os accionistas da Emaudio para um almoço de trabalho na sua casa de Nafarros. Só não estaria presente Raul Junqueiro. Seria feita uma análise dos projectos em curso, das disponibilidades do grupo, das relações com Maxwell que, pela primeira vez começavam a levantar dúvidas, e das intenções de Stanley Ho e da Interfina. Pouco tempo antes tinham sido recebidos os cinquenta mil contos da Weidleplan e outras contribuições por intermédio de Almeida Santos, e seria dada luz verde ao pagamento dos trinta mil contos pedidos por Melancia segundo as disponibilidades do grupo. Mário Soares acusaria então a administração da Emaudio de estar a ser alvo de muitas críticas e de, após o caso TdM, estar ele próprio em declínio de popularidade. Depois diria querer alterar o projecto, exigindo que eu lhe entregasse as sessenta mil acções da Fundação de Relações Internacionais e das quais, por sua própria sugestão, eu era fiel depositário, enquanto presidente daquele instituto.

A eleição de Jorge Sampaio para secretário-geral do PS, em Janeiro, alteraria profundamente o relacionamento da direcção do partido com o seu ex-secretário-geral, aparecendo Sampaio muito mais permeável às pretensões de Soares do que acontecera com Vítor Constâncio. Uma evolução de aumento das forças «soaristas» dentro do aparelho tornaria desnecessário qualquer conflito e dispensaria o contributo político de Carlos Melancia. Que aliás começava a demonstrar maior aptidão para um final de carreira na área empresarial. Sampaio mostraria os seus dotes políticos ao habilmente resolver um dos maiores problemas com que o PS se via confrontado naquela altura. Anunciaria a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Lisboa e a necessária abertura para que o accionista da Emaudio, João Soares, o acompanhasse como

número dois da sua lista. A Emaudio poderia assim concentrar-se nos seus projectos e começar a ganhar dinheiro em vez de se meter na política, sendo aliás as perspectivas, com a manifestação do interesse da Interfina, de Stanley Ho e de Ilídio Pinho bastante animadoras. E, mesmo que Maxwell viesse a confirmar o que parecia ser um certo desinteresse, os financiamentos anunciados seriam tais, que a Emaudio não teria dificuldades em concorrer com a SIC. Por outro lado, a Fundação de Relações Internacionais, que fora nos últimos anos o refúgio político de Mário Soares, passaria a ser dispensável, com a criação da Fundação Mário Soares, então já na forja entre os seus novos colaboradores. O que então parecia indispensável era a maioria das acções da Emaudio e o património da CEIG.

Eu não teria compreendido tão facilmente o que estava por detrás da exigência de Mário Soares, habilmente aconselhado por Almeida Santos e Carlos Monjardino, se não fosse Menano do Amaral ter-me dito o que estava em preparação. A partir daí bastaria juntar os dados disponíveis. Menano do Amaral estava então profundamente magoado com o seu grande amigo Mário Soares. Para além de todos os anos de íntimo relacionamento na sensível área das finanças do PS e do MASP, Soares enviara-o a Macau logo após a sua eleição e, das contrapartidas obtidas, prometera-lhe um lugar na administração da futura Fundação Oriente. O ex-gestor do PS não tinha grandes ambições e sonhava reformar-se num confortável lugar de administrador daquela fundação. A promessa não seria contudo cumprida e, despeitado, contar-me-ia parte dos planos para a nova Fundação Mário Soares e para a Emaudio. O resto seria fácil de imaginar.

Em Dezembro, Stanley Ho oferecera-se para adiantar cem mil contos e concretizar a sua participação na Emaudio durante a visita que previa fazer a Portugal, três meses depois. A 13 de Janeiro o mesmo empresário condicionaria o seu adiantamento à hipoteca da Emaudio. Quando veio a Portugal, já em Março de 1988 tinha assumido o compromisso de visitar a Emaudio para concretizar a participação da STDM mas não apareceria. Pelo contrário encontrar-se-ia com Mário Soares na cidade da Guarda. Desculpar-se-ia depois com uma súbita indisposição. Em finais de Janeiro, Mário Soares exigiria que eu lhe entregasse as sessenta mil acções da FRI para alterar o projecto Emaudio, embora não dissesse como o pretendia fazer. Em Maio, após exigência da minha parte, a Interfina confirmaria por escrito o seu interesse em subscrever pelo menos 30% do capital da Emaudio. Almeida Santos, presidente da Assembleia Geral da Emaudio convocaria então formalmente, a 24 de Maio, os accionistas para uma reunião no mês de Julho, destinada a aumentar o capital da Emaudio, de cem mil para dois milhões de contos com a entrada da Interfina. Em 16 de Maio, Menano do Amaral deslocar-se-ia a Hong-Kong para um encontro com Stanley Ho, que o informaria então pretender concretizar a sua entrada na Emaudio através da Interfina. Eu recusaria a entrega das acções a Mário Soares enquanto não fosse devidamente esclarecido

das alterações a efectuar no projecto Emaudio e da maneira como essas alterações me iriam afectar. No dia 21 de Janeiro, Almeida Santos, reunia comigo e com Menano do Amaral na Rua da Palmeira e dar-me-ia o «conselho de amigo» de evitar uma confrontação com Mário Soares sobre esta matéria. O «braço-de-ferro» ser-me-ia prejudicial, disse-me!

No dia 26 de Janeiro, Menano do Amaral concordaria em fazer a Melancia o primeiro pagamento de doze dos trinta mil contos pretendidos. João Tito de Morais, que mantinha com Melancia uma relação de maior intimidade pessoal, recebera instruções para depositar aquele dinheiro numa conta bancária de sua mulher. Aparentemente, o então governador estava num processo de separação da sua primeira mulher e não quereria misturar esta verba nas suas contas pessoais. As especulações à volta do chamado caso TdM também terão pesado. Menano do Amaral, sempre cauteloso e desconfiado, em vez de o mandar depositar logo na conta indicada enviá-lo-ia a uma empresa de cobranças de um amigo seu, que trocaria aquele dinheiro por um cheque que depois seria depositado. Em Abril, ser-lhe-iam pagos quatro mil contos por cheque da conta conjunta que os administradores da Emaudio utilizavam para investimentos e despesas correntes dos vários projectos. Os restantes 14 mil contos seriam levantados por João Tito de Morais em data que não posso precisar. Tito de Morais tinha negócios particulares com Melancia e embora tivesse levantado inicialmente este dinheiro a título de empréstimo pessoal, viria posteriormente a exigir que o mesmo fosse creditado à dívida a Melancia. Evidentemente que nem tudo seria tão simples. Da minha parte não se tratava de reconhecer ou não a compensação a Melancia pelo seu afastamento da Emaudio mas sim saber se era justo compensá-lo por um projecto que estava em vias de ser alterado e saber qual o seu próprio papel nas alterações que se pretendiam imprimir à Emaudio. Eu não me oporia ao pagamento, até porque o dinheiro não era meu, mas nada teria que ver com as datas e a metodologias utilizadas para os efectuar.

A Weidleplan, uma das duas empresas que se apresentariam como interessadas num contrato com o Governo de Macau para consultora do Gabinete do Aeroporto Internacional de Macau, seria desclassificada no dia 12 de Maio, data em que o então governador de Macau, Carlos Melancia, aprovaria o contrato a celebrar com a empresa vencedora, Aeroportos de Paris. Os meus contactos com aquela empresa foram muito esporádicos e, a partir da sua desclassificação naquela data, terminariam. Não havia razão para ser de outra maneira. Seriam eles a entrar em contacto com a Emaudio no seguimento de instruções, a sua contribuição financeira fora integralmente aplicada em projectos da Emaudio e eu nunca lhes prometera ou garantira o que quer que fosse, além da apresentação ao governador de Macau. E até essa apresentação fora devidamente autorizada.

Em Maio, no seguimento de um encontro entre o presidente do Conselho de Administração do grupo Interfina, Menano do Amaral e João Tito de Morais, aperceber-me-ia de que a proposta de participação desta empresa na Emaudio era demasiado generosa para ser genuína. Um milhão e novecentos mil contos por trinta por cento das acções da Emaudio, que tinha então um capital de cem mil, era o que se chama, de facto, um negócio da China! Além disso chegaria ao meu conhecimento o rascunho de um «memorando» no qual se previa (ou pelo menos se discutia à minha revelia) a participação da Emaudio, junto com a Interfina e com Stanley Ho, no colossal projecto de alargamento e desenvolvimento urbanístico da Baía da Praia Grande (*Anexo 37*). Era fácil perceber, neste contexto, porque é que as sessenta mil acções da FRI, que estavam na minha mão, eram tão desejadas. Também seria fácil perceber porque é que Carlos Melancia, meses depois, teria uma actuação tão ambígua em relação à empresa que afinal deixara e da qual já tinha recebido os seus trinta mil contos. Na hipótese mais simples, que seria a de eu ceder à exigência de entregar as acções da FRI, a Interfina entraria no dia 20 de Julho com 1,9 milhões de contos para a Emaudio, passando os meus cinco por cento a valer cem mil contos.

Mas, como eu não entregaria as acções, passaria a estar sujeito à táctica da «cenoura e do cacete». Carlos Melancia encontrar-se-ia comigo, com Menano do Amaral e João Tito de Morais em fins de Junho e em 4 de Julho. Segundo ele, a Interfina só entraria na Emaudio depois de eu entregar as acções. Por outro lado, Stanley Ho confirmara-lhe poder adiantar os cem mil contos que tinha prometido em Dezembro do ano anterior e que, em Julho de 1989, seriam fundamentais para o andamento dos projectos da Emaudio. Entretanto sugeriria uma nova versão que facilitava a entrega das acções sem que a FRI ficasse completamente depauperada. Uma nova empresa a constituir com a Interfina ficava com a maioria do capital da «Emaudio», ficando assim a FRI com qualquer coisa. Eu não aceitaria esta ideia, que era uma maneira hábil de extinguir a Emaudio com prejuízo para as posições individuais dos accionistas. Aceitaria, contudo, naquela data, desligar-me da Emaudio e da Fundação de Relações Internacionais, entregando as acções a quem Mário Soares entendesse, com duas condições: Que fossem pagos todos os salários do grupo e, em especial, os dos jornalistas na Portopress que estavam em atraso e me fossem pagas as minhas acções por valor igual àquele que Melancia tinha recebido. Menano do Amaral assumiria posição idêntica. No dia 4 de Julho, Carlos Melancia, falando em nome de Mário Soares, disse-me que sim e o administrador-delegado da Imprinter, José Lobato, que deveria estar comigo no dia seguinte em Londres para uma reunião com Robert Maxwell, receberia instruções para seguir de Londres para Hong-Kong, a fim de trazer os meios necessários à resolução dos compromissos assumidos, presumo que através do falado adiantamento. Eu pela minha parte, logo que regressei de Londres entraria em contacto com uma

importante firma de advogados de Lisboa, que consultaria sobre a questão da transferência das acções. Estava eu exactamente com o referido advogado, no dia 13 de Julho, quando José Lobato e João Tito de Morais informaram que tinham recebido instruções para só resolver as questões discutidas, incluindo o pagamento de salários, com a entrega antecipada das acções. Segundo me contaria a minha secretária, Ana Paula, a reunião parece ter terminado em altos berros com o abandono de João Tito de Morais. Nessa tarde, ao tomar conhecimento, acordaria Melancia em Macau para saber o que se passara afinal. Responder-me-ia que a mudança se devera a novas ordens que tinha recebido. De quem, nunca me disseram; mas João Tito de Morais declararia, mais tarde, em tribunal, que «a partir de 1989 a figura de Rui Mateus deixara de merecer consenso, pois não representava a imagem de marca empresarial de um grande projecto como a Emaudio necessitava. Assim a possibilidade de grandes negócios estava dependente da sua entrega das sessenta mil acções. O facto de recusar a entrega dessas sessenta mil acções levou a uma ruptura no seio da Emaudio, passando o "grupo" a asfixiá-la e, por essa via, a Rui Mateus e Menano do Amaral. Esta estratégia, conduzida a partir da CEIG por advogados contratados, incluiu o despedimento do administrador[1] que na Imprinter representava a Emaudio e toda uma série de acções conducentes ao estrangulamento económico da Emaudio e da influência que, por seu intermédio, Rui Mateus poderia exercer nas participadas» tendo-lhe ainda o filho do Presidente da República afirmado «que só regressaria à Emaudio quando Rui Mateus deixasse de exercer a maioria dos votos consignados nas 60 mil acções»[2].

No dia 20 de Julho de 1989, reunida a Assembleia Geral da Emaudio, na Rua da Palmeira, sob a presidência de António de Almeida Santos, eu, que chegara de férias no Algarve uma hora antes, seria aconselhado a ler como minha uma declaração que Menano do Amaral tinha preparado na minha ausência. Nela declarava a minha oposição à entrada da Interfina na Emaudio por estar convencido de que o seu interesse na Emaudio estava condicionado a contrapartidas e desconhecer a origem dos fundos para concretizar aquela associação. Estava declarada a guerra total! No dia seguinte, Menano do Amaral e eu reuniríamos com Mário Soares, às 9 horas da manhã, na sua casa do Campo Grande. Exigimos uma reunião com todos os sócios da Emaudio a fim de se decidir a liquidação e acertar as contas. Nunca teria lugar! Poucos dias depois, a CEIG, pelo punho de Gustavo Soromenho e de João Tito de Morais, enviaria à Emaudio um autêntico ultimato, exigindo a entrega da sua participação na Imprinter e iniciaria a estratégia que Tito de Morais mais tarde revelaria em tribunal. No dia 2 de

[1] Tratava-se de António Vasco de Mello, presidente do Conselho de Administração da Imprinter e afastado em Julho de 1989.

[2] Declaração de João Tito de Morais no Tribunal da Boa Hora, no dia 14 de Outubro de 1993.

Agosto comunicaríamos a Mário Soares, em almoço de trabalho no Palácio de Belém, a que assistiria também Almeida Santos, a nossa decisão de entregar o património da Emaudio ao Partido Socialista e pedindo de novo uma reunião conjunta para acerto de contas que incluía obviamente o pagamento de todas as dívidas pendentes e a anulação do pagamento a Carlos Melancia por conta das suas acções. Mário Soares nomearia então Almeida Santos e seu filho para proporem uma solução e mediarem o conflito, acabando João Soares por desistir. Menano e eu reuniríamos também então com Jorge Sampaio na sua residência ao Parque Eduardo VII, estando Nuno Berderode também presente nas duas reuniões. A posição da Emaudio na Imprinter viria assim a ser entregue por *um escudo* ao Partido Socialista, assumindo esta empresa o património e encargos da Portopress (*Anexo 38*). Quanto ao acerto de contas nunca teria lugar.

Foi neste clima que Strecht Monteiro seria recebido na quase moribunda Emaudio, a 16 de Outubro. Pressionado pelos alemães, determinados a utilizar a conhecida subtileza germânica para «cobrar» a sua contribuição política, Strecht Monteiro alegaria ter tido, na companhia de Peter Bier, uma reunião com o então governador, a 5 de Julho, ocasião em que este os terá encorajado a insistir na tentativa de obtenção de um contrato no território que ele controlava. Eu não falava com Monteiro nem com a Weidleplan desde pelo menos Maio e não tivera conhecimento de nenhuma reunião com Carlos Melancia. Estivera com ele no dia 4 de Julho tendo, no dia seguinte, partido para Londres. Também falara no dia 4 pela última vez com João Tito de Morais que, alegadamente, também falara com eles. Ninguém me referira a reunião do dia 5 de Julho e muito menos as promessas que ali teriam sido feitas nem porque razão seriam então feitas promessas. Menano do Amaral, que estivera todos os dias na Emaudio durante a minha ausência, também desconhecia este encontro. Acontecia que Strecht Monteiro, que antes era recebido por toda a gente e até pela Presidência da República, agora alegava que nem João Tito de Morais, nem o então governador, nem Belém o atendiam. E que estaria desesperado porque os alemães o não largavam e que ou eram recebidos pelo governador, ou queriam o dinheiro de volta. Eu dir-lhe-ia que se o governador não atendia a Weidleplan e lhes prometera algo, então que lhe enviassem um fax. Ofereci-me logo para lhe dar o número de fax de casa do governador que pediria à minha secretária, tendo-me esta informado que ainda há pouco tempo o tinha fornecido a Strecht Monteiro. Este confirmaria então já possuir o número[1]. Strecht Monteiro tinha por hábito telefonar à minha secretária por tudo e

[1] Segundo apuraria depois a Weidleplan já tinha enviado um outro fax a Carlos Melancia, para o mesmo número, dizendo que «Strecht Monteiro tem tentado contactar V. Ex.ª durante estes últimos dias… [e]… na sequência da nossa conversa tida em Julho ficaríamos gratos a V. Ex.ª se nos informasse sobre a actual situação da nossa proposta».

por nada e sempre que queria alguma informação, chegando mesmo a querer oferecer-lhe pequenas prendas. Fora assim que conseguira o número da residência do governador, que constava das agendas telefónicas de todas as secretárias de Belém e da Emaudio. Como facilmente se poderá imaginar, naquela altura eu não estava exactamente na melhor das relações com Mário Soares ou Melancia. Estava, muito pelo contrário, furioso e, num aparte, acrescentei que aproveitasse para lhe pedir a ele o dinheiro, uma vez que tinha ficado com ele. Eu referia-me evidentemente às contas que queria ver feitas e em relação aos recentes acontecimentos no seio do grupo Emaudio, que entretanto contara pormenorizadamente a Strecht Monteiro. Sugeri-lhe, entretanto, que para chegar ao presidente com aquela questão, talvez fosse mais sensato fazê-lo por intermédio de Almeida Santos. Como se poderá imaginar, em virtude do conflito entre nós, nunca Mário Soares receberia Strecht Monteiro e, muito menos, através de um pedido meu. Dois dias depois, quando cheguei ao meu gabinete, tinha em cima da secretária uma cópia de um fax que a Weidleplan enviara a Carlos Melancia. Nele lamentavam não terem «ainda recebido qualquer resposta [do então governador] referente ao projecto do Aeroporto de Macau» e, salientando terem cumprido os desejos de Melancia «em termos financeiros», pediam para reaver o dinheiro gasto. Aproximadamente cinquenta mil contos pagos «de acordo com as suas instruções» e juros de 9%! O texto correspondia de um modo geral à conversa que Menano do Amaral e eu tivéramos com Strecht Monteiro dois dias antes, mas nunca acreditara que empresários sérios alguma vez chegassem ao ponto de transformar a intriga que lançáramos em semelhante acto de coacção para tentarem conseguir encontrar-se com o governador e convencê-lo a dar-lhes uma contrapartida pela sua dádiva política à Emaudio. O dinheiro não fora entregue a Melancia e, quando em Abril de 1988 Peter Bier oferecera uma dádiva à Emaudio ou a quem o Presidente da República decidisse, Melancia nem sequer os conhecia. O primeiro encontro com Melancia só teria lugar de forma aberta em Macau, seis meses depois.

Era óbvio que o fax nunca fora escrito e assinado com intenção de ser divulgado, nem tão-pouco com a intenção de recuperar o dinheiro. Mas poderia facilmente ser interpretado como um acto de coacção que o então governador de Macau, se quisesse, teria podido accionar imediatamente a seu favor. Nunca compreendi o porquê do silêncio. Aparentemente, pensando que eu estaria por detrás daquele fax, como parte da «guerra» em que a Emaudio se envolvera, em vez de processar ou ameaçar de processar a Weidleplan, para evitar o escândalo, faria de conta que não recebera o fax. Eu, contudo, tinha uma posição diferente. Achava que embora nenhuma ilegalidade tivesse sido cometida — e muito menos por mim —, era obrigação moral do grupo Emaudio devolver o dinheiro à Weidleplan já que eles, seis meses depois de terem sido desclassificados, vinham associar a sua dádiva política à obtenção de contrapar-

tidas. Mas a Emaudio estava sem dinheiro e a ser «sufocada» pelos seus patrocinadores e o que eu queria, a bem ou a mal, era fazer contas. Por essa razão procurei o mediador designado, Almeida Santos, numa das reuniões na CEIG em que estávamos inundados, naquele mês de Outubro, para resolver o pagamento de salários em atraso a jornalistas e a transmissão da Imprinter ao PS e, qual não seria o meu espanto, quando este informou já possuir uma cópia do «escaldante» fax[1]. Disse-me que Strecht Monteiro, que aparentemente seguira o meu conselho, lhe tinha entregue uma cópia em mão e que dela dera imediatamente conta «ao Mário».

O encontro só para entregar o fax poderia parecer desnecessário mas Almeida Santos, que era presidente da Assembleia Geral da Emaudio, quereria, nesse e outros encontros que depois teria com Strecht Monteiro, avaliar o meu papel no referido fax. Muito provavelmente também para urdir uma *vendetta* contra mim. Aliás, Strecht Monteiro, que tinha como objectivo então ser recebido pelo Presidente da República, acabaria por, a partir daquela data, ter inúmeros encontros com (pelo menos) acessores do Presidente da República a quem enviaria gravações (ou montagens de gravações) de conversas que tivera comigo e que eu desconhecia estarem a ser gravadas. Eu diria então a Almeida Santos que o que era importante era fazer contas, incluindo contas com a Weidleplan. Almeida Santos concordaria. Mas também me certificaria de que Mário Soares tivera conhecimento do fax, quando em reunião com Menano do Amaral e comigo ele me acusaria de estar por detrás daquela intriga. Expliquei-lhe que, na situação de fraqueza e humilhação em que tão injustamente me tinham colocado, utilizaria as armas políticas que fossem necessárias para acertar contas a fim de não sair prejudicado com a liquidação da Emaudio e que dada a situação a que se chegara o melhor seria fazer também contas com os alemães[2]. Mas Mário Soares estava tão furioso com o fax que pretendia cortar relações comigo. Teria contudo alguns encontros com Menano do Amaral que também insistia em acertar contas e vivia aterrorizado com a ideia de um escândalo. Eu, no meu objectivo de liquidar por completo tudo o que restava da Emaudio, pretendia fazer contas com a Weidleplan embora em nada me sentisse responsável perante eles. Mas tinha tido razão quando pensara que o objectivo da Weidleplan com o envio daquele fax não passava de uma forma grosseira de pressionar Soares e Melancia, uma vez que a Widelplan mostraria surpresa pela minha determinação em devolver o dinheiro que eles incialmente tinham doado incondicionalmente. O silêncio de Belém e de Macau perante tamanho fax só teria paralelo na fúria que aquela missiva produziria contra mim. Não só deixara de ser *persona grata* de Belém e do «soarismo» como passaria a ser o inimigo a abater. Mas foi também o comprometedor silêncio da Weidleplan após o envio do fax que me levou a suspeitar de algo.

[1] Só em 1993 Almeida Santos admitiria pela primeira vez publicamente ter tido conhecimento daquele fax em Outubro de 1989, mas alegaria então que Strecht Monteiro o consultara na qualidade de advogado!

[2] Apesar de várias vezes ter faltado à verdade enquanto testemunha de acusação no julgamento de Carlos Melancia, Strecht Monteiro declararia em tribunal, em 1993, no seu próprio julgamento, ter sido eu a única pessoa a ajudá-lo a recuperar o dinheiro assim como a única pessoa que nunca negara tê-lo recebido.

Em Dezembro sairia do País absolutamente convencido de que Mário Soares quisera alterar o projecto Emaudio de forma a transferir as acções da Fundação de Relações Internacionais para um novo projecto associado à sua Fundação Mário Soares e, assim, aproveitar a entrada da Interfina na Emaudio para, posteriormente, com a transferência das acções, fortalecer a sua própria fundação. Eu não aceitara a ideia e a Interfina, Stanley Ho e Ilídio Pinho, não só não mais apareceriam, como todos estariam de acordo em sufocar a Emaudio e os que se tinham oposto àquele ambicioso projecto. O próprio Robert Maxwell seria alertado para a situação, acabando por revelar, simultaneamente, em carta enviada em Agosto, a sua intenção de se desligar da Emaudio e o seu conhecimento de «desavenças» no seio do grupo (*Anexo 39*). Alguém, curiosamente, entrara em contacto com ele e o alertara para pôr fim aos financiamentos que, mensalmente, ainda iam mantendo a Emaudio. João Tito de Morais, hoje também convencido de que não passara ele próprio de um instrumento de planos nunca devidamente apurados, acabaria por revelar o *complot*. Quando regressei da Áustria, em meados de Janeiro de 1990, telefonaria a Strecht Monteiro para saber como resolver a situação. Disse-me que continuava à espera do dinheiro ou de um contrato. Eu falar-lhe-ia então da ideia de revelar o fax à comunicação social. Entraria em pânico. Não fazia parte dos seus planos. Rocha Cabral, velho militante «soarista» e ex-secretário do Governo de Macau, convidar-me-ia a mim e a Menano do Amaral para um almoço no restaurante do Hotel Altis onde nos falaria do projecto Nam Van e nos faria uma descrição arrepiante do novo-riquismo político macaense. Sairia desse almoço convencido de que a razão pela qual me quiseram afastar da presidência da Emaudio se prendia com a maioria do capital que estava nas minhas mãos. A Emaudio receberia da Interfina 1,9 milhões de contos a troco de 30% das suas acções. Ilídio Pinho também entraria, assim como Stanley Ho. Posteriormente associava-se ao projecto Nam Van, onde estariam previstos lucros de alguns milhões de contos.

A Fundação Mário Soares teria, nos anos 90, um património só comparável às fundações Gulbenkian, Oriente e Luso-Americana. A minha desobediência em não entregar as acções seria um contratempo ultrapassável. A minha impertinência, ao fomentar o fax, seria um alerta imperdoável. O atrevimento de o dar à comunicação social iria exigir um severo castigo! Quando, em Fevereiro de 1990, num acto desesperado, eu entreguei cópia daquele fax ao semanário *Independente*, estalaria o pânico em

Belém, em Macau e em Stuttgart. Melancia diria, estupefacto, que «estes senhores não estavam excluídos de virem a ter, eventualmente, um terminal ou coisa desse tipo. Agora por essa via não tem coisa nenhuma porque eles, de facto, têm métodos muito especiais»[1]. Afinal o coactivo fax parecia ter resultado, assim se explicando, primeiro o silêncio da Weidleplan e, depois, a sua fúria contra mim. Tudo para concretizar o acordo com a Interfina sem que disso eu me apercebesse. Quando entreguei o fax ao *Independente*, fi-lo contra a vontade dos seus autores, a Weidleplan entrando, então, também para a lista dos meus inimigos. Mas ao dar o fax, estava a fazê-lo para abortar um negócio com a Interfina de milhões de contos e com a finalidade de ajudar a devolver à Weidleplan o que fora, em meu entender, uma dádiva política não ilegal. O fax era um «míssil político» na minha desesperada estratégia, da guerra política, de que eu seria a primeira vítima.

[1] *O Independente*, de 16.02.1990.

Capítulo IX

Uma investigação tipo *Independente* (1990)

Quando entreguei uma cópia do fax à jornalista «camarada» Helena Sanches Osório[1], para publicação no semanário *O Independente*, tinha duas certezas e outras tantas dúvidas. Sabia que o conteúdo do fax publicado a 16 de Fevereiro de 1990 não correspondia à verdade e que o financiamento político da Weidleplan através da Emaudio, pelo menos no que me dizia respeito a mim, não tinha nada de ilegal. Por outro lado, sem ter a certeza, estava convencido de que algo tinha sido prometido à Weidleplan[2], após ter enviado o seu fax em Outubro. A finalidade seria, aparentemente, obter a colaboração desta empresa num plano que visava ser-me aplicado um «castigo». Também estava, simultaneamente, convencido de que as negociações com a Interfina prosseguiam a bom ritmo. Os montantes envolvidos de milhões de contos, esses sim, eram coisa que se visse quando comparados com os cinquenta mil contos oferecidos à Emaudio e que se situavam nos parâmetros das doações políticas habituais. Do meu ponto de vista, a divulgação do fax enviado pelos alemães ao então governador de Macau representava, pois, a minha forma de contra-atacar, com o objectivo de neutralizar as movimentações do grupo «soarista» contra mim e abortar qualquer acordo na forja com a Interfina. Não fora, como diria um semanário muito por dentro dos segredos de Belém, «a vingança de quem viu os dinheiros de Macau passar ao lado»[3] mas sim, como diria o advogado de Menano do Amaral, um «míssil político»[4] na guerra que estalara na Emaudio. Nem a Emaudio nem nin-

[1] Esta jornalista apresentava-se como sendo do PS.

[2] Quando confrontado com o fax por Helena Sanches Osório o então governador admitiria que a Weidleplan, desclassificada em Maio de 1989, até então tinha tido possibilidade de obter em Macau um «terminal», assim confirmando a minha suspeição. *O Independente*, de 16 de Fevereiro de 1990.

[3] *O Jornal*, de 4 de Outubro de 1990.

[4] Alegações finais do advogado Fernando de Oliveira.

guém na minha presença tinha oferecido quaisquer contrapartidas à Weidleplan nem esta, inicialmente, associara a sua dádiva à exigência de qualquer favorecimento ilegal. Como já referi, a Weidleplan entraria em contacto com a Emaudio por intermédio de Strecht Monteiro que, por sua vez, entrara em contacto com a Emaudio por intermédio da Presidência da República. Ofereceram-se para «doar» cinquenta mil contos a troco de contactos e abertura de portas. Um acto de provável «tráfico de influências», utilizado por todos os partidos políticos e que a lei portuguesa não proibia.

No seguimento da publicação do fax, o procurador-geral da República declararia a 21 de Fevereiro a abertura de um inquérito «na defesa da legalidade e no próprio interesse da dignidade e bom nome da Administração do Território de Macau», que seria levado a cabo pelo procurador-geral-adjunto, Rodrigues Maximiano. O Ministério Público tem obrigação de mandar arquivar o inquérito «logo que tiver recolhido prova bastante de se não ter verificado crime» ou se não obtiver «indícios suficientes da verificação do crime», embora segundo a lei penal a prova seja «apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção da entidade competente». Assim, no espaço recorde de seis meses, para o que é alegadamente regra geral dos inquéritos conduzidos pelo Ministério Público[1], o procurador-geral-adjunto, Rodrigues Maximiano, deduziria acusação contra Carlos Melancia pelo «crime de corrupção passiva por acto ilícito» e contra mim, Richard Weidle, Peter Bier, Strecht Monteiro, João Tito de Morais e Menano do Amaral pelo «crime de corrupção activa» em co-autoria. Teria sido bem melhor para a «dignidade e o bom nome de Portugal» que essa acusação não tivesse sido deduzida, dada a evidente insuficiência de indícios e a chocante superficialidade da investigação. Atirar com um caso destes para tribunal, com base na «indiciação obtida, de acordo com as regras da experiência e o princípio da livre apreciação da prova» só por considerar que, em tribunal, existia «uma possibilidade razoável de condenação», seria muito pouco para um caso com a complexidade do que foi e é o chamado «caso do fax de Macau». Ou como diria um conhecido comentador «ao insistir em acusar e pedir a condenação nestas circunstâncias, o Ministério Público revelou que confiava mais nas pressões públicas e na convicção dos juízes do que na matéria de facto» uma vez que, «com o que tinha entre mãos, agora, o Ministério Público deveria ter tido a coragem de bater em retirada. E não venham com a argumentação da dificuldade probatória do crime de corrupção, porque isso é abrir a porta a todo o tipo de incompetência técnica e de facilidades processuais. Se não sabem como provar o crime de corrupção, não acusem»[2].

---

[1] Em entrevista ao *Expresso-Revista* o procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, admitiria atrasos de anos nos processos pela escassez de meios para investigar, declarando que «só num caso» havia «noventa empresas a investigar». *Expresso* de 8 de Outubro de 1994.

[2] Miguel Sousa Tavares, «No Tribunal do juiz Roy Bean», *Público* de 6 de Agosto de 1993.

Eu não fazia então a menor ideia de quem era o responsável pela investigação deste caso, mas estava confiante de que não seria necessário ser-se um génio para compreender, que à partida, o crime indiciado pelo texto do fax era altamente improvável até porque, tendo sido desclassificada, a Weidleplan, dificilmente poderia ter sido favorecida. Também não tinha qualquer tipo de lógica imaginar que, tendo a Weidleplan pago dinheiro a Melancia segundo as suas instruções e de acordo com os seus desejos, os tivesse, depois, ele próprio desclassificado. Só através de construções demasiado «florentinas» para um engenheiro é que se poderia imaginar que Carlos Melancia receberia dinheiro para primeiro «pré-qualificar» e depois dar «uma posição contratual no Projecto do Aeroporto de Macau» à Weidleplan e, finalmente, o não fizesse. E, depois, num exercício mental pouco louvável, justificar-se-iam intenções para explicar que não houvera pré-qualificação porque as únicas duas empresas interessadas, a Weidleplan e os Aeroportos de Paris seriam dispensadas dessa «pré-qualificação» e convidadas a apresentar propostas, associando essa dispensa à ideia do favor. Quando seria mais fácil, logo então, considerar que só havendo duas empresas interessadas seria a abertura de «pré-qualificações» que levantaria dúvidas dado que, nesse caso, a pré-qualificação de uma significava a derrota da outra e a duvidosa contratação automática da outra, qualquer que fosse o custo apresentado! Finalmente, para a acusação, constituiu favorecimento de parte do então governador o facto de «a própria empresa Weidleplan, ao apresentar uma proposta fora dos objectivos do GAIM e muito mais cara que a da empresa Aeroportos de Paris, inviabilizou uma decisão que lhe fosse favorável» quando toda a gente sabe que a decisão final caberia ao governador que, sobretudo em Macau, tudo pode! Este tipo de raciocínio, num estado democrático, parece-me extremamente preocupante e pode vir a conduzir, como já está a acontecer noutros sítios, a um governo corporativo dos magistrados. Se se iniciasse todo o raciocínio sobre o texto de fax a partir dos factos eliminava-se, logo à partida, o pernicioso exercício de dar o fax como verdadeiro e de só nele concentrar, em exclusividade, as atenções do investigador. Ou, como diria melhor que eu José Manuel Galvão Teles, mandavam as mais elementares regras da boa averiguação dos factos que o Ministério Público, em vez de aceitar logo a tese da corrupção... tivesse procurado esclarecer o que estava por detrás do fax»[1] enquanto o advogado de Strecht Monteiro afirmava que «a parte processual deste caso é a menos interessante. Está por fazer a história recente, político-partidária do país»[2].

No mesmo dia da publicação, Almeida Santos viria à sede da Emaudio onde, em reunião comigo e com Menano do Amaral, imediatamente, revelaria ter conhecimento

---

[1] José Manuel Galvão Teles, advogado de Carlos Melancia, à *Visão*, de 8 de Abril de 1993.

[2] Advogado Strecht Ribeiro à *Visão*, de 8 de Abril de 1993.

de ter sido eu quem entregara o fax a *O Independente* avisando-me de que «seria melhor ficar calado a partir de então, se não queria piorar as coisas». Embora insinuasse ter tido conhecimento da minha «proeza» pela própria jornalista, estou convencido de que a notícia partira de Strecht Monteiro, que eu, um dia antes de dar o fax à jornalista, avisaria da minha intenção de o divulgar, aconselhando-o a fazer o mesmo e a contactar, também, a referida jornalista. O pânico em que Monteiro e a Weidleplan entrariam a seguir, só demonstrava que o fax tinha sido «coacção» e, que o silêncio a que se tinham remetido nos últimos três meses, poderia indiciar que algo estaria a ser tramado contra mim. Como não houve investigação adequada sobre esta e outras matérias que antecederam o fax, é minha convicção que haveria contactos a partir de Outubro de 1989 no sentido de a Weidleplan vir a mover à administração da Emaudio um processo-crime por burla, no qual João Tito de Morais[1] não seria implicado por já se ter demitido da administração da Emaudio há data do envio do fax que «exigia» a devolução do dinheiro. Mas, o seu contributo — tendo em conta que aquela demissão se fizera dentro da estratégia do grupo liderado por Mário Soares, que exigira o meu afastamento — poderia ter sido importante para confirmar a tese de burla. Mas, com a divulgação do fax, em Fevereiro de 1990, a estratégia ficaria baralhada e a Weidleplan entraria em pânico, mandando esconder toda a documentação relativa a este assunto no escritório dos seus advogados. E, dias depois da divulgação do fax em Lisboa, o dono da Weidleplan apresentaria uma queixa contra anónimos por falsificação daquele documento e a 3 de Março, o mesmo Richard Weidle, declararia a um jornal alemão ser «o telefax absolutamente inexplicável», afirmando depois que nas suas declarações à Procuradoria de Stuttgart «pretendia provavelmente culpar outras pessoas» dado que «neste caso alguém pregou uma partida ao governador de Macau. Trata-se de um jogo sujo!»[2]. Tudo de facto leva a crer que se tratou de um jogo sujo nunca devidamente investigado para mal do bom nome de Portugal. Igualmente misterioso é o telefax que o advogado da Weidleplan enviaria ao advogado de Carlos Melancia a 26 de Março, confirmando a José Manuel Galvão Teles, que «continua válido, neste contexto, o acordo por si mencionado relativo a um completo silêncio»! Silêncio em relação a quê e em que contexto? O Ministério Público, abusiva e apressadamente, concluiria tratar-se de um «pacto de silêncio» entre <u>todos</u> os arguidos. Porquê? Para encaixar no habitual *cliché* de que a corrupção se caracteriza por «pactos de silêncio» e depois ouvir a frase repetida à exaustão sem noção da cronologia nem da relação entre os acusados? Porque não antes deduzir que o mencionado silêncio se referia aos documentos escondidos pela Weidleplan e à trama que estaria a ser urdida contra mim? É igualmente importante salientar neste contexto duas importantes peças para este *puzzle*: Almeida Santos teria dito à jornalista Helena Sanches Osório, logo após divulgação do fax, que eu «andaria a cuspir para o ar». Por outro lado, num momento de grande emotividade que caracterizava Strecht Monteiro, este diria que «nada disto teria acontecido se o Almeida Santos, a partir de um certo momento, não tivesse dito para lançarem a acusação sobre o Rui Mateus»[1]. O mediador da empresa alemã, António Strecht Monteiro, seria ouvido pela primeira vez duas semanas após ter rebentado o escândalo, a 2 de Março, declarando nada saber sobre o fax enviado ao então governador de Macau[2]. O número do seu próprio fax, aparentemente, também não correspondia a nenhum dos números que pudessem identificar o documento. Mais tarde seria apurado que a sua secretária se teria enganado a programar o número de identificação daquele aparelho. Monteiro consideraria «inverosímil que Carlos Melancia tivesse recebido fosse o que fosse e que a empresa alemã tinha grande prestígio e nunca aceitaria tal coisa». A título de curiosidade também declarava ser cidadão alemão. Eu estaria fora do país de 18 de Fevereiro até 10 de Março. No meu regresso seria alertado para uma longa entrevista com Strecht Monteiro, conduzida pelo ex-acessor do MASP e de Belém, António Carneiro Jacinto, em que pela primeira vez o meu nome apareceria ligado ao caso de forma muito estranha. Parecia um trabalho encomendado em que, «inocentemente», Carneiro Jacinto, sem mais nem menos, perguntaria a Monteiro se me conhecia, respondendo este, que não[3]. Todos estes dados

---

[1] João Tito de Morais demitira-se de administrador da Emaudio em Julho de 1989. Ele próprio confirmaria, posteriormente, ter-se afastado no quadro de uma estratégia contra mim e para me obrigar a entregar as acções da FRI a Mário Soares e por eu não «ter a imagem de marca para os negócios que pretenderiam desenvolver no quadro da Emaudio».

[2] Declarações do proprietário da Weidleplan ao jornal alemão *Meinnung Information-Hintergrund*, de 3 de Março de 1990.

[1] Esta declaração seria feita num restaurante de Campolide, após uma acareação entre os arguidos na Procuradoria-Geral da República. No final da acareação seria decidido juntar-nos para uma decisão relativa a um acerto de contas com a Weidleplan. Estariam presentes Strecht Monteiro, Menano do Amaral e eu além dos nossos respectivos advogados. Curiosamente, durante a acareação, Monteiro ameaçara produzir ali mesmo as cassetes que tinha gravado tendo-o eu então dasafiado a fazê-lo. O procurador-geral-adjunto, Rodrigues Maximiano, ameaçaria então Monteiro com prisão sumária se ele levasse avante aquele propósito. Foi pena porque continuo a desconhecer o que é que se poderia descobrir nessas cassetes.

[2] O mencionado fax era assinado por Richard Weidle mas era assinado também em nome de Peter Bier e Strecht Monteiro.

[3] Entrevista de Carneiro Jacinto a Strecht Monteiro em *O Jornal* de 9 de Março de 1990, sob o título «Ter amigos no PS só me prejudicou...»

P: Quem eram as pessoas conhecidas do PS, com quem privou quando esteve lá?

R: ... O meu pai. Depois António Macedo e Mário Cal Brandão.

P: E o Rui Mateus?

indiciam que eu seria, então, mais tarde ou mais cedo, incriminado por difamação do então governador de Macau.

Algo imprevisível iria, contudo, acontecer. Em princípio de Abril as autoridades alemãs viriam a descobrir o fax e outros documentos da Weidleplan relativos a este caso, «escondidos» nos escritórios dos advogados daquela empresa. Esta descoberta, assim como a descoberta, pela polícia portuguesa, de que o número de fax de Strecht Monteiro teria sido programado com um número errado, inviabilizariam a tentativa de atirar para cima de mim a acusação de difamar o então governador e até, quem sabe, de ter falsificado o próprio fax que entregara a *O Independente*! Foi então, estou convencido, que a estratégia terá regressado à tese da burla. Senão vejamos. A 9 de Abril, o Procurador alemão encarregado do processo receberia um colega seu de nome Helmut Krombacher que lhe faria a seguinte declaração: «na semana passada, uma pessoa que eu não conheço muito bem contactou-me pelo telefone e informou-me que poderia fornecer informações úteis. Não me explicou como é que tivera conhecimento de que, à data, existia nesta procuradoria de Stuttgart uma carta rogatória portuguesa. Mediante combinação, o informador procurou-me no dia 6 de Abril de 1990... tendo-me declarado: soubera que em Portugal um certo sr. António Strecht Monteiro tinha solicitado a um cidadão alemão autorização para resgatar através da respectiva conta pessoal... um cheque no montante de 606000DM. Há cerca de três semanas deparara, absolutamente por acaso, que este cheque fora resgatado por Monteiro em 6 de Janeiro de 1989 e que, nesse mesmo dia, fora efectuado um levantamento em dinheiro nesse montante. Por outro lado, o informador soubera que o dinheiro passara das mãos de Monteiro para um certo Ruiz Matheos (fonético), um arquitecto». No dia seguinte, a 10 de Abril, o procurador-geral-adjunto Rodrigues Maximiano receberia informação de Stuttgart de que Richard Weidle e Strecht Monteiro tinham estado a mentir e que o fax descoberto era, afinal, verdadeiro. No dia 27 de Abril o procurador-geral-adjunto, Rodrigues Maximiano, seria autorizado a fazer uma busca no edifício da Emaudio que não requeria a minha presença e revelando uma certa urgência, uma vez que autorizava mesmo as autoridades ao arrombamento da porta a fim de não poderem ser desviados documentos. Só seria efectuada, contudo, no dia 16 de Maio. Vinte dias depois!

R: Não conheço.

P: Era o secretário das relações internacionais do PS, deve ter tido contactos com ele...

R: Não. Tive uma vez, um contacto, em 1975.

P: E Almeida Santos?

R: Conheço muito bem, em especial das campanhas eleitorais. Encontro-o de vez em quando, conversamos...»

No dia 3 de Maio, Strecht Monteiro seria ouvido de novo e continuaria a negar ter conhecimento do fax mas admitindo, então, ter efectuado um pagamento na Emaudio para «prestação de serviços» desta empresa à Weidleplan. Uma semana depois, a 9 de Maio, em nova audição, continuaria a dizer nada ter tido que ver com o fax, que diria desconhecer, mas o que fora uma «prestação de serviços», a 3 de Maio, seria, então, significativamente, alterada para uma «burla» quando afirmaria «terem [ele e a Weidleplan] sido enganados por aqueles tipos» referindo-se a mim, a Tito de Morais e Menano do Amaral. Continuaria, contudo, a afirmar que o governador nada tivera que ver com o assunto. Também só no dia 4 de Maio se lembraria de que readquirira a cidadania portuguesa «sem saber».

Eu regressaria a Lisboa de uma viagem de um mês aos Estados Unidos, na manhã do dia 16 de Maio. A porteira do prédio onde residia disse-me, à chegada, terem várias vezes ido à minha procura umas pessoas com muito mau aspecto. Pelas 14.30h fui à sede da Emaudio tendo também ali sido procurado por uns «tipos estranhos» que nunca se quiseram identificar tendo, ao que parece, um deles entrado dentro do edifício e só sido visto à saída sem, contudo, conseguir ser identificado. Durante a minha ausência teriam disparado os alarmes em várias ocasiões durante a noite, tendo-se ali deslocado funcionários da empresa de segurança, sem nada notarem de anormal. Naquele dia, passada menos de meia hora da minha entrada, ser-me-ia anunciado que o procurador-geral-adjunto, Rodrigues Maximiano, munido de um mandato de busca passado vinte dias antes, estava na recepção e pretendia falar comigo. Mas, apesar de então ter pedido para falar comigo diria, depois, que a minha presença não seria obrigatória. Dir-me-ia, então, existirem suspeitas de difamação do governador de Macau ou de burla à Weidleplan. Perguntar-me-ia pelo fax do qual eu imeditamente lhe disse ter conhecimento mas não possuir comigo. Mandou então proceder à busca no meu gabinete e, cinco segundos passados, o subinspector António Coutinho da PJ, exclamando «cá está ela», encontra num compartimento sem fechadura da mesa do telefone, uma caixa de cartão ainda com cintas de maços de notas. Perante a minha estupefacção perguntaria aos funcionários se alguma vez tinham visto aquela caixa. Todos negariam alguma vez terem visto aquela caixa e em especial a minha secretária, que tinha acesso ao meu gabinete assim como as mulheres da limpeza, de uma firma exterior à Emaudio. Eu guardava medicamentos naquele compartimento e não era verosímil tal caixa ali ficar esquecida desde Janeiro de 1989! Servia, contudo, perfeitamente, a tese da «burla» preparando-se então o procurador-geral-adjunto e sua comitiva para abandonar o edifício. Eu há muito estava desconfiado de que algo estava a ser tramado contra mim. Assim, antes de partir para os EUA a 15 de Abril, colocara quatro recibos de pagamentos a Carlos Melancia num envelope branco com o meu nome e mandara-os colocar na casa forte. Outros documentos que eu ali mandara colocar e reproduzo em anexo, não desperta-

riam o menor interesse. Mandara-os lá colocar para o que desse e viesse. Aliás, estou hoje fortemente convencido de que se eu não tivesse provocado o aparecimento daqueles documentos, teria sido logo ali detido e o rumo da chamada investigação, que então eu baralhara, iria conduzir-me a mim e a Menano do Amaral ao banco dos réus acusados de ter «burlado» a Weidleplan e «difamado» o governador de Macau. Mas quando vi a caixa ser produzida, além de surpreendido tive a nítida sensação de que fora lá recentemente colocada por alguém e que o subinspector sabia o que procurava. Assim, num ápice, quando Rodrigues Maximiano já se preparava para dar por terminada a sua rápida busca e, convencido de que aquele procurador me iria deter ali mesmo, vi a palavra «burla» diante de mim e «forçá-los-ia» a continuar a busca e a visitar a caixa forte, para encontrar os documentos. Esta caixa deveria ter sido um elemento fundamental na investigação mas, lamentavelmente, Rodrigues Maximiano só lhe ligaria importância para a considerar no quadro das declarações de Stercht Monteiro, isto é, que fora «aquela» caixa que transportara os cinquenta mil contos embora se enquadrasse, perfeitamente, no *timing* do *complot* que eu penso ter sido fabricado contra mim e já descrito. Considerei o desinteresse de Maximiano e a falta de isenção em não querer aprofundar as investigações sobre a referida caixa, como chocantes. Por esse motivo ficaria sempre com as maiores dúvidas sobre se o procurador, ao contrário do que acontecera comigo, não saberia antecipadamente que ali iria encontrar aquela caixa[1]. Eu estaria ausente do País de 15 de Abril a 16 de Maio. Em Março o conhecido dirigente do PS, José Manuel Galvão Teles, advogado de Carlos Melancia, receberia uma mensagem escrita do advogado da Weidleplan evidenciando um acordo secreto a que Rodrigues Maximiano viria a associar sem o menor pudor todos os acusados, sem nunca explicar como chegara a tão «brilhante» conclusão! No dia 9 de Março o ex-colaborador de Mário Soares, Carneiro Jacinto, associaria, pela primeira vez, o meu nome a este caso na já referida entrevista. A polícia alemã descobriria o fax escondido no início de Abril, dando disso conhecimento a Rodrigues Maximiano no dia 10 desse mesmo mês. No dia anterior uma denúncia anónima, que tudo leva a crer ser de um antigo associado alemão de Strecht Monteiro, indica na Alemanha pela primeira vez o meu nome como tendo recebido o dinheiro. No dia 27 de Abril (já a caixa teria sido colocada no meu gabinete), seria emitido um mandato de busca à Emaudio que — embora o não exigisse — esperaria pela minha chegada ao País, vinte dias depois! No dia 3 de Maio, Monteiro declararia ter entregue o dinheiro à Emaudio para «prestação de serviços»,

[1] O advogado de Strecht Monteiro, Strecht Ribeiro, insinuaria em tribunal que o Ministério Público teria algo que ver com aquela caixa, o que provocaria violenta reacção da delegada do Ministério Público, Maria José Morgado. Em qualquer dos casos nunca seria apurado, com seriedade, como ela lá teria ido parar.

portanto para um acto legal. Na manhã do dia 9 de Maio ainda acrescentaria que após ter entregue o dinheiro na Emaudio o vira sair «para um banco» mas, na sessão da tarde, Strecht Monteiro prescindiria misteriosamente da presença do seu advogado e iniciaria toda uma série de declarações que visavam o envolvimento dos administradores da Emaudio numa burla. O procurador-geral-adjunto confirmaria à sua chegada à Emaudio, a 17 de Maio, ser essa uma das suas suspeições mas, após «encontrar» os recibos de pagamentos a Carlos Melancia, que eu propositadamente colocara no cofre, regressaria à sua tese inicial (e, afinal, a única) de que o texto do fax correspondia à verdade!

No momento em que se encontravam no meu gabinete, onde eu e Menano do Amaral rubricaríamos os documentos encontrados, aquele administrador seria chamado ao telefone. Era o chefe da casa civil do Presidente da República que queria marcar um encontro de Mário Soares com ambos, Amaral e eu, após o seu regresso de Marrocos onde então efectuava uma viagem oficial. Quando soube da presença do procurador entraria em pânico, desligando. Mas, mais tarde quis saber pormenores daquela visita e informou que já tinha avisado o Presidente da República em Marrocos e que este enviara Almeida Santos (que se encontrava na sua comitiva) para tomar conhecimento da situação.

No dia seguinte, acompanhado do advogado Fernando de Oliveira começaria a ser ouvido em Monsanto por Rodrigues Maximiano enquanto o subinspector Coutinho escrevia à máquina.

Embora fosse «referenciado como muito próximo do PCP»[1] por alguns, também tinha fama de ser um «sampaista» ferrenho mas o meu advogado, que o conhecia de há anos, dir-me-ia que ele era uma pessoa correcta devendo eu responder com verdade a todas as perguntas. Contudo existiam, como é óbvio, condicionantes que não poderiam deixar de ser ignoradas. Além das visitas anónimas a casa e ao escritório, tinha recebido telefonemas estranhos de que informaria o Ministério Público nesse mesmo dia[2]. Por outro lado, o País estava à porta da campanha eleitoral e a jornalista Sanches Osório, embora dizendo-se socialista, tudo faria para me coagir a colaborar contra Mário Soares na campanha de *O Independente* a favor de Basílio Horta. Telefonava-me constantemente e até no seu depoimento de 6 de Março implicitamente reconhece essa coacção quando declara que «ao ter a percepção que estão preenchidas condições para "irritar"

[1] *Visão*, de 8 de Abril de 1993.

[2] Sob o título «Mateus na retranca» avisar-me-ia *O Jornal* que «a integridade física de Rui Mateus estaria alegadamente ameaçada havendo fortes indícios de que terão sido feitos contactos com indivíduos ligados ao mundo do crime para se encarregarem desta «operação». «Esta versão foi confirmada a *O Jornal* por uma fonte de Macau ligada aos negócios que estão na base de todo o desentendimento...», 4 de Outubro de 1990.

a sua fonte (referindo-se a mim) contacta aquela fonte e tenta obter dela mais elementos publicáveis relativamente a uma outra questão relacionada com Macau, o que não consegue»[1], chegando ao ponto de me enviar bilhetinhos para encontros com Paulo Portas em sua casa com a alegada intenção de me «quererem ajudar»[2]. As pressões eram muitas, a começar com a «recomendações de amigo», de Almeida Santos, que o Presidente da República enviara apressadamente de Marrocos e com quem reuniríamos regularmente a partir do dia 17 de Maio em sua casa. Por outro lado eu estava ser «olhado» como um traidor à causa «soarista» que abraçara durante tantos anos e sentia que muitos colaboradores inocentes iriam ser prejudicados socialmente por causa da imprensa onde, mais tarde ou mais cedo, estalariam as notícias, estando-o já a ser profissionalmente e economicamente. O meu objectivo principal era fazer compreender a Rodrigues Maximiano que enquanto estalara no seio da Emaudio uma guerra que conduzira ao fax, a sua divulgação visava impedir a consumação de qualquer acordo com a Weidleplan, ocorrido após o dia 5 de Julho de 1989 e qualquer acordo em curso com a Interfina. Eu entregar-lhe-ia cópias de actas, extractos de contas bancárias e todos os documentos que me foram pedidos, tendo eu mesmo voluntariado alguns deles. Nunca lhe neguei a existência do fax que lhe entregaria voluntariamente, creio que a 18 de Maio. Era minha intenção, não obstante os condicionalismos, ser absolutamente cooperante desde que ele assim o quisesse. Mas não seria esse o caso. Rodrigues Maximiano estava aparentemente decidido, desde o início, a dar como verdadeiro o texto do fax mesmo que para isso fosse necessário um grande exercício laboratorial e uma mãozinha da comunicação social. Logo na sessão desse primeiro dia, várias vezes interrompida por telefonemas do jornalista Joaquim Vieira, eu tentaria fazê-lo compreender que esta investigação iria ser complexa uma vez que, para ser levada a sério, ele não poderia «agarrar-se» ao fax. Sobretudo sabendo-se que «entre Abril e Junho de 1989 houve contactos entre representantes da Emaudio e da Interfina» e que embora eu não tivesse participado «nessas discussões [chegara] à conclusão... que a Interfina esperava obter contrapartidas em termos de adjudicações no território de Macau para poder concretizar a sua participação no aumento de capital da Emaudio». Disse-lhe, admitindo a veracidade do fax que o seu signatário Strecht Monteiro só admitiria dois meses depois, que sugerira a Strecht Monteiro que «para chegar ao sr. Presidente da República, talvez fosse mais sensato calmamente expor a situação previamente ao Dr. Almeida Santos, que é presidente da assembleia geral da Emaudio» e que era minha opinião que «o Dr. Almeida Santos terá recebido o Strecht por mais que uma vez». Depois declararia que a primeira

[1] Depoimento de Helena Sanches Osório, de 6 de Março de 1990, volume I dos autos.

[2] Helena Sanches Osório declararia ao *Diabo*, de 19 de Setembro de 1995, após sair de *O Independente*, que aquele semanário estava ao serviço do CDS/Partido Popular.

coisa que fizera após receber o fax do Strecht Monteiro fora «mostrá-lo ao Dr. Almeida Santos» que me respondera também ser «possuidor duma cópia...(acrescentando) a propósito que iria abordar o assunto com o sr. Presidente da República». Posteriormente em conversa com Mário Soares, em Novembro de 1989, eu abordara «o assunto com o sr. presidente e este [disse-me] que tinha conhecimento do assunto pelo Dr. Almeida Santos». Depois de tudo isto, que a delegada do Ministério Público, Maria José Morgado, viria a apelidar de «pistas», penso que o procurador-geral-adjunto tinha ali «pano» para escrever um *Livro Branco* sobre o tráfico de influências na vida político-partidária portuguesa e, sabe-se lá, dar a conhecer a verdade ao País sobre o financiamento dos partidos. Quer dizer que para além de lhe confirmar o meu envolvimento no fax, de lhe dizer logo nesse dia que «tinha indícios de que me estavam a tentar incriminar por razões de vingança» e de lhe tentar «abrir» os olhos para a existência de uma razão para a divulgação do fax, confirmar-lhe-ia que o Presidente da República e o conselheiro de Estado, Almeida Santos, conheciam bem o assunto muito antes da sua divulgação e nada fariam para a impedir ou para processar os seus autores. O que só por si seria mais do que suficiente para alargar o âmbito da investigação e o número de pessoas a serem inquiridas. Depois, a questão da Interfina seria só por si motivo suficiente para pensar mandar o fax «às urtigas»! Mas não, nem com os outros arguidos no processo abordaria o teor das minhas declarações que, valerá a pena lembrar, também nunca foram desmentidas pelos visados. Para além dos três administradores da Emaudio nenhuma empresa, nenhuma instituição e nenhum outro elemento foi inquirido nem sequer Almeida Santos que era (e ainda é) presidente da Assembleia Geral e tudo sabia. Quando o meu advogado, que não pudera acompanhar-me àquela audiência, teve conhecimento do que eu dissera ficou furioso e proibir-me-ia de voluntariar mais informações, uma vez que «era ao procurador-geral-adjunto que competia conduzir o inquérito»! No dia 28 de Maio «prontifiquei-me a fornecer aos autos o extracto da conta (da Emaudio) do primeiro trimestre de 1989, onde foi feito o depósito dos 31 mil contos». Afirmei então que o dinheiro oriundo da Weidleplan não fora «repartido, entre os presentes»[1]. Nos meus depoimentos, além de alguns movimentos de ordem táctica, coordenados pelo meu advogado Germano Marques da Silva, nunca me furtaria à verdade nem entraria em contradição[2]. Já então, em 1990, diria o que já acima repeti, que o fax, no que respeita à Weidleplan «não visava

[1] Referência aos 50 mil contos entregues a 6.01.1989 à Emaudio e que o procurador-geral-adjunto diria na acusação terem sido repartidos entre os acusados.

[2] O jornalista de *O Independente*, Pedro Guerra, que eu acusaria de frequentemente confundir jornalismo com a divulgação de actividades e opiniões da Procuradoria-Geral da República, escreveria um insidioso e suspeito artigo a 19 de Maio de 1995 afirmando que eu entrara em contradição nos meus depoimentos de 1990. Artigo e resposta em ANEXO (*Anexo 40*).

acerto de contas ou devolução dos cinquenta mil contos oferecidos, mas sim pressionar o governador a adjudicar o projecto que tinham em Macau» e que «os cinquenta mil contos foram utilizados directamente pela Emaudio em si ou em empresas associadas». Onde é que estariam as mentiras ou as contradições que o procurador-geral-adjunto, Rodrigues Maximiano, alegaria depois, é que seria difícil dizer. Mais fácil seria demonstrar que entre respostas verdadeiras que facilmente seriam demonstradas e «inverdades» de Strecht Monteiro, obtidas na ausência do seu advogado, o procurador-geral-adjunto preferiria estas últimas para, como já afirmei, laboratorialmente demonstrar que o texto do fax correspondia a uma verdade impossível.

As minhas dúvidas sobre a chamada investigação pré-acusatória são muitas e de vária natureza. Em primeiro lugar ela parece revelar uma fixação demasiado rígida no texto do fax. O investigador parece depender mais na sua livre convicção do que na lógica, rejeitando à partida qualquer análise ao conflito que estalara no seio da Emaudio e que provocaria, em última análise, aquele «míssil político». Em segundo lugar, uma vez adquirida a convição de que o texto do fax dizia a verdade, tentar-se-ia abusar dessa mesma lógica para esticar artificialmente todas as regras do bom-senso a fim de se provar o que era, à partida, impossível de provar: que houvera favorecimento da empresa Weidleplan.

Depois a investigação pré-acusatória aparentemente revelaria uma total falta de rigor. O arguido que mais contradições demonstrara nos seus depoimentos, o mediador Strecht Monteiro, nunca concederia aquilo sem o que Rodrigues Maximiano não tinha legitimidade moral para acusar: a prova relativa a um pacto de suborno do então governador. Monteiro, seriamente amedrontado a ponto de dispensar o seu defensor a partir do dia 9 de Maio, não conseguiria sequer merecer o estatuto de «arrependido»[1] uma vez

[1] Apesar de ter sido considerado pelo tribunal como o «elo mais insignificante da cadeia de contactos», por alegadamente ter colaborado com a entidade policial e o tribunal para o «apuramento da verdade», Strecht Monteiro negaria sempre a existência de um pacto de suborno ou que lhe tivessem sido dadas garantias de que a «sua» empresa sairia vencedora. Tudo indica que o relacionamento de Monteiro com o Ministério Público durante os inquéritos em que não estaria presente o seu advogado não abona a favor do Ministério Público e serviria, mais para criar confusão, do que para o apuramento da verdade, como se verifica pela leitura dos seus depoimentos. Entretanto, também a sua constante recusa em corroborar a tese do Ministério Público, quanto ao pacto de suborno ou quanto à intenção de corromper o então governador, parecem contradizer a afirmação dos juízes de que ele teria colaborado com a polícia e com o tribunal para o «apuramento da verdade». Por outro lado, a ter-se verificado o crime de que ele fora acusado, a afirmação dos juízes de ele ter sido o «elo mais insignificante da cadeia de contactos», carece de sustentação. A ideia de associar Strecht Monteiro a uma espécie de «arrependido» só poderia, contudo, justificar-se, de uma perspectiva eticamente correcta, se ele, em sede de julgamento ou de investigação pré-acusatória, não tivesse sempre negado o seu envolvimento no acto ilícito de que estava a ser acusado e, finalmente, demonstrasse arrependimento. A maneira como o «fenómeno» Strecht Monteiro seria apresentado e a sua pena suspensa, além de intrigantes, mais parecem de gato escondido com o rabo de fora...

que nunca confessaria o crime de corrupção activa nem possuía quaisquer provas para que esse crime se pudesse provar. Entretanto, alguns dos elementos por ele entregues serviriam mais para alimentar a confusão da já em si extremamente confusa acusação. As suas agendas, por exemplo. Entregá-las-ia no final dos seus inúmeros depoimentos e são consideradas essenciais para o apuramento da verdade. Mas levantam três tipos de problemas gravíssimos à consciência do acusador: Não existem peritagens que garantam que o que lá está não foi acrescentado *a posteriori*, não foram comparadas com as dos outros arguidos, conforme eu alertara antecipadamente, e revelam curiosos contactos com Almeida Santos, com a Presidência da República e outras personalidades jamais ouvidas no processo. Depois não foi ligada a menor importância nem ao desaparecimento «temporário» dos documentos da Weidleplan para o escritório do seu advogado, nem à tentativa de incriminação de terceiros por falsificação do «seu» fax, nem ao aparecimento da caixa no meu gabinete, que só Strecht Monteiro reconheceria como sendo a que deu entrada na Emaudio. Entretanto, na entidade bancária onde ela terá sido entregue foi apenas dito que era uma caixa igual a muitas que aquele banco fornecia a clientes desprevenidos. Poderia, portanto, ter sido aquela caixa ou outra e Monteiro poderia não ter transportado, finalmente, o dinheiro em nenhuma delas até Lisboa. E mesmo que, por hipótese, o tivesse feito, ninguém garantiria que fora exactamente naquela! Investigar a caixa teria assim tido mais significado para o apuramento da verdade, do que só para afirmar (como aconteceria afinal) que fora nela que o dinheiro fora transportado. Existe igualmente um documento apresentado por Strecht Monteiro que é um autêntico pau de dois bicos para o Ministério Público. Uma alegada garantia que ele diz ter pessoalmente prestado à Weidleplan de devolução, por si, dos cinquenta mil contos entregues na Emaudio caso a Weidleplan viesse a perder o contrato em Macau. Tem a data de 31.12.1989, afirmando tratar-se de um erro dactilográfico pois teria sido alegadamente assinada, um ano antes, em 31.12.1988. Mas, se foi assinada em 1988, então Monteiro assinaria uma garantia antes de o dinheiro lhe ser entregue a ele, o que é, convenhamos, pouco verosímil. Ele alegaria que tinha tanta confiança na Emaudio que se dispôs a assinar essa garantia[1]. Contudo não teria sido mais lógico à Weidleplan pedir

[1] Além de não ser sustentada por nenhuma prova concreta esta «garantia», que seria «exibida» a 8 de Maio por Strecht Monteiro e não confrontada com nenhum outro documento, parece contradizer outra declaração feita ao Ministério Público no mesmo dia. Afirmaria, então, que «não obstante» estar convencido da seriedade e influência dos administradores da Emaudio, «propôs à empresa alemã a colocação no território de Macau de um engenheiro bilingue... para acompanhar no local toda a situação, mantendo-se assim informado do que acontecia e das decisões». Quem tem tais dúvidas dificilmente assina garantias antes de receber o dinheiro que, alegadamente, iria garantir. A verosimilhança do documento é pouco provável até porque a Weidleplan não terá aceitado a sugestão do seu representante alegando «o bom suporte que tinha em Lisboa» através da Emaudio! O que significa que Monteiro, ape-

a garantia à própria Emaudio? Fica também no ar o porquê do fax da Weidleplan ao governador, exigindo a devolução do dinheiro quando, como o Ministério Público alega, a própria Weidleplan já possuía uma garantia do próprio Strecht Monteiro? No meio de tantas dúvidas mal explicadas não há qualquer dúvida, contudo, de que as explicações encontradas poderiam dar jeito à acusação, a braços com a necessidade de criar convicção de que os cinquenta mil contos se destinavam a pagar um favor. Entretanto seria mais plausível e mais lógico investigar se se tratara, de facto, de um erro dactilográfico e que por engano em 1989 se pretendera escrever 1988 para enquadrar esta alegada «garantia», no esquema que estaria a ser montado para incriminar a Emaudio de burla. A tese da «garantia» de um empregado à empresa para quem trabalha não faz nenhum sentido na vida real e nenhuma das datas apresentadas — a verdadeira ou a falsa — se enquadra com lógica na acusação deduzida.

À falta de rigor há que juntar a total ausência de equilíbrio e *fair-play* dos investigadores. Pretendeu-se provar ter o governador favorecido a Weidleplan. O elemento de prova essencial, segundo o subinspector da PJ diria em tribunal, seria a verificação das agendas do governador onde se contariam as vezes que Carlos Melancia recebera a Weidleplan para concluir que estes seriam recebidos mais vezes do que seria normal. Entretanto, admitiria, não lhe passara pela cabeça comparar o número de vezes que o governador recebera outras empresas e, em especial, a empresa que sairia vencedora, Aeroportos de Paris.

Infelizmente há que juntar à fixação, falta de rigor e de equilíbrio, o desprezo pela prova positiva produzida, a incompetência, a falta de isenção e a falta de coragem do investigador. A meio da investigação e, perante a afirmação de que os trinta mil contos pagos a Carlos Melancia seriam o equivalente à compra das suas acções na Emaudio, Rodrigues Maximiano ordenaria uma Inspecção Geral de Finanças à contabilidade da Emaudio para apuramento do valor das acções. Eu tinha sido sempre contrário à ideia de que dos trinta mil contos pagos 16 mil correspondiam às suas acções na Emaudio, atribuindo o valor da aquisição de antiguidades de Carlos Melancia[1] a um empréstimo que João Tito de Morais fizera. Mas Almeida Santos, naturalmente mais preocupado consigo próprio, ajudaria a convencer Menano do Amaral de que trinta mil contos poderia parecer dinheiro a mais para magistrados, aparentemente mal

sar das dúvidas estaria disposto a dar uma «garantia» e a Weidleplan que não parecia ter dúvidas, exigiria uma tal «garantia» a Monteiro e não à Emaudio! Convenhamos que não bate certo.

[1] Um dos documentos «encontrados» pelo procurador-geral-adjunto na Emaudio era uma cópia de uma factura de aquisição de antiguidades em nome de Carlos Melancia no valor de 15 492 contos. Eu declarara ao procurador-geral-adjunto nada saber sobre o que estaria por detrás daquela aquisição. O que é verdade, mas seria deixado na Emaudio por Tito de Morais quando abandonara a empresa pretendendo dá-lo então como «recibo» do último pagamento devido a Carlos Melancia.

pagos. Mas disso falarei adiante. Se Rodrigues Maximiano tivesse investigado os aspectos políticos à volta deste caso, como a verdade exigia, compreenderia que a posição de Melancia na Emaudio se não poderia medir em meros termos contabilísticos. No quadro do acordo aquando da constituição da Emaudio ele teria direito a uma compensação que seria sempre definida pelo critério de quem vende e quem compra e não por métodos contabilísticos. Aliás ainda hoje, 5 % de uma empresa, de qualquer sociedade anónima, são um valor mais estratégico do que contabilístico. Em 1988, quando o montante seria fixado e, no início de 1989, quando seria pago, o potencial de 5 % da Emaudio para um «accionista» influente, era de longe superior a trinta mil contos. Embora, para um que saísse a mal, como estaria para ser o meu caso em 1989, teriam o valor que alguém quisesse dar por elas. Eventualmente, só teriam então o valor de impedir que estranhos entrassem na empresa. Hoje, depois do escândalo e da liquidação da Emaudio, o seu valor é mais político embora se não possa, mesmo assim, considerar nulo. Aliás o presidente da Assembleia Geral, Almeida Santos, admite-o, ao afirmar em carta recente enviada aos liquidatários da Emaudio, que qualquer valor a apurar pelas suas acções no acto de liquidação, deveria ser entregue ao Partido Socialista.

As conclusões da Inspecção Geral de Finanças não seriam contudo do agrado de Rodrigues Maximiano. Esta inspecção conclui terem as acções sido transaccionadas num período anterior ao aparecimento da Weidleplan tendo um valor contabilístico variável no tempo e consoante situações não avaliadas, não podendo portanto determinar o valor daquelas. Com invulgar simplismo, o procurador-geral-adjunto concluiria então que o valor das acções era nulo e que portanto a explicação dada para os pagamentos a Melancia teria que ser falsa. Mas, o que a IGF e todos os especialistas chamados a depor concluiriam, seria, exactamente, o contrário. Este desprezo pela prova revela também uma profunda incompetência da Procuradoria-Geral da República para apreciar questões de natureza económica.

A investigação caracteriza-se também por uma enorme falta de isenção. O procurador-geral-adjunto mandaria analisar as minhas contas bancárias e as de minha mulher, as contas da Emaudio e uma conta conjunta utilizada para investimentos no grupo Emaudio. Creio que também as de João Tito de Morais e de Menano do Amaral. A primeira coisa que detectaria foi não existirem movimentos que pudessem revelar qualquer pagamento considerado ilícito, nem qualquer pagamento a Melancia, quer pessoal quer da empresa. Depois verificaria que os cerca de cinquenta mil contos da Weidleplan tinham sido depositados integralmente em contas da Emaudio[1].

[1] A IGF também confirma este ponto com o «depósito n.º 6617 em numerário no montante de 31 mil contos contabilizados na empresa» em 6.01.89 e, em «89.02.08 depósito em numerário de 19 mil

Também não havia quaisquer indícios de repartição dos cinquenta mil contos da Weidleplan entre os arguidos. Elementos de prova jamais considerados positivamente pelo investigador. O único elemento em contrário seria o texto do fax. Rodrigues Maximiano concluiria pela prova negativa. Entretanto não apareceriam análises nem à conta do MASP que daria início à Emaudio nem às contas bancárias de Strecht Monteiro, conhecido mediador de empresas alemãs em Macau e, também, arguido e co-autor do fax.

Finalmente, tendo em conta os meus depoimentos e, sobretudo, o primeiro de 17 de Maio, o qual, associado às reveladoras agendas de Strecht Monteiro e aos fortes indícios de conspiração contra mim, deveria ter determinado o rumo das investigações, só poderei concluir que ou ao investigador faltou a coragem ou confundiu a árvore com a floresta!

Antes da acareação que teria lugar no dia 3 de Julho entre os acusados, a Weidleplan daria mais um ar da sua graça. A 20 de Junho enviaria uma carta a Carlos Melancia pedindo-lhe desculpa pelo fax de Outubro de 1989, que teria sido gerado no meio da confusão, e tentando repor a verdade (*Anexo 42*). Segundo esta os cinquenta mil contos teriam sido entregues na Emaudio para prestação de serviços, como Strecht Monteiro, inadvertidamente (ou porque ainda se encontrava acompanhado do seu advogado) tinha afirmado no seu depoimento de 3 de Maio. Era evidente, que com a «descoberta» dos recibos de pagamento a Melancia que eu propositadamente colocara no cofre da Emaudio, Rodrigues Maximiano dificilmente poderia continuar a remar no sentido da burla a que se destinara a caixa e as acusações contra terceiros por alegada falsificação do fax. Agora também a Weidleplan se via envolvida, o que explica a tardia e incompleta rectificação e, com grande probabilidade, o *complot* que estaria a ser tramado contra mim.

Eu cometeria entretanto um erro de palmatória durante a acareação. No seguimento de conversas com Almeida Santos, após os meus primeiros dois depoimentos, Menano do Amaral interromperia o seu interrogatório no dia 24 de Maio, alegando uma súbita indisposição, e eu regressaria ao Ministério Público a 28 de Maio, para aceitar a ideia de que o dinheiro da Weidleplan se destinara à «prestação de serviços». Seria convencido de que nada tendo havido de ilegal e que, sendo a prestação de serviços igualmente legítima, poderia com esta alteração evitar um escândalo político naquele período pré-eleitoral e concordaria em aceitar que os cinquenta mil contos da Weidleplan, embora entregues na Emaudio e utilizados para projectos da Emaudio (o que era

contos. Esta importância, acrescida do depósito efectuado em 89.01.06 na conta da empresa, prefaz 50 mil contos, montante de expressão idêntica ao pagamento efectuado pela Weidleplan. Relatório da IGF pp. 810-12 dos Autos. (*Anexo 41.*)

verdade), teriam sido destinados a honorários dos administradores pela «prestação de serviços» àquela empresa alemã e estaria na disposição de acertar contas com a Weidleplan. O procurador-geral-adjunto, tem toda a razão quando, nos seus conclusos, salienta o facto de eu ter declarado no meu primeiro depoimento «que na Emaudio não existe qualquer *dossier* relativo à Weidleplan pela razão de que não havia qualquer assunto relevante com aquela empresa que justificasse a abertura de um *dossier*»[1]. Era evidente que se os cinquenta mil contos tinham sido uma contribuição política à Emaudio, que compreensivelmente a Weidleplan ligava ao Presidente da República e à área do PS, não poderia haver ali um *dossier* ou qualquer comprovativo de trabalhos efectuados. Sendo assim, devo também dizer, em abono da verdade, que se não havia *dossier* também grande parte dos contactos alegados por Strecht Monteiro que conduzem à tese da corrupção adoptada pelo Procurador e fazem parte dos autos não são verdadeiros, nem têm qualquer justificação. Como aliás eu sempre manteria. Eu não sabia nem me interessava minimamente saber quanto era o valor das propostas (ainda hoje não sei), em que pé estariam os projectos, nem quaisquer pormenores do relacionamento entre a Weidleplan e o Governo de Macau. Falara a Melancia para receber os alemães em 1988, arranjara um encontro entre eles em Lisboa em Abril de 1989 e dera a Strecht Monteiro informações obtidas junto de Stanley Ho sobre a CAM e outras empresas que, aparentemente, nem corresponderam à realidade. A minha concordância, para além de ser uma cedência de princípio fundamental custar-me-ia cara. Sempre acompanhado de Menano do Amaral encontrara-me várias vezes com Almeida Santos em 1990. Mas, depois de Julho, quando Strecht Monteiro revelaria ter sido Almeida Santos a mandá-lo acusar-me, deixaria de manter com ele qualquer relação. Desde Novembro de 1989, quando Mário Soares me acusara de estar por detrás da intriga que motivara o envio do fax da Weidleplan ao governador que este deixara de falar comigo. Entretanto, depois de começar a ser ouvido na Procuradoria a 17 Maio, chamar-me-ia uma vez à sua casa de Lisboa e uma outra — a última — no dia 5 de Julho, à sua casa do Vau no Algarve. Não revelarei pormenores dessas conversas mas, como é normal para um Presidente da República, ele estava bem informado do andamento da investigação. Com Strecht Monteiro encontrar-me-ia no restaurante de Campolide no dia da acareação com os advogados para acordar metodologia para acertar contas com os alemães. Depois com João Tito de Morais, que deixaria de me falar depois do dia 20 de Julho de 1989, só o encontraria na reunião que teríamos, em Espinho, no dia 1 de Agosto com o advogado da Weidleplan e a filha do proprietário. O Ministério Público aludiria a «pactos de silêncio» entre os arguidos. Mais um *cliché* desnecessário. Seria bem se o acordo de silêncio que o advogado da Weidleplan

[1] Página 1252 dos Autos.

refere ao seu colega José Manuel Galvão Teles tivesse sido devidamente investigado no seu próprio contexto, antes de se tomar a nuvem por Juno.

A reunião com a Weidleplan teria lugar no Hotel Solverde em Espinho no dia 1 de Agosto. Estariam presentes, além de Strecht Monteiro e dos três administradores da Emaudio, os seus respectivos advogados. Na noite anterior, ao entrar no meu quarto n.º 362 após o jantar, encontraria as coisas remexidas e a porta de ligação com o quarto do lado aberta, do meu lado. Fui fazer queixa na recepção que me deu outro quarto para dormir «tranquilo», o quarto n.º 366. O meu advogado seria de opinião que se não deveria participar daquela intrusão uma vez que a polícia estava visível em todo o hotel. Não me enganara, pois Strecht Monteiro coordenara a reunião com o Ministério Público que ali enviara observadores. Alguém terá andado à procura dos cinquenta mil contos por todo o lado tendo mesmo os alemães, no seu regresso, sido detidos no aeroporto para averiguações. Ali firmaríamos um acordo perfeitamente estúpido em que teríamos de devolver solidariamente, Menano do Amaral, Tito de Morais e eu, quarenta mil contos tendo-nos dez mil sido atribuídos a título de honorários. Seria acordado que esses quarenta mil contos só seriam pagos após liquidação da Emaudio prevendo-se assim juros a partir de então. Acontece porém que os alemães não me tinham perdoado a divulgação do fax, como verificaria aliás em Espinho, e, rompendo o acordo estabelecido, em Abril do ano seguinte a Weidleplan moveria uma acção cível contra Menano do Amaral e contra mim. Situação em tudo diferente do que se passaria com João Tito de Morais que a «Weidleplan não accionaria judicialmente. Como a Emaudio em liquidação não tinha então dinheiro, acabaria por ter que vender parte do meu património familiar para poder pagar no dia 31 de Janeiro de 1992 à Weidleplan o montante de 14 250 contos. Tito de Morais viria a liquidar a sua parte em fins de 1993 quando a Emaudio em liquidação, após venda da sua sede por 230 mil contos, tinha disponibilidades financeiras. A atitude discriminatória da Weidleplan foi para mim também sintomática.

No final de Setembro com grande alarido de alguma comunicação social à solta, o procurador-geral-adjunto acusava-nos formalmente com a convicção de haver fortes possibilidades de sermos condenados. Não houvera investigação condigna nem provas a apresentar. Só que, num simplismo confrangedor, seríamos acusados segundo indícios de um crime, «*grosso modo*, designado de corrupção»[1]. Tinha vencido a tese do primeiro-ministro, do Presidente da República e do próprio procurador-geral da República de que em Portugal «não há condições nenhumas para que se repita aqui o fenómeno italiano»[2]. Pudera!

---

[1] Conclusos de Rodrigues Maximiano, p. 1203 dos Autos.

[2] Declaração do procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, em entrevista ao *Expresso*, de 19 de Agosto de 1994.

Capítulo X

«No tribunal do juiz Roy Bean* ou da juíza que gostava de ser ministro da Justiça?»

---

* Artigo de Miguel Sousa Tavares in *Público*, de 6 de Agosto de 1993.

Embora acusados sem provas e sentindo que o «Ministério Público deveria ter tido a coragem de bater em retirada»[1] também sabia que seria preciso coragem para sermos absolvidos pelos juízes do tribunal da Boa Hora, tendo em conta a nossa inequívoca condenação prévia nos jornais. Era o «soarismo em tribunal»[2] e a grande oportunidade de muitos ajustes de contas de interesses cruzados e de ódios reprimidos. Para além da retórica do procurador-geral-adjunto, às vezes em termos e com deduções que faziam lembrar o «jornalismo de investigação» do semanário *O Independente*, nada no processo poderia fazer prova de que tivesse subornado ou tentado subornar o governador de Macau. Consistia num aglomerado de autos inócuos em que se podiam detectar as contradições de Strecht Monteiro, declarações institucionais altamente favoráveis aos arguidos, como acontecia com o relatório da Inspecção Geral de Finanças e nem uma frase que acenasse o alegado «pacto de suborno» por parte das duas dezenas de testemunhas arroladas pela acusação. «Afinal, o que é que eles tinham nas mãos? Um fax, enviado pela Weidleplan ao governador de Macau exigindo a devolução do suborno que lhe teriam pago»[3]. E «se eu enviar um fax a quem quer que seja a dizer "devolve-me o dinheiro que me roubaste", acaso isso prova que o outro me roubou?»[3].

O esqueleto da acusação consistia, de um modo geral, na tentativa de provar a existência de um «pacto de suborno» através do que seria impossível provar: que a Weidleplan, embora desclassificada pela própria mão de Carlos Melancia, tinha sido por este beneficiada consumando o crime de corrupção no momento em que a «pré-qualificara». Ora como já se disse, e como a maior parte das testemunhas o diriam igualmente, só

---

[1] Miguel Sousa Tavares in *Público*, de 6 de Agosto de 1993.

[2] *Visão*, de 8 de Abril de 1993.

[3] Miguel Sousa Tavares in *Público*, de 6 de Agosto de 1993.

houvera dois candidatos àquele contrato e, como tal, não existiria qualquer pré-qualificação mas apenas convites, a ambos, para a apresentação de propostas. No contrário é que poderiam ter residido equívocos embora, nesta matéria, o governador de Macau seja um autêntico «mandarim» e tenha poderes legais quase ilimitados. A maioria das testemunhas eram portanto «funcionários» ou gente ligada à administração de Macau e tinham sido arroladas pelo Ministério Público com a finalidade de o ajudar a «provar», em sede de julgamento, o alegado favor. Ora, dado que o alegado pacto de suborno teria alegadamente sido feito em segredo, razão pela qual nenhumas provas seriam apresentadas para o justificar, só provando primeiro o favor se poderia eventualmente provar, depois, o pacto de suborno. Não bastaria, como alegava Maximiano Rodrigues na sua acusação, referir que o dito «pacto» tinha tido lugar, algures em território nacional, em data incerta e sido proposto ao governador, ou pelos três administradores da Emaudio ou só por um em nome dos outros... Era demasiado vago e leviano e, portanto, demasiado óbvio!

Perante a incoerência de tal acusação seria, como é evidente, requerida a instrução do processo, que caberia ao juiz Carlos Alberto Lobo do TIC de Lisboa. Este, ao fim de um ano de novos inquéritos e debates, discordaria da acusação de Rodrigues Maximiano. Discordaria sobretudo de que, nas circunstâncias descritas pela acusação, a «Weidleplan» tivesse sido favorecida e que, a ter havido tentativa de crime, ele alguma vez pudesse ter sido executado. Assim, depois de longamente explicar aos arguidos presentes na leitura do seu Acórdão, em Setembro de 1991, o significado da sua decisão, remeteria o processo para julgamento em tribunal singular, no Tribunal Correccional de Lisboa. O Ministério Público, curiosamente, não recorreria desta decisão. O que, desde logo, tinha o significado de uma crítica velada à actuação do procurador Rodrigues Maximiano, responsável pela acusação e militantemente empenhado em a promover. Poderia, contudo, parecer que tinha, em qualquer dos casos, prevalecido um certo sentido de protecção corporativa, quer do juiz de instrução criminal que não chegaria a abertamente criticar a actuação do Ministério Público através de uma rejeição liminar da acusação, quer do Ministério Público que não recorreria da decisão daquele juiz, que desqualificara a acusação e a reduzira a matéria de somenos importância.

Mas, surpreendentemente, a 31 de Janeiro do ano seguinte, a juíza Ana Maria Grácio Alves, do Tribunal Correccional de Lisboa, para onde fora remetido o processo, tornar-se-ia conhecida do grande público ao declarar-se incompetente para julgar este caso nos termos em que vinha definido pelo seu colega do Tribunal de Instrução. Por essa alegada razão, remetê-lo-ia, de novo, para a Boa Hora e como não poderia deixar de ser, os arguidos, no seu conjunto, achariam esta decisão incompreensível e recorreriam para a Relação. Este tribunal não só acabaria por dar razão à juíza Grácio Alves, como criaria uma nova situação que, embora legal, não deixava de ser altamente polémica e bizarra. Aceitaria a separação de processos da acusação comum, permitindo ao alegado

«corrupto» um julgamento separado do dos seus alegados «corruptores». Mecanismo de duvidosa democraticidade, utilizado em certos países subdesenvolvidos para «proteger» ministros e «castigar» a arraia miúda, sobretudo a que tem o descaramento de enfrentar o poder, é utilizado no nosso país para permitir que detentores de cargos políticos acusados possam ser julgados com celeridade. Com a justificação de que a Justiça é lenta. Acontece que este mecanismo é uma verdadeira aberração, uma vez que quando os detentores de cargos políticos são acusados têm a obrigação moral de se demitirem deixando, portanto, de exercer funções públicas. Por uma razão muito simples: para poderem ser julgados em igualdade de circunstâncias com os restantes cidadãos e não poderem haver dúvidas em ninguém de que utilizam imunidades e poder enquanto arguidos. Aliás, Carlos Melancia já não era detentor de nenhum cargo político e tão-pouco parece que o seu processo tenha sido apressado pelo benefício daquele mecanismo. Porque é que então lhe foi concedido o benefício de ser julgado separadamente e ver o seu caso apreciado por juízes diferentes dos que apreciariam o caso dos outros? Ninguém, provavelmente, saberá responder com lógica. E, embora pesem os longos anos de ditadura que antecedeu o 25 de Abril e as tropelias e julgamentos populares que se lhe seguiriam, a Justiça de Portugal, hoje sem dúvida o elo menos credível do regime, bem poderia passar sem mais esta peça rocambolesca.

Assim, o julgamento de Carlos Melancia iria iniciar-se em Abril de 1993 no 1.º Juízo da Boa Hora e o meu, um mês depois, no 3.º Juízo, a que presidiria a juíza Filipa Macedo. Em Agosto, Carlos Melancia seria absolvido e poucos meses depois, em Janeiro de 1994, eu seria condenado a quatro anos e meio de prisão por ter alegadamente «subornado» o então governador. «Apesar da acusação e das testemunhas serem as mesmas, numa sala de audiências foi dado como certo que o governador de Macau sabia que estava a receber dinheiro vindo de uma empresa alemã que o queria subornar, enquanto na outra ficou por estabelecer a origem das verbas que permitiram os pagamentos feitos a Melancia. Mais: para uns juízes, esses pagamentos visavam o suborno, enquanto os outros não foram capazes de descobrir o motivo das transacções». «Ninguém gosta de ver a sua vida e a sua liberdade avaliadas por critérios tão subjectivos. Se é verdade que a Justiça deve ser cega, ainda mais verdade é que a Opinião Pública deve ver bem e, sobretudo, perceber o que se passa nos tribunais»[1].

Durante o julgamento de Carlos Melancia a que eu seria chamado a testemunhar arrolado pela acusação[2] seria desde logo impedido pelo juiz-presidente Ricardo Car-

---

[1] «Justiça cega ou confusa?», *Expresso* de 15 de Janeiro de 1994.

[2] No meu julgamento também Carlos Melancia seria arrolado enquanto testemunha, quer da acusação quer da defesa. Este recusar-se-ia a falar, alegando a sua qualidade de arguido do mesmo processo noutro julgamento!

doso de «falar de política». Aconteceria contudo uma situação caricata que aquele tribunal não procuraria explicar convenientemente. Os acusadores insinuavam que o cheque de dez mil contos que eu emitira da minha conta e depositara na conta de Carlos Melancia, em 9 de Março de 1988, era a divisão de um pagamento do «Aeroporto de Frankfurt» que o procurador-geral-adjunto Rodrigues Maximiano decidira não apurar por o considerar «estranho ao objecto dos presentes autos, em virtude da sua data». Mas a delegada do Ministério Público, Maria José Morgado, iria directa ao assunto sem rodeios e sugeriria que a proveniência daquele montante tinha sido a referida empresa. Mas, embora, esse cheque fosse considerado «estranho ao objecto dos presentes autos», porque a Rodrigues Maximiano lhe não interessara aprofundar as investigações, não perderia tempo em compreender o porquê da insistência sobre os referidos dez mil contos. Strecht Monteiro, inquirido sob o mesmo tema, diria então no julgamento do ex--governador que me tinha entregue em 1988 uma soma que variava entre os vinte e os trinta mil contos daquela empresa alemã[1]. A jornalista Sanches Osório, de quem, entretanto, para minha surpresa, Strecht Monteiro se tornara grande amigo, diria dois dias depois, com total despudor, que um administrador do «Aeroporto de Frankfurt» lhe teria confessado ter pago à Emaudio uma soma de cerca de trinta mil contos e que eu lhe teria «confessado ter untado as mãos do ex-governador, em 1988, com dez mil contos». Tudo parecia indicar que a delegada do Ministério Público saberia de antemão que aquelas testemunhas iriam dizer aquilo, que, contudo, eu provaria ter sido uma autêntica montagem. Só não sei é se nela colaboraria o próprio Ministério Público. Em qualquer caso foi um acto indecoroso para criar ambiente contra Melancia e os restantes acusados e, evidentemente, contra mim através da Opinião Pública. Alguns dias antes do início do julgamento de Carlos Melancia, Helena Sanches Osório, com quem eu deixara de falar três anos antes, entraria em contacto comigo e, após devida autorização e conhecimento do meu advogado, iria a minha casa no dia 16 de Abril. O motivo da sua visita, segundo invocara na conversa telefónica que tivera com minha mulher, seria urgente e visava «ajudar-me». Dir-me-ia, então, que Strecht Monteiro iria colaborar com o Ministério Público e que se eu fizesse o mesmo seriam benevolentes comigo[2]. Avisar-me-ia, ainda, de que o meu advogado, Germano Marques da Silva,

[1] Embora Strecht Monteiro colaborasse nesta farsa insinuando um crime novo e aparecendo então perante a comunicação social como um «arrependido», negaria sempre, naquele julgamento, a existência de acto ilícito. Tratava-se de um acto de «relações públicas» para criar convicção, depois, aparentemente, reconhecido como colaboração para o apuramento da verdade. Note-se, contudo, que ao longo de três anos de infindáveis declarações para os autos de Monteiro e inúmeros artigos na imprensa seria a primeira vez que tal história era «abordada»!

[2] Nunca conseguiria apurar se esta visita se realizou por iniciativa pessoal num *free-lance* da jornalista ou se ela envolvia algo mais complicado.

«estava feito com o Mário Soares», matéria que ela alegava saber de fonte segura e que não fosse «tanso».

Compreendi, então, a razão da súbita amizade com Strecht Monteiro, com quem a jornalista apareceria no átrio do tribunal da Boa Hora «de braço dado» numa revelação de quem com ele vinha mantendo as melhores relações. Algo que contrastava com anteriores declarações de Monteiro à Comunicação Social. Compreendi também a razão da sua «inesperada» ida a minha casa. Confrontada no tribunal do juiz Ricardo Cardoso com a minha denúncia desta sua estranha visita, admitiria ter, de facto, ido a minha casa naquela «curiosa» data, mas negaria ter lá ido com a finalidade de me aliciar. Alegaria «interesse jornalístico» para a visita mas, curiosamente, esse interesse não produzira antes, nem nunca chegaria a produzir, depois, nenhum artigo. Como não poderia deixar de ser eu exigiria ao juiz Ricardo Cardoso, que parecia estar a divertir--se imenso com o caso, que fosse feita prova daquela ignóbil montagem. Strecht Monteiro garantiria então ir contactar o seu banco na Alemanha para obter essa prova. Que nunca seria produzida. Mas o mal estava feito. Quando, meses depois, fui julgado, a delegada do Ministério Público, de novo Maria José Morgado, pretendeu evitar aquele penoso assunto. Mas eu não. Pedi que ele fosse abordado e que Strecht Monteiro produzisse então a prova que acabaria por não lhe ser exigida no julgamento de Carlos Melancia. Aí, Strecht Monteiro diria então, algo embaraçado, ter contactado «o banco alemão e que, afinal, o montante não fora de trinta mil contos mas somente de vinte mil marcos que poderiam muito bem ter ido parar a outro lado». Estava totalmente esquecido mas, Helena Sanches Osório, embora menos esquecida, recusar-se-ia a responder às perguntas dos advogados de defesa. Coisa que os juízes do 3.º Juízo permitiriam! Ninguém seria assim acusado de perjúrio embora o país inteiro ficasse com a ideia (e era essa a ideia) de que eu «untara as mãos do ex-governador»!

O julgamento fora adiado de Maio para Outubro devido à esperada não comparência da Weidleplan. Mais um bom motivo para que a verdade nunca fosse apurada nos tribunais. É que, se tivessem estado presentes e se o julgamento também tivesse a companhia do funcionário alegadamente corrompido, talvez fosse possível lá chegar e talvez fosse possível discutir política. Seria possível saber se afinal a Weidleplan viera à Emaudio propor um pacto de suborno, ou se viera atraída pelos contactos de Strecht Monteiro na Presidência da República. Talvez fosse possível saber se os cinquenta mil contos eram um donativo, na esperança de poderem ser recompensados — como acontece todos os dias com os donativos políticos em Portugal — ou se lhes teriam sido dadas garantias de que receberiam um contrato em Macau. E se assim acontecera, quem lhes dera essa garantia. Enfim, poderiam, se cá tivessem vindo, explicar qual era o «seu» motivo para enviar o fax, porque é que ficaram furiosos quando ele foi divulgado, qual era o acordo de segredo proposto pelo seu advogado ao advogado de Melan-

cia, porque é que o esconderam no escritório do seu advogado, porque é que tinham feito uma participação de falsificação contra terceiros, porque é que o seu representante de «prestação de serviços» passaria a sentir-se burlado e porque é que demoraram tanto tempo a pedir desculpa ao então governador?

Após 23 longas sessões e, contrariamente à opinião generalizada quer dos advogados quer do público, seríamos todos condenados embora com curiosas *nuances*. Segundo o Acórdão (Art.º 190) João Tito de Morais, Menano do Amaral e eu teríamos dado «conhecimento ao então governador de Macau estar a Weidleplan disposta a pagar afinal uma quantia não apurada, desde que por este governador, e no exercício das suas funções, fosse dado à Weildelplan, no âmbito das pré-qualificações em concursos, adjudicações e posições contratuais, atinentes ao "PROJECTO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAU", um tratamento mais favorável do que a terceiros, de modo que lhe permitisse (à Weidleplan) ser a empresa pré-qualificada em tais concursos e a que obtivesse, por fim as referidas adjudicações. Mais deram aqueles arguidos, Rui Mateus, Tito de Morais e Menano do Amaral conhecimento ao então governador de Macau que a aludida quantia dos 606000 marcos alemães, entregues na Emaudio, em 6/1/1989, constituíam parte do pagamento da quantia acima referida. Deram ainda tais arguidos, Rui Mateus, Tito de Morais e Menano do Amaral conhecimento de que foi da importância dos 606000 marcos alemães que saíram os referidos 27492790$00. Em nome da Weidleplan e com conhecimento e acordo prévio de Richard Weidle, Peter Bier e o arguido Strecht Monteiro, foi proposto por estes, aos arguidos Rui Mateus, Tito de Morais e Menano do Amaral, pagar-lhes afinal uma quantia não apurada e dispondo-se a Weidleplan ao pagamento imediato de 606000 marcos alemães, importância a dividir em proporções não apuradas entre os arguidos Rui Mateus, Tito de Morais e Menano do Amaral e o então governador de Macau. Os pagamentos prometidos visavam a prática dos actos articulados supra, pelo então governador de Macau, por si ou interposta pessoa, de modo a ser tratada a empresa Weidleplan de forma favorável e com parcialidade, vantajosamente desigual, relativamente a outros eventuais concorrentes ao Projecto do Aeroporto de Macau, que não disporiam daquelas condições de acesso, informação e decisão. Os arguidos Menano do Amaral, Tito de Morais e Rui Mateus aceitaram a proposta que lhes foi apresentada e de comum acordo decidiram apresentar, por intermédio de um dos arguidos, Menano do Amaral, Tito de Morais ou Rui Mateus, ao então governador de Macau, a proposta já descrita, prometendo pagar-lhe quantia não determinada para a prática por si, no exercício das suas funções de governador de Macau ou por interposta pessoa, dos factos acima referidos». Anteriormente, contudo, no Art.º 60 do Acórdão não fora dado como provado que a empresa Weidleplan «tivesse um tratamento de favor e preferencial em relação a terceiros»!

Como é que o colectivo de juízes presidido por Filipa Macedo terá chegado a tal conclusão e com que motivações? «*That is the question*», como teria dito um dos autores que a juíza-presidente, aparentemente, gosta de citar. Mas também isso nunca se saberá a não ser que a isso o Tribunal Constitucional venha a obrigar aquele colectivo. Melancia fora absolvido e, durante este julgamento, com as mesmas testemunhas e os mesmos documentos, éramos condenados a penas invulgarmente pesadas. Terá ocorrido durante este julgamento algo de novo? Factos novos? Novas pistas? Não creio, embora como diria Miguel Sousa Tavares, referindo-se ao voto de vencido que o juiz-presidente do julgamento do ex-governador decidira divulgar com pompa e circunstância, «no dia da absolvição o "protagonista principal" deixou de ser o réu absolvido e passou a ser o juiz que o queria condenar... ou seja: um cidadão entra como publicamente condenado num julgamento, graças ao "protagonismo" de uma jornalista e, embora formalmente absolvido continua a sair de lá publicamente condenado, graças ao "protagonismo" de um juiz»[1]. Não sei se a divulgação do voto de vencido do juiz Ricardo Cardoso terá tido influência na decisão do colectivo presidido pela juíza Filipa Macedo, mas que ninguém tenha dúvidas que, num estado democrático normal, uma tal divulgação, pelo juiz-presidente que acabara de sair derrotado, representaria uma intolerável «pressão» no julgamento que iria ter lugar meses depois. Uma ingerência semelhante à do Chefe de Estado quando afirmou estar convencido da inocência de Carlos Melancia, as quais o regime democrático não deveria tolerar. A única explicação para a minha condenação poderia e deveria estar contida na «fundamentação» da sentença. Tentei ansiosamente descortinar o que é que de novo teria ocorrido para justificar tão grave sentença. Que documento ou testemunho teriam sido produzidos num qualquer momento de distracção da defesa? Qual a filosofia e o raciocínio aduzidos para tal condenação. Onde é que os experimentados advogados teriam falhado? Fui ler e, para além de citações de Camões, Shakespeare e Mário Soares, nada vi.

A explicação da razão que levou os juízes a dar-me como culpado não estava no Acórdão. Terá sido a alusão dos juízes a Camões sobre o «metal luzente e louro» para concluírem que «os motivos que determinaram a conduta dos arguidos foram o aumento do respectivo património» e assim justificarem a agravação das penas? Ou a preocupação pela luta de classes que os levaria classificar-me como sendo da «alta burguesia»? Ou o facto de não ter, durante o julgamento, mostrado «arrependimento» e razão pela qual a pena seria, igualmente, agravada? Não tendo culpa de que pessoas de formação estalinista me tenham sempre considerado «burguês» ou da «alta burguesia», também não achava justo que me fosse exigido arrependimento por um crime que não cometera. Mas, perante tantos anos de prisão e tão pouca explicação,

[1] *Público*, de 6 de Agosto de 1993.

teria que me contentar com a insólita fundamentação. Segundo esta, «serviram para formar a convicção do Tribunal:

— o depoimento dos arguidos... que em audiência prestaram declarações, negando cada um deles que o dinheiro entregue pela Weidleplan se destinasse ao então governador de Macau, no todo ou em parte, e que lhe tivesse sido dado conhecimento dos factos dados como provados, sob o n.º 190, nomeadamente,
— o depoimento das testemunhas
— e a prova documental»

Poderia parecer que este filme se passava na Turquia. Mas não, estávamos a reviver uma espécie de *Expresso da meia-noite* à portuguesa. Todos os acusados, incluindo o homem que tinha «colaborado com a entidade policial e com o tribunal para o apuramento da verdade» — Strecht Monteiro — negariam aquela acusação. Nenhuma testemunha se referiria ao chamado pacto de suborno ou tinha conhecimento dos aludidos pagamentos ou sequer tinha a menor ideia sobre o alegado conteúdo do Art.º 190. Nem uma. Se a houvesse, também o colectivo a exibiria, atrevendo-se, então, a fundamentar a sua decisão como se de um precioso troféu se tivesse tratado. Se alguma testemunha se tivesse pronunciado contra mim, certamente que eu teria reparado e as suas declarações, sem dúvida, seriam sublinhadas para justificar a justeza da sentença. E qual dos documentos ajudaria a formar a convicção do Tribunal? Aparentemente todos, já que nada é dito, nada é fundamentado e nenhum deles é salientado. Como diria um mecânico onde o meu carro vai a reparações: «imagine que me vinha cá um cliente e eu lhe levava cem contos e depois não lhe especificava o que tinha feito e as peças que tinha metido». E, de facto, é mesmo assim. O Acórdão que me condena é como uma factura agravada com pesados juros, mas não detalhada e, quando isso acontece, o cliente sente-se enganado.

Mas, para meu espanto, não só não teria explicações convincentes como, uma semana depois de ser condenado, a juíza Filipa Macedo «deixava-se posar para o fotógrafo» num artigo-entrevista de tipo promocional intitulado «A juíza com juízo»[1]. «"Era a primeira vez" que "colarinhos brancos" de tal gabarito eram condenados em tribunal a penas de prisão. Portugal ficou um bocado surpreendido e, também, a olhar para Filipa Macedo, a juíza que esteve por trás da decisão. Esta é a realidade, mas quem olha para Filipa Macedo imagina-a facilmente num anúncio publicitário na televisão, daqueles a desodorisante ou a shampoo, assim ao estilo mulher-activa. Filipa

[1] Revista *Vida* do semanário *O Independente* de 21 de Janeiro de 1994.

Macedo chega ao tribunal da Boa-Hora ao volante do seu *Renault 4* assim com um ar desligado de bens materiais, mas não deixa de ser uma *vamp* de cabelo loiro. Veste uma calças ou saia apertadas, cintos a realçar cintura fina, nos braços usa pulseiras de ouro e na mão um anel com brazão de armas». E depois, já em declarações próprias vai afirmando que gostava de ser ministro da Justiça «mas não do governo de Cavaco Silva, com os cinzentões não» e que «depois de 1974 [passou] pela extrema-esquerda como toda a gente. [Foi] da UDP, [apoiou] o Otelo e [pôs] punhos no ar. Hoje [continua] à volta da esquerda mas já não [é] da extrema. [É] de uma esquerda muito europeia. Muita gente da [sua] geração conserva os ideais. [Tem] convicções socialistas. Aliás a [sua] geração tem muito que ver com os personagens do filme *Os Amigos de Alex*». Depois admite que quando está em tribunal se entretém «a desenhar as expressões dos arguidos», «gosta de usar citações nas sentenças», «costuma andar acompanhada de um caderninho que enche de frases de que gosta quando vai ao cinema ou quando lê» e «usa-as quando elas se adequam ao caso em jogo». Está convencida de que «os arguidos mais básicos têm sentido da justiça ao contrário dos colarinhos brancos, muitas vezes arrogantes e soberbos que querem fugir da justiça a qualquer preço», embora reconheça que é «mais exigente com os colarinhos brancos» em relação aos quais se sente «a fazer justiça»[1]. Comecei então a pensar em alguns episódios passados em tribunal e fiquei aterrado. Afinal estávamos em Portugal.

Durante todo o julgamento só uma testemunha de algum modo corroboraria as teses da acusação. A jornalista Helena Sanches Osório começaria por fazer declarações pouco precisas até que a juíza Filipa Macedo, numa situação que fazia lembrar um filme de ficção, lhe diria: «as suas declarações são tão sem chama. Olhe que estou habituada a vê-la com outra postura, mais determinada». «Para quê?» questiona a jornalista descaradamente, «o dr. Rui Mateus já me tinha dito que isto não dava nada e não deu. Não vale a pena! O outro [referindo-se a Melancia] foi absolvido, também aqui será igual. Para quê bater-me?». «Não — diria então a juíza-presidente — quero vê-la com a sua determinação habitual»! Passou-se em tribunal e mereceria o comentário do advogado Fernando Oliveira «A apatia virou ânimo. Todos escutamos uma nova voz, uma outra receptividade, uma integral disponibilidade, uma nova acção, por acaso até sorridente, para a acusação, já não para um qualquer defensor. A nenhum respondeu. O depoimento da testemunha Sanches Osório, única voz acusatória deste julgamento é viciado pelo compromisso de condenação anteriormente assumido na imprensa. Quem, assumindo-se magistratura, havia já condenado, não podia falar em absolvição. Mesmo aqueles que absolveram o governador não decidiram com justiça. Ou terá querido a jornalista denunciar um caso de corrupção na magistratura, por-

[1] Declarações da juíza Filipa Macedo à revista *Vida* do semanário *O Independente* de 21.01.1994.

quanto sendo verdade, como disse, ter sido o governador corrompido, este foi absolvido, cumprindo-se o já anteriormente comunicado pelo dr. Rui Mateus? A testemunha Sanches Osório é interessada no processo. Ela conhece bem a responsabilidade que sobre si impende, quando acusou. Talvez isso explique o silêncio do seu jornal no decurso deste julgamento»[1].

No dia 6 de Março de 1990 — três anos antes — limitara-se a dizer aos investigadores que a «fonte» lhe teria contado «toda a história que viria a publicar» mas que teria tentado obter «mais elementos publicáveis relativamente a uma outra questão relacionada com Macau, o que não consegue»[2]. Fiquei com a sensação de que o colectivo de juízes adorara o "protagonismo" da jornalista, mas não acreditei que pudesse aceitar as suas afirmações como credíveis. Em primeiro lugar porque eu já tinha denunciado o seu papel perjuro na intriga sobre o «Aeroporto de Frankfurt» e também porque eu pediria que ela fornecesse as histórias publicadas em tempo útil para ver se se poderiam comparar às afirmações. A verdade é que antes da acusação aquela jornalista não escrevera nada que pudesse comprovar o suborno do então governador e que, a história que agora vinha contar, extraída de pretensas confissões minhas, era pura retaliação e colaboracionismo. Eu afirmara que ela me tinha tentado coagir a colaborar na campanha de *O Independente* a favor do candidato do CDS e contra Mário Soares em 1990 o que ela, evidentemente, negaria. Mas no seu já mencionado depoimento tinha afirmado que «ao ter a percepção de que estão preenchidas condições para "irritar" a sua fonte... tenta obter dela mais elementos... o que não consegue» e, recentemente, declararia ao semanário *Diabo* que afinal *O Independente* estivera ao serviço do CDS. Mas mais grave de tudo seria a sua última tentativa de incursão para me aliciar a colaborar contra Carlos Melancia, como eu igualmente revelara, enquanto testemunha, no julgamento de Carlos Melancia.

Em todo o julgamento foi patente o desinteresse da comunicação social, convencida que estava de que aquele julgamento não passava de uma repetição do julgamento em que Carlos Melancia fora absolvido. O que nos prejudicou, porque penso ter também desmotivado o colectivo de estar com a atenção que normalmente dá a casos observados de perto pelos jornais. Mesmo assim, a comunicação social, seria a primeira a ficar surpreendida, uma vez que sabia não ter sido produzida qualquer prova contra nós. Pelo contrário, os depoimentos dos inspectores de Finanças, Conceição Graça e Fernando Cordeiro, reiterariam que o valor depositado nas contas da Emaudio era de expressão idêntica e data coincidente com a entrega da Weidleplan. Quanto

[1] Alegações finais do Dr. Fernando Oliveira. Janeiro de 1994.

[2] Depoimento de Helena Sanches Osório à Procuradoria-Geral da República, 16 de Fevereiro de 1990.

às acções diriam de novo que elas tinham um valor que não puderam determinar. A delegada do Ministério Público voltaria então à carga, dizendo que nesse caso se podia concluir que elas nada valiam. E os dois inspectores diriam separadamente que não. Que as acções tinham valor que oscilava consoante variantes diferentes. «Então porque não fizeram essa avaliação? Seria muito difícil?» perguntaria o advogado Germano Marques da Silva. Não, seria relativamente fácil avaliar o património da Emaudio mas a Procuradoria-Geral da República, após aquele relatório, não quis fazer essa avaliação, afirmariam. Ainda sobre as acções, a superinformada jornalista Sanches Osório até sobre o seu valor das acções tinha, aparentemente, conhecimentos e voluntariaria que o Dr. Medina Carreira teria dito que elas nada valiam. Sendo ele um conhecido especialista e um conceituado ex-ministro das Finanças para além de membro da comissão liquidatária da Emaudio uma tal afirmação seria, sem dúvida, extremamente importante. A delegada do Ministério Público arrolá-la-ia imediatamente. Mas não, segundo Medina Carreira, a posição de Melancia na Emaudio valia então e continuava a valer mesmo na fase da liquidação.

Mas o mais estranho deste segundo julgamento seria a total ausência de testemunhas da acusação com capacidade ou conhecimento de causa em relação ao alegado «pacto de suborno». Tudo giraria, duma perspectiva da acusação, à volta do favor que se não provaria. Todas as declarações e toda a prova documental relativa ao alegado suborno era favorável aos arguidos. Desde o relatório das Finanças, à ausência de quaisquer sinais de repartição «em proporções não apuradas» das «quantias não apuradas», segundo pacto de suborno alegadamente estabelecido «em local indeterminado do território nacional» em data também nunca apurada. Não havia indícios desse suborno nas contas da Emaudio nem nas nossas contas particulares, ao mesmo tempo que constavam — isso sim — depósitos coincidentes com o valor em escudos dos 606 000 marcos alemães em contas da Emaudio. E, à excepção da jornalista, nem uma única testemunha pronunciaria a menor suspeita sobre o alegado suborno do governador.

A história que Rodrigues Maximiano contara não tinha a menor coerência ou lógica. Era evidente, mesmo que o procurador-geral-adjunto quisesse dar a entender que eu teria actuado como uma espécie de *kamikase*, que se o fax fosse verdadeiro nunca a Weidleplan o enviaria, comprometendo-se a si própria. Da empresa, que o enviara, tratara-se de coagir o então governador e, da minha parte, que o divulgara, tratara-se de um míssil político. Seria também elementar que o aparecimento da Weidleplan em Portugal através de Strecht Monteiro se fizera por causa das alegadas relações deste com a Presidência da República, detentora do poder real em Macau — onde se pretendiam as adjudicações — e não por causa dos administradores da Emaudio, que nenhum poder tinham para poder conceder ou prometer o que quer que fosse.

E com os grande negócios a decorrer em Macau — com a construção do Aeroporto, do aterro da Praia Grande e a concessão das telecomunicações, para dar só alguns exemplos — logo a Emaudio se iria mergulhar num pequeno negócio com a Weidleplan quando, se quisesse tentar subornar alguém, seria mais lógico tentar intervir nos negócios graúdos? E não seria disso exemplo, conforme depus logo da primeira vez, que seria eu próprio a rejeitar a participação da Interfina na Emaudio pelas razões já aduzidas? Essa, sim, uma participação de centenas de milhões de contos. E Melancia, com todas as oportunidades ao seu alcance e com os poderes de um «mandarim» ia meter-se numa coisa de «tostões» à mercê de depósitos atabalhoados de grupo feitos por intermédio de funcionários? E os administradores da Emaudio, que se afirma serem da «alta burguesia», aceitariam repartir o que restava daqueles cinquenta mil contos, em proporções tão pequenas, que nem para as alegadas viagens a Macau chegaria! Seria, contudo, mais lógico acreditar no caminho para que apontaria a IGF e concluir que o dinheiro fora depositado em contas da Emaudio porque se tratara de uma dádiva política quando se sabia que a própria IGF detectaria, sem quaisquer dificuldades, o interrelacionamento da Emaudio com o Presidente da República e os institutos da área socialista, incluindo a passagem da Imprinter para o PS, poucos meses antes do início do inquérito.

Insatisfeito com a decisão do colectivo presidido pela juíza Filipa Macedo, da sua ausência de fundamentação e até do que o conhecido professor de Direito Penal Figueiredo Dias consideraria serem erros no enquadramento jurídico-penal dos factos e sobre a determinação da medida concreta da pena, recorreria para o Supremo Tribunal em Janeiro de 1994. Segundo o Professor Marques da Silva afirmaria então, «o conhecimento da jurisprudência do STJ quanto à questão da fundamentação não impede os recorrentes de invocarem argumentos que em seu entendimento e de parte significativa da doutrina nacional e estrangeira contrariem aquela orientação, tanto mais quando entendem que a questão é fulcral na problemática mais geral da legitimação democrática do poder judicial e constitui, no quadro actual do nosso sistema processual, a única garantia contra o eventual arbítrio das decisões judiciais em matéria de facto». O arcaico funcionamento dos tribunais e administração da justiça em Portugal, à semelhança dos países do Terceiro Mundo, não adoptou, até agora, o hábito de registar os julgamentos, impedindo qualquer apreciação da matéria de facto pelos tribunais de recurso, quase impossibilitando qualquer defesa do arguido contra o arbítrio de juízes mal preparados e, nalguns casos, de formação totalitário-comunista. Só através da fundamentação das decisões dos tribunais, como se depreende do direito de defesa que resulta da Constituição, seria possível colmatar esta deficiência. Ou, como diria o Professor Gomes Canotilho, é preciso «que a independência no exercício da função jurisdicional não transforme os juízes num poder silencioso, opaco e incontrolável». A fundamentação das sentenças «possibilita o conhecimento da racionalidade e coerência da argumentação do juiz e permite às partes interessadas invocar perante as instâncias competentes os eventuais vícios e desvios das decisões dos juízes».

Foi exactamente isso que aconteceu com o tribunal da juíza Filipa Macedo onde a sentença não seria, quanto a mim, minimamente fundamentada. Ora, dado o sentimento generalizado de que em todo o julgamento não fora produzida qualquer prova contra mim, ficaria, sem essa fundamentação, com a sensação de que o aparente desagrado da juíza em relação aos «colarinhos brancos» a poderá ter influenciado a julgar sem prova e contra a prova. Para evitar que os tribunais portugueses permaneçam autênticos tribunais do juiz Roy Bean[1], «a decisão penal deve conter não só a expressão clara dos factos que conduziram à decisão, por um lado, e os fundamentos de direito, por outro, mas também os meios probatórios que levaram a autoridade judiciária a decidir como decidiu, assim como as regras da experiência, a lógica ou a razão em função das quais pelas provas produzidas se julgaram provados os factos pelos quais se decide. Trata-se, pois, de referir os elementos objectivos de prova que permitam constatar se a decisão respeitou ou não a exigência de prova, por uma parte e indicar o iter formativo da convicção, por outra, isto é, o aspecto valorativo cuja análise há-de permitir comprovar se o raciocínio foi lógico, ou se foi irracional ou absurdo, por outro. A mera indicação dos elementos de prova, não preenche qualquer função. O sentido das provas que contrariam o das que expressamente se referem na sentença — e que contrariam o sentido da decisão — ficarão para sempre no segredo dos deuses, isto é, no caso, dos Senhores Juízes! Nem os arguidos, nem os demais intervenientes processuais, nem o público que assistiu à audiência, nem o tribunal de recurso têm nada a ver com a razão de decidir; os senhores juízes decidiram, decidido está, e necessariamente bem decidido. Niguém, também os arguidos, tem direito a esclarecer a razão porque são declarados culpados, têm apenas sujeições, as de se submeterem ao juízo que os condena, sem apelo nem agravo»[2]! É evidente que a razão pela qual eu seria condenado ficaria no segredo dos Juízes. Mas, Filipa Macedo espantar-se-ia que, após ter condenado sem quaisquer «explicações», as pessoas estivessem «a especular um bocado em relação à comparação com o processo anterior de Carlos Melancia»[3] explicando então que «no mundo jurídico é perfeitamente possível que estas coisas aconteçam»[3]. A «Opinião Pública deve ver bem e, sobretudo, perceber o que se passa nos Tribunais»[4] quando

[1] Roy Bean foi um juiz americano do século passado que declarava os arguidos culpados logo no início do julgamento a fim de evitar despesas públicas.

[2] Resposta do advogado professor Germano Marques da Silva, ao visto do Ministério Público.

[3] Revista *Vida* do semanário *O Independente* de 21 Janeiro de 1994.

[4] *Expresso* de 15 de Janeiro de 1994.

não ficamos como antigamente, quando alguns juízes não fundamentavam as suas decisões por «vergonha resultante das deficiências das mesmas decisões, enquanto outros, mais indulgentes ou mais politizados, procuravam explicá-la simplesmente pelo carácter soberano do poder de julgar»[1].

Quanto à medida concreta da pena também todos os advogados que, segundo a juíza-presidente, «eram bons tecnicamente»[2], estariam de acordo em que o colectivo de juízes, mesmo que tivesse sido capaz de fundamentar a sua decisão, se teria enganado «tecnicamente» quanto à pena recomendada pelo Código Penal. Para isso socorrer-se-iam de um parecer do professor Figueiredo Dias, presidente da Comissão do Código de Processo Penal, em que este aponta dois tipos de erros cometidos pelo colectivo a que presidiu a juíza Macedo. Por um lado, as razões aduzidas para agravar as penas — «falta de confissão, ausência de arrependimento e intenção de corromper o governador» — não podiam «ser licitamente admitidas como instrumentos de determinação da medida da pena», uma vez que a «falta de confissão dos factos não pode agravar a responsabilidade do agente» nem tão-pouco a falta de arrependimento. Por outro lado, «a agravação da pena, em virtude de ter sido intenção dos arguidos corromper o governador de Macau, é um caso típico — dir-se-ia mesmo: exemplar! — de violação da proibição da dupla valoração dos factos: é justamente por força dessa "agravante" que os arguidos são condenados, pelo que os mesmos factos fundamentadores da condenação não podem ser de novo valorados para agravar a medida da pena»[3]. Por outro lado, não tendo o tratamento de favor à Weidleplan sido dado como provado e dado que quer a «pré-qualificação»[4] quer a «adjudicação dos contratos»[5] já citados «só constituiriam actos ilícitos na medida em que fossem determinados por um tratamento preferencial motivado pelo suborno, visto que só aí estaríamos perante uma violação do dever de imparcialidade». Ora não se provou, nem poderia ter-se provado, que a Weidleplan tivesse sido favorecida, «o que significa que não se provou, por um lado, que o acto constitutivo da pré-qualificação tivesse sido determinado pelo oferecimento do suborno e, por outro, que a Weildelplan tivesse sido tratada preferencialmente». Assim, «perante a análise dos factos, impõe-se a conclusão de que o acto a que o cometimento do crime de corrupção activa se destinava não foi executado»[6]. A não aceitação desta tese conduzir-nos-ia ao estudo da metafísica e, em última análise, à elaboração de conceitos morais obsoletos. Um pouco como tentar descobrir se seria o ovo ou a galinha que teria aparecido primeiro. Segundo a acusação, o acto de corrupção consuma-se com a simples promessa. É uma maneira de ver as coisas, sobretudo no actual movimento fundamentalista da magistratura, com o qual discordo mas que enfim, aceito para efeitos de raciocínio. Transportando este conceito para a prática, verificar-se-ia que, em casos de suborno, dado o evidente secretismo de que estão rodeados, só seria possível provar a promessa através da denúncia por parte do funcionário que se tentava subornar. Quer dizer que, a não ser que haja registo do acto, e dadas as sempre maiores responsabilidades do funcionário, a promessa só se prova com a denúncia. Nesse caso, estaríamos perante um acto consumado de corrupção activa em que bastaria a promessa do corruptor. Mas a não existir tal denúncia, como seria obrigação dos deveres do funcionário público, ou o acto se consuma por ambos, com a sua execução, ou será sempre solicitação por parte do funcionário e nunca promessa. Tendo em conta, portanto, que a Weidleplan não recebeu nenhum favor, que não há provas materiais da existência de um pacto de suborno, que o alegado funcionário corrupto nem favoreceu os seu alegado corruptor nem o denunciou, então estamos perante um crime que só existe na mente do acusador.

Lamentavelmente, o Supremo Tribunal de Justiça, sem condições nem legislação que lhe permitam avaliar se, em sede de julgamento, fora feita prova ou a decisão resultara do arbítrio ou da incompetência dos juízes de primeira instância, também optaria por manter o seu alheamento aos aspectos fundamentais dos direitos do cidadão. Em decisão de Abril de 1995, ignoraria os recursos e o parecer do professor Figueiredo Dias sobre a matéria de direito, quer em relação à medida da pena quer em relação às circunstâncias e motivações que levariam a primeira instância a agravá-la. Quanto a mim, contudo, o STJ cometeria dois erros graves: declararia existir «exaustiva fundamentação» no acórdão do tribunal da juíza Filipa Macedo e consideraria que «são os corruptores que geram os corruptos». Todos sabem que o STJ não é exactamente um órgão combativo e inovador na defesa dos direitos do homem e é frequentemente associado mais à defesa da corporação dos juízes que dos recorrentes. Mas poderia limitar-se a decidir nesse sentido, sem expandir teses fundamentalistas de que a Opinião Pública — os cidadãos — não compartilham. Poderia simplesmente dizer aquilo que todos já sabem: que o STJ não aprecia se houve ou não justiça praticada na primeira instância, quer porque não se debruça sobre a matéria de facto, quer porque lhe é indiferente que os juízes expliquem aos arguidos e ao país o que motiva as suas sentenças. Mas, confirmar que uma decisão em que apenas se diz que «serviram para formar a convicção do Tribunal: o depoimento dos arguidos, o depoimento das testemunhas e a prova documental», é «exaustiva fundamentação», é, no mínimo, ridí-

---

[1] Recurso do professor Germano Marques da Silva.

[2] *O Independente* de 21 de Janeiro de 1994.

[3] Professor Figueiredo Dias, Parecer de 11.02.1994.

[4] Como já foi dito não houve pré-qualificação mas tão só convite às únicas duas empresas que se apresentaram.

[5] A Weidleplan, empresa acusada de ser beneficiada, seria desclassificada em Maio de 1989. A empresa vencedora não foi acusada nem ouvida no processo.

[6] Professor Figueiredo Dias, *ob. cit.*

culo. Dizer que «são os corruptores que geram os corruptos — são excepcionais os casos de corruptos sem corruptores», é o mesmo que dizer que a galinha apareceu antes do ovo. Está muito na moda entre os «fundamentalistas» e lembra um pouco práticas da inquisição para proteger detentores do poder.

O cidadão comum, que tem que obter a sua licença de construção, ou resolver um problema burocrático, ou o empresário que, como Benedetti diria na Itália, tem que pagar luvas para poder manter a sua empresa em funcionamento, não estariam certamente de acordo com o conselheiro Herculano Lima do STJ. Quase todos sabem, pelo contrário, que são os funcionários corruptos que solicitam e geram a corrupção, razão pela qual a filosofia do próprio Código Penal considera que «do ponto de vista da ofensa ao bem jurídico, a conduta do corruptor nunca é tão grave como a conduta do corrupto», pelo que as penas para o corrupto são muito mais severas do que para o corruptor. A meu ver, a filosofia da decisão do STJ também está profundamente errada não só de um ponto de vista formal como de um ponto de vista ético. Ao aceitar, como faz o acórdão do tribunal a que presidiu a juíza Filipa Macedo, que não tendo Carlos Melancia favorecido a Weidleplan e, não tendo, portanto, executado o crime de que era acusado, mas que eu, ao alegadamente lhe dar ou prometer dar dinheiro, tinha executado o crime, o STJ está a dar cobertura a uma verdadeira heresia. O professor Figueiredo Dias afirmaria com clareza e determinação que a ter-se dado como provada a acusação segundo o Art.° 190 do acórdão, o tribunal de primeira instância tinha cometido um erro: aplicara a pena errada o que, necessariamente, implicaria uma radical substituição da moldura penal. Doutro modo, «a não aplicação desta atenuação... poderia levar ao resultado incompreensível de, no seio do mesmo processo, o corruptor vir a ser punido com prisão até 6 anos e o funcionário por ele corrompido, que embolsou a peita e não a restituiu, ver o limite máximo da sua punição reduzido para um ano de prisão, só porque decidiu, porventura com intuitos fraudulentos, não executar o acto...»[1]. O STJ não estaria, contudo, de acordo ficando-se a saber, que, segundo tal critério, é possível, em Portugal, que um governante possa vir a «solicitar» um milhão de contos a um contrutor para lhe adjudicar a construção de uma autoestrada e, depois, guardar o dinheiro e adjudicar a estrada a outro concorrente. Em tal hipotético caso o governante sujeitar-se-ia a uma pena de prisão máxima de um ano enquanto o construtor ficaria sem o seu milhão de contos e ainda iria parar à cadeia até um máximo de seis anos. *Ad litteram!*

[1] Professor Figueiredo Dias, *ob. cit.*

Conclusão

«O mal amado»

A Justiça em Portugal é uma espécie de roleta russa onde tudo pode acontecer. É demasiado palavrosa e pouco eficaz. No caso Emaudio, que teria esse nome embora o projecto Emaudio nunca tivesse sido devidamente investigado, eu seria a principal vítima. Começaria a pensar, depois de tudo o que tinha acontecido, se não teriam existido motivos de «interesse nacional» para a minha condenação. Mas, para além da protecção das instituições, não conseguiria encontrar nenhuma razão que pudesse ter motivado parcialidade. Eventualmente, poderia ter havido ou incompetência ou mera simpatia por certas causas. Entretanto, ao ler o projecto de Código Penal, já indicativo da vontade popular que estava por detrás desta iniciativa[1], ficaria surpreendido com a rigidez de pensamento do investigador. Todo o raciocínio por detrás da sua acusação estava previsto no novo Código e, curiosamente, no «velho». O procurador-geral-adjunto, Rodrigues Maximiano conhecia o meu primeiro depoimento[2] e as conversas aparte que dele não constavam e que ele próprio provocara. Sabia que, depois de ameaças que estava a ser alvo, conforme declarado para os autos logo no início, regressaria — após súbita indisposição de Menano do Amaral a 24 de Maio — para rectificar pequenos pormenores do meu «depoimento antes do interrogatório do engenheiro Menano do Amaral»[3] alterando declarações prévias de que não haveria necessidade de qualquer *dossier* da Weildelplan, por não haver «qualquer assunto relevante com aquela empresa», para a chamada «prestação de serviços». Conhecia o que eu dissera e nunca negaria sobre o Presidente da República, Almeida Santos e a Interfina[4]. Sabia do fax enviado a 30 de Agosto pela Weildleplan

[1] A revisão do Código Penal, aprovado pela Assembleia da República, entraria em vigor a 1 de Outubro de 1995.

[2] 17 de Maio de 1990.

[3] Conclusos do procurador-geral-adjunto, fls. 1252 dos Autos.

[4] Art.º 159 da Acusação, fls. 1282 dos Autos.

ao então governador[1], anterior ao chamado fax de Outubro que viria a ser publicado pelo *O Independente*. E, mau grado as notórias deficiências da investigção pré-acusatória, a lógica do acusador seria a de que a divulgação do referido fax de Outubro «inviabilizou definitivamente a adjudicação à «Weidleplan de tal projecto»[2]. E, a ser assim, porque é que os responsáveis por tal divulgação não seriam contemplados por Rodrigues Maximiano nas disposições do CP sobre «actos preparatórios», «tentativa» e «desistência»? Imagine-se, só para efeitos de análise, que o procurador-geral-adjunto tinha tido razão em querer acusar os administradores da Emaudio e o governador de Macau sem pretender, eventualmente, beliscar o *establishment*. Teria existido, segundo o Art.º 190 da acusação, um pacto de suborno que, segundo o Art.º 201 dessa acusação, acabaria por não ser executado por causa da divulgação do fax. Nesse caso, essa não execução derver-se-ia a quem? O Código Penal recomenda a não acusação de quem tivesse contribuído para a não execução, uma vez que, «se vários agentes comparticiparem no facto, não é punível a tentativa daquele que voluntariamente impedir a consumação ou verificação do resultado...». Parece evidente que Rodrigues Maximiano quereria a minha condenação em primeiro lugar! Como, aliás, viria a acontecer.

Segundo afirmariam os acusados e a Inspecção Geral de Finanças em grande parte confirmaria, os cinquenta mil contos da Weidleplan seriam um donativo político igual a milhares de outros. Entrariam nos cofres da Emaudio e nenhum dos acusados dele beneficiaria directamente. Porquê então a minha acusação? E, nesse caso, porque não semelhante procedimento quando Stanley Ho, que tem vindo a ganhar todas as grandes adjudicações em Macau, admite ter financiado a Fundação Mário Soares[3]?

Depois de, sem apelo nem agravo, ter sido «proscrito» do Grupo Parlamentar do PS, em 1987, sem direito sequer à reforma que Constâncio já tinha adquirido, enquanto funcionário público, aquele secretário-geral, sucessor de Mário Soares, tudo iria fazer para me afastar de vez do movimento socialista. Um pouco como Nicolae Ceaucescu teria feito na Roménia aos seus opositores dentro do partido único. Em Fevereiro de 1987, o ex-primeiro-ministro da Holanda e meu velho amigo, Joop den Uyl, então presidente da União dos PS da Comunidade Europeia escrever-me-ia para me comunicar que Constâncio pedira àquela organização o meu afastamento do cargo de vice-presidente para que tinha sido eleito em 3 de Fevereiro de 1983. Tinha sido eu que, em 1979, com a oposição de António Guterres, tinha conduzido o PS a membro de pleno direito daquela organização, no seu congresso de Bruxelas. Fora, depois, eleito por unanimidade em 1983 e reeleito, também por unanimidade, em 1985. O meu mandato terminaria na reunião que iria ter lugar em Lisboa, em Maio de 1987. A qualidade de vice-presidente só poderia ser invalidada ou por abandono da filiação partidária ou por não releição. Nunca por capricho ou desejo individual de Vítor Constâncio. Porquê então pedir a minha «demissão», já que não poderia sequer ser substituído? Constâncio alegaria que eu não tinha sido eleito vice-presidente «por ser um militante de base» mas sim por ser, na altura da minha eleição, secretário internacional do partido. Ora, segundo ele, não teria sido «confirmado como vice-presidente da UPSCE[1] nem [tendo solicitado] essa confirmação, a [minha] continuidade no *Bureau* só poderia ser entendida na qualidade de si próprio»[2]. Constâncio alegaria todo o tipo de mecanismos estatutários, que a União não possuía, de ligação entre os vice-presidentes e os representantes do partido no *bureau* mas furtar-se-ia a responder àquilo que era essencial: porquê pedir a minha demissão daquele cargo dois meses antes de ele terminar em Lisboa e, somente, após oito meses da sua própria eleição para secretário-geral? Se a minha presença naquele cargo, para onde fora eleito por unanimidade quatro anos antes, por proposta de outros partidos da IS, era tão incomodativa, porque não ter pedido logo a minha saída antes ou, então, porquê o comportamento à «Ceacescu» dois meses antes do fim do meu mandato? Para o Congresso que teria lugar em Lisboa de 3 a 5 de Maio nem sequer seria convidado enquanto observador. Teria, contudo, a alegria de poder ser convidado para jantar no restaurante Sr. Vinho por todos os meus colegas secretários internacionais e vice-presidentes dos outros partidos europeus que participavam no Congresso em Lisboa, onde o novo secretário-geral do PS, seria «eleito» o «Idi Amin português». Seria a primeira vez que vira o «meu» partido ser motivo da humilhante galhofa dos meus colegas europeus.

Em finais de 1986 iria substituir Mário Soares na presidência da Fundação de Relações Internacionais, após a sua eleição como Presidente da República. Fora ele próprio que insistira para que eu o substituísse dados os seus planos para aquele instituto. Era fácil de compreender a ligação da FRI e da CEIG à Emaudio numa perspectiva de inversão do curso no PS após a eleição de Constâncio e, também, numa perspectiva da sua reeleição em 1991. Para além dos seus projectos na comunicação social, e do poder que se pensava isso iria arrastar, seria a partir da Emaudio que as outras instituições seriam financiadas, conforme as suas necessidades. Assim, grande parte do pessoal e dos colaboradores da FRI passariam a trabalhar no quadro da Emaudio e, a CEIG, seria esvaziada segundo a modificação estatutária elaborada por Almeida San-

[1] Art.º 173 da Acusação, fls. 1283 e 1284 dos Autos.
[2] Art.º 201 da Acusação, fls. 1289 dos Autos.
[3] Declaração de Stanley Ho ao *Expresso*, de 12 de Dezembro de 1992.

[1] UPSCE — União dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia, hoje Partido Socialista da Europa.
[2] Carta de Vítor Constâncio, de 8 de Abril de 1987.

tos em 1988. De qualquer modo e na previsão da sua retirada da política activa, em 1991, no caso de uma derrota eleitoral ou, no caso de uma reforma natural, em 1996, a FRI deveria continuar a desenvolver actividades político-culturais de prestígio, semelhantes às que tivera no passado, como a conferência conjunta com a Universidade Internacional Menedez Pelayo de Espanha em 1982[1] ou com o *Herald Tribune* em 1983, que dado terem «secado» as fontes de financiamento originais, seriam financiadas pela Emaudio. Assim, seriam organizadas no quadro da FRI o International Leadership Forum em colaboração com o Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington em 1988 e a Wheatland Conference on Literature que teria lugar no Palácio de Queluz no mesmo ano em colaboração com a Wheatland Foundation da proeminente família Getty dos EUA, que traria a Portugal alguns dos maiores nomes da literatura mundial[2]. Entre outras iniciativas totalmente financiadas pela FRI contar-se-iam igualmente as conferências inseridas no «Balanço do Século» que o próprio Presidente da República também patrocinaria, com o seu nome, em 1987 e 1988[3]. E, na sequência das conferências para o «Balanço do Século» estava também previsto o lançamento das «Conferências de Sintra». Para esse efeito tinham tido lugar várias reuniões em Lisboa, na FRI e no Palácio de Belém, entre Mário Soares e o embrião do que se previa vir a ser o futuro secretariado desta importante iniciativa: Peter Courterier, ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Alemanha no Governo de Helmut Schmidt; Michael Ledeen, ex-conselheiro de Alexander Haig e do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca; John Loiello, ex-responsável das Relações Internacionais do Partido Democrático dos EUA; Hans Janitscheck, ex-secretário-geral da Internacional Socialista; Paul Manafort, advogado especialista em Relações Públicas e com grande influência no Partido Republicano e, finalmente, eu próprio. Só esta iniciativa iria custar umas largas dezenas de milhar de contos para criar um secretariado permanente e organizar as primeiras conferências com participantes de grande relevo mundial. Mas uma vez estabelecida, à semelhança do que acontece com as «Conferências de Bilderberg» e a «Trilateral», o prestígio internacional adquirido acabaria por a tornar auto-suficiente. A FRI financiara o MASP em 1986 e a CEIG, com mais de oitenta mil contos e era credor de milhares de contos do PS, segundo constava da contabilidade daquele partido.

[1] Conferência «O Papel da Cultura nas Sociedades Democráticas — Primeiras Jornadas Culturais do Mundo de Expressão Portuguesa e Espanhola», Fundação Gulbenkian, 11 e 12 de Fevereiro de 1982.

[2] Susanna Sonntag, Joseph Brodski, Czeslaw Milosz, Martin Amis, Salman Rushdie, Ismail Kadaré, Ian Mc Evan, Malcom Bradbury, John Elliot, John Gross, Angela Carter, Lídia Jorge, Pedro Tamén, Almeida Faria, Virgílio Ferreira e Cardoso Pires, entre outros.

[3] Conferências individuais com nomes ilustres como Norberto Bobbio, Mário Vargas Llosa, John Kenneth Galbraith, Karl Popper e René Thom.

Mas, a partir do momento em que Mário Soares lançara as bases da nova Fundação Mário Soares e exigira o meu afastamento do projecto Emaudio, em 1989, a Fundação de Relações Internacionais deixaria de poder contar com financiamentos oriundos da Emaudio, que esta empresa aliás também acabaria por não mais conseguir. Eram financiamentos políticos das mais variadas naturezas e proveniências que mantinham quer a Emaudio, quer a FRI ou a CEIG com vida. Que tinham igualmente mantido o MASP e que, enquanto Mário Soares fora secretário-geral, também o PS.

Eu pedira então para ser substituído na FRI e, à semelhança do que acontecera com a transferência de parte do património da Emaudio para o PS[1], que esta fundação passasse a controlar ou directamente ou por intermédio de quem os seus sócios entendessem, as sessenta mil acções que, aparentemente, tinham iniciado o meu afastamento da família «soarista». Mário Soares tinha-me informado na sua casa do Algarve, em Julho de 1990, que o então secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, estaria na disposição de fazer entrar novos elementos naquela fundação e, à semelhança do que acontecera em todas as outras, assumir a sua direcção. Aliás, logo após a eleição de Vítor Constâncio, em 1986, a nova direcção do PS vinha reclamando que as fundações se submetessem à sua orientação. O que não conseguiria. As fundações e a CEIG seguiam as orientações de Mário Soares que, então, lembrara que também em 1980 ele pretendera que o IED[2], principal reduto do «ex-secretariado» se submetesse à sua vontade, sem nunca o conseguir. Eventualmente, por desinteresse económico e estratégico, viria a aceitar que as fundações José Fontana e Antero de Quental passassem para o domínio da nova direcção partidária, mas nunca aceitaria o mesmo desígnio para a CEIG nem para a FRI onde fundadores como Gustavo Soromenho, Raul Rego e Almeida Santos se opunham terminantemente à invasão «constancista». Acontece que, apesar dos meus apelos, não seria dado um único passo para que a Fundação de Relações Internacionais «mudasse de mãos». A partir do momento em que a Emaudio se vira sem meios eu tentaria, sem êxito, que os fundadores assumissem a responsabilidade pelas despesas correntes. Uma recepcionista que era funcionária deficiente motora e ganhava 57 contos, uma mulher de limpeza, telefones, água e luz, renda de aluguer da sede de 141 contos, despesas com previdência social e, acima de tudo, despesas com o carro de marca Citroën ao serviço pessoal de Mário Soares desde 1985 e, cujas despesas anuais com seguro e manutenção, rondavam os setecentos contos. Entretanto, rebentara o caso Emaudio e, com a sua liquidação, éramos eu e Menano do Amaral que, do nosso bolso, pagaríamos as depesas de aluguer

[1] A Emaudio detinha cerca de 50% do capital da Imprinter, Impressores Internacionais SA e era co-proprietária de dois semanários que seriam entregues em 1989 ao PS e, mais tarde, alienados por este.

[2] IED — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Ver cap. V, pp. 189-190.

e funcionárias. Os meus apelos aos fundadores não resultariam e a Mário Soares tão-pouco.

Enviar-lhe-ia então um «outro fax» na forma de uma carta datada de 30 de Outubro (*Anexo 43*) que o enfureceria ao lembrar que desde a última conversa em Julho nada mais me fora «adiantado sobre o assunto [sendo] informado das despesas a efectuar com o seguro do veículo que se encontra ao seu serviço bem como o salário da única funcionária da Fundação e a renda da casa». Afinal a fundação tinha estado ao seu serviço anos a fio. Eu nunca fora remunerado no quadro da mesma. E agora, para além do castigo no quadro da Emaudio, tinha sido acusado pelo procurador-geral-adjunto de «subornar» Carlos Melancia — imaginem — e ainda tinha que aguentar a FRI. A carta resultaria, embora reconheça que, a partir dessa data, a raiva de Soares contra mim tivesse passado a ser um verdadeiro ódio. Em 19 de Dezembro, Mário Soares escreveria uma carta afirmando que «não obstante estar efectivamente desligado das actividades» da FRI desde que tomara «posse do cargo de Presidente da República» vinha pedir para «ser excluído da qualidade de membro dessa Fundação» (*Anexo 44*). Evidentemente que o choque de me ver acusado de alegadamente «subornar» Carlos Melancia e o desejo de que ninguém pudesse vir a dizer que eu teria actuado sempre de acordo com as suas instruções seriam tão grandes que Mário Soares se esquecera que todas as actividades da FRI de 1986 a 1990 tinham sido executadas à sua medida e que apesar de, então, se vir declarar convenientemente «desligado» da FRI se esqueceria de devolver o veículo pertencente à FRI, que tinha estado ao seu serviço aqueles anos todos. Tinha sido um magnífico e luxuoso Citroën que resultara, também ele, de um donativo de um empresário português com negócios em África. Pouco depois, vários dirigentes do PS, que incluiriam António Guterres (*Anexo 45*), Galvão Teles, João Cravinho, Vítor Constâncio e Marques da Costa entrariam para a FRI. O dirigente socialista que Sampaio designara para verificar as contas concluiria pela «não existência de dívidas ou contenciosos» e a existência, mesmo assim, de valores patrimoniais que, segundo ele, incluíam «parte das acções da Emaudio, que a médio prazo poderão ser uma fonte de financiamento da Fundação»[1]. Esta empresa estava entretanto já em liquidação, tendo-me eu comprometido a «doar» para a Fundação «o valor que [viesse] a ser apurado na liquidação daquela empresa correspondente a 60 000 das [minhas] acções». O então secretário das Relações Internacionais de Jorge Sampaio, Fernando Marques da Costa, assumiria a presidência da fundação.

Poucos meses depois da minha há muito desejada substituição na Fundação de Relações Internacionais, Jorge Sampaio sairia, também ele, derrotado nas eleições legislativas de 1991, o que conduziria a breve trecho a novas mudanças no PS. Os

[1] Acta n.º 12 da FRI, datada de 4 de Abril de 1991.

velhos conflitos do PS «soarista» que permitiriam a união de forças entre grupos do chamado «ex-secretariado» tinham-se instalado também no interior do grupo. Durante este período teria, contudo, uma interessante revelação: o meu acusador, Rodrigues Maximiano, procurador-geral-adjunto, que a comunicação social conotava com o PCP, era afinal um «sampaista» ferrenho. Em entrevista a *O Independente* afirmaria que a diferença entre Cavaco e Sampaio era total porque «Jorge Sampaio é o futuro». Terá mesmo então aderido ao Partido Socialista. Não ao PS que Mário Soares e eu tínhamos fundado nos anos difíceis mas «sim, com Jorge Sampaio»[1] ao novo PS.

Mas não seria preciso muito tempo para assistir à sua queda e à ascenção de António Guterres, que substituiria Fernando Marques da Costa por José Lamego. Na FRI e nas Relações Internacionais do PS. Este novo responsável pela política externa do PS, evidenciando um surpreendente *entente cordial* nas relações com Mário Soares e o «soarismo», compreenderia com mais realismo que como sem ovos se não fazem omoletes, também sem donativos o PS não teria futuro. A 3 de Novembro de 1992 convidar-me-ia para um almoço a que se juntaria também o então responsável pelas finanças do PS, Luís Patrão. Queriam saber com o que é que poderiam contar dos despojos da Emaudio. Interessante seria sobretudo o magnífico prédio e o seu recheio. Eu explicaria então o que todos já conheciam: a Emaudio estava a ser liquidada e eu tinha sido particularmente maltratado em todo o processo que se iniciara com a insólita decisão de Mário Soares de transferir o controlo da empresa em 1989. Responder-lhe-ia depois por carta que «caso o PS mantenha o interesse então demonstrado, e paralelamente ao que já aconteceu com a Imprinter em 1989, não levanto qualquer objecção a fazer reverter a totalidade das acções em meu nome para o Partido Socialista ou para quem por seu intermédio a FRI indique, desde que:

Receba instruções da FRI nesse sentido. Me seja entregue o valor correspondente aos meus suprimentos na Emaudio... ou aquilo que eu considerar oferta realista da V/ parte (e que) esta transferência seja acompanhada de documento relativo à mesma e acordado por ambas as partes» (*Anexo 46*). Como então imaginara, esta carta nunca teria resposta. O PS, os seus institutos e fundações afins, como sempre acontecera e eu compreendia perfeitamente, estavam interessados em receber donativos sem condições. Como viria também a acontecer com a Emaudio.

Só que, no meu caso, gato escaldado...

Em 1993 o PS celebrava 20 anos de vida. Falava-se numa comemoração no local onde o congresso constitutivo tivera lugar. Na Alemanha, em Bad Mundstereifel. Poucos dias antes do evento eu seria surpreendido por uma notícia no *Expresso* comentando que «por sugestão de Mário Soares, não apenas os 28 signatários da acta do Con-

[1] *O Independente*, de 27 de Setembro de 1991.

gresso mas também aqueles que participaram nas reuniões preparatórias, o que prefaz um total de 109 pessoas. Até Rui Mateus, caído em desgraça pelo seu envolvimento no escândalo de Macau, que provocou a «queda» de Carlos Melancia, foi convidado. Residente nos Estados Unidos, onde se dedica à actividade docente, Mateus fez no entanto já saber que não estará presente»[1]. Atónito, responderia com uma carta ao artigo do *Expresso*. Afirmava não compreender o «até» uma vez que não tinha cedido a ninguém os meu direitos de fundador — numa clara alusão à inflação de socialistas «pós 25 de Abril» presentes à cerimónia e negava ter sido convidado. Afirmava ainda ter ficado a saber ter caído «em desgraça pelo [meu] envolvimento no escândalo de Macau» embora não soubesse em relação a quem e porquê eu teria caído em desgraça. Mas, afirmaria ainda, que se se tratava de uma alusão a Mário Soares ou à direcção do PS, então me sentia tranquilo pois, «nem em relação a um nem à outra me [sentia] particularmente diminuído com tal "penalização"». Acrescentava também então que «embora seja ainda a lógica do compadrio reinante na vida política portuguesa que determina quem é o herói e quem cai em desgraça, [estava] convencido de que atempadamente [se conheceriam os motivos que me teriam] levado a cair em desgraça»[2]! No seguimento da minha carta àquele semanário, mesmo antes de ser publicada, já Almeida Santos se preparava para me responder que lamentava «que uma deselegância do *Expresso* [me tivesse] determinado a "punir" a actual direcção do PS», numa clara alusão à responsabilidade de Mário Soares no processo. Guterres, por seu lado, enviar-me-ia um dos seus típicos cartões de visita a lamentar «profundamente a intriga do *Expresso* a que [era] inteiramente alheio».

Acho que está quase tudo dito. O tempo que, embora contrariado, provavelmente ainda poderei ter que passar na prisão será mais uma contingência que, quando comparada com tudo o que já tive que suportar nos últimos seis anos, será de somenos importância. Será, à semelhança do que já acontecera com Edmundo Pedro, em 1978, um segundo caso de prisão política. Estou de consciência tranquila. A acontecer, teria mais que ver com o facto de ser o «mal amado» do regime do que com a minha disposição para ser o «cordeiro que se sacrifica» para justificar os erros cometidos em nome da democracia. O Estado e os seus principais protagonistas que assumam as suas responsabilidades! Neste livro eu assumo as minhas.

---

[1] *Expresso*, de 27 de Março de 1993.

[2] Carta ao *Expresso*, de 9 de Abril de 1993.

ANEXOS

SWEDISH SOCIAL DEMOCRATIC PARTY — THE EXECUTIVE BOARD

S-105 60 STOCKHOLM — TELEPHONE 14 03 00 — TELEX 106 93 SAPINFO S

Mário Soares
26 rue Violet
PARIS 15 Frankrike

Stockholm, October 26, 1971

Dear comrade,

On behalf of Frans Nilsson, chairman of the international solidarity fund of the Swedish Social Democratic Party, I want to inform you that the board has considered your application for financial assistance of October 15, 1971.

The decision is to grant you a contribution of Swedish Crowns 10.000:-. This sum will be transferred to you within a few days via a bank cheque.

Yours fraternally,

Bernt Carlsson
international secretary, SAP

cc. Frans Nilsson
Rue Mateus

BC/ej

Youngsgt. 11, Oslo 1
Telefon: (02) 20 67 70
Telegramadresse:
Fagsekretariat
Postgiro konto nr. 11 280

Mr. Bernadino Gomes
Partido Socialista Portugues
Rua da Emenda 46',
L i s b o a 2 / PORTUGAL

Deres ref. Vår sak nr. 842 KS/emb. (bes oppgitt ved svar) Oslo, 20th February 1976

Dear Bernadino,

This is a private letter on a matter I should have taken up when I was in Lisbon, but time went too fast.

In May 1974 the Norwegian labour movement transferred 100.000 Norwegian Kroner to the Socialist Party in Portugal. The transfer was agreed in connection with the visit of our then party vice-president in Portugal in May and the successive visit to Oslo of Francisco Ramos Dacosta.

We transferred this sum to Account No. 2436, Francisco Ramos Dacosta, Banco Pancada E Morais, 37 Rua Augusta, Lisboa.

We need a receipt. If you could arrange this I would be most grateful.

Yours sincerely,

KAARE SANDEGREN

Kaare

Socialdemokratiet

Nyropsgade 26
1602 København V
Telf.(01) 11 15 22
Telegramadresse:
Socdemparti
Giro 500 20 95

Rui Mateus,
PARTIDO SOCIALISTA,
Rua da Emenda, 46,
Lisboa, PORTUGAL.

den 8.marts 1976
ehc/es

Kære Rui.

Tak for dit seneste besøg i København.

Ja, undskyld at jeg skriver til dig på dansk, det vil være lettere for mig kort at besvare de spørgsmål, som jeg lovede dig svar på under vor samtale her i København, og jeg går ud fra at din kone hurtigt kan oversætte dette lille brev.

Hvad angår dit første spørgsmål om overførelser, kan jeg svare følgende :

Første overførelse : Ved check, lydende Esc. 205.254,52/50.000 D.Kr., udleveret til Ramas Costa, da han besøgte København. Trasatbank. Banco Espirito, Santo e Commercial Lisboa.

Anden overførelse : 12.marts 1975 til samme trasatbank, på Esc.304.690,93/69.500 D.Kr.

Tredie overførelse : 4.september 1975 til Hollandse Koopmandsbank N.V. Amsterdam Hfl 13.116,44/29.734,98 D.Kr.

I de to sidstnævnte sammenhæng er der fremsendt kopi af ledsagerbrev til jeres kontor i Lisboa.

Hvad angår dit andet og mest centrale spørgsmål, skal jeg meddele dig, at vi afventer besked om, hvad vi skal gøre ved 50.000 D.Kr. som står til jeres rådighed.

Håber du vil svare mig snarest muligt.

Med venlig hilsen

Ejner Hovgaard Christensen.

HILVERSUM

Debet | Credit

67.58.11.970 ASSOCIAÇÃO ANTONIO SERGIO

RUA DA CHEROA 3

7.06.75

NEDERLANDSCHE MIDDENSTANDSBANK N.V.

NEDERLANDSCHE MIDDENSTANDSBANK N.V.

ILVERSUM

2150-13241 37

2223 TNV NMB

ILVERSUM

DE WELED. HEER

JOSE REYES C.A.

P/A POSTBUS 37

HILVERSUM-1301

EKENING-COURANT

				verschuldigd/debet
	9	1	4.06.75	3.446,00

debet

075813921 WERKCOM AKTIE PORTUGAL
HEUVELLAAN 33/35
HILVERSUM-1304
TEL OPDR. J BOON — 25.000,00

verschuldigd/debet

ILVERSUM 02150-49253 — 23.06.75 — 21.504,00

voor het opbergen van de in nieuw formaat uitgevoerde rekening-afschriften hebben wij voor u een map klaarliggen bij uw NMB-kantoor.

PARTIDO SOCIALISTA

Rua da Emenda, 46 LISBOA Telef. 32 61 75 Telex: 13390 PS

Lisbon, 24th September, 1975

Excellency,

With the visit of two comrades from the Socialist Party to your Country - J. Catanho de Menezes, member of our National Secretariat and José Neves, member of our Executive Committee - I take the opportunity to express to you my best greetings and admiration for the interest and aid given by you to the struggle and liberation of the Portuguese People.

As you certainly know the last events in Portugal have provid ed us with a great victory over the forces that were conduct- ing my Country towards a new imperialist domination. The Socialist Party, faithfull to its determination to defend national independence, has had an important role in that struggle.

We are thus once again able to re-open our contacts with all forces in the world struggling for the liberation of all people. Among those forces Lybia and your Excellency play a highly fundamental role.

.../...

PARTIDO SOCIALISTA

Rua da Emenda, 46 LISBOA Telef. 32 61 75 Telex: 13390 PS

2.

My Socialist Party comrades who are the bearers of this message will do their utmost to develop further our mutual relations.

Please allow me to re-affirm the great admiration and esteem which we have for your Excellency.

Respectfull greetings,

His Excellency
Colonel Mu'Ammar el Qathafi
President of the Arab Lybian Republic
Tripoli
LYBIA

[signature]

General Secretary

August 27, 1975

Working paper concerning the Portugal Committee

1. At the Stockholm meeting on August 2 Willy Brandt proposed the formation of a high-ranking friendship committee for democratic socialism in Portugal.
   It was agreed that such a committee should be established mainly, of course, in support of Partido Socialista (PS) but also in support of the democratic socialist forces within the Armed Forces Movement (MFA).

   A suitable name for the committee could thus be:
   Committee of Friendship and Solidarity with Democracy and Socialism in Portugal.

2. The aim of the committee is to work as a friendship and solidarity committee - nationally as well as internationally - for democracy and socialism in Portugal. The great amount of good-will which the rapid decolonization and the elimination of the fascist regime have created must not be erased by indifference for the wishes of a majority of the Portuguese people.

3. The following general guide-lines ought to be established for the committee:

   To work for

   a) Democracy (democratic rights and freedoms including free and general elections)
   b) Free flow of information
   c) The right to form free trade unions

   In more concrete terms the committee should further work actively to prevent an isolation of Portugal from the rest of Europe. The military are a political fact for the next 3-5 years. They are still committed to socialism and democracy. The links to Portugal are mainly economic assistance and various contacts with the Portuguese leaders (item 4).

4. The following practical activities can be discussed at the London meeting September 5.

   a) Visits to Portugal by the committee or representatives of the committee for contacts with the government, PS, perhaps other politicians and MFA representatives. Timing seems to be a very important factor on this point.
   b) Invitations to MFA-representatives and politicians to visit other countries in Western Europe.
   c) Stimulate information campaigns for Portugal and fund-raising campaigns for PS in individual

countries. A separate coordinating committee – outside the friendship committee – might be necessary for these more concrete activities which are to be organized by the various national party organisations (perhaps in cooperation with labour unions, the cooperative movement etc.).

In this connection a special Portugal Day in Europe might be organized. (A special paper with proposals for various national activities will be distributed in London.)

d) To act in governments, parliaments and public opinion for technical and economic aid to Portugal in accordance with the aims of the committee.

e) Study the non-interference aspect. The potential criticism in this regard stresses the need to have a good working relationship with the ruling military apart from the self-evident solidarity and close cooperation with the Socialist Party.

5. Take international contacts outside the group of participants.

BfG:Hauptverwaltung

Bank für Gemeinwirtschaft
Aktiengesellschaft
Hauptverwaltung

Postfach 110222
Theaterplatz 2
6000 Frankfurt/Main 11

Landeszentralbank Frankfurt/Main
Postgiroamt Frankfurt/Main

Herrn
Mario Soares

Lissabon / Portugal

Ihr Gesprächspartner: Herr Schäfer, Telefon (069) 258·6577
Bitte bei Antwort angeben: 27 GS181210 -z
Frankfurt/Main, den

Konto Nr.:

Sehr geehrter Herr Soares,

hiermit bestätigen wir, daß wir Ihrem Auftrag entsprechend das obige Konto bis zum löschen werden.

Mit freundlichen Grüßen

BfG:Hauptverwaltung
Kreditbüro

Sitz Frankfurt/Main HRB 6800

Vorstand:
Thomas Wegscheider,
Vorsitzender

ANEXO 7

MÁRIO SOARES

FULL POWER

This is to certify that Mr. Rui Fernando Pereira Mateus is authorized to represent me in the meeting with Mr. Gerhard Schäfer to be held on the 18th of December 1986 at the B F G in Frankfurt.

Mário Soares

Mário Soares

Lisbon, [redacted]

ANEXO 8

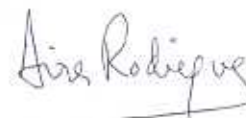
PARTIDO SOCIALISTA

Comunicação de Serviço

___/___/197__

De ______

Para ______

Ref.ª ______

Recebi do Vítor da Cunha Rêgo a importância de 50.000$00

14/XI/75

Aires Rodrigues

Recebi do Rui Mateus 100.000$00 no dia 25/11/75

Aires Rodrigues

— Recebi do camarada Rui Mateus a quantia de mil contos — (Esc. 1.000.000$00). — Lisboa, 27 de Setembro de 1975 [assinatura]

Recebi do [illegible] a quantia de quinhentos mil escudos para a Campanha de Fundos.

Carlos Vieira de Carvalho
20 Nov. 1975 —
[assinatura]

Campanha de fundos

500.000

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Recebi do camarada Rui Mateus a quantia de quatrocentos sessenta mil setecentos e dezanove escudos e 60/100, e um recibo de bilhete de avião de nove mil duzentos e vinte escudos e quarenta centavos.

17/Nov/75 [assinatura]

LARGO DO RATO, 2-A LISBOA TELEF. 68 17 88

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Recebi em 28 de Outubro de 1975 do camarada Rui Mateus a quantia de dois mil contos para a Campanha de Fundos.
6 de Novembro de 1975 [assinatura]

LARGO DO RATO, 2-A LISBOA TELEF. 68 17 88

PARTIDO SOCIALISTA

Comunicação de Serviço

___/___/197__

De ____________

Para ____________

Ref.ª ____________

Recebi mil contos (um milhão de escudos), em 30 de Setembro de 1975.
[assinatura]

PARTIDO SOCIALISTA

Comunicação de Serviço

___/___/197__

De ____________

Para ____________

Ref.ª ____________

Recebi a quantia de quinhentos mil escudos
(Esc. 500.000) para a campanha de fundos
no dia 4 de Dezembro de 1975.

[assinatura]

GUSTAVO SOROMENHO
LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO, 8
TELEF. [illegible]
LISBOA

Recebi do Partido Socialista 1.070.000$00 ([illegible] contos) e totalidade de [illegible] para o Jornal A Luta

Lisboa, 23 Set 1975

[illegible]

CAIXA

RECEITA

Escudos 1.800.000$00

Conta: Campanha dos Fundos

um milhão e oitocentos mil escudos

[illegible]

Em 1/12/75

Tip. Camões, Praça Luís de Camões, 45

NEDERLANDSCHE MIDDENSTANDSBANK N.V.

Kantoor, Hilversum 16-7-75

Debet	Wij delen u mede, dat wij op uw rekening het navolgende hebben geboekt:	Credit o.g.v.
	Vergoeding namens Social demokratiska partistyrelsen te Stockholm. Een bedrag ad Zw.kr.500.000,-- à 62.01½ 310.075,-- transferprovisie ƒ 125,-- uitvoeringskosten ƒ 1,-- - 126,-	ƒ 309.949,-- 67.58.11.570

Aan: Dhr. Jose Neves

Typ.

Rekg. no.

POST OCH KREDITBANKEN
PKBANKEN

International Division

Date: 1976-05-07
Your date

Our reference: Utl rel/alt
Your reference

Mr. Rui Fernando PEREIRA MATEUS
Rua Tomas da Anunciacao 64, 3 c
LISSABON Portugal

På uppdrag av herr Theorin, Socialdemokratiska Partiet i Stockholm, har vi föranstaltat om öppning av ett avista-konto i DM för Er räkning hos Schweizerische Bankgesellschaft i Zürich.

För att bekräfta kontoöppningen torde Ni vederbörligen fylla i bifogade formulär, förse det med Er namnteckning på däri angiven plats samt returnera det till den schweiziska banken. Då dessa formaliteter är uppfyllda har Ni dispositionsrätt till kontot. Kontonumret kommer endast att delges Er. Om överföringar skall göras till kontot av annan än Er själv, underlättas dessa om den överförande parten har kännedom om kontonumret.

Med vänliga hälsningar

POST- OCH KREDITBANKEN, PKBANKEN

Stig Olsson Björn Wenngren

P.S. Var god citera bankens referens i Er skrivelse: KRBU/SFW/43167

Bil. Formulär

Mailing address: Box 7042, S-103 81 STOCKHOLM, SWEDEN | Office address: Hamngatan 12 | Telephone: + 46 8 - 24 90 00 | Telegrams: pkbank stockholm | Telex: 19310 pkbank s (For. Dept), 1546 pkfex s (For. Exch.), 11763 pkdoc s (For. Doc.), 10624 pkrec s (For. Secur.)

Union de Banques Suisses
Schweizerische Bankgesellschaft
Unione di Banche Svizzere
Union Bank of Switzerland

8021 Zürich
Bahnhofstrasse 45 Telephon 01/29 44 11

Avis de débit / Belastungsanzeige / Avviso di addebito

Billets et pièces
Noten- und Münzaufstellung
Biglietti e moneta

à 1000.-		
500.-		
100.-		
50.-	106.35	
20.-	Fr. 90.179.15	
10.-		
5.-		
2.-		
1.-		
-.50		
-.20		
.10		
-.05		

DM 84.794.70

Reçu de l'Union de Banques Suisses par le débit du
Von der Schweizerischen Bankgesellschaft zulasten
Ricevuti dall'Unione di Banche Svizzere a debito del

90.176,80
Recebi
Fernando [illegible]
15/3/77

Compte auprès de / Konto bei / Conto presso

Compte No / Konto Nr. / Conto No.

Nom et adresse / Name und Adresse / Cognome e indirizzo: Mr. Rui Fernando P. Mateus

dont quittance
erhalten zu haben, bescheinigt
per cui si rilascia quietanza

Date / Datum / Data: 15.3.77

Signature / Unterschrift / Firma: Rui Fernando P. Mateus

Quit / Quittance de machine
Quitt. / Maschinenausdruck
Quit. / Impressione meccanica

8021 ZUERICH, MARCH 7TH, 1977
Ref. DOAZ/44153 00307 61027

CREDIT ADVICE

WE HAVE CREDITED THE ADJACENT ACCOUNT:

SCR 150'000.00 RATE: 56,5296

Ordre du / Auftrag vom / Ordine del / Order dated

BY ORDER OF
PK BANKEN POST-OCH
KREDITBANKEN/P.O.B.7042
S-103 81 STOCKHOLM

DM **84'794.70 Val. 7.03.77

GERMAN MARKS
EIGHTYFOUR THOUSAND SEVENHUNDRED-
NINETYFOUR 70/00

Motif du paiement / Zahlungsgrund / Motivo del pagamento / Details of payment
SOCIALDEMOKRATISKA PARTISTYRELSEN
SVEAVAEGEN 68, 105 60 STOCKHOLM
KURS FIXIERT AM 4.3.77

Union de Banques Suisses / Schweizerische Bankgesellschaft
Unione di Banche Svizzere / Union Bank of Switzerland

RECIBO PROVISORIO

Recebi do RUI MATEUS a importância de 270.000 DM (DUZENTOS E SETENTA MIL) (para ser substituido por recibos definitivos.)

Lisboa, 20 de Setembro de 1976

BANK FUER ARBEIT UND
WIRTSCHAFT AG
WIEN 1

DM **105'083,25 Val 18.08.76

GERMAN MARKS
ONEHUNDREDFIVE THOUSAND EIGHTYTHREE
25/00

Zahlungsgrund / Motif du paiement / Details of payment
SOZIALISTISCHE PARTEI OESSTER=
LOEBELSTR.18.A=1014 WIEN
SOLIDARITAFTSFONDS
KURS FIXIERT AM 18.8.76

Hochachtungsvoll / Vos dévoués / Yours very truly
SCHWEIZERISCHE BANKGESELLSCHAFT BL/EM

SCR 300'000.00 RATEI 57.68

BY ORDER OF
PK BANKEN POST=CH
KREDITBANKEN/P.O.B.7042
S=103 81 STOCKHOLM

DM **173'040.00 Val 22.04.76

GERMAN MARKS
ONEHUNDREDSEVENTYTHREE THOUSAND
FORTY 00/00

Zahlungsgrund / Motif du paiement / Details of payment
O/SOCIALDEMOKRATISKA PARTISTYRELSEN
STOCKHOLM

Hochachtungsvoll / Vos dévoués / Yours very truly
SCHWEIZERISCHE BANKGESELLSCHAFT RS/VG

Nota de Entrega

Recebi do Rui Mateus.

59.000 DM – Austria
3.000 Schillings "

230.000 F.S. — P.S.D.I.

Lisboa, 16 de Novembro de 1976

Vale Provisório

= 100.000 frs. Suiços.

São: Cem mil francos —

18/4/76

LANDSORGANISASJONEN I NORGE
Internasjonalt kontor
Sak nr.: KS/ie
Dato: ~~15.september 1981~~

NORSK ARBEIDERBEVEGELSES HJELP TIL PORTUGAL

Totale ytelser fra norsk arbeiderbevegelse siden 1974, som er kjent for AIS/LO, er kr. 6.823.150 ut 1981. (Vi disponerer noen midler for 1982 for tillitsmannsopplæring).

Midlene fordeler seg grovt slik:

Partido Socialista (1974)	kr.	100.000
" " (1975)	"	100.000
" " (1976)	"	50.000
AUF, besøk av portugisere på Utøya (1974)	"	19.650
" " (1976)	"	12.000
AUF, portugisisk representant på landsmøtet (1977)	"	4.000
Katastrofehjelp Azorene (AIS/Norsk Folkehjelp)	"	40.000
Tillitsmannsopplæring, José Fontana (AIS/LO 1980 + budsjettert 1981)	"	~~2853.000~~
Støtte til avisa Portugal Hoye og presseinstituttet (IID) (Norsk Arbeiderpresse kr. 1.450.000, AIS kr. 770.000)	"	~~2.220.000~~
Støtte til eldresenter "Fatima" (Norsk Folkehjelp)	"	517.000
Husprosjekt I - Loures " "	"	737.000
Husprosjekt II - Loures " "	"	1.400.000
Barneprosjekt - Loures " "	"	134.000
Utstyr til studievirksomhet (1978) " "	"	325.000
" " (1979-80) "	"	311.500
	Kr.	6.823.150

Landsorganisationen i Sverige

Tjänsteställe handläggare
Int/Erik Karlsson/kz

Datum
1984-11-07
Er datum

Vår referens/nummer
1984-int-002
Er referens

Landsorganisasjonen i Norge
Youngs Gate 11
0181 OSLO 1
Norge

Gåva av tryckpress till UGT Portugal

Jag återkommer nu till vår tidigare överenskommelse om en gemensam gåva till UGT Portugal av en tryckpress. Tryckpressen är nu levererad och på plats och LO Sverige har betalat Solna Offset för maskinen.

Den slutliga kostnaden blev 542.730 SKR. Som ni minns skulle fördelningen mellan oss ske enligt en överenskommen nyckel och bidragen skulle då bli som följer.

Organisation	Fördelning	Summa
LO Danmark	25,9%	140.567 SKR
LO Norge	14,2%	77.068 "
LO Sverige	39,4%	213.835 "
TCO Sverige	20,5%	111.260 "

Med ledning av detta ber vi nu er att överföra er andel enligt bifogade faktura.

Med tack för ett gott samarbete!

LANDSORGANISATIONEN I SVERIGE

Erik Karlsson
Internationella enheten

Bilaga

Postadress	Besöksadress	Telefon	Telegram	Telex	Bankgiro	Postgiro
105 53 STOCKHOLM	Barnhusgatan 18	08 - 22 55 80	svelofack	19145 lo-press	368 - 4834	8 50 - 8

ANEXO 15

13390 PS P
[illegible]

Cópia A. Cools
K.V. [illegible]

BERNT CARLSSON
GENERAL SECRETARY OF THE
SOCIALIST INTERNATIONAL

OFFICIAL

THE SOCIALIST PARTY OF PORTUGAL WOULD LIKE TO RECOMMEND IVANKA CORTY TO THE VICE-PRESIDENCY OF THE INTERNATIONAL SOCIALIST WOMEN.

RUI MATEUS
INTERNATIONAL SECRETARY
SOCIALIST PARTY OF PORTUGAL

LISBON, THE 27TH OF AUGUST 1990

THE SOCIALIST PARTY OF PORTUGAL WOULD LIKE TO RECOMMEND THE RE-
-ELECTION OF ITS LEADER, MARIO SOARES, AS VICE-PRESIDENT OF THE SOCIALIST INTERNATIONAL.

RUI MATEUS
INTERNATIONAL SECRETARY

LISBON, THE 27TH OF AUGUST 1990

[illegible]
13390 PS P

ANEXO 16

13390 PS PO
CROWNS 666396UW

DR MARIO SOARES
SECRET GERAL DO PS PORTUGUES

E

AO REGRESSAR AO BRASIL DEPOIS DE 15 ANOS DO EXILIO QUERO EXPRESSAR MIHNHA PROFUNDA GRATIDAO AO PS PORTUGUES, ESPECIALMENTE AO DR MARIO SOARES, SECRET GERAL E DO DR RUI MATEUS , SECRT INTERNA-CIONAL, PELO EMPENHO MILITANTE PARA COM A CAUSA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E PELA DEMONSTRACAO DE EFECTIVA SOLIDARIEDADE PARA COM O PTB E A MINHA PESSOA.

FRATERNAS SAUDACOES

LEONAL BRIZOLA
AV. ATLANTICA 3210/501
RIO DE JANEIRO   BRASIL
=====================
REPLY TO CROWNS666396UW
VIA WUI
V

1. We share Socialist International (SI) concerns about the dangers of eventual Cuban or radical Marxist-Leninist domination of Nicaragua. This is a very real threat which takes on even greater significance as Cuban and FSLN sights are turned on other central American countries. Our hope is that the SI will become actively involved in Nicaragua to provide a moderating influence and to bolster the moderate sector of the new Nicaraguan Government of National Reconstruction (GRN). The stronger the ties between Nicaragua and such organizations as the SI in the early stages, the less chance there is that the Nicaraguans will turn to Cuba out of frustration.

2. Specifically, what the SI can effectively offer the GRN at this time is a channel to those socialist parties with money and with the political clout to gain support for the reconstruction process. The German Socialist Democratic Party (SPD), for example, has the political role and financial wherewithal to engage in such an undertaking. The SI can also facilitate GRN acceptance by the international community, and can guarantee acceptance and support by influential social democratic parties. Recognizing the SI ability to assist the

GRN in several ways, such assistance should be provided, however, in a manner which allows the growth of a pluralistic government. For example, guarantees should be sought to ensure that the private sector and independent non-communist political groups will survive in the post-Somoza period. Although there are full-blooded Marxist revolutionaries such as Daniel Ortega Saavedra on the five-man junta and Tomás Borge Martinez serving as Minister of Interior, the SI may usefully deal with junta member Alfonso Robelo and select ministers of government such as Rafael Cordova Rivas and Roberto Mayorga Cortez in order to strengthen their positions.

3. The USG is disposed and ready to help with what humanitarian aid and assistance the Nicaraguans will accept from us. The Nicaraguans know we are prepared to help but because of the popularly held concept of past USG-Somoza ties, we fear that the moderating influence which normally accrues to a nation offering aid and assistance will be held to a minimum by the pro-Cuban elements within the FSLN and GRN. It should be emphasized that our initial impression of the FSLN victory is worrisome because the FSLN came to power militarily and thereby might perpetuate its control, excluding other groups from participating in a truly pluralistic government.

4. On a more personal note, Soares will recognize certain similarities between the situation in Nicaragua and the one he faced in Portugal in 1975. The best course is to try to strengthen the moderate elements. Unfortunately, Nicaragua has no Mario Soares around whom the moderates can rally. Perhaps one of the best services Soares can perform for the democratic forces and the western world is to identify the non-Marxist leaders who can be supported as having the best interest of their country at stake. I would welcome his personal views on this.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Exmo. Senhor
Rui Mateus
Rua Maria Veleda - 4- 8º G
1500 LISBOA

Exmo. Senhor,

31 MAR. 81- 1072

Respondo à carta de V. Exa. de 25 do corrente.

A Mesa da Assembleia Geral entendeu não haver motivo suficiente para desconvocar a reunião marcada para ontem, não só porque o problema levantado por V. Exa. poderia ser utilmente discutido durante ela, em especial se contasse com a presença de V. Exa., mas também porque a ordem de trabalhos compreendia outro ponto que era a eleição da nova Comissão Directiva e do novo Conselho Fiscalizador. Nestas condições, a sessão foi aberta, após o que a Assembleia Geral, por mim consultada, sancionou a decisão da Mesa.

Relativamente ao ponto 2 da carta de V. Exa., foi dada a palavra ao Presidente do Conselho Fiscalizador, o nosso associado Eng. Antônio Guterres, o qual prestou à Assembleia a informação que em seguida transcrevo:

"Como Presidente do Conselho Fiscalizador pedi aos serviços do I.E.D. que convocassem os respectivos membros para uma reunião às 18,00 horas do dia 20 de Março para apreciação das contas referentes à gerência de 1980.

Por lapso lamentável foi convocado o associado Fernando Barroso em vez do membro do Conselho Fiscalizador, associado Rui Mateus.

Posteriormente foi este informado do resultado da reunião efectuada e postos à sua disposição os documentos analisados para sua verificação e eventual aprovação, durante uma semana.

Não tendo recebido directamente qualquer comunicação do próprio até ter tomado conhecimento da cópia da carta enviada ao Sr. Presidente da Assembleia Geral, não entendi necessário nova convocação do Conselho Fiscalizador. Espero que, e no clima de confiança em que sempre temos trabalhado, o associado Rui Mateus tenha ficado satisfeito com esta explicação.

a) Antônio Guterres. "

.../...

Mais informo que a Assembleia resolveu proceder à apreciação e votação do Relatório da Comissão Directiva, das contas do exercício e do parecer do Conselho Fiscalizador, este último subscrito pelos associados António Guterres e Maria Carolina Tito de Morais, e que estes documentos receberam aprovação por unanimidade.

Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Henrique Teixeira Queiroz de Barros

1. Introdução

1. Em momentos de crise política interna que poderiam pôr em causa os equilíbrios internacionais não foi difícil ao Partido Socialista encontrar meios financeiros que lhe permitiram montar uma estrutura organizativa partidária assim como desenvolver actividades e criar instituições ~~de~~ dedicadas a fins específicos não directamente partidárias (sindicalismo, autarquias, cooperativismo, etc.) além de concorrer a eleições, financiando-as.

Com a democracia consolidada, ou melhor dito, sem haver perigo imediato de uma tomada do poder pelo PC, com a memória da crise de 75 cada vez mais apagada, tornou-se cada vez mais difícil encontrar meios ~~[illegible]~~ externos para solucionar a crise financeira do Partido Socialista e das múltiplas instituições que lhe estão directa ou indirectamente ligadas.

A criação de uma ou mais empresas, ligadas indirectamente ao Partido Socialista, que actuassem em diferentes áreas económicas foi surgindo ao longo dos últimos anos com o objectivo de encontrar a médio prazo financiamentos capazes de garantir uma vida económica sã ao Partido Socialista.

As várias tentativas que foram surgindo fracassaram todas porque tinham o mesmo defeito: eram constituídas por grupos de pessoas que não se sentiam minimamente envolvidas nos projectos, limitando-se a dar o nome, por imperativos partidários, mas cuja colaboração terminava aí.

2

Na verdade, ninguém abandona o seu trabalho por um projecto aleatório, sem garantias e sem ter assegurados vantagens próprias.

A solução recentemente encontrada de criar empresas em que os gestores escolhidos tenham interesses próprios a defender é a única maneira de se poder vir a ter empresas que possam ser benéficas para as instituições que as patrocinam. Quanto maior for a rentabilidade para o gestor maior será a rentabilidade para os sócios maioritários. É sem dúvida a única via do sucesso futuro.

As empresas criadas, como qualquer empresa privada, fica sujeita às leis do mercado e o seu objectivo é o de maximizar o lucro consolidando e alargando a empresa.

2. CIPORGAL

A CIPORGAL nasceu como um projecto empresarial da Fundação de Relações Internacionais com o objectivo de garantir a independência económica futura a esta instituição de utilidade pública.

Com o objectivo de evitar a dispersão e a criação de entidades paralelas no mesmo campo de actuação empresarial chegou-se a um acordo pelo qual a CIPORGAL deterá, no quadro do Movimento Socialista, a condução

STAR

S. T. A. R. — SOCIEDADE DE TURISMO E AGÊNCIAS RIBAMAR, S. A. R. L.

AVENIDA SIDÓNIO PAIS, 4-A — 1000 LISBOA — TELEF. 53 98 41 / 53 90 71 · TELEG. STAREX — TELEX 18 313

ALVARÁ N.º 100

FACTURA

N.º 34615

DATA 31/5/82

V/ Enc.

V/ Carta

Vendas: Sra. Dra. Mª. Manuel Santos

Condições de Pagamento

15 DIAS APÓS DATA DA FACTURA

PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS.
A/C. FUNDAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.
Rua da Emenda, 46
1200 LISBOA

N/ Ref.ª MCS/EMP

MOD. 72-C

Quantidade	DISCRIMINAÇÃO	Importância
	Serviços fornecidos a favor da Exma. Sra. Dª. Isabel Soares:	
1	Passagem aérea, classe turística, para o percurso LISBOA/MADRID/SAN JOSE/MIAMI/SANTO DOMINGO/MADRID/PARIS/LISBOA, com diferenciais para 1ª classe nos percursos LISBOA/MADRID/SAN JOSE e SANTO DOMINGO/MADRID/PARIS, com início em 6/5/82.	200.889$00
	SÃO: DUZENTOS MIL OITOCENTOS E OITENTA E NOVE ESCUDOS.	

Confédération Européenne des Syndicats

Importante
Conf.ª FRI

European Trade Union Confederation — **Den Europeiske Faglige Samorganisasjon**

Europäischer Gewerkschaftsbund

Bruxelles, le 30 août 1983.
GD/AS

Monsieur Mario SOARES
Premier Ministre
Assemblée de la République
Largo das Cortes
LISBONNE 2.
Portugal

Cher Ami,

Je suis à la fois agréablement et désagréablement surpris de la lettre que vous m'adressez m'invitant à participer à la conférence internationale ayant pour thème "la sécurité politique et économique du Portugal" et qui se tiendra les 4/5 novembre 1983.

Puis-je vous rappeler que la Confédération Européenne des Syndicats a demandé un entretien avec votre gouvernement et vous-même pour présenter le programme développé par notre organisation européenne ? J'aimerais beaucoup que ce rendez-vous ait lieu car je le considère comme très important.

Quant à l'invitation à la conférence internationale, je suis étonné de voir que les invités sont généralement des personnalités du monde capitaliste et de droite. Dans de telles conditions, il m'est difficile, à l'heure actuelle, de marquer mon accord sur l'invitation que vous me lancez.

Dans l'attente de vous lire, je vous prie de croire, cher Ami, en mes sentiments les meilleurs.

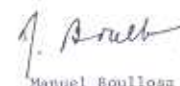
Georges DEBUNNE
Président.

rue montagne aux herbes potagères, 37 - 1000 bruxelles
☎ (02) 219 10 90 - eurosyndic

BANCO PINTO DE MAGALHÃES S.A.
Conselho de Administração

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1984

Exmo. Senhor
Dr. Rui Mateus
FUNDAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Av. António Augusto de Aguiar, 88 - 4º
1000 L i s b o a

Prezado Dr. Mateus

Venho agradecer a atenção da Sua carta para referir o sincero agrado que me deixou o curto relacionamento.

Com homens de Sua qualidade poderia o socialismo vingar, se conseguir romper a burocracia em que se embrulhou e paralisa o País, ao arregimentar os indivíduos em nacionalisações improdutivas que impedem a liberdade de iniciativa e de realisação pessoal, em nome da liberdade.

Quando fôr a Portugal vou pedir-lhe para vir almoçar em minha Casa. Desejo, apenas, retomar contacto que me foi grato.

Melhores cumprimentos

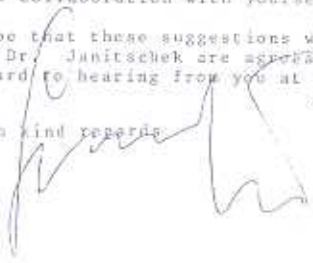
Manuel Boullosa

Dr. Rui Mateus
88 Avenida Antonio Augusto de Aguiar
4th Floor
1000 Lisbon
Portugal

28 January 1985

PRIVATE AND CONFIDENTIAL

Dear Dr. Mateus,

I have just returned from New York where I have had a long talk with our mutual friend Dr. Hans Janitschek. As a result of it I am writing to you to say that our publishing firm which has a very long experience in bringing out books by leading statesmen (e.g. General de Gaulle, Harold Wilson, Henry Kissinger, L.B. Johnson, Golda Meir, Dr. Adenauer, Shimon Peres) would be very pleased, and indeed honoured, to publish a LIFE OF PRIME MINISTER SOARES of Portugal. I understand the intention is that Hans Janitschek, in collaboration with Miss Marvin Howe would be able and willing to complete a book of approximately 200/224 pages by May or June of this year. We would be in a position to guarantee publication of the book in the English language, i.e. in Great Britain and the U.S. before the end of the year.

As for the business arrangement we would be prepared to undertake the publishing and launching of the book and the printing of 5000 copies the defraying of payment to the authors of $10,000 as well as a 10% royalty on the sale of each copy in consideration of a sum of $50,000 to be paid to us in two equal instalments, i.e. on signature of contract with your Foundation and on completion of the printing prior to launching of the book.

We understand that you would be responsible for travelling expenses of the authors to and from Portugal. We shall also be responsible for appropriate publicity. Should you wish to buy any copies of the English language edition we would sell them to you at a 50% discount. The approximate selling price of the book in this country would be £10, ~~the~~ maximum, ~~of~~ and the $ equivalent in the U.S.

Beyond this we would also act as agent and arrange for publication wherever possible in other countries. Naturally we shall seek to arrange a Portuguese language edition in close collaboration with yourself.

I hope that these suggestions which reflects a consensus with Dr. Janitschek are agreeable to you and I am looking forward to hearing from you at your earliest convenience.

With kind regards

MAILGRAM SERVICE CENTER
MIDDLETOWN, VA. 22645
11AM

Western Union Mailgram

1-100904G070 03/11/85 ICS IPMIIHX ITSS NYAC
KNY404 0933NEWY GBLM LONDON/LM 100/96 11 1503

HANS JANITSCHEK
APARTMENT 2-A
945 5TH AVENUE
NEWYORK
NY 10021

CONFIRMING OUR WILLINGNESS TO PROCEED SOARES BOOK ON FOLLOWING BASIS

3,000 COPIES AT 128 PAGES TEXT PLUS 32 PAGES BLACK AND WHITE PHOTO WITH ALL PERMISSIONS AVAILABLE TO US AND 6,000 DOLLARS FOR AUTHORS AND 3,000 COPIES PRINTED AT INCLUSIVE PRICE 30,000 DOLLARS IN OTHER RESPECTS AS PER MY LETTER. IF YOU WILL CLEAR THIS AND IF WE OBTAIN FORMAL CONFIRMATION AND MONEY PAID TO US IN TWO EQUAL INSTALMENTS FIRST NOW ON EXCHANGE OF LETTERS AND SECOND ON DAY WE GO FOR PRESS HAVING PASSED ALL PROOFS, THE DEAL WOULD BE PERFECTED.

REGARDS
GEORGE WEIDENFELD
UNITED KINGDOM
11 MARCH 1985

NNN

10:05 EST

MGMCOMP

TO REPLY BY MAILGRAM MESSAGE, SEE REVERSE SIDE FOR WESTERN UNION'S TOLL - FREE PHONE NUMBERS

BLACK, MANAFORT, STONE, & KELLY
PUBLIC AFFAIRS COMPANY
324 NORTH FAIRFAX STREET
ALEXANDRIA, VIRGINIA 22314

(703) 683-6612

A Sua Excelência
O Senhor Primeiro Ministro
Dr. Mário Soares
Palácio de S. Bento
Rua da Imprensa à Estrela
1200 Lisboa
Portugal

28 de Agosto de 1985

Senhor Primeiro Ministro,
Excelência:

Acabo de ser informado pelo Senhor Dr. Rui Mateus que a minha viagem a Portugal, marcada para o dia 2 de Setembro, terá que ser cancelada, uma vez que o nosso contrato ainda não está pronto.

Permita-me que lhe expresse, Senhor Primeiro Ministro, o meu desacordo. Em Fevereiro, fizemos um acordo com V.Exa. e, desde então, temos estado a trabalhar nesse sentido, sem termos recebido qualquer pagamento durante estes seis meses.

Acreditamos em V.Exa. e nos seus objectivos mas, infelizmente, não nos é possível manter uma relação comercial nestes moldes.

É absolutamente incompreensível, para mim, esta situação. Passaram-se 6 meses e só obtivemos várias e diferentes desculpas.

Julgo que seis meses de paciência são suficientes para demonstrar a nossa boa fé. No entanto, agora necessitamos do contrato e do pagamento de 200 mil dólares, até ao próximo dia 15 de Setembro.

Caso V.Exa. não possa materializar esta pretensão até essa data, afigura-se-me que a única solução será a de reconsiderar a nossa relação, efectuar o pagamento pelos serviços prestados durante os últimos 6 meses e, separarmo-nos como amigos.

Solicito a V.Exa. uma resposta até 6 de Setembro próximo, de modo a poder programar a minha viagem a Portugal a 15 de Setembro. O meu número de telex é 7108320606.

Com os melhores cumprimentos,

Paul J. Manafort, Jr.

cc: Dr. Rui Mateus

BLACK, MANAFORT, STONE & KELLY INC.
324 NORTH FAIRFAX STREET
ALEXANDRIA, VIRGINIA 22314

(703) 683-6612

12 de Agosto de 1985

Exmo. Senhor
Ministro da Indústria
Professor Veiga Simão
Ministério da Indústria
Rua da Horta Seca
1200 Lisboa
Portugal

Exmo. Senhor Ministro:

Em seguimento ao acordo oral a que chegámos no seu gabinete, quando o visitei na primavera passada, a firma Black, Manafort, Stone & Kelly tem estado a realizar trabalhos para o Governo de Portugal, o que temos vindo a fazer sem dispor de um contrato escrito formal.

Por essa razão, junto lhe remeto uma cópia revista do nosso acordo onde estão incluídas as condições sobre as quais falámos no seu gabinete. Ficar-lhe-ía muito grato se pudesse coordenar com o gabinete do Sr. Primeiro Ministro, que igualmente recebeu um duplicado do referido acordo revisto, de modo a que o documento final possa ser validado até ao dia 2 de Setembro quando estarei de visita a Lisboa. Gostaria de poder receber nessa altura a cópia validada do acordo, assim como o pagamento inicial.

Se o Sr. Ministro tiver algumas perguntas a fazer em relação a este processo, peço-lhe que me contacte imediatamente. Caso contrário, aguardo com prazer a oportunidade de revê-lo no dia 2 de Setembro.

Sem outro assunto, subscrevo-me com elevada estima e grande consideração.

Paul J. Manafort, Jr.

ANEXO 24

BLACK, MANAFORT, STONE & KELLY INC.
324 NORTH FAIRFAX STREET
ALEXANDRIA, VIRGINIA 22314

(703) 683-6612

14 de Agosto de 1985

Exmo. Senhor
Ministro de Estado
Dr. Almeira Santos
Rua Prof. Gomes Teixeira
1300 Lisboa
Portugal

Exmo. Senhor Ministro:

Desejo felecitá-lo por haver sido seleccionado para dirigir o Portido Socialista nas próximas eleições. O repto de dirigir Portugal no próximo Governo constituirá uma oportunidade fascinante e histórica.

Como V. Excia sabe, temos estado a trabalhar para o Sr. Primeiro Ministro, Dr. Mário Soares, durante vários meses, o que temos feito na base de um entendimento verbal.

Consciente de quão ocupado V. Excia está, junto lhe remeto uma cópia revista do nosso Acordo original, onde estão reflectidas as alterações que foram tratadas com o Sr. Ministro da Indústria. Encontrar-me-ei em Lisboa no dia 2 de Setembro e muito gostaria de poder receber nessa altura uma cópia validada do Acordo, assim como o primeiro pagamento.

Peço-lhe que me comunique se surgir algum problema. Caso contrário, aguardo com prazer a oportunidade de ver V. Excia. em 2 de Setembro.

Sem outro assunto, subscrevo-me de V. Excia. com elevada estima e grande consideração.

Paul J. Manafort, Jr.

PJM:cjm

Anexos

Cópias: Sr. Primeiro Ministro, Dr. Mário Soares
Sr. Ministro Veiga Simão

ANEXO 25

JOÃO SOARES
ADVOGADO
[illegible]

O que se pretende é uma bolsa que me permita realizar os indispensaveis estudos de holandês e depois um mestrado em direito maritimo em qualquer faculdade holandesa.

A bolsa terá de ser suficiente para permitir a minha manutenção e a da minha familia (mais três pessoas) ou então teria que arranjar-se tambem uma bolsa para a minha mulher.

Depois dos estudos de holandês estaria tambem interessado em qualquer trabalho c▪ instituto de estudos ou fundação ligada com o direito do mar ou com a cooperação com a Africa ex-portuguesa ou o Brasil, para não estar exclusivamente dependente da bolsa ou se fôr impossivel estar só como estudante.

ANEXO 25

JOÃO SOARES
ADVOGADO

. João Barroso Soares

. Nasceu em Lisboa a 29 de Agosto de 1949

. Casado desde 1975 com Maria Olimpia Soares, tecnica de informática da TAP

. Pai de duas meninas, Inês (8 anos) e Mafalda (3 anos)

. Frequentou na infantil e primária a secção francesa do Liceu Charles Lepierre em Lisboa.

. Em 1972 obteve o Mittelstufe I no Goethe Institut de Iserlohn (RFA)

. Concluiu tambem em 1972 um curso de animação cultural e introdução aos média na Akademie Remsheid (RFA)

. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa (Universidade Classica)

. Inscrito na Ordem dos Advogados

. Adjunto juridico do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

. Autor de um trabalho sobre a "Revolta da Madeira" ,publicado em 1978

. Dirige a Editora Perspectivas e Realidades desde 1975

. Tem viajado bastante tanto pela Europa e America como pelos países do Terceiro Mundo nomeadamente Brasil, Cabo Verde, S.Tomé, Guiné Bissau e Angola.

. Carta de condução desde 1968

. Brevet de piloto privado de monomotores obtido em 1976

. Razoaveis conhecimentos de lingua inglesa

. Experiencia de contactos internacionais no campo da edição e artes-graficas,com presença assidua nas feiras de Frankfurt e Bolonha

ANEXO 26

STRICTLY CONFIDENTIAL

PORTUGUESE PROJECT

Outline of Project

News Corporation has the opportunity to invest in a number of media enterprises operating out of Portugal, the former Portuguese colonies of Macao, Angola and Mozambique; and Brazil. In Portugal, the controlling interest in the state-owned publishing enterprise is up for sale. A national radio station, Radio Commercial, is due to be privatised, (with the lease going to the highest bidder), and the franchise for the country's first independent television network will soon be up for tender. New commercial television stations are also being set up in former Portuguese colonies, notably Macao from where a transmitter could broadcast into Hong Kong and Southern China. In Brazil, the Silvio Santos Group is seeking a buyer for its stake in the independent television network, TV Record.

A group of close friends and supporters of President Soares has approached News International to propose that it should supply capital and management expertise in partnership with their political knowledge in a multi-media group. This group would invest in and control the various operations indicated above through a new company, (to be established in Portugal) - Atlantic Media Investments. The company would be a joint venture between News Corporation (or one of its subsidiaries) and the group of Soares supporters under the auspices of the Foundation of International Relations (FRI), a non-profit making organisation sympathetic to President Mario Soares.

A new company, called Enaudi, is being set up by the Soares supporters to handle their investments.

Structure of the Investment Company (Annex 1)

The primary aim of Atlantic Media Investments is to maximise profit from each of its investments. Its secondary aim is to ensure control of media interests sympathetic to President Soares and, we assume, to support his campaign for re-election in 1991.

The Soares group would value their political support at 25% of the capital required for the operations; in other words their share would constitute a premium in the issue of stock. For political reasons it would probably be advisable for News to place 20% of its shares with a respectable Portuguese nominee, and the Soares group suggest that this should be FRI. News might also place up to 10% with another nominee to reduce its profile.

The JMA group would subscribe 15% of the initial capital and then follow increases in capital where possible; in the event that it should be unable to follow on equal terms with News, the rights would be transferred to News without premium.

ANEXO 26

Initial capital investment required to establish Atlantic Media Investments will be 100,000 pounds sterling with some 30 per cent of this being called immediately and the remainder by this time next year. Atlantic Media will then increase its capital as required to invest in individual operations; these operations will probably have minority Portuguese shareholders but local management will be controlled by Atlantic Media Investments.

We summarise below four specific operations presently under consideration. Further study is, of course, required on each project before investment decisions can be taken. We have assumed in these calculations that JMA does not follow News and the investment levels therefore correspond to maximum commitments from News (ie 75%).

A summary of investment and revenue that News International can expect from each of the Portuguese projects over the next few years can be seen below. The Brazilian and Macao projects must be treated seperately as it is impossible to gauge at present the level of investment or returns.

ANEXO 27

DFTCOMM.PC

<u>DRAFT COMMUNIQUE</u>

The President of Portugal, Mr Mario Soares, ~~met~~ received today a delegation from News International led by its Chairman Mr Rupert Murdoch. The meeting took place ~~at the President's invitation~~ to review potential media developments in Portugal, and through Portugal in Europe and in other Portuguese speaking territories. Mr Murdoch was accompanied by Mr Richard Searby, Chairman of News Corporation, Sir James Cruthers, Chairman of Satellite Television Plc (Sky Channel) and Patrick Cox, Deputy Chairman and Chief Executive of Satellite Television.

At the conclusion of the meeting with the President, Mr Murdoch signed an Agreement with Dr Rui Mateus to establish a new Company - Atlantic Media Participacões (AMP). This company will be a joint venture with Portuguese interests to study and invest in media opportunities in Portugal and Portuguese speaking territories.

Mr Murdoch stated "Portugal occupies a unique place in Europe. Historically Portugal has linked Europe with the Americas and now, as a member of the EEC we believe that Portugal will continue to fulfil this role in future media developments. The warmth of our welcome here has left us all with the conviction that we can achieve great endeavours together."

ANEXO 28

News America Publishing
INCORPORATED

210 South Street, New York, New York 10002 Tel. 212-815-8000

Rupert Murdoch
Chairman

April 1, 1987.

Dr Rui Mateus,
Fundacao de Relacoes Inter,
Av Antonio Augusto de Aguiar 84-4,
1000 Lisbon,
PORTUGAL.

Dear Dr Mateus,

I have received your telex of 19 March in which you agreed with our conditions of cooperation outlined in Patrick Cox's telex of 18 March and sent to you on my behalf.

I have asked Patrick Cox and our lawyers to proceed with the establishment of a joint study company with your Foundation and I would suggest that the points upon which we have agreed in our recent correspondence should be incorporated into the Articles of Association for this company.

I will be appointing an experienced News International executive to work on the press project, and will be forwarding his name to you in the near future.

We are looking forward to a long and profitable working relationship with you and your Foundation.

Sincerely,

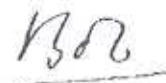
(Rupert Murdoch).

ANEXO 29

Robert Maxwell MC — *Holborn Circus*, *London* EC1P 1DQ

TEL 01 822 2000
FAX 01-822 3429

RM/IRM/PJ/JP

13 May 1987

Rui Mateus Esq
Presidente do Conselho Directivo
Fundacao Luso-Americana
Para O Desenvolvimento
Rua Rodrigo da Fonseca 178
1000, Esq.
1000 Lisboa
PORTUGAL

Dear Rui,

Thank you very much indeed for your letter of 5 May and for the most interesting and attractive information which you sent me about the theme park "Lusolandia" being planned in Lisbon. I look forward, too, to receiving the further information about the other areas of interest which you mention.

Meanwhile, I should be particularly delighted if at very short notice you and your wife would be free to join me as my guests at the Cannes Film Festival on Friday, 15 May to attend the Film Premiere of "The Whales of August" in the presence of Prince Charles and Princess Diana, followed by a black tie dinner and stay on board our yacht, the Lady Ghislaine. I will arrange for you both to be picked up by our jet in Lisbon. I do hope that you will be able to accept this invitation.

With warmest best wishes

C/JP150/11

PROTOCOLO

Tendo como objectivos a expansão económica dos signatários e a modernização de Portugal, e de acordo com os seus fins estatutários, a

Emaudio, Sociedade de Empreendimentos Audiovisuais, S.A. com sede em Lisboa, na Av. António Augusto de Aguiar, 88-4º, representada pelos signatários
, e
Sr. Eng. Ilidio Pinho (ou

assumem o compromisso de uma cooperação alargada com base nas iniciativas da Emaudio S.A. e Emaudio Internacional e decidem estabelecer entre si um protocolo de acordo na área empresarial.

Nesse sentido decidem:

1. Cooperar em iniciativas de caracter económico que venham a ser estabelecidas por ambas as partes, nomeadamente:

   a) Indústrias gráficas
   b) Indústria de papel
   c) Comunicação Social
   d) Indústrias Audiovisuais
   e) Banca e Sociedades Financeiras
   f) Seguros

2. Que todas as actividades serão realizadas e desenvolvidas através de sociedades a adquirir ou a constituir com participação de capital conjunto e ou de terceiros, a definir caso a caso, tendo em conta os interesses e a estratégia das respectivas partes

3. As participações no capital social de cada uma das sociedades a comprar ou a constituir serão definidas caso a caso, tendo em conta a relevância do interesse que representam na estratégia das respectivas organizações

.../...

4. Nas participações no capital social de cada uma das sociedades a Emaudio receberá um "premium", a definir caso a caso, tendo em conta o montante dos investimentos

5. As acções a empreender no âmbito da cooperação estabelecida entre ambas as organizações pressupõe uma estratégia comum que implica um dever de consulta mútua em relação a todas as oportunidades de investimento em que qualquer delas tenha interesse, reconhecendo o Eng. Ilidio Pinho os acordos estabelecidos nestas áreas entre a Emaudio S.A. e a BPCC e a Emaudio e a UGT

6. Ambas as organizações conferem ao presente protocolo uma interpretação lata, de modo a que os seus princípios representem agora e de futuro, uma cooperação ampla, permanente e duradoira.

7. Este protocolo é secreto e só poderá ser divulgado com o acordo escrito de ambas as partes

Lisboa, 30 de Setembro de 1987

Pela Emaudio

Pelo Eng. Ilidio Pinho

ANEXO 31

JS21 DRAFT

(BPCC Chairman's letterhead)

RM/IRM/JS/JS21 21 September 1987

Ilidio da Costa Leite de Pinho
Presidente
COLEP
Apart. 14
3731 Vale de Cambra CODEX
Portugal

Dear Mr Ilidio da Costa Leite de Pinho

I enjoyed immensely our brief meeting at the luncheon offered to us by President Soares. I am writing to confirm our agreement as follows:

1 You and your colleague, Mr Angelo Konraya, will be visiting us on 26 October as our guests for a one or two day visit for the purposes of seeing some of our Group facilities in newspaper publishing, packaging, printing, etc, and to discuss possible areas of mutually profitable cooperation between our two groups.

2 You have agreed to manage £10 million of our pension funds to invest in Stock Exchange operations in Portugal.

3 I am happy that you have agreed to join with the Amaldia Group in developing mutually profitable interests in the Portuguese media, which is shortly to be privatised.

351 56 42911
57 17 07
775615
775439
meeting
Lisbon
Mrs Eva
Italia
3/4 hr

ANEXO 32

[illegible]7-11-04 19:39 COLEP Lda-VALE DE CAMBRA 351 56 44859 P.01

TRANSMISSÃO POR TELECOPIA
(Transmission by Telefax)

DATA: 4 Novembro/87 REFª IP/GM

PARA/TO: Emaudio

A ATENÇÃO DE/ATTENTION OF: Exmo. Senhor Dr. Rui Mateus

DE/FROM: Eng. Ilidio Pinho / Colep

TELEFONE DESTINO/DESTINATION TELEPHONE: 01/575103

Nº DE PAGINAS (incluindo esta)
Nº OF PAGES (including cover): 4

ASSUNTO/SUBJECT:

Em seguimento da nossa conversa telefonica, envio protocolo celebrado com o Sr. Robert Maxwell.

Quanto ao ponto 2-CABELTE, por se tratar de um acordo de exclusivo conhecimento daquela empresa, tomei a liberdade de o apagar.

Melhores cumprimentos,

Ilidio Pinho

1987-11-04 19:39 COLEP Lda-VALE DE CAMBRA 351 56 44859 P.02

SUBJECT TO CONTRACT

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING

This MEMORANDUM OF UNDERSTANDING is agreed between:

(1) Mr Ilidio da Costa Leite de Pinho, Presidente of the group COLEP, Portugal; and

(2) Mr Robert Maxwell, Chairman of the Maxwell Group of Companies.

WHEREAS Mr Pinho and his colleague Mr Angelo Correia (Presidente Do Conselho de Administracao, SOLIDAL) have visited Mr Maxwell in London and during their discussions, Mr Pinho and Mr Maxwell have identified certain business areas in which there might be mutually advantageous co-operation in Portugal.

NOW THE PARTIES HAVE HERETO RECORDED THEIR UNDERSTANDING AND INTENTIONS AS FOLLOWS:

1. INVESTMENT IN SECURITIES

Mr Pinho has presented to Mr Maxwell a Statement of Account in relation to the ~~£10m which Mr Maxwell has entrusted~~ to Mr Pinho for investment in Portuguese securities. Mr Maxwell has noted that, in the light of current market conditions, the results appear to be reasonably satisfactory.

2. CABELTE

1987-11-04 19:40 COLEP Lda-VALE DE CAMBRA 351 56 44859 P.03 578103:# 3

COLEP FINANCIERA, SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS

(i) It was agreed that a new company would be established to finance a range of investments in and outside Portugal, subject to the necessary authorisations and consents being obtained.

(ii) The name of the new company will be COLEP FINANCIERA S. I.

(iii) The authorised and issued share capital of this company will be Esc 1 billion (approximately $6.7m).

(iv) It was agreed that Mr Maxwell or his nominated company should subscribe for 25% of the shares of this company, Mr Pinho initially retaining the remaining 75%. Mr Maxwell will use his endeavours to promote the projects described in paragraphs (vi) and 4 and 5 below.

(v) Mr Maxwell and Mr Pinho will each be represented on the Board of this Company.

(vi) A subsidiary of this company will be established to provide venture capital for the reconstruction, reequipment and modernisation of small to medium sized companies in Portugal and other Portuguese speaking countries, in accordance with the discussions between the Prime Minister of Portugal and Mr Maxwell and in compliance with the policies adopted by the present Government of Portugal (as discussed with Mr Pinho), jointly with the EEC fund (PEDIP).

(vii) A further subsidiary will be established for the central regional development of Portugal.

4. PULP AND PAPER

Both parties will seek to ensure that COLEP FINANCIERA will participate in the privatisation of pulp manufacturing and, subject to commercial viability, subsequently to establish a new paper mill. To this end, both parties will urgently seek a meeting with the Minister of Finance to discuss participation in the privatisation of the pulp industry with a view to the subsequent establishment of a paper manufacturing facility. It was agreed that further participants (and, in particular, Banco Portuguese do Atlantico) would be invited to join in the paper projects

5. TELEVISION

(i) The parties agreed that they wished at all times to accord with the wishes of the Prime Minister and the President in matters relating to television participation and investment.

ANEXO 32

1987-11-04 19:41 COLEP LUS-VALE DE CAMBRA 351 56 44059 P.04

Page 3

(ii) The parties would further progress the application for a new TV channel, alongside the Emaudio Group.

(iii) It was confirmed that the Catholic Church and other agreed parties would be invited to participate in the consortium.

(iv) Mr Pinho would seek to obtain a 25% stake in the new group.

6. EMAUDIO

It is hereby expressly agreed that nothing shall be undertaken in pursuance of this Memorandum or otherwise, which would infringe the agreements already signed between Maxwell Communication Corporation plc and Emaudio and between Mr Pinho and Emaudio.

SIGNED this 27th day of October 1987 in LONDON, ENGLAND

....

Ilidio da Costa Leite de Pinho

....

Robert Maxwell

ANEXO 33

RUI PEREIRA MATEUS

JOSÉ ALBERTO MENANO DO AMARAL

JOÃO TITO DE MORAIS

Av. Antônio Augusto de Aguiar, 88-4º

1000 Lisboa

EXMO. SENHOR

ENGº CARLOS MELANCIA

R. Paulo Renato, 1-8º A

Lisboa

Lisboa, 1987.09.17

Exmo. Senhor,

Vimos pela presente, confirmar a compra por nós efectuada das 250 (duzentos e cinquenta) acções, no valor de Esc. 1.000$00 cada uma que V. Exa. detém no capital social da EMAUDIO - Sociedade de Empreendimentos Audiovisuais, S.A., com sede na Av. Antônio Augusto de Aguiar, nº 88-4º, em Lisboa, por preço igual ao seu valor nominal, bem como da restante quantia a realizar até 31.12.89, nos termos do Artº 3º do Pacto Social da referida sociedade.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos atentamente

Rui Fernando Pereira Mateus

José Alberto Menano do Amaral

João Tito de Morais

Reconheço ... assinaturas de Rui Fernando Pereira Mateus, José Alberto Menano do Amaral, João Tito de Morais

14.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA, 18/9/87

ANEXO 34

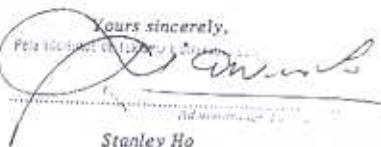
Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S. A. R. L.

(Proprietors of Lisboa Hotel/Casino Complex and Hotel Sintra)

Head Office: 9/F, Hotel Lisboa, New Wing, P.O. Box 3036, Macau

Hong Kong Correspondence Office: Penthouse, 39/F, Shun Tak Centre, 200 Connaught Road C., Hong Kong. Tel 5-8593111 Cable SETEDEM HONG KONG Telex 74200 SEDAM HX Fax 5-404997

Hong Kong, 21st December 1988

By Fax

Dr. Rui Mateus
Emaudio International
Rua da Palmeira 20º
1200 Lisboa
Portugal

Dear Dr. Mateus,

With reference to our meeting on 14th December, I have since taken advise from the Boss.

We decided to invest Escudos 100 million in the TV project together with Mr. Maxewell. I would like to advise you that it is the policy of our Board of Directors that STDM should not invest in newspapers. As we shall take over the management of TdM starting from 1st January 1989, it is natural that we would like to take up interests in the TV project in Portugal.

I would appreciate if you would advise me the company structure of the television project and Mr. Antonio Pereira of Estoril-Sol would duly liaise with you on the subscription of shares.

Yours sincerely,

Stanley Ho

SH/HH/jc

cc. Mr. Antonio Pereira

ANEXO 35

Sociedade Internacional de Financiamentos, S. A. R. L.

Conselho de Administração

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Administração da
EMAUDIO, SA

Lisboa, 11 de Maio de 1989

Exmo, Senhor,

O Conselho de Administração da Interfina - Sociedade Internacional de Financiamentos, SA apresenta ao Presidente do Conselho de Administração da EMAUDIO os seus melhores cumprimentos.

Ainda que não integre o eixo nuclear da sua intervenção sectorial, a Interfina possui uma participação activa no sector da comunicação social a qual decorre de uma estratégia recente de apoio selectivo a iniciativas que, pelas suas características de inovação e qualidade, se integrem na filosofia do Grupo.

Esta estratégia tem tido como suporte a associação com a PEI da qual decorrem as participações na Radiogeste e na Invesmédia.

Em Macau, através da SEDAK, o Grupo Interfina tem presença activa na Imprensa local de Língua Portuguesa.

Tendo presentes os novos desafios que se colocam a este sector, e em particular os que derivam da abertura da televisão à iniciativa privada, a Interfina tem interesse em diversificar os instrumentos da sua estratégia de intervenção nesta área.

Latino Coelho, 1-A 5.13.º – 1000 Lisboa
Portugal

Telefone 52 40 46 - 52 40 28 Telex 64768 ifina

ANEXO 35

Sociedade Internacional de Financiamentos, S. A. R. L.

Conselho de Administração

Nesta conformidade, seria para nós uma honra poder a vir a colaborar com a EMAUDIC mediante formas de associação que incluam participação da Interfina, não inferior a 30%, no capital social dessa Sociedade.

No caso de V.Exas. admitirem esta possibilidade, poderão ser iniciados contactos formais entre as duas Empresas. Para este efeito, a Interfina designa os Senhores Prof. Doutor J. Vasconcellos e Sá e Dr. J. Dias Leonardo, respectivamente, seus Administrador e Director-Geral.

Tendo em conta a natureza desta colaboração e os eventuais fins a atingir permitimo-nos solicitar a V.Exas. que considerem o conteúdo desta carta e das futuras conversações como matéria confidencial e, como tal, reservada aos mais altos responsáveis de ambas as Sociedades.

Sem outro assunto, apresentamos uma vez mais a V.Exas. os protestos da nossa mais elevada e distinta consideração.

O Presidente do Conselho de Administração

Latino Coelho, 1-A 3-13.° – 1000 Lisboa
Portugal

Telefone 52 40 46 - 52 40 22 *Telex 64765 ifina*

ANEXO 36

THE CHASE MANHATTAN BANK, N. A.
LISBOA

CHASE

DEPÓSITO Nº 6617

VALORES OU CHEQUES S/ OUTROS BALCÕES

NÚMERO	BANCO	PRAÇA	IMPORTÂNCIA
SUB TOTAL			

CHEQUES S/ NOSSOS BALCÕES

NÚMERO	BANCO	PRAÇA	IMPORTÂNCIA
	C. M. B.		
	C. M. B.		
	C. M. B.		

OS DEPÓSITOS DE CHEQUES E VALORES SÓ SE TORNAM EFECTIVOS APÓS BOA COBRANÇA.	SUB TOTAL	
	NUMERÁRIO	3[illegible]
	TOTAL	3[illegible]

PARA CRÉDITO DA CONTA N.º 840 100 [illegible]

EM NOME DE [illegible]

MORADOR EM [illegible]

É DEPOSITADA A QUANTIA DE [illegible]

ENTREGUE POR [illegible]

MORADOR EM [illegible]

DATA [illegible]

ASSINATURA [illegible]

THE CHASE MANHATTAN BANK, N.A.
LISBOA-PORTUGAL
0 9 JAN. [illegible]
CAIXA

Este depósito ou aplicação é pagável exclusivamente no The Chase Manhattan Bank, N.A. (Lisboa) e em escudos, salvo disposição legal em contrário.

This deposit or placement is payable exclusively at The Chase Manhattan Bank, N.A. (Lisbon Branch) and in escudos, except as otherwise required by law.

ESTE DEPÓSITO SÓ É VÁLIDO QUANDO CERTIFICADO.

CERTIFICAÇÃO

CHASE

THE CHASE MANHATTAN BANK, N.A. DEPÓSITO Nº 12001
LISBOA

VALORES OU CHEQUES S/ OUTROS BALCÕES			
NÚMERO	BANCO	PRAÇA	IMPORTÂNCIA
		SUB TOTAL	

PARA CRÉDITO DA CONTA N.º 840

EM NOME DE

MORADOR EM

E DEPOSITADA A QUANTIA DE

ENTREGUE POR

MORADOR EM

DATA

ASSINATURA

C.M.B. N.A. LISBOA

THE CHASE MANHATTAN BANK, N.A. LISBOA-PORTUGAL

CAIXA 1

CHEQUES S/ NOSSOS BALCÕES			
NÚMERO	BANCO	PRAÇA	IMPORTÂNCIA
	C.M.B.		
	C.M.B.		
	C.M.B.		
OS DEPÓSITOS DE CHEQUES E VALORES SÓ SE TORNAM EFECTIVOS APÓS BOA COBRANÇA.	SUB TOTAL		
	NUMERÁRIO		
	TOTAL		

Este depósito ou aplicação é pagável exclusivamente no The Chase Manhattan Bank, N.A. (Lisboa) e em escudos, salvo disposição legal em contrário.

This deposit or placement is payable exclusively at The Chase Manhattan Bank, N.A. (Lisbon Branch) and in escudos, except as otherwise required by law.

ESTE DEPÓSITO SÓ É VÁLIDO QUANDO CERTIFICADO

CERTIFICAÇÃO

Sociedade Internacional de Financiamentos, S.A.

Comissão Executiva

1. — Const. Soc. Concessionária Praia Grande. — 5 milhões

25 + 25 + 25 + 25
STDM INT. CITIC TW

milhões

12,5 — TW.

→ participações correspondentes capitais próprios → 12,5 Interfina / STDM

34% - Contrato construção: CT + CHINA CONST. Subscrição n/ part. capital

2. — Carta CA Interfina → CA Emaudio — 30%

Vasconcelos Sá

Dias Leonardo

3 Kangei Bank Gaitun — Sociedade — para acções a 1 soc. na Europa

Projecto Área industrial

4. 33 + 33 + 33 — Comprar soc. STDM + INT + TW

16.5

n/ part. capital 16.5

2.ª fase KAP — 8 milhões contos (/500 HK$)

11.05.89

DECLARAÇÃO

A EMAUDIO - Sociedade de Empreendimentos Audiovisuais, S.A. representada pelos seus administradores Rui Fernando Pereira Mateus e José Alberto Menano Cardoso do Amaral, declara transferir nesta data à ordem do Partido Socialista, pelo preço de 147 000$00 que dá por quitado, as 147 000 acções do valor nominal de 1 000$00 cada uma de que é detentora no capital social da IMPRINTER - Impressores Internacionais S.A., com sede na Rua Sacadura Cabral, nºs 26 a 30, no Dafundo.

Destas acções e respectivas declarações de transmissão fica depositário o Exmº Sr. Dr. António de Almeida Santos.

Mais se declara que as assinaturas dos signatários, na qualidade e com os poderes com que outorgam poderão ser reconhecidas no Cartório Notarial de 14º de Lisboa

Em tempo: a entrega das acções e títulos acima referidos foi feita, por indicação do Sr. Dr. Almeida Santos, ao Sr. José Neves.

Dafundo, 17 de Novembro de 1989

Emaudio - Sociedade de Empreendimentos Audiovisuais, S.A.
A Administração

Recebi o original.
Lisboa 17 de Novembro de 1989

DECLARAÇÃO

Rui Fernando Pereira Mateus declara transferir nesta data à ordem do Partido Socialista, pelo preço de 1 500$00 que dá por quitado, as 1 500 acções do valor nominal de 1 000$00 cada uma de que é detentor no capital social da IMPRINTER Impressores Internacionais S.A., com sede na Rua Sacadura Cabral, nº 26 a 30, no Dafundo.

Destas acções e respectivas declarações de transmissão fica depositário o Exmº Sr. Dr. Almeida Santos.

Mais se declara que a assinatura do signatário poderá ser reconhecida no Cartório Notarial de 14º de Lisboa

Em tempo: a entrega das acções e títulos acima referidos foi feita, por indicação do Sr. Dr. Almeida Santos, ao Sr. José Neves.

Dafundo, 17 de Novembro de 1989

(Rui Fernando Pereira Mateus)

Recebi o original.
Lisboa, 17 de Novembro de 1989

MAXWELL
COMMUNICATIONS

From The Chairman, Robert Maxwell MC

30th August, 1989

Dr Rui Mateus
Emaudio
Av Antonio Augusto Aguiar 88-4
1000 Lisboa
Portugal

STRICTLY PRIVATE & CONFIDENTIAL

Dear Rui,

I have today authorised the payment of Esc 16,738,022 towards the quarterly operating expenses of Emaudio and some newspaper project expenses, which you have requested me to assist with. In the circumstances and for the reasons given below, I consider that this must be the last payment I make towards the joint venture, which I believe should now terminate.

Since the inception of our joint venture in 1987, we have considered a number of proposals for television, newspaper and printing investments. Each time we did so, however, our due diligence investigations showed that the projects would not be sufficiently commercially viable to warrant the substantial amounts of money and committment of personnel, initially required of MCC.

Last year, we made a decision, in principle and subject to further detailed agreement, to proceed with an investment in printing in Portugal. Since then we have been attempting to settle the terms of our investment and have together discussed a number of detailed proposals. I now understand however that your colleagues are themselves in disagreement about the business.

Last December MCC made a strategic decision to dispose of its printing interests to enable the group to concentrate on its worldwide core businesses of publishing and communications. At this time, as you know, all the UK printing businesses were sold to a management buy-out team led by John Holloran. We are now in the process of selling Maxwell Graphics in the U.S. As a result, printing is no longer our business and regrettably MCC cannot therefore give to your group the expertise and equipment capabilities which we previously owned. In these circumstances, I consider that the interests of your colleagues would be best served by seeking a partner who has an ongoing involvement in this business.

World Communications

ANEXO 39

At a more general level, whilst I had great expectations of our partnership at the outset, the in depth investigations which we have made into each of the proposals put forward has resulted in me having to decline to participate further. The Macao TV situation is one example of this, as I am sure you will understand.

I have written seperately today to the President and I take this opportunity to wish you and your colleagues every success with their ventures.

Yours

Rui Mateus
[illegible]
Paço de Arcos
2780 Oeiras

22 de Maio de 1995

Exmo Senhor
Director do Semanário
«INDEPENDENTE»
R. António Pedro, 111 - 2º
1000 Lisboa

Exmo Senhor,

Li sem qualquer surpresa o artigo do sr. Pedro Guerra no «Independente» de 19 de Maio intitulado «Macau: Mateus acusa Soares e Santos de saberem do fax - Carta Armadilhada».

Pretendo sobre este artigo fazer alguns comentários e rectificações que permitam a reposição da verdade:

1. O título em causa é requentado. Sobre a primeira parte já muito se especulou e até «O Independente» já sobre isso gastou muita tinta. A segunda parte, quanto à existência da carta, é verdade como o «Expresso» já noticiou a 6 de Maio, que penso atempadamente fazer uma exposição ao Ministro da Justiça sobre este caso, embora a «armadilha» seja da vossa inteira responsabilidade e dentro do estilo a que «O Independente» há muito nos habituou.

2. «O Independente», em geral, e os jornalistas Pedro Guerra e Helena Sanches Osório, em particular, têm dedicado muito do seu tempo ao chamado «caso do fax de Macau» e a muitos outros casos semelhantes que são vulgarmente conotados com o chamado «jornalismo de investigação». Contudo para alguns leitores, como eu, este tipo de jornalismo do «Independente» confunde-se frequentemente com a divulgação de actividades e opiniões da Procuradoria Geral da República.

3. Dados o colaboracionismo militante do «Independente» com a

2

acusação no chamado «caso do fax de Macau» e a actuação pouco edificante, em termos deontológicos, da jornalista Helena Sanches Osório, enquanto testemunha de acusação no chamado «caso do fax de Macau», não me surpreende que «O Independente» continue a escrever sobre este caso com base em «fonte próxima» sem a menor preocupação com a verdade e com o rigor.

4. Em nenhum dos meus depoimentos à P.G.R. nos dias 17, 18, 21 e 28 de Maio e 2 de Agosto de 1990 eu alguma vez desmenti - e muito menos «categóricamente» - afirmações anteriores, com afirma o artigo de «O Independente». Uma simples leitura bastará para o comprovar.

5. Diz «O Independente» que: «dez dias depois do (meu) primeiro depoimento (resolvi) fazer ao procurador geral adjunto o que (chamei) de "esclarecimento complementar" com base "numa reflexão profunda". (Admiti) de imediato que estas (minhas) palavras pudessem entrar em «contradição» com o que dissera anteriormente. Mas (expliciteí) que o fazia no "desejo de não ver pessoas inocentes envolvidas neste processo"». Certamente que «O Independente» se refere a um depoimento que fiz no dia 28 de Maio de 1990. Contudo o que «O Independente» omitiu, embora esteja escrito e seja público, foi que eu pretendia «fazer um esclarecimento complementar do depoimento que anteriormente «prestara»». O depoimento que anteriormente prestei teve lugar a 21 de Maio de 1990. Uma simples leitura dos depoimentos verificará que não há contradições nem «desmentidos categóricos». As ilações que este artigo do «Independente» pretende tirar levam-me a concluir que o sr. Pedro Guerra, seguindo as pisadas da subdirectora desse semanário, se limita a reproduzir documentos e a escrever o que lhe ditam sem nada ler ou analisar!

6. Se o jornalista tivesse estado presente durante o julgamento teria reparado que nunca a procuradora Maria José Morgado me pediu para especificar «quem eram as tais pessoas inocentes». O que de facto aconteceu foi que a procuradora me acusou de ter no meu primeiro depoimento lançado «pistas» a que depois não dera continuidade. Aí o meu advogado Prof. Germano Marques da Silva pediu para esclarecer que fora ele que, após o meu primeiro depoimento de 17 de Maio de 1990, me proibira de voluntariar informações ao PGA, pois era ao M.P. que competia fazer as perguntas e conduzir a investigação, tendo contudo insistido para que eu respondesse a todas as perguntas com verdade. A procuradora Maria José Morgado «desafiou-me» então a elaborar sobre o que ela considerou serem «pistas» a fim de ali mesmo abrir novos processos.

7. Diz agora «O Independente» que «Mateus, nessa altura, não abriu a boca sobre o assunto»! Não sei quem contou esta história ao jornalista que, evidentemente, não seguiu o julgamento. Eu disse de facto à procuradora Maria José Morgado que se ela considerava o meu já referido depoimento como «pistas» era ao M.P. que competia investigar essas «pistas» dado que nem eu tinha medo de ameaças nem as minhas declarações de 17 de Maio de 1990 visavam

ANEXO 40

a abertura de novos processos.

8. Finalmente presumo que também não foi o Prof. Germano Marques da Silva que afirmou ao «Independente» «que discorda em absoluto de qualquer destas atitudes» e que se «quizer publicar...perde o seu advogado».

Não obstante tudo parecer indicar que acabarei por ser preso em virtude de um escandaloso processo de «justiça à Portuguesa» em que nada se provou e, por isso mesmo, nenhum tribunal parece ser capaz de fundamentar as suas decisões, não me parece, contráriamente, ao que afirma o sr. Guerra, de que sou eu que «está entre a espada e a parede». A prisão pode ser uma contingência que nem sempre é sinal de justiça e, como muitos de nós ainda se recordam quer do regime fascista quer do PREC, que tanto entusiasmou alguns dos actuais protagonistas que o administram, pode ser um sinal de que afinal de novo «algo está mal no reino de Portugal». O tempo o dirá!

Com os meus cumprimentos

Rui Mateus

ANEXO 41

80
14

S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

ASSUNTO

EMAUDIO - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS AUDIOVISUAIS, SA

5. CONCLUSÕES

1. Na sequência do solicitado pelo Senhor Procurador-Geral da República Adjunto procedeu-se a averiguações na escrita da "EMAUDIO - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS AUDIVISUAIS, SA" para efeitos de determinação do valor da empresa e análise dos principais fluxos financeiros no 1º trimestre de 1989.

6. Assim, não foi possível determinar o valor da EMAUDIO, quer em 1987, quer em 1988, na medida em que na sua composição entram variáveis de natureza qualitativa de difícil quantificação, como é o caso da expectativa decorrente dos investimentos financeiros efectuados através da participação na constituição de diversas empresas com projectos na área da comunicação social.

Todavia o valor contabilístico das acções em 1987 é praticamente nulo e em 1988 é manifestamente inferior ao valor nominal.

7. Tendo em vista verificar a movimentação dos fundos relacionados com os 50 000 contos pagos pela Weidleplan, procedemos à análise das contas bancárias da empresa abertas no CHASE MANHATTAN BANK (nº 84401001428) e no Banco Fonsecas & Burnay (nº 9744312). As verificações foram extensivas a uma conta solidária aberta no CHASE MANHATTAN BANK (nº 8400000637), cujo 1º titular era o accionista Rui Fernando Pereira Mateus. Com efeito, não obstante esta conta não ter sido movimentada na escrita da empresa, constatou-se que da mesma saíram fundos significativos com destino à EMAUDIO e aí foram contabilizados como empréstimos de accionistas.

8. Da análise às contas bancárias verificou-se que foram depositados no CHASE M. BANK (na conta da empresa) 31 000 contos em numerário no dia 6 de Janeiro de 1989, tendo a 8 de Fevereiro seguinte sido depositados, também em numerário, 19 000 contos na conta do CHASE (em nome da administração), o que perfaz 50 000 contos, montante de expressão idêntica ao pagamento efectuado pela "Weidleplan".

9. Dada a forma de movimentação das disponibilidades da empresa não é possível determinar em cada momento o valor dos meios monetários disponíveis. No entanto, os elementos analisados permitem concluir que a empresa tinha uma situação de tesouraria excedentária na medida em que quase permanentemente são aplicados meios em bilhetes do tesouro. Estes atingem 35 000 e 10 000 contos respectivamente em finais de 1987 e de 1988.

Também na conta solidária em nome dos accionistas administradores existem meios disponíveis de elevado montante, sendo de 11 734 e

weidleplan

Weidleplan Consulting GmbH
Planer Architekten Ingenieure
Postfach 30 08 09 Maybachstrasse 33
D-7000 Stuttgart 30 · Telefon: (07 11) 8 07 0
Telex: 7 22 313 weid d · Telefax: (07 11) 807 322

Mr. Carlos Melancia
Governor of Macau

MACAU

Ihre Zeichen, Ihre Nachricht vom	Unser Zeichen	Durchwahl	Datum
	W/WL	8107/ 200	20.06.1990

Your Excellency,

We deeply regret the difficulties our telefax of October 18, 1989 caused for you. We never intended to create such adverse consequences.

Our managing director, Mr. Peter Beier, has declared to the Stuttgart Public Prosecutor in the presence of Deputy Attorney General, Dr. Maximiano, that Weidleplan never, directly or indirectly, paid any sum of money to Governor Melancia.

Mr. Beier also explained in his statement how the fax of October 18, 1989 was originated: during a business trip in East Asia, he got a call from his secretary. She informed him that Mr. Monteiro had telephoned from Vila da Feira and strongly recommended that a fax was sent to the Governor. The text of the fax was not agreed upon with Mr. Beier. Mr. Monteiro dictated the fax to Mr. Beier's secretary by phone. Mr. Beier called Mr. Weidle, who was not directly involved with the Macau project, to ask him to sign the fax on his behalf and have it transmitted since Mr. Monteiro had insisted that the matter was extremely urgent.

We intended to form an association with the managers of the Emaudio Group with the aim to represent our interest both in Portugal and in Macau. Such an association was also aimed at providing technical advice in general and specifically for engineering projects.

/..2

Dresdner Bank AG Stgt. (BLZ 600 800 00) 9 079 282 · Landesgirokasse Stgt. (BLZ 600 501 01) 2 019 323 · Sitz der Gesellschaft: Stuttgart · Amtsgericht Stuttgart, HRB · [illegible]
Geschäftsführung: Dipl.-Ing. R. Weidle, Vorsitzender · Dipl. rer. pol. P. Beier · Dipl.-Ing. G. Cornelius · Dipl.-Ing. G. Fischer · Dipl.-Ing. R. Seher

ANEXO 42

weidleplan

- 2 -

293

The intended association, however, was never realized mainly due to misunderstandings between the persons involved.

Our payment of DM 606,000 to Mr. Monteiro, who served us as an independent advisor, was intended for this purpose. To the best of our knowledge Mr. Monteiro passed this sum to the managers of the Emaudio Group. We demanded of Mr. Monteiro to pay the money back or to follow-up the repayment of the sum.

We do apologize to you and we hope that this explanation will help to bring the severe difficulties you have experienced to an end.

Sincerly,

Richard Weidle

ANEXO 43

PESSOAL E CONFIDENCIAL

DR. MÁRIO SOARES
Palácio de Belém
p.m.

Lisboa, 30 de Outubro de 1990

Car Mário

Infelizmente não consegui ainda falar pessoalmente consigo apesar de tal ter ficado previsto na sequência do nosso último encontro em sua casa no Algarve, em Julho. Contactei várias vezes a sua secretária Osita, com o objectivo de lhe falar de novo sobre a F.R.I. mas nunca me foi marcado qualquer encontro. Entretanto, falei com o Almeida Santos que me disse ter falado consigo sobre a necessidade de encontrar quem me substitua no Conselho Executivo, dada a minha impossibilidade de continuar a substitui-lo, conforme cópia da Acta que junto em anexo, como pró-memória. Garantiu-me o Almeida Santos estar o Mário empenhado em encontrar uma solução, o que obviamente considerei satisfatório.

Entretanto nada mais me foi adiantado sobre o assunto e agora fui informado que há despesas a efectuar com o seguro do veículo que se encontra ao seu serviço bem como o salário da única funcionária da Fundação e a renda da casa.Ultimamente estas despesas eram pagas pela Emaudio, como doação à F.R.I. Tal não pode continuar dado que a Emaudio entrou em liquidação e a sua administração se encontra a cargo dos Drs. Medina Correira, Germano Marques da Silva e António Leitão.

.../...

BANK ACCOUNT NO. 507/0/ 43.95 12 - BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO - Pç. de Londres 1000 LISBOA

ANEXO 43

Venho assim reiterar-lhe o meu anterior pedido de substituição visto não ter meios para, pessoalmente, resolver as carências da Fundação de Relações Internacionais.

Com um abraço

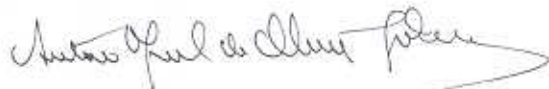
Rui Mateus

BANK ACCOUNT NO. 507 / 07 43 95 12 - BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO - Pç. de Londres 1000 LISBOA

ANEXO 44

MÁRIO SOARES

Lisboa, 19 de Dezembro de 1990

Exmº. Senhor
Presidente da Assembleia dos Fundadores da
Fundação de Relações Internacionais

Não obstante estar efectivamente desligado das actividades da Fundação de Relações Internacionais desde que tomei posse do cargo de Presidente da República, quero agora declarar expressamente o meu desejo de ser excluído da qualidade de membro dessa Fundação.

Com os melhores cumprimentos,

Mário Soares

ANEXO 45

D E C L A R A Ç Ã O

Eu ANTÓNIO GUTERRES declaro aceitar ser membro do Conselho de Fundadores da Fundação de Relações Internacionais.

[signature]

Lisboa, 30.03.91

ANEXO 46

Rui Mateus
Paço d'Arcos
2780 Oeiras

Exmo Senhor
Dr. José Lamego
Secretário Nacional do
Partido Socialista para
as Relações Internacionais
Largo do Rato, 2
1200 Lisboa

16 de Dezembro de 1992

Caro Amigo,

Na sequência do encontro para que o José Lamego e o Luís Patrão tiveram a gentileza de me convidar no passado dia 3 de Novembro e durante o qual pretenderam conhecer da situação das acções de que sou portador na empresa Emaudio em nome da Fundação de Relações Internacionais, tenho o prazer de lhe reiterar:

a) É do conhecimento da Fundação de Relações Internacionais que o valor a apurar em relação às sessenta mil acções que detenho na Emaudio SA, em nome da FRI, deverá, no acto de liquidação daquela, reverter para a Fundação. Foi este o compromisso assumido com o primeiro presidente da FRI e com os seus fundadores no momento de constituição da Emaudio.

b) Conforme também afirmei durante o n/encontro, e na nossa mais recente conversa telefónica, é minha intenção prescindir igualmente do valor apurado das seis mil e seiscentas (e tal) acções que detenho naquela empresa, cinco mil obtidas graciosamente enquanto sócio fundador e as restantes mil e seiscentas através da alienação que delas foi feita pelo eng. Carlos Melancia, quando da sua nomeação para Governador de Macau.

c) No apuramento final que vier a ser feito pela comissão liquidatária prescindo tambem da parte dos suprimentos que detenho naquela empresa, a favor da FRI, ou de quem esta indicar, do montante inicialmente entregue a todos os accionistas por igual, e que é equivalente a 3 564 998$00. Entretanto, e para responder a

ANEXO 46

V/pergunta, tenho informação da contabilidade daquela empresa que total dos meus suprimentos na Emaudio SA é de 101 554 506$00. Este montante representa 40% do total dos suprimentos dos sócios.

Caso o P.S. mantenha o interesse então demonstrado, e paralelamente ao que já aconteceu com a Imprinter em 1989, não levanto quaisquer objecções em fazer reverter a totalidade das acções em meu nome para o Partido Socialista ou quem por seu intermédio a FRI indique, desde que:

Receba instruções da FRI nesse sentido.

Me seja entregue o valor correspondente aos meus suprimentos na Emaudio ou, dada a improbabilidade de na realidade poder vir a realizar a totalidade daqueles, aquilo que eu considerar oferta realista de V/parte.

Esta transferência seja acompanhada de documento relativo à mesma e acordado por ambas as partes.

Que seja igualmente tida em conta a dívida que a FRI tem para comigo de verbas por mim adiantadas (facto reconhecido em acta de 4 de Abril de 1991) com grande esforço pessoal para cobertura de despesas correntes.

Sem outro assunto aproveito para lhe desejar um feliz Natal.

Com os meus melhores cumprimentos

e com um abraço de

Rui Mateus

Rui Mateus

Cópia: Professor Doutor Germano Marques da Silva
Comissão Liquidatária da Emaudio S.A.

ANEXO 47

Protocolo de Cooperação

Tendo como objectivos o desenvolvimento económico e a modernização de Portugal, e de acordo com os seus fins estatutários, a

União Geral dos Trabalhadores, UGT, com sede na Rua Buenos Aires, 11, em Lisboa, representada por José Manuel Torres Couto e José Manuel Monteiro Veludo, e a

Fundação de Relações Internacionais, FRI, com sede na Av. António Augusto de Aguiar 88, 4º, em Lisboa, representada por Rui Mateus e Bernardino Gomes.

assumem o compromisso de uma cooperação alargada e decidem estabelecer entre si um protocolo de acordo na área empresarial.

Nesse sentido decidem:

1. Cooperar em iniciativas de caracter económico que venham a ser estabelecidas por ambas as partes, nomeadamente:
   a) Indústrias gráficas
   b) Comunicação Social
   c) Indústrias audio visuais
   d) Banca
   e) Seguros

2. Que todasas actividades serão realizadas e desenvolvidas através de sociedades a constituir com participação de capital conjunto e ou de terceiros, a definir caso a caso, tendo em conta os interesses e a estratégia das respectivas partes.

3. As participações no capital social de cada uma das sociedades a constituir serão definidas caso a caso, tendo em conta a relevância do interesse que representam na estratégia estatutária das respectivas organizações.

4. As acções a empreender no âmbito da cooperação estabelecida entre ambas as organizações pressupoẽ uma estratégia comum, que implica um dever de consulta mútua em relação a todas as oportunidades de investimento em que qualquer delas tenha interesse, reconhecendo a UGT o acordo recentemente estabelecido entre a Emaudio S.A. e a BPCC.

5. Ambas as organizações conferem ao presente Protocolo uma interpretação lata, de modo a que os seus princípios representem, agora e de futuro, uma cooperação ampla, permanente e duradoira.

6. Que como primeira iniciativa no âmbito deste protocolo fica desde já estabelecido um acordo entre as empresas

Emaudio S.A.

e

SIMPAR S.A.

7. Este protocolo é secreto e só poderá ser divulgado com o acordo escrito de ambas as partes.

Lisboa, 22 de Setembro de 1987

Pela UGT e pela SIMPAR

Pela FRI e pela EMAUDIO